

# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

---

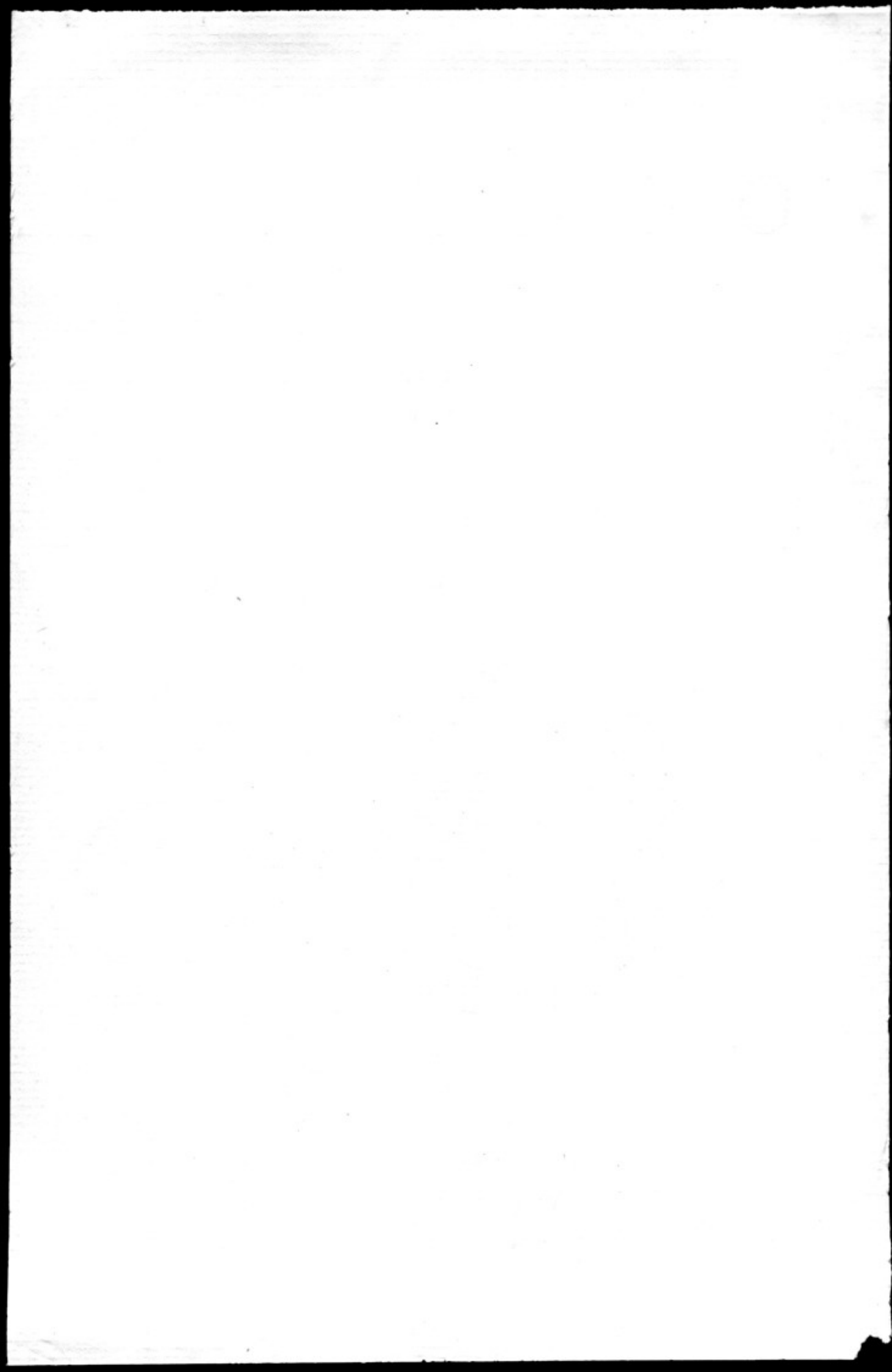
VOLUME COMEMORATIVO DO TRICENTENÁRIO  
DA RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA  
NACIONAL

---

**VOLUME 98.º**



COIMBRA  
1941





O INSTITUTO

---

VOLUME 98.º



# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 98.º



COIMBRA

1941

## COMISSÃO DE REDACÇÃO

### MEMBROS EFECTIVOS

*Presidente*, Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A.  
— *Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G.  
— *Vogais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B.—Dr. António Baião, D. A. N. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Beleza dos Santos, da U. C. — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fêzàs Vital, da U. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C. — A. G. da Rocha Madahil, do A. U. C. — J. Pinto Loureiro, D. da B. M. C.

---

### REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

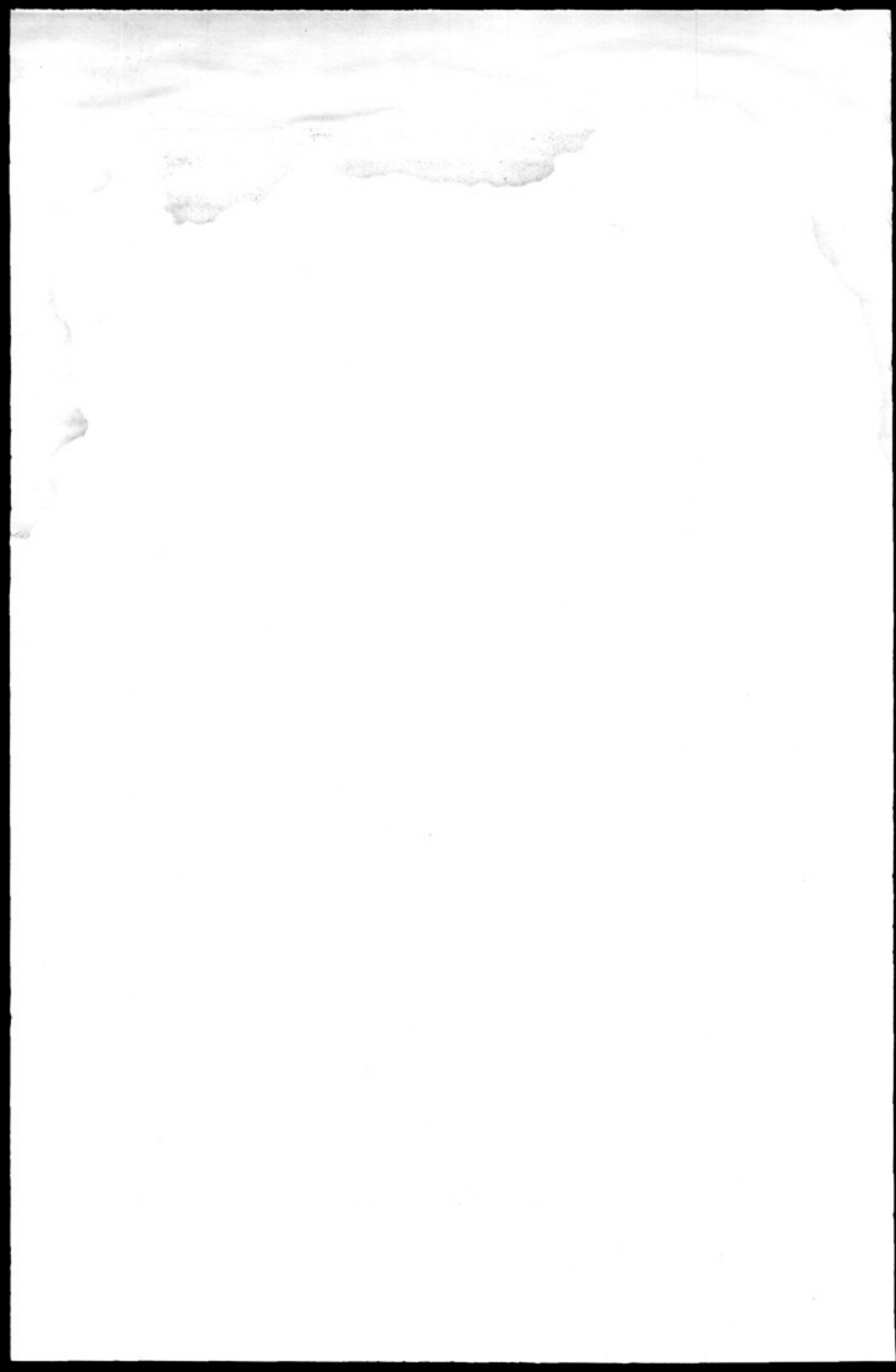
BAIRRO DE SOUSA PINTO (Edifício de S. Bento)

COIMBRA



Colecção particular em Portugal

D. Catarina de Bragança





## D. CATARINA DE BRAGANÇA — RAÍNHA DE INGLATERRA

Curiosa e enternecedora história é a da vida de D. Catarina de Bragança.

Saída de Portugal, duma côrte conventual e triste, da tutela severa de sua mãe, a Rainha Regente D. Luísa, foi obrigada a ocupar o lugar de primeira Senhora do Reino de Inglaterra, na côrte mais dissoluta e perigosa do século xvii, sem preparação ou instrução para desempenhar o seu difícil papel.

Sem grande beleza, diz a maior parte dos seus contemporâneos, odiada por muitos, por causa duma religião banida do país de que se tornara rainha, a sua figura chegou até nós deturpada pelas intrigas e pelo rancor. Ainda hoje a sua memória nos divide em dois campos diferentes: os que a defendem e os que a atacam, ambos igualmente acérrimos no ataque ou na defesa. Nalguns escritores coevos a apreciação da sua personalidade, levada por um espírito de calúnia e de desprezo, ultrapassou os limites da injustiça. Tôdas as afirmações de Burnet e Forneron fizeram fé, e a única desculpa que invocam em defesa da filha de D. João iv é a sua profunda estupidez. Hoje, passada a torrente de acusações e de injúrias, D. Catarina começa a ocupar o lugar

que lhe pertence, e um pouco de compreensão, cada dia mais completa, espalha luz sôbre o seu carácter e o seu coração tão profundamente portuguezs.

Não possuïria D. Catarina nenhuma das qualidades ou defeitos necessários para prender o perito em beleza feminina, que foi seu marido, Carlos II; a sua educação e aca-nhada cultura, que sua mãi descurava, mesmo quando já a destinava para noiva do Rei de Inglaterra, foram certamente a verdadeira causa da sua infelicidade conjugal e da anti-patia da frívola côrte inglêsa. Educar à portuguesa uma princesa destinada a ser Rainha de Inglaterra, comprimir a sua alma e o seu corpo numa religiosidade e num trajar essencialmente peninsulares, foi um grande êrro que D. Luïsa não soube evitar.

Para tentarmos compreender essa Infanta de Portugal, que amava o seu país a ponto de lhe sacrificar tudo quanto mais adorava, temos que a olhar não como rainha, mas como mulher, e mulher portuguesa.

A-pesar-da sua grandeza e representação, D. Catarina foi profundamente mulher, sujeita pela sua natureza às mesmas fatalidades e paixões que tôdas as mulheres do seu tempo, e, na existência de todos os dias, sofreu e foi feliz como a última das suas damas.

A bondade, a gratidão e a doçura foram as suas qualidades mais constantes.

Mesmo quando a distância a separou daqueles que a serviram com dedicação, a sua memória não os esqueceu, e ao fazer o seu testamento testemunhou-lhes amizade e reconhecimento.

O que foi a vida de D. Catarina, que, bonita ou feia, adorou o marido infiel que a política lhe impôs, é o que eu procuro contar.



## I

Nasceu D. Catarina no Paço de Vila Viçosa numa terça-feira, dia de Santa Catarina, 25 de novembro de 1638, entre as 8 e as 9 horas da noite.

O seu nascimento foi uma grande alegria para seus pais, os Duques de Bragança, que no seu paço alentejano levavam uma vida patriarcal e opulenta, afastados tanto quanto possível da agitação tumultuosa em que Portugal se debatia.

Especial carinho lhes mereceu sempre esta filha. Baptisada a um sábado, 12 de dezembro, na capela ducal de Vila Viçosa, tendo oficiado o deão António de Brito e Sousa, foi seu padrinho D. Francisco de Melo, Marquês de Ferreira (1). Luzido e vistoso foi êste baptizado, pois grande era o número de fidalgos que compunham a casa do Duque de Bragança, e opulenta a vida que êste levava.

As lutas da Restauração passaram despercebidas à pequena princesa, e o seu espírito infantil não compreendeu ou ignorou as contendas que se travaram em volta dos seus pais e do trono. Deixou Vila Viçosa apenas com dois anos de idade, vindo para Lisboa com sua mãe, a Rainha, e

---

(1) D. Francisco de Melo, 4.º Conde de Tentúgal, 3.º Marquês de Ferreira, 1588-1645. Foi do Conselho de Estado e da Guerra, um dos Ministros do Despacho e Mordomo-mor da Rainha D. Luísa. Serviu de Condestável quando da aclamação de D. João IV.

seus irmãos, D. Teodósio e D. Joana, a 25 de dezembro de 1640.

Educada recatadamente sob a vigilância da sua aia, D. Mariana de Lencastre <sup>(1)</sup>, a sua infância decorreu serena, animada apenas por algumas festas solenes, como o baptisado de seu irmão D. Afonso, a 13 de setembro de 1643, a que assistiu da tribuna da Capela Real, com sua mãe e sua irmã.

A sua educação foi igual à que nos conventos recebiam as filhas das maiores casas de Portugal, e que há bem poucos anos ainda era a única que existia entre nós. Recebiam-se breves noções gerais, aprendia-se a bordar delicadamente, a cantar música sacra e a assistir com devoção a intermináveis práticas religiosas. A submissão e a ignorância da vida eram cuidadosamente inspiradas como a maior virtude. Fora dos muros do palácio existia um mundo ignorado, pelo qual era vedado sentir a mínima curiosidade, sendo a personalidade feminina abafada pela rígida observância de preceitos conventuais.

Era austera e monótona a vida da côrte portuguesa. Uma etiqueta de ferro, uma nobreza grave e enfadonha, minuciosa nas suas prerrogativas, damas velhas e devotas, um paço triste e soturno rodeavam a Rainha Regente. Era também êste ambiente triste e severo que envolvia D. Catarina. Num ofício do cônsul Maynard para o Secretário de Estado de Inglaterra, em 1661, falando da Infanta, das suas qualidades e recato, diz-nos êle: «Não saía há cinco anos do Palácio e talvez nem dez vezes o tenha feito na sua vida».

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 110; Conde de Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, I, 125.



D. João IV, poucos dias antes de morrer, doara a D. Catarina, por carta patente de 1 de novembro de 1656, para «lhe dar sustentação e dote», a ilha da Madeira, a cidade de Lamego, a vila de Moura, com tôdas as suas rendas, foros, tributos e officios, os celeiros da vila de Moura e o Paúl de Magos, tudo de juro e herdade para a Infanta e seus sucessores. Caso D. Catarina casasse fora do Reino, seria obrigada a desistir destas mercês, dando-lhe a Coroa um justo equivalente (1).

A idade da princesa, dezóito anos, em que a sua educação devia ter sido dada por acabada, e a doação de seu pai levam-nos a crer que, imediatamente depois de a receber, ela tomasse conta da sua casa. No Paço da Ribeira, sob a vigilância de sua mãe, começou a enfadonha tarefa de aguardar que lhe apparecesse um marido.

Da juventude de D. Catarina pouco ou nada sabemos. Além dalguns dados concretos, só por suposições e pelo conhecimento da vida portuguesa da época podemos tentar adivinhar êsses anos serenos e sem história da nossa princesa. Porém, logo que o seu casamento com o Rei da Grã-Bretanha se torna uma realidade, uma febre de relações e descrições a seu respeito agita os escritores de então. Conhecemos bem os pormenores de tôdas as cerimónias aparatosas em que se esmerou a côrte portuguesa, os da viagem, da chegada a Inglaterra e dos fatos da Infanta. Mas do seu carácter, das suas alegrias, das suas impressões nada nos dizem, nada sabemos. Não interessava saber o que pensava D. Catarina do seu casamento, era apenas

---

(1) A. N. da Tôrre do Tombo, *Colecção de S. Vicente*, xx, fol. 216, 220; António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, vii, 283-285; *Provas*, iv, 818-819.

necessário que êle se fizesse, e que a pompa das cerimónias não envergonhasse a dignidade da Coroa portuguesa.

Era D. Catarina suave, affectuosa, pensativa e concentrada, e a sua educação tornara-a predisposta ao misticismo. Se a política da Rainha Regente não necessitasse dela como *negaça*, teria certamente acabado os seus dias, como tantas outras das nossas princessas, na paz do claustro, em cheiro de santidade.

De pequena estatura, roliça, morena, olhos negros um pouco tristes, bôca carnuda que os dentes salientes desfeavam, sem ter nada daquilo que faz a beleza da mulher, tinha, no entanto, um encanto especial, e o seu sorriso melancólico revelava bondade natural. De sua mãe herdara, além duma fôrça de vontade obstinada e duma capacidade de compreensão invulgar, a beleza das mãos e a delicadeza dos seus pés pequenos. Ciosa da sua dignidade de princesa real, aceitava sem se enfastiar as cerimónias que à sua jerarquia eram devidas. Adorada pelos seus e pelo povo, era animada por todos que dela se aproximavam. A amizade por seu pai e por seu irmão D. Teodósio parece ter influenciado grandemente a sua vida, e o desgosto de os perder entristeceu a sua juventude. Ao morrer não se esquece de pedir para repousar eternamente junto dêles, crendo que a morte não romperá uma amizade sólida e eterna.

Com a revolução de 1 de dezembro de 1640, Portugal quebrou a opressão sufocante do domínio espanhol, e readquiriu as suas responsabilidades de nação independente. Os homens que fizeram triunfar o grito da revolta portuguesa, e o Rei, que tomara a chefia do país sedento de liberdade, não se deixaram iludir pela facilidade da vitória. Não era só necessário expulsar os espanhóis do território



nacional, era preciso consolidar oficialmente a libertação, sendo indispensável interessar pela causa portuguesa as potências estrangeiras, empenhadas no enfraquecimento da Casa de Áustria e no desmembramento da Espanha.

Portugal encontrava-se isolado perante o poder espanhol, que só esperava uma ocasião propícia para lhe fazer pagar bem caro a sua revolta.

## II

D. João IV, logo que subiu ao trono, apressou-se a enviar embaixadores e plenipotenciários a tôdas as côrtes da Europa para obter o reconhecimento da independência de Portugal, e em procura de auxílio.

Proseguia ainda a Guerra dos Trinta Anos, e necessariamente, entre tôdas as nações, que com mais ânsia procurámos ligar a nós, foi a França, que aos Habsburgos disputava a hegemonia da Europa. Ligarmo-nos com os inimigos da Espanha e mostrar as conveniências políticas que podíamos oferecer na nossa luta pela independência, foi a orientação básica da diplomacia da Restauração.

Foram os nossos diplomatas que, no meio das maiores dificuldades, graças à sua argúcia e talento, conseguiram consolidar a pouco e pouco o vacilante trono português. Tinham autoridade para oferecer dinheiro, concessões, vantagens, etc., tudo quanto pudesse fazer pender a favor do seu país o tão necessário auxílio estrangeiro. Tudo: «salva a soberania e independência da Coroa».

Por tôda a parte encontraram os nossos embaixadores mil dificuldades, que iam até à violência, levantadas pela

diplomacia espanhola (1). O poder da Espanha era ainda grande, e bem pequeno o de Portugal.

No meio dos enredos diplomáticos surge a proposta de casamento do Príncipe herdeiro, D. Teodósio, e da Infanta D. Catarina. Nesta época, as alianças matrimoniais entre as casas reinantes dos diferentes países eram a base de tôdas as negociações e tratados. A-pesar-das dificuldades momentâneas, não eram os príncipes portugueses destituídos de atractivos poderosos para os seus propostos noivos. D. Teodósio levava em dote uma coroa, D. Catarina um milhão de cruzados e uma praça marítima em África — não sendo positivamente um mau partido!

Quatro foram os pretendentes que, ao sabor da política, se propuseram para o casamento de D. Catarina. Foram êles: o Duque de Beaufort, D. João de Áustria, Luiz XIV Rei de França, e Carlos II Rei de Inglaterra.

Vejamos quais foram os acontecimentos que fizeram com que o Rei de Inglaterra triunfasse nessa almoeda, em que não entrava em linha de conta a pequena princesa, mas sim o seu dote tentador.

O projecto de casamento com o Duque de Beaufort (2),

---

(1) Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, I, 181-182.

António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 139-142; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1840, IV, part. I, CCXXXIX, CCXLI, 50, 200; Carlos Roma do Bocage, *Subsídios para o estudo das relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração*, 1915, I, 171-172.

(2) Grande inimigo de Mazarino, foi um dos chefes da «Fronde des Princes», e pela sua popularidade alcunhado de «Roi des Halles». Mais tarde, tendo sido nomeado almirante, distinguiu-se nas lutas contra os turcos, vindo a morrer no assédio da ilha de Cândia. A sua morte um pouco misteriosa fêz com que êle seja considerado um dos «personagens que andam na lista dos nomes dados ao Homem da Máscara de Ferro».



neto de Henrique IV por bastardia, parece ter sido gizado pela côrte de Lisboa para compensar ou facilitar as negociações do casamento de D. Teodósio com Luísa de Orleães, a «Grande Mademoiselle», filha do Duque de Orleães.

Esse casamento não era, porém, do agrado do Duque de Orleães, que pensava para sua filha no exilado Rei de Inglaterra, Carlos II, que se encontrava então em Paris, o que fêz com que Francisco de Sousa Coutinho dissesse: «porque em França se entende que vale mais um rei de Inglaterra sem terra, que um príncipe de Portugal em posse de tantos reinos» (1).

A recusa de Gastão de Orleães e a alegada bastardia do Duque de Beaufort fizeram caducar estes projectos de aliança, nascidos talvez do cérebro audacioso do Padre António Vieira.

Em data incerta, agita-se a idea do casamento de D. Catarina com outro pretendente, D. João de Áustria, filho bastardo de Filipe IV de Espanha.

Esta proposta matrimonial parece ter sido feita pela côrte de Madrid, para conseguir uma trégua de vinte anos, e, caso ela não fôsse aceita, propunha-se ainda que D. João IV passasse para o Brasil, e aí governasse como soberano, e em Portugal tomassem posse da coroa os consortes D. Catarina e D. João de Áustria (2).

Esta proposta de casamento apenas se conhece oficialmente por pequenos parágrafos dos officios dos ministros de França em Lisboa, Francisco Lanier e Cavaleiro de Jant,

---

(1) A. da Silva Tullio, D. Catherina de Bragança, *Archivo Pitoresco*, 1868, XI, 60.

(2) A. da Silva Tullio, D. Catherina de Bragança, *Archivo Pitoresco*, 1868, XI, 59.

existentes em Paris, e de que o Visconde de Santarém dá extractos no seu *Quadro Elementar*.

Francisco Lanier, num officio para o seu govêrno, datado de 6 de março de 1647, conta uma conversa que tivera com o Secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, e na qual aconselhara êste último a que acautelasse El-Rei contra os que propunham o casamento com D. João de Áustria. Jant diz que esta proposta lhe fôra contada por pessoas que dela tiveram conhecimento (1).

Podendo possivelmente situar êste projecto em 1647, quando D. Catarina tinha apenas oito anos de idade, data em que vulgarmente todos os escritores colocam esta negociação, acho estranho que Jant, nomeado enviado extraordinário por Luiz XIV em Janeiro de 1655, e chegado a Lisboa em Abril do mesmo ano, ainda ligasse importância a êsse «diz-se» que datava pelo menos de 1647.

Outro enviado francês, o Marquês de Chouppes, manda ao Cardial Mazarino, em dezembro de 1659, uma relação de tudo o que se tinha passado desde que chegara a Lisboa. Nela diz que, falando com Pedro Vieira da Silva, êste «lhe havia dito que ElRei d'Hespanha havia algum tempo mandara offerecer a ElRei de Portugal o Brasil, com a categoria de Reino, e de se fazer o casamento de D. João de Austria com a Infanta de Portugal» (2).

Por estas razões, e por falta de documentos que nos revelem a verdadeira data desta proposta de casamento,

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, part. I, 376; part. II, XV-XVIII.

(2) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, part. II, CXVI.

Sôbre o papel do Marquês de Chouppes nestas negociações, ver Edgar Prestage, *Relações Diplomáticas*, 1928, 84-89.



tomei a liberdade de passar para segundo lugar êste pretendente, que há tantos anos ocupa a posição de primeiro namorado de D. Catarina.

Para atemorizar a Espanha e levá-la a conceder à França o que esta desejava, serviu-se o Cardial Mazarino do engôdo do casamento com Luiz XIV, para dirigir a política externa da França.

Portugal, pedra de grande importância no taboleiro do xadrez da diplomacia de então, ilude êle mais de quatro anos com as suas promessas vãs, fazendo brilhar diante dos olhos dos estadistas portugueses a ilusão do possível enlace de Luiz XIV com a Infanta D. Catarina.

Não se sabe ao certo se as negociações foram iniciadas por Paris se por Lisboa, pois ambas as côrtes tinham igual interêsse em assustar Filipe IV e o seu favorito D. Luiz de Haro. O que é evidente é que na instrução secreta dada por Mazarino a Jant, figuram entre outras, as seguintes recomendações: «Significaria à Rainha...; que quando a Infanta, sua filha, estivesse em estado de se casar, o Cardial faria o possível para fazer com que ElRei, seu amo, considerasse o proveito que offerecia aquella alliança. Que faria por fallar quantas vezes podesse com a Infanta, e observaria com particularidade seu espirito, juízo, talhe, gestos e palavras; e se informaria por alguns criados e officiaes, se não havia alguma cousa que dizer de sua pessoa ou em seu corpo, por defeito de nascimento, e faria por haver dous retratos d'ella, um em grande e outro em pequeno.» (1)

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, parte I, 284-285; Edgar Prestage, *Relações Diplomáticas*, 1928, 52-53.

Depois da chegada do Cavaleiro de Jant, iniciaram-se as negociações. Houve várias consultas de Estado a que assistiram os Ministros e Fr. Domingos do Rosário (1). A França exigia de Portugal, para firmar um tratado, doze navios de guerra de quatrocentos até oitocentos tonéis, armados e mantidos pelo Rei de Portugal, a intensificação da guerra na fronteira de Espanha, e um subsídio de dois milhões de cruzados.

Mostraram os ministros portugueses a impossibilidade em que se encontrava o país de afastar navios da sua esquadra, pois eram necessários e indispensáveis para a defesa dos domínios ultramarinos. Arrastaram-se as negociações, mas o temor de um possível entendimento entre Portugal e a Espanha resolveu o enviado francês a chegar a um acôrdo. A 7 de Setembro de 1655 assinou-se um tratado em que Portugal se obrigava a não celebrar a paz com a Espanha sem nela ser compreendida a França, e a intensificar a guerra com a Espanha, para cujo fim gastaria mais 350.000 cruzados todos os anos, além das despesas de guerra que já fazia, até completar os 2:000.000 de cruzados estipulados. Tudo isto a trôco de a França não fazer tratado algum com a Espanha sem que Portugal fôsse incluído, e

---

(1) O seu nome secular era Daniel O'Daly, irlandês, nasceu em 1595, e morreu em Lisboa a 30 de Junho de 1662. Confessor da Rainha D. Luísa, junto de quem tinha grande aceitação, desempenhou um papel importante na política e na diplomacia portuguesa durante a sua regência. Foi enviado duas vezes à França para tratar do casamento de D. Catarina com Luiz XIV, cuja proposta êle reputava como obra sua. A-pesar-de favorecer tenazmente a aliança francesa, foi leal e dedicado à família real portuguesa. Fundou o Convento do Bom Sucesso, e em 1659 o colégio dos Missionários Irlandeses, ao Corpo Santo.

Ver Edgar Prestage, *Frei Domingos do Rosário, Diplomata e Político*, 1926.



facilitar a Portugal o contrato de oficiais, engenheiros, cabos e máquinas de guerra, «que S. M. Portugueza os poderia fazer vir de França à sua custa» (1).

Para obter a ratificação dêste tratado, em que não vinha cláusula alguma respeitante ao casamento de D. Catarina, mas que não chegou a ser ratificado, por Mazarino alegar que Jant excedera os poderes e instruções que recebera, D. João IV envia a França Fr. Domingos do Rosário, em outubro de 1655. Ia encarregado especialmente de tratar do casamento da Infanta, e de conseguir a ratificação da liga entre Portugal e França.

A Rainha D. Luísa, numa das conferências que teve com o enviado francês, por ocasião destas negociações, dá-nos uma prova da têmpera do seu carácter e do espírito com que educou sua filha. Disse a Rainha ao Cavaleiro de Jant: «Que a França lhe fazia esperar, que quando se tratasse do casamento d'ElRei se teria uma consideração particular para com a Infanta, sua filha; que elle de Jant podia fazer conceito de sua belleza, pois a havia visto; mas que sendo esta a menor de suas qualidades, e sendo a intenção do Cardial de dar a ElRei de França uma mulher d'uma condição branda, submissa e obediente, era Catherina, sua filha, o abbreviado de todas as perfeições, d'um sangue tão illustre como qualquer da Europa, e digna só d'um Rei de França; que todavia soubera com bastante displicência que a frustravão d'aquella esperança, tomando por pretexto a conducta de Portugal, mas que de tudo nos deviamos consolar neste mundo; que se não houvesse para a Infanta,

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, parte I, 380-384; Edgar Prestage, *Relações Diplomáticas*, 1928, 61.

sua filha, Reis na Europa, não lhe faltariam em Lisboa conventos, onde ella por menos de dous milhões poderia entrar para servir a Deus o restante de seus dias» (1).

Nem as piores desilusões podiam abater o espirito firme e vivo de D. Luísa de Gusmão, nem fazer-lhe perder a confiança no auxilio francês; contudo, nada conseguiu em França o hábil Fr. Domingos do Rosário, nem auxilio, nem casamento.

Foram-se arrastando as negociações sem nenhum resultado positivo. Mazarino, com a sua astuciosa politica, ora prometia, ora recusava, mostrando-se ainda interessado com o casamento de Portugal, quando já pensava na aliança com a Espanha.

Como as negociações de paz entre a França e a Espanha se tivessem rompido no mês de Julho, D. João IV, tentando aproveitar a oportunidade, envia novamente a França, em Setembro de 1657, Fr. Domingos do Rosário, com poderes para celebrar a liga, tal como fôra assinada por Jant, e tratar do casamento de D. Catarina (2). De nada valeu esta tentativa, que apenas acarretou a Portugal mais desilusões.

Prosseguindo na sua politica dúbia, Mazarino continuava a enganar-nos. Em Julho de 1657, acompanhado por Fr. Domingos do Rosário, chega a Lisboa o Conde Cominges, embaixador extraordinário de Luiz XIV, para apresentar os pêsames de seu amo pela morte de D. João IV, e com instruções secretas sobre o tratado da Liga. Recebido entusiásticamente, D. Luísa nomeou os seguintes comissários para conferenciarem com elle: Conde de Odemira, Mar-

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, part. I, 391-392.

(2) Edgar Prestage, *Relações Diplomáticas*, 1928, 65.



quês de Niza, Conde de Cantanhede, Fr. Domingos do Rosário e o Secretário de Estado Pedro Vieira da Silva (1).

Todos pensavam que Cominges vinha para tratar da liga e do casamento, por isso grande foi a consternação quando se soube que em vez de trazer o auxilio do seu país, vinha solicitar o nosso. Durante dois anos assistimos a uma verdadeira luta entre os comissários portuguezes e o embaixador francês. A França não prescindia das somas que exigia de Portugal, e êste achava-se na impossibilidade de lhas poder ou querer dar. No entretanto, Cominges, adulando hábilmente D. Luísa, e secundado por Fr. Domingos do Rosário, continuava a insinuar o projecto do casamento de D. Catarina, que êle «julgava não ser obra de um homem mas sim de Deus».

Convinha à França, caso a guerra se prolongasse com a Espanha, e não se pudesse efectuar o casamento de Luiz XIV com Maria Teresa de Áustria, conservar a boa vontade e as esperanças de D. Luísa, porque, como dizia o próprio embaixador, «qu'il n'y a rien qu'elle ne tente e qu'elle n'exécute pour parvenir à une si haute alliance» (2).

Em Julho de 1657, Cominges escreve ao Cardial, dizendo que a Infanta era mais bonita do que no retrato que se vira em França, e que se estivesse bem penteada e bem vestida (3), não ficaria atrás das belezas da côrte de França. Acrescenta ainda que esta princesa «era as delicias e amor de todo o Reino». A 28 de Setembro escreve outra vez dizendo que pensava obter um retrato da princesa, em que trabalhava

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, part. II, XLVIII, 401-406; Edgar Prestage, *Relações Diplomáticas*, 1928, 68.

(2) Edgar Prestage, *Fr. Domingos do Rosário*, 1926, 39.

(3) Isto é, «à moda de França».

Nocret (1), e que a Rainha D. Luísa lho prometera para a Condessa de Cominges, acrescentando que D. Catarina «era uma bellissima e amavel Princeza, que merecia bem que o céo lhe abrisse o caminho de França».

A-pesar-da pouca dificuldade que previa o embaixador em obter o retrato, e de ter interessado no assunto Fr. Domingos do Rosário, foi muito difficil a resolução do problema, chegando a reünir-se um conselho de ministros para decidir se poderia oferecer-se o retrato da Princesa sem ofender a dignidade da Coroa de Portugal. É o que o próprio Cominges participa para França, em 9 de Novembro de 1657. Por fim, tomando como pretexto ser o retrato para a Condessa de Cominges, foi o assunto favoravelmente resolvido. O embaixador, cheio de contentamento, diz-nos que D. Catarina fôra retratada com um vestido à francesa, e que «Madame de Cominges faria ver o dito retrato a SS. MM. Christianissimas» (2).

Êste entusiasmo do Conde de Cominges pela beleza de D. Catarina foi motivado, dizem aqueles que acreditavam na sua fealdade, pelas ofertas que recebera da Rainha D. Luísa para conseguir que sua filha fôsse Rainha de França (3).

Em 1659 a situação mantém-se a mesma, a-pesar-do pedido de ordens necessárias para conclusão ou rompimento do tratado, que o embaixador francês fizera ao seu Govêrno no ano anterior. A desconfiança de Portugal aumentava dia a

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, part. II, LII, nota 2; Edgar Prestage, *Relações diplomáticas*, 1928, 73.

(2) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, part. II, LIII-LIV.

(3) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, part. II, 424, nota 406.



dia, ao ver a inutilidade dos seus esforços para se ligar com a França. Mazarino, para ganhar tempo, escreve a Cominges, em 27 de Fevereiro de 1659, ordenando-lhe que regressasse a França e pedisse à Rainha Regente que nomeasse alguém que o acompanhasse, munido de plenos poderes, para concluir as negociações. É nomeado o Conde de Soure, que parte de Lisboa a 13 de Abril dêsse ano, com o carácter de embaixador extraordinário junto de Luiz XIV. Chegando ao Havre a 2 de Junho, soube o Conde de Soure as notícias de que nos primeiros dias de Abril se tinha publicado a suspensão das hostilidades entre a França e a Espanha, e que já se marcara o dia para a viagem do Cardial Mazarino às conferências dos Pirineus, para tratar da paz e do casamento de Luiz XIV com a Infanta de Espanha, D. Maria Teresa (1).

Mazarino tinha entretido hábilmente Portugal e a Espanha, dando esperanças a um e a outro, vendo de qual dêles tiraria melhor partido.

Emquanto o Conde de Cominges, em Lisboa, propunha o casamento do Rei de França com D. Catarina, em Madrid, Hugo de Lionne fazia a mesma proposta para D. Maria Teresa.

O Conde de Soure, ao saber o que se passava, dirigiu-se imediatamente a Paris, mas nem a sua habilidade, nem as vantagens que oferecia, nem a sua ida a S. João de Luz conferenciar com Mazarino, nem o seu manifesto (2) conseguiram fôsse o que fôsse.

O Tratado dos Pirineus assinou-se a 17 de Novembro

---

(1) Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, III, 260-262.

(2) «Razões poderosíssimas que a França tinha para defender os interesses de Portugal no Tratado de Paz».

Ver Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, III, 267; e Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, part. II, LXXXVIII, 424-437.

de 1659, sem que Portugal fôsse nêle incluído, e assim se perderam tôdas as esperanças sôbre o casamento e a ajuda da França. Dois foram os príncipes ludibriados por êste tratado: o Rei de Portugal e o exilado Carlos II de Inglaterra. E mais tarde, quando a aliança secular se renovou entre os dois, foi talvez a recordação dêste engano que os levou a desprezarem as promessas tentadoras que a Espanha lhes fazia.

A ida do Conde de Soure a França não foi, porém, inútil de todo, porque a-pesar-de nada obter para o nosso país, conseguiu, ajudado pelo Visconde de Turenne, persuadir o Conde de Schomberg a vir servir em Portugal, assim como bastantes soldados e oficiais francezes.

Mazarino, continuando a sua política de enganar Portugal, teve a audácia de enviar, em Dezembro de 1659, o Marquês de Chouppes a Lisboa, com tôdas as suas desculpas por não ter conseguido incluir Portugal no tratado com a Espanha, e também para propor, a-fim-de obter a cessação das hostilidades com a Espanha, que Portugal voltasse ao que era antes de 1640, e a Casa de Bragança conservasse os seus direitos e prerrogativas, às quais se acrescentaria o cargo de Vice-Reis perpétuos de Portugal. As palavras que o Conde da Ericeira pôe na bôca do Conde de Cantanhede, um dos conferentes nomeados por D. Luísa para ouvir as propostas do enviado francês, mostram bem a disposição e a atitude dos portuguezes. «Rompeo o Conde de Cantanhede a prática, e se levantou, dizendo, que se a Nobreza, e o povo soubessem o que continhão as proposições, que se havião lido, que nenhum dos que estavam presentes, estavam seguros naquelle lugar» (1).

---

(1) Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, III, 272-273; 284-285.



Nada mais restava a Portugal para continuar a luta contra a Espanha do que confiar em absoluto na sorte das suas armas e na heroicidade dos seus soldados. Diplomáticamente ainda nos restava a esperança de que a França não nos abandonaria, por não lhe convir que Portugal se tornasse a incorporar na Espanha.

Chegamos finalmente ao último pretendente, o único que mostrou pessoalmente verdadeiro interêsse em casar com D. Catarina, Carlos II de Inglaterra.

Como se fêz êste casamento? Quais as razões que convenceram Carlos II a negociá-lo?

São muitas e importantes as razões que levaram D. Catarina a assentar-se no trono inglês, mas sôbre tôdas uma surge sempre mais imperiosa que as outras, a necessidade de dinheiro, que tinha Carlos II, necessidade que o perseguiu durante tôda a vida. Foi em grande parte o dinheiro e a influência de Luiz XIV, que fizeram D. Catarina Rainha de Inglaterra.

Vejamos como se fêz êste casamento.

A primeira vez que se fala num casamento entre o Príncipe Carlos e uma Infanta portuguesa foi em 1645, durante o reinado de Carlos I. António de Sousa de Macedo, residente em Londres, parece ter sido sondado nesse sentido pela côrte inglesa, mas a agitação que perturbava a Inglaterra e fazia vacilar o trono, a diferença de religião entre os dois príncipes e as dificuldades financeiras de Portugal influenciaram grandemente a marcha dos acontecimentos, e, a-pesar-dos auxílios em armas e munições que D. João IV fizera a êsse rei, nada se resolveu (1).

---

(1) Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, II, 192; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 277; Edgar Prestage, *O Dr. António de Sousa de Macedo*, 1916, 25, 33-39.

Nada nos autoriza a dizer que era D. Catarina a Infanta a quem se referiam estas negociações, pois nesta época ainda vivia sua irmã D. Joana, que só veio a falecer em 1653, nem tão pouco podemos afirmar se tal projecto partiu de Sousa de Macedo se dos conselheiros de Carlos I.

Apenas por um momento a identidade da Infanta de Portugal deixa de nos interessar, para podermos observar com mais clareza o desabrochar da orientação política que levou à conclusão do tratado de 1662.

Só quinze anos depois vemos aparecer novas negociações matrimoniais encetadas pelo embaixador Francisco de Melo (1). Logo depois da entrada de Carlos II em Londres, em maio de 1660, apressou-se o nosso embaixador a fazer um habilidoso discurso demonstrando a amizade portuguesa para com o Rei de Inglaterra. Publicou também um memorial que distribuiu pelos ministros e pessoas influentes, em que demonstrava as ajudas dadas por D. João IV e seus minis-

---

(1) Francisco de Melo e Tôrres, 1.º Conde da Ponte, 1.º Marquês de Sande. Governador de Olivença, e general de artilharia na província do Alentejo durante as guerras da Restauração, cargo que resignou por motivo de saúde. Foi do Conselho de Estado e da Guerra. Em 1666 negociou o casamento de D. Afonso VI com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. Morreu assassinado no adro de S. Domingos, em Lisboa, na noite de 7 de Dezembro de 1667, por ordem de D. João de Castro Teles e de D. Noutel de Castro, Conde de Mesquitela. Além das cartas que dizem respeito ao casamento de D. Catarina, deixou várias obras manuscritas sobre geografia, astronomia, política, etc.

Ver António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, XII, part. I, 588-589; *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, 1888, 28-29; A. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Cintra*, 1899, I, 219; Zacharias d'Aça, *Um D. João de Castro de capa e espada*, 1900, 5-8, 12-15. Sir Robert Southwell, *The History of the Revolutions of Portugal*, 1740, 342-347; Rocha Martins, *Diário de Notícias*, de 23/6/1939.



tros a Carlos I e a seu filho, quando exilado, e a protecção oferecida no Tejo à armada do Príncipe Roberto (1) contra a de Cromwell, de que resultou a guerra com a Inglaterra, no momento em que Portugal se encontrava perigosamente atacado pela Espanha. Concluía o memorial dizendo que «o novo soberano, como agradecido e como político estava obrigado a fazer aliança com a nação portuguesa».

Não contente com o memorial, conseguiu persuadir mais de duzentos mercadores ingleses, que negociavam com Portugal, a assinarem uma representação a Carlos II, pedindo a continuação do comércio com o nosso país (2).

Ou fôsse o reconhecimento pelos serviços prestados por Portugal e pelos portugueses, a seu pai e a si próprio (3), ou fôsse o interêsse que o comércio inglês lhe merecia, Carlos II recebeu prontamente o embaixador português com tôdas as provas de agrado.

Muitas têm sido as opiniões sôbre quem teria sido a pessoa que predispôs o Rei de Inglaterra a aceitar o enlace

---

(1) Filho de Frederico, eleitor palatino, e de Isabel, filha de Jaime I. Partidário de seu tio Carlos I, durante a guerra civil. Depois da Restauração foi comandante da esquadra inglesa. É vulgarmente conhecido pelo nome de Príncipe Rupert, 1619-1682.

(2) Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, III, 325-326.

(3) Conta o Conde da Ericeira que quando Carlos II, exilado na Haia, foi coroado Rei da Inglaterra, depois da morte de seu pai, nenhum dos ministros dos príncipes ali acreditados assistiu a êsse acto, com excepção de Sousa Coutinho e de tôda a sua família, o que fez com que Carlos II dissesse: «que a Coroa de Inglaterra não conhecera na sua desgraça benefícios iguais aos da Coroa de Portugal».

Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, II, 317.

*Relação da Embaixada que o Conde da Ponte fez em Inglaterra para o casamento da Sen.<sup>a</sup> D. Catharina, Infanta de Portugal*, Biblioteca Nacional de Lisboa. Reservado 3666 A.

com a Infanta de Portugal. Uns dizem que teria sido Fr. Domingos do Rosário, numa das suas viagens a França, onde encontrara o então exilado Príncipe inglês; outros apontam o Conde de Schomberg, quando da sua passagem por Inglaterra, a caminho de Portugal, e ainda alguns a Rainha Henriqueta de Inglaterra, que teria aconselhado seu filho, a instâncias do govêrno francês interessado no assunto, e movida pela idea de o ver casado com uma princesa da sua religião (1).

Fôsse quem fôsse que primeiro teve a ideia, o que é certo é que foi Francisco de Melo quem propôs e negociou o casamento. Assim mesmo o afirma o próprio Rei nas suas Cartas, e Lord Clarendon nas suas Memórias (2).

Encorajado pela maneira como o Rei o tratava, animou-se Francisco de Melo a formular a proposta de casamento com D. Catarina.

Fazendo um dia uma visita ao Camareiro-mor, Conde de Manchester, e tendo-lhe êste dito que o único impedimento que havia no casamento de el-Rei era a dificuldade de encontrar uma princesa que lhe conviesse, o embaixador português respondeu que: «havia em Portugal uma princesa

---

(1) A Agostinho Coronel Chacon, judeu, vice-consul de Portugal em Londres, também se atribue a primeira ideia do casamento de D. Catarina com Carlos II.

Ver Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, 1922, 423.

(2) Sir Eduardo Hyde, Conde de Clarendon. Partidário e conselheiro de Carlos II no exílio, foi nomeado Lord Chanceler quando da Restauração. Acusado de alta traição, em 1667, fugiu para França, onde morreu. As principais culpas de que o acusaram foram: de ter sido o instigador da venda de Dunquerque aos franceses, e do casamento de Carlos II com a estéril D. Catarina de Bragança, a fim de fazer subir ao trono sua filha Ana Hyde, casada com Jaime, Duque de York. Escreveu no exílio a *História da Rebelião*, 1608-1674.



que, pela sua beleza, índole e bondade, muito lhe convinha; e que o seu dote seria correspondente ao seu nascimento e jerarquia; que, na verdade, ela era católica e não consentiria nunca em mudar de religião, mas que ela era completamente livre do espírito de intriga e de actividade, que tornavam freqüentemente incômodas as pessoas desta crença num país onde se professa outra; que ela tinha sido educada por uma mãe muito prudente, ainda regente do Reino, que lhe tinha cuidadosamente inspirado outro pensar e a tinha protegido de todo o desejo de se intrometer em negócios de estado de que nunca se lhe falara; e que assim ela nunca pensaria senão em praticar a sua religião, sem se preocupar com a dos outros». Disse mais: «que estava autorizado a fazer esta proposta ao Rei e a informá-lo das condições do casamento, que pensava nenhum outro príncipe as poderia fazer mais vantajosas» (1).

Apressou-se o Conde de Manchester a informar Carlos II desta conversa, e o Rei prometeu reflectir no caso. Francisco de Melo, aproveitando o momento que lhe parecia propício, na manhã seguinte àquela em que tivera a conversa com o Camareiro-mor, dirige-se ao Palácio a fazer a sua côrte, e ao falar com o Rei, aborda, sem mais preâmbulos, o assunto, repetindo o que dissera a Manchester, e acrescentando: «que estava autorizado a oferecer a S. M. 500.000 libras esterlinas como dote da Infanta, e mais a cessão perpétua à Coroa de Inglaterra da cidade de Tânger, praça forte duma tal importância que a tornava muito vantajosa à prosperidade e segurança do comércio inglês; oferecia mais, a concessão à Inglaterra da liberdade do comércio no Brasil e Índias Orientais, que os portugueses

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 150-151.

tinham até aí proibido a qualquer nação além da sua; para garantia dêste privilégio dar-se-ia a S. M. a possessão perpétua da ilha de Bombaim com suas vilas e fortes; o bom pôrto dessa ilha facilitaria o comércio inglês nas Índias Orientais. Tânger e Bombaim podiam razoavelmente avaliar-se em mais do que o dote em dinheiro» (1).

Carlos II, que lutava não só com as dificuldades de dinheiro suscitadas pelas guerras civis, mas também com as dívidas que acumulara desde a sua Restauração, mostrou-se encantado com a oferta portuguesa, que lhe permitia arranjar dinheiro sem consultar o Parlamento. Mediu o alcance das propostas que lhe eram feitas, e viu nelas a grande oportunidade de fazer prosperar o comércio inglês, dando-lhe segurança no Mediterrâneo e riqueza na Índia. Participou imediatamente ao Chanceler as propostas feitas pelo embaixador de Portugal, mostrando quanto elas lhe agradavam, e podiam ser proveitosas para a Inglaterra, manifestando o desejo que êle conferenciasse com o embaixador. Solicitado pelo Rei a dar o seu parecer, Clarendon esquivou-se, dizendo que não podia formar uma opinião sôbre um assunto de que ouvia falar pela primeira vez. Só depois de conferenciar com o embaixador português se pronunciaria sôbre a proposta, no entanto preguntava a Sua Majestade se já tinha abandonado a ideia de casar com uma princesa protestante. Carlos II respondeu-lhe que não a podia encontrar a não ser entre as suas vassalalas, e entre estas não tinha visto nenhuma que lhe agradasse bastante. Como o Chanceler o olhasse fixamente, acrescentou que, devido à maneira como a princesa de Orange se tinha conduzido com êle, quando lhe pedira a mão de sua filha,

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 152-153.



êle estava resolvido a não pensar mais nela. Mesmo, se estivesse resolvido a fazê-lo, sabia que sua mãe teria com isso grande desgosto.

Aconselhado por Clarendon, Carlos II nomeou um conselho secreto, composto pelo Lord Tesoureiro Marquês de Ormond, o Lord Camareiro-mor e o Secretário de Estado Nicholas, que se reuniu em casa de Clarendon e a que o Rei presidiu, explicando o assunto para que os convocara, e pedindo que usassem de toda a liberdade para lhe darem o seu parecer, e dizerem êles próprios se tinham em vista alguma princesa ou senhora com quem o casamento fôsse mais vantajoso. Informou-os também de que preguntara casualmente aos seus almirantes, Lord Sandwich e Sir João Lawson, que espécie de praça era Tânger, e que estes lhe responderam que a conheciam bem do mar. Sir João Lawson, que já lá tinha estado, disse mais que era uma praça tão importante que, se ela estivesse nas mãos dos holandeses e estes lhe fizessem um molhe para facilitar o ancoramento dos navios em todo o tempo, a conservariam contra todos, e dariam a lei ao comércio do Mediterrâneo (1).

Carlos II mostrava-se encantado com estas informações, e, depois de ter afastado definitivamente, por razões sem réplica que não explicou, a proposta novamente feita por um dos lords, do seu casamento com Henriqueta de Orange, e de ter classificado de «dull and foggy» (2) as princesas alemãs que lhe propunham, o conselho foi unânime em aprovar o casamento com D. Catarina.

Nenhuma princesa católica podia oferecer mais vantagens do que a Infanta de Portugal, pois o seu dote em

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 156-157.

(2) Aborrecidas e sensaboronas.

dinheiro era quasi o dôbro daquele que algum Rei de Inglaterra jamais recebera em casamento, e as praças que trazia em apanágio eram da máxima importância para a prosperidade e desenvolvimento do comércio inglês no Mediterrâneo e nas Índias (1).

Por ordem do Rei, o conselho secreto entrou em negociações com o embaixador de Portugal tornando-se apenas do domínio público a parte relativa ao tratado de comércio, e matendo-se o maior segredo na parte que tratava do casamento. Tão bem foi o segredo guardado, que ninguém suspeitou do que se passava, nem o próprio embaixador de Espanha, que fez tudo quanto pôde para levantar obstáculos, mesmo ao tratado de comércio. A Espanha não queria, custasse o que custasse, que Portugal conseguisse a aliança da Inglaterra. Grande foi o contentamento em Inglaterra quando se soube das negociações com Portugal dum tratado que garantia a continuação das relações comerciais entre os dois países.

Tentou Francisco de Melo levar Carlos II a tomar o compromisso de declarar guerra à Espanha, mas o Rei respondeu positivamente que não o faria, pois não o queria, nem a Inglaterra se encontrava em condições de sustentar uma guerra. Se a Espanha, por causa do seu casamento e do socorro que prometia dar a Portugal, lhe declarasse a guerra, então elle se saberia defender e castigá-la. Assentou-se finalmente nas linhas gerais dum tratado, um dos mais vantajosos que a Inglaterra jamais concluiu, e no qual os próprios comissários ingleses o confessam, só existe um artigo vantajoso para Portugal, o auxílio de 3.000 soldados

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 157-158.



de infantaria e 1.000 de cavalaria, que Sua Majestade Britânica se obrigava a mandar para Portugal à sua custa, mas que, depois de chegarem, militariam à custa do Rei de Portugal; no caso de Portugal ser invadido, a Inglaterra também nos ajudaria com 10 naus de guerra, e no caso de uma grande necessidade, poria às ordens no nosso Rei tôdas as naus que estivessem em Tânger ou no Mediterrâneo.

Não foi grande a generosidade de Carlos II, pois, como Clarendon diz: «o Rei tinha para empregar nesse serviço um corpo de tropas tão considerável, que era muito mais seguro e menos dispendioso transportá-los para Portugal, do que licenciá-los onde êles estavam» (1).

Francisco de Melo, vendo que só lhe faltavam para a resolução final do negócio, os plenos poderes e autorizações para firmar aquilo que prometera, ofereceu partir imediatamente para Lisboa, para com êles voltar o mais depressa possível. Carlos II destinou dois navios para comboiarem o embaixador português, que partiu de Londres com tôda a sua família, e com instruções e cartas para a Rainha Regente e para D. Catarina.

A luta em Inglaterra era cada vez mais encarniçada contra o casamento português de Carlos II. A Espanha fazia propostas sôbre propostas para que não se realizasse, e a própria França apresentava como candidata Hortense Mancini. Entre os nobres, que rodeavam Carlos II e que sôbre êle tinham influência pelo seu espírito frívolo e alegre companhia, figura Jorge Digby, Conde de Bristol. Digby, que se tinha convertido ao catolicismo durante o exílio de Carlos II, voltara havia pouco tempo da côrte de Madrid, mos-

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 161-162.

trando-se muito affecto às coisas espanholas (1). Pouco depois da partida de Francisco de Melo, o Conde de Bristol insinuou-se no espírito de Carlos II a tal ponto, que começou a ser recebido por êste na maior intimidade. O Rei, com o seu desprendimento e franqueza habitual, contou-lhe o projecto de casamento com a Infanta de Portugal, sem todavia lhe participar até que ponto se comprometera com o embaixador português. Digby reprovou em absoluto êsse desígnio, dizendo que Portugal nunca poderia pagar o dote que prometera, pois era um país muito pobre, e desde que a França lhe tirara a sua protecção, não seria preciso mais dum ano para que a Espanha o submetesse novamente. Frisou bem os preparativos que se faziam em Espanha para uma expedição contra Portugal, que devia ser comandada por D. Luiz de Haro, «que tinha assegurado um grande partido entre os próprios portugueses, já fartos do govêrno que tinham, e que essa miserável família não tinha outra esperança senão transportar-se com o seu partido, miserável também, para o Brasil» (2).

O Conde de Bristol, que se julgava bastante hábil e influente para demover o Rei do seu projecto de casamento, foi imediatamente ter com o embaixador de Espanha e contou-lhe, sob segredo, o que se passava, pedindo-lhe o seu auxílio para impedir a realização de tal enlace. Não se conteve o impetuoso Batteville, e começou a falar acaloradamente no assunto por tôda a parte, chegando mesmo a tomar a liberdade de falar nêle a Carlos II, mostrando-lhe quanto a conclusão dum tratado com Portugal prejudicaria

---

(1) A sua conversão obrigou-o a resignar os cargos de Conselheiro do Rei e Secretário de Estado.

(2) Clarendon, *Mémoires*, 1827, III, 172.



as relações entre a Inglaterra e Espanha. Como os seus argumentos não impressionassem muito Carlos II, começou a valer-se doutro meio, caluniar D. Catarina, dizendo «que ela era aleijada, muito doente, e que se sabia bem em Espanha e em Portugal que ela não podia ter filhos». Êste argumento, repisado alternadamente por Batteville e Digby, com ares de mistério, acabou por impressionar grandemente o Rei, para quem a beleza da mulher era mais importante do que as razões de Estado. Pouco a pouco, o seu entusiasmo pelo casamento planeado foi esfriando, chegando mesmo a mostrar a Clarendon o arrependimento de ter deixado partir o embaixador de Portugal com a sua promessa, dizendo que a única esperança que tinha era que quando êste voltasse não viesse munido das respostas que desejavam.

Digby e Batteville, vendo os seus planos resultarem, e Carlos II preocupado com a ideia da esterilidade da princesa portuguesa e de uma possível guerra com a Espanha, valeram-se da aceitação que tinham junto do Rei para o convencerem a mandar Digby a Parma informar-se sôbre as princesas que o Rei de Espanha propunha dotar magnificamente, no caso de serem escolhidas (1).

Em Fevereiro de 1661 chega a Londres Francisco de Melo, que fôra agradecido por D. Afonso VI com o título de Conde da Ponte, como recompensa dos serviços prestados (2), trazendo plenos poderes para assinar o tratado de casamento. Encontrou tudo mudado. A maneira sêca como foi recebido entristeceu-o profundamente, a ponto de adoecer. Como não estava ainda bem ao facto do que se passara durante a sua ausência, resolveu não entregar as

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II. 173, 182.

(2) Mercê de que tirou carta a 16 de maio de 1661.



cartas que trazia, a-fim-de não prejudicar a dignidade do seu Rei e de esperar mais amplas informações, antes de pedir segunda audiência a Carlos II (1).

De dia para dia aumentava o orgulho do embaixador espanhol, que se gabava abertamente de ter quebrado as negociações inglesas com Portugal.

Levado pela sua ânsia de impedir o casamento do Rei com D. Catarina, Batteville perdeu a cabeça, e começou a praticar tais desmandos que, longe de servirem a sua causa, começaram a inquietar Carlos II e a fazê-lo duvidar da veracidade das suas afirmações. Com um pouco mais de sangue frio e discrição da parte de Batteville, nunca D. Catarina teria sido Rainha de Inglaterra.

Como as notícias que Bristol mandava de Parma sôbre as princesas não eram muito lisongeiras para a sua beleza, Batteville mudou de tática, e mostrando que a diferença de religião podia trazer grandes inconvenientes para a Inglaterra, dado o caso de Carlos II casar com uma princesa católica, ofereceu, em nome de Filipe IV, dotar qualquer princesa protestante, que lhe fôsse agradável, recomendando-lhe entre elas a filha do Rei da Dinamarca e a do eleitor de Saxe.

Carlos II, que já sabia o que eram as promessas espanholas desde a sua estada em Fonterabia (2), e que se informara da espécie de pessoa que era a Infanta portuguesa (3),

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 180-181.

(2) Carlos II foi a Fonterabia, quando do Tratado dos Pirinéus, pedir auxílio à França e à Espanha contra Cromwell, nada conseguindo senão promessas.

(3) Chegou mesmo a enviar alguém secretamente a Portugal para êsse fim. Informado do assunto, Francisco de Melo escreveu à Rainha Regente informando-a do que se passava, e pedindo-lhe

começou a mostrar mais agrado a Francisco de Melo, e entregou-lhe mesmo a chave do seu jardim, que até aí fingira esquecer-se de lhe dar, a-fim-de poder mais particularmente falar com o embaixador a qualquer hora.

Batteville, vendo que o Rei se mostrava inclinado a reatar as negociações do seu antigo projecto, resolveu recorrer à ameaça, e entregou a Carlos II uma nota, dizendo que tinha sido encarregado de dizer a Sua Majestade que, se persistisse na ideia do tratado de casamento com a filha do rebelde Duque de Bragança, êle tinha ordens para se retirar imediatamente e declarar-lhe guerra. Carlos II, indignado com a impertinência, apenas lhe respondeu «que se podia retirar quando quizesse, e que para casar não necessitava de ordens do Rei Católico».

O embaixador espanhol, vendo que se tinha excedido, pediu no dia seguinte outra audiêcia, com o pretexto de ter recebido novas instruções da sua côrte, e depois de várias expressões de amizade e de lisonja, ofereceu, em nome de Filipe IV, dotar a filha da Princesa de Orange como se fôra uma princesa espanhola (1).

Esta proposta, que Carlos II contou ao Padre Russel (2), grande cooperador de Francisco de Melo, e que pela sua

---

«para fazer que o dito homem visse a Infanta, advertindo que Sua Alteza devia trazer chapins».

Ver Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, xvii, 161-162.

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 181-182; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, xvii, 183, 186-187.

(2) Inglês, educado em Portugal, nos Inglesinhos, foi Bispo de Portalegre e em seguida de Viseu. Acompanhou a Inglaterra D. Catarina, como seu esmoler, e mais tarde pela sua erudição e prestígio foi o verdadeiro intermediário entre Francisco de Melo e os ministros ingleses.

Ver *The Anglo-Portuguese News*, N.º 68, 10.

influência tanto o ajudou, mereceu dêste apenas a seguinte reflexão: «Que não se espantava de que os Castelhanos em prejuízo do intento de Portugal offecessem dotar Princezas herejes, porque o mesmo entendia que farião às Turcas».

Sabemos bêm qual a razão porque Carlos II não escolheu para sua mulher Enriqueta de Orange. Aquela que lhe tinha sido recusada na adversidade nunca seria Rainha de Inglaterra.

Emquanto Carlos II ainda hesitava em firmar o contrato de casamento com D. Catarina, chegou a Inglaterra La Bastide, enviado especial de Luiz XIV, com várias propostas secretas.

Morrera Mazarino, e Luiz XIV tomara conta absoluta das rédeas do govêrno. A-pesar-do seu casamento com a Infanta de Espanha, não lhe convinha o engradecimento do poder espanhol com a nova aquisição de Portugal. Tendo-se comprometido, pelo Tratado dos Pirineus, a não nos ajudar, Luiz XIV viu a maneira de indirectamente o fazer, interessando a Inglaterra no assunto, e ao mesmo tempo procurava adquirir uma forte influência sôbre a côrte inglêsa, o que lhe era muito facilitado pela simpatia de Carlos II pelas coisas de França (1).

La Bastide avistou-se com Clarendon e depois com o Rei, e apresentou as ofertas que Luiz XIV fazia, por intermédio de Fouquet. Mostrava-se o Rei de França muito

---

(1) Para êsse fim, ainda em vida de Mazarino, a França offereceu a Carlos II, como noiva, Hortense Mancini, sobrinha do Cardinal, por quem durante a sua estada em França êle se apaixonara, e que nessa ocasião lhe fôra recusada como espôsa. Carlos II, que nunca esqueceu as afrontas que recebeu durante o seu exílio, não se interessou pela oferta. Foi então que a França resolveu apoiar a candidatura de D. Catarina.



penalizado com saber que havia certas dificuldades em fazer o tratado com Portugal, que bem merecia o auxílio dum príncipe generoso; êle próprio pensara em casar com a Infanta de Portugal, senhora de grande beleza e de qualidades admiráveis, mas que se vira obrigado a abandonar êsse intento para comprazer com sua Mãe, e com o Ministro que tinha então, e para assegurar uma paz que todos tanto desejavam. A-pesar, porém, de ter abandonado Portugal e renunciado a auxiliá-lo, por compromissos que tomara, não tinha nêle diminuído nem o interêsse nem a benevolência que sentia por êsse país, que duma maneira ou doutra procuraria defender. Sabendo que seria difícil ao Rei dispor, nesse momento, da quantia necessária para enviar o poderoso auxílio de que Portugal necessitava, oferecia êle pagar 300:000 pistolas a Sua Majestade, para custear as despesas da expedição de verão; para as futuras despesas concorreria proporcionalmente ao que se dispendesse, e acabava por dizer que Carlos II não podia fazer melhor casamento do que com a Infanta de Portugal (1).

La Bastide, para melhor servir a causa que o seu Rei tanto tinha a peito, ofereceu da parte de Fouquet, ao Chanceler inglês, um presente de 10:000 libras, que êste recusou indignado, a-pesar-de confessar «que era a sua opinião que o casamento de Portugal se fizesse pelo interêsse que daí resultava para ElRei seu amo» (2).

Não se limitou à primeira oferta a generosidade de Luiz XIV, e êle próprio nos diz, nas suas *Memórias*, que

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 184-187; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, part. II, CXXVI-CXXVII, 499-503; XVII, 135-137.

(2) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 191-194.

«não poupara meio algum para persuadir Carlos II a fazer o casamento em Portugal». Em 26 de Agosto de 1661, encarregara d'Estrade, seu embaixador em Inglaterra, de dizer a Clarendon que daria a Carlos II, dentro do prazo de dois a três anos, «cento e vinte mil libras, até dois milhões pela via que mais secreta fôsse, de modo que ninguém o soubesse». Porém, previne d'Estrade que tivera avisos de Londres em que se dizia que o Rei se contentava em casar, receber o dote e a praça de Tânger; por isso recomenda ao embaixador que se acautele, «não fornecendo o prometido subsídio de dinheiro senão tendo certeza que o havião de entregar na salvação de Portugal» (1).

As sedutoras propostas francesas, que o libertavam por algum tempo de ter de recorrer ao Parlamento, para levantar dinheiro, interessavam grandemente Carlos II.

Talvez não tenha sido só o interêsse material que acabou por convencer o Rei a cumprir as promessas que fizera ao embaixador português. Parece ter feito grande impressão no espírito de Carlos II o retrato de D. Catarina, que Francisco de Melo lhe mostrou. Êste curioso facto conta-no-lo o próprio embaixador, numa carta para a Rainha Regente: «Tanto que o Chanceller viu o retrato, ficou como doido e deu muitos abraços a Russell, dizendo, que era a mais bella creatura do universo, e outras expressões dignas daquelle excesso de perfeição. Avisou logo a ElRei; o qual com seu irmão e a Duqueza de York veio ver o retrato; ElRei e todos ficaram contentissimos» (2).

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, IV, part. II, CXXVI, 501-503.

(2) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 166.

Qual seria este retrato que impressionou a todos tão agradavelmente?

Agnes Strickland supõe que seja o mesmo que foi vendido na dispersão da colecção de Horácio Walpole, em Strawberry Hill. E L. Campbell Davidson identifica-o, pela semelhança com a descrição de Agnes Strickland, com o retrato de Stoop, existente na National Portrait Gallery, em Londres (1).

Não seria antes o delicioso retrato existente em Lisboa, numa colecção particular, que fêz exclamar a Carlos II, surpreendido: «Não, esta pessoa não pode ser feia!»

O retrato a que me refiro é uma tela que pertencia nos princípios do século XX à galeria do Duque de Fife, e fazia parte duma colecção reunida por Jaime, Conde de Fife, grande coleccionador dos fins do século XVIII. Vendida em 1907 num leilão do célebre Christie, de Londres, passou por diferentes mãos até ser adquirida pelo Conde de Penha Longa, que a trouxe para Portugal, e onde foi de novo vendida.

É um quadro de tamanho natural, sem dúvida alguma da autoria dum pintor peninsular, dum colorido quente e duma técnica especial, que nos faz pensar em Sanches Coelho, ou em Velasquez.

Restaurado, talvez no século XIX, certos pormenores foram refeitos ou acrescentados, como o dístico «Infanta of Portugal» no fundo esquerdo da tela e o relógio seguro por um laço vermelho, pendente do lado direito do peito.

Representa D. Catarina muito nova, entre os 16 e os 18 anos de idade, vestida de brocado castanho e ouro, com

---

(1) Agnes Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 359; L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 52.



rendas prateadas, terminando as mangas volumosas do fato com uma seda encarnada, rematada por punhos de renda, donde saem umas fitas também encarnadas, e destacando-se a figura dum fundo escuro, aclarado pelos reflexos duma cortina côr de ferrugem.

Encarnada é a pluma da cabeça e os canhões das luvas castanhas, caídas no assento da cadeira, onde a princesa apoia a mão esquerda. Na mão direita segura um pequeno leque de plumas, de diferentes tons de carmesim, com varetas de marfim.

A fisionomia de D. Catarina é séria e concentrada, dum moreno carregado mas transparente. O oval acentuado do rosto, a bôca carnuda e descaída, e o nariz arrebitado são desharmónicos mas não desagradáveis, e a beleza duns olhos negros, cheios de doçura, espalha uma claridade de bondade e meiguice que a torna encantadora. Os cabelos são castanhos muito escuros, separados por uma risca ao lado, lisos e lustrosos na cabeça, penteados com uma pasta que encobre metade da testa, e caídos nas costas numa trunfa encrespada.

Ao centro do busto, por debaixo da renda que adorna o largo decote, uma miniatura, representando a Virgem e o Menino, prende um cordão de pérolas que se encurva para o lado esquerdo do peito, parecendo rematar com um outro broche sôbre a manga do vestido.

No quadro que actualmente se encontra no Museu Nacional dos Côches, por dádiva do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Manuel Teixeira Gomes, um cordão, bastante semelhante a êste, mas maior, pende no corpo do vestido de D. Catarina.

Notamos aqui esta parecença, porque Luciano Freire também observou uma semelhança curiosa entre o colar de pérolas do retrato de D. Catarina, existente no Museu dos

Côches, e aquêlê que ostenta a Rainha D. Luísa, numa pintura a óleo de Avelar Rebêlo, igualmente nesse Museu.

Diz o distinto crítico de arte: «Êste original e precioso cordão de pérolas é, embora mais curto, absolutamente idêntico ao que ostenta, a tiracolo, no retrato exposto sob o número 267, D. Luísa de Gusmão, mãe de D. Catarina, e deve ser parte dêste e, de-certo, um dos presentes de casamento, feito pela rainha de Portugal»<sup>1</sup>.

Os anéis e a jóia que prende a pluma da cabeça são de rubis e caracteristicamente portugueses, ao passo que os brincos, enormes, delicadamente arrendados, com pingentes de pérolas, são marcadamente espanhóis.

Idênticos na forma, aos brincos dêste retrato, são os que foram desenhados numa miniatura de D. Catarina, existente na colecção dos Duques de Buccleuch, e que representa a Infanta numa semelhança flagrante com êste retrato.

Teria o pintor copiado dessa miniatura o modelo da sua pintura? Ou teria sido a miniatura tirada do retrato? Ou será apenas identidade nascida entre duas obras contemporâneas, representando a mesma senhora?

Algumas pessoas, muito competentes pela erudição e conhecimentos artísticos, têm tentado desvendar a história dêste retrato da Infanta de Portugal, e ainda não deseperaram de o conseguir quando a tranqüilidade indispensável aos estudiosos acariciar de novo o mundo civilizado.

Seja-me permitido supor que êle foi aquêlê que de Portugal foi para Inglaterra levado por Francisco de Melo.

A minha fantasia mostra-me essa tela inútil e desprezada depois de ter cumprido a missão para que fôra levada. A feição nitidamente peninsular dêsse retrato não lhe deve

---

(1) *Catálogo do Museu Nacional dos Côches*, 1928, 65-66, not. 1.

ter merecido lugar de destaque nas colecções reais dos palácios de então, e deve ter servido para dádiva generosa a qualquer grande casa nobre inglêsa.

O gôsto pelas brilhantes composições de Pedro Lely, Huysman, Gascar, e outros pintores, não podia acomodar-se ao retrato português. E quando a princesa portuguesa morreu no seu país distante, o esquecimento e a moda desprenderam do lugar de honra a tela que não julgavam bonita, e os anos foram passando e a morte ceifando os que sabiam a origem da pintura, até que no século XVIII um coleccionador menciona, na resenha dos seus quadros, um retrato de Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra.

Ou fôsse a beleza morena de D. Catarina, que o Rei tanto admirava nas mulheres, ou fôsse o ouro francês, de que tanto carecia, o que é certo é que Carlos II mandou chamar o Duque de York, Clarendon, o Marquês de Ormond, o Conde de Southampton e o Conde de Manchester, declarou-lhes a sua resolução e ordenou que concluíssem o tratado com o embaixador português.

Começaram as conferências entre os lordes ingleses e Francisco de Melo, tentando êste, para dar satisfação às exigências que lhe faziam, «enfeitar o negócio», como êle próprio escrevia à Rainha Regente: «eu não hei de perder a ocasião, fiado nas palavras que Vossa Magestade me disse, para não deixar de concluir, ainda que seja desviando-me das instruções».

A maior dificuldade que Francisco de Melo encontrava para a conclusão do tratado era a teimosia dos ingleses em pedir que Tânger lhes fôsse entregue antes do casamento da Infanta. Por seu lado, o embaixador português, enquanto informava Carlos II de que em Portugal já estava em vigor o tributo do trigo para pagamento do dote da Infanta, e que



veladamente lhe mostrava a mentira espanhola sôbre a suposta esterilidade de D. Catarina, pede cautelosamente «que como se fallava por aqui em estar Sua Magestade casado em Flandres, bom sería que estas novas não chegassem a Portugal, e que para tirar todos os ciumes me parecia que Sua Magestade estava obrigado por sua fé de Cavalheiro e de Rei a escrever a Vossa Magestade nesta occasião» (1).

Acedeu immediatamente Carlos II ao pedido, e mandou preparar, pelo Chanceler, uma carta para a Rainha D. Luísa.

Habilidosamente iludiu Francisco de Melo a dificuldade da cerimónia religiosa do casamento; dando uma prova de confiança ao Rei de Inglaterra, evitou ao seu Rei uma humilhação. Como Roma ainda não tinha reconhecido a independência de Portugal, nem os Duques de Bragança como seus legítimos reis, a dispensa, que seria necessário pedir à Santa Sé para se realizar o casamento de D. Catarina em Portugal, com um príncipe protestante, só seria concedida à filha do Duque de Bragança e não à princesa real portuguesa. Realizando-se a cerimónia em Inglaterra, onde a Santa Sé não exercia a sua jurisdição, o casamento podia-se fazer legalmente sem o consentimento formal de Roma, e dando a D. Catarina os títulos e tratamento a que tinha direito. Por isso Francisco de Melo, escondendo o motivo da sua condescendência, e mostrando a boa fé do seu Rei, aceitou que a cerimónia religiosa do casamento de D. Catarina só se realizasse depois desta chegar a Inglaterra. Prudentemente, o embaixador conseguiu obter um documento de Carlos II, em que êste declara que recebe D. Catarina por sua mulher antes do tratado ser assinado pelo Rei de

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 156, 163-164, 166, 171.

Portugal, para mais rápida expedição do casamento, escusando de mandar a Roma por dispensa, o que as leis portuguesas exigiam, se a Infanta casasse por palavras em Portugal; porém, se as cláusulas do tratado não fôsem executadas antes do embarque da Infanta, a declaração ficaria nula e sem efeito (1).

Chegaram a acôrdo os comissários ingleses e Francisco de Melo, no que respeitava ao dote da Infanta e à entrega de Tânger.

É interessante o que a êste respeito nos conta Clarendon. Diz êle que o embaixador lhe declarara: «Que quanto ao dote, a Rainha Regente tinha resolvido não tocar no dinheiro destinado para a guerra, tinha vendido as suas jóias e uma grande parte da sua baixela, e pedido emprestado a prata e as jóias das igrejas e conventos; por êste meio tinha conseguido reunir o dote inteiramente, e o tinha fechado e selado em cofres depositados num sítio onde ninguém os poderia ir buscar para outro fim». Quanto à entrega de Tânger, tinha-se afastado o antigo governador (2), homem teimoso, que vivera durante muito tempo nessa cidade, e com o qual a Rainha não podia contar. Em seu lugar fôra nomeado alguém (3) em quem a Rainha confiava em absoluto, a ponto de o informar da razão porque fôra nomeado. A esquadra que fôsse enviada para conduzir D. Catarina passaria primeiramente por Tânger, a tomar posse. A Rainha não embarcaria antes dessa cidade ter sido entregue a Sua Magestade, e de se encontrar a bordo

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 70; Edgar Prestage, *Relações diplomáticas*, 1928, 164-165.

(2) D. Fernando de Menezes, Conde da Ericeira.

(3) D. Luiz de Almeida.

da esquadra todo o dinheiro. Quanto à entrega de Bombaim, resolvera-se chamar ao Reino o Vice-Rei e nomear outro <sup>(1)</sup> de que a Rainha estava absolutamente segura. Êste novo governador partiria encarregado dessa importante missão, na esquadra que o Rei de Inglaterra enviasse para receber a ilha, com ordens de a entregar à pessoa designada para tomar posse dela. Para mais segurança do que se prometera, e como prova de confiança, jamais concedida a algum príncipe, a Infanta seria levada para Inglaterra sem estar casada. No caso do Rei faltar à sua palavra, exporia a nação portuguesa a uma eterna deshonra <sup>(2)</sup>.

Parece-nos, por êste relato, que Francisco de Melo continuava a «enfeitar o negócio».

Não era possível que em Portugal se tivesse já nessa data conseguido juntar o dinheiro para pagamento do dote da Infanta, pois não só Francisco de Melo, nos seus officios, continua sempre a pedir que se tenha «pronto aquilo a que se é obrigado», mas também por existir uma convocação das Côrtes, para Novembro de 1661, a-fim-de se lhes pedir o dinheiro com que havia de ser dotada a Infanta. Estas côrtes nunca se realizaram, tendo sido sustadas, talvez pelo receio que elas negassem a entrega de Tânger e Bombaim aos ingleses. Era tal o receio de que a opinião pública se levantasse indignada, ao saber as condições do contrato nupcial, que D. Luísa de Gusmão ordenou ao Secretário, Gaspar Severim de Faria, que não lêsse no Conselho de Estado os artigos do tratado referentes à entrega de Tânger e Bombaim, a-fim-de evitar que êles fôsem rejeitados. Gaspar de Faria, para ressalvar a sua responsabilidade,

---

(1) António de Melo e Castro.

(2) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 195-196.



pediu à Rainha Regente uma declaração escrita dessa ordem (1).

Anos depois do casamento se ter realizado, ainda Portugal devia parte do dote da sua princesa, e as reclamações infrutíferas que a Inglaterra nos dirigia eram mais uma fonte de vexame e tristeza para D. Catarina, já bastante provada pela sua infeliz vida conjugal.

Como as cláusulas do tratado já estivessem redigidas, Carlos II, no dia 9 de maio, às oito horas da manhã, reuniu o seu Conselho Privado, numa sessão que durou cerca de quatro horas, e informou-o das suas tenções, que foram aprovadas por unanimidade. Nessa mesma tarde, ao receber o embaixador português, Carlos II disse-lhe: «Como vos prometti, declarei hoje o casamento em Conselho pleno; dizendo (a-fim-de melhor persuadir os conselheiros) que não estava resolvido, mas que eram as vantagens, que me offerecia Portugal, e a obrigação que eu lhe tinha, pelo que em minha adversidade haviam seus reinos obrado por mim, que confessara lhes tinha particular inclinação: porém, que não obstante que não era Rei para seguir só a própria vontade, mas sim o mais decoroso, honesto, e util à minha nação; e que assim lhes mandava, pedia, e rogava, que me dissessem livremente seu parecer. Todos o deram uniforme, e só houve divisão em dizerem muitos que se não perdesse um instante de tempo, e eu assim o farei» (2).

No dia 18 de maio, Carlos II reuniu o Novo Parlamento com o cerimonial e a pompa usual. Num discurso do trono cheio de bonomia, em que depois de lembrar que êsse dia era o aniversário da sua aclamação, e pedir a todos que se

---

(1) *Archivo Histórico Portuguez*, 1908, IV, 225-226.

(2) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 180-183.

unissessem e vivessem em paz, terminava dando-lhes parte do seu casamento.

«Não quero senhores acabar, sem vos dar novas, E novas que me parece hão de ser muito aceitas; E assi me tivera por homem de mau natural quando vós não dissera. Eu tenho muitas vezes sido advertido por meus amigos: que já era tempo de me casar, E o mesmo cuidei eu sempre depois que entrei em Inglaterra: mas na eleição havia difficuldades, suposto fossem muitos os casamentos, que me sahião: E se eu nunca houvera de casar, te fazer escolha que não tivesse algum inconveniente, creio viereis a me ver muito velho se o fizer, cousa que sei não desejais. Agora vos digo: que não só estou resolutto a me casar, mas com quem o determino fazer, se Deos for servido: E no tocante a minha resolução, tomei nella aquelle conselho E deliberação que devia fazer, em materia de tanta importancia: E fiaivos de mim, que considerado o bem de meus vassallos em geral, E o meu; he com a filha de Portugal; E quando eu o melhor que pude, pezei tudo o que me occorreo, me resolvi a communicar tudo que se me havia offerecido, E tudoo que em contra se dizia, com o meu Conselho privado, sem cujo parecer nunca resolvi, não resolverei cousa alguma de publica importancia: E digovos com grande satisfação, E alegria: que depois de muitas horas de debate em todo o Conselho (porque só hum estava ausente) E que depois de se pezar tudo o que havia na materia, pro E contra, os senhores a hũa voz me aconselharão com toda a alegria que se pode imaginar: fizesse este casamento o que eu considerarei como maravilha, E quasi a instancia de que, o mesmo Deos o approvava; E asi me resolvi, E conclui com o Embaixador de Portugal, oqual se parte com o tratado ajustado, que achareis com grandes vantagens para

este Reyno: E eu trato com a mayor pressa que posso de vos trazer aqui hũa Rainha, a qual, não duvido hade trazer cõsigo para mim E para vós, grãdes felicidades. Não acrescẽto mais porque o refiro ao Chanceller» (1).

Grande foi a alegria e contentamento de todos. O Padre Russell, que assistira à cerimónia, por trás do trono de Carlos II, informou imediatamente Francisco de Melo de tudo que se passara em Westminster.

Nessa mesma tarde o embaixador era recebido com solenidade pelo Rei, Duque e Duquesa de York, e à noite, defronte de sua casa, em sinal de regosijo, fêz fogueiras, luminárias, fontes de vinho, e atirou com dinheiro ao povo (2).

No dia imediato as duas casas do Parlamento enviaram a Carlos II as suas felicitações por tão auspicioso acontecimento, dizendo na sua mensagem que julgavam o casamento com a Infanta de Portugal muito vantajoso à nação, e folgavam em extremo com êle, desejando que Deus fõsse servido concluí-lo o mais breve possível.

É curioso notar que no Parlamento nem uma única voz se levantou contra o casamento do Rei com uma princesa católica. Apenas o Conde de Cassilis, na Escócia, ousou protestar contra o inconveniente dum tal enlace, e as conseqüências desastrosas que dêle podiam surgir para a Inglaterra. A sua proposta de enviar a Carlos II uma representação pedindo-lhe que escolhesse uma princesa protestante, não conseguiu obter um voto favorável.

---

(1) *Relaçam da Forma com que a Magestade delRei do Grão-Bretanha, manifestou a seus Reynos, tinha ajustado seu casamento com a Serenissima Infante de Portugal, a Senhora Dona Catherina, etc.* 1661; António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, Provas, IV, 820-821.

(2) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 199-202.



No dia 23 de maio Lord Clarendon fêz uma visita oficial a Francisco de Melo, de cujo cerimonial temos a descrição feita pelo próprio embaixador numa carta para D. Afonso VI (1).

Estava finalmente vencida a política espanhola.

Batteville, que accumulara disparate sôbre disparate, viu-se obrigado a deixar a Inglaterra por ordem de Carlos II. O enviado espanhol não imaginara nada melhor, como último recurso para evitar o casamento com a Infanta de Portugal, do que mandar publicar as notas que tinha apresentado ao Rei, os discursos que proferira contra o casamento e as ofertas feitas pela Espanha. Mandou espalhar estes escritos pela tropa e pelo povo, chegando mesmo a deitar alguns das suas janelas, a-fim-de levantar a opinião pública contra o casamento do Rei com uma princesa católica. Carlos II irritou-se a ponto que mandou o Secretário de Estado dizer ao embaixador que se retirasse imediatamente de Inglaterra, e que apresentaria queixa da sua conduta ao Rei de Espanha.

---

(1) «Senhor»

«Hoje me veyo ver o grande Chancellor, com muita ostentação, trazendo-lhe dous gentis homens as suas insignias, q̄ são hũa maça dourada, E hũa bolça de veludo encarnado bordada cõas armas de S. Mag. da Grão Bretanha; E he muito pera se estimar esta vizita, porq̄ a não fez até agora a algum outro Embaixador. Trouseme os papeis das resoluçoens q̄ se tomarão nas duas casas de senhores, E comũs do Parlamẽto, cujas copias serãõ cõ esta; por onde V. Mag. ficará entẽdẽdo, o geral aplauzo, q̄ toda Inglaterra mostra a seu Principe na acertada eleição q̄ fez da Serenissima Senhora Infante, para Rainha destes Reynos. Deos prospere suas acçoens, E guarde a Real pessoa de V. Mag. como seus vassallos desejamos, E havemos mister.»

«Londres 23 de Mayo de 661 — O Cõde da Ponte.»

*Relaçam da Forma com que a Magestade delRey da Grão-Bretanha, manifestou a seus Reynos, etc., 1661; A. C. de Sousa, História genealógica, 1735, Provas, IV, 821.*

Batteville chorou, suplicou que o Rei lhe concedesse uma audiência antes de partir, para pedir perdão e apresentar as suas mais humildes desculpas. Carlos II recusou terminantemente, e o pobre Batteville deixou a Inglaterra poucos dias depois, com a reputação bem assente de ser um homem imprudente e audacioso (1).

A 23 de junho assinou-se em Whitehall o célebre tratado que ligou Portugal à Inglaterra, numa aliança até hoje inquebrável.

Constava o tratado de 20 artigos públicos e 1 secreto, e foi assinado por Francisco de Melo, por parte de Portugal, e pelo Duque de Albemarle, pelo Conde de Manchester, pelo Conde de Clarendon, pelo Conde de Southampton, pelo Marquês de Ormond e pelos Secretários de Estado Guilherme Morice e Eduardo Nicholas, por parte da Inglaterra.

Nêle se dizia que todos os tratados, desde 1641, se ratificavam e confirmavam em tudo. O Rei de Portugal dotava a Infanta sua irmã em dois milhões de cruzados, pagos em duas prestações, uma entregue à esquadra inglesa antes da Princesa embarcar, a outra dentro do prazo de um ano. Cedia para sempre à Inglaterra a praça de Tânger, com a condição desta permitir o livre exercício da religião católica aos portugueses que aí quisessem ficar a residir (2). Concedia também a ilha de Bombaim, para vantagem do

---

(1) Clarendon, *Mémories*, 1827, II, 183-184; Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, III, 390; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 189, 203.

(2) Pelo artigo IV do tratado ficara estabelecido que, tanto que a cidade de Tânger com a fortaleza fôsem entregues, a armada encarregada de assistir a êste acto tornaria a Portugal, e na capitania seria recebida a Senhora Infanta com as demonstrações e cerimónias adequadas à sua qualidade.



comércio inglês nas Índias, e para Sua Majestade Britânica estar assim mais em condições de defender os portugueses nessas paragens contra os holandeses. Cedia mais ao Rei de Inglaterra tôdas as praças e fortalezas que os ingleses viessem a recuperar dos holandeses e que tivessem pertencido a Portugal, exceptuando Mascate. Se a ilha de Ceilão voltasse de qualquer modo ao poder do Rei de Portugal, obrigava-se êste a ceder ao Rei de Inglaterra a praça e pôrto de Gale, conservando para si a praça e pôrto de Colombo, repartindo-se, porém, o trato da canela entre ingleses e portugueses. A mesma obrigação aceitava o Rei de Inglaterra no caso de Ceilão ser conquistada pelas suas armas. Dava o Rei de Portugal os mesmos privilégios e imunidades aos mercadores ingleses, na Índia e no Brasil, de que gozavam os portugueses.

Comprometia-se o Rei de Inglaterra, em consideração de tôdas estas vantagens e concessões, a defender Portugal e todos os seus domínios, tanto por mar como por terra, como se fôra a própria Inglaterra; a mandar à sua custa a Portugal dois terços de infantaria de mil homens cada um, e dois regimentos de cavalaria de quinhentos homens cada um, armados e equipados. Porém, logo que chegassem, seriam pagos por conta do Rei de Portugal, obrigando-se o Rei de Inglaterra a ter sempre o seu número completo. Tôdas as vezes que Portugal fôsse invadido, a Inglaterra enviaria em seu socorro dez naus de guerra, das melhores. No caso das suas costas serem infestadas de piratas, mandaria todos os anos três ou quatro naus, com mantimentos e guarnições para oito meses. Se Portugal se encontrasse em maior perigo, tôdas as naus inglesas que se encontrassem no Mediterrâneo, ou no pôrto de Tânger, viriam imediatamente em seu socorro. Obrigava-se também o Rei da



Grã-Bretanha a garantir o livre exercício da religião católica a D. Catarina, quando Rainha de Inglaterra, e a tóda a sua família; a estabelecer-lhe uma doação de trinta mil libras por ano, e um palácio para sua residência, que lograria por sua vida, no caso do Rei seu marido morrer primeiro. Se a Rainha sobrevivesse a el-Rei e quisesse voltar para Portugal, ou para qualquer outra parte, o poderia fazer livremente, levando consigo tódas as suas jóias, bens e móveis.

No capítulo secreto estipulou-se que o Rei de Inglaterra empregaria todos os seus esforços para conseguir uma paz firme e duradoura entre Portugal e os Países Baixos. Não o podendo conseguir, mandaria uma armada à Índia que tomasse posse de Bombaím e fizesse a guerra aos holandeses (1).

O tratado de 1654, que se pode dizer nos fôra imposto por Cromwell, tornára-nos dependentes econòmicamente da Inglaterra. O de 1661, confirmando-o, mantém essa situação, e acrescenta dádivas concretas que ainda mais estabeleciam a posição privilegiada da Grã-Bretanha.

Ainda hoje há quem critique êste tratado e lamente ter sido necessário entregar Tânger e Bombaím para obter o socorro inglês. Certamente causa profunda tristeza vermos essas duas magníficas cidades, jóias inestimáveis, na mão de quem as possui, e sabermos que em tempos foram nossas, adquiridas à custa do sangue e do esforço heróico dos portugueses. Mas, tê-las-íamos nós conservado até à actualidade, através de lutas e cobiças? Teríamos nós sabido fazer delas o que são neste momento?

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, xvii, 211-219.

A praça de Tânger, a-pesar-do interêsse que representava para os ingleses, teve de ser abandonada, anos depois, por êles próprios, como ruïnosa e insustentável, e só quasi modernamente o seu valor estratégico, que Portugal, como o pioneiro audaz que era, tinha adivinhado, foi mundialmente reconhecido. A sua posse, então como hoje, só será importante para um país directamente interessado na politica e no comércio do Mediterrâneo.

Bombaím, no momento em que foi cedida, pouca ou nenhuma vantagem representava. Ninguém podia supor, nessa época, que ela seria um dos pontos principais da penetração inglêsa na Índia. E, para vermos como o próprio govêrno inglês a considerava de pouca importância, basta sabermos que a Coroa britânica, em 1668, a cedeu à Companhia das Índias Orientais, pela renda anual de dez libras esterlinas.

Bombaím foi construída a pouco e pouco, à custa de milhares de vidas e do ouro inglês. Onde teria Portugal ido buscar a riqueza e as vidas que a Inglaterra espalhou às mãos cheias, para fincar a sua garra nessa ilha encantada?

Não condenemos ligeiramente a Rainha D. Luísa, Francisco de Melo, e todos os que colaboraram no tratado de Whitehall. Se à luz dum critério superficial e sentimental êle nos pode aparecer como um êrro, no emtanto essa aliança com a Inglaterra, que êle firmou, foi um grande triunfo diplomático. Era preciso salvar a independência nacional, custasse o que custasse, e nenhuma potência na Europa estava disposta a ajudar a luta de vida ou de morte em que Portugal se debatia, sem daí receber grandes vantagens.

D. Luísa e os seus ministros não procuraram apenas salvar a dinastia, tentaram, à custa de sacrifícios, que êles



bem avaliaram, conservar a integridade do território português.

Demos muito à Inglaterra, sem dúvida, mas sem a sua ajuda teria Portugal resistido sozinho, mesmo à custa duma resistência heróica, ao poder das armas de Espanha?

Não critiquemos Francisco de Melo, lastimemos apenas que a sua habilidade e o apêto do momento, não tenham permitido alcançar condições mais vantajosas para nós.

«Diz-me mais V. Ex.<sup>a</sup> que os ingleses o que fazem é por seu interesse; é verdade, mas é porque o seu interesse é o mesmo que o de Portugal, e se não diga-me V. Ex.<sup>a</sup> as utilidades que nos não dão, mas que para nós ficam?» (1)

Depois de assinado o tratado, pouco tempo se demorou em Londres Francisco de Melo. Despediu-se de Carlos II, que com grande aparato o convidou a jantar à sua mesa, e embarcou em fins de Julho para Portugal, trazendo, além do tratado, duas cartas do Rei para a Rainha Regente e para D. Catarina.

O espírito alegre e requintado de Carlos II esmerou-se na redacção dessa primeira carta para sua noiva. Há nela ternura e ansiedade, elegância e encanto. É quasi uma carta de amor.

«Señora y mujer mia ya a mi instancia se parte para Lisboa el buen Conde de Ponte, para my lo a sido mucho, firmando el cazamiento, ya va despachado tras el ira un criado de los myos, con lo que paresiere necessario, assi para declarar de la mia alguna parte del indesible gozo que desta felicissima conclusion, è recebido, como para apressurar su benida de Vuestra Magestad. Yo voy a dar buelta a mis tierras mientras me venga de my mas soberano bien, que yo no quepo donde

---

(1) Carta de Francisco de Melo ao Conde de Miranda. Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, 1842, xvii, 223.



solia, y busco en balde el sosiego en la inquietud, esperando ver la amada persona de Vuestra Magestad en estos my Reynos ya suyos, con las mismas ancias que despues de largo destierro yo deseava verme a my en ellos, y mis Vasallos deseavan verme, con aver ellos echas las demonstraciones sobre my retorno, que el mundo sabe, aparesese pues la serenidad Vuestra a unirse de baxo del amparo de Dios, con la salud y contento que yo deseo para my por ultimo suplico a Vuestra Magestad encomiende a la Reyna nuestra Señora y madre los intereses del Conde de Ponte que le devo de averme servido a my en lo tengo por mayor bien del mundo, y no podera ser mio amenos de ser Vuestra Magestad, tambien no olvidando lo bien que a traido Richardo Rusel, per su tanto en la misma conformidad de Londres 2. de julio de 1662».

«De Vuestra Magestad el marido  
muy fiel que sus manos besa»  
«Carlos R.» (1)

Em Lisboa era grande a ansiedade com que se esperavam notícias de Inglaterra. A aliança inglêsa era tida como o último recurso para agüentar a nossa existência política. O contentamento ou o desespero sucediam-se quási sem transição, conforme as informações que se iam recebendo da marcha das negociações. Se a ajuda inglêsa falhasse, Portugal estava perdido.

Tomás Maynard, cônsul de Inglaterra em Lisboa, conta num officio para o Secretário de Estado, Eduardo Nicholas, como foi recebida a notícia oficial do casamento: «Há uns quatro dias chegaram a êste porto três navios mercantes, que trouxeram a notícia da tenção de S. M. de fazer a Infanta Rainha de Inglaterra (a mais bem-vinda que jamais recebeu o povo português), e a confirmação dela pelos discursos do Rei e do Chanceler. Com esta escolha, S. M. fêz a felici-

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, Provas IV, 935-936.

dade das duas nações. A Infanta é uma senhora de incomparável virtude, excelentes qualidades, muito bonita, e de estatura regular, talvez um pouco mais alta do que a Rainha, mãe de Sua Magestade».

Maynard continua descrevendo a satisfação dos portugueses motivada pela aparição da esquadra inglêsa que protegeu os navios mercantes do Brasil dos ataques dos holandeses. «Nas ruas de Lisboa ouvia-se todos os dias «Viva o Rei da Grã-Bretanha que Deus destinou para nos defender dos nossos inimigos» (1).

O habilidoso e astuto Maynard embelezou a realidade. Se, na verdade, a alegria que Portugal sentia foi grande e sincera, não menor e menos sentida foi a tristeza ao saber-se a que preço tínhamos conseguido a aliança inglêsa.

À Rainha Regente tudo pareceu pouco para conseguir o casamento de sua filha com Carlos II, mas a nobreza e o povo sentiam vivamente as concessões feitas à Inglaterra para o conseguir (2).

Em Agôsto, quando Francisco de Melo chegou a Lisboa, começaram os preparativos para a entrega de Tânger e Bombaim «com todo o segredo», e para reunir o dinheiro necessário para o dote da Infanta. Vários foram os expedientes a que se recorreu, mas o país exausto não podia não podia contribuir senão com reduzidas quantias. Apellou-se para o Brasil, mas êste tão pouco podia, de momento, dar muito dinheiro, o que não impediu que lealmente se sujeitasse à cobrança de um donativo em numerário e açúcar. Durante longos anos as capitâneas brasileiras foram

---

(1) Agnes Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 362.

(2) Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, III, 396-397.

enviando a parte que lhes competia do donativo para o dote da «s<sup>ra</sup> Rainha da Grão Bretanha, e pas de Holanda» (1).

Todavia, nem sempre o dinheiro era aplicado ao fim para que se destinava, pois a Fazenda Real via-se obrigada a executar complicadas operações para fazer face a despesas inadiáveis. A Inglaterra impacientava-se com uma delonga que ameaçava tornar-se crónica, e aos seus sucessivos enviados recomendava que insistissem para a liquidação do assunto, que se protelou por longo período, e se transformou no pesadêlo dos nossos ministros e dos embaixadores ingleses.

Logo que o tratado de casamento foi ratificado por Portugal, D. Catarina assumiu o título de Rainha de Inglaterra, e como tal começou a ser oficialmente tratada na côrte portuguesa.

Emquanto se cuidava dos aprestos da sua casa, D. Catarina aventura-se a sair do paço e a ir visitar alguns Santos da sua devoção (2).

Era esta princesa recatada e devota, ignorante e boa, que o destino marcara para ser a mulher dum Rei sensual e cínico, libertino e cativante, «the Merry Monarch».

A história da vida de Carlos II, aventureosa e romântica, a sua oferta generosa a Cromwell para salvar seu pai do cadafalso, devem ter fascinado a imaginação da Infanta portuguesa, e prendido o seu coração inocente ao homem que desposara. Como deve ter batido apressado ao ler as cartas que seu marido lhe mandava, e nas quais julgava

---

(1) Arquivo Histórico Colonial, Códice 1156 do Conselho Ultramarino, e vários docs. avulsos.

(2) Agnes Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 364.



adivinhar dôces sentimentos, e ao ver a sua fisionomia forte e máscula, na miniatura que Sir Ricardo Fanshawe lhe trouxera como presente. Sêdas e fatos à moda inglesa trouxera também Sir Ricardo Fanshawe para a sua nova Rainha (1).

Obrigada pela sua nova posição, D. Catarina saía a pouco e pouco da reclusão em que até aí vivera, assistindo, das janelas do palácio, às festas que em Lisboa se fizeram por ocasião da notícia do seu casamento.

O relato dessas festividades é-nos dado pormenorizada-mente num folheto da época, em espanhol, que a-pesar-de ter saído anónimo, é geralmente atribuído à autoria de António de Sousa de Macedo (2).

Depois de um solene *Te Deum* na capela do palácio da Ribeira, a que assistiu tôda a família real, e luminárias que duraram três dias, realizou-se a cerimónia do beija-mão à nova Rainha, dando-lhe os parabens não só a côrte portuguesa, como o cônsul e todos os ingleses residentes em Lisboa. Houve procissão geral de acção de graças, que saindo da Sé se recolheu no mosteiro de S. Domingos, e correram-se touros na praça do palácio. Nessas touradas competiram em valentia e destreza o Conde de Sarzedas, o Conde da Torre e D. João de Castro (3).

---

(1) Sir Ricardo Fanshawe chegou a Lisboa em Setembro de 1661. Foi êle o intermediário e tradutor da correspondência entre D. Catarina e Carlos II. Grande conhecedor da língua portuguesa, traduziu os *Lusíadas* para verso inglês, sendo esta versão publicada em Londres, em 1665.

(2) *Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa, con la nueva del casamiento de la Serenissima Infanta D. Catarina*, 1662.

Ver Domingo Garcia Peres, *Catalogo de los autores portugueses que escribieron en castellano*, 1890, 542.

(3) Mais tarde implicado no assassinato do Marquês de Sande.

Passados alguns dias realizou-se um cortejo alegórico, que maravilhou a todos pela sua riqueza e fantasia.

Começava já a vida de luxo e ostentação, que havia de rodear a Rainha durante cêrca de trinta anos.

Entretida com a preparação do seu enxoval, e encantada com os seus presentes, D. Catarina foi vendo correr os dias, aguardando a esquadra que havia de levá-la para o seu novo país. Diligentemente tentava aprender a língua inglêsa com o Padre Russell, e os louvores que os seus progressos arrancavam à adulação dos cortesãos mantinham-na numa ilusão, que logo à sua chegada a Portsmouth se desvaneceu. Ignorando por completo o que tinha sido necessário conceder para lhe alcançar a coroa da Grã-Bretanha, D. Catarina só via nas festas e cerimónias que lhe prestavam a realização dum sonho encantado, que a sua imaginação fantasiara, sabendo o noivo que lhe destinavam.

Não se pode negar que, mesmo antes de o conhecer, a Infanta se tinha enamorado do brilhante Stuart, e êsse amor sincero havia de ser, enquanto vivesse, o seu tormento e a sua felicidade.

À medida que chegavam a Lisboa Hugo Cholmly, com cartas de Carlos II para sua mulher, Eduardo Montagu, que fôra nomeado estribeiro-mor de D. Catarina e Ricardo Talbot, enviado do Duque de York, em Inglaterra esperava-se ansiosamente a chegada da nova Rainha.

Os mais fantásticos boatos circulavam em Londres sôbre a pobreza de Portugal, e, quanto mais estranhos êles eram, mais crédito mereciam aos ingleses.

O célebre Pepys <sup>(1)</sup>, a-pesar-de deplorar o absurdo

---

(1) Samuel Pepys desempenhou vários cargos importantes durante os reinados de Carlos II e Jaime II, chegando a Secretário



carácter dos seus compatriotas, que não podem deixar de rir e escarnecer de tudo quanto lhes parece estranho, diz no seu Diário: «Jantei com o capitão Lambert e o sôgro, e falámos muito de Portugal donde êle regressou há pouco, êle disse-me que era um sítio muito pobre e sujo, quero dizer a cidade e a côrte de Lisboa; que o rei é uma pessoa grosseira e simples, e que há pouco tempo teria sido morto, por insultar alguém, se não tivesse dito que era o rei; que não há vidros nas janelas, nem os querem ter; ainda hoje os nossos mercadores troçam dum feitor inglês, recém-chegado, que escrevera para Inglaterra dizendo que o vidro seria uma boa mercadoria para enviar para lá, etc. Ao Rei, muitas vezes, é servida na sua própria mesa a carne em escudelas, por uma dúzia de guardas indolentes, algumas vezes apenas fruta, e de tempos a tempos uma meia galinha. E agora que a Infanta se tornou a nossa Rainha, ela poderá ter à sua mesa uma galinha ou um pato» (1).

Não menos descontraídas eram as opiniões que corriam acêrca da beleza e carácter de D. Catarina. Uns diziam que era uma bonita e bondosa princesa, outros que era baixa e feia, outros ainda que era baixa mas bonita, morena e com olhos negros. Nem a sua chegada à Inglaterra conseguiria pôr de acôrdo as opiniões diferentes que a seu respeito corriam.

O palácio de Hampton-Court, cujas obras o próprio Rei vigiara com carinho, estava pronto para receber os noivos,

---

do Almirantado. Autor de um diário célebre, que permite conhecer a fundo a época de Carlos II, as intrigas palacianas e políticas, e a vida inglêsa nos seus mais íntimos pormenores. Impenitente admirador do sexo fraco, o seu diário é precioso pelo pitoresco das suas reflexões e crueza de linguagem, que nos familiariza com os costumes de então.

(1) Pepys, *Diary*, 1928, II, 114.



e o luxo do mobiliário e a riqueza das tapeçarias tornavam-no um encanto de conforto e bom gosto.

No Parlamento, Carlos II pedia a suspensão dos debates até o inverno, para lhe ser permitido ir esperar sua mulher e conservar-se fora da cidade algum tempo; não se esquecia também de chamar a atenção da câmara para o estado lamentável das ruas de Londres, que não estavam em condições de receber uma Rainha.

Por entre intrigas e ciumes faziam-se as nomeações para a casa da jovem Rainha, sendo Lady Suffolk nomeada camareira-mor. É neste momento que Bárbara Palmer, cuja ligação com o Rei durava já há anos, o atormenta com lágrimas e súplicas para êle não a afastar do seu convívio. Carlos comete a loucura de lhe prometer a nomeação de dama da Rainha, e para lhe dar a categoria necessária para desempenhar êsse cargo, concede a Rogério Palmer, seu marido, o título de Conde de Castlemaine (1).

---

(1) Bárbara Villiers, filha de Guilherme Villiers, Visconde de Grandison, ardente partidário de Carlos I. Depois de várias intrigas amorosas, casou em Abril de 1659 com Rogério Palmer. A sua ligação com Carlos II deve ter começado por volta de 1660. Em 1661, foi seu marido criado Conde de Castlemaine, sendo a honra limitada aos herdeiros varões de Bárbara. A-pesar-das infidelidades de que tinha que se queixar o seu real protector, foi-lhe concedido o título de Duquesa de Cleveland em Agosto de 1670. Desde êsse tempo a influência que exercia sobre o Rei começou a declinar, sendo suplantada nos favores reais por Luísa de Keroualle. De 1672 em diante o seu nome deixa de figurar na lista das damas da Rainha. Em 1677 vai residir para Paris, voltando a Londres poucos meses antes da morte de Carlos II. Tendo enviuvado em 1705, casou quatro meses depois, em segundas núpcias, com o major-general Roberto Feilding. Porém, como se descobrisse que a primeira mulher de Feilding ainda era viva, foi o casamento anulado em maio de 1707. Morreu esquecida do mundo em outubro de 1709. Os seus filhos Carlos, Henrique, Jorge, Ana e Carlota Fitzroy foram reconhecidos oficialmente por Carlos II.

Não julguemos que o Rei fêz essa promessa com o intuito de ofender sua noiva. Como todos os homens, cuja vida desregrada leva a prenderem-se a mulheres como Bárbara Palmer, Carlos II não podia cortar bruscamente todos os laços que o prendiam ao passado. As cenas constantes que lhe fazia a favorita levaram-no a conceder o que lhe pediam, a-pesar-do firme propósito de se tornar um bom marido. Até morrer, nunca aprenderá Carlos II a resistir às lágrimas duma mulher bonita.

Depois de ter tomado posse de Tânger<sup>(1)</sup>, entrava finalmente no Tejo, a 1 de Março de 1662, a armada comandada por Eduardo Montague, Conde de Sandwich, que vinha na qualidade de embaixador extraordinário para conduzir a Rainha para a Inglaterra.

Fundeou a esquadra, que era composta de quatorze naus de guerra e cinco sumacas, quási defronte do palacio da Ribeira.

Foi a bordo da «Royal Charles» visitar o embaixador, da parte del-Rei, D. Pedro de Almeida, Vedor da Casa Real, numa falua ricamente ornamentada. Desceu o embaixador inglês a escada do portaló, a recebê-lo, salvando-o ao mesmo tempo com vinte e sete peças. «Sobiram a escada, chegaram à camera, dando-lhe sempre a porta, e a melhor cadeira, e depois de se cobrir, estando sentado, se levantou, e descobrindo-se, deu o recado de el-rei, em que lhe significava o contentamento, que tinha de sua chegada, e a este mesmo tempo se deu outra descarga de artilharia de vinte e sete peças: e respondendo o embaixador com grande apreço à

---

(1) Em Janeiro de 1662. O primeiro governador inglês foi Lord Peterborough.



honra, que el-rei lhe fazia, se sentaram, e conversaram algum tempo. D. Pedro de Almeida se despedio, e o embaixador o acompanhou até ao último degrau da escada, e, tanto que passou a falua, lhe deram tres boas viagens, e o salvaram com outra descarga de artilharia como a primeira» (1).

Passados uns dias, gastos nos preparativos do desembarque, a uma quarta feira, saíu Sandwich do seu barco num rico bergantim, e descendo o rio foi desembarcar em Belém, no jardim do Conde de S. Lourenço.

Pelas duas horas da tarde, aí o foi buscar, da parte del-Rei, o Conde de Redondo, D. Duarte de Castelo Branco, seguido por grande número de côches com fidalgos e mercadores ingleses residentes em Lisboa. Em cortejo se dirigiu este vistoso acompanhamento para o palácio do Côrte-Real, já dito do Infante, através das ruas da cidade, e fazendo caminho pela calçada do «Congro». Neste palácio, uma das habitações mais sumptuosas de então, se hospedou o embaixador e a sua comitiva, sendo tratados com luxo e grandeza, por conta del-Rei.

As salas cheias de tapeçarias, as baixelas de prata dourada, as duzentas camas do palácio (2) formavam sem dúvida um ambiente digno da ostentação que tanto apreciava o Conde de Sandwich. Durante quatro dias sucederam-se os banquetes para toda a gente da armada, e o vinho «publico y comum para quien lo queria».

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 293.

(2) Diz-nos o autor da *Relacion de las fiestas*: «de estado uuo sincoenta de mucho precio, para caualleros; otras cincoenta muy buenas para los criados principales, y otras ciento de las ordinárias».



A nada se poupava a côrte portugueza para mostrar bem a sua alegria pelo casamento da Infanta.

No dia 13 realizou-se a entrada solene e a audiência formal de D. Afonso VI, na sala grande do Forte (1), sendo condutor o Mordomo-mór, Marquês de Gouveia, com todo o cerimonial e etiqueta.

Quási todos os escritores têm aceite, sem a menor dúvida, a afirmação de António Caitano de Sousa de que Sandwich só foi recebido por D. Catarina dois dias depois da sua entrada pública. Porém, a relação que já tenho citado refere: «Habló primero a la Reyna Regēte en su proprio quarto, a que el estado de viudez no consentia adorno festivo. Fue luego al quarto de elRey, que le diò audiencia en la gran sala del Fuerte, la mayor, y más hermosa que se sabe, tapisada con la excelente tapiceria de la toma de Tunes, e con otras que querian igualarla; estaua verdaderamente Casa Real, y digna de aquel acto. En tercer lugar fue a su Reyna (a la qual el dia de antes hauia hablado priuadamente) cuyo quarto en las tapicerias ricas, en las alhombros brodadas de oro, y en otros adornos singulares, diera harto que admirar, sino lleuara todo el cuidado la vista de su dueño, Sol tan piedoso, que dexaua luzir la bella asistencia de las Damas».

Ainda que a etiqueta lhe permitisse ver D. Catarina no próprio dia, ou apenas dois dias depois da sua audiéncia formal, o que é certo é que Sandwich devia estar ansioso por ver a nova Rainha de Inglaterra. A audiéncia que lhe deu D. Catarina decorreu solene e longa, como o exigia o protocolo do século XVII, e o embaixador retirou-se depois

---

(1) Torreão filipino do Paço da Ribeira.

Ver Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, 1893, 307-309.

de entregar as cartas que trazia, de Carlos II para sua mulher e para sua sogra, e apresentar à Rainha os fidalgos ingleses nomeados para o seu serviço.

O aspecto juvenil, a fisionomia bondosa e meiga da princesa portuguesa impressionaram-no tão agradavelmente que não hesitou, quando chegou o momento, em transgredir as suas instruções e embarcar a Rainha, a-pesar-de Portugal não ter satisfeito as condições do contrato matrimonial.

Trocaram-se as visitas oficiais entre o embaixador do Rei da Grã-Bretanha e as altas personalidades da côrte portuguesa, e começaram as negociações para a entrega do dote. Chegara o momento penoso de confessar a Sandwich que Portugal não podia entregar o dote que prometera.

A Rainha Regente, com as maiores desculpas, informou o embaixador que as necessidades de defender o país do último ataque dos espanhóis tinham colocado o reino numa situação tão embaraçosa, que era impossível pagar imediatamente mais do que metade do dote, e a outra metade seria infalivelmente paga até ao fim do ano (1). Esta notícia colocou Sandwich numa situação difficilima, pois, pelas condições do tratado, o não cumprimento, antes do embarque da Rainha, de algum dos seus artigos, implicava a anulação do casamento. As suas instruções obrigavam-no a receber o dote por inteiro, que elle sabia ser ansiosamente esperado por Carlos II, mas Portugal não lho podia pagar. Além disso, já tinha tomado posse de Tânger, instalado a guarnição inglesa, e não tinha poderes para devolver a praça. Mediu Sandwich a gravidade da contingência. Entre expor os dois países a uma rotura, pela qual Portugal e a sua

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 414.



princesa sofreriam uma humilhação dolorosa, ou aceitar a proposta de D. Luísa, o seu espírito cavalheiresco pouco hesitou. Não havia tempo para pedir novas instruções para Londres, e Sandwich, conhecendo a bondade e fidalguia do seu rei, resolveu levar a Rainha e a metade do dote que lhe ofereciam. Todavia, a complacência do embaixador não chegou ao ponto de aceitar a forma como lhe queriam efectuar o pagamento, em jóias, açúcar e especiarias.

Depois de várias negociações chegou-se a um acôrdo. As mercadorias seriam embarcadas na armada inglesa e entregues em Londres a um representante de D. Afonso VI, que a trôco delas entregaria a Carlos II, em moeda, a soma correspondente à primeira prestação do dote, e Portugal obrigava-se a pagar a segunda, no espaço dum ano.

Para efectuar essas transacções foi enviado, com a armada, o rico banqueiro judeu, Duarte da Silva, que se comprometera a promover em Londres a liquidação da fazenda (1).

Os dias tinham passado no renhido combate dos pedidos e das ofertas, e D. Catarina, ignorante da avaliação lisongeira que o embaixador fizera entre ela e o seu dote, devia estranhar a demora da partida.

As longas cerimónias da Semana Santa e da Páscoa vieram distrair a incerteza que confrangia igualmente portugueses e ingleses, e proporcionar ao Conde de Sandwich um espectáculo colorido e pitoresco, que o desviou dos cuidados que o assaltavam.

---

(1) J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos novos portugueses*, 1922, 265-266, 281-282; António Baião, *Episódios dramáticos da Inquisição portuguesa*, 1924, II, 266 e segs.



Nos meados de abril tudo estava enfim ajustado, e as mercadorias a bordo, faltando só a mais preciosa de tôdas, a Rainha.

Aos 23 de Abril de 1662, dia de S. Jorge, por entre o troar dos canhões e o repicar dos sinos, soou a hora em que D. Catarina se despediu da sua pátria. Pela última vez, pensava ela, os seus olhos contemplavam sua mãe e irmãos, o velho Paço da Ribeira, a terra tão amada para quem ela era penhor de vida e liberdade.

De manhã cedo, escondendo a comoção que a oprimia, aparentemente serena e digna, apertada no seu fato de gala de enorme saia rodada, saíu da antecâmara da Rainha Regente, dando-lhe esta a direita, e seguindo-as D. Afonso VI e o Infante D. Pedro. Imediatamente atrás acompanhavam-nos, em imponente cortejo, os grandes de Portugal, os oficiais da Casa Real, e tôda a côrte. Baixaram à Sala dos Tudescos, e, atravessando-a até à varanda situada no topo da escada que descia ao pátio da Capela, aí se despediram as duas Rainhas com poucas palavras. Pretendeu D. Catarina beijar a mão a sua mãe, mas não o consentiu D. Luísa, que a abraçou affectuosamente e lhe deu a sua bênção. Ficou no alto da escada a Rainha Regente, e desceu D. Catarina entre seus irmãos. Antes de entrar no côche, que no pátio os aguardava, D. Catarina fêz uma profunda reverência a D. Luísa, que, abençoando-a de novo, se retirou para a paz do seu oratório, onde livremente podia dar largas à sua dor.

Não consentia a complicada pragmática portugueza do século XVII que o menor sentimento de tristeza transparecesse nas pessoas reais, e no programa das formalidades que nessas cerimónias se observaram, diz-se: «e nem a ellas, e muito menos aos Principes, é necessario lembrar a intei-

reza, com que se hão de haver nesta ocasião, sem se lhe verem demonstrações de sentimento, que pareçam indignas de taes pessoas» (1).

Para desabafo da sensibilidade nacional, resta-nos a consolação de saber que as damas da côrte choraram por todos.

Organizou-se o cortejo, que lentamente seguiu caminho pela Tanoaria e Calcetaria, e dali à Rua Nova, subindo pela Padaria até à Sé, por entre alas de infantaria. Na frente iam os corregedores da côrte e mais ministros da justiça, a cavalo, os côches de festa, descobertos e cheios da primeira nobreza do reino. No côche real, que seguiam os capitães da guarda, occupava o lugar de honra a Rainha da Grã-Bretanha, à direita de D. Afonso VI, e o Infante D. Pedro tomava o assento da frente. Precedia a carruagem real o côche do Duque de Cadaval e o do Conde de Sandwich. Estavam as ruas tôdas enfeitadas com colchas, sêdas, tapetes, arcos triunfais, e por elas andavam inúmeras danças e folias, trombetas, charamelas e menestréis. Salvavam as fortalezas e os navios surtos no Tejo, repicavam os sinos das igrejas e mosteiros, numa estrondosa alegria. Tinham-se esmerado os officiais mecânicos na decoração dos arcos triunfais; o dos ourives da prata, à entrada da sua rua, coberto de prata batida, e o dos alemães, que se levantava no Terreiro do Paço, maravilhavam todos pelo engenho da sua fábrica.

Na Sé, onde chegaram pelas nove horas, foram Suas Majestades recebidas, à porta, pelo cabido, e depois de terem beijado o lenho da Santa Cruz, dirigiram-se para a capella-mor, onde se cantou um Te-Deum seguido de missa solene.

---

(1) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, xvii, 236-256.



Emquanto duravam as cerimónias religiosas, a que não podiam assistir, por serem protestantes, o embaixador de Inglaterra, o estribeiro-mor Eduardo Montague, o vedor da Rainha, e outros ingleses de qualidade, retiraram-se para o claustro onde os entretiveram vários fidalgos portugueses.

«Acabada a Missa, tornaraõ os Reys a entrar no coche, e vieraõ buscar o Terreiro do Paço, achando as ruas, por onde novamente passavaõ, com riquissimos adereços, naõ inferiores aos antecedentes, e com arcos de differentes architecturas. Chegaraõ ao Paço pela porta da Campainha, aonde era o jardim, junto à Ribeira das Naos.» (1) Por uma porta aberta para êle entrou o côche das Majestades, através do jardim, e todos os fidalgos que iam no cortejo fizeram caminho, a pé, por outra porta, até à ponte, ricamente ornamentada, que na Ribeira das Naus se havia preparado para, a tôda a hora da maré, se poder embarcar, e onde estavam os bergantins (2).

Pela última vez tôda a comitiva beijou a mão a D. Catarina, antes de embarcar, não consentindo el-Rei que lho fizessem a êle, por cortesia com a Rainha, sua irmã. Quando acabou esta parte das despedidas, entrou a Rainha no bergantim real, conduzida por D. Afonso VI, seguindo-os o Infante, a camareira-mor e damas de honor, o Conde de Sandwich e os officiais ingleses da casa da Rainha, e os

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 296.

Ver a propósito «da Campainha»: Júlio Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, 1893, 400-401.

(2) Existe uma série muito curiosa de estampas, gravadas por Dirk Stoop, relativas ao casamento, embarque e viagem de D. Catarina. Ver Ernesto Soares, *Dicionário de Gravadores*, 1937, I, 178-179.



quatro fidalgos principais que acompanhavam D. Catarina para Inglaterra. Eram êles: Francisco de Melo, já agraciado com o título de Marquês de Sande, e que voltava à Grã-Bretanha como condutor da Rainha e embaixador extraordinário; Nuno da Cunha de Ataíde, Conde de Pontevel; Francisco Correia da Silva e D. Francisco de Melo.

Por entre o troar das salvas de terra e mar, desamarrou o bergantim real acompanhado de inúmeras gôndolas e embarcações, empavesadas vistosamente, nas quais embarcaram a nobreza, conselhos e tribunais, e de barcas em que iam músicos, danças, folias, chacotas, todos dançando e tocando.

Ao encostar o bergantim da Rainha à Royal Charles<sup>(1)</sup>, abateram a bandeira ordinária e arvoraram o estandarte real, enquanto a tripulação, que enchia as vêrgas, soltava vivas arremessando os chapéus ao mar em sinal de alegria. Subiu D. Catarina lentamente a escada da capitânia, e, ao entrar a bordo, tôda a esquadra inglêsa salvou a Rainha da Grã-Bretanha.

Desde êsse momento deixava de existir a princesa portuguesa, e D. Afonso VI confiava sua irmã ao Conde de Sandwich, que cerimoniosamente os conduziu à câmara, que tinha sido preparada para a Rainha.

Foi nesse aposento luxuoso, alcatifado de tapetes de preço, e todo guarnecido de veludo e damasco carmesim, que D. Catarina se despediu de seus irmãos e das damas que a tinham acompanhado até aí. Acabadas as despedidas retirou-se el-Rei e o Infante, acompanhando-os a Rainha

---

(1) Êste mesmo navio fôra à Holanda buscar o exilado Carlos II, quando da sua restauração no trono inglêso.

até à escada da Royal Charles, só se recolhendo, a-pesar das instâncias de D. Afonso, depois de os ver embarcar no bergantim.

Não podendo conter as lágrimas, voltou D. Catarina para a sua câmara, onde a aguardavam as damas que a seguiam, D. Elvira de Vilhena, Condessa de Pontével e D. Maria de Portugal, Condessa de Penalva (1).

D. Afonso VI, acompanhado pelo Conde de Sandwich, navegou para a Ribeira das Naus, seguido dos barcos do seu séquito; recolhido el-Rei ao Paço, voltou Sandwich para bordo (2). Mas tinha-se levantado vento contrário, e a armada não levantou ferro. Podia D. Catarina contemplar ainda a sua linda Lisboa, e habituar-se um pouco ao movimento do mar. À noite houve grandes fogos e luminárias, em terra e em todos os navios da armada, enquanto embarcações cheias de músicos, tocando e cantando, rodeavam a nau da Rainha. Officiais da Casa Real vinham tôdas as quatro horas, da parte da Rainha D. Luísa, de el-Rei e de D. Pedro, saber como passava D. Catarina, com os «descomodos do navio», e esta, na sua câmara, escreve a sua mãe uma carta de despedida em que lhe envia um saudável adeus.

Na manhã seguinte, a-pesar-do vento continuar contrário, levantou ferro a armada, e depois da capitânia se fazer a terra, numa última saudação, seguiu rio abaixo, até Belém, onde fundeou, aguardando vento de feição.

---

(1) Irmã do Marquês de Sande.

(2) Seguimos a pormenorizada narração duma Relação da época: «*Relaçam diaria da jornada que a Serenissima Rainha da Gram-Bretanha D. Catherina fez de Lisboa a Londres*», 1662.

Uma descrição primorosa das festas e embarque de D. Catarina, encontra-se em: Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 1882, 336-339.



Ao anoitecer voltaram a rodear os navios numerosos barcos com os seus descantes. Por volta da meia-noite D. Afonso VI e o Infante, no bergantim real, seguidos por faluas, com músicos, vieram dar uma última serenata a D. Catarina, que, não resistindo, se levantou para os ir ver.

Como o vento tivesse rondado, na terça feira, 25 de Abril, pela manhã, largou a armada a caminho da barra, salvando tôdas as fortalezas, de Belém até Cascais, e acompanhando-a uma barca de Cezimbra, «que por sua velocidade levava para a mostrar a elRei de Inglaterra o Almirante».

Acompanhava D. Catarina uma numerosa família, de mais de cem pessoas.

Era êsse numeroso séquito composto de frades, músicos, toucadeiras e açafatas, muitos dêles acompanhados por diversos parentes. Como capelão e esmoler-mor ia Ricardo Russell, bispo eleito de Portalegre, que tanto ajudara a realização do casamento, acolitado pelo Dr. Godden, seu compatriota, e que em 1655 fôra nomeado reitor do Colégio de S. Pedro e S. Paulo, dos Inglesinhos (1).

Parece não ter sido muito feliz a escolha feita por D. Luísa das damas e açafatas de D. Catarina. Clarendon não só as classifica de velhas, feias e orgulhosas, mas também as acusa de, pelos seus conselhos, tornarem a Rainha intransigente e teimosa (2). O Conde de Gramont diz: «Cette suite étoit alors composée de la Comtesse de *Panétra*, passée avec elle en qualité de Dame d'Atour, de six monstres qui se disoient filles d'honneur, et d'une *Duégna*, autre monstre, qui se portoit pour Gouvernante de ces rares beautés» (3).

---

(1) *The Anglo-Portuguese News*, N.º 68, 10.

(2) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 420.

(3) Gramont, 1876, *Mémoires*, 81.



A apreciação do Conde de Gramont parece-nos excessiva; contudo, não podemos negar que foi bastante desagradável a opinião geral dos ingleses ao vê-las. Se em Lisboa podiam brilhar pela sua virtude e pelo seu rigorismo, em Hampton-Court apenas conseguiram divertir a côrte inglêsa, chegando a inventar-se que elas, levadas pelo seu escrúpulo exagerado, «se recusavam a dormir em camas onde já tivessem dormido homens».

Deixemos estas «beldades» por algum tempo, até que a cólera de Carlos II as torne a restituir às intrigas da vida lisboeta.

Pouco depois das dez horas da manhã, acabava a armada de sair a barra, deixando para trás as embarcações que a tinham acompanhado, e fazendo-se ao mar com vento áspero. Decorreu tormentosa a viagem, e os navios, durante dias, foram assaltados por uma tempestade que por momentos os fêz perigar. O mêdo e o enjoo atormentavam os passageiros, que ao ouvirem o ranger das vêrgas e o estalar dos mastros pensavam que a sua hora era chegada. D. Catarina «sentio o trabalho da navegação, e padeceo grandes dores em hum braço» (1), mas nem a tormenta nem o sofrimento a fizeram deixar por um momento a reclusão dos seus aposentos. O Conde de Sandwich, para a distrair e animar, vinha à noite, com os seus músicos, tocar e cantar à porta da câmara real.

No domingo 30, Sandwich mandou seguir rapidamente para Inglaterra Eduardo Montague, na fragata Princesa, a dar conta do decorrer da viagem e levando cartas de D. Catarina para Carlos II e Lord Clarendon.

---

(1) Conde de Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, IV, 85; Francesco Brandano, *Dell'Istoria delle guerre di Portogallo*, 1724, 47.

Pelas alturas do Monte São Miguel, cruzou-se a armada com quatro naus inglêsas que vinham com cavalaria para o socorro de Portugal, e pelas quais a Rainha enviou uma carta a sua mãe D. Luísa.

Como o tempo não melhorasse e um nordeste forte continuasse a castigar os navios, recolheram-se em Mount's Bay, esperando vento favorável. Tôda a costa, com fogos de artifício e salvas de artilharia, saüdou a aproximação da esquadra que conduzia a jóvem Rainha. Agradável devia ser para D. Catarina escutar o longínquo troar dos canhões, que anunciavam a proximidade do seu reino, dessa terra por quem ela sentia uma viva curiosidade.

Logo que o vento abrandou, a armada seguiu viagem com rumo a Portsmouth, e ao largo da ilha de Wight avisitou-se com cinco fragatas de guerra, comandadas pelo Duque de York, que vinha, em nome de Carlos II, dar as boas-vindas a D. Catarina. Assim que se aproximou da capitânia, mandou o Duque o seu secretário pedir licença à Rainha para vir a bordo beijar-lhe a mão. D. Catarina apressou-se a responder-lhe «que qualquer dilação lhe seria penosa». Não tardou o Duque em dirigir-se para a nau Royal Charles, acompanhado pelo Duque de Ormond, mordomo-mor de Carlos II, pelo Conde de Chesterfield e pelo Conde de Carlingford, que tinham sido nomeados respectivamente camareiro-mor e mestre de cerimónias de D. Catarina, pelo Conde de Suffolk e muitos outros fidalgos. Esperava-o na coberta o Marquês de Sande, rodeado pela comitiva portuguesa, que cerimoniosamente o conduziu até junto da Rainha.

No último gabinete da câmara da pôpa, assentada debaixo de um dossel, D. Catarina, vestida à inglêsa, de tela côr de cana e rendas de prata, aguardava o seu cunhado. Quando



o Duque de York foi anunciado D. Catarina levantou-se, e dando três passos fora do dossel fêz menção de ajudar a levantar o Duque, que ajoelhara diante dela, não consentindo que elle lhe beijasse a mão. Voltando a Rainha para o seu lugar, depois de trocar com o Duque de York as saudações da praxe, servindo-lhes de intérprete Ricardo Russell, instou com o Duque para que se assentasse junto dela, numa cadeira de braços, à sua mão direita. O Duque de York airoosamente recusou essa honra, e puxando uma cadeira rasa assentou-se à esquerda da Rainha, fora do dossel. Conversaram familiarmente, o Duque falando em espanhol e a Rainha em português, agradecendo D. Catarina, com evidente prazer, as provas de affecto que seu cunhado lhe manifestava. Mas a etiqueta não permitia que a conversa se prolongasse, e os fidalgos ingleses foram entrando um a um para serem apresentados à Rainha. Entrou primeiro, a beijar a mão a D. Catarina, o Duque de Ormond, que lhe entregou uma carta de Carlos II, seguindo-o o Conde de Chesterfield e todo o séquito que acompanhava o Duque de York. Por sua vez D. Catarina apresentou a seu cunhado os fidalgos portugueses, «e elles querendo-lhe beijar a mão S. A. o não permitiu».

Finda esta cerimonia despediu-se o Duque, e D. Catarina, num gesto de delicadeza, acompanhou-o três passos para fora do dossel, respondendo apenas aos protestos com que o Duque tentava impedi-la de o fazer, que «o que não devesse por obrigação, queria ella fazer por affecto».

Emquanto as duas armadas navegavam morosamente para Portsmouth, não deixou o Duque de York de vir todos os dias visitar a Rainha, sem nenhuma cerimonia, com o simples à vontade que tanto agradava à côrte inglesa de então.

D. Catarina, querendo mostrar quanto se acomodava aos usos do seu novo país, recebia-o na câmara onde dormia,



«rompendo a clausura do seu retiro» (1), com uma simplicidade que devia espavorir a sua niquenta comitiva. Pelo Conde de Pontevel, D. Francisco de Melo, e outros fidalgos principais, mandava a Rainha retribuir as visitas do Duque de York, a bordo do seu navio. «Era este hum dos quatro que elRey tem para sua recreação, nos quais sahia ao mar muitas vezes, fabricados com notauel perfeição & artificio, porque dentro em hum pequeno casco comprehende muitas & espaçosas Cameras douradas, & pintadas marauilhosamente, cõ chamines de marmore de Italia, E tudo o mais que se pode desejar em hum Palacio muito bem accomodado» (2).

A intimidade, que de dia para dia aumentava entre ambos, permitiu ao Duque de York pedir à Rainha que se vestisse à portuguesa, para êle ver. Acedeu D. Catarina, e durante umas horas voltou a usar os antiquados «guardinfantes» e «anquinhas». Uma pluma branca espetada nos cabelos, penteados em extravagante cabeleira, completava o vestuário. Delicadamente o Duque teceu o seu elogio, dizendo a sua cunhada «que lhe pareceu muito bem», conjecturando certamente na razão que levaria as damas portuguesas a seguirem a moda, que se usara em Inglaterra, no tempo da Rainha Isabel.

Tem-se afirmado que D. Catarina, teimosamente, se recusara, ao chegar, a trocar o seu vestuário à portuguesa pelos fatos que seu marido lhe enviara de presente (3). Porém, nas descrições da época verificamos que D. Catarina estava vestida à inglêsa quando recebeu o Duque de York,

---

(1) Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, IV, 86.

(2) *Relaçam diaria da jornada que a Serenissima Rainha da Gram Bretanha D. Catherina fez de Lisboa a Londres*, 1662.

(3) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 421.

a bordo da *Royal Charles*, e que só a pedido d'ele se vestiu à portuguesa. Vestida à inglesa desembarcou em Portsmouth, e enquanto chovem os comentários provocados pelo trajar das damas portuguesas, nenhum escritor diz que D. Catarina continuasse a vestir à portuguesa, algum tempo depois do seu desembarque. Se lhe custou a acomodar-se à moda inglesa, não foi por orgulho ou teimosia, mas por acanhamento e timidez. Quem se habituara às imponentes anquinhas portuguesas, não podia, de repente, ajustar-se aos costumes da corte de St. James, que em breve copiaria a moda audaciosa da de Versailles. A austeridade do Paço da Ribeira tinha marcado demasiadamente no espírito da princesa, para ela poder, sem hesitação, esquecer o passado.

No mesmo dia em que se vestira à moda de Portugal, para comprazer a seu cunhado, D. Catarina falou a todos os oficiais da *Royal Charles*, que lhe beijaram a mão, e mandou dar ao capitão um colar de ouro, 1000 cruzados ao mestre e pilotos, e outros 1000 cruzados para repartir entre a tripulação (1).

Aproximava-se o termo da viagem e já se avistava a foz do Solent.

A 24 de Maio entraram as duas armadas em Portsmouth, saúdadas por tôdas as fortalezas (2). A capitânia ancorou defronte de Spithead, sendo festivamente rodeada por grande

---

(1) Pepys conta que as dádivas da Rainha tinham desiludido todos pela sua insignificância.

Pepys, *Diary*, 1928, II, 227.

(2) Seguimos as datas apontadas por todos os escritores portugueses contemporâneos, baseando-nos, para tomar esta resolução, em que, se atendermos à contagem do ano pelo estilo inglês da época, achamos perfeita concordância entre os documentos ingleses e portugueses. O calendário gregoriano só foi adoptado pela Inglaterra em Setembro de 1752.



quantidade de barcos que aclamavam a Rainha. A bordo, D. Catarina, entre as suas damas e açafatas, preparava-se para desembarcar, e, querendo agradar, ingenuamente pediu para usar as jóias que tinham sido entregues em Lisboa, e julgava pertencerem-lhe. O Conde de Chesterfield viu-se obrigado a explicar-lhe que as jóias não eram para seu uso pessoal, mas para pagamento do dote. Não seria esta a única desilusão que a esperava logo no dia da chegada.

Levando-a pela mão o Duque de York, passou a Rainha da capitânia para um bergantim que rapidamente a conduziu para terra, onde se acotevelava uma multidão cheia de entusiasmo e curiosidade. Acompanhava-a a Condessa de Pontevel, e a pobre Condessa de Penalva, «ficou no navio sangrada seis vezes, mas logo foi conduzida a terra.»

Em Sally Port esperavam D. Catarina o governador de Portsmouth, os magistrados com as suas vestes de gala e maças douradas, e grande número de fidalgos.

Quando a Rainha desembarcou, uma salva cerrada de mosquetaria e as aclamações do povo atroaram alegremente os ares, enquanto o Duque de Ormond e o Conde de Manchester avançavam para a receber, ao pisar o solo inglês.

Descoroçada, percebeu D. Catarina que lhe explicavam que o Rei não pudera sair de Londres por causa de alguns negócios urgentes, que se decidiam no Parlamento. Em seguida, o corregedor da cidade «lhe fez hũa pratica de grandes parabens, & offercimentos».

Entrou a Rainha no côche real que a aguardava e percorreu as ruas principais, «para se deixar ver do Povo, que com notavel aluoroço a seguia», até King's House, residência do governador de Portsmouth, onde estava preparado

o seu alojamento (1). Logo que chegou a King's House, D. Catarina recebeu com grande afabilidade a Condessa de Suffolk, sua nova camareira-mor, e outras damas, e os oficiais menores da sua casa. Com uma garridice encantadora, pediu a Rainha às suas damas para lhe assistirem na manhã seguinte e auxiliarem-na a escolher o vestuário que elas pensassem mais agradar a el-Rei (2). Finda a audiência, escreveu uma carta a Carlos II, anunciando-lhe a sua chegada, e imediatamente o seu camareiro-mor partiu para Londres, a-fim-de a entregar ao Rei.

Na manhã de 25 de Maio ouviu missa, celebrada pelo seu capelão-mor, o Conde de Aubigny, e paciente esperou que os negócios de Estado permitissem a seu noivo vi-la buscar.

Todos os dias chegavam cartas affectuosas de Carlos II, que com a sua ternura entretinham a ansiedade de D. Catarina.

A primavera inglêsa, traiçoeira para quem vinha habituada ao sol de Portugal, submeteu a a mais uma incómoda provação. Três dias depois da chegada caíu à cama com uma inflamação de garganta. Porém, como rapidamente melhorasse, não se deu conta do sucedido ao Rei.

Seria ainda deitada, mal refeita dessa doença, que ela veria pela primeira vez o homem que ideara e que, numa paixão repentina, prenderia a sua alma até à morte.

Mal se soube em Londres a notícia da chegada da Rainha, começaram as demonstrações de alegria, repicando os sinos das igrejas, e «bonfires» defronte de tôdas as portas iluminavam a cidade.

---

(1) *Relaçam diaria da jornada, etc.*, 1662.

(2) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 90.



Apenas a Condessa de Castlemaine, «the lady», com quem ceava o Rei, se eximiu a essa homenagem, o que causou grande reparo (1).

No Parlamento, Carlos II apressava a conclusão dos debates, o que lhe consentiria prorrogá-lo até o inverno, e pedia novamente que tomassem providências para evitar que a Rainha encontrasse Whitehall rodeado de água, quando entrasse na capital.

Os negócios de Estado e a curiosidade de ver sua mulher não impediam o Rei de dedicar os seus cuidados a Bárbara Palmer, com quem ceava tôdas as noites. Bárbara esperava a todo o momento o nascimento dum filho, mais tarde reconhecido por Carlos II, e aproveitava o seu estado para lhe arrancar as mais loucas promessas, ameaçando-o de ir dar à luz em Whitehall, para conseguir os seus fins (2).

O contraste entre a índole arrebatada da amante e a doçura duma noiva que lhe anunciavam como um modelo de complacência, inclinava Carlos II a descançar na tranquilidade que lhe prometiam.

Assim lho escrevera D. Luísa:

«Señor hyjo mio. Enfn meha Vuestra Magestad quitado el corason, y tan dulsemente que es igual elgusto, con que doy aVuestra Magestad al dolor, que me queda deme ver sin mi hyja, ecompanhia mui buena, espero le hara aVMg.<sup>d</sup> y mejor, si mirare mas para el interior de su animo, que para su persona, porque entre otras virtudes, tiene candides, mansidumbre, y juiçio sin artificio capaz de agradar aUn animo tam generoso, como el de Vuestra Mag.<sup>d</sup>, y el tiempo enseñará aVMg.<sup>d</sup>, que no gauo la nobia como Madre, Dios la lleue *alos braços* (está riscado e à margem escreveram: «ou se não parecer bem esta palavra alos ojos de Vuestra Mag.<sup>d</sup>») de Vuestra Mag.<sup>d</sup> y me

(1) Pepys, *Diary*, 1928, II 225.

(2) Pepys, *Diary*, 1928, 219.

enbie estas nueuas para enxugar mis lagrimas, y deque Vuestra Mag.<sup>d</sup>. está satisfecho, para que tenga en uno dos hijos, y no diuida el amor que aentre ambos tengo, no ofresco a Vuestra Mag.<sup>d</sup> lo mas que queda desta parte, porque con lo que uaá doi todo. Dios guarde a Vuestra Magestad tantos annos como desea. Esta madre q̄ mucho lequiere».

«Luísa R.» (1).

### III

Carlos II herdara de sua mãe, Enriqueta Maria de França, a graça e a leveza do espírito francês, onde uma gota do sangue italiano dos Medicis punha um travo de perversidade. Moreno, resistente e sadio, a elegância e aprumo da sua figura contrapunham-se à fealdade das suas feições.

Educado pelo seu preceptor Guilherme Cavendish, Conde de Newcastle, para quem a acção era maior virtude, num príncipe, do que o estudo, e a afabilidade e cortesia maiores vantagens do que a generosidade, muito novo se libertou de qualquer tutela para se entregar, sem peias ou escrúpulos, à imperiosa sensualidade do seu temperamento. Mistura deliciosa de duas raças, tão diferentes nas virtudes e nos pecados, reuniu o amor pela vida ao ar livre e pelos exercícios violentos, com o encanto do espírito e a distinção de maneiras. Igualmente à vontade na sela dum cavalo de sangue ou num baile palaciano, infatigável na marcha e coleccionador entendido, a sua intelligência curiosa divertia se com os mais variados assuntos, e o seu talento de conversador e os ditos de espírito, nem sempre delicados, torna-

---

(1) Arq. N. da Torre do Tombo, Colecção de S. Vicente, xx, 308.



vam-no duma convivência cativante. Obrigado a conhecer os homens e as suas paixões desde a juventude, só apreciava como raridade a honestidade e a virtude, e as lutas religiosas que presenciara tornaram-no livre pensador indiferente, mas talvez, no íntimo da sua consciência, oscilando indeciso entre o catolicismo e o protestantismo.

Uma mocidade aventureira, a penúria que o perseguira longos anos, as intrigas e os rancores, a baixaza de sentimentos e a falsidade das promessas que êle observara, não azedaram o seu carácter, e o seu bom humor não desapareceu, a-pesar do mau conceito que formara de tóda a humanidade. A indiferença pelo juízo dos homens e pelos seus preconceitos levaram-no a não se coibir de qualquer fantasia.

Precursor duma attitude real que atingiria a máxima perfeição com o Rei de França Luiz xv, Carlos II foi incontestavelmente um mau homem, mas um hábil político. Realizando que um trono, sem poder absoluto, não valia o sacrifício dos seus prazeres, mas que alcançá-lo seria a possibilidade de os poder satisfazer, desempenhou com rotina as funções que o seu estado exigia. Se não tivesse constantemente a incomodá-lo a sombra de um parlamento intransigente nas suas prerrogativas, e que por tódas as formas tentava cercear a autoridade real, êle poderia ter dado a medida da sua inteligência, que o sistema governativo inglês desviou para a frivolidade.

Só um carácter firme e uma têmpera invulgar podiam ter arrostado com as tormentas que êle dominou com perícia, e garantir o trono ao impopular Jaime II.

O interêsse que lhe merecia o desenvolvimento da Inglaterra, como potência marítima e comercial, desmente a sua inutilidade; e a habilidade e desenvoltura com que soube

prender o povo e cultivar uma popularidade complacente, desmentem a sua indiferença.

A vida amorosa de Carlos II é um reflexo das suas qualidades e defeitos, e da sua visão do mundo. Nos homens pouca honestidade encontrara, nas mulheres pouca virtude.

O encanto da sua personalidade conquistava todos os corações, e a sua generosidade tôdas as consciências.

Apreciador requintado dos encantos femininos, não era exigente na jerarquia das suas amantes, mas sim na sua beleza. Arrastado pela luxúria, foi dominado sucessivamente por aquelas que lhe concediam os seus favores a trôco de riquezas e mercês, mas nunca a ponto de se iludir sôbre a fidelidade que lhe era devida. É, sem dúvida, êsse cinismo sentimental que lhe fêz responder aos pedidos de interferência dos desesperados parentes protestantes da Condessa de Castlemaine, que se convertera ao catolicismo na esperança de reconquistar o favor real: «Eu nunca me intrometo com a alma das senhoras».

Mas no coração de Carlos II havia um jardim encantado em que floria o mais dedicado e inocente amor. A amizade de sua irmã Enriqueta Ana, a célebre «Madame», mulher de Filipe, Duque de Orleães, era fresca e consoladora. Nela via o Rei tudo o que uma mulher pode ser de bom e puro, e a admiração e respeito que por ela tinha atestam que êle ainda podia ser remido pelo amor sincero de uma mulher. A correspondência trocada entre ambos é um mimo de ternura e graça, e nela perpassam, com a maior intimidade, a política, as intrigas, os acontecimentos e bons ditos da côrte. A influência da Duquesa de Orleães sôbre seu irmão foi enorme; e se politicamente podia ter sido perigosíssima para a Inglaterra, moralmente foi, com tôda a certeza, benéfica.



Um destino fatal parece ter pesado sobre os últimos Stuarts, a dobrá-los, pelo infortúnio ou pela morte, a um fim irrevogável. Figuras de tragédia, antipáticas e distantes, só seduzem quando a desgraça as envolve numa auréola de martírio. Carlos II, reacção violenta, representa o esforço extenuante duma raça para gerar, antes de se extinguir, um exemplo vivo do encanto, da felicidade, do bom humor, que nunca existira nem viria a repetir-se em nenhum Stuart.

Quando Carlos conseguiu libertar-se do seu moroso parlamento, partiu de Londres, numa segunda feira, 29, pelas nove horas da noite, acompanhado por seu primo, o Príncipe Roberto, e escoltado por uma companhia de cavalos da sua guarda. Quási sem parar, e graças à velocidade dos cavalos e ao número de mudas que no caminho estavam prevenidas, Carlos II chegou a Portsmouth no dia seguinte, pelas duas horas da tarde.

Tinha saído a recebê-lo, duas léguas fora da cidade, grande número de fidalgos.

No pátio de King's House esperavam-no o Marquês de Sande e a comitiva portuguesa. Carlos falou-lhes com muito agrado, dizendo ao embaixador quanto «o estimava ver naquelle Reyno na occasião da sua mayor fortuna» (1).

Entrou o Rei no palácio, mas, ao subir a escada, um pequeno incidente perturbou a solenidade da pragmática. O Príncipe Roberto, com uma rudeza indesculpável, tentou adiantar-se ao embaixador português, colocando-se junto a Carlos II. Sande, sabendo o lugar que lhe era devido, e como representante do Rei de Portugal, não podia tolerar a mínima falha às suas prerrogativas, pegando-lhe no braço o

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 303.

deteve, dizendo a El-Rei: «Senhor mandaime dar o lugar que me toca». Carlos II imediatamente deu razão à justificada queixa do embaixador, e mandando o Príncipe afastar-se, acomodou o Marquês no lugar que lhe competia (1).

A-pesar-da curiosidade que Carlos II sentia por ver a mulher que de Portugal lhe tinham trazido, não quis aparecer à Rainha sem primeiro mudar de fato e barbear-se.

Assim que acabou de se compor, com muita galhardia, o Rei entrou no quarto de D. Catarina, que ainda estava de cama, por não lhe permitirem os médicos que se levantasse, não consentindo que o acompanhassem mais que seu irmão e um pequeno grupo de fidalgos principais.

Depois do Marquês de Sande lhe fazer a entrega oficial da pessoa da Rainha, Carlos II pegando na mão de sua mulher saúdou-a com um beijo, e sentou-se numa cadeira junto da cama. Falando-lhe em espanhol, «com finissimas expressoens lhe manifestou o seu contentamento, que se diminuira, se do seu achaque o não tiverão informado os Medicos com seguras affirmações, que não merecia o seu cuidado». Respondeu-lhe a Rainha «com tanta prudencia, e descripção, que depois delRey voltar para o seu quarto, manifestou a satisfação da fortuna do seu desposorio» (2).

A noite ceou Carlos II em público, tendo o Duque de York à direita, e rodeando a mesa os fidalgos, de pé e descarapuçados, enquanto músicos e danças entretinham a alegria de todos.

---

(1) *Relaçam diaria da jornada, etc.*, 1662; Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, VI, 87; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 259.

(2) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 303; Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, IV, 87-88; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 259-260.



Antes de se recolher aos seus aposentos voltou novamente a visitar sua mulher e a saber como se achava. Não tardou Carlos II a escrever a Clarendon, contando a impressão que lhe causara a princesa portuguesa. Nessa carta, datada de 31 de Maio de 1662<sup>(1)</sup>, Carlos II afirma ao seu Chanceler: «Não se pode dizer que as suas feições sejam as de uma beleza, apesar dos olhos serem muito bonitos, e nada no seu rosto causar a mínima repugnância. Pelo contrário, o seu modo de olhar é o mais insinuante que tenho visto, e se sou fisionomista, como suponho, ela deve ser a mais bondosa das mulheres. A sua conversa, tanto quanto eu posso compreender, é muito aprazível, pois tem bastante espírito e uma voz muito agradável. Ficaríeis admirado de ver como já nos conhecemos. Numa palavra, julgo-me muito feliz, pois estou certo que nos havemos de entender muito bem».

«Se não é propriamente um grito de paixão, não é também uma exclamação de horror», como o disse tão acertadamente o Conde de Sabugosa. Razões de sobra tinha Carlos II para, caso a fealdade de D. Catarina lhe repugnasse, se eximir ao casamento. A falta do cumprimento das cláusulas do tratado matrimonial justificariam suficientemente, aos olhos do mundo, o repúdio da sua palavra<sup>(2)</sup>.

Não podemos deixar de nos atardar um pouco perante esta questão da fealdade de D. Catarina, que tem servido para explicar e desculpar as infidelidades de seu marido.

Se Forneron a chama uma anã trigueira, atarracada e obesa, de dentes disformes, o Conde de Chesterfield, um dos

---

(1) 21 de maio segundo o estilo inglês.

(2) Agnes Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 378.

admiradores da «lady», escreve: «Podeis acreditar que ela é uma mulher extraordinária, isto é, extremamente devota, extremamente discreta, gostando muito do marido, e possuindo um bom entendimento. Quanto à sua pessoa, é bem feita e tem lindas mãos, olhos excelentes, uma boa fisionomia, uma voz agradável e bonito cabelo. Numa palavra, tudo quanto um homem de juízo deve desejar na sua mulher» (1).

O chocalheiro Burnet não só a acha destituída de encanto e beleza, mas também dotada de índole desagradável (2). Mas a Condessa de Sandwich, depois de lhe ser apresentada diz a Pepys, que ela é «a most pretty woman» (3), e Henrique Bodvel escreve a Maurício Wynn: «A Rainha é uma linda e formosa princesa, mas baixa e delgada, com um aspecto sério e grave, com agudeza de espírito, e boa dona de casa. O Rei está encantado e gosta muito dela» (4). O Conde de Dartmouth, porém, assegura que Carlos II dissera ao Coronel Legge, «que lhe tinham trazido um morcego em vez de mulher», mas, como era tarde demais para censuras, tinha que fazer o melhor dum mau negócio (5).

Estas apreciações desencontradas persuadem-nos de que a ambição, o ódio, e o sectarismo, que agitavam a Inglaterra do século XVII, perturbavam os espíritos de tal modo, que não só o carácter mas até o físico da Rainha eram deformados ao sabor dos interesses e paixões dos seus contemporâneos.

Aceitemos, portanto, como verdadeira a opinião de Carlos II, como marido e requintado conhecedor da beleza femi-

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 97.

(2) Burnet, *Histoire de mon temps*, 1827, II, 392.

(3) Pepys, 1928, *Diary*, II, 235.

(4) Artur Bryant, *King Charles*, II, 1936, 148.

(5) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 96.



nina: «Não se pode dizer que as suas feições sejam as de uma beleza, apesar dos olhos serem muito bonitos, e nada no seu rosto causar a minima repugnância».

Na manhã de 31, estando D. Catarina muito melhor, foi resolvido realizar-se o casamento, ou por outra, os casamentos. De manhã, com todo o segredo, perante um pequeno altar levantado no quarto de cama da Rainha, e oficiando o seu esmoler-mor, o Conde de Aubigny, Carlos e Catarina foram casados pelo ritual romano. Assistiram a esta cerimónia apenas o Duque de York, o Marquês de Sande e mais cinco ou seis pessoas da comitiva portuguesa, pois era necessário que dela não suspeitasse o povo inglês.

D. Catarina recusara-se a casar apenas pelo rito protestante, que ela considerava como mera cerimónia civil, e pedira para se receber segundo o ritual da sua religião. Acedera o Rei ao pedido, mas era indispensável também que a Rainha se conformasse com a cerimónia protestante.

Depois de jantar, pelas três horas da tarde, realizou-se o casamento público. Carlos II, conduzindo pela mão D. Catarina, entrou na sala principal de King's House, onde os aguardava toda a nobreza. Assentaram-se os Reis num trono com duas cadeiras, colocado debaixo de um dossel, separado do resto da sala por cordas de seda, e rodeados pelo Bispo de Londres, pelo Marquês de Sande e por Sir Ricardo Fanshawe, como padrinho de Carlos II.

O Secretário de Estado, Nicholas, leu o contrato matrimonial que tinha sido dado ao embaixador português, e em seguida o secretário da embaixada, Francisco de Sá e Menezes, leu o contrato que o embaixador dera ao Rei de Inglaterra.

Acabada esta formalidade, Sheldon, Bispo de Londres, celebrou o ofício de casamento da igreja de Inglaterra, res-

pondendo apenas Carlos II ao juramento da praxe (1). Então o bispo declarou, em voz alta, voltando-se para a assistência, que o Rei e a Rainha estavam casados. Ao que todos responderam com grandes vozes que vivessem muitos anos (2).

«Levantou-se ElRey, e tornou a levar a Rainha pela mão ao seu quarto, onde entrarão a beijarlhe a mão as Damas, e pessoas principaes da Corte; e a Camereira môr observando o estylo daquella Coroa em semelhantes actos, tirou os laços de fitas azues, que a Rainha levava em hum vestido de téla encarnado à Ingleza, não lhe deixando nenhum, e deu o primeiro ao Duque de York, e repartio os mais pelos Officiaes, Damas, e Titulos de mayor supposição» (3).

Ainda mal refeita da sua indisposição, D. Catarina, por conselho dos médicos, voltou a deitar-se, assistindo-lhe a Condessa de Suffolk, ajudada pelas damas inglêsas e portuguesas. Galantemente, Carlos II veio visitá-la e ceou com ela «sobre a cama», enquanto os seus músicos tocavam e cantavam.

No dia immediato chegou o Conde de St. Albans, trazendo uma affectuosa carta de parabens para D. Catarina, que de Paris enviara a Rainha-mãi, Enriqueta Maria.

---

(1) É mais do que provável que D. Catarina não pudesse pronunciar as palavras necessárias em inglês, língua que só mais tarde conseguiu aprender. Quando uma facção da côrte inglêsa pretendeu anular êste casamento, declarou que êle não podia ser válido pois a Rainha não tinha feito o juramento por palavras. Todavia, a prévia cerimónia tinha perfeitamente legalizado essa união.

(2) *Relaçam diaria da jornada*, etc., 1662; António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 304; Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*, 1751, IV, 88; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 260.

(3) Ainda hoje se conserva na igreja de St. Tomaz á Becket de Portsmouth o registo do casamento, escrito em pergaminho, com iluminuras.



Por alguns dias se demorou a côrte em Portsmouth esperando o completo restabelecimento da Rainha, e a chegada de carroças suficientes para transportar os «guardinfantes» das senhoras portuguezas, sem os quais, escrevera o Rei a Clarendon, «não nos podemos mexer».

Êsses dias foram cheios do bulício e agitação, que eram habituais à côrte.

Carlos II saía de manhã à caça, mas o interêsse que sentia pela noiva temperava a sua paixão pelas longas galopadas atrás das raposas, e não o deixava afastar-se por muito tempo de King's House. Voltava sempre para jantar com a Rainha e passavam a tarde ouvindo tocar e cantar os seus músicos.

«Recolhido Sua Magestade do campo, gastou a tarde, como as mais, em assistir à Rainha sua mulher, fazendo que lhe cantassem pella interter o Duque de Boyningan, & Mada Murzilla Ligard Franceza sua toucadeira, que cantão muito bem ambos juntos, & a Rainha por lhe pagar este fauor, mandou vir os seus musicos, que lhe cantarão alguns tonos, de que elRey mostrou agradarse, dizendo, que lhe contentaua muito mais a nossa musica que a de Castella, porque os Castellanos gritauão, & nós cantauamos como os Italianos».

A curiosidade pelas coisas do mar também entretinha a actividade do Rei, e, desprezando uma manhã os prazeres da caça, foi ver lançar ao mar um navio que estava nos estaleiros de Portsmouth, e «pella a ocasião em que foi lançado, lhe chamárão Catherina».

Na manhã seguinte saíu ao mar «aprouar as suas barcas Reaes, em que elle anda pello Thamazis com a nossa barca de Cezimbra, que depois de arribar a Lisboa com a tormenta nos veyo outra vez a encontrar neste Porto, & con

serem as embarcações de elRey ligeirissimas, & feitas para isso com toda a arte, a nossa barca as deixou muito atrás, tirando mais que todas pello barlaunto» (1).

Sucediam-se as festas e os banquetes, e o Conde de Manchester, por ordem do Rei, hospedava com grandiosidade a comitiva portuguesa.

A cidade de Portsmouth solenemente ofereceu à Rainha um precioso saleiro com o pé de prata, guarnecido com quatro águias e quatro galgos de prata (2). Tudo contribuía para rodear D. Catarina duma atmosfera de ternura e encanto. As atenções constantes de Carlos e o agrado com que procurava a sua companhia, mostravam à admirada côrte o fenómeno espantoso da transformação do «Merry Monarch» num bom marido. De-facto, Carlos II, pensava seriamente em modificar a sua vida, pois elle próprio escrevera a sua irmã, a Duquesa de Orleães, participando-lhe a sua tenção, e numa carta a Clarendon, poucos dias depois de casado, dissera: «Meu irmão contar-vos-há tudo quanto aqui se passa, que espero vos causará satisfação, porque a minha é tanta que não posso facilmente dizer-vos quanto me sinto feliz. Eu seria o peor dos homens (e espero não o ser), se não me tornasse um bom marido. Estou certo que nunca dois feitios se ligaram tão bem como os nossos» (3).

Mas havia alguém a quem esta resolução não agradava: era Bárbara Palmer, que bem caro faria pagar à Rainha essas semanas de felicidade.

---

(1) *Relaçam diária da jornada*, etc., 1662.

(2) Existe na Tôrre de Londres um saleiro que corresponde à descrição que nos dá Pepys do que foi oferecido a D. Catarina. Ver Pepys, *Diary*, 1928, II, 212.

(3) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 106.



Finalmente, a 6 de Junho, partiram os Reis e a côrte, de Portsmouth para o Palácio de Hampton-Court, onde tudo estava pronto para receber D. Catarina.

Viajavam os Reis numa grande côche de gala, aberto e com as cortinas corridas, para que nada impedisse o povo de ver as Magestades. Carlos II, com as vestes da Ordem da Jarreteira, e D. Catarina vestida à inglêsa e em cabelo, recebiam as ovações duma multidão entusiasmada, que enchia as estradas e povoações por onde passavam. Depois de terem parado em Winchester, na noite seguinte descansaram no castelo de Windsor, e no dia 8, à tarde, chegaram a Hampton-Court.

Grande esplendor e significação tinham os festejos com que os Reis eram recebidos. Era um duplo aniversário que celebrava a nação: o dia dos anos de Carlos II e o da sua feliz restauração.

Apearam-se os Reis à entrada de Hampton-Court, passando por entre alas de companhias de infantaria e cavalaria, seguidos pelas Condessas de Suffolk, Penalva e Pontevel. À entrada do palácio esperavam-nos o Chanceler Conde de Clarendon, o Duque de Albemarle, os embaixadores estrangeiros e as mais importantes personalidades da côrte inglêsa, para beijarem a mão à Rainha.

Começou então a interminável cerimónia das apresentações. Através do palácio, onde a nobreza, cuidadosamente distribuída segundo a sua precedência, esperava em salas diferentes, passou D. Catarina, enquanto a uma e uma lhe iam sendo apresentadas e lhe beijavam a mão tôdas as pessoas presentes.

Não obstante a resistênciã física que o hábito da etiqueta portugueza lhe tinha dado, D. Catarina, finda esta

fatigante formalidade, recolheu aos seus aposentos para descansar.

Nesse mesmo dia à tardinha, veio de Londres, numa embarcação sumptuosa, a Duquesa de York oferecer os seus cumprimentos à Rainha. Esperava-a Carlos II na porta do jardim que dava para o Tamisa, e levou-a pela mão até junto da Rainha, que a recebeu no seu quarto de cama. Não consentiu D. Catarina que sua cunhada lhe beijasse a mão, e «levantando-a nos braços a saúdou com a paz». Assentaram-se todos juntos da cama da Rainha e conversaram «nas Magestades Portuguesas, e no serenissimo Infante, na viagem, e no traje Inglez» (1). É provável que lhes fôsse oferecido chá, a bebida favorita de D. Catarina, ainda pouco apreciada e conhecida em Inglaterra. É, sem dúvida, como diz A. Strickland, à Infanta portuguesa que os ingleses devem o uso dessa agradável infusão.

Na manhã imediata, pelas 11 horas, já D. Catarina dava audiência. Carlos II apresentou pessoalmente Lady Fanshawe a sua mulher, dizendo-lhe que tanto Sir Ricardo como Lady Fanshawe eram dignos, pelos seus méritos, da maior consideração. Não era necessário que o Rei pedisse benevolência a D. Catarina, ela já aprendera a admirar a fidalguia de carácter de Fanshawe, desde a sua missão em Lisboa, em 1661.

Passavam os dias, as audiências sucediam-se de manhã e à tarde, num desfile interminável de pessoas de categoria.

«Aos dez veyo o Grande Chanceler com suas costumadas insígnias, & todos os Tribunaes de Iustiça, & o Conselho de Estado pleno a dar o parabem à Rainha de sua chegada, & beijar sua Real mão. Aos doze vierão com o

---

(1) *Relaçam diaria da jornada, etc., 1662.*



maior de Londres todos os Aldremães, e offerecerão a Sua Magestade hum presente, valor de seis mil cruzados. Sueguiose logo o Tribunal do Almirantasgo, & os mais, conforme sua presidência.»

Estavam bem longe o recato e a tranquillidade dos Paços da Ribeira.

Hampton-Court, com a riqueza da sua architectura e a beleza do seu parque, rivalizava com a pompa e elegância de Versailles. O inegalável verde dos tapetes de relva, as alamedas de castanheiros frondosos e de limoeiros, os jardins todos em flor, rodeavam o palácio, que a prodigalidade magnífica do Cardial Wosley oferecera a Henrique VII.

«Hampton-Court» — diz Evelyn — «é o conjunto mais nobre e uniforme que a architectura gótica pode realizar. Contém mobília incomparável, principalmente as ricas tapeçarias desenhadas por Rafael e os Triunfos de Cesar, de Andrea Mantegna, pertencentes outrora ao Duque de Mantua. Das tapeçarias, estou certo que no mundo não as há mais belas do que as da história de Abraão e Tobias. A galeria dos troféus de caça é muito notável pelas enormes pontas de veados, alces, antílopes, etc. A cama da Rainha era bordada a prata sôbre veludo vermelho, e custou 8:000 libras, tendo sido dada de presente a Sua Magestade pelos Estados da Holanda, e anteriormente tinha sido dada por êles à irmã do nosso Rei, a Princesa de Orange, e tendo-lhe sido comprada foi agora oferecida ao Rei. O grande espelho e toucador de ouro batido massiço foram dados pela Rainha-mãi. A Rainha trouxe com ela de Portugal contadores indianos como nunca até agora tinham sido vistos aqui» (1).

---

(1) João Evelyn, 1908, *Diary*, 221.

É também com admiração que o autor anónimo da «Relação diária» nos descreve Hampton-Court. «Todo o Palacio estava ricamente concertado; porque não só o quarto delRey, & da Rainha, & Suas Altezas estavam com tapeçarias de ouro, & seda, camas & dozeis, & cadeiras bordadas, quadros, laminas de preço, & todo o mais paramento Regio, mas também todos os mais aposentos dos officiais da Casa, & fidalgos Portugueses, que acompanhauão a Rainha se accomodarão com esta honra. Todas as peças do tocador da Rainha são de ouro com admiravel arteficio, digno de hũa Regia magnificência, como o he tambem esta quinta, que tem mais de nouecentas casas, além das que occupão Suas Magestades, & as Galarias».

D. Catarina occupava agora o primeiro lugar numa côrte sumptuosa e que só pensava em se divertir. A immoralidade e a descrença tinham-se apoderado de todos, numa reacção tanto mais violenta quanto mais absoluto tinha sido o puritanismo imposto por Cromwell. A dissolução e a libertinagem da sociedade elegante, que rodeava os Reis, assustavam apenas aqueles que em Inglaterra tinham conservado intactos os seus preceitos morais e religiosos.

O espirito indecoroso e as histórias licenciosas que deliciavam a côrte chegavam até à Rainha, atenuadas somente pela sua ignorância da linguagem. A Infanta, desorientada por uma vida que, segundo as tradições em que fôra educada, ela reputava cheia de pecado, tentou resistir, refugiando-se no sossêgo da sua capela e no confôrto das suas preces.

Ingénua, e confiada no amor que seu marido lhe testemunhava, procurou realizar uma dualidade perigosa, viver à portuguesa e ser Rainha de Inglaterra. Aconselhada por algumas pessoas da sua comitiva portuguesa a manter uma



atitude de intransigência, não atendia os rogos do pobre Marquês de Sande que, mais conhecedor do carácter inglês, a persuadia a acomodar-se aos usos do país. Sande escreve para Lisboa pedindo que se faça saber a D. Catarina o perigo, e «lhe notassem também que não quizesse estar fechada em uma casa, cousa em Inglaterra muito estranhada. Que elle a vencia com grande custo, porque havia pessoas que estimulavam a Rainha a fazel-o contra o que lhe convinha» (1).

Mais uma vez se enganara D. Luísa de Gusmão, quando dizia: «as pessoas que daqui mandei em sua companhia, porque de quem ellas são, e da experiencia que tenho de seu juizo e acerto, e do amor e cuidado com que sempre me servirão, o haviam de fazer igualmente, que mais não seria possivel, á Rainha minha filha» (2). Se errara, considerando a capacidade do séquito que escolhera para sua filha, D. Luísa era no entanto dotada duma habilidade e dum bom senso mais que suficientes para não esquecer que a felicidade de D. Catarina dependia duma acomodação aos costumes estrangeiros. Por isso, de longe lhe recomenda: «quita lo q̄ podieres (como creo abras echo) de la severidad, y encogimiento español, usando de la facilidad estrangera, y pagando cõ el mayor agrado el buen termino q̄ tu cunhado contigo a tenido, acetãdo la alegria de los vassalos cõ benignidad, y sobretudo olvidarte de las damerias y transformarte al gusto de Su Mag.<sup>ad</sup> q̄ en esso aras el myo Dios te g.<sup>dr</sup> q.<sup>to</sup> deseo» (3).

(1) Conde da Eiriceira, *Portugal restaurado*, 1751, IV, 89; Francesco Brandano, *Dell'Istoria delle guerre di Portogalle*, 1724, 52; Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 264.

(2) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, 1842, XVII, 268.

(3) *Arquivo Nacional*, N.º 358, 733.

A pouco e pouco, movida por estas admoestações, ou talvez a pedido de Carlos II, ou ainda arrastada pela sua própria juventude, D. Catarina foi tomando parte nos divertimentos da côrte. Durante o dia, os passeios pelos parques, as excursões no Tamisa, os combates de galos ou de ursos sucediam-se num delicioso cenário de primavera inglêsa. À noite os saraus, as comédias, a música e o jôgo, entretinham o paço. D. Catarina olhava enlevada a esbelta figura de seu marido, e admirava a graça com que êle dançava o «coranto» e outras danças em voga, esquecendo a tristeza de não o saber acompanhar.

Carlos II mostrava-se encantado com a admiração e o amor que despertava em sua mulher; a sua inocência e candura enterneciam-no, e as suas tentativas para falar inglêso divertiam-no profundamente.

Durante algumas semanas Catarina foi absolutamente feliz, e Carlos um marido apaixonado. Mas a tempestade aproximava-se, e às horas felizes seguir-se-iam horas de angústia e de desespêro.

A Condessa de Castlemaine, informada da felicidade conjugal que reinava em Hampton-Court, resolveu apressar os acontecimentos e tentar reconquistar o seu valimento junto de Carlos II.

Em meados de Julho já tôda a Côrte sabia que Bárbara se tinha separado de seu marido. A deliciosa razão invocada por Bárbara para justificar essa separação foi apenas a diferença de opinião entre ela e Rogério Palmer quanto à religião, segundo a qual seria baptisado o filho que lhe nascera, poucos dias depois do casamento do Rei.

Rogério Palmer, que considerava a criança como sua, insistia em baptisá-la segundo a sua crença, por um padre católico. Mas Bárbara declarou que a criança era filha de



Carlos II, e por isso devia seguir a religião de seu pai. Violentamente tirou o filho ao marido e fê-lo de novo baptisar por um padre da igreja de Inglaterra, conseguindo que o Rei e o Conde de Oxford fôsem os padrinhos, e a Condessa de Suffolk a madrinha. Rogério Palmer, furioso, saiu de Inglaterra, e Bárbara, deitando a mão a tôdas as jóias e dinheiro que tinha, partiu para casa de seu irmão, em Richmond, para estar mais perto do Rei e da côrte, diziam todos (1).

Carlos II não resistiu à proximidade da Condessa de Castlemaine, tornou a visitá-la, passando algumas horas do dia com ela. Não tardou muito que Bárbara voltasse a dominar o seu sensual admirador, e lhe lembrasse a promessa da sua nomeação para dama da Rainha. Habilmente mostrou-lhe que a sua vida fôra despedaçada, a sua reputação perdida, pelo seu amor por êle. Carlos II acedeu, pensando que a Rainha, não conhecendo nada do passado de Bárbara, e conformando-se dõcilmente a todos os seus desejos, se não oporia a essa nomeação.

Ora D. Catarina não ignorava a existência da «lady». Francisco de Melo prevenira a Rainha Regente da ligação que existia entre a Condessa de Castlemaine e Carlos II, e D. Luísa acautelara sua filha, aconselhando-lhe a que nunca consentisse, que nem sequer o seu nome fôsse mencionado na sua presença.

Por isso, quando Carlos II lhe apresentou uma lista de novas nomeações para a sua casa, D. Catarina, não contendo o espanto e a indignação por ver à cabeça da lista o nome da Condessa de Castlemaine, riscou-o imediatamente, em

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, II, 265, 271.

vez de o picar com um alfinete como era costume a Rainha fazer aos nomes das damas escolhidas.

Carlos tentou dissuadí-la do seu propósito, mas D. Catarina, com uma firmeza que êle desconhecia, declarou que se esse favor lhe não fôsse concedido, êle a mandasse regressar a Lisboa. O Rei, surpreendido pela violência que repentinamente lhe revelava o espírito submisso e dócil de sua mulher, como todos os maridos quando não têm razão, resolveu sentir-se ofendido, e D. Catarina, maguada com a atitude de Carlos II, não escondia o seu descontentamento. Apenas um dia e uma noite durou o arrufo entre ambos, porque o Rei, ainda apaixonado e por índole incapaz de ver sofrer uma mulher, condescendeu, e prometeu à Rainha não tornar mais a querer saber de Bárbara Palmer (1).

Carlos II fôra sincero, mas bem depressa esqueceria a sua promessa, e a tempestade voltaria a fustigar, com redobrada violência, o ânimo altivo de D. Catarina. Bárbara não era mulher para admitir resignada o triunfo da sua rival, lutaria até à última pela riqueza e pelo poder, que a sua ligação com o Rei lhe proporcionava. Conhecia e dominara durante bastantes anos os sentidos de Carlos II, para saber defender-se do ataque directo que lhe fôra vibrado, e apelar para a sua generosidade e protecção. Soubera também ligar à sua causa os interesses de alguns dos mais assíduos companheiros dos divertimentos do Rei, e convencera-os de que o seu triunfo seria origem de um sem número de benefícios e mercês.

Perante os rogos de Bárbara e os «conselhos» de alguns

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, II, 272, not. 1.



amigos, desvaneceu-se no espírito de Carlos II a resolução de ser um bom marido.

Em fins de Julho, pouco depois da primeira zanga, D. Catarina encontrava-se nos seus aposentos, rodeada pela côrte, quando Carlos II entrou, conduzindo pela mão uma senhora de rara formosura, e lha apresentou solenemente. Com grande surpresa de todos, a Rainha recebeu-a com agrado e deu-lhe a mão a beijar. Porém, uma das damas portuguesas, mais conhecedora do inglês ou percebendo o que se passava, segredou-lhe ao ouvido: «É Lady Castlemaine». D. Catarina tentou dominar os sentimentos que a assaltaram, orgulhosamente quis esconder a sua dôr, mas o golpe tinha sido violento demais. Sem poder esconder as lágrimas, rebentou-lhe o sangue pelo nariz e caiu desmaiada, sendo levada em braços pelas pessoas que a rodeavam. Êste incidente, em público, desagradou profundamente ao Rei. Dando ouvidos àqueles que o instigavam a afirmar a sua autoridade e a proteger a dama que, por amor dêle, perderá honra e marido, Carlos II considerou a indisposição de sua mulher como um insulto premeditado à Condessa de Castlemaine, e como um desafio à sua vontade. Agora, mais do que nunca, apenas restava um refúgio para essa «pobre senhora», um lugar na casa da Rainha.

Carlos II ainda tentou persuadir com brandura a Rainha a aceitar a nomeação, na qual a sua palavra de rei estava empenhada, afirmando-lhe que não tivera a menor familiaridade com a Condessa, desde o momento em que ela desembarcara, e que estava resolvido a ser-lhe fiel como lho pedia a sua consciência (1).

D. Catarina, lavada em lágrimas, recusou indignada-

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 425.

mente. Carlos insistiu, invocando a sua autoridade de rei e de marido, mas nada demovia a resolução da Rainha.

A côrte assistia perplexa ao desenrolar dos acontecimentos, sem saber que partido tomar. Porém, pensavam todos, não era provável que fôsse a princesa estrangeira, inexperiente e desamparada, quem triunfasse nesta luta perigosa, e pouco a pouco foram rareando os que acreditavam na vitória da Rainha. Só o Chanceler Clarendon ousou proteger D. Catarina, dizendo a Carlos II, quando êste o chamou para intervir na contenda, que as suas ordens eram tão cruéis e injustas, que contra elas se revoltava o sangue e a carne. Lembrou-lhe também quanto êle próprio reprovara a conduta de seu primo, Luiz XIV, impondo a sua favorita à côrte, na presença de sua mulher, afirmando que nunca se tornaria culpado de uma tal iniquidade, porque mesmo que se tornasse culpado de manter uma ligação depois de casado, coisa que esperava jamais aconteceria, nunca a sua favorita appareceria onde se encontrasse sua mulher. Clarendon, aproveitando o momento para poder falar afoitamente num assunto que de longa data o preocupava, admoestou Carlos II, mostrando-lhe que, se tais coisas eram possíveis em França, onde não causavam escândalo, em Inglaterra eram tão inauditas e condenáveis que, para qualquer pessoa de bem, a companheira do rei era igual à última das rameiras. Preveniu-o igualmente de que a sua infidelidade a uma espôsa digna dêle, seria a melhor maneira de alienar o amor do povo, e que a sua conduta já lhe fizera perder algum terreno, e persistir nela seria destruir os seus amigos e agradar aos que desejavam a destruição da monarquia.

Clarendon terminou a sua arenga pedindo ao Rei que se lembrasse das coisas maravilhosas que Deus fizera em seu



proveito, e pelas quais esperava outro reconhecimento do que aquêle que até aí recebera (1).

Carlos II ouviu com relativa paciência o arrazoado do seu primeiro ministro, encolerizando-se apenas quando êste comparou as favoritas reais a simples rameiras; mas, por mais razoáveis que fôsem os argumentos apresentados, êle estava resolvido a não transigir. A sua bondade tinha sido abafada pela influência dos conselhos de alguns dos seus alegres companheiros, a sua noção de justiça tinha sido pervertida pela mulher ambiciosa que o dominava, a sua vontade exasperada por uma recusa que êle julgava atentatória da sua autoridade. Chegara a ocasião de mostrar a todos que não queria ser governado; ceder, seria abandonar ao desprezo do mundo uma pessoa amiga, e faltar à sua palavra.

Carlos II informou Clarendon de que a sua honra o obrigava a proteger a dama que êle perdera, e cuja reputação arruinara, e a quem sempre o prenderia uma grande amizade, bem merecida, não só por ela, mas também pela memória de seu pai; ninguém o impediria de gozar da sua conversa e companhia, pois bem sabia que o fazia com tôda a inocência; se sua mulher se conduzisse para com êle como o deve fazer uma boa espôsa, procurando ser-lhe doce e agradável, ela não mais teria que se queixar que êle faltasse à sua promessa; mas se ela continuasse a incomodá-lo, não prometia não ir procurar satisfação noutra convivência. Se êle atendesse os avisos que lhe tinham sido feitos, todo o país o julgaria tutelado, e não só a Condessa de Castlemaine, mas também êle próprio caíriam no ridículo; portanto, exigia que sua mulher se conformasse, pois seria a

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 429-430.

única coisa penosa que jamais lhe pediria, e que ela poderia facilitar, porque a dama comportar-se-ia para com ela com todo o respeito e humildade, e caso o não fizesse nunca mais a tornaria a ver. Prometia não voltar a nomear pessoa alguma para a casa da Rainha sem o seu consentimento. E terminou dizendo que nada o demoveria da sua resolução, pedindo a Clarendon para procurar a Rainha e levá-la a conformar-se com os seus desejos (1).

Clarendon parece não se ter inclinado imediatamente perante o pedido de Carlos II. À sua honestidade repugnava a missão que lhe fôra confiada, e ao seu espírito de político, a sua dificuldade.

Sem nos enternecermos em demasia sôbre a protecção que o Chanceler dispensou a D. Catarina, devemos no entanto reconhecer que, não obstante a franqueza um pouco violenta, que para com ela usou, o seu desejo ardente era vê-la reconciliada com o marido.

Clarendon odiava a arrebatada Condessa de Castlemaine e a sociedade libertina que distraía el-Rei. Êle era o primeiro a prever que, no dia em que êles conseguissem apoderar-se por completo do ânimo de Carlos II, o seu valimento estava acabado.

Tentou resistir à vontade real, mas quando o Rei lhe enviou uma carta, onde as ameaças eram levemente veladas pela cordealidade, imaginou que persistir na sua attitude seria destruir a sua posição e afrontar um perigo muito maior do que aquêle que o ameaçara quando do casamento de sua filha Ana com o Duque de York.

«Esqueci-me» — escrevia-lhe Carlos II — «de lhe dizer quando cá estive a última vez que desejava que aconse-

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 433-435.



lhasse a Brodericke que não se metesse mais naquilo que diz respeito a Lady Castlemaine, e que tivesse cuidado na maneira como põe a correr boatos escandalosos, porque se o descobro culpado, eu farei com que êle se arrependa até ao último dia da sua vida. E já que falei neste assunto, também julgo necessário dar-lhe a si um bom conselho, para que não julgue que, continuando a agitar mais esta questão, me possa fazer esquecer a minha resolução, coisa que todo o mundo nunca fará, e que eu seja sempre infeliz neste mundo e no outro se em qualquer ponto eu deixar de fazer aquilo que resolvi, que é de nomear Lady Castlemaine dama de minha mulher. E alguém que eu encontre a empregar meios que dificultem a minha decisão (a não ser que seja eu próprio quem o faça) eu serei o seu inimigo até à última hora da minha vida. Sabe quanto tenho sido seu fiel amigo; se quere que eu lhe seja eternamente grato, facilite-me esta questão o mais que puder, porque eu estou determinado a levá-la até ao fim, aconteça o que acontecer, e isto mais uma vez o juro perante Deus. Por isso, se quere continuar a gozar da minha amizade não se meta mais nesta matéria, a não ser para abafar todos os boatos falsos e escandalosos, e para facilitar aquilo em que eu estou certo a minha honra está envolvida, e a todo aquele que julgar inimigo de Lady Castlemaine neste assunto dou a minha palavra de ser o seu inimigo enquanto viver. Pode mostrar esta carta ao meu Lord Lieutenant, e se ambos pensam em me ser agradáveis portem-se como meus amigos nesta questão» (1).

---

(1) O cargo de Lord Lieutenant of Ireland, corresponde à tradução portuguesa de Vice-rei da Irlanda. Era nesta ocasião o Duque de Ormond; L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 129-130.

Perante tal *pedido*, Clarendon obedeceu.

Falou com D. Catarina; mas, apenas tocara no espinhoso assunto da sua missão, mostrando-se informado dalguns pormenores do que se passara entre os Reis, foi interrompido pelas lágrimas da Rainha que, com violência, protestava a sua inocência. Vendo que a perturbação da Rainha nada lhe permitia fazer, Clarendon retirou-se dizendo que teria a honra de a ver noutro momento mais favorável, em que estivesse mais disposta a ouvir o parecer de seus afeiçoados servidores (1).

Não foi longa a espera dêsse momento favorável, pois na manhã imediata Clarendon voltou de novo a falar com D. Catarina, que o recebeu com mais serenidade, pedindo-lhe desculpa da sua exaltação da véspera, e assegurando-lhe que o considerava um dos poucos amigos que tinha, estando disposta a receber os seus conselhos em qualquer ocasião, mas esperava que êle não se admirasse nem a censurasse se, tendo mais desgostos e dificuldades do que aqueles que jamais assaltaram uma mulher da sua condição, ela algumas vezes desabafasse da angústia que quási lhe despedaçava o coração.

O Chanceler, afirmando o seu affecto, disse que não podia dar-lhe maior prova de dedicação que contar-lhe tudo quanto ela devia saber, mesmo que lhe não agradasse, e que nunca alteraria a sua conduta, ainda que incorresse no seu desagrado. A resposta foi encantadora de doçura: «nunca êle seria tão bem acolhido, como quando a repreendesse das suas faltas».

Clarendon, aproveitando o ensejo, encaminhou a con-

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 436.



versa dizendo que ela tinha que se queixar da educação que recebera, pois não a instuíram das loucuras e imperfeições humanas, das quais, no entanto, êle supunha que o país donde ela vinha podia fornecer mais exemplos do que o frio clima inglês. Se lhe tivessem falado sinceramente, ela não se julgaria tão infeliz, nem a sua situação se lhe afiguraria tão insuportável, e nem êle, pela sua parte, podia compreender em que fundava tão amargas queixas.

D. Catarina, ruborizada e com lágrimas nos olhos, mostrou ao Chanceler o sofrimento da sua alma atormentada pelo ciúme, «ela não pensara encontrar o Rei preso pela afeição doutra mulher».

Carlos II, com o poder da sua sedução, conquistara o coração da infanta portuguesa, prendera-o a si numa adoração exclusiva, ateara nêle uma labareda ardente mas perigosa. D. Catarina aprendera a amar com a eternecedora confiança da sua juventude, e tudo poderia perdoar menos a partilha do amor de seu marido.

Clarendon, com um cinismo que os costumes da época desculpam, observou com rudeza que Sua Magestade tinha pouca experiência do mundo, se pensava que o Rei tinha guardado o coração tantos anos para uma espôsa que nunca vira. «Quando prouver a Deus enviar uma Rainha a Portugal, encontrará ela uma côrte tão cheia de sentimentos virtuosos?», insinuou o primeiro ministro. D. Catarina não pôde conter um sorriso e algumas palavras de assentimento. Então Clarendon abordou o verdadeiro assunto: «Trazia um recado del-Rei, e se ela o recebesse como esperava que o fizesse, podia torná-la a mais feliz das rainhas. As relações ilícitas do Rei, antes do casamento, e as aventuras de juventude não lhe diziam respeito, nem tão pouco se devia informar sôbre elas, pois el-Rei tencionava dedi-

car-se exclusivamente à sua pessoa. Êle estava autorizado a assegurar-lhe que, se ela respondesse ao affecto que lhe era dedicado com a ternura, vivacidade e encantos que lhe eram naturais, ella teria a vida mais feliz d'êste mundo».

D. Catarina escutou-o com visível satisfação, mostrou um grande reconhecimento pela bondade do marido, agradeceu ao Chanceler a sua intervenção, pedindo-lhe que ajudasse a fazer esquecer a Sua Magestade a violência de que se tornara culpada, e lhe certificasse a sua futura submissão e obediência (1).

Não eram só palavras, porém, que Clarendon pretendia da Rainha, era a prova dessa submissão e obediência, exigida por Carlos II.

Quando D. Catarina percebeu que a nomeação, como dama de honor, de Lady Castlemaine era a condição indispensável para alcançar a felicidade que lhe prometiam, a cólera abrasou-a com a mesma intensidade da véspera, e respondeu indignada que a insistência del-Rei apenas mostrava quanto êle a odiava, e o desejo de a expor ao desprezo do mundo, que a julgaria merecedora de uma tal afronta se a ella se submetesse, e preferia embarcar no primeiro barco que partisse para Lisboa a sujeitar-se a tal condição.

Clarendon interrompeu-a com severidade, dizendo-lhe que não podia dispor da sua pessoa, nem sequer deixar a casa onde habitava, sem o consentimento do Rei; portanto, aconselhava-a a não falar mais de Portugal, onde muitos desejavam que ella ainda estivesse, e a não mostrar a el-Rei tal arrebatamento. E se ella quisesse negar fôsse o que fôsse ao Rei, que o fizesse de maneira a parecer uma evasiva e

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 437-439.



não uma recusa terminante, pois se arriscaria a provocar uma cólera mais violenta do que a sua.

O tom do Chanceler era rude, mas o conselho era cheio de bom senso. Se nas suas palavras não há grande simpatia pela provação dolorosa da Rainha, há, no entanto, uma lição de tacto e habilidade preciosa, para lidar com um rei de quem tudo se podia obter pela doçura e nada pela autoridade.

Clarendon, depois desta audiência, informou Carlos II do que se passara. Tentando desculpar a Rainha, transmitiu tudo quanto ela dissera de bom e amável a seu respeito, os protestos de obediência e submissão que fizera, e a sua convicção pessoal de que a rebeldia era motivada somente pelo muito amor que lhe tinha, e terminou suplicando a el-Rei que por alguns dias deixasse de falar à Rainha sobre o assunto (1).

Mas Carlos II tinha outros conselheiros que o persuadiram a insistir na sujeição imediata às suas ordens. Lembraram-lhe a conduta de seu avô Henrique IV, protegendo e fazendo respeitar as damas que amara. Apelaram para a sua lealdade e gratidão, mostrando-lhe que não devia abandonar a mulher que todos desprezavam desde o insulto que a marcara. Insinuaram que a questão era saber quem devia mandar e quem devia obedecer.

Os partidários de Bárbara Palmer conheciam bem Carlos II. Dominado havia anos pela vontade imperiosa de Bárbara, revoltava-se contra a idea de que pensassem que obedecia a sua mulher.

Nessa mesma noite o fogo rebentou mais violento do que nunca. Em espanhol, única língua em que podiam

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 440-441.



entender-se, o que não deve ter concorrido pouco para aprofundar desinteligências, o Rei censurou a Rainha pela sua teimosia e desobediência, ela censurou-o pelo seu desamor e tirania.

Carlos II proferiu ameaças, D. Catarina, lavada em lágrimas, elevando a voz, queixou-se da forma como era tratada, dizendo que queria voltar para Portugal. O Rei, profundamente irritado, respondeu-lhe que «seria melhor informar-se primeiro se sua mãe estava disposta a recebê-la, e que em breve êle lhe daria ocasião de o saber, porque tencionava despedir todos os criados portugueses e dar ordem para os embarcarem, pois eram êles que a fortaleciam na sua teimosia». A zanga atingiu tal intensidade que ressoou além dos aposentos reais. Ouvidos curiosos escutaram a altercação, e, na manhã seguinte, a atitude dos Reis confirmou a tormenta que se adivinhara na véspera: êles não se falavam e até evitavam olhar-se.

D. Catarina não saía dos seus aposentos, chorosa e encolerizada; Carlos II ostensivamente divertia-se dia e noite, na companhia daqueles cuja única preocupação era serem-lhe agradáveis, mas de madrugada voltava para junto da Rainha.

A côrte assistia inquieta aos acontecimentos, dividida quanto ao partido a seguir. Uns, os novos e destemidos, afirmavam em voz alta opiniões que pensavam comprazer ao Rei; outros, os mais ponderados e sérios, tinham pena da Rainha, e pensavam que ela era obrigada a sofrer mais do que as suas fôrças lhe permitiam (1).

D. Catarina, fortalecida pela justiça da sua causa e pela energia da sua vontade, não podia deixar de se lembrar

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 443-444.



dos conselhos formais de D. Luísa, para que nem sequer consentisse que o nome da Condessa de Castlemaine fôsse mencionado na sua presença, nem tão pouco podia deixar de atender o murmúrio acirrante dalgumas pessoas da sua comitiva portuguesa. Sem atender aos avisos de Clarendon, nem aos do Marquês de Sande que, desesperado pelas queixas e recriminações tanto do Rei como da Rainha, resolvera adoecer para se libertar de tão perigosa ocorrência, D. Catarina tentou, à fôrça de justiça e tenacidade, obter o que lhe era devido. Todavia, desconhecendo por completo a arte delicada da intriga e da dissimulação, faltando-lhe em absoluto o conhecimento do mal, a sua tentativa devia terminar num desastre.

Carlos II, enfurecido pela ameaça da Rainha de se retirar para Portugal, que êle qualificava de «ridícula extravagância», enviou de novo Clarendon a falar com D. Catarina, e a significar-lhe a irrevogabilidade da sua decisão. O Chanceler, já conformado com a seqüência dos factos, quando admitido na presença da Rainha, repreendeu-a francamente da exaltação que mostrara perante o Rei, pedindo-lhe que evitasse e reprimisse tal violência, que só lhe podia ser prejudicial. D. Catarina, chorando, reconheceu que na sua perturbação dissera coisas que nunca deveria ter dito, e das quais estava pronta a pedir perdão, de joelhos, a el-Rei; mas que, na verdade, a maneira como êle a tratara a surpreendera de tal forma, que a podia desculpar de ter sido dominada por uma intensa comoção; pedia a Deus que lhe desse paciência, e esperava que nenhuma ofensa a fizesse, de futuro, ser dominada por um tal arrebatamento.

Clarendon aproveitou a disposição de espírito da Rainha e suplicou-lhe que attendesse o seu parecer, que só lhe podia ser útil. Não vinha, dizia êle, justificar ou defender a pro-

posta de nomeação da dama em questão, como uma proposta justa e razoável, e não podia deixar de confessar que lhe impunham uma ordem cruel e à qual ela não podia aceder sem alguma repugnância, mas pedia que lhe dissesse se ela achava que o Rei não tinha poder para a obrigar a isso.

D. Catarina retorquiu que sabia estar em seu poder consentir ou não consentir, e que não desesperava que a justiça e a bondade del-Rei o desviassem duma ordem tão pouco razoável da sua parte, e tão deshonrosa para ela. Não negava que o Rei tivesse o poder de a constranger, sabendo que ela não tinha meio de fugir à sua vontade, mas ninguém sabia melhor do que o Chanceler que el-Rei era obrigado a deixar-lhe a escolha dos seus criados, e, se assim não fizesse, tinham-na enganado.

Clarendon afirmou-lhe que ela teria sempre êsse privilégio, mas que, nas combinações dessa natureza, se subentendia que, assim como o marido não queria impor a sua mulher a obrigação de aceitar um criado contra o qual havia justas objecções, assim a mulher não devia recusar-se a receber aquêle que fôsse recomendado por seu marido. Aconselhava-lhe que se submetesse de boa vontade àquilo que não podia evitar, avisando-a de que se o não fizesse a tempo, se arrependeria depois, tarde demais.

A Rainha, muito calma, afirmou que não lhe aconteceria nada peor do que aquilo que esperava, e não tinha receio de se arrepender de negar o seu consentimento, pois a sua consciência não lho permitia, não percebendo como alguém pudesse consentir naquilo que ela reputava uma incitação ao pecado.

Clarendon, pela primeira vez, deixa escapar umas palavras de lisonja, replicando-lhe que nada devia recear, mas confiar nas promessas do Rei; e que pensava ter Sua Mage-



tade uma opinião depreciativa dos seus próprios encantos e atractivos, imaginando que houvesse outra mulher capaz de a privar do affecto que lhe era devido.

D. Catarina escutou-o com interêsse e paciência, algumas vezes mesmo com agrado, mas a incredulidade reflectia-se no sorriso que lhe brilhava nos lábios. Limitou-se a retorquir-lhe: «o Rei pode fazer o que lhe aprouver, mas não com o meu consentimento».

Clarendon, ao relatar a maneira como D. Catarina dissera estas últimas palavras, insinua que a esperança que ela nutria de vencer pela fôrça da sua persistência lhe tinha sido certamente suggerida por alguém. O Chanceler, porém, antes de se retirar, avisara-a de que não voltaria a importuná-la sôbre tal assunto, lastimando não ter crédito bastante para a persuadir num ponto em que lhe seria vantajoso seguir os seus conselhos, e que mais tarde ela se arrependeria de não os ter atendido.

Clarendon deu conta a Carlos II do que se passara, pedindo que não o tornasse a encarregar duma missão em que fôra tão mal sucedido, e exalou a irritação que o opprimia afirmando que os julgava igualmente dignos de censura, sendo o menos culpado aquêle que primeiro transigisse. «Desde então o Rei nunca mais procurou a Rainha, e, se acaso se encontravam, não lhe falava» (1).

A zanga entre os Reis já não era ignorada por ninguém. O desagrado de Carlos II atingiu não só a comitiva portuguesa da Rainha e todos os ingleses que a serviam, mas até o Marquês de Sande e Duarte da Silva.

A chegada da Rainha-mãi, Enriqueta Maria, serenou aparentemente a agitação. Para receber sua mãe, que viera

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 445-452.



de França para conhecer e dar as boas-vindas à noiva portuguesa, Carlos II não podia deixar de fazer, de momento, as pazes com D. Catarina. Durante alguns dias a Rainha sentiria certa tranqüilidade, que ainda mais lhe faria recordar a ventura de uma lua-de-mel que o desassocêgo dos últimos dias tornara já numa recordação.

A 9 de Agôsto, dia immediato ao da chegada da Rainha-mãi, partiram para Greenwich o Rei e a Rainha, acompanhados pela côrte. Num gesto de delicadeza, que parece ter consolado um pouco a dignidade dos desconsiderados fidalgos portugueses — «ao Conde de Ponteuër, & a Francisco Correa da Sylva lhes mandarão Suas Magestades dar hum Coche, para que os acompanhassem, & o Embaixador de Portugal, & Dom Francisco de Mello o não poderão fazer por estarem doentes» (1).

Chegaram os Reis pouco depois do jantar da Rainha-mãi, que saíu a recebê-los à primeira porta do palácio, ao cimo da escadaria. Ao chegar junto de sua sogra, D. Catarina fêz menção de ajoelhar e beijar-lhe a mão, mas a Rainha-mãi não consentiu, e levantando-a nos braços a beijou repetidas vezes, com grandes mostras de carinho e amor.

Entraram todos «para a casa donde havião de tomar assento», e Enriqueta Maria pediu a sua nora para que «escuzasse todo o genero de cumprimentos, dizendo, que ella não viera a estes Reynos, mais que a ter a ventura de a ver, & de a amar como a filha, & seruilla como a Rainha, & Senhora destes Reynos».

---

(1) Servi-me para a descrição do encontro entre as duas Rainhas, e da entrada solene de Carlos II e D. Catarina em Londres, da narração pormenorizada que nos dá a *Relaçam diaria da jornada*, etc., 1662.



D. Catarina sentiu grande prazer com as demonstrações de affecto da Rainha-mãe. Nelas transparecia uma lição para toda a corte reunida, do respeito que era devido a uma rainha.

Se a volta de Henriqueta Maria era motivada pelo interesse de receber uma pensão que apenas lhe seria paga durante a sua estadia em Inglaterra, ela não podia deixar de sentir intensa ternura por uma princesa católica como ela, e que como ela sofria da incompreensão duma raça cujo grande orgulho era ser diferente das outras.

D. Catarina, exteriorizando o prazer que tinha de a ver, apressou-se a significar-lhe «que o tempo mostraria a Sua Magestade, que em amor, & obediencia não havia de dar ventagem a elRey, nem ao Principe seu filho».

Em seguida a estes cumprimentos, a Rainha-mãe assentou-se numa cadeira de espaldar, à direita de D. Catarina, «que estava em outra», e em volta delas Carlos II numa cadeira rasa, assim como a Duquesa de York, e o Duque de York, de pé. Começou o beija-mão às Rainhas, findo o qual Henriqueta Maria ofereceu de merendar, mas não aceitaram os Reis porque haviam jantado antes da partida de Hampton-Court.

Durou a visita quatro horas «& a Rainha Mãe, mostrando cada vez maior agrado à Rainha, abraçando-a, & pegando-lhe nas mãos hũa, & muitas vezes, confessando publicamente o muito que excedia em fermosura, & agrado á Rainha de França».

Às cinco horas da tarde retiraram-se os Reis, e nessa noite cearam em público, «com grande alegria de todos os que a virão». No dia immediato Carlos II foi jantar a Londres, e à tarde «foi a Rainha acompanhada de seus Officiaes a encontrar a elRey no caminho, o qual lhe pagou esta

fineza com as maiores que lhe foi possível: a toda a Corte foi agradavel esta acção, & a applaudo muito, como a muitas que a Rainha obra todos os instantes semelhantes a esta».

O contentamento do nosso informador ao dar-nos a conhecer estes pequenos episódios, faz-nos pensar que a reconciliação aparente entre os Reis se ia transformando numa reconciliação verdadeira, talvez ajudada por algumas boas palavras que a Rainha-mãe dissera a seu filho, talvez por um renovo do agrado que Carlos II mostrara por sua mulher. Porém, esta réstea de luz pouco duraria, não resistindo em Whitehall ao brilho da rivalidade capitosa de Bárbara Palmer.

No dia 11 veio a Rainha-mãe a Hampton-Court retribuir a visita dos Reis, e à saída do côche aguardava-a Carlos II, que a conduziu pela mão até ao cimo da escada onde esperava a Rainha. Depois de novas manifestações de alegria e carinho, entraram para uma câmara onde as Rainhas se assentaram debaixo de um dossel de admirável riqueza, a Rainha-mãe à direita de D. Catarina, e a Duquesa de York à esquerda, um pouco afastada. Carlos II e seu irmão conservaram-se de pé, servindo de intérpretes às Rainhas, porque Henriqueta Maria desconhecia o espanhol e o português, e Catarina ignorava por completo o francês e ainda pouco ou nada sabia de inglês.

Nessa tarde jantaram juntos os Reis, a Rainha-mãe e os Duques de York, e, findo o jantar, passaram para a câmara da Rainha, que dera ordem aos seus músicos para os entreterem com vilancicos e agradáveis tonos, que mereceram os aplausos da Rainha-mãe.

O agrado de Henriqueta Maria pela audição dos músicos portugueses não concorda com a opinião de João Evelyn, aliás pessoa de requintado bom gosto, que nos diz



constar a música portuguesa de D. Catarina de pífaros, harpas, e muito más vozes (1). Será possível que a princesa portuguesa, filha de D. João IV, um conhecedor e apaixonado de música, habituada à instrumentação e vozes da Capela Real, em Lisboa, levasse consigo, para Inglaterra, músicos tão inferiores?

Durante umas semanas ficou a Rainha-mãe em Hampton-Court, e a sua presença, junto de D. Catarina, a afeição e respeito que se testemunhavam reciprocamente, mostram-nos que durante êsse período deve ter reinado a harmonia no palácio.

Assentou-se que a entrada solene dos Reis em Londres se fizesse pelo rio, e no dia marcado, 3 de Setembro, o tempo estava lindo e quente.

Pelas duas horas da tarde, deixou D. Catarina Hampton-Court e embarcou num bergantim dourado, acompanhada pelo Rei, pelo Duque e Duquesa de York, o Príncipe Roberto e seu irmão o Príncipe Eduardo, e a Condessa de Suffolk. Seguiam-nos outros dois bergantins indo num as damas da Rainha, noutro o Camareiro-mor e camaristas del-Rei.

No dia anterior, Carlos II convidara as Condessas de Penalva e Ponteval para irem no seu bergantim, e o Conde de Ponteval e D. Francisco de Melo no do Camareiro-mor, mas achando-se ambas indispostas, depois de agradecerem a mercê que lhes era feita, preferiam ir pela manhã numa das faluas do Rei, que êle, para isso, lhes mandou dar.

As margens do Tamisa estavam coalhadas de gente para ver passar o cortejo. A oito milhas de Londres espe-

---

(1) João Evelyn, 1908, *Diary*, 221.



rava um «bergantim maior (que por isso não podia passar mais acima) todo cheio de vidraças, & todo cuberto por hũ toldo de velludo cramesim bordado de ouro, em o qual entrãrão as Damas de honor, & mais criadas da Rainha». Chegados a Putney, distante três milhas da cidade, passaram os Reis e Altezas para o bergantim em que deviam fazer a entrada na capital. Era esta embarcação sumptuosa, o casco todo pintado e dourado, com um tôlido de brocado de ouro, sustentado por quatro pilares, «aberto por todos os lados para poder melhor ver, & ser visto de todos», com vinte e quatro remadores vestidos de vermelho.

A uma milha de Londres, ponto onde devia começar a entrada, por entre inúmeras embarcações, aguardava o préstito real a barca do Lord maior da cidade, com seus officiais, as sessenta barcas das corporações e officios da capital, com as suas armas e divisas, ricamente ornamentadas, e onde tocavam «muitas trombetas, & charamelas, ou violões».

«Esmerãrãose entre todos os Tauerneiros, que leuauão a vanguarda, & por serem muitos, não cabendo em hũa barca, leuauão duas, q̃ na grandeza, & ornato excedião às mais, não sendo esta a primeira vez q̃ causou espanto entrar no Reyno da agoa o Rey do vinho».

No rio os barcos eram tantos que não se podia romper, nas margens os regimentos da guarda del-Rei, a pé e a cavalo, formavam duas filas ininterruptas, salvando com grande estrondo.

Era tanta a gente que se comprimia em terra para admirar a grandiosidade do espectáculo, que «não cabendo nos câpos se subião nas arvores, fazendo hum vistossissimo quadro a diuersidade das cores dos vestidos, a fermosura das Damas, & a multidão de gente». Ao aproximarem-se de Whitehall, já não bastavam as janelas, nem os telhados



virados para o Tamisa. Foi tal a curiosidade de alguns que, tendo «tomado lugar para ver a entrada na ponte de Oesminster (1) em ocasião de baixamar, crescendo a maré por não perderem lugar, se deixãrão molhar de sorte que quando Suas Magestades passarão lhe daua já a agoa pella cintura».

Pelas seis horas da tarde chegou o bergantim real defronte do palácio de Whitehall, desembarcaram os Reis, por entre as salvas e vivas, num cais recentemente construído para êsse fim, e onde os esperava a Rainha-mãe, a côrte e nobreza com as mais ricas galas. O Marquês de Sande brilhava entre os mais pela «luzida libré» com que saíu nesse dia, em que Londres recebia triunfalmente a sua princesa.

«A noite, & a seguinte houue muitas fogueiras por todas as ruas de Lõdres, que são as luminarias, não cessando com todas ellas os repiques dos sinos de publicar com sonoras vozes a alegria que hauia nos corações de todos» (2).

Durante tôdas estas cerimónias a Condessa de Castlemaine, perdida na turbamulta dos curiosos, assistia de longe ao triunfo da Rainha, mas em breve voltou a afligí-la com a sua presença. Os seus partidários continuaram a insistir em seu favor, e rapidamente Carlos II cedeu. A Condessa de Castlemaine, a-pesar-de não ter conseguido a nomeação oficial de dama de D. Catarina, freqüentava o paço, e não saía dos aposentos da Rainha, como se estivesse de serviço.

Emquanto D. Catarina tentava ignorar a presença da favorita, Carlos II ostensivamente dava as maiores provas

---

(1) Westminster.

(2) Encontra-se também, destas festividades, uma descrição muito interessante em: Pepys, *Diary*, 1928, II, 297; João Evelyn, 1908, *Diary*, 223.

de consideração e respeito a Bárbara. Variáveis como cata-ventos, os cortesãos seguiam a direcção em que soprava a brisa da preferência real, e olhavam com superioridade tudo o que rodeava a Rainha.

Tornara-se moda troçar dos fidalgos portugueses. O seu aspecto taciturno e constrangido, o sobressalto em que andavam por verem a desinteligência entre os Reis, as dificuldades que os assaltavam a cada passo, tornavam-nos ainda mais predispostos a uma melancolia bem portuguesa. A sua obediência a uma etiqueta severa, que um longo treino domara como uma segunda natureza, era o cúmulo do ridículo aos olhos da mocidade elegante da côrte. Imitava-se com espírito e veracidade o andar imponente e ondeante das damas portuguesas, e ninguém escondia os risos de mofo ao vê-las passar, graves e empertigadas. As partidas e os bons ditos fervilhavam; e, não contentes com a troça inocente, foram mais longe na perseguição dos fidalgos, que tinham deixado Lisboa com a esperança de encontrarem, em Inglaterra, bom acolhimento e mercês. Quando o Duque de Buckingham resolveu, num acesso de boa disposição, seduzir a amante que Pedro Francisco Correia da Silva trouxera de Lisboa, o caso complicou-se, e Correia da Silva exigiu reparações. Coitado, apenas obteve licença de Carlos II para se retirar para Portugal. O Rei, porém, atenuou o cavalheirismo desta reparação com uma carta para D. Afonso VI, recomendando o pobre fidalgo (1).

Não devemos hoje, que nos orgulhamos duma libertação quasi absoluta do sectarismo de então, sentir-nos ofendidos por brincadeiras palacianas que não representam

---

(1) Gramont, *Mémoires*, 1876, II, 81; Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1927, 102-103.



sequer o mínimo atentado contra o nosso brio nacional. Então como hoje, a juventude diverte-se à custa daqueles que, segundo a sua apreciação, estão fora de moda. Na cõrte inglêsa do século xvii, não se admitia que existissem pessoas sérias, devotas e susceptíveis; na cõrte portuguesa não se sonhava com a existência de pessoas incrédulas, frívolas e atrevidas.

Lastimamos os vèxames que suportou a comitiva de D. Catarina, mas não podemos deixar de concordar em que a escolha da Rainha D. Luísa foi infeliz, porque às qualidades incontestáveis, que possuíam todos os que seguiriam D. Catarina para Inglaterra, faltava um pequeno complemento imprescindível — a maleabilidade. Se os não obcesse o desejo de viverem em Whitehall como no Paço da Ribeira, muito teriam feito para a felicidade da sua princesa, para a sua própria tranqüilidade, e para o serviço do seu país.

Pepys conta-nos que tendo ido a Somerset-House, no dia 17 de Setembro, vira a Rainha-mãe e D. Catarina (esta pela primeira vez), e, a-pesar-de não a achar encantadora, julgava que tinha um aspecto bom, modesto e inocente. Estavam presentes, além das duas Rainhas, a Condessa de Castlemaine, e o jovem Jaime Crofts, filho bastardo do Rei (1), que não deixava a favorita de seu pai. Mais tarde entrara o Rei, e pouco depois o Duque e a Duquesa de York, conversando todos animadamente até o cair da tarde, retirando-se o Rei e a Rainha, a Condessa de Castlemaine e Jaime Crofts todos no mesmo côche.

---

(1) Filho de Carlos II e Lúcia Walter, foi feito Duque de Monmouth em Fevereiro de 1663. Viera de França com a Rainha-mãe, em casa de quem fôra educado.



Nesta reunião familiar, edificante pelo à-vontade, Carlos II deu largas ao seu bom humor, gracejando com sua mulher. Quis fazer acreditar à Rainha-mãe que D. Catarina se encontrava de esperanças, dizendo que tinha sido ela própria que o afirmara. Mas D. Catarina, a quem algumas semanas de noivado tinham enriquecido o vocabulário inglês com expressões um pouco violentas, retorquiu «Mente», ao grande divertimento de seu marido (1).

Nos momentos felizes e despreocupados de noivado, em Hampton-Court, o Rei entretivera-se a aperfeiçoar os ínfimos conhecimentos de inglês da Rainha, mas o seu espírito folgazão não resistira à tentação de lhe ensinar algumas frases menos vernáculas.

O desconhecimento e dificuldade que D. Catarina tinha em aprender o inglês eram, nas ocasiões de mau-humor, tomados como ofensa e teimosia; nos momentos de bom humor como alegre entretenimento.

A promiscuidade em que vemos D. Catarina com a favorita e o bastardo, e a boa disposição de Carlos II, fazem-nos admitir que a Rainha tolerava tão estranha companhia, na insensata esperança de demover seu marido.

Mas as tréguas tinham findado, e Carlos II, que voltara ao antigo costume de cear tôdas as noites com Bárbara, incitado de novo pelas ironias dos que reputavam a sua condescendência fruto do temor que tinha a sua mulher, fixou um dia para o embarque da comitiva portuguesa, que despediu sem uma recompensa, e nem sequer escrevendo uma carta ao Rei de Portugal a explicar o motivo de tal ordem.

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, II, 310-311.



D. Catarina sentiu profundamente o ser privada da sua família portuguesa, a quem não podia sequer mostrar a sua generosidade, visto lhe serem negados meios para o fazer. O receio de se sentir isolada no meio duma côrte cuja hostilidade era real, levou D. Catarina a rogar a seu marido, que ao menos lhe fôsse consentido conservar um pequeno número de criados portugueses. Obteve essa licença para a Condessa de Penalva, que por falta de saúde e de vista nunca saía do quarto, para alguns criados de cozinha, e para os padres que serviam a sua capela.

O resto foi recambiado para Portugal. «Carlos estava farto do negócio português. Sua mulher não lhe obedecia. Os mouros de Tânger não queriam submeter-se a Lord Peterborough. O Governador de Bombaim negava-se a entregá-la ao General Marlborough» (1).

Ordens severas foram dadas para que não se concedesse a menor facilidade na avaliação do dote, e Duarte da Silva que, seduzido pela promessa de ser nomeado tesoureiro da Rainha, aceitara o espinhoso encargo de proceder à sua liquidação, foi metido na prisão, pelo fútil pretexto de não ser suficientemente diligente no pagamento, a-pesar-da época fixada não ter ainda chegado (2).

O Marquês de Sande, «homem muito honesto», que suportara as alternadas recriminações dos Reis — de Carlos II por ter informado em demasia D. Catarina da sua ligação com a Condessa de Castlemaine, de D. Catarina por a ter enganado com a descrição mentirosa duma bondade que

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 105.

(2) Ver Francesco Brandano, *Dell'Istoria delle guerre di Portogallo*, 1724, 55.

seu marido não possuía — e que no seu desejo de bem servir o Rei alienara as boas graças da Rainha, adoecera grave e oportunamente.

A Condessa de Castlemaine foi alojada no paço, e aparecia todos os dias a D. Catarina. O Rei falava constantemente com ela, e não fazia caso da Rainha, que era posta de parte; mas, se D. Catarina, incapaz de suportar uma tal indignidade, se retirava para o seu quarto, só uma ou duas pessoas a seguiam, ficando as outras, a maior parte das vezes, dizendo em voz alta coisas que ninguém devia ousar sequer murmurar. O Rei, que ao princípio da zanga se mostrava perturbado e triste, e sem dúvida atormentado, parecendo algumas vezes desejar não ter ido tão longe, foi de novo azedado pela censura de se deixar governar, censura que o indignava, e que lhe era vulgarmente feita por aqueles que mais tratavam de o dominar. Tendo reprimido tôda a sensibilidade e repugnância, cada dia se mostrava mais alegre e bem disposto, e só um observador atento podia adivinhar o que essa alegria tinha de contrafeito e fingido. No entanto, à Rainha essa alegria parecia verdadeira, e a sua tristeza aumentava quando o via em tôdas as convivências menos na sua. A sua comitiva mostrava mais respeito e atenções à favorita do que a ela própria, pois sabiam que sua ama pouco os podia proteger (1). O desgosto que Carlos II mostrava pela casa da Rainha era tal, que o cirurgião Pierce hesitava, perplexo, se deveria aceitar exercer o seu cargo junto de D. Catarina. Carlos parecia recear que informassem sua mulher do que se passava com Bárbara, dizia êle; porém o boticário da Rainha contara-lhe

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 454-455.



que ela não o ignorava, mas, vendo que nada remediava falando, suportava com astúcia (1).

A única solução que restava a D. Catarina era refugiar-se, mais do que nunca, no amparo da sua crença. Enquanto a sua capela em St. James não estava pronta, foi todos os dias à de Somerset-House, onde a presença sempre amigável da Rainha-mãe, e as cerimónias do culto a isolavam dos seus atormentadores. Contudo, nem aí conseguia libertar-se da Condessa de Castlemaine. Esta, apesar de protestante, seguia a Rainha como uma sombra, e o desejo de todos a julgarem titular do cargo que ambicionava, fazia-a escutar, imperturbável, longos sermões em português (2).

Ora, além destas provações, outras ainda lhe traziam as notícias de Portugal. Sua mãe, D. Luísa, cansada de desconsiderações, entregara o governo do reino a D. Afonso VI, e retirara-se, doente e desiludida. A desconfiança entre o Rei e o Infante D. Pedro aumentava dia a dia, os partidos surgiam dentro da corte, a campanha morosa e exaustiva contra a Espanha tornavam Portugal ainda mais dependente dum forte auxílio estrangeiro.

D. Catarina, para quem a independência do seu país merecia todos os sacrifícios, viu a necessidade imperiosa de se reconciliar com seu marido. Quem sabe se alguma ameaça proferida num momento de cólera não lhe fazia temer que a má vontade de Carlos II se voltasse também contra Portugal.

Era necessário que tal não acontecesse, e, sem uma palavra, sacrificou tudo—a sua consciência, o amor de Carlos II, a estima e a consideração do país de que era Rainha.

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, II, 350.

(2) Pepys, *Diary*, 1928, II, 321.



Todavia, constrangida pela rapidez com que os acontecimentos se desenrolavam em Lisboa, e desconhecedora do tacto político que só longos anos de infortúnio amadureceria, trasingiu no momento em que Carlos II, abalado pelos avisos de amigos sinceros que lhe lembravam que não podia esperar um herdeiro da Rainha, enquanto o seu coração estivesse tão desgostoso e a sua alma tão agitada, ou já farto duma briga injusta, ou quem sabe, dos encantos da Condessa de Castlemaine, estava disposto a ceder às súplicas duma espôsa cuja constância e nobreza de carácter êle admirava, e cujo amor sincero e desinteressado o seduzia.

Para reconquistar o affecto do Rei, D. Catarina serviu-se dos conselhos de Clarendon, e lembrou-se que êle lhe dissera que melhor seria conformar-se com os desejos del-Rei, para alcançar que os seus fôsem satisfeitos.

E, um dia, com assombro de todos, quando a Condessa de Castlemaine entrava nos seus aposentos, D. Catarina dirigiu-lhe a palavra, e não contente com esta benevolência, começou a ser amável com ela em público, e na intimidade não tratava ninguém mais amigavelmente (1).

Esta reviravolta inesperada da Rainha mereceu a Clarendon ásperas censuras. «Êste total abandono da sua própria dignidade, êste baixo comportamento para com uma pessoa que ela justamente detestara, deu azo a todos pensarem que era difficil de a conhecer, e portanto de a servir. O Rei, êle próprio, esteve tão longe de nêle achar um pretexto para se reconciliar com ela, que a estima que não podia deixar de ter no coração, diminuiu desde logo. Êle concluiu que a antipatia que ela tinha de princípio

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 456.



manifestado com uma exaltação tão grande, que ninguém podia suspeitar de ser fingida, era artificiosa e produzida por um carácter astucioso, teimoso e inconstante. Felicitou-se da sua rigorosa perseverância, que lhe permitira descobrir como agir de futuro, e cessou de apreciar o seu espírito, discernimento e inteligência, como o fizera até aí, vendo com prazer que os outros também tinham igualmente perdido alguma coisa da opinião que dela formavam a êste respeito» (1).

Esquecido das recomendações que fizera, o seu desprêzo pela atitude de D. Catarina só se pode explicar pelo despeito de a ver ceder perto de alcançar a vitória, que não só a consolidaria no trono, mas também asseguraria ao seu partido o poder decisivo.

A Rainha passara-se para o lado adverso, em breve Clarendon seria esmagado.

Se um espírito de intriga e uma inteligência lúcida fôsem apanágio de D. Catarina, ela poderia ter lutado contra seu marido dumã forma menos leal, mas talvez mais eficiente. Mas a sua bondade, a rectidão do seu carácter, a sua religião, impediam-lhe de succumbir à tentação de construir a sua popularidade sôbre os pecados de Carlos II. Se tivesse feito alarde dos vexames que a oprimiam, se tivesse feito sobressair as suas virtudes, teria reunido à sua causa todos os que em Inglaterra se indignavam contra a dissipação e prodigalidade do Rei, a audácia da Condessa de Castlemaine, a venda de Dunquerque e a imoralidade da côrte. Sofrendo em silêncio, suportando com dignidade, evitando com extraordinário bom senso indispor o povo com a rea-

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, II, 457-458.

leza, sacrificou a apreciação que os seus contemporâneos e a história fizeram a seu respeito.

A sua piedade foi alcunhada de beatério, a sua rectidão moral de frieza e pertinácia, a sua simplicidade de carácter de inconsciência, e o seu físico ridicularizado até ao máximo (1).

Para servir Portugal, D. Catarina sacrificou o amor do homem por quem se apaixonara profundamente.

Carlos, desde então, tratou-a com bondade e respeito; mas, desiludido, esqueceu tudo o que o prendera e não mais se preocupou em esconder os devaneios da sua infatigável sensualidade.

Feita a sua submissão à arrogância da favorita, nada impedia D. Catarina de se juntar aos divertimentos da côrte. Deixando a «severidad, y encogimiento español», começou a tomar parte nas festas em que tanto se comprazia Carlos II, animada ainda pela esperança de reconquistar o coração de seu marido. Se a única forma de prender o Rei era acomodar-se a uma vida alegre onde os bailes, as mascaradas, as festas se sucediam constantemente, essa seria a vida que ela viveria.

Mas ainda lhe estava reservada mais uma humilhação dolorosa, que originaria o último protesto impetuoso de D. Catarina. Carlos II resolvera elevar ao ducado de Monmouth seu filho ilegítimo, Jaime Crofts, e a Rainha, a-pesar-de o tratar com benevolência e bondade, insurgiu-se contra essa nomeação, que não só a atingia a ela, mas também aos filhos que pudesse vir a ter. Por uma carta do Duque de York a Clarendon, sabemos o que se

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV 401-402.



passou: «Meu irmão falou ontem com a Rainha a respeito do reconhecimento de seu filho, e com grande paixão ela disse-lhe que no momento em que êle fizesse tal coisa, ela nunca mais veria a sua cara» (1).

De nada valeu a ameaça de D. Catarina porque tudo estava tratado, e a patente foi concedida, dando-lhe precedência sôbre todos os duques do reino, excepto o Duque de York.

D. Catarina, boa e magnânima, esqueceu a ofensa, e tratou-o sempre, assim como aos outros filhos do Rei, com generosidade.

O aniversário da Rainha, a 25 de Novembro, foi festejado com aparato, e Maria Knight, artista celebrada pela beleza da sua voz e que cinco anos mais tarde enriqueceria a galeria de trofeus femininos de Carlos II, cantou uma ode do poeta Waller, dedicada a D. Catarina.

A vida parecia decorrer serena, mas o predomínio crescente de Sir Henrique Bennet (2) e de Sir Carlos Berkeley, sequazes da Condessa de Castlemaine, e o descontentamento popular, auguravam horas amargas para D. Catarina. A influência de Bárbara aumentava cada vez mais, tôdas as nomeações e mercês eram concedidas com a sua aprovação, e o agrado de Carlos II só ia para os que louvavam a favorita, com quem nem já sequer tinha o decôro de esconder uma intimidade escandalosa.

Para a Rainha ninguém apelava, e ela que tanto gostaria de proteger e consolar, limitava-se a gozar do simulacro de poder que lhe dava a sua posição. Mas para qualquer coisa lhe podia servir o título de Rainha de Inglaterra, que

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 399.

(2) Foi feito Conde de Arlington em 1672.

lhe pertencia. Para obter o reconhecimento da independência portuguesa pela Santa Sé.

Com o consentimento de Carlos II, que tentava propiciar uma aproximação com Luiz XIV mediante uma conciliação com Roma, D. Catarina mandou à côrte pontifícia um enviado, Sir Ricardo Bellings, portador de uma carta para Sua Santidade e encarregado duma mensagem secreta do Rei, na qual êle mostrava o desejo de ver a religião católica de novo estabelecida no seu reino (1).

A carta de D. Catarina ao Papa Alexandre VII é um modelo de argúcia diplomática. Ela mostrava que a falta de atenção pelos católicos portugueses fortalecia os hereges no motivo que tomavam «de espalharem não ser a justiça da Cadeira de S. Pedro com a equidade, que se segurava na infallivel assistencia do Espirito Santo». Desde a sua chegada a Inglaterra, acrescentava, a situação da Igreja melhorara milagrosamente, e que apenas dependia de Sua Santidade «abrir a porta a grandes felicidades da Igreja nos Reynos de Inglaterra, para o que se achavaõ tantas disposições opportunas, que lhe seguravaõ ditoso fim», mostrando assim aos hereges que a «summa justiça de Sua Santidade começava a abrir caminho ao remedio de Portugal». Mas se por ventura sucedesse o contrário, o que não podia esperar, lembrava «o imminente perigo, a que expunha não só os principios da reduçãõ de Inglaterra, senaõ o risco da constancia de Portugal». E terminava, tomando a Deus por testemunha «de que o unico motivo, que a persuadira a ser Rainha de Inglaterra, fora mais, que de Sceptros, e Coroas, o desejo de servir a Religiaõ Catholica Romana».

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 111.



Neste mesmo sentido escreveu também aos cardiais, em especial ao Cardial Orsini, recomendando-lhe o seu capelão-mor, Milord de Aubigny, pelas suas virtudes e merecimentos, e para quem pedia um chapéu cardinalício (1).

Mas a Santa Sé estava bem informada e sabia que podia fazer esperar os católicos portugueses sem arriscar as esperanças inglêsas.

Emquanto em Roma fazia brilhar a qualidade de Rainha da Grã-Bretanha, em Londres a casa de D. Catarina era inferior em aparato à da Rainha-mãi, e a sua capela, por ordem real e desejo parlamentar, só podia ser freqüentada pelos seus criados (2).

O fervoroso desejo de dar à coroa um herdeiro, e que devia constituir o tema mais freqüente das suas preces a Deus, ainda não tinha sido satisfeito, e algumas esperanças que alimentara, em breve se tinham desfeito.

O fim do ano foi festejado com um grande baile no palácio de Whitehall, e a maior nobreza e as mais lindas mulheres enchiam a sala. O Rei abriu o baile com a Duquesa de York, dançando o «brantle», espécie de quadrilha então em voga, e em que o acompanharam o Duque de York com a Duquesa de Buckingham, o Duque de Monmouth com a Condessa de Castlemaine, e grande número de damas e fidalgos. Seguiram-se outras danças e em tôdas elas Carlos II excedia em elegância e perfeição. D. Catarina, que ainda não sabia dançar, via de longe a alegria da côrte, e conservava-se de pé enquanto o Rei dançava, em obediência à etiqueta.

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 311-314.

(2) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 110.

A Condessa de Castlemaine, na pujança da sua beleza, causava sensação pelo esplendor das suas jóias, que ultrapassavam em riqueza as da Rainha e as da Duquesa de York, e murmurava-se insistentemente que el-Rei lhe dera todos os presentes de Natal, que era costume receber dos Pares do reino, facto êste que talvez contribuisse para êsse costume ter sido suspenso pouco depois <sup>(1)</sup>.

Não podemos saber se D. Catarina não aprendera a dançar em Portugal, ou se a ignorância das danças, apreciadas em Inglaterra, a afastava dêsse divertimento. Porém, as lições que dava na sua câmara com os seus capelães, o abster-se de dançar em público até alguns meses depois de casada, e a pouca destreza com que o fazia quando começou a exhibir-se, fazem-nos admitir que também essa prenda tinha sido descurada na educação da Infanta.

O gôsto e a assiduidade com que se entregou a essa distracção foi enorme. Walter Scott disse com severidade que «a maior culpa de D. Catarina foi ter sido católica, a sua maior infelicidade ser estéril, e o seu grande fraco um amor excessivo pela dança».

O ano novo nenhuma alteração trouxe às relações entre os reis. Em Abril, ninguém ignorava que Carlos II não jantava com sua mulher havia três meses, mas que era rara a noite que o não fazia com Bárbara, facto que o não impedia de cuidar atenciosamente dos pequenos appetites de D. Catarina, escrevendo a sua irmã, a Duquesa de Orleães, para lhe mandar um livro de devoção que a Rainha desejava.

O casamento do Duque de Monmouth com Lady Ana Scott, a rica herdeira dos Buccleuch, assegurara o futuro

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, II, 404-405; III, 48; L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 168.



do bastardo real, mas Carlos II queria atestar definitivamente o amor que êsse filho lhe merecia. Por isso, quando tôda a côrte, incluindo a inevitável Condessa de Castlemaine, se encontrava em Windsor a-fim-de celebrar as festividades do dia de S. Jorge, padroeiro do reino, que terminaram com um grande baile, o qual D. Catarina, já confiante nos seus talentos, abriu com o Duque de Monmouth, Carlos II dirigiu-se para o Duque dançando com a Rainha de chapéu na mão, beijou-o e fê-lo pôr o chapéu na cabeça (1). Era um privilégio apanágio das altezas reais, que o Rei concedia, e em que muitos pensaram ver uma intenção del-Rei para o nomear seu herdeiro.

## IV

Chegara a oportunidade para os partidários da Condessa de Castlemaine, o Duque de Buckingham, Sir Henrique Bennet, o Conde de Bristol e Sir Carlos Berkeley, de atacarem abertamente Clarendon e a Rainha com uma arma de duplo cortante — a ilegalidade do casamento real.

Na Câmara dos Lords, o Conde de Bristol, bem conhecido pela sua inimizade contra o Chanceler e D. Catarina, cujo casamento tentara impedir a todo o transe, acusou de alta traição o Lord Chanceler Clarendon. Entre os vários artigos vinha a inculpação de Clarendon ter promovido o casamento dos reis, sem estabelecer um entendimento sôbre o ritual do matrimónio. Por conseguinte, tendo-se a Rai-

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, III, 95.

nha recusado a pronunciar as palavras que a cerimónia requeria, a sucessão era duvidosa por causa da deficiência de ritual, ou então expunha o Rei à suspeita de se ter casado pelo rito romano, no seu próprio reino, coisa nessa época anti-legal. Bristol informava também a Câmara de que Clarendon estava comprometido na correspondência que a Rainha encetara com Roma no intuito de espalhar a sua religião em Inglaterra (1).

O Conde de Bristol pensando que a ilegalidade do casamento dos Reis não bastava para atacar Clarendon, e nada detendo a sua imaginação e falta de escrúpulos, enviou secretamente a Lisboa dois padres do seu conventículo para averiguarem o que pudessem a respeito do casamento que fôsse prejudicial ao Chanceler — como o êle saber antes do ajuste nupcial da incapacidade de procriar da Rainha, e de que alguma coisa lhe tinha sido ministrada para a tornar assim. Não sabemos as provas que obtiveram em Portugal, mas consta-nos que os dois sacerdotes foram presos logo que regressaram a Inglaterra (2).

É curioso notar que o Conde de Bristol se tinha convertido êle próprio ao catolicismo e fôra partidário do casamento de Parma, incorrendo positivamente no mesmo pecado de que acusava Clarendon.

Todavia, os maquinadores desta acusação não tinham contado com a desaprovação de Carlos II. O Rei, profundamente irritado com a possível inconfidência da cerimónia secreta do seu casamento e prevendo que tal debate só lhe

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, II, 190-191; A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 402; L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 175.

(2) Pepys, *Diary*, 1928, IV, 49-50.



traria dissabores do Parlamento, exilou Bristol da côrte, ameaçando-o de maior castigo.

D. Catarina encarou a inculpação sob outro ponto de vista, e repugnando-lhe que julgassem ter prescindido da única cerimónia que para ela tinha validade, apressou-se a prevenir o Duque de York de que podia precisar dêle como testemunha do casamento (1).

O parecer dos juizes, encarregados de verificar a acusação, foi de que os artigos apresentados contra Clarendon não constituíam traição, e a víbora foi esmagada no ninho.

Em Maio, D. Catarina, possivelmente de esperanças, foi aconselhada pelos seus médicos a ir tomar as águas de Tunbridge Wells. Quando mandou os seus oficiais a requisitar ao Tesoureiro a importância necessária para a viagem, recebeu a resposta de que as 40.000 libras da sua pensão anual já tinham sido pagas e figuravam entre as despesas da Coroa apresentadas à Comissão do Parlamento. Indignada por lhe ser atribuído o gasto duma quantia que nunca recebera, informou sem demora a Comissão parlamentar de que apenas recebera, desde a sua chegada a Inglaterra, 4.000 libras, com que até aí sustentara a sua casa.

Só uma economia vigilante e parcimoniosa tinha tornado possível êsse milagre de boa administração. Os seus músicos, lavadeira e criados tinham ordenados em atraso, e só possuía seis uniformes para oito pagens.

O Tesoureiro apreciou a economia da Rainha, mas o dinheiro estava gasto e nada se podia fazer. D. Catarina reuniu o seu conselho para deliberar sôbre o assunto. Sucessivamente procuraram o Tesoureiro, Lord Cornbury,

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 121.

Lord Brouncker e o Sr. Hervey, tentando obter um adiantamento e conseguindo apenas a promessa dumas hipotéticas 2.000 libras, que seria o máximo que se podia arranjar (1).

Guilherme Prynne, republicano intransigente, que fôra exposto no pelourinho pelos seus escritos contra a Rainha Enriqueta Maria, no reinado de Carlos I, e que Carlos II, com o seu conhecimento das fraquezas humanas convertera num acérrimo realista, publicou, ao saber das dificuldades financeiras da Rainha, um panfleto reveindicando para D. Catarina o direito ao «ouro da Rainha», direito que caíra em desuso desde o reinado de Maria Tudor (2).

De nada valeram estes ataques aos cofres do Estado, e só em princípios de Agôsto foi possível juntar o dinheiro preciso para a jornada a Tunbridge Wells. Numa côrte onde a favorita podia perder 25.000 libras por noite, ao jôgo, a Rainha era obrigada, ao fim de longa insistência, a esperar semanas pelo pagamento de 2.000 libras, que lhe permitiriam seguir um tratamento que os seus médicos lhe tinham recomendado e de cujo bom êxito talvez dependesse a vinda dum herdeiro ao trono.

Não admira que os apertos financeiros que acometeram D. Catarina, e que tinham de ser remediados pela economia,

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 123.

(2) Quando, no princípio do seu reinado, perguntaram a Carlos II o que se havia de fazer a Prynne, cuja turbulência inquietava o govêrno, o Rei respondeu: «Ele quer ter alguma coisa para fazer. Nomea-lo-ei guarda do Arquivo da Torre, com obrigação de o ordenar, o que o ocupará durante os próximos vinte anos». Prynne desempenhou-se do seu cargo com tal zêlo, que dentro em pouco se tornou ferrenho defensor do direito divino dos reis e dos antigos privilégios e imunidades concedidos às suas consortes.

Ver A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 413.



a tornassem desconfiada, e depois exigente e meticulosa em questões de dinheiro.

A primavera de 1663 foi fértil em acontecimentos para a côrte. As notícias da batalha do Ameixial, e a vitória das tropas portuguesas comandadas pelo Conde de Vila-Flor, e do contingente inglês comandado pelo Coronel Hunt, sôbre o exército de D. João de Áustria, causaram sensação em Londres.

D. Catarina, ao saber da vitória que assegurava a independência da sua pátria, sentiu a dôce recompensa dos seus sacrifícios e a utilidade da sua abnegação, que garantira a Portugal uma ajuda preciosa. Era certo que a concórdia não reinava, em Portugal, entre ingleses e portugueses. A falta de pagamento das tropas aliadas, a desilusão destas perante a impossibilidade do tesouro as recompensar como desejavam, originaram atritos e lamentações e o descontentamento de alguns chegou quasi à revolta. Com a notícia da vitória chegaram também a Londres os queixumes contra a avareza de D. Afonso VI, que recompensara com rapé a brilhante acção dos soldados ingleses nesta batalha. A pobreza da Fazenda e o desinterêsse da tropa portuguesa justificam o esquecimento de D. Afonso, que Carlos II, generoso e cavalheiresco, reparou enviando-lhes 40.000 coroas como prova da sua satisfação (1).

Deve ter sido doloroso para D. Catarina êste episódio em que a pobreza destoava no meio da heroicidade nacional, mas a alegria do triunfo brilhava no seu coração, que nada podia abater senão uma derrota portuguesa, ou o desamor de seu marido.

---

(1) Colbatch, *An account of the Court of Portugal under the Reign of the present King Dom Pedro II*, 1700, 138-147.

Um acontecimento não menos sensacional do que a vitória portuguesa agitava o paço. A estrêla da Condessa de Castlemaine empalidecia e o Rei mostrava-se assíduo junto de D. Catarina.

Em Julho, na grande parada em Hyde Park, onde Carlos II passou revista à sua Guarda, imponente pela galhardia dos oficiais e beleza dos cavalos, D. Catarina e a Rainha-mãe assistiram ao desfile num côche de Enriqueta Maria. Todavia, nesta cerimónia, a favorita, que nunca perdia a oportunidade de se mostrar, tinha-se absterido de comparecer, e todos viram nesta ausência um pronúncio do declinar da sua influência.

A prudência de Bárbara, nesta conjuntura, contrastava com a impertinência de que usara algumas vezes para com D. Catarina. Todos sabiam que a Condessa de Castlemaine, entrando um dia no quarto da Rainha, quando esta, no seu toucador, se entregava aos cuidados de toucadeiras e açafatas, estranhou a demora, dizendo: «Como pode Vossa Magestade ter paciência para levar tanto tempo a vestir-se?». D. Catarina repreendeu esta insolência com uma resposta cheia de dignidade e placidez: «Tenho tantos motivos para fazer uso da minha paciência que posso bem suportar mais êste» (1).

Nos longos passeios por Hyde Park, que começara a ser o ponto de reunião da sociedade elegante, tôdas as tardes, Bárbara deixara de ser o ponto de mira da curiosidade geral, e todos olhavam os reis passando no seu côche dourado, de mãos dadas e ar prazenteiro. D. Catarina, vestida com um colete de rendas brancas e uma saia carmesim,

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, III, 185.



penteadada «à la negligence», parecia linda até ao exigente apreciador Pepys. Carlos II não reparava na presença de Bárbara, e quando as carruagens se cruzavam no «Tour» nem um olhar quebrava essa indiferença (1). Chegado o momento de deixar os côches e passear à sombra das árvores, a Condessa de Castlemaine, acostumada à côrte pressurosa que habitualmente se acotovelava para a ajudar a aprear-se, teve de se contentar com a ajuda do seu laçao. Sòsinha, sem falar a ninguém, a sua fisionomia mostrava o despeito e a consternação (2).

D. Catarina voltava a ser a primeira figura da côrte. Em volta dela as damas de honor, alegres e buliçosas, divertiam-se trocando os chapéus umas das outras, e os seus risos enchiam a câmara da Rainha duma animação juvenil. As enfadonhas senhoras portuguesas tinham sido substituídas por damas novas, bonitas e elegantes, e Francisca Stuart era sem dúvida a mais linda de tôdas. A «belle Stuart», filha do Dr. Walter Stuart e neta de Lord Blantyre, aparentado com a casa real, fôra educada em França, e viera para Inglaterra na comitiva da Rainha-mãe. Pouco depois da sua chegada fôra nomeada dama da Rainha, e a sua beleza, elegância e distinção, em breve a tornaram alvo de tôda a admiração masculina.

Não tinha passado despercebida, aos olhares conhecedores de Carlos II, a nova dama. Dentro em pouco o interesse real transformar-se-ia em paixão, e, como diz Agnes

---

(1) Nessa época Hyde Park era delimitado por um muro de teijolo, e o seu acesso livre ao público. Na metade norte do parque existia um passeio circular a que se chamava o «Tour», e que servia também para nêle se realizarem corridas de cavalos, etc.

(2) Pepys, *Diary*, 1928, III, 195.

Strickland, se o seu coração não fôra mais bondoso do que o de Ana Boleyn, é quasi certo que poderia ter obtido de Carlos II o que Ana conseguira de Henrique VIII (1).

Francisca Stuart, mais bela que inteligente, tinha o espirito fútil e despreocupado duma criança. O seu passatempo favorito era a cabra-cega e a sua paixão a construção de castelos de cartas. Porém, quando o Duque de Buckingham, companheiro imprescindível, pela sua habilidade neste género de divertimentos, tentou, abandonando a amante portuguesa que roubara a Correia da Silva, alcançar os favores da formosa Stuart, foi afastado com tal violência, que a côrte compreendeu que a frivolidade podia não ultrapassar a inocência. Então o Duque enveredou por outro caminho. Já que não podia conquistar Francisca Stuart, podia facilitar a inclinação do Rei por ela e assim obter o valimento real.

Em princípios de Agôsto, D. Catarina partiu para Tunbridge Wells, acompanhada por Carlos II e grande parte da côrte. Negócios de Estado chamavam o Rei a Londres, mas, logo que dêles se libertava, voltava para junto da Rainha, que o vinha esperar ao caminho, abraçando-o com ternura.

Durante um mês seguiu D. Catarina o tratamento que lhe fôra prescrito, sem tirar nenhum resultado. Reüniram-se de novo os seus médicos e aconselharam-lhe outras águas, as de Bourbon, em França.

A impossibilidade de fazer uma tão longa viagem, por falta de saúde e de dinheiro, levou D. Catarina a não atender êste alvitre. O parecer de Sir Alexandre Fraser, um

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, iv, 406.



dos médicos do paço, veio remover tôdas as dificuldades. Sir Alexandre, que acompanhara a Rainha Enriqueta Maria a Bourbon, era de opinião que D. Catarina experimentasse as águas de Bath, que eram iguais, pois êle próprio analisara as das célebres termas francesas, quando aí estivera (1).

D. Catarina decidiu-se. E para Bath se transportou tôda a côrte.

Os Reis instalaram-se em casa do célebre médico Pierce, que tomara a seu cargo o tratamento da Rainha, durante a segunda cura de águas, que apenas foi interrompida por uma visita solene à cidade de Bristol.

Nessa visita, os reis e os grandes dignitários foram recebidos com pompa pelos magistrados da cidade, que presentearam a Rainha com uma bolsa contendo cento e trinta peças de ouro.

Para a económica D. Catarina, êste presente deve ter sido uma fonte de agradável surpresa e um alívio para as suas tormentosas finanças.

Em Outubro, as Magestades regressaram a Whitehal, e a felicidade dos últimos meses desvaneceu-se.

Carlos II, na noite da chegada, foi cear com a Condessa de Castlemaine, voltando na noite seguinte, e nas outras, esquecido de tudo, e subjugado pelos encantos perversos da «lady».

Esta constante versatilidade, a alternativa de confiança e incerteza que constituíam a vida de D. Catarina, minavam-lhe a saúde, e em meados de Outubro perdia as esperanças duma próxima maternidade. Sobreveio-lhe uma

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 406-407.

febre violenta, e durante semanas, no seu quarto austero, onde as pinturas sacras, os livros de devoção e a pia de água benta, perto do leito, constituíam o principal ornamento, médicos e sacerdotes lutaram, à fôrça de remédios e orações, contra a morte.

Numa mesa perto da cama, um relógio iluminado por uma lamparina, que marcara longas horas de vigília até à chegada do marido adorado, marcava agora horas de sofrimento e angústia.

Carlos II, consternado com a doença da Rainha, não escondia a sua aflicção. Durante dias velou sua mulher com carinho, espreitando um alívio aos seus padecimentos. Mas a febre não cedia, e a fraqueza de D. Catarina aumentava todos os dias sem ninguém ter já esperanças de que ela se salvasse.

A Rainha tinha pedido para ser entregue aos cuidados do seu pessoal português, e para lhe raparem o seu lindo cabelo, a-fim-de lhe applicarem uma touca de relíquias. As ruïdosas lamentações da família portuguesa acompanhavam as formalidades a que sujeitavam D. Catarina, pensando que uma princesa da sua raça não podia deixar de fazer testamento, despedir-se a um e um dos seus criados, fazer uma profissão de fé em voz alta e receber a extrema-unção, supremo viático da sua religião. A delonga destas práticas impediam a Rainha de dormir, e mantinham-na numa agitação perigosíssima.

Carlos II interveio, e o rumor enfraqueceu a ponto de se tornar um murmúrio.

D. Catarina, percebendo a gravidade do seu estado, esperava a morte com serenidade, e antes que o delírio a mergulhasse nas trevas da inconsciência, despediu-se de Carlos II, dizendo que só a tristeza que êle sentia pela sua



morte lhe fazia ter pena da vida, e não tendo encantos para merecer o seu amor, tinha ao menos a consolação de saber que, morrendo, êle poderia casar com uma princesa mais digna do seu affecto e a quem o céu concedesse uma bênção que a ela tinha sido negada. As lágrimas de D. Catarina caíam sôbre as mãos de Carlos, que segurava as suas, e que ajoelhado junto da sua cama, a chorar, lhe suplicou que vivesse por amor dêle (1).

D. Catarina, julgando ser chegada a sua hora, rogou a Carlos II que depois de morta enviasse o seu corpo para Portugal, para repousar junto dos seus, e que nunca se esquecesse da promessa que fizera de ajudar e proteger o seu país. O Rei prometeu, e serenada por uma promessa que ela tinha a certeza de ser lealmente cumprida, D. Catarina, exausta pela comoção, adormeceu. Ao acordar, cinco horas depois, havia uma ligeira melhora, e tendo refrescado a bôca com um gargarejo, tornou a adormecer, a-pesar-da febre intensa que a consumia, e do seu pulso bater na proporção de vinte para um, em comparação com o do Rei, e na de onze para o da Condessa de Suffolk, segundo a estimativa dos médicos que lhe assistiam (2).

Dias e semanas passaram sem se alterar o estado desesperado da Rainha, e no delírio que se apoderara do seu cérebro enfraquecido, D. Catarina revelava a apreensão da sua suposta esterilidade. Imaginava que tinha dado à luz um filho, e preocupava-se com a sua fealdade; mas seu marido, com ternura, socegava-a, afirmando que a criança era muito bonita. D. Catarina, reconfortada, sorria, achando

---

(1) Gramont, *Mémoires*, 1876, 119.

(2) Pepys, *Diary*, 1928, III, 287.

fôrças para murmurar que se ela se parecesse com el-Rei, era de facto uma linda criança.

Outras vezes pensava que tinha tido três filhos, dois rapazes e uma rapariga, e que esta se parecia imenso com Carlos. Uma madrugada, pelas cinco horas, despertada pelo médico que lhe tomava o pulso, as suas primeiras palavras foram: «Como estão as crianças?» (1)

Esta constante ilusão duma maternidade por que ansiava, proporcionava-lhe algumas horas de repouso. Mas longos dias passaram antes de D. Catarina ser considerada livre de perigo.

Com ternura e dedicação, Carlos não deixava o seu quarto, atendendo pessoalmente os seus pedidos, e tratando-a com meiguice, mas à noite, intoxicado de dedicação, ia espai-recer ceando com a Condessa de Castlemaine, e conversando com Francisca Stuart.

Não podemos duvidar da sinceridade da afeição do Rei e do sentimento de tristeza que o cumpungia vendo D. Catarina moribunda. O Marquês de Sande, que quatorze dias seguidos não saíra da câmara da Rainha, menciona o desgosto de Carlos II, «quem muitas vezes tirei de seus braços em lagrimas» (2). E o bem informado Pepys conta-nos que

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, II, 298.

(2) «Senhora»

«Em Carta de 21 do mez passado fis presente a VM.de o estado da doença da Serenissima Raynha da Grande Bretanha; e em carta do primeiro deste mes auizei ao Conde de Castelmelhor o como SM.de ficaua ungida: mas parece que Ds lembrado do zelo de SM.de; e do affecto, grande, e publicidade da fée em alta voz pronunciada; foi seruido que daquelle dia ate hoje se fosse achando melhor tão conhecidamente, que hé mais milagroza, que natural a saude em SM.de, finalmente temos passado os 22 dias da doença; e em esta hora me diz o fizico mor delRey que elle tem grandes esperanças,



a ansiedade lhe embranquecera o cabelo, a ponto de o levar a adoptar a nova moda da cabeleira postiça, depois do restabelecimento da Rainha.

Mesmo que só o «bom fundo» de Carlos II se enternecesse com o estado duma princesa de que não gostava, mas que estimava muito — como escreve o Conde de Gramont — o seu carinho foi infatigável, e se o pesar não lhe impedia distrair-se quando deixava o quarto de sua mulher, é porque a abnegação masculina precisa de um derivativo para resistir a uma longa doença.

O que podemos é duvidar da veracidade do pesar que a côrte manifestava. Poucos lastimavam intimamente a possibilidade da morte da Rainha, e a maioria apressava-se em favorecer tal ou tal candidatura, para, ao saber dos seus interesses, casarem de novo o Rei. Muitos pensavam na filha do Duque de Ligne, que Carlos II cortejara durante o exílio; outros, em Francisca Stuart, por quem o interesse real era manifesto.

Destruindo todos os projectos e iludindo tôdas as expectativas, D. Catarina ia melhorando, e em meados de Novembro já os médicos respondiam pela sua vida, não obstante o delírio que por vezes a fazia ainda divagar.

---

que dentro de quinze días estará a Serenissima Raynha liure de todo o cuidado o com que lhe assistiu ElRey, quem muitas vezes tirei de seus braços em lagrimas; o Duque, e a Duqueza de Yorke; a Raynha May; o Principe Roberto, e todas estas Nações, e Pouos, não hé criuel, nem natural; De mim, nem dos portuguezes não fallo, porque todos lhe assistirão; e eu em estes quatorze dias não sahi da sua Camara, nem faltei dia, e noite em lhe vellar com hum medico; no que fis o que deuia áquellas altas obrigações que tenho ao seruiço de VM.de Ds Guarde a Real Pessoa de VM.de como seus Vassallos dezeiamos, e hauemos mister. Londres 5 de Nouembro 1663.

«Marques de Sande»

Biblioteca Nacional de Lisboa, *Colecção Pombalina*, 738, fol. 62-62 v.

Carlos II conseguira reprimir a ruïdosa sensibilidade da família portuguesa, que fatigava a Rainha, mas quando chegou a Inglaterra um enviado especial de Luiz XIV, a apresentar o sentimento do Rei e da Rainha de França pela doença de D. Catarina, a etiqueta imperiosa exigiu que esta recebesse pessoalmente a mensagem de que êle era portador. O embaixador extraordinário, Cateau, chegou a Londres perto da meia-noite, e imediatamente seguiu para Whitehall, acompanhado por Lionne, embaixador assistente na côrte de St. James, que o apresentou a Carlos II, devendo êste conduzi-lo junto da Rainha. D. Catarina dormia, e só de manhã se realizou a audiência.

O Rei introduziu os dois embaixadores no quarto da Rainha, e como a febre a tinha ensurdecido, teve de lhe gritar o discurso do enviado francês, que ela não percebera. D. Catarina pôde articular inteligivelmente as palavras de agradecimento necessárias, e significar a Cateau a gratidão pelo interêsse de Suas Magestades.

A convalescença da Rainha foi longa, mas a 20 de Novembro já tinha disposição para encomendar um vestido novo, e em 17 de Dezembro podia sair do quarto e ir à sua capela, no palácio (1). Carlos II esforçava-se por alegrar D. Catarina, e achando que o seu estado de saúde lhe permitia um pouco de animação, arranjou um pequeno baile nos seus aposentos. A atenção que lhe merecia sua mulher não o impedia de reparar na beleza das senhoras, e escrevendo a sua irmã a agradecer o cuidado que lhe inspirara a doença de D. Catarina, gaba com calor e formosura das novas damas. Todavia, acaba a carta pedindo que lhe envie

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, III, 319, 344.



algumas imagens, que não se obtinham em Inglaterra, para o livro de missa da Rainha. «Asseguro que será um grande presente para ela e que ela contemplará freqüentes vezes, porque não se contenta em dizer o ofício grande do seu breviário todos os dias, mas também o de Nossa Senhora, e isto além de ir à igreja, onde não reza nenhum dêles» (1).

Cada qual atribuía a cura milagrosa da Rainha a um motivo diferente. O embaixador francês oficiava para Paris que o envio da mensagem especial del-Rei de França influísse, sem dúvida, no restabelecimento da Rainha (2). Pepys inclinava-se para a acção benéfica das mèsinhas do Dr. Francisco Prujean; e o poeta Waller, nos versos que compôs comemorando tal facto, escreve que só as lágrimas de Carlos II o tornaram possível (3). Milord de Aubigny, esmoler-mor da Rainha, afirmava que fôra a touca de relíquias e a extrema-unção que a tinham salvo; mas D. Catarina insistia em acreditar que tinham sido unicamente as preces de seu marido (4).

Em Janeiro de 1664, D. Catarina estava completamente restabelecida, e a vida retomara o seu curso habitual.

A correspondência de Carlos II com a Duquesa de Orleães fornece-nos um exemplo curioso da harmonia e conformação de D. Catarina com os caprichos de seu marido. Numa missiva datada de 14 de Janeiro, diz êle: «Minha mulher agradece o cuidado com que lhe enviastes as ima-

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 204.

(2) L. C. Davidson, *ob. cit.*, 203.

(3) Pepys, *Diary*, 1928, III, 293-294. A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 409-410.

(4) L. C. Davidson, *ob. cit.*, 203.

gens. Vamos ambos cear com Lady Castlemaine, portanto não tenho tempo para acrescentar mais nada a esta carta» (1).

Logo que melhorara, voltava a suportar a vida a que o destino a condenara, e, resignada, associava-se à frivolidade duma côrte impossível de reformar.

Os seus progressos em inglês eram enormes, e já lhe tornavam acessível uma convivência que até então lhe era difícil manter. A graça arrevesada das suas expressões, que nunca conseguiu corrigir, divertia agradavelmente os que com ela conversavam.

Carlos II tranqüilizado pela franca convalescença da Rainha, entregava-se sem disfarce à sua paixão por Francisca Stuart. A dama de honor tinha sido alojada em aposentos especiais, ricamente mobilados, e a côrte rodeava-a com a mesma adulação que dispensara à Condessa de Castlemaine, a quem abandonava vendo o seu favor diminuir. Todos observavam as conversas e os beijos trocados nos recantos obscuros do palácio, e D. Catarina evitava entrar no seu quarto de vestir sem se informar da presença de seu marido para escusar apanhá-lo entretido com Francisca Stuart, como lhe acontecera antes de recorrer a essa medida de prudência.

Se a Rainha se curvava numa renúncia silenciosa, a Condessa de Castlemaine não estava disposta a abandonar o lugar que conquistara. Uma noite, no teatro, estando ao lado do camarote onde Carlos II e o Duque de York assistiam ao espectáculo, debruçou-se ostensivamente para segredar ao ouvido do Rei. Como êste parecesse evitá-la, levantou-se e entrou para o camarote real, assentou-se à direita

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 205.



de Carlos II, entre êste e o Duque, embaraçando com a sua ousadia não só o Rei como todos que assistiram a essa impertinência. Bárbara mostrava ao mundo que ainda sabia dominar, e que Carlos II não se libertaria com facilidade da convicção de que devia proteger uma senhora que se perdera por êle.

Não seria tão bem sucedida quando se enfrentou com um pedido da sua jóvem rival, e a simpatia que de início mostrara por Francisca Stuart transformou-se em ódio impotente, que destilava injúrias e calúnias.

O Conde de Gramont oferecera a Carlos II uma caleche envidraçada, a última palavra da elegância e confôrto da moda parisiense, e que mandara vir de França, em segredo. A beleza da carruagem causou a admiração da côrte e tôdas as damas ambicionavam exhibir-se nessa nova maravilha. A Rainha, entusiasmada, pediu ao Rei para ser a primeira a usá-la com a Duquesa de York, e o seu pedido foi imediatamente satisfeito, passeando as duas, alegres e orgulhosas, por Hyde Park.

A Condessa de Castlemaine que as vira, pensou que era a sua vez de brilhar, e exigiu que o Rei lha emprestasse para aparecer no parque. Francisca Stuart tinha manifestado o mesmo desejo e feito um pedido idêntico para o mesmo dia, e Carlos II hesitava, perplexo. Era impossível juntar as duas beldades, e se uma, de esperanças, ameaçou «*d'accoucher avant terme*» se a sua rival fôsse preferida, a outra «*protesta qu'on ne la mettroit jamais en état d'accoucher si on la refusoit*».

A segunda ameaça impressionou o Rei, e Francisca Stuart levou a melhor.

A Rainha-mãi, a quem estes acontecimentos divertiam, censurou, no entanto, o Conde de Gramont, por ter arre-

messado semelhante pomo de discórdia entre tais concorrentes (1).

Ignoramos o que pensou D. Catarina dêste incidente, em que a licença dos costumes transparece cruamente, mas sabemos que uma dignidade serena substituíra a exaltação irascível dum ciúme violento. A paciência tornara-se a sua virtude mais constante.

Em Março, o Rei inaugurava o novo Parlamento, e a Rainha acompanhou-o, assistindo ao discurso do trono.

As digressões amorosas de Carlos II não alteravam a sua bondade para com D. Catarina, e por vezes dava-se ao luxo de brincar ao bom marido, saindo tardes inteiras na sua companhia. Todavia, com o mesmo à vontade com que a divertia em passeios e merendas, roía sem pejo os rendimentos que lhe pertenciam, concedendo a Lord Fitzharding (2) terras cujo arrendamento fazia parte do dote da Rainha (3). Todos murmuravam contra a extorsão, não por simpatia pela Rainha, mas sim por censura à liberalidade real.

Em Maio perdeu a Rainha um servidor dedicado, Eduardo Montagu, seu estribeiro-mor.

Muito se tem escrito sôbre o motivo que levou Carlos II a despedir um fidalgo que servira na casa da Rainha, mesmo antes dela chegar a Inglaterra. Uns romantizam uma dedicação atenciosa transformando-a numa paixão sincera; outros atribuem ao orgulho e ao excesso de zêlo o afastamento do estribeiro-mor.

---

(1) Gramont, *Mémoires*, 1878, 122-123.

(2) Sir Carlos Berkeley.

(3) Pepys, *Diary*, 1928, IV, 42.



Não devemos preferir esta ou aquela razão, porque só um conjunto delas pode explicar a deliberação do Rei.

A afeição de Eduardo Montagu pela Rainha era de tal forma evidente, que se tornara assunto da bisbilhotice da côrte, a ponto de alguns cortesãos, com quem Carlos II brincava, precavendo-os contra suas mulheres, lhe dizerem que êle também devia ter cuidado com a dêle, porque ela já tinha um galanteador apaixonado. O Rei, a quem esta má língua divertia, porque a ternura de D. Catarina por êle e a sua virtude a colocavam acima de qualquer suspeita, perguntou um dia, por gracejo, a Montagu «como estava a sua namorada».

Estas brincadeiras em que via a realização daquilo que apenas existia na sua imaginação, e o favor que a Rainha lhe dispensava, conversando sòzinha com êle, duas e três horas seguidas, inflamaram a sua vaidade (1). Esquecido das cónveniências, não permitia que ninguém se aproximasse de D. Catarina, e fazia alarde do seu valimento. Um dia foi mais longe e ousou apertar demoradamente a mão à Rainha.

¿Queixar-se-ia D. Catarina, ao descobrir que a dedicação do seu moço estribeiro encobria um amor exaltado? Não estaria Carlos II disposto a tolerar o murmúrio chocalheiro duma côrte maledicente? Não sabemos.

Eduardo Montagu foi demitido do seu cargo, e D. Catarina, reconhecida pelos serviços, ou enternecida por um amor desesperado, recusou-se a nomear alguém para o substituir, enquanto êle viveu.

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, iv, 128-129.

V

D. Catarina tinha-se adaptado por completo aos usos ingleses e aos divertimentos da côrte. A sua juventude habituara-se à agitação dos bailes, dos passeios por Hyde Park e pelo Tamisa, das comédias palacianas e do teatro, das mascaradas e do jôgo.

Se no Paço da Ribeira a vida dos Reis conservava uma intimidade recatada, perturbada apenas pela assistência de alguns fidalgos de serviço, em Whitehall não havia um momento de tranqüilidade. Os Reis jantavam em público, e pelas galerias e salas do palácio todo o dia estacionavam grupos conversando e rindo. Bastava ter sido apresentado à côrte para freqüentar o palácio e os jardins, onde um vaivém constante rumorejava.

As damas perpassavam, atardando-se por vezes a conversar ou a namorar, despreocupadamente. Nos jardins, o ténis, o jôgo da bola, atraíam homens e senhoras, uns jogando, outros tagarelando num nunca acabar de gracejos e mexericos. E no rio, quando a primavera e o pó afastavam a côrte de Hyde Park, abundavam as embarcações onde se realizavam merendas e descantes.

Em Whitehall a liberdade era a primeira preocupação, a segunda era passar o tempo agradavelmente.

Êste incessante turbilhão de prazeres favorecia uma dissolução em que a beleza das mulheres e a sua perversidade, a ambição e a cupidez dos homens, abafavam a moral mais elementar. Mesmo aqueles cuja honestidade não concordava com o escandaloso à vontade da côrte, submetiam-se, quer temendo o ridículo, quer temendo o desagrado real,



que tornava impossível obter mercês e officios. Adular o Rei e os seus pecados era o único título que justificava nomeações. Só a resistência física, apanágio da sua raça, e os desportos, virtude da sua educação, salvaram a aristocracia inglêsa do século xvii, de cair na mais aviltante devassidão.

Era no meio desta sociedade pervertida que D. Catarina vivia, e com quem compartilhava festas e folguedos. A sua estrutura moral, porém, nunca lhe consentiu o esquecimento do pudor que a sua condição de mulher e de rainha exigiam. Dançou muito, dançou com paixão, mas com decôro; gostou do teatro e das mascaradas, jogou com interêsse, mas sem vício. E nenhuma futilidade jamais a distraiu da observação rigorosa das práticas da sua religião.

A Rainha, não contente em ser «papista», é uma «papista» frívola, murmuravam os puritanos.

D. Catarina era frívola porque ninguém, que vivesse junto de Carlos II, podia deixar de o ser, e porque, se teimasse na austeridade em que, adolescente, se comprazera, seria condenar-se a um isolamento confrangedor e renunciar à companhia de seu marido. Todos eram alegres, ela seria alegre também.

Na primavera, D. Catarina e as suas damas tinham adoptado a moda dos fatos de renda prateada. Passavam nesse traje cintilante quando vinham a pé da capela de St. James, através do parque até Whitehall, ou quando passeavam no «Tour», abrigando-se do sol com os irrequeitos leques peninsulares, que a Rainha introduzira, em vez das máscaras de passeio, então usadas.

Durante séculos as elegantes inglesas não dispensarão esta pequenina jóia da garridice feminina, que uma princesa portuguesa lhes ensinara a manejar.

Tempos depois tentou D. Catarina implantar a moda das saias curtas, mostrando o pé, mas as senhoras inglesas, que não tinham os pés tão pequenos e bonitos como os dela, resistiram tenazmente à inovação, e continuaram usando escondidas as suas extremidades pouco perfeitas.

As relações entre a Inglaterra e a Holanda tinham piorado constantemente nos últimos meses. Conflitos no Oriente, na América, a luta comercial entre as duas potências, provocavam uma atmosfera de franca hostilidade. Só o receio de descontentar a França, aliada da Holanda, tinha contido Carlos II de iniciar uma luta de que veio a resultar a supremacia nos mares para a Grã-Bretanha.

O pretexto dos ataques ao comércio inglês serviu de ponto de partida para a aplicação da lei decretada sob o govêrno do Cromwell — tôdas as mercadorias inglesas seriam transportadas por barcos britânicos.

Esta medida, que atingia profundamente os holandeses, possuidores da melhor frota mercante do mundo, devia redundar num conflito, e a Inglaterra preparava-se para o ataque holandês. Os estaleiros trabalhavam com afan, e o Conde de Sandwich recebeu ordem de se fazer ao mar com a sua esquadra.

D. Catarina, nascida em Portugal, onde a navegação e o mar eram a vocação do povo, seguiu com entusiasmo os preparativos navais, assistindo a aprestos e lançamentos de barcos da armada. Mais tarde, quando a peste e o incêndio de Londres, esvaziaram os cofres da nação e impossibilitaram o Rei de aumentar a armada de que a Inglaterra necessitava para manter a superioridade marítima sôbre os holandeses, D. Catarina contribuiu, à sua custa, com uma



pequena fragata, a que se chamou «Saüdades», e que occupou com galhardia o seu lugar na frota britânica.

Carlos II comprehendia a predilecção da Rainha pelas coisas do mar, e proporcionava-lhe tôdas as oportunidades para a satisfazer. Numa carta para o Conde de Sandwich, a bordo da esquadra ao largo de Chatham, recomenda: «Minha mulher tem tanto receio de não ver a armada antes de partir, que tenciona sair daqui na próxima segunda-feira, com a maré da tarde. Portanto preveni todos os hiates, excepto o do embaixador francês, para estarem prontos nessa ocasião em Gravesend» (1).

A 14 de Julho, na segunda-feira marcada, os Reis e a Rainha-mãe, partiram para Chatham onde visitaram os barcos ancorados, prontos para largar.

Dias depois voltavam, e D. Catarina admirou a construção dos novos barcos.

A boa disposição da Rainha era constante, e a sua afeabilidade um encanto para quem dela se aproximava. Mas quando, em Setembro, um novo embaixador espanhol foi nomeado junto da côrte inglesa, não conteve um ímpeto de orgulho; esquecida da inteireza com que os príncipes se têm de haver nas cerimónias officiais «sem se lhe verem demonstrações de sentimento, que pareçam indignas de taes pessoas», não assistiu à entrega de credenciais do enviado de Espanha. A insistência do embaixador constrangeu-a a recebê-lo, e «um pouco mais transtornada do que era para desejar», pediu-lhe para não lhe dirigir a palavra em espanhol.

Como Rainha de Inglaterra, devia ter-se coibido de

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Braganza*, 1908, 212.

mostrar antipatia pelos negócios espanhóis, e como irmã do Rei de Portugal não devia esquecer-se dos sofrimentos portugueses. A altiva dignidade de que não mais se departiu numa vida fértil em sobressaltos e armadilhas, teria sido a única atitude possível nesta situação delicada.

A Espanha não esqueceu a afronta. Ao partir para Londres, como embaixador, o Conde de Molina, foi encarregado o Duque de Medina de las Torres de manifestar a Sir Ricardo Fanshawe, que se encontrava em Madrid, o desejo de tudo estar prevenido para quando o embaixador apresentasse os seus respeitos a Sua Magestade, como Rainha de Inglaterra — a Rainha o recebesse com o agrado que convinha à sua representação, porque numa formalidade daquela espécie, enquanto Sua Magestade não pudesse falar espanhol, tão pouco o embaixador de Espanha podia falar outra língua.

D. Catarina conformou-se à exigência da diplomacia, e ao lado de Carlos II recebeu a homenagem do Conde de Molina (1).

Em princípios de Novembro, o mau tempo não afastou a Rainha de ir a Woolwich assistir ao lançamento de um barco de duzentos tonéis, mimo da construção naval dos Petts (2). D. Catarina tinha ido pelo Tamisa levando consigo algumas das suas damas. Carlos II e o Duque de York, o embaixador de França e vários fidalgos, tinham seguido de côche por terra. Depois de assistirem ao deitar à água do navio, e almoçarem num dos hiates reais, foram

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 146-148.

(2) Família de construtores navais, célebre em Inglaterra desde o reinado de Henrique VIII até ao de Guilherme III.

Ver Pepys, *Diary*, 1928, I, 133 not. 1, 303 not. 2.



passar de barco até o Nore, deixando as senhoras voltar para Londres pelo mesmo caminho por onde tinham vindo. Mas o tempo piorara, os aguaceiros e a agitação do rio assustavam as damas e faziam-nas enjoar. A Rainha, não obstante sentir-se perfeitamente, mandou a embarcação que a trouxera fazer-se a terra, e quando desembarcou em Woolwich, meteu-se no côche do Rei com as damas, deixando a sua embarcação para Carlos II. Quando este, com a sua comitiva voltou do passeio, deu pelo furto da carruagem. Como a maré e o vento tornassem impossível a subida do Tamisa à embarcação real, Carlos II e os que o acompanhavam tiveram de ir até Greenwich, onde alugaram cavalos e carruagens para os levarem a Londres.

Se Carlos II não era um marido fiel, era no entanto um marido condescendente. A harmonia amigável que existia entre ele e D. Catarina, e que se prolongou até a morte os separar, autorizava a Rainha a arriscar tão incómodo gracejo.

Para o humorismo de então, a fuga da Rainha no côche de seu marido deve ter merecido a fama de «uma boa partida».

O fim do ano foi entristecido pelo aparecimento dum cometa. A inquietação do povo era enorme pensando no desastre ou castigo que ele anunciava. Carlos II, a quem tôdas as investigações de carácter científico apaixonavam, — e a quem cabe a honra de ser o fundador do Observatório de Greenwich — passou várias noites em claro para o poder observar, e D. Catarina, compartilhando o seu interêsse, fazia-lhe companhia esperando também ver o curioso fenómeno (1).

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, IV, 289.

Em breve os acontecimentos justificariam os temores da superstição popular.

Na primavera de 1665 a peste fêz a sua aparição na cidade de Londres.

Não era de estranhar esta visita habitual a uma cidade cuja porcaria e densa população predispunham a ser um foco constante de epidemias, à chegada dos primeiros calores. Nesse ano, porém, a rapidez e virulência com que alastrou inspiravam grandes cuidados.

Em princípios de Julho grassava com tal intensidade, que já ninguém ignorava a gravidade da situação. Milhares de pessoas morriam por dia, e rara era a casa que não tinha pintada na porta uma cruz encarnada, sinal da passagem do terrível flagelo.

Durante noite e dia, só se ouvia o tilintar das campainhas das carroças que passavam nas ruas para levar os mortos, e o grito «tragam os vossos mortos».

A peste aproximava-se de Whitehall, mas os Reis não abandonavam o palácio. Os preparativos para a partida da Rainha Enriqueta Maria, gravemente atingida por uma doença pulmonar, que o clima húmido de Londres agravara, obstaram a que a côrte procurasse na salubridade campestre, a imunidade.

A Rainha-mãi pedira licença a Carlos II para procurar alívio aos seus padecimentos nas águas de Bourbon, e o Rei acedera ao pedido. Porém, Enriqueta Maria, vendo que o Parlamento, por sucessivas disposições, cerceara a liberdade de crença aos católicos, dispondo-se a voltar à antiga intransigência, e temendo que a sua ausência motivasse o encerramento da sua capela, declarou ao Rei que não saíria de Londres, onde morreria, se não lhe promettessem que a capela de Somerset-House ficaria aberta para os católicos ingleses.



Carlos II prometeu cumprir o desejo de sua mãe, e nos primeiros dias de Julho, a Rainha-mãe deixou Londres, para nunca mais voltar.

Descendo o Tamisa até o Nore, D. Catarina e a corte acompanharam-na. No dia seguinte abandonaram Whitehall e passaram para Hampton-Court, onde o Rei se lhes juntou pouco depois.

A peste alastrava e Hampton-Court não oferecia abrigo seguro. Passados dois dias a corte punha-se de novo em movimento, os Reis e a sua comitiva afastavam-se para Salisbury, e os Duques de York para York.

Em Salisbury também o terrível flagelo apareceu, e morrer nas ruas tinha-se tornado «um desagradável costume que tendia a propagar-se» (1). Em Londres o número de mortos aumentava, chegando a atingir oito mil numa semana.

No fim de Agosto tornou-se conhecida a notícia da batalha naval de Bergen e da morte de Eduardo Montagu, que se alistara na marinha ao ser exonerado da casa da Rainha.

Ao saber que a morte libertara a Rainha da determinação de não nomear ninguém em substituição do seu moço servidor, o Duque e a Duquesa de York apressaram-se a pedir o lugar que elle occupava, para o irmão mais novo, Raul Montagu.

Quando Clarendon, movido pelos pedidos de sua filha, lhe rogou que concedesse a tal favor, D. Catarina respondeu-lhe que não escolheria creado para a sua casa, sem o agrado do Rei. Demais, tendo tido conhecimento que o pai de Eduardo Montagu se zangara com elle por ter aceitado um officio na

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 151.

sua casa, a ponto de não mais lhe dar dinheiro, ela não tomaria ao seu serviço outro filho, sem saber se Lord Montagu consentiria. Porém, se êsse fôsse o caso, êle poderia falar com sagacidade ao Rei, no assunto, e dizer tudo quanto pudesse em abôno de Raul Montagu, o que ela pensava ser apenas uma pequena reparação ao irmão, que morrera em serviço del-Rei.

Clarendon falou com Carlos II a êste respeito, dizendo que a Rainha lhe confiara a decisão do negócio. O Rei sem hesitação, afirmou que só recomendaria à Rainha pessoa do seu agrado, mas que lhe parecia difícil negar que um irmão sucedesse a outro, morto ao serviço do país (1).

D. Catarina evitava comprometer-se numa nomeação que envolvia o delicado motivo da demissão de Eduardo Montagu, conformando se à vontade do Rei na escolha do pessoal da sua casa, e renegando a violência que outrora empregara no reconhecimento dêsse direito.

Carlos II evitava pronunciar-se numa questão em que se chocavam as preferências do seu Lord Chanceler e do seu Lord Tesoureiro, que pretendia o cargo para um sobrinho.

O Duque de York, favorecendo com vigor Raul Montagu, liquidou o assunto, e a Rainha voltou a ter um estribeiro-mor.

O verão passou, veio o outono, e a peste continuava, em Londres, ceifando vidas com a mesma intensidade.

Era impossível ao Rei voltar para a capital, e o Parlamento foi convocado para Oxford, em Outubro. Para lá se dirigiu tôda a côrte, numa longa caravana, alojando-se

---

(1) Clarendon, *Mémoires*, 1827, III 291-293.



a Rainha em Merton College, que tinha sido preparado para esse fim.

O horror, a desgraça e a miséria que afligiam Londres tinham desaparecido do espírito de D. Catarina, e só uma doce preocupação o ocupava. Estava outra vez de esperanças, e a certeza era tão grande, que prevenira o Rei.

Carlos II transformou-se, como sempre o fazia quando sabia que sua mulher esperava um filho. Os cuidados e os carinhos dum namorado amimavam D. Catarina, e o Rei modificava a sua vida dissipada, cumprindo a promessa que fizera de ser digno da graça de ter um filho legítimo.

Com o inverno, a peste diminuiu e em Fevereiro quasi desaparecera.

Carlos II regressou a Londres, mas receando pela saúde de sua mulher, não consentiu que ela o acompanhasse. D. Catarina despediu-se do Rei premeditando segui-lo passados poucos dias, e quando se preparava para fazê-lo, sem causa aparente, teve um novo desmancho, que a immobilizou, em Oxford, até 26 de Fevereiro.

O desespero e a angústia de D. Catarina, por ver que o céu lhe negava as doçuras da maternidade e o cumprimento do que ela considerava um dever para com o Rei, eram avivados por mais uma triunfante «*délivrance*» da Condessa de Castlemaine.

Carlos II perdia um filho da mulher, e reconhecia um filho da amante.

Os sucessivos desmanchos de D. Catarina, a insídia com que Bárbara lhe falava na impossibilidade de sua mulher ter filhos, peitando algumas criadas da Rainha para o atestarem, convenceram Carlos II de que fôra enganado. Sua mulher simulava a gravidez para o prender e atrair, e não obstante os médicos, que tinham assistido à Rainha, decla-

rarem que o sexo da criança já se podia reconhecer, perseverava na ideia de que D. Catarina era incapaz de ter filhos, perdendo assim muito do prazer que sentia na sua companhia. Numa reacção de despeito, afundou-se no seu interêsse por Francisca Stuart.

Quando chegou a Londres, em 8 de Abril, a notícia da morte da Rainha D. Luísa de Gusmão, os médicos acharam que o abatimento de D. Catarina não aconselhava que ela fôsse imediatamente informada da morte de sua mãe, e só dias depois lhe fizeram saber a triste novidade.

A côrte tomou luto rigoroso. Jóias, festas, setins e rendas de prata foram abolidos, e os penteados das damas perderam caracóis e postiços.

D. Catarina, a quem o preto fazia sobressair a sua beleza morena, sentia profundamente o desgosto que a feria, e não reparava quanto o negro e a falta de um penteado complicado prejudicavam a beleza capítosa da Condessa de Castlemaine.

A inconveniência de Bárbara desprenderia definitivamente o Rei, nessa primavera, e só o receio da sua escandalosa má língua impediriam o seu afastamento por completo, da côrte. Um dia, estando no quarto da Rainha, dissera-lhe esta que receava que o Rei tivesse apanhado frio, ficando até tão tarde em sua casa. A Condessa de Castlemaine, deante de tôdas as damas, retorquiou, com insolência, que êle não deixava a sua casa muito tarde, e por isso devia estar noutro sítio.

Carlos II, entrando sem ser pressentido, e ouvindo a maneira como ela falara à Rainha, aproximou-se e murmurou-lhe ao ouvido que era atrevida e impertinente, ordenando-lhe que saísse da côrte, e não voltasse sem êle a mandar chamar. Bárbara obedeceu, mas, furiosa, ameaçou



o Rei de ajustar contas publicando as cartas que êle lhe escrevera.

A ameaça fêz meditar Carlos II, e três dias depois, quando a Condessa de Castlemaine lhe mandou pedir autorização para retirar a sua mobília dos aposentos que ocupava no palácio, êle mandou recado que viesse ela primeiro vê-lo. Bárbara veio, e nova reconciliação remediou a rotura, que parecia definitiva (1).

Dessa época em diante, a Condessa de Castlemaine só dominou o Rei pela violência, e pelo temor da sua vingança.

D. Catarina, que o luto mergulhara numa vida mais tranqüila, recorria a promessas, novenas, e a tôdas as poções que julgava capazes de satisfazer o seu ardente desejo de ter um filho. Nem a graça divina, nem a ciência dos homens lhe concediam o que ela pedia. O amor de Carlos II pelos filhos ilegítimos, a bondade e a ternura com que se aproximava dela quando esperava um herdeiro, e a desilusão que o abatia ao perder essa esperança, mantinham D. Catarina num desespêro profundo. Bastava que um filho nascesse para prender para sempre seu marido, e juntar num só amor a sua felicidade de mulher e de mãe. A sua esterilidade era uma falta para com o Rei, para com o país de que era Rainha, e para a pátria, que nela confiara.

Em Julho resolveu experimentar novamente as águas de Tunbridge Wells, a-pesar-de na sua primeira estadia nada lhe terem feito.

Tunbridge Wells era uma vilegiatura encantadora de simplicidade. Pequenas casas cómodas e asseadas, espalhadas pelo campo, acolhiam a sociedade elegante, que afluía de Londres.

---

(1) Pepys, *Diary*, 1928, v, 302-303.

De manhã, o ponto de reunião eram as fontes. À sombra das árvores passeava e conversava a tafularia palaciana, entermeando com o último escândalo e com as compras, as doses de água da praxe.

Pequenas lojas, que o luxo e o requinte da côrte fizeram surgir nas alamedas frondosas que rodeavam as fontes, ofereciam a tentação dum par de luvas ou de meias, de rendas e de frutas apetitosas.

A noite reunia todos no relvado do jôgo da bola, macio como um tapete, onde se dançava com animação. Dançava-se também na habitação da Rainha, porque os médicos o aconselhavam e a todos agradava (1).

D. Catarina, durante a sua estadia, esforçara-se em facilitar e promover divertimentos e comédias, não consentindo que a sua presença alterasse o desprendimento que a amenidade das termas facilitava.

Atenta em manter uma alegria que seu marido apreciava, e receando que a rusticidade de Tunbridge Wells o fatigasse, ou, quem sabe, observando que a presença de Francisca Stuart atraía a voluptuosidade do Rei, mandou vir de Londres uma companhia de teatro para representar perante a côrte. Desta companhia faziam parte duas lindas mulheres, Maria Davis e Nell Gwynn. Carlos II, ocupado com Francisca Stuart, só tempo depois seria seduzido pelos encantos das duas comediantes.

D. Catarina tinha aprendido a dissimular o ciúme e a impedir que o interêsse do Rei se concentrasse num só desejo.

Ao findar o verão voltou a côrte para Londres.

---

(1) Gramont, *Mémoires*, 1876, 240-243.



A Inglaterra debatia-se contra uma situação angustiosa. A peste, a miséria e a desgraça tinham arruinado o comércio, e a guerra com a Holanda sangrava a nação. Parecendo confirmar as profecias dos puritanos, feitas dez anos antes, em princípio de Setembro rebentou o grande incêndio de Londres. O fogo parece ter começado na loja dum padeiro, em Thames Street. As casas de madeira, que rodeavam a loja, e onde estavam armazenados pez, alcatrão, estôpa e outras mercadorias inflamáveis, em breve se tornaram num braseiro. O vento forte que soprava e o susto que de início paralisara os braços dos que viram o incremento do fogo, favoreceram o alastramento do sinistro.

Metade da cidade ardia. Dez mil casas eram devoradas pelo incêndio, o céu parecia uma abóbada de fogo. O ruído do crepitar das chamas, os gritos das mulheres e das crianças, o pânico da multidão fugindo espavorida, o ruír de tórres, casas e igrejas, assemelhava-se a uma horrorosa tempestade (1).

Durante os quatro dias em que o fogo devastou a cidade, Carlos II e o Duque de York, infatigáveis, empregaram todos os seus esforços para o dominar. Por entre o fumo comandavam e incitavam, e até ajudavam os trabalhadores no seu duro mister. Atribue-se ao Duque de York a ideia de fazer saltar uma rua de casas perto do «Temple», para localizar o incêndio.

Uma área enorme da cidade ficara arrasada, num montão informe de cinzas e escombros, e milhares de pessoas sem abrigo. O Rei, com a mesma generosidade que durante a peste lhe fizera distribuir 1.000 libras, por semana, do seu

---

(1) João Evelyn, *Diary*, 1908, 247.

rendimento particular, para socorro dos necessitados, providenciava mantimentos e abrigos para os indigentes. Deu sem contar, trabalhou sem descanso, e a bondade e simpatia com que aliviou a miséria dos sinistrados, grangearam-lhe o affecto ilimitado do seu povo.

Estimulado pelo sofrimento que presenciara, Carlos II resolveu reconstruir Londres, segundo um plano que modificasse a insalubridade das habitações e das ruas, e que garantisse a cidade contra pestes e incêndios.

Sete dias depois do sinistro, já João Evelyn apresentava ao Rei um projecto do architecto Cristóvão Wren. Carlos II quis saber a opinião de D. Catarina, e depois de jantar, no quarto da Rainha, afastados todos os indiscretos, os Reis, o Duque de York e Evelyn examinaram e discutiram os planos, durante uma hora, com grande interêsse.

D. Catarina, que se preparava para sair, quando veio recado de seu marido prevenindo-a que esperasse, estava vestida com um fato de montar, que com o seu casaco comprido de cavaleiro e chapéu de pluma, se não fôra a longa saia a arrastar, mais parecia o trajar dum fidalgo do que o de uma dama (1). Esta moda que masculinizava a figura da mulher, tinha sido adoptada para andar a cavallo ou de carruagem, e só mais tarde o foi para passear a pé (2).

De nada serviram os planos de Wren. Os commerciantes de Londres acharam a aspiração do Rei grandiosa demais, e não votaram créditos para a realizar. Houve, porém, um ponto em que Carlos II não transigiu — em que a cidade fôsse construída com pedra e cal.

---

(1) João Evelyn, 1908, *Diary*, 251.

(2) Pepys, *Diary*, 1928, v, 27; L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 217.



No dia de anos da Rainha, a 25 de Novembro, a côrte tirou o luto por uma noite, realizando-se um grande baile em Whitehall. As rendas prateadas e as jóias cintilaram com esplendor, e só D. Catarina, em sinal de respeito pelo seu luto, não usava um único brilhante. Abriram o baile os Reis dançando um «brantle», e até à meia-noite brilharam, à luz amarelenta das velas, as galas duma aristocracia faustosa.

## VI

As lutas de Carlos II com o Parlamento tinham recommçado a pretexto do incêndio de Londres, que os Comuns pretendiam atribuir à acção criminosa dos católicos. Com relutância, o Rei deferira o pedido que lhe fôra feito pelos Comuns, e em Novembro saíu o édito que ordenava a saída do reino aos sacerdotes católicos e aos jesuítas, dentro dum mês, dando poder aos magistrados para os procurarem e apri-sionarem depois dessa data (1).

Carlos II, que, como experiências políticas só gozava as chicanas do seu Parlamento, desinteressava-se do trabalho de governante, e dedicava-se ao amor por Francisca Stuart.

A paixão do Rei tornara-se tão intensa, que pela primeira vez o seu bom humor era visivelmente alterado. Francisca Stuart prestava-se de bom grado a tôdas as manifestações e carícias da ternura real, mas, quando esta se mostrava mais exigente, refugiava-se na protecção da sua virtude de donzela. Lisongeavam a sua vaidade os mimos

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 159.

do Rei, que não só a mandava retratar pelo pintor da côrte, Pedro Lely, mas também fazia gravar a sua imagem nas novas moedas de cobre, imagem que até hoje personifica a figura da Grã-Bretanha. Agradava-lhe que tóda a côrte visse como o seu favor dominava e prendia o interêsse do Rei, mas ir mais além duma familiaridade amorosa e aceitar o pôsto de favorita, a sua virtude e o seu bom senso não lho permitiam.

A recusa de Francisca Stuart mergulhara Carlos II numa melancolia em que muitos julgaram perceber o desejo de se libertar da Rainha e casar com a «belle Stuart».

Surdamente teceram-se intrigas e elaboraram-se projectos para um divórcio, em que a incapacidade da Rainha em dar um herdeiro ao trono seria o argumento fundamental. Tão ardilosas construções derruíram com estrondo. Uma noite, incitado pelas ironias da Condessa de Castlemaine, que pretendia destruir a auréola de castidade que engrandecia a sua rival, o Rei entrou no quarto de Francisca Stuart e encontrou-a num animado colóquio com seu primo, o Duque de Richmond. A ira e o despeito abrasaram Carlos II, e o Duque, assustado, fugiu pela janela. Na manhã seguinte Carlos ordenava o exílio do Duque da côrte, mas êste, pouco corajoso, aproveitara de livre vontade o sossêgo da noite para se afastar, a tóda a pressa, de Londres.

Francisca Stuart, temendo as conseqüências, refugiou-se nos aposentos da Rainha, implorando a sua protecção. De joelhos e chorando, pediu perdão a D. Catarina da leviandade com que acolhera os galanteios de Carlos II, e do desgosto que lhe causara com a sua vaidade e falta de pensar. O arrependimento e o desejo de se afastar da côrte tinham-na levado a dar ouvidos ao Duque de Richmond, e como o escândalo da véspera não deixaria de prejudicar a sua reputação, supli-



cava à Rainha que a protegesse, e obtivesse o consentimento del-Rei para se retirar para um convento (1).

D. Catarina, condoída e sem uma palavra de censura, auxiliou-a e protegeu-a.

Dias depois, quem sabe se com a adesão da Rainha, Francisca Stuart fugiu, durante a noite, de Whitehall, e casou secretamente com o Duque de Richmond. Quando o Rei soube do casamento proibiu aos noivos voltarem à côrte.

Francisca Stuart, com uma dignidade que exclue o pecado da sua inconsideração, devolveu todos os presentes que recebera de Carlos II, não sentindo o seu afastamento da côrte, porque tencionava nunca mais lá voltar, a não ser para beijar a mão à Rainha, que fôra tão boa para ela.

Um ano depois, Carlos II, distraído por outros amores, perdoava, e a Duquesa de Richmond voltava para a côrte, e era nomeada dama da Rainha.

Carlos II culpou Clarendon de ter patrocinado êste casamento, de ter proporcionado a fuga de Whitehall, e de contrariar a sua vontade. Sem atender aos longos e leais serviços do Chanceler, destituiu-o do seu alto officio.

Os inimigos de Clarendon tinham vencido, só lhes restava aproximarem-se do poder.

No ano de 1667 as dificuldades económicas tinham aumentado, e ao impopular Chanceler eram imputadas tôdas as causas de descontentamento. A venda de Dunquerque aos franceses era considerada uma traição, e as despesas feitas na conservação de Tânger, um crime. A voz pública acusava-o de ter casado o Rei com uma princesa estéril, para garantir o trono ao Duque de York, marido de sua

---

(1) Gramont, *Mémoires*, 1876, 284-288.

filha. E os insultos populares açoitavam-no sem piedade, e na porta da sua casa apparecera pintada uma fôrca com os seguintes dizeres, por baixo:

«Three sights to be seen  
Dunkirk, Tangier, and a barren Queen» (1)

E em Whitehall recitava-se a composição dum nobre fidalgo:

«Deus proteja a Rainha Catarina,  
Mulher do nosso Rei,  
Da casa real de Lisboa.  
Mas que diabo leve o Hyde  
E também o bispo  
Que a fez ôsso do seu ôsso.»

A nomeação de seu filho, Lord Cornbury, para camareiro-mor da Rainha, acirrara o partido da côrte, que lhe era contrário, e o insulto da esquadra holandesa, que forcara o Tamisa até Tilbury Fort, queimando e destruindo quantos barcos ingleses encontrara no caminho, humilhara a nação.

A suposta ou verdadeira ingerência no casamento de Francisca Stuart, para evitar o divórcio do Rei, arrastou o inevitável. Retirado o apoio de Carlos II, que o mantinha no poder, Clarendon estava perdido.

A «Cabal», engenhosa alcunha composta com as iniciais de Clifford, Ashley (2), Buckingham, Arlington e Lau-

---

(1) Três coisas se podem ver, Dunquerque, Tânger, e uma Rainha estéril.

(2) Mais tarde Lord Shaftesbury.



derdale, passava a governar, e depois de destruir o Chanceler, ia-se atacar a Rainha.

O fim, um pouco imprevisto, da sua aventura com Francisca Stuart, desgostara o Rei das intrigas com as damas da côrte, e impeliu-o na procura da companhia alegre e galante das duas comediantes que conhecera em Tunbridge Wells, Maria Davis e Nell Gwynn, que o povo se habituara a chamar «a nossa Nell».

A ligação de Carlos II com Maria Davis exasperou a Condessa de Castlemaine, que vituperou o Rei pela baixeza dos seus amores. A Rainha apenas manifestou o seu desgosto pela escolha de seu marido, retirando-se sem alarde quando Maria Davis, depois de ter representado diante da côrte, em Whitehall, se exhibia, dançando uma jiga.

Outra importância teria a intriga amorosa entre Carlos II e Nell Gwynn. Nascida entre o povo, a alegria e vivacidade do seu espírito, a graça maliciosa e crua das suas expressões, e uma permanente boa disposição atraíram o Rei, mais por uma semelhança de jovialidade que por amor verdadeiro.

A despreocupação e bondade de Nell Gwynn, o desinteresse e a caridade com que estava sempre pronta a socorrer quem dela se aproximava, encantavam o povo, e a sua devoção pela igreja anglicana era para êle um símbolo de combate contra a católica Condessa de Castlemaine, e mais tarde contra a Duquesa de Portsmouth. A sua nomeação como açafata da Rainha foi apenas uma justificação para receber os honorários inerentes ao cargo, pois nunca importunou D. Catarina com a sua presença (1).

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 239; Janet Mackey, *Catherine of Braganza*, 1937, 173.

Emquanto estas vagas sentimentais e as da política não vinham bater contra os muros do palácio, a vida dos Reis não se alterava, e Carlos II parecia deleitar-se na companhia de sua mulher.

No dia da festa de S. Jorge, um grande banquete em Whitehall reunia todos os cavaleiros da Ordem da Jarreteira. No tampo da sala o Rei presidia, debaixo dum dossel, e do lado direito alinhava-se a mesa dos cavaleiros com as suas vestes e insígnias. A riqueza da baixela real igualava a sumptuosa decoração da sala. A Rainha apenas assistiu ao banquete, de pé, ao lado esquerdo do Rei. Quarenta pratos saciaram o apetite dos convidados, e ao terminar, os restos foram arremessados das mesas, para regalo da assistência (1).

A queda de Clarendon, em Agôsto, tinha deixado o caminho aberto ao Duque de Buckingham, partidário de Lady Castlemaine. Chegara o momento do Duque provar a Bárbara o reconhecimento pela ajuda na obtenção do favor de Carlos II, promovendo o repúdio da Rainha.

Buckingham, segundo o testemunho de Burnet, lembrou ao Rei um expediente para afastar D. Catarina. Ela seria levada, em segredo, para uma colónia da América, onde seria bem tratada, mas donde nunca mais se ouviria falar nela, e o divórcio seria facilmente decretado, por motivo da sua suposta deserção. Carlos II rejeitou horroizado esse hediondo desígnio, dizendo que era uma maldade fazer sofrer uma pobre mulher, apenas porque era sua esposa, e não tinha filhos d'ele, o que não era culpa dela.

As pequenas dificuldades não detinham Buckingham. Se o Rei não concordava com o primeiro projecto, outro

---

(1) João Evelyn, *Diary*, 1908, 254-255.



se alvitriaria. Por intermédio do confessor de D. Catarina, insinuava êle, persuadir-se ia a Rainha a recolher-se a um convento, e então o Parlamento fàcilmente outorgaria o divórcio.

Êste argumento não provocou reacção contrária. Carlos II gostava de D. Catarina e era seu amigo, mas o desejo dum herdeiro do trono preocupava o, e se ela concordasse, aproveitaria o ensejo. Porém, D. Catarina, quando a ideia foi suggerida, não obstante uma crença profunda, respondeu que não tinha vocação para a vida religiosa, e que nunca deixaria de livre vontade o homem de quem gostava.

Buckingham, rechaçado, não desistiu do divórcio real, e recorreu aos bons officios do seu afeiçoado teólogo, Dr. Gilberto Burnet, que publicou um trabalho intitulado «A solução de dois casos de consciência» tratando da poligamia e do divórcio. Incitado pela miragem dum bispado, Burnet percorreu as Escrituras Sagradas e nada encontrou nelas contra a poligamia. Na sua opinião, a anulação do matrimonio pela esterilidade da mulher, podia ser justificada igualmente perante Deus e os homens (1).

Nem os conselhos dos companheiros dilectos, nem a aprovação dum sustentáculo da igreja reformada, fizeram vacilar a consciência de Carlos II, e a sua relutância em separar-se de D. Catarina, manteve-se perante tôdas as tentativas.

A Rainha, desconhecendo as vilanias e conspirações que em volta dela se teciam, ou procurando esquecer as suas máguas, resolveu, uma noite, fazer parte dum dos grupos palacianos, que, mascarados, percorriam as ruas de Londres, à procura de festas particulares, onde sem serem reconhecidos

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 233-235.

davam largas à sua estouvada alegria. Em cadeirinhas de aluguer seguiam de casa para casa, parando quando o som da música e as luzes mostrassem que se dançava, e juntando-se, seguros do seu incógnito, aos folguedos da reunião. Nessa noite de aventura, D. Catarina, acidentalmente encontrou-se isolada do seu grupo e abandonada, na rua, pelos condutores da cadeirinha. Assustada por se ver só, voltou para Whitehall, na primeira cadeirinha que encontrou.

O Conde de Manchester, quando soube da proeza, convencido que se Buckingham e os seus tivessem conhecimento do sucedido, poderiam explorar um escândalo de que ela não seria absolvida, preveniu D. Catarina do perigo, dizendo-lhe com franqueza que não era decente, nem seguro, sair tanto como ela o fazia.

Vários esforços ainda se empregaram para uma anulação do casamento, baseando-se no facto de D. Catarina ter estado prometida antes de casar com Carlos II, ou num imaginário voto de castidade que ela fizera na sua adolescência.

O boato duma separação tinha ultrapassado a Inglaterra, e era tão persistente, que a Rainha de Portugal perguntou ao enviado inglês, Sir Roberto Southwell, desconcertado pelo assunto, se Sua Magestade Britânica já estava divorciada como constava. Claro que Southwell atribuiu o rumor, que perturbava os ânimos em Portugal, às cartas dos portugueses residentes em Londres, e à intriga francesa (1).

Uma nova gravidez de D. Catarina poria termo momentaneamente à idea do divórcio. Os remédios e as devoções

---

(1) Sir Roberto Southwell, *The history of the Revolutions of Portugal*, 1740, 152.



tornaram-se a preocupação constante da Rainha, e só quando veio a notícia da abdicação de D. Afonso VI, se distraiu da sua constante obsessão por uma maternidade incipiente. D. Catarina, inquieta com as alterações políticas de Portugal, apoderou-se do officio de Southwell, que relatava os acontecimentos, e o Conde de Arlington escreve a Sir Ricardo Temple que só lhe poderá dar mais pormenores da revolução portuguesa quando conseguir tirar a carta das mãos da Rainha (1).

Em Maio nova desilusão. Carlos II escreve a sua irmã Enriqueta Ana: «Minha mulher teve um desmancho esta manhã, e pôsto que me aflija com isso, contudo estou satisfeito de que fôsse evidente estar de esperanças, o que não posso deixar de vos confessar receava até agora de que ela não fôsse capaz. Os médicos tencionam submetê-la a um tratamento que a faça aguentar mais para a próxima vez» (2).

Começaram a circular novos boatos de divórcio, mas a côrte estava concentrada numa tagarelice sensacional. A Duquesa de Richmond reaparecia na côrte, e fôra nomeada dama da Rainha, habitando com seu marido em Somerset-House.

A paixão de Carlos II parece ter desaparecido com o casamento de Francisca Stuart, e a atenção e bondade com que a tratava eram apenas as devidas ao seu parentesco e elevada posição. A côrte esperava assistir a um renôvo do interêsse antigo, mas só presenciava uma simpatia deferente. A Duquesa de Richmond fazia agora parte do pequeno grupo de íntimas amigas da Rainha. A fatalidade quis mar-

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 430.

(2) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 240.

car com a sua garra inexorável a transformação da leviana Francisca Stuart. Um ataque de bexigas diminuiu o seu encanto, e nunca mais a sua beleza readquiriu o esplendor que a tinha feito a mais cortejada de tôdas as mulheres.

Carlos II desinteressara-se da Duquesa de Richmond e suportava com dificuldade a arrogância da Condessa de Castlemaine. Bárbara podia ainda iludir o empresário Goodman, que fazia esperar a Rainha mas não iniciaria o espectáculo antes da sua chegada, mas a sua influência tinha decaído. Nell Gwynn e Maria Davis chegavam para satisfazer o capricho amoroso do Rei.

Inesperadamente, Bárbara transformou-se em defensora da Rainha na questão do divórcio. Compreendendo que da separação do Rei e da Rainha resultaria um novo casamento de Carlos II com uma mulher que lhe desse um herdeiro legítimo, e que lhe roubaria os vestígios do seu prestígio, abandonou Buckingham e tentou prejudicar todos os projectos dum novo enlace.

O verão de 1668 decorreu animado. Antes de partir com o Rei para Audley End, Euston e Newmarket, D. Catarina, nas noites quentes, mandava os seus cantores italianos tocarem e cantarem debaixo das suas janelas. A melodia da serenata, o calor da noite e o rio que brilhava, recordavam serões no Paço da Ribeira, e, saudável, atardava-se uma hora e mais, com as suas damas, a ouvir a música e os des-cantes.

Antes da primavera de 1669 nova gravidez, que como as outras, terminaria numa insuportável desolação. Em Junho, Carlos escrevia à Duquesa de Orleães numa repetição monótona: «Minha mulher, depois de tôdas as nossas esperanças, teve um novo desmancho, sem razão aparente. Os médicos discordam se foi uma falsa gravidez ou não.»



O Dr. Cox e o Dr. Williams, que tratavam de D. Catarina, tinham recebido instruções de Buckingham para negarem o desmancho, a-fim-de se espalhar a atoarda da incapacidade da Rainha.

A afirmação de Carlos II a sua irmã, de que não houvera causa aparente que motivasse o desmancho, discorda da versão de Clayton, que numa carta a Sir Roberto Paston atribui a doença da Rainha ao infeliz acidente sucedido com uma das raposas domesticadas do Rei, que, tendo-o seguido até o quarto de D. Catarina, e tendo lá dormido tôda a noite, de manhã muito cedo saltara sôbre a cama, para se meter dentro dela, passando sôbre a cara da Rainha e causando-lhe um grande susto (1).

Sem preferir esta informação, direi no entanto que a afeição de Carlos II pelos seus cães, que o acompanhavam nos passeios, dormiam e tinham os filhos no seu quarto, ou mesmo na sua cama, era enorme, e o facto de animais domésticos e domesticados circularem em Whitehall, torna verosímil a história de Clayton.

Com o desmancho da Rainha, Buckingham e Lauderdale pensaram chegado o momento de Carlos II considerar com mais agrado a possibilidade do divórcio, e a impetração de Lord Roos, na Câmara dos Lords, para a anulação do seu casamento, por adultério de sua mulher, com direito de voltar a casar, ofereceu-lhes tôdas as oportunidades.

O Rei, quando do caso Roos, entrara na Câmara Alta para ouvir o debate, e seguira-o com evidente atenção, dizendo que era tão bom como uma representação. Todavia Buckingham via nessa curiosidade mais do que um interêsse

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 242.

ocasional, e estava certo de que, se fôsse concedido o que Lord Roos desejava, o precedente seria utilizável. Ajudado pelos seus partidários, Buckingham apoiava deliberadamente o «bill». O Duque de York opunha-se com violência, mas todos pensavam que a sua opposição era motivada pelo empenho de evitar um novo casamento do Rei, que o frustrasse da sucessão ao trono. O «bill» passou, e Carlos II foi assediado pelos rogos de Buckingham para se separar de sua mulher. O Duque, tomando a iniciativa, preparou a apresentação dum «bill» de divórcio e de novo casamento real perante a Câmara dos Lords. Porém, a sua expectativa falhou. O Rei, ao ter conhecimento do que se passava, ordenou categoricamente que não se ocupassem mais do assunto (1). Se a sua consciência lhe permitisse divorciar-se de sua mulher, dizia êle, consentiria também em a fazer desaparecer dêste mundo.

Fôsse qual fôsse o desgosto que sentia por não ter um filho legítimo, Carlos II respeitava D. Catarina. A amizade, que o tempo consolidara, unia-os num affecto sincero, e as tentativas de aproximação com Roma impediam o Rei de consentir nas vilanias de Buckingham.

Lisboa ignorava as tenções de Carlos, e só conhecia os rumores que davam como certo o afastamento da princesa portuguesa do trono inglês. O Príncipe Regente, D. Pedro, ouvia o parecer dos seus conselheiros, a-fim-de deliberar qual a protecção a dispensar a sua irmã.

O Duque de Cadaval, dizia-lhe:

«De ordem de V. A. me communicou o secretario de Estado as cartas de Gaspar Abreu de Freitas. S.<sup>or</sup> as razões

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 171-172.



presentes dão cauza aos temores futuros, E em tão grande materia, he preçiza toda a preuencção. e se deuem encogitar maduramènte os meynos para ouear dannos que della hao de rezultar. E porque muito deuagar conferi com o s.<sup>rio</sup> o que entendo, direi a V. A. somente o que me parece.

V. A. de sua real mão deue escrever a Raynha da G. B. pedindolhe diga a V. A. claramente o que sente, sobre seus particulares, porque V. A. nam poderá aconselhala nem seruila como Irmão, sem saber de S. M.<sup>de</sup> muito certamente não só o q succede nas couzas, que tocão a S. Mg. mas ainda, como quem melhor deue discorrer sobre os humores de El Rey seu marido, e do Reino de Inglaterra, não passando a fazer offerta a Raynha, porque para lhe valer, não he necessario fazerlhe V. A. offereçimentos. A Raynha não folga de viuer entre Hereges, e não nos está bem fasilitar-lhe a vinda de Inglaterra para Portugal, E as mulheres ainda que Raynhas crem em alguãs supersticções, e rezoluem conforme a ellas, e V. A. conhece q a Raynha folgou sempre de fallar com beatos.

Dom Francisco de mello he muito da confiansa da Raynha, e V. A. a tem do seu juizo, e prudencia. Tenho por preçizo, que vá Dom Francisco para Inglaterra, supposto q não tem que fazer em Holanda, no modo he necessario cuidar.

Pareçeme que approuando V. A. a jornada de Dom Francisco, se lhe ha de escrever tudo, o que passa, e q Dom francisco ha de pedir a V. A. licença para hir ver sua jrmã. Hade leuar carta de crença de Embax.<sup>or</sup> extraordinario em summo segredo, e della ha de uzar se lhe parecer; porque se as couzas da Raynha são de pouco momento, melhor negoçeará Dom franciso, sem ser Ministro de Por-

tugal, porque cauzará menos ruido, e não dará tantos siu-  
mes, E se os humores estiuerem leuantados, e se tratar de  
dissoluer o Matriomonio, e da expulsa da Raynha, melhor  
negoçeará, sendo Embax.<sup>or</sup> de V. A. dando as razões, que  
o tempo lhe permitir, e fazendo os protestos que lhe pare-  
çerem mais horriueis, porque Inglaterra não quer guerra,  
nem má correspondencia os mercadores de q se compoem  
a mayor parte daquelle vulgo. Se expulsarem a Raynha  
sempre Dom françisco se ha deuir particularmente se se  
ouuer declarado Embaixador de V. A. Ha V. A. de mandar  
dizer a Dom françisco, que sendo neçessario negoçear com  
dinh.<sup>o</sup> o faça, porque, para Negocio tão preçizo não ha de  
faltar a V. A. E aly obra muito este Modo de negoçeação,  
E ainda que parece incomprauel este negocio, os Inglezes  
são m.<sup>to</sup> compraueis, e Dom françisco tem com elles muita  
confiansa, q he muito caminho vencido, para a R promessas  
se poderem fazer, e passarem a effeito. Gaspar de Abreu  
he enuiado, que não tem authoridade de hum Embaixador.  
Se antes de Dom Francisco chegar a Inglaterra succeder a  
expulsão da Raynha se ha de deixar ficar, supposto q o  
titulo com que está não he para lhe entregarem a Raynha,  
E neste cazo ha de dizer, que não trazia prouido na sua  
instrução esta fatalidade, E que espera Auizo de V. A.  
se parecer, que foi mal feito, conforme o modo da expul-  
são vense Gaspar de Abreu, e depois de V. A. o man-  
dar castigar, e dar sua aspera reprehensão, lhe pode  
fazer m.<sup>ce</sup>

Digo isto, porque pode conuir, que depois deste des-  
graçado successo, careça V. A. de quem lhe faça hum auizo  
do que succede naquella Corte, porque esta materia dsepois  
de executada, por nossa desgraça, ha de ter mais depen-  
densias dos Inglezes, do que se pode immaginar. S.<sup>ro</sup> de



palaura direi a V. A. alguãs couzas precisas a este cazo, ou as direi ao secretario para referilas a V. A. Cuja real pessoa Ds G<sup>de</sup> muitos annos. Lix.<sup>a</sup> 9 de maio de 1670.»

«Duque» (1)

O Secretário de Estado, com prudência, avisava:

«S.<sup>or</sup>»

Depois de hauer votado neste negossio, me manda V. A. o torne a fazer, com as últimas notissias q̄ ha nelle; e porq̄ mudar de pareser, he mais util p.<sup>a</sup> o aserto q.<sup>do</sup> se entende da segunda vez, q̄ foi errado o prim.<sup>o</sup> discurso; ou porq̄ a breuidade do tempo o não deixou premeditar como era razão, ou porq̄ faltauão antão as notissias, q̄ não tinham chegado; ser me ha permitido, mudar nesta materia totalm.<sup>te</sup>, todo o meu parecer.

S.<sup>or</sup>, tres couzas se deuem conçiderar; a prim.<sup>ra</sup> a Reputação de V. A. A segunda, a conueniencia do reyno, e a terceyra, o que V. A. deue fazer no cazo presente.

Os Principes não se liurão das pensoens da natureza; são Pais, e são Irmãos; e não se abstraher o seu amor dos affectos naturaes; assim o vejo no Real animo de V. A. porq̄ conheso q̄ se lhe fora lisito arriscara as comueniencias de Rey, por auenturar diligências utis ao amor de Irmão. Como homem não recebe V. A. offença de ElRey de Inglaterra no repudio da Raynha; confesso q̄ não da gosto a V. A. mas de discredito a pezar, uai m.<sup>to</sup> porq̄ nã todos os

---

(1) Biblioteca Nacional de Paris, Fonds Portugais, 24, fol. 87-89.

Os acontecimentos internacionais impediram-me de fazer a verificação de tôdas as minhas leituras de documentos portuguezes na Biblioteca de Paris, realizadas em fins de Agôsto de 1939.

pezares são contra a honra: ha m.<sup>tos</sup> contra o gosto e esta hé desta qualidade; não hei de dar neste meu discurso razão apparente; mas hei de dar a verdadeira; p.<sup>a</sup> prouar que V. A. não recebe neste cazo ofença de que se ouesse de satisfazer como homem». (À margem está escrito o seguinte: «ofença de q̃ haja de satisfazerse, como homẽ») «Os exemplos q̃ ha em Inglaterra ajudão m.<sup>to</sup> p.<sup>a</sup> este negocio como tambem as leys daquelle Reyno, q̃ parese dispoem os Repudios, permitindoos aos Reys quando não podem ter sucessão. Se ElRey uzar com a Raynha, na forma dos exemplos, e leys de Inglaterra, a q̃ está sujeita no cazo presente a mesma Raynha; que agrauo fas a V. A. ElRey? em procurar a conseruação dos seus Reynos q̃ os exemplos, meynos, e caminhos, q̃ dispoem as suas Leys» (à margem está escrito: «ás quaes») «obrigaua V. A. sua Irmã quando a sujeitou áquele cazam.<sup>to</sup> o que suposto preçederá neste cazo hũa sentença como em outros q̃ naquelle Reyno se uirão, com q̃ disgustado ficará V. A. mas ofendido não:» (à margem está escrito: «desgostado poderá ficar V. A. mas ofendido, não. e assim deuo aconselhar a V. A. q̃ he não obrar pello sentim.<sup>to</sup> o q̃ se deue obrar pela honra») «Logo, poderei aconselhar a V. A. o q̃ commum.<sup>te</sup> se repputa, por mais prudência, q̃ he, não mostrar plo sentim.<sup>to</sup> o que se hauia de mostrar pela honra;» (o parágrafo que segue está riscado) «porq̃ mostraremos q̃ não sabemos distinguir o que magoa o gosto, do q̃ offende a reputação.» (1).

A attitude de Carlos II rejeitando a idea do divórcio serenou as inquietações portuguezas, e as consultas de

---

(1) Minuta. A letra das emendas à margem é diferente da do texto, possivelmento do Secretário.

Biblioteca Nacional de Paris, Fonds Portugais, 24, fol. 91-91 v.



Estado tornaram-se recordações adormecidas nos arquivos de Portugal.

A morte da Rainha-mãe, Enriqueta Maria, em França, em Setembro de 1669, mergulhara a corte num novo luto rigoroso. O pesar de Carlos II pela morte de sua mãe fizera-lhe despertar o desejo de ver a irmã adorada. Luiz XIV e os seus ministros aproveitaram a oportunidade, que se lhes oferecia, de congraçar a Inglaterra e o seu Rei.

O casamento de D. Catarina com Carlos II, tão poderosamente facilitado por Luiz XIV, não tinha dado os resultados desejados. A Rainha ainda não convertera seu marido ao catolicismo, e o seu desinterêsse pela política inglesa, além do que respeitava a ajuda a Portugal, tornavam-na inútil para a diplomacia francesa.

O declinar da Condessa de Castlemaine fizera perder toda a eficiência aos presentes do embaixador francês, para a incluir na política tortuosa do Rei de França. Um certo abade Pregnani, enviado para sondar as intenções religiosas do Rei, e que se apresentara como adivinho, pensando captar as boas graças de Carlos, predizendo os cavalos vencedores nas corridas de Newmarket, falhara na sua missão, miseravelmente. Nem um único dos cavalos que elle indicara ganhou uma corrida, e Carlos II, que quando seguira os seus vaticínios perdera sempre, fartou-se do pouco verídico profeta.

Luiz XIV considerou então o aviso de Colbert de Croissy, que substituíra Lionne na embaixada de Londres. A única pessoa capaz de obter de Carlos II o que quisesse, era sua irmã, a Duquesa de Orleães. Se o Rei de Inglaterra mostrava empenho em ver Enriqueta Ana, ella serviria de intermediária, e tentaria obter um tratado que garantisse a Luiz XIV a realização dos seus desígnios.

Já Mazarino sonhara na aliança inglesa, e Luiz XIV ansiava conseguí-la, para prosseguir nas suas conquistas ambiciosas na Holanda, e para orgulhosamente juntar mais uma justificação ao seu título de Magestade Cristianíssima, promovendo a conversão da protestante Grã-Bretanha.

A França estava ao facto das tentativas secretas, em Roma. A primeira, levada a efeito com a cooperação de D. Catarina, não tinha resultado, mas o Vaticano nunca interrompia a possibilidade dum entendimento. E se Carlos II se vira obrigado a assinar um tratado, em 1668, ligando as três potências protestantes, Inglaterra, Holanda e Suécia, que inquietara o expansionismo francês, e se a pressão parlamentar o coagia à complacência no ataque aos católicos, Luiz XIV conhecia as íntimas simpatias do seu primo inglês.

A adesão de Buckingham, garantia-lhe a cooperação dos ministros da Grã-Bretanha; só restava partir o embaixador, que instigasse Carlos II a assinar o tratado.

## VII

Em Abril de 1670 partia de Paris a Duquesa de Orleães, numa visita a seu irmão, o Rei de Inglaterra, levando em segredo as instruções para concluir a aliança entre os dois países. Luiz XIV, a Rainha, e a favorita M.<sup>me</sup> de Montespan acompanharam a Duquesa até Lille, com o faustoso aparato da corte de Versailles.

Enriqueta Ana prosseguiu a jornada com a sua comitiva de duzentas e trinta e sete pessoas. Em Dunquerque embarcou na armada do Conde Sandwich, que aí esperava, para a conduzir a Inglaterra. Quando de bordo já se avis-



tavam as escarpas de Dover, uma embarcação a tôda a velocidade aproximou-se da capitânia, que trazia Enriqueta Ana, e na qual vinham Carlos II, o Duque de York, o Duque de Monmouth e o Príncipe Roberto, impacientes de a saüdarem. Para Carlos II, que não via sua irmã havia mais de nove anos, foi um momento de alegria e comoção.

As festas, os bailes, e tôdas as manifestações de satisfação duma reünião de família, eram a constante preocupação de todos, e nem os olhares perscrutadores do embaixador holandês suspeitaram a intriga que essas festas encobriam.

Os três dias previstos tinham passado sem Carlos se decidir, e a estadia da Duquesa de Orleãs foi prolongada por mais uns dias. Em Junho, seis dias depois da chegada de sua irmã, Carlos II assinava o célebre «*Traité de Madame*», que concedia a Luiz XIV tudo quanto êste requerera.

O Rei da Grã-Bretanha comprometia-se a declarar, conjuntamente com a França, guerra à Holanda, apoiar os possíveis direitos de Luiz XIV ao trono de Espanha, e fazer uma profissão de fé católica, pelo que receberia uma ajuda de dois milhões de «*livres*», ficando a data da abjuração pública dependente da sua vontade.

O tratado foi assinado pelo embaixador Colbert de Croissy, pela França, e pela Inglaterra assinaram Lord Arlington, Lord Arundell, Sir Tomas Clifford e Sir Ricardo Bellings, confidente de D. Catarina (1).

É muito possível que D. Catarina tivesse conhecimento do pacto, visto que Bellings, seu secretário, foi um dos plenipotenciários ingleses. Se assim foi, não o deve ter repro-

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 174-177; L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 244-247, 250-255.

vado, porque êle representava a conversão do marido à sua religião.

A Duquesa de Orleães deixou a Inglaterra, cumprida a sua missão, tendo fascinado todos pelo encanto da sua personalidade. Em Canterbury juntara-se tôda a côrte e a comitiva de «Madame», para festejar o aniversário de Carlos II. D. Catarina conhecera finalmente Enriqueta Ana, cuja sedução não tinha igual na própria côrte francesa, a mais difícil de então.

A Duquesa de Orleães observara a tão criticada Rainha de Inglaterra, «ela é uma excelente senhora, não esbelta, mas bondosa e dotada de tantas qualidades que era impossível não lhe querer bem», foi a sua opinião.

À partida, Carlos II presenteara sua irmã com prodigalidade, e Enriqueta Ana quisera também dar-lhe, como recordação, uma das suas jóias. Mas o Rei, pegando na mão de Luísa de Keroualle, uma das damas que viera de França, pediu-lhe para a deixar ficar, pois era a única jóia que cubitava. Enriqueta Ana recusou, alegando que prometera à família da sua dama tornar a levá-la consigo para França, quando regressasse.

Três semanas passadas sôbre o último adeus de Dover, a 31 de Julho, a Duquesa de Orleães morria, envenenada por seu marido, suspeitava-se então.

Carlos II chorou sua irmã com desespêro, e o luto voltou a entristecer Whitehall.

A côrte passou o verão em Hampton-Court e os divertimentos não eram ruídosos. D. Catarina pescava com aplicação, e Carlos II dividia o seu tempo entre o castelo de Windsor e Hampton-Court, depois de ter, numa última condescendência, elevado a Condessa de Castlemaine ao título de Duquesa de Cleveland.



Em França, a morte da Duquesa de Orleães consternara Luiz XIV. Enquanto ela vivera, êle tinha a certeza de alcançar de Carlos II tudo que desejava, mas, quebrado o élo que ligava o Rei de Inglaterra aos negócios franceses, a segurança desaparecia. Era preciso substituir Henriqueta Ana. A diplomacia de Paris conhecia demasiadamente o temperamento de Carlos II, para escolher um homem para dominar o volúvel Stuart. A escolha recaiu em Luísa de Keroualle, que já atraíra a simpatia de Carlos II, na sua ida a Dover.

O Duque de Buckingham parece ter patrocinado esta iniciativa, para se vingar da opposição da sua antiga aliada, Bárbara Villiers, no ardil do divórcio real.

A côrte francesa dera a entender a Buckingham que seria generoso, da parte de Sua Magestade Britânica, lembrar-se de proteger alguma das damas pobres de sua irmã, e o Duque sugeriu a Carlos II essa demonstração de affecto pela memória de Henriqueta Ana. O Rei acolheu a sugestão, e Luísa de Keroualle foi nomeada dama de honor da Rainha, com ordem de partir para Inglaterra.

A sua chegada à côrte de Whitehall não passou despercebida. O carinho com que de início o Rei a recebera, era apenas um reflexo da recordação saúdosa da Duquesa de Orleães, que ela avivava, mas logo a fascinação de Luísa o transformou em desejo.

Em Fevereiro, acabado o luto pela irmã do Rei, num grande baile, no palácio de Whitehall, já Luísa de Keroualle tomava parte, com a Rainha e as Duquesas de Buckingham, Monmouth e Richmond, num bailado. A pobre rapariga francesa, desconhecida meses antes, misturava-se com as grandes damas da côrte, num bailado sumptuoso, que levaria dois meses a ensaiar, e no qual três mudas sucessivas de traje, acentuavam a magnificência. Desde as quatro da

tarde uma imensa multidão comprimia-se na sala para admirar uma exibição que só começou perto das dez horas da noite.

A discrição, a doçura e as maneiras insinuantes da dama francesa conquistavam Whitehall. A sua modéstia e afectada inocência entonteciam o Rei. A recusa de Luísa em corresponder aos galanteios de Carlos II convertiam um capricho numa paixão, como outrora sucedera com Francisca Stuart, e o embaixador francês espiava as fases da sedução, e tremia de pavor que a resistência da virtuosa donzela aniquilasse tôdas as expectativas. Mas em breve Luísa de Keroualle mostraria o seu talento, dirigindo a seu belprazer, a política externa de Carlos II.

A Rainha percebia o nascer de um devaneio amoroso de seu marido, e talvez pensando que êle seria mais um, sem importância, na longa lista da versatilidade voluptuosa do Rei, preocupava-se com a gravidade da doença da Duquesa de York, que tempos antes se convertera ao catolicismo. D. Catarina não abandonava sua cunhada, tratando-a com desvêlo, e quando nada mais podia fazer pela Duquesa moribunda, afastou, com a sua presença, o odiado ritual protestante, como sua cunhada desejara (1).

O bom entendimento entre a Rainha e o Duque de York alterou-se tempo depois por uma pequena questão de precedência, que faria esquecer ao Duque anos de amizade, a dedicação de D. Catarina por sua mulher, e uma mútua semelhança de crenças religiosas, no seu ressentimento a tudo que se interpunha entre êle e as prerrogativas da realleza.

Em homenagem à Rainha, Carlos II nomeara, depois da

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 180.



morte de Jorge Monk, Duque de Albemarle, os «Coldstream Guards», Guardas da Rainha, e o Duque de York imediatamente solicitara a seu irmão que o seu regimento não perdesse a precedência, o que lhe foi prometido. Porém, a Rainha, desejando que a sua Guarda tivesse o seu lugar a seguir à do Rei, como lhe pertencia, pedia a Carlos que lho concedesse (1). Hesitante entre a promessa que fizera ao Duque de York e a justa pretensão da Rainha, Carlos II não sabia que fazer; mas seu irmão, despeitado por ver a indecisão num ponto em que na sua opinião não havia que hesitar, libertou-o da promessa feita, dizendo que, visto Sua Magestade ser tão amofinado pelas mulheres, êle se retirava da contenda (2).

O Duque de York nunca perdoou à Rainha esta beliscadura no seu amor próprio, e traduziu, por uma frieza distante, o seu descontentamento.

Com mais habilidade e agrado sabia Carlos II negar, do que o Duque de York conceder.

João Evelyn descobrira um jóvem entalhador, Grinling Gibbons (3), e entusiasmado pelo seu talento, falara nêle ao Rei. Carlos II, com o encanto dos que sabem escutar sem ouvir, as manias e descobertas dos entendedores, afirmou que iria pessoalmente ver o trabalho do jóvem artista. Dias passaram, e nunca mais se lembrou de Gibbons. João Evelyn não desistiu de fazer ver ao Rei o entalhador e um dos seus trabalhos, e levou ambos a Whitehall.

---

(1) Ainda hoje o 2.º Regimento da Rainha usa o emblema do Anho Pascal de D. Catarina, como insígnia.

(2) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 441.

(3) Célebre entalhador e também escultor, nascido em Rotterdam, 1648-1720. Deixou trabalhos primorosos na Catedral de S. Paulo, em Londres; na Biblioteca de Trinity College, em Cambridge, etc.

Carlos II sabia o que era uma obra de arte, e admirou sem reservas uma Crucificação primorosamente aberta em madeira, mas, por muito que a admirasse, não podia dispor das cem libras que por ela pedia o artista. Imaginando que o assunto religioso pudesse cativar sua mulher, a quem folgava de mostrar tudo que via de curioso, ou que ela tivesse dinheiro para a comprar, levou João Evelyn e Gibbons aos aposentos de D. Catarina para lhe mostrar a escultura. A Rainha também apreciou, com admiração, o entalhe de Gibbons, mas quando o Rei a deixou, não sabendo como se desembaraçar do artista e da sua obra por não ter dinheiro para a comprar, valeu-se do expediente duma das suas mulheres, que começou criticando e depreciando o trabalho. Evelyn, indignado com a crítica duma mulher que «percebia menos do assunto do que um burro ou um macaco», retirou-se levando Gibbons e a obra, irritado pelo acatamento que uma opinião ignorante merecera à Rainha (1).

A leveza do tacto de Carlos II libertava-o sem censura; D. Catarina, inhábil em recusar graciosamente, foi ásperamente condenada pela sua falta de gosto.

Na primavera de 1671 a paixão do Rei por Luísa de Keroualle tomava tal incremento, que a côrte rodeava a nova favorita numa adulação sintomática. As provas da liberalidade real seguiam-se num crescendo ininterrupto. Luísa fôra instalada no palácio, em aposentos especiais, ricamente mobilados, os seus prejuízos de jôgo pagos, e as visitas de Carlos II, de manhã e à tarde, eram o assunto de tôdas as conversas. Mas, se a encantadora francesa, de cara de criança, se sujeitara a ser veladamente indigitada pelo

---

(1) João Evelyn, *Diary*, 1908, 274-276.



seu Rei para amante de Carlos Stuart, na alternativa de se retirar para um convento, único abrigo para uma donzela sem dote, ela não estava no entanto disposta a ceder facilmente. A prosápia da sua nobreza, os escrúpulos e a sua sensibilidade exigiam que a sua queda fôsse sancionada por uma dificuldade, e por uma cerimônia que encobrisse a imoralidade da sua anuência.

As delongas originadas pela pudicícia de Luísa não agradavam ao embaixador Croissy, nem a Lord Arlington.

Arlington, não obstante estar satisfeito de que a nova inclinação del-Rei fôsse uma senhora, cuja educação lhe prometia uma aproximação mais decorosa do que a das atrizes, que tinham divertido o Rei, exercia pressão sobre o embaixador francês para significar a Luísa de Keroualle que, se não desempenhasse o cargo para que fôra enviada de França, o melhor recurso que lhe restava era a tranquilidade dum convento.

D. Catarina resignava-se ao inevitável. Em nove anos de matrimônio não dera um herdeiro ao trono inglês, e a sua beleza não podia lutar com a da enfeitiçante Luísa de Keroualle. Sem ruído resolveu abandonar Whitehall, onde ninguém precisava da sua presença, nem do seu carinho. Não tinha forças para assistir ao triunfo de mais uma perigosa rival, que lhe roubava a ternura de seu marido.

Desde a morte da Rainha-mãe o palácio de Somerset-House revertera a seu favor, como fôra estipulado pelo tratado de 1661, e para lá decidiu retirar-se. Em Junho, anunciava oficialmente que, durante a sua residência em Londres, ocuparia Somerset-House com a sua comitiva (1).

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 183.

No outono, os Reis fizeram a habitual viagem, em que costumavam visitar o país e as cidades que queriam honrar com a sua presença.

A primeira paragem foi em Audley End, no solar dos Condes de Suffolk, onde se hospedaram por uns dias. Carlos II caçava animadamente, e D. Catarina e as suas damas distraíam-se com pequenas aventuras inocentes e pitorescas, que o à-vontade da côrte admitia, mas que as pessoas sisudas reprovavam pela sua frivolidade.

A Rainha integrara-se nos usos levianos de então, e escondendo o ciúme que lhe fazia sangrar o coração, tomava parte em tôdas as brincadeiras. Um dia apeteceu-lhe ver a folgança popular da feira de Saffron Walden, e a Duquesa de Buckingham e a Duquesa de Richmond secundaram-na entusiasmadas. Fácil lhes foi persuadir três fidalgos respeitáveis para as acompanharem. Disfarçados de camponeses, ou por outra, vestidos como pensavam que os camponeses se vestiam, partiram para a feira, em pequenas carroças, as senhoras assentadas atrás, numa albardilha. Logo que chegaram a Saffron Walden, os seus estranhos atavios suscitaram a curiosidade e o espanto popular. Seguidos pelo povo, que os julgava membros desgarrados duma companhia de comediantes, passearam pela feira, e tudo teria terminado sem acidente se D. Catarina não se lembrasse de encarecer o seu disfarce, fazendo compras numa barraca. D. Catarina pediu um par de meias amarelas para o seu namorado, e Sir Bernardo Gascoigne, seu guia, quis comprar umas luvas ponteadas a azul para a sua namorada. Pela algaravia todos pensaram que eram estrangeiros, e uma multidão admirada juntou-se para os contemplar. Porém, alguém que vira a Rainha reconheceu-a, e a notícia correu veloz, engrossando cada vez mais a multidão que se comprimia para os ver.



D. Catarina e os seus companheiros, ao notarem que tinham sido descobertos, fugiram o mais rapidamente que lhes permitia o atropêlo, mas todos os feirantes, que tinham cavalos, apressadamente montaram com mulheres e namoradas atrás, em sua perseguição, para a avistar, acompanhando-a em pitoresco e rumorejante cortejo até às portas de Audley End (1).

Seria a única vez que a Rainha precedia uma tumultuosa corrida popular.

Na manhã seguinte partiu com Carlos II para Euston-Hall, solar do Camareiro-mor, Conde de Arlington. A Rainha ficou com as suas damas, e o Rei com o Duque de York e o seu séquito masculino seguiram para Yarmouth.

Dois dias depois os Reis voltavam a encontrar-se em Norwich. Entraram na cidade, na véspera do dia de S. Miguel, por dois pontos diferentes, obrigando os magistrados e os dignitários a transportarem-se, debaixo de chuva, numa correria louca, dum ponto ao outro da cidade para receberem condignamente duma vez o Rei, doutra vez a Rainha.

Na manhã imediata, Carlos II procedeu à cerimónia da imposição de mãos aos escrofulosos, tradição do poder divino concedido aos reis para curar tal doença, que a Reforma conservara, e um grande banquete na casa da Câmara homenageava os Reis e o Duque de York.

Durante a estadia em Norwich, D. Catarina visitou Oxnead, sendo acolhida por Sir Roberto e Lady Paston. Um frondoso castanheiro por muitos anos perpetuou em Oxnead a tradição de que debaixo d'êle os Reis se tinham

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 442-443.

exercitado ao arco, e que D. Catarina atingira o alvo com a sua seta.

Esta memória pode ter de facto um fundamento verdadeiro, pois a Rainha deliciava-se na prática desse desporto, e fôra nomeada protectora da corporação dos archeiros de Londres, cujo marechal, em 1676, recebeu um emblema de prata, no qual figurava, debaixo duma figura de archeiro, a inscrição «*Reginae Catharinae Sagitarii*», as armas de Portugal e as da Grã-Bretanha (1).

A bondade e meiguice de D. Catarina ao receber tôda a população de Norwich, sem distinção de classes, consentindo que todos lhe beijassem a mão, fêz surgir um amor e uma popularidade delirante, e tôda a cidade dizia que se houvesse uma santa na terra era a Rainha, porque nunca ninguém vira mais bondade, caridade, humildade, doçura e virtude do que as que se abrigavam no seu seio (2).

Foi tal o entusiasmo, que o Lord Maior, à pressa, reuniu quatrocentos guinéus com que presenteou a Rainha, redimindo assim a falta de nada lhe ter oferecido quando ela chegara.

Em meados de Outubro estava a côrte de volta em Euston-Hall, e é de esperar que a licença concedesse à Rainha a ignorância da cerimónia indecorosa com que se festejaram aí os «esponsais» de Luísa de Keroualle.

Carlos II passava o dia em Newmarket, assistindo às corridas, ôu caçando. Impulsionado pelo entusiasmo dum príncipe tão bom calção como entendedor de cavalos, o mais aristocrático desporto inglês, as corridas de cavalos, conhecia um favor que nunca mais declinaria. À noitinha

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 449.

(2) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 270-271.



voltava a Euston onde se jogava e dançava. Durante uma das visitas nocturnas de Carlos, Luísa de Keroualle decidiu-se a perder a sua virtude. Os avisos de Colbert de Croissy, de Arlington e de Lady Arlington, que coadjuvava seu marido no mister de prover o Rei com uma nova amante, tinham surtido efeito. Os corruptos apaniguados da devassidão do Rei festejaram um burlesco matrimónio, em que Luísa via o simbolismo duma união morganática, que a elevava quasi até ao trono. Na manhã seguinte, «Madame» de Keroualle, indolente, não se vestia, e era aparicada com carinho (1).

O rumor espalhou-se rapidamente. Luiz XIV mostrava a sua satisfação através do embaixador Croissy, que felicitava Luísa pela sua brilhante conquista, e Saint-Evremond escrevia a Ninon de l'Enclos que a fita de sêda que cingira a cintura de Luísa de Keroualle tinha unido a França e a Inglaterra (2).

Começara o reinado da favorita que até à morte de Carlos II dominará não só o Rei e a política inglêsa, mas também indirectamente os destinos da Europa.

Em Novembro, a côrte regressou a Londres, e enquanto em Whitehall entoavam louvores a Luísa, D. Catarina, em Somerset House, esquecida, sofria os ataques dum inimigo mais perigoso do que a rivalidade feminina, o clima inglêso. O médico, Sir Alexandre Fraser, declarava que ela sofria de consumpção e não podia durar mais de um ano.

A rapidez da sua ascensão fizera perder a cabeça a Luísa de Keroualle, nada pondo têrmo à sua desenfreada

---

(1) João Evelyn, *Diary*, 279-280.

(2) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 273.

cobiça e ambição. A notícia da doença da Rainha, posta a circular de-certo para favorecer uma separação, estonteou-a a ponto de acariciar a idea de poder vir a ser rainha de Inglaterra, e de manhã à noite não falava senão nos padecimentos de D. Catarina, como se êles fôsem mortais.

A modesta dama de honor transformara-se num sorvedouro insaciável de riquezas e mercês. Os seus aposentos em Whitehall regorgitavam de obras de arte, quadros, tapeçarias, pratas, biombos orientais, etc., em profusão, e as suas despesas de vestuário e de jôgo avaliavam-se em milhares de libras. A sua ingerência na política tornara-se preponderante, assistia a reuniões entre Carlos II e os Ministros de Estado, que por comodidade e preguiça real se realizavam freqüentemente no seu quarto. A obtenção de cargos e benefícios dependia do seu agrado e do dinheiro oferecido à sua avidez. Dominava com um exclusivismo que nem a própria Condessa de Castlemaine jámais sonhara impôr a Carlos II. Em poucos meses era feita Duquesa de Portsmouth, pelos seus serviços obtinha do complacente Luiz XIV o ducado de Aubigni, e o filho que lhe nascera nove meses depois da sua instalação como favorita, recebia o título de Duque de Richmond, que por morte do marido de Francisca Stuart vagara para a corôa, e as armas que lhe foram concedidas não ostentavam a ignominiosa faixa da bastardia.

Já que tanto falamos dos pecados de Luísa de Keroualle, mostremos também as suas qualidades. Impecável no trato, o requinte das suas maneiras tornavam-na duma convivência deliciosa, e a serenidade e atenciosa ternura com que invariavelmente acolhia o Rei, contrastava agradavelmente com a sua tumultuosa antecessora. Os aposentos da Duquesa de Portsmouth, ambiente de paz, tranqüilidade e



polidez, atraíam Carlos II, provado até à saciedade pelo ruído das recriminações e ciúmes femininos.

O Rei da Grã-Bretanha, sazonado por quarenta anos de existência aventureira, estava cansado de amores irascíveis, e entre a voluptuosidade aristocrática de Luísa e a graça popular de Nell Gwynn terminaria a sua carreira amorosa, entrecortada apenas por algumas fantasias passageiras.

Os prognósticos de Sir Alexandre Fraser tinham falhado, D. Catarina melhorava e retomava a vida habitual que adoptara desde que residia em Somerset-House. Horas intermináveis na capela, construída por Enriqueta Maria, e que não despertavam as censuras de ninguém, constituíam uma das suas principais ocupações. Mergulhada no fervor das suas preces esquecia a agitação e maldade do mundo, numa resignação cristã tóda feita de renúncia.

Longe lhe parecia o tempo das festas e frívolos divertimentos em que tomara parte, mas, num equilíbrio saudável, não rejeitava os passatempos predilectos; tódas as noites jogava a sua partida de cartas, e de quando em vez um concêrto alegrava o serão.

A vinda para Inglaterra de algumas freiras, trazidas por Francisca Bedingfield, foi motivo de ocupação para a Rainha. Dando-lhe tódas as facilidades e protecção, installou-as secretamente em Hammersmith, numa propriedade que lhe pertencia, e freqüentes vezes as visitava, deliciando-se na atmosfera conventual, e nas conversas com as freirinhas, que lhe lembravam sua mestra Madre Francisca da Conceição, e quantas outras, conhecidas na juventude.

Porém, o isolamento em que vivia não a impedia de ocupar o seu lugar nas grandes festas e cerimónias da côrte, de passear com as suas damas, e de seguir cada vez com mais interêsse tudo quanto se relacionasse com a marinha.

Dando satisfação ao pacto com Luiz XIV, a Inglaterra estava de novo em guerra com a Holanda, e se Carlos II se mostrava relutante em afirmar a sua adesão à igreja católica, não estava irresoluto em preparar a sua esquadra para o combate. Inesperadamente aparecia nos estaleiros para examinar os barcos e estimular os preparativos. Numa dessas expedições, em Maio, não levou a Rainha, mas esta não se deixava defraudar facilmente dum apresto naval, e Carlos escrevia dias depois ao Duque de York, em Deal: «Não teria tranquilidade em casa, se não deixasse minha mulher ir ver a armada. Ela irá aí amanhã com um grande grupo de senhoras».

A caminho de Deal seguia a peregrinação feminina, quando em Canterbury a surpreendeu a notícia de que a esquadra holandesa pairava ao largo da ilha de Thanet, possivelmente com a intenção de repetir a façanha de 1667, e de que a armada inglêsa levantara ferro. D. Catarina não se atemorizou e prosseguiu a jornada. Havia barcos para ver; se não fôsem os de seu marido, seriam os do inimigo. Ao chegar a Deal, já os holandeses se não avis-tavam, porque um vento rijo os obrigava a procurar abrigo em Dover.

Na perseguição da armada da Holanda, D. Catarina dirigiu-se para Dover, onde chegou no dia imediato, pelo meio dia, vendo os barcos inimigos ancorados num sossêgo que a ausência da armada britânica facilitava. A tôda a pressa voltou para Londres, e sem demora ordenou que todo o pessoal das suas embarcações se apresentasse para servir na armada.

Poucos dias passados, o Duque de York fazia pagar caro a ousadia dos holandeses, numa peleja vitoriosa. Carlos II inspeccionou a gloriosa armada e felicitou o seu almi-



rante, o Duque de York, acompanhado pela Rainha, tão orgulhosa como êle, da recente vitória.

Em breve os barcos franceses chegavam a Rochester, trazendo o auxílio prometido no tratado secreto, e a galanteria gaulesa construiria uma grande escada para facilitar a entrada a bordo de D. Catarina, que com Carlos II vinha visitar a esquadra aliada (1).

A opinião pública instigada pelos partidos políticos agitava-se perigosamente. A ajuda que o país fornecia a uma potência católica na luta contra um estado protestante, o aumento do favor da facção papista na côrte, o projectado casamento do viúvo Duque de York com uma princesa católica, e a própria conversão do Duque, de que todos suspeitavam, eram um trunfo poderoso nas mãos do novo Lord Chanceler Shaftesbury.

A esterilidade da Rainha garantia a sucessão ao trono do Duque de York, e o casamento dêste, com Maria de Modena, arrastaria a Inglaterra para a obediência ao Vaticano, receavam os protestantes.

## VIII

Shaftesbury, «o mais fraco e perverso dos homens», como dizia Carlos II, favorecia em segredo, nos Comuns, o partido contra a côrte, e acirrava a oposição. Os protestantes reagiram contra a avassaladora corrente católica e fizeram triunfar no Parlamento o «Test Act», diploma que coagia tôdas as pessoas que ocupassem cargos públicos a

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 188-189.

comungarem segundo o ritual da Igreja de Inglaterra, a prestarem juramento, e a assinarem uma abjuração da doutrina da transubstanciação.

Esta lei automaticamente afastava todos os católicos de qualquer emprêgo civil ou militar. Todos os criados do Rei e da Rainha, que não prestassem juramento, seriam afastados, e o detestado Duque de York, se o não fizesse também, seria privado do pôsto de Almirante em chefe da armada britânica, como de facto aconteceu.

A impassibilidade de Carlos II, ao consentir no «bill», espantara os que conheciam as suas simpatias e compromissos; mas havia uma coisa que êles ignoravam, era a determinação do Rei de não voltar a conhecer as agruras do exílio e de manter até onde pudesse as prerrogativas da coroa.

Não se satisfez com isso o Chanceler Shaftesbury, que odiava igualmente D. Catarina e o Duque de York, e resolveu tentar um derradeiro esforço para libertar o trono da Rainha, e procurar realizar um casamento protestante enquanto Carlos tinha idade para ter filhos.

A tranqüilidade de D. Catarina embaciava-se outra vez com a discussão do divórcio. Sem consultar Carlos II, Shaftesbury convencera um dos seus partidários a apresentar no Parlamento a proposta de que se devia consentir no divórcio do Rei, concedendo-lhe 500.000 libras se desposasse uma princesa protestante. Carlos II, ao tomar conhecimento da moção, firme no propósito com que rejeitara outrora idênticas maquinações, opôs-se terminantemente a que o assunto da sua separação de D. Catarina voltasse a ser aventado.

A Rainha deve ter tido conhecimento da recusa de Carlos II em se prestar a uma separação. Quando as suas



damas foram dizimadas pela aplicação do «Test Act», e apenas lhe foi consentida a assistência de nove senhoras católicas, D. Catarina, para evitar melindres, tirou o nome de oito à sorte, reservando a escolha da Duquesa de Portsmouth para perfazer nove, oferecendo a seu marido o reconhecimento da sua alma bondosa, num gesto que mostra a abnegação e a grandeza do seu amor. Ela não lhe podia dar a felicidade que êle merecia, ajudava-o ao menos a procurá-la na convivência de quem lha podiar proporcionar.

Por cinco anos adormeceram desalentados os ataques directos a D. Catarina, e o furor parlamentar convergiu sôbre o casamento do Duque de York.

Carlos II debateu-se com altivez contra o pedido das Câmaras para suspender as negociações matrimoniais com a Princesa de Modena, e quando o Parlamento, despeitado por não obter o que queria, pediu para o Rei marcar um dia de jejum geral, para que Deus desviasse os perigos que ameaçavam a nação, Carlos, imperturbável, deu licença para jejuarem tanto quanto desejassem, sabedor de que tal sacrificio era ditado mais por desprêzo pela nova Duquesa de York do que por espírito de sacrificio (1).

A chegada a Londres, em Novembro de 1674, de Maria Beatriz de Modena, foi festejada pelo povo com grande profusão de autos de fé, em que significativamente queimavam effigies do Papa. A côrte, donde tinham sido banidos os católicos, mais polida nas manifestações de aversão, limitava-se a acolher com frieza a noiva italiana. Carlos II e D. Catarina pareciam ignorar o descontentamento da nobreza, e davam-lhe as boas vindas affectuosamente, obsequiando com deferência a Duquesa de Modena, sua mãe.

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 545.

A Rainha, sabendo quanto podia magoar a hostilidade duma côrte, e querendo adoçar a aclimatação duma princesa inexperiente, fizera vir uma companhia de cantores italianos. Pela primeira vez cantava-se ópera italiana em Londres, em Janeiro de 1675.

A efervescência dos espíritos devia ter precatado D. Catarina contra a crítica dos que não estavam habituados à dôce melodia da música latina, ou dos que abominavam tudo quanto lhes parecesse tocar de perto ou de longe com a Santa Sé. Mas a Rainha, na sua melomania, não atingia o mal que podia causar a sua preferência pela moda estrangeira, e além da ópera introduziria também a comédia italiana «Scaramucia».

O seu gôsto pelo teatro far-lhe-ia recorrer igualmente ao talento inglês. Um bailado, «Calisto», realizado em Dezembro no palácio de Whitehall, em honra das Princesas Ana e Maria, filhas do recém-casado Duque de York, e em que estas tomaram parte, era uma composição encomendada de propósito a João Crowne, e seria um dos últimos «masques» representados em Inglaterra.

Muitas vezes admirara D. Catarina as tragédias de Dryden, não só em Whitehall, mas também no Teatro do Rei.

A fama da protecção que o sexo fraco encontrava junto do Rei de Inglaterra corria mundo, e a mais extravagante mulher do século xvii, Hortense Mancini, Duquesa Mazarino, procurou refúgio em Inglaterra. Quinze anos antes poderia ter casado com Carlos II, apaixonado pela sua beleza meridional, se não fôra a recusa de seu tio, o Cardial Mazarino. Longos anos, depois de uma fuga pitoresca, abandonando o homem semi-demente com quem casara, vagabundeara pela Europa vestida de homem, levando uma vida



romanesca e escandalosa. Empobrecida, lembrou-se do seu antigo apaixonado, e o Rei de Inglaterra não desiludiu a sua expectativa. Uma pensão anual de 4.000 libras e uma residência em Chelsea eram o fruto da simpatia que as suas desgraças tinham arrancado ao Rei.

A recordação dum amor adormecido despertou o desejo de Carlos II, passageiramente; ninguém podia roubar o seu coração a Luísa de Keroualle.

Era constante a luta que se travava para derrubar a favorita, e substituí-la por alguém que cuidasse dos interesses daqueles que ela não favorecia, e o partido protestante envolvia na mesma repulsa a Rainha, o Duque de York e a Duquesa de Portsmouth.

D. Catarina sentia a indelicadeza duma côrte exclusivamente protestante, e o seu estribeiro-mor, Raul Montagu, desafiara para um duelo o Duque de Buckingham, pela sua falta de respeito. Estando Raul Montagu na presença da Rainha, o Duque, vindo por trás dêle, sem pedir desculpa, nem dar explicação, puxara-o para ir falar ao Rei, que o chamara. Montagu, indignado, perguntou o que significava tal procedimento. Buckingham, sem consideração pela pessoa da Rainha, deu-lhe um empurrão. O estribeiro-mor retirou-se então, dizendo ao Duque que o seguisse, combinando baterem-se em duelo na manhã seguinte. Mas o duelo era já então proibido em Inglaterra, e Raul Montagu foi encarcerado na Tôrre de Londres, por ordem real. O descontentamento de Carlos II foi mais pro-forma do que de facto, e dias depois Montagu era sôlto (1).

Os pasquins e as cantigas que circulavam nas tabernas

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 1194-95.

eram mais cruas nas suas ofensas, e afirmavam sem reticências o desejo de se verem livres da estéril «Kate».

Entre os versos que circulavam em Londres, talvez os mais curiosos sejam os seguintes, escritos pela pena, molhada em fel, de André Marvel, pois se referem à paixão de D. Catarina pela dança:

«Reformai, grande Rainha, os erros da vossa mocidade,  
E ouvi aquilo que nunca ouvistes — a Verdade!  
Rainha de fadas que com reles bailes se contenta  
E só a bailar (e a bailar mal) se apresenta.  
Mafarrico de mau génio que está à vontade  
Só quando dança e aborrece a humanidade.  
Se El-Rei quizer tãda a ambição arrancar  
Só precisa, senhora, a vossa cara mostrar.  
Bastais para afugentar a cobiça por mais forte  
Quem pretenderia a corôa e tal consorte?  
Ai de todos nós se não vos retirardes  
Com o demo escuro, vosso amigo, para dançardes.  
E quando a barca no lago Estígio navegar,  
Talvez façais com que ela ao fundo vá parar.  
Pago o entêrro, bailaremos sem demora  
Por vós terdes bailado pela porta fora!» (1)

A antipatia popular tinha uma qualidade, a da franqueza. Quando D. Catarina, buscando alívio às dôres nervosas de cabeça, que a apoquentavam, seguiu para Bath, nem Berkshire, nem tão pouco Wiltshire, por onde passou, se dignaram conceder-lhe as manifestações de affecto que era costume prestar à Rainha, quando viajava. A estirpe real de Carlos II era nobre em demasia, para admitir que a Rainha fôsse menosprezada pelos seus vassallos, e providen-

---

(1) Esta tradução foi feita por Luiz Marques, a quem agradeço penhorada.



ciou severamente para que tal falta se não repetisse no regresso de D. Catarina (1).

Se no inverno a Rainha pouco gozava a companhia de seu marido, no verão e no outono um pouco da despreocupação antiga voltava. Juntos atardavam-se em Windsor, que com os anos se tornaria um sítio de predilecção do Rei, e enquanto Carlos pescava, caçava e fazia planos para melhorar o palácio e o parque, D. Catarina, com as suas damas, merendava à sombra fresca das árvores da floresta. Outras vezes, as senhoras da sua casa convidavam-na para alegres *piqueniques*, e cada uma esmerava-se em contribuir com a sua iguaria para a campestre refeição. O à-vontade do divertimento, os saborosos assados e as saborosas doçarias não excluía os vinhos escolhidos, e D. Catarina esquecia os seus infortúnios.

Carlos II perseverava na sua duplicidade política, que oscilava entre satisfazer o seu Parlamento protestante, e justificar o subsídio que recebia do Rei de França. Insistia com Luiz XIV, por intermédio do seu Tesoureiro, Lord Danby, para que o subsídio fôsse acrescido, a-fim-de o libertar das imposições parlamentares, e sossegava os seus súbditos protestantes, promovendo o casamento da Princesa Maria, filha do Duque de York e de sua primeira mulher Ana Hyde, com seu sobrinho Guilherme, Príncipe de Orange.

O Duque de York não tinha ainda do seu segundo matrimónio um herdeiro varão, e se nunca o tivesse, Maria, como filha mais velha, poderia herdar de seu pai o trono inglês, num longínquo futuro. A popularidade de tal casa-

---

(1) Janet Mackey, *Catherine of Braganza*, 1937, 198-199.

mento era enorme, pois os noivos eram fiéis da Igreja protestante.

A cerimónia matrimonial realizou-se em Novembro de 1677, e no dia 15 do mesmo mês um grande baile, em Whitehall, festejou os anos da Rainha, que graciosamente avançara de dez dias a data do seu aniversário para os noivos poderem assistir ao baile, antes de partirem para a Holanda.

O choro desolado da Princesa Maria por se afastar de Inglaterra, e o ar maçudo e desagradável de Guilherme de Orange, não auguravam felicidade, e destoavam na despreocupação festiva da corte. O casamento não era um sucesso, e o facto da Duquesa de York ter dado à luz um filho, quatro dias depois da cerimónia matrimonial, desolara alguns ambiciosos.

D. Catarina, que conhecia a jovem princesa desde criança e a tratara sempre com affecto, na hora da despedida tentou reconfortá-la, dizendo que o seu destino era o mesmo das outras princesas reais, e que ela própria sofrera o mesmo, quando da sua vinda para Inglaterra; nem sequer conhecia o marido, enquanto a Princesa Maria tinha a ventura de já conhecer o seu.

O espirito desdenhoso e egoísta do Duque de York repetira-se na sua filha, e a resposta com que a princesa gratificou a bondade da Rainha, foi: «Mas Senhora vos viestes para Inglaterra, e eu saio de Inglaterra».

Porém, nem tudo na vida de D. Catarina eram sucessos infelizes ou desagradáveis. Em fins de Setembro dêsse ano de 1677 chegara a Londres o Conde de Castelo Melhor. Fugido de Portugal havia dez anos, acolhera-se à hospitalidade da corte de Saboia, sempre acalentando a esperança de poder regressar à pátria. Anos passara submisso à von-



tade do Príncipe Regente, mas as saúdes e a inactividade roíam-no cada vez mais profundamente. Tentara alcançar o perdão do Príncipe D. Pedro, e a mercê de voltar a Portugal, mas tudo em vão. A memória do seu poder e o rancor dos seus contrários não toleravam que se desse por terminado o castigo, e a côrte de Lisboa não atendia os seus rogos. Pensou então em ir para Inglaterra, onde, por intermédio de D. Catarina e de Carlos II, poderia mais facilmente realizar o que desejava.

O parecer da côrte de St. James era escutado com respeito em Portugal, e a Rainha de Inglaterra era portuguesa; estas duas proposições constituíram uma seqüência lógica na lúcida inteligência de Castelo Melhor, e explicam o motivo da sua mudança de residência. Em 1675 iniciara as suas tentativas para se transferir para Londres, mas as ordens categóricas do Príncipe Regente proibiram-lho, e êle obedeceu.

Finalmente, em 1677, a côrte de Lisboa, abalada pela intercessão pessoal de Carlos II e de D. Catarina, deu o seu consentimento, sem o qual o Conde de Castelo Melhor não tinha querido agir<sup>(1)</sup>.

Em Londres, Castelo Melhor foi tratado com o máximo favor pelos Reis, dando-lhe D. Catarina aposentos no palácio de Somerset-House, e os conhecimentos e afabilidade colocaram-no em posição de destaque, convivendo intimamente com os principais fidalgos e ministros ingleses.

---

(1) Para descrever a actividade dispendida por Castelo Melhor na defesa de D. Catarina durante o «Popish Plot», e a sua habilidade em tão perigoso transe servi-me dos primorosos trabalhos de: F. Palha, *o Conde de Castelo Melhor no exílio*, 1883; e D. Francisco de Sousa Holstein, *o Conde de Castelo Melhor em Londres*, na *Revista de História*, 1916.

João Evelyn, depois de cear com êle, pela primeira vez, em casa do Camareiro-mor de Carlos II, escreve no seu Diário: «êle é um cavalheiro muito inteligente e illustre». E não tardou muito em o guiar em visita às curiosidades inglêsas.

Castelo Melhor, chegado o momento do perigo, esqueceu ódios e rancores, e denodadamente lutou pela segurança da sua princesa, a Rainha de Inglaterra.

A agitação política e religiosa era cada vez maior. O Parlamento, encorajado pelas vitórias obtidas na sua refrega com o poder real, tornava-se cada vez mais relutante em votar créditos ao Rei. Tôdas as vezes que Carlos II alcançava um apoio financeiro, era à custa de concessões e regalias. Tinham-no privado dos seus criados católicos, em seguida dos seus amigos católicos, e agora, que a França triunfava na Flandres, queriam que êle lhe declarasse a guerra.

Não se lembravam das duras humilhações infligidas por alguns triunfos navais holandeses, pensavam apenas em socorrer um país, como êles, deliberadamente protestante.

A sucessão ao trono preocupava-os também. Ela tinha dividido a Inglaterra em dois partidos simbòlicamente chefiados, o católico pelo Duque de York, e o protestante pelo Duque de Monmouth.

Shaftesbury trabalhara o ânimo ambicioso de Monmouth e ajudara a sua nascente popularidade, no fito de fazer brilhar a miragem dum herdeiro protestante. Servia-se dêle para atacar o Duque de York e conseguir os seus fins. O Duque de York nunca fôra popular, nem simpático, e só os seus talentos de almirante tinham arrancado as aclamações entusiásticas do povo. Quando se tornou em certeza



o temor de que êle seria o herdeiro da realza, o receio apoderou-se dos seus adversários, e muitos católicos, que o detestavam, associaram-se à oposição protestante.

Shaftesbury tentara aliciar Carlos II, ousando sugerir que bastava el-Rei dizer que fôra casado com Lúcia Walter, mãe do Duque de Monmouth, para encontrar aqueles que estavam dispostos a atestá-lo. Carlos II, enojado com tanta baixeza, apenas respondera: «Preferiria ver Jaime enforcado em Tyburn do que nutrir semelhante propósito.»

Desde então, não mais se apagaram os rumores da existência duma misteriosa caixa preta, onde estavam guardados os documentos comprovativos do casamento do Rei com Lúcia Walter (1).

Repelidos os seus enredos, Shaftesbury arvorou-se em chefe da oposição, cujos membros seriam apelidados os «Whigs», e dedicou-se a subverter a incerteza popular.

Desde o reinado de Maria Tudor o povo odiava a igreja, contra a qual se tinha revoltado. A grandeza do seu poder e a subtileza da sua vingança, enchiam-no de pavor. Desde o berço, tinha sido ensinado a temer os seus emissários, envoltos em púrpura, ou na roupeta jesuítica, que só tinham um fito, pensava êle, roubarem-lhe a liberdade de consciência e torturá-lo em sinistros autos da fé; e a credence popular atribuía tôdas as desgraças e cataclismos à sua maléfica influência.

Agora, a perspectiva dum rei católico fazia reviver e tomar corpo a todo êsse conjunto de temores e receios. A Inglaterra estava madura para ser manejada à vontade por perigosos agitadores.

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 301.

Em Agôsto de 1678, Carlos II, na véspera de partir para Windsor, passeava no parque de St. James com os seus cães, quando um homem, que outrora trabalhara no seu laboratório, chamado Kirby, se lhe atravessou no caminho, acautelando-o contra um atentado papista. Interrogado como tivera conhecimento de tal atentado, Kirby referiu que dois homens, o Dr. Israel Tongue e Tito Oates tinham documentos que o comprovavam.

Israel Tongue, ministro anglicano e panfletário duvidoso, associara-se a Tito Oates, creatura infame, que passara de prègador anabaptista para a igreja anglicana, e depois sucessivamente para os colégios dos jesuítas ingleses de Valladolid e de St. Omer, e que realizara a inegalável façanha de ser expulso, pela sua deplorável conduta, de tôdas as facções religiosas que seguira. Desta associação nasceria o mais misterioso e execrando enrêdo, que ficou conhecido na história de Inglaterra como o «Popish Plot», a Conspiração Papista.

O Dr. Tongue, chamado por sua vez a prestar declarações, apresentou-se com uma volumosa pilha de documentos obtidos por um Tito Oates, que se convertera ao catolicismo para poder colher informações entre os jesuítas.

Carlos II recusou tomar o assunto em consideração, e partiu para Windsor, deixando-o entregue ao seu Tesoureiro, Lord Danby.

Deante de Danby espavorido, Oates desenrolou a meada das suas espantosas invenções. O Papa comandara a conquista da Grã-Bretanha, e os jesuítas tinham-se encarregado de a fazer, dispondo dum exército de 20.000 homens, sob o comando de Lord Bellassis. Londres devia ser de novo incendiada, e os protestantes massacrados, o Rei assas-



sinado, e o Duque de York também, se não consentisse no assassinato de seu irmão, e que a Sir Jorge Wakeman, médico da Rainha, fôra oferecida a quantia de 10.000 libras para envenenar o Rei.

Dizia êle também, na sua longa delação, que o Rei de França e o seu confessor, o Padre La Chaise, e D. João de Áustria, tinham conhecimento do que se tramava, e estavam nisso envolvidos. Nomeava, enfim, um grande número de conspiradores ingleses. Eram êles na sua maioria jesuítas, e além dêles, os mais importantes eram Lord Arundel de Wardour, Lord Powis, Lord Petre, Lord Stafford, Sir Guilherme Godolphin e Eduardo Coleman.

A prodigiosa imaginação de Tito Oates não se contentava com a inverosimilhança. Conhecera durante a sua estadia entre os jesuítas pormenores desconexos, que, juntos com a sua confessada permanência entre êles, para simuladamente espiar os desígnios secretos da Companhia, davam um aspecto verdadeiro às suas afirmações. Asseverava que tinha conhecimento de tudo quanto contara, porque se tinha prestado a servir de emissário aos jesuítas, e porque assistira a uma sua reunião em Abril passado, numa taberna, no Strand.

O Tesoureiro, que receava que as suas negociações secretas com a França pudessem vir a ser conhecidas, encontrou no arrazoado de Tito Oates, matéria suficiente para desviar a atenção pública para uma questão sensacional. Imediatamente instou junto do Rei para que o assunto fôsse comunicado ao Conselho Privado, mas Carlos II não consentiu que êle o fizesse, nem sequer ao Duque de York, dando como razão que a divulgação do atentado podia causar alarme e fazer nascer na mente dalguém, que ainda o não pensara, a ideia de o matar.

Porém, quando o Duque de York foi informado pelo seu confessor Bedingfield, que recebera cinco cartas escritas com perigoso mistério, e com assinaturas falsificadas de jesuítas seus conhecidos, pediu ao Rei que tal caso fôsse esclarecido perante o Conselho. Carlos II não resistiu ao pedido do irmão, e desistindo da sua atilada conduta, deu ordem que tal se fizesse.

Tito Oates foi intimado a comparecer perante o Conselho Privado, e aí repetiu a sua história ampliando-a e completando-a com grandes floreados.

Durante dois dias o Conselho ouviu assombrado as revelações. A-pesar-de Carlos II ter interrogado o delator, pedindo-lhe que descrevesse D. João de Áustria, com quem êle dizia ter conferenciado em Madrid, e que contasse onde vira o Padre La Chaise entregar dinheiro aos jesuítas, e de Oates ter respondido que D. João era moreno, alto e magro, quando êle era baixo, gordo e louro, e de nomear uma casa da Companhia de Jesus perto do Louvre, onde não havia nenhuma, a gravidade da acusação, e uns certos conhecimentos verdadeiros do acusador, exigiam que se fizessem buscas e prisões.

Os principais jesuítas, assim como as outras pessoas incriminadas, foram presos e os seus papéis revistados. Nada foi encontrado, a não ser nos papéis de Eduardo Coleman, que fôra em tempos secretário do Duque de York. Nêles se encontrava a prova duma correspondência secreta entre Coleman e La Chaise. Em nada se relacionava ela com a conspiração, mas o facto de existir era o bastante para parecer criminosa aos intransigentes protestantes, e acarretar a máxima penalidade para o seu detentor.

Quando, em 1673, Carlos II abandonara os católicos à má vontade do Parlamento, estes imediatamente se tinham vol-



tado para o Duque de York, como a única esperança que lhes restava, e, ajudados pelo dinheiro do Rei de França, começaram planeando a entrega do poder ao Duque. Coleman, em contacto com os jesuítas, em França e em Inglaterra, tomara parte na conspiração, e aceitara dinheiro de Luiz XIV para servir os seus interesses.

Possivelmente conhecedor da indiscreta correspondência entre Coleman e o jesuíta La Chaise, Oates, urdiu habilidosamente uma intriga imaginária, fundamentada nesse testemunho, e Coleman foi enforcado, em Dezembro dêsse ano, como traidor, castigado pelo destino, não pelo crime de que o acusavam, mas pelo que cometera.

A pouco e pouco o conhecimento da conspiração espalhar-se por todo o reino, e a eferescência aumentava à medida que se sucediam as prisões; mas só em meados de Outubro atingiria o mais desatinado pânico. Tito Oates, antes de comparecer perante o Conselho Privado, pensando que seria rechaçado por êste, ou receando que o murmúrio do seu depoimento nêle ficasse confinado, entregara uma cópia das suas declarações a Sir Edmundo Berry Godfrey, magistrado da cidade de Londres, muito estimado pela sua honestidade e amor à igreja reformada.

A 12 de Outubro, Sir Edmundo desaparecera, e cinco dias depois o seu corpo era encontrado num campo, trespassado pela sua própria espada.

Qualquer que fôsse o motivo do seu assassinato, ainda hoje inexplicável, o povo viu nêle a confirmação do massacre que Oates profetisara. Um vento de loucura varreu a cidade, e uma perseguição contra os católicos, implacável e bestial, turvou o bom senso da população. Bandos armados percorriam as ruas, barricadas e canhões defendiam Whitehall, as prisões regorgitavam de suspeitos. As casas de pacíficos

cidadãos eram violadas à procura de papéis e indícios comprometedores, e ninguém se aventurava a sair sem levar consigo uma arma, para se proteger contra os assassinos papistas. Era a loucura colectiva dum povo, exaltado por perseguições religiosas que datavam do reinado de Henrique VIII.

Ódios e torpes vinganças saciavam os mais baixos instintos, e a fúria sinistra da população desvairada escaldava como pês.

Shaftesbury e os Whigs tinham finalmente forjada a arma com que atacariam o trono, e que afastaria dêle, para sempre, o Duque de York.

Carlos II fizera, no entretanto, a visita costumada a Newmarket, e quando soubera do assassinato de Sir Edmundo ordenara que 500 libras fôsem dadas a quem descobrisse o assassino do magistrado.

O Rei rejeitara sempre a veracidade das acusações de Oates, mas o incremento que a ira popular e os manejos políticos tinham dado à conspiração fizeram-lhe compreender que todo aquêle que negasse a sua existência seria esmagado. Se tentasse pessoalmente opôr-se ao desenrolar da tragédia, o sceptro poderia rolar-lhe da mão para cair na dos seus inimigos.

Quando, em 21 de Outubro, se reuniu o Parlamento, Carlos II pediu novos créditos para o exército e a marinha, e prudentemente referiu-se à conspiração, abstendo-se de formular a sua opinião para que não parecesse dizer de mais ou de menos sôbre o assunto, que deixaria por completo sob a alçada da lei.

Nesse mesmo dia Tito Oates foi ouvido pela Câmara baixa. Vaidoso e insolente, tomara coragem com o agrado da simpatizante assistência, e nada detinha o acréscimo das



sua acusações contra os pares do reino católicos. O Parlamento, deliciado com o vasto campo de operações que Oates lhe facilitava, pediu que êste fôsse alojado em Whitehall, onde melhor poderia guardar a vida do Rei, que lhe fôsse concedida uma pensão anual de 1.200 libras, e uma guarda armada.

Shaftesbury e os seus colaboradores prepararam uma investida contra os católicos por meio de um «bill» que os excluísse das duas casas do Parlamento, e que seria a primeira fase da investida contra o Duque de York, e implicitamente contra a Rainha.

Rogério North diz que Shaftesbury foi «a ama-sêca da conspiração, e encarregara-se de dirigir o monstruoso nascimento até que ela pudesse rastejar sòsinha».

A 2 de Novembro, Shaftesbury apoiado por Halifax e Essex, na Câmara dos Lords, e no dia 4, Russel, nos Comuns, fizeram uma moção para que o Duque de York fôsse desviado da presença do Rei e do seu Conselho.

A 7 dêsse mês apresentava-se Bedloe, um ladrão liberto pouco antes da prisão, que vinha reclamar as 500 libras de prémio, fazendo revelações sensacionais sôbre o assassinato do juiz de paz Godfrey. Dizia «que elle fora buscado para o fazer per dous PP. da Comp.<sup>a</sup> ou Ingreses ou Franceses e dous criados de Millord Bellercey (1) e hum porteiro da capella da Rainha, que elles forão a buscallo para fazer este feito, mas que o não querendo fazer por duas mil livras que lhe dauão o deixarão, que depois elle o uira morto om hua sala de Somersethausse que fora buscado para o tirarem dalli e o leuarão donde o hauiam de deixar» (2).

---

(1) Lord Belassis.

(2) D. Francisco de Sousa Holstein, *O Conde de Castel Melhor em Londres*, 1916, 210.

No dia imediato, ao ser interrogado pelo Conselho, Bedloe, alterava o seu anterior depoimento.

Primeiro afirmara que Godfrey tinha sido assaltado por várias pessoas, onde, além das nomeadas, figurava Samuel Atkins, empregado sob as ordens de Pepys, no Almirantado; perante o Conselho, formulava outra versão. Sir Edmundo fôra asfixiado com duas almofadas, e êle vira o cadáver na escada secreta da Rainha, onde ficara dois dias. Tinham-lhe oferecido dois mil guinéus para o ajudar a tirar dali, e que finalmente fôra de lá tirado, às nove da noite, por alguns criados da Rainha.

Desde o momento em que a conspiração nascera, o Conde de Castelo Melhor, como católico, seguira atento o seu desenvolvimento. Freqüentando com intimidade os aposentos de Carlos II, e os principais fidalgos do reino, conservava-se informado dos movimentos da conspirata.

Como político avisado, não lhe escapara o novo rumo dos acontecimentos, e aguardava o momento de intervir, usando de tôda a prudência, «porque não conuem a hum estrangeiro meterse em nada».

A confissão de Bedloe resolveu a Câmara dos Lords a pedir à Rainha licença para passar uma busca a Somerset-House. D. Catarina desassombradamente deu ordem para que as chaves fôsem entregues, e escreveu uma mensagem à Câmara lastimando que tal crime se tivesse praticado na sua residência, oferecendo fazer tudo quanto pudesse para ajudar a descobrir os criminosos.

A busca foi rigorosa, e nem os aposentos do Conde de Castelo Melhor escaparam; porém, os cavalheirescos senhores que procederam à revista, com grandes elogios à sua pessoa, não tocaram em nenhum dos documentos selados do Conde. A Câmara Alta, reconhecida pelas facilidades con-



cedidas, enviou os Lords Arlington, Neuport e Maynard cumprimentar D. Catarina, e agradecer-lhe a prontidão com que mandara abrir as portas de Somerset-House para se efectuar a busca, e propôs um voto de louvor à Rainha, exprimindo a sua confiança nela.

Por seu lado Carlos II, convencido de que era tudo uma monstruosa mentira, e querendo confundir Bedloe, mandou-o, acompanhado pelo Duque de Monmouth, identificar o sítio onde dizia ter visto o cadáver de Godfrey; «antecipadam.<sup>te</sup> dizia que era na casa grande ou outra junto dela onde se auia esposto o corpo do Duque de Albermal quando morreo, entrou nestas e não as reconheceo; entrou noutra q. he hua passagem para o quarto da Rainha q: he onde Sua Magestade assiste naquela casa; aberta de dia e de noute e com hua centinella; nesta sigurou e jurou que uira o tal corpo» (1).

Não era pròpriamente o sítio ideal para um assassinato, uma passagem aberta a um vai-vem constante e vigiada por uma sentinela, o local indicado por Bedloe.

O Conde de Castelo Melhor, vendo a gravidade do momento e a angústia de D. Catarina, providenciava o melhor que podia. «Não ha passo que eu não tenha dado nem palaura que não tenha dita a el Rey e a seus ministros sobre este negocio; encolhem os hombros, dizem que este he hum torrente que he necessario deixallo passar», dizia êle.

Não obstante a tranquillidade que affectava, Carlos II não descurara de fazer regressar D. Catarina aos seus antigos aposentos de Whitehall, para mais fàcilmente a poder

---

(1) D. Francisco de Sousa Holstein, *O Conde de Castel Melhor em Londres*, 1916, 211.

proteger. Não restava dúvidas de que a Rainha era visada, e que a sua impopularidade serviria Shaftesbury na tarefa de dominar a Coroa, fazendo desaparecer para sempre o incómodo Duque de York, e a sua não menos incómoda cunhada.

Mas de novo o Rei se levantaria contra a sua perigosa cabala. Evitando imiscuir-se naquilo que entregara à onnipotência da justiça, Carlos II, com coragem e uma habilidade genial, lutaria denodadamente, na ocasião propícia, por sua mulher e pelo seu legítimo herdeiro.

Anos de convivência, de alegrias e desilusões comuns, tinham feito nascer uma amizade inalterável entre D. Catarina e Carlos II. No Rei, o amor morrera há muito, deixando todavia um profundo respeito e consideração pela mulher amante e virtuosa. Na Rainha, o amor era o mesmo que nos primeiros meses de noivado, e a sua vida só tinha um fito, a felicidade de seu marido, e não se apartar d'ele até à morte. Fôsse qual fôsse a aparência da sua existência conjugal, e as dissensões que pareciam afastá-los, eram marido e mulher unidos perante Deus, e os homens não poderiam quebrar o que Deus unira.

Desconhecedor de tudo quanto intimamente existia, além das razões políticas e religiosas, entre Carlos II e sua mulher, Shaftesbury prosseguia nos seus criminosos desígnios.

A vida retirada da Rainha em Somerset-House, a suspeita popular de que ela convertera ao catolicismo o Duque de York, a falta de confiança que mereceria o testemunho dos seus criados, que bastava servi-la para serem suspeitos, favoreciam a aleivosa astúcia dos amigos de Shaftesbury.

Já em fins de Outubro, Tongue enviara uma Mrs. Elliot, sua cúmplice, pedir a Carlos II que ouvisse Oates em parti-



cular, porque êste queria prestar declarações secretas contra a Rainha, que contribuiriam para a implicar na conspiração. Como o Rei se mostrasse irritado e descontente com esta novidade, Mrs. Elliot, espantada, ousou dizer que pensava que Sua Magestade gostaria de se separar da Rainha, em qualquer condição. Carlos II, encolerizado, despediu-a com a afirmação perentória: «Nunca tolerarei que uma mulher inocente seja perseguida» (1).

Agora Tito Oates, oráculo escutado devotamente pela nação, e inspirado pelos Whigs, ia atacar a testa coroada da Rainha.

Não quis Deus que a história inglêsa se envergonhasse para sempre do suplício duma Rainha inocente. Dois homens, Carlos II e o Conde de Castelo Melhor, movidos não só por amor a D. Catarina, mas também por interêsses pessoais, salvaram-na da morte. O Rei defendia uma espôsa digna e um trono vacilante; o Conde, uma princesa portuguesa e o possível benefício de regressar a Portugal.

Castelo Melhor, infatigável, escrevia e falava com o Rei e os Ministros, suplicando que tôda a influência fôsse empregada para salvar a Rainha — e por fim triunfou (2).

Era natural que também o Duque de York protegesse a Rainha, mas tal não sucedia, porque êste, perigosamente atacado, não estava disposto a arvorar-se em defensor de sua cunhada, e porque pequenas dissensões tinham esfriado as relações entre êle e D. Catarina, desde a desagradável celeuma da precedência dos seus regimentos.

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 314-315.

(2) Ver sôbre êste assunto: Fernando Palha, *O Conde de Castelo Melhor no exílio*, 1883.

A Rainha não se ligara intimamente com a nova Duquesa de York, ressentida por esta se querer apropriar da sua capela do palácio de St. James, e de tratar com amizade a Duquesa de Portsmouth. Quando a conspiração papista obrigou Carlos II a dar o seu consentimento para o destêro dos padres católicos de Inglaterra, e de ter sido negado aos padres de Maria Beatriz de Modena a isenção que favorecia os da Rainha, foi sugerido que se juntassem os sacerdotes das duas senhoras, como se pertencessem todos à Rainha. D. Catarina não admitiu tal expediente, receosa de não poder proteger os seus, e de simular qualquer acção que pudesse ser interpretada como prova de dobrez. Os Duques de York nunca esqueceriam esta recusa, que tomaram como ofensa pessoal da Rainha.

A 29 de Novembro, Oates, sob juramento, fazia perante o Rei e o Conselho as seguintes declarações: «No anterior mês de Julho vira uma carta, na qual afirmava Sir Jorge Wakeman, o médico católico da Rainha, que Sua Magestade fôra persuadida a dar o seu consentimento ao assassinato do Rei. Que subseqüentemente, Sir Ricardo, ou Sir Roberto de Somerset-House, tinha vindo com uma mensagem de Sua Magestade para alguns Jesuítas, com os quais êle fôra um dia, em Agôsto, a Somerset House». Entraram no gabinete da Rainha, que tinha a porta aberta para trás, e êle ficou na ante-câmara, donde ouviu uma voz de mulher dizer: «Não suportarei por mais tempo tais infidelidades. Estou satisfeita por ajudar a realizar a sua morte e a propagação da fé católica», e que a mesma voz continuara que «ajudaria Sir Jorge Wakeman no envenenamento do Rei». Depois, quando os jesuítas saíram do gabinete, êle Oates, pedira para ver a Rainha, que lhe sorriu com agrado, e a quem ouviu perguntar ao padre Harcourt se recebera as últimas



dez mil libras, reconhecendo a voz que ouvira da ante-câmara, não podendo haver dúvidas pois era a única senhora que estava presente (1).

A ninguém pareceu extraordinário que Tito Oates fôsse levado, sem fito aparente, para presenciar tal reunião, em que não foi tido nem havido; nem tão pouco que a tradicional prudência jesuítica se tivesse esquecido de fechar portas e abafar vozes. Mais parecia tratar-se dum assunto a que desejavam dar publicidade, do que dum tenebroso conciliábulo.

No dia seguinte o Conselho voltou a interrogar Oates e examinou as suas declarações.

Coleman tinha sido executado, e nada parecia deter o desenrolar fatal das perseguições. Era bem verdade o que o Conde de Castelo Melhor escrevia: «Aqui não se atenta para nada hoje de fóra, esta nação está emfogada contra os católicos q. em nada cuida maes q. em destruilos».

O perigo que ameaçava D. Catarina era enorme, mas aparentemente nada parecia recear-se. Os anos da Rainha foram festejados com aparato, e D. Catarina, em público, mostrava-se serena, escondendo a sua aflicção. Castelo Melhor, que a via, diz-nos: «a pobre Senhora tem padecido e padece o que só quem está aqui o sabe».

Carlos II não acreditara uma palavra sequer das que Oates proferira perante êle e o Conselho, e querendo demonstrar a mentira do falsário, serviu-se do mesmo ardil com que combatera Bedloe. Enviou Oates com Lord Ossery e Lord Bridgwater mostrar, no palácio de Somerset-House, os aposentos em que jurara ter assistido aos acontecimentos

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 464.

que narrava. Oates, como Bedloe, errou por completo na sua descrição. Levado até à câmara da Rainha, donde êle afirmara que uma escada secreta dava passagem para um grande quarto onde tinha tido lugar a reunião, foi verificado que nem escada, nem quarto grande, existiam no lado do palácio que êle indicara (1).

Mas os falsários não se atrapalhavam por tão pouco. Bedloe veio confirmar, com o seu testemunho, a declaração de Oates. Também êle assistira a uma conferência entre a Rainha e dois padres franceses, na presença de Lord Belassis, Coleman, e uns jesuítas, na galeria da capela de Somerset-House. A Rainha chorara muito ao saber do projecto de assassinar o Rei, mas os jesuítas franceses, com os seus argumentos, não a deixaram até ela dar o seu assentimento.

Porque não contara êle tudo isto quando do seu primeiro depoimento?

Muito simplesmente porque se tinha esquecido!

Se êste embrechado de calúnias era tido como verdadeiro pela credence popular, e se uma pobre demente Deborah Lyddal tentava apedrejar D. Catarina no parque de St. James, era impossível que alguém, medianamente instruído, visse nêle mais do que uma monstruosa mentira.

Mas nuns o receio, noutros o interêsse, faziam aceitar como boas tôdas as patranhas postas a circular por Oates e Bedloe.

Perante a Câmara dos Comuns, a 28 de Novembro, Oates levantou-se e em voz alta declarou: «Eu, Tito Oates, acuso Catarina, Rainha de Inglaterra, de alta traição».

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 212.



Os membros da Câmara, que não estavam ao facto das prévias acusações, ficaram assombrados; os outros, os da opposição, não perderam tempo, e vozeando «indignados» votaram um memorial dirigido a el-Rei, pedindo que a Rainha, a sua comitiva, e todos os católicos fôsem afastados de Whitehall. Alguns, mais exaltados, achavam que se devia pedir que D. Catarina fôsse imediatamente encarcerada na Tôrre de Londres.

A Câmara dos Lords não aderiu à infamante petição, como desejavam os Comuns, e resolveu repeli-la até que novas provas, e de mais confiança, mostrassem a culpa da Rainha. Pela primeira vez surgia uma attitude digna e honesta nos debates parlamentares.

O Rei, furioso com o desacato de Oates, mandara-o prender, e foi necessária tôda a violência do clamor popular para soltar a peçonhenta personagem.

A Rainha estava à beira do abismo, bastava que mais um acusador surgisse para ninguém poder deter a sua queda, até sob a hacha do algoz.

O perigo, os rogos de Castelo Melhor e as lágrimas de D. Catarina excitaram os instintos cavalheirescos de Carlos II, que, cultivados devidamente, teriam feito dêle o mais nobre dos príncipes. Com tenacidade e argúcia ia defender a Rainha, dando provas de uma coragem inesgotável: «Creio que julgam que tenciono procurar uma nova esposa, mas eu não consinto que uma mulher inocente seja lesada.»

Falara sinceramente Carlos II, quando dissera ao famigerado Burnet que, atendendo às suas faltas para com a Rainha, êle pensava que seria uma horrível acção desampará-la.

Oates não podera ainda destruir a Rainha, mas cinco dos principais lords católicos da Câmara Alta, Lord Belas-

sis, Lord Petre, Lord Arundel, Lord Stafford e Lord Powys, tinham sido enviados para a Torre de Londres sob a sua inculpação. Trinta mil pessoas tinham sido exiladas de Londres, apenas culpadas de serem católicas, e a morte seguia fatalmente a prisão de dezenas de inocentes.

Oates tornara-se o homem mais poderoso e temido da Grã-Bretanha. A ameaça da sua vingança atemorizava os poderosos, e a própria igreja anglicana curvava-se adúladora perante êle. À mesa do Bispo de Ely, a sua bôca vomitara torrentes de injúrias contra a família real, e nessa digna assistência só Sir João Reresby ousara rebater a sua hedionda insolência.

D. Catarina, logo que Tito Oates a acusara na Câmara dos Comuns, aconselhada por Castelo Melhor, enviou o Padre Manuel Dias a Portugal, com uma carta para o Príncipe D. Pedro, na qual lhe contava o que se passava, a acusação de ser conivente na tentativa de envenenamento del-Rei, que sôbre ela pesava, e pedindo conselhos e assistência.

Morrera o embaixador D. Francisco de Melo, e a côrte de Lisboa não nomeara ainda alguém para o substituir. Atendendo à lealdade com que o Conde de Castelo Melhor fizera a sua defesa, D. Catarina e também Carlos II, lembraram ao Príncipe Regente que ninguém melhor do que o Conde poderia desempenhar tal cargo. Não gostou a côrte de Lisboa de tal empenho, que attribuía à ambição do detestado Castelo Melhor. A camarilha influente insurgiu-se e com desperstigiosa emulação, temendo o reaparecimento, em cargo público, do favorito de D. Afonso VI, trabalhou para que outro embaixador fôsse nomeado. Todos serviam, menos o Conde de Castelo Melhor.

O Regente D. Pedro, logo que teve conhecimento da



carta de sua irmã, chamou o enviado inglês, Francisco Parry. Êste teve de confessar que de facto já conhecia a acusação feita perante a Câmara baixa, e a petição para o afastamento da Rainha de Whitehall. Mas que a Câmara alta, não tendo consentido em tal por falta de evidência, e el-Rei tendo declarado a sua mortificação pelo rumo que o negócio tomara, e também a grande confiança que sempre teria no affecto e lealdade da Rainha, mostravam que não havia razão para sustos.

A resposta do enviado confirmava as informações que recebera D. Pedro, e, não obstante a tranqüilizadora coincidência, êle ia remeter para Inglaterra um embaixador. «Esse embaixador será mais bem quisto e influente se Portugal mostrar tenção de pagar mais pontualmente o residuo do dote de Sua Magestade», disse o práctico Parry.

Até ao povo chegara a notícia das provações da sua princesa, «que ela fôra apupada e escarnecida», e num rumor crescente amotinava-se defronte das casas dos súbditos ingleses. Era preciso que D. Catarina deixasse essa terra de hereges e voltasse para Portugal, pensava a côrte e o povo.

Ao próprio Francisco Parry não escondiam êsse propósito. Estando um dia no palácio do Côrte Real, alguém da comitiva do Príncipe Regente lhe dissera que era melhor para D. Catarina, visto que parecia não poder ter filhos, voltar para Portugal, e recolher-se no convento do Sacramento. «É um convento do lado esquerdo, um pouco antes de chegar à porta grande por onde se segue para Alcântara, convento de uma ordem muito rigorosa — onde estão pessoas da melhor qualidade e para onde a Marquesa de Mira ha pouco se recolheu — o qual a Rainha tem protegido

ultimamente», explica Parry. O mesmo prolixo interlocutor do enviado inglês continuara dizendo que o embaixador que seguira para Inglaterra não se devia demorar mais de dois ou três meses, do que concluía que a Rainha devia regressar com êle, porque não era provável que Sua Alteza deixasse sua irmã sem a assistência dum embaixador (1).

O descontentamento em Portugal era grande, e Parry prevê que de futuro pouco respeito lhe será dispensado, porque os portugueses estavam resolvidos a não perdoar a afronta, convencidos de que a Rainha nunca dela obteria reparação.

«Pelos sermões de padres e frades em tôdas as igrejas, estão propensos em acreditar que a perseguição de Diocleciano não foi nada comparada com a do Parlamento de Inglaterra», declarava com enfado Parry.

Emquanto de Londres o Conde de Castelo Melhor não cessava de dizer «o que importa he q. mandem pessoa de autoridade e de capacidade muyto depressa», e o cuidado de D. Pedro que «pelo seu desejo tomara estar capaz de poder ser elle quem fosse a esta missão», o assunto arrastava-se pela relutância dos ministros em acreditar no perigo, que, segundo a sua opinião, Castelo Melhor ampliava para encarecer os seus serviços a D. Catarina.

Por fim, decidiram-se e foi escolhido para embaixador extraordinário junto de Carlos II, Henrique de Sousa Tavares, Marquês de Arronches. Em Fevereiro de 1679 partia a embaixada de que faziam parte além do Marquês de Arronches, Gaspar de Abreu e Domingos Barreiras, acompanhados pelo Padre Manuel Dias.

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 322-329; Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 217-219.



Com mordaz ironia Simão de Vasconcelos e Sousa descreve-os a seu irmão: «Os que elle leva para esta missão é a verdade do Marquez de Arronches, a gôta de Gaspar d'Abreu que para estar em pé seis a sete horas tem setenta annos d'idade e a experiencia do secretario, que tem d'haver visto muitas vezes as cheias do Mondego, mas vae o Rozendo, que assombrará toda essa corte com a sua feição e com a verdade com que fallar; porem isto nos não toca, S. A. o rezolveu assim, a elle pertence mais este negocio e a nós o acomodar-nos com elle» (1).

Em Inglaterra a luta entre as facções políticas continuava cada vez mais acesa. Raul Montagu, que fôra estribeiro-mor de D. Catarina, e depois embaixador em Paris, resolvera vingar-se da recusa de Lord Danby em o prover com o cargo de Secretário de Estado. Durante a sua embaixada em França passara-lhe pelas mãos a correspondência secreta entre Danby e o Rei de França, e possuía a cópia das instruções que o ministro lhe mandara, em Março de 1678, pedindo a Luiz XIV 6.000.000 de francos para poder dissolver o Parlamento.

Montagu vingou-se dando a conhecer ao Parlamento os documentos que a sua providência guardara. A indignação foi estrondosa, e a demissão de Danby exigida com clamor. O Tesoureiro, não se podendo defender sem revelar que o papel que lhe competia nessas negociações ocultas era secundário, e que apenas obedecera, relutante, à vontade do Rei, o Parlamento votou a sua acusação como traidor. Carlos II tentou defender Danby a todo o transe dissolvendo as Câmaras, em Janeiro de 1679, e pouco depois, convocava um novo

---

(1) Fernando Palha, *O Conde de Castel Melhor no exílio*, 1883, 131.

Parlamento, para princípios de Março. O Tesoureiro foi demitido do seu cargo, mas obtinha o perdão régio, e uma coroa de marquês.

Os lords católicos, presos na Tôrre, também beneficiavam desta medida, que prolongaria por uns meses a data do seu julgamento.

Entretanto, Bedloe, perseverava na acusação contra os criados da Rainha, como culpados do assassinato de Sir Edmundo Godfrey. A cada interrogatório modificava as declarações, umas vezes Sir Edmundo fôra asfixiado com uma, outras vezes com duas almofadas, e o assassinato tivera lugar próximo das duas horas, outras vezes às cinco horas. Êle vira o corpo, segundo sucessivas afirmações, em três sítios diferentes, na sala onde estivera exposto o cadáver do Duque de Albemarle, na capela da Rainha, ou na sua escada secreta.

Variavam os pormenores, mas era invariável o propósito de localizar o assassinato no palácio de Somerset-House. Faltava apenas encontrar mais uma testemunha para dar os últimos retoques de realismo. Foi ela, Miles Prance, ourives católico que havia muitos anos era empregado na limpeza da prata da capela de Somerset-House. Prance foi preso protestando a sua inocência, mas dois dias depois, acovardado pelo mêdo, ou induzido por promessas de perdão a um falso testemunho, confessou que era culpado, e nomeou os seu cúmplices, três criados da Rainha, Green, Hill e Berrige.

Sem perda de tempo foram estes três desgraçados julgados e executados. Prance, horrorizado com o seu feito, suplicou para ser ouvido pelo Rei e pelo Conselho, perante os quais, de joelhos, declarou ser falso tudo quanto testemunhara, pois nada sabia do assassinato. Todavia, logo



que voltou para a prisão de Newgate, metido a ferros na cela dos condenados, e dementado pelos manejos do carcereiro, que lhe dizia que a não ser que o seu testemunho concordasse com o de Bedloe, êle seria enforcado, agarrou-se desesperado à sua primeira confissão, acabando por se tornar numa das testemunhas mais fiéis de Oates, contra todos aqueles que o energúmeno acusava.

Pará ajudar a dificultar a situação de D. Catarina, no mesmo dia em que Prance fazia a sua primeira confissão, chegava a Londres uma carta do Enviado inglês, em Lisboa, na qual participava que o confessor da Rainha, Fr. Cristóvão do Rosário, escrevera para um amigo no Pôrto «huas palauras muy prenhas; como isto anda tão bulhido chamarão ao Padre confessor ao conselho del Rey, que disse não ter nenhua comunicação em Portugal com Ingrés; satisfez a sua resposta e ueyose para sua casa.»

O Conde de Castelo Melhor, a quem os acontecimentos não davam quietação, logo escreveu para que persuadissem o Enviado a dar boas informações do assunto, pois de Londres se fiarião nelas, e porque as palavras de Fr. Cristóvão «eu não sei quaes erão, mas dizem que erão fortes.» (1)

Shaftesbury preparava simultâneamente duas enérgicas campanhas; as eleições para o novo Parlamento, e o reconhecimento do Duque de Monmouth como herdeiro ao trono.

Falhara, em parte, a bem architectada conjura que devia levar D. Catarina ao cadafalso, graças à energia e

---

(1) D. Francisco de Sousa Holstein, *O Conde de Castel Melhor em Londres*, 1916, 218, 231.

determinação de Carlos II. Era necessário tentar o expediente da legitimidade de Monmouth, antes do julgamento de Sir Jorge Wakeman, em que a Rainha seria fatalmente envolvida.

Os Whigs numa campanha eleitoral intensiva, à força de dinheiro, tinham obtido uma maioria esmagadora, quando o Parlamento se reuniu, em Março de 1679. Relembrados do ataque a Lord Danby votaram nova acusação de alta traição contra êle, mas antes que o «bill» entrasse em vigor, Lord Danby apresentou-se na Câmara alta, e foi mandado, prêso, para a Tôrre de Londres.

A feição violenta do seu novo Parlamento, levou Carlos II a rogar a seu irmão que saísse de Inglaterra, e a 13 de Março, o Duque e a Duquesa de York partiam para Bruxelas.

Não se enganara o Rei; em Maio, era introduzido um «bill» na Câmara dos Comuns para incapacitar o Duque de York de vir a ser herdeiro do trono da Grã-Bretanha. A 26 dêsse mês, Carlos II, para evitar que tal moção fôsse aceite, prorrogou o seu segundo Parlamento. Única recordação dêsse tumultuosos debates, uma lei foi votada, o «Habeas Corpus Act».

Lord Shaftesbury, para facilitar a tarefa da legitimação de Monmouth, associara se com a Duquesa de Portsmouth e o Príncipe de Orange. Todos êles pensavam que no intrincado negócio, ao chegar o momento do triunfo, poderiam eliminar em seu proveito os outros concorrentes. O Príncipe de Orange, entrando em tão extraordinário conluio, julgava aproximar-se da coroa, a Duquesa de Portsmouth pensava nela para seu filho, e Shaftesbury servia-se de ambos até os abandonar, realizados os seus intentos.



O Duque de Monmouth, encorajado pelo partido que pretendia a exclusão do Duque de York, e incensado pela admiração do vulgo, não refreava a sua ambição. Nas suas armas tinham aparecido as penas do Príncipe de Gales, e como tal era brindado repetidas vezes em público; aos domingos, depois do serviço na igreja protestante, o Duque deixava-se cortejar pela multidão maravilhada.

Agora não eram só vagos rumores as histórias que circulavam a respeito da misteriosa caixa preta. Estabilizava-se o boato de que nessa caixa estava guardado o certificado do falecido Bispo de Durham que celebrara o casamento de Carlos II com Lúcia Walter.

O Rei, duma vez para sempre, estrangulou a quimera, declarando solenemente, perante o Conselho, e fazendo registar na Chancelaria de Estado o documento que firmara: «Para evitar no futuro qualquer pleito respeitante à sucessão da coroa, o Rei declara perante Deus que nunca deu ou fez algum contrato de casamento, nem foi casado com nenhuma mulher, a não ser com a sua actual esposa, a Rainha Catarina».

Ainda surgiu um panfleto contradizendo a declaração real, mas Carlos II, enérgicamente, proibiu, sob pena do maior castigo, qualquer objecção ao seu manifesto (1).

Em meados de Abril chegava por fim, a Londres, o embaixador de Portugal, Marquês de Arronches. Anojado com a situação privilegiada de Castelo Melhor na côrte inglesa, Arronches, que recebera ordens para não comunicar com êle, e não percebendo nada da situação embaraçosa em que devia intervir, nem ninguém ousando expor-lha clara-

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 224.

mente, metia-se em casa, mal humorado, sem admitir visita alguma.

A 17 de Maio fazia a sua entrada pública, e a 19 era recebido em audiência por Carlos II. Mais preocupado pelas intrigas e suspeitas contra o Conde de Castelo Melhor, descurou o motivo que justificara a sua embaixada. De outra tèmpera era o carácter de Castelo Melhor, que condoído dizia: «o que sinto são ver as lágrimas que chora a Rainha, que nunca forão tantas como hoje; tudo são palavras, tudo são mixericos; nisto nos fundamos e parece q. tendose ordem para não falar commigo, se quer dar conta não só do não faser, mas de faser muyto mais» (1).

Pela Rainha nada fêz o Marquês de Arronches senão tentar intrigá-la com o Príncipe Regente, enraivecido por ver que Castelo Melhor em tudo lhe era preferido.

Toldou-se-lhe o bom senso, e tanto apoquentou D. Catarina que esta, perdendo a paciência, já posta a dura prova por tantos perigos, acabou por escrever a D. Pedro, indignada com a conduta do seu embaixador. «Meu Irmão — É esta a segunda carta que escrevo a V. A. sobre a mesma materia; vão tempos em que para escrever, os meus desgostos me dão pouco vagar, contendo as lagrimas para o fazer. Em quantas ocasiões o Marquez me tem fallado, tenho intendido que se levantam duvidas sobre a minha boa vontade para com V. A. Como isto me fere no mais intimo, não tenho paciencia para o soffrer. Hontem deu-me o Marquez muito grande desgosto e tal que El-Rei e a Côte não poderam deixar de perceber o enojo que senti ao ouvir

---

(1) D. Francisco de Sousa Holstein, *O Conde de Castel Melhor em Londres*, 1916, 227.



ler um papel que diz ser de V. A. Duvido que o seja, conheço a letra e o modo de dizer de V. A., e este papel pareceu-me differente de outros que tenho visto; mas bastou-me ouvir dizer que era de V. A. e dirigido a mim para lhe ter dado toda a attenção e para desejar não faltar em nada que seja do agrado de V. A. É isto claro. Se elle consultar a consciencia quando referir a V. A. o que se passou, ha-de contar com inteireza o que eu respondi. Mas elle falla commigo em termos muito differentes do que merecem as minhas respostas, o que me dá grande desgosto, como digo a V. A. E como temo que elle ouse escrever a V. A. da mesma maneira duvidosa que ousou fallar em minha presença, vejo-me forçada a dar razão de mim para fazer conhecer claramente a verdade. Não preciso dos louvores do Marquez, mas sinto-me rebaixada ao pensar que V. A. possa duvidar de mim. El-Rei ha-de fallar em meu favor e todos quantos me conhecem e sabem que não ha ninguem no mundo a quem eu mais preze que ao Príncipe de Portugal, meu irmão. Por castigo de Deus vejo-me obrigada a mostrar á evidencia uma verdade de que eu não imaginava alguém pudesse duvidar. Mas foi o ministro de V. A. que com estes serviços feitos a mim e a V. A., me obrigou a demonstrações taes a que nem as calumnias levantadas contra mim por meus inimigos, me tinham obrigado até agora. Isto foi notado na Côrte e ainda os espantos não acabaram; aqui vêem n'isto o meu muito amor por V. A., no qual o Marquez não quere crêr, com outros que pensam do mesmo modo. Parece estão tentando tirar-me a vida á força de desgostos, e esta nação pensa que aquella a quem vê tão rebaixada pela calumnia pouco póde valer para o serviço de V. A. N'esta carta desabafo com V. A. e para meu conforto espero me mandará V. A. as suas boas

novas que sempre chegam a tempo, pois por ellas sempre suspiro» (1).

À angústia da expectativa do julgamento de Wakeman vinha juntar-se outra invenção de Shaftesbury para inculpar a Rainha. O cozinheiro do Duque de Monmouth, um homem chamado Buss, depôs perante o Conselho, a que Lord Shaftesbury presidia, que estando em Windsor, no anterior mês de Setembro, ouviu um tal Hankinson, pertencente à capela da Rainha, pedir a António, criado do confessor de D. Catarina, que tomasse conta dos quatro irlandeses que trouxera consigo para fazerem o negócio por elles. Buss jurou a acusação deante dum magistrado, e António, não obstante nos inquéritos ter afirmado a sua inocência, foi enviado para julgamento. Claro que o negócio de que Buss falava era o assassinato do Rei. E o Conselho Privado, cuidadosamente seleccionado pelo Parlamento, aproveitou a oportunidade para propor que D. Catarina se sujeitasse a um julgamento (2).

Carlos II opôs o seu veto, não consentindo que a Rainha pudesse sequer ser tocada por uma suspeita.

Desde que o perigo a envolvera, ameaçador, Carlos II tratava D. Catarina com a maior das atenções e ternuras. O próprio Conde de Castelo Melhor dizia: «elle mostra de ter grande afeição á Rainha, nunca a tratou com maior afeabilidade do que faz agora».

---

(1) Sirvo-me da retradução dada por D. Francisco de Sousa Holstein, da carta citada por L. C. Davidson no seu livro *Catherine of Bragança*, 331-332. Pensava poder dar cópia das cartas originaes de D. Catarina, existentes no Museu Britânico, *Colecção Egerton*, l. 534. Os acontecimentos de Setembro de 1939 impediram-me de o fazer. Espero no futuro poder publicar essas cartas tão interessantes.

(2) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 470.



Traído por todos aqueles que julgava seus amigos, Carlos II jurara a si próprio defender a Rainha, cuja fidelidade nunca o desamparara. Mesmo que o seu poder não fôsse suficiente para a salvar, tudo estava preparado para a transportar rapidamente, e em segredo, para França, onde Luiz XIV a defenderia dos sangrentos desígnios dos seus perseguidores.

D. Catarina, fortalecida pelo affecto de seu marido, esforçava se por se mostrar alegre e dar a conhecer tôda a gratidão do seu coração amantíssimo.

Uma tarde, depois de assistir a uma pequena caçada às lebres, pelos galgos do Rei, na propriedade do fiel criado de seu marido Chiffinch, ela que nunca bebia, levantou o seu copo para beber à saúde de Carlos, com a fervorosa meiguice que o amor transforma num gesto de adoração.

Nos fins de Junho, os Reis partiram para Windsor, para esquecer a ansiedade que os devorava, até que o processo de Sir Jorge Wakeman fôsse definitivamente resolvido. Em princípios de Julho, Wakeman era julgado e absolvido, aliviando a atmosfera do pavor que durava há meses. A hostilidade com que a população tratava o juiz Scroggs, que esmigalhara os perjuros delatores, era um prenúncio certo de que Shaftesbury e os seus partidários não tinham dado a luta por terminada.

A incerteza, e as sucessivas deserções e traições dos que rodeavam o trono, afugentaram a despreocupação dos antigos divertimentos. Carlos II tornara-se pensativo e melancólico, passeando horas seguidas sozinho com os seus cães.

Até ao sossêgo de Windsor chegou a notícia da morte de Bedloe, e da confissão que êle fizera antes de prestar contas perante Aquêle que a mentira dos homens não engana. Ao morrer, Bedloe não alterara as declarações que fizera, respei-

tantes à conspiração dos jesuítas, e ao entendimento que existia entre êles e o Duque de York, mas confessara que o Duque era inocente de qualquer tentativa contra a vida do Rei. Quanto à Rainha, ignorava tudo a respeito do tal intento, e só com relutância consentira em dar dinheiro para ajudar a introdução da religião católica (1).

As aleivosias de Bedloe autorizam-nos a duvidar das suas palavras, mas quem sabe se elas não serão talvez, pelo menos no que respeita a D. Catarina, as únicas verdadeiras nesse tenebroso enrêdo.

Ela não seria capaz de se envolver em criminosa conjura, mas sabemos que trabalhou, não para levar a Inglaterra à submissão a Roma, mas para favorecer vocações. Além da protecção dada às freiras de Hammersmith, que, se fôra conhecida, quando da Conspiração papista, teria acarretado a sua condenação irremediável, não ficava insensível à tentação de angariar prosélitos para a sua religião. Uma curiosa carta para sua irmã, Soror Maria da Cruz, mostra-nos os cuidados que lhe merecia a vocação religiosa duma menina inglêsa que educara no seu retirado convento.

«Mais tenho sentido as alterações q̄ por cá hão passado pois me tirarão o tempo de procurar novas uossas, sendo o unico aliuiio q̄ espero, o das uossas orações a quem me recomendo, com as mais dessa comunidade, a principal cauza q̄ me moue a uos fazer esta, e daruos conta e juntamente pediruos q̄ queirais fazer por Amor de mim e uem a ser q̄ criei hũa menina Ingleza com intenção de q̄ fosse religioza, e como tudo o q̄ me pertence quizera eu mui perto de uos, uos peço q̄ façais diligencia se se podem acei-

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 227.



tar a pupilla ate ter idade de noviça se puder ser uos como o conuento me farão hũm grande prazer encarregandome eu das obrigações q̃ esta proposta tras consigo, e quando se não uencer o q̃ tanto dezejo ainda me fica outra supplica que uos fazer, q̃ me façais uos o gosto de a querer mandar em uosso serião p.<sup>a</sup> q̃ debaixo deste pretexto ella esteia recolhida, e despois tenha a dita de conseguir p.<sup>a</sup> q̃ eu sempre a criei, espero do q̃ uos mereco e da boa vontade que sempre me segnicais, tendes p.<sup>a</sup> comigo, ma não negareis na occazião presente, pois he p.<sup>a</sup> mi de tanto gosto, A Condessa de redondo uos hade dar mais particulares noticias, peçouos se me puderdes dar este gosto façais com breuidade em a Menina chegando ella uai remetida a mesma Condessa se ella for tão uenturoza pedi as Damas minhas Amigas a ajudem e encaminhem como fizerão a mim, por não uos cancar mais nem tomar o tempo não me dillato segurandouos sempre da minha affeição. — I C R, (1).

Algumas cartas existentes na Biblioteca Nacional de Paris, além das que estão no Museu Britânico, contradizem o que D. Catarina dissera quando Henrique Sidney partira para a Haia, como embaixador de Inglaterra. Ao despedir-se o embaixador, ella encarregou-o de dizer a seus sobrinhos, os Príncipes de Orange, que nunca escrevia, mas que êle em seu nome, lhes apresentasse as melhores saudações. Não gostava de escrever, mas sempre que as inquietações e as saudades dos irmãos a torturavam, escrevia longas cartas, e num vício especialmente feminino atravessava a letra em todos os sentidos, para aproveitar o papel.

Em princípios de Setembro, quando a côrte se prepa-

---

(1) Biblioteca Nacional de Paris, *Fonds Portugais*, 34, fol. 87.

rava para seguir para Newmarket, Carlos II adoeceu com uma espécie de febre intermitente. Escutemos Castelo Melhor: «Huma febre q. teve el Rey quatro ou sinco dias com sinaes não bons, o crescimento foi de 22 horas, não se despida, segundo a opinião da mayor parte e melhor dos medicos, tinha o tal mundo em grande agitação. Resolveose a junta dos medicos a dar a el Rey o quinaquiná, com methodo não usado por elles até agora em pilolas, e muy repetidas, tendo o tomado muytas vezes e tomalo ha; fica livre de febre com vontade de comer e de passear por estes campos, o que não contenta, nem q. continue como faz na resolução de ir a Nieumarquette, porque sendo aquelle ar inda mais subtil que este cuidão os medicos, que podrá occasionar hua repetição, a qual sem nenhum excesso pode temer ainda, pois que a china china tem esta qualidade» (1).

O rumor da gravidade da doença de Carlos II e a inevitável suspeita de que ela era produzida por um envenenamento, encheu de pânico o povo, e se não fôsse a energia dos gentis homens da câmara, o Rei teria sido asfixiado pela multidão que enchia o quarto para avistar o seu bem amado soberano.

Carlos II, ao adoecer, mandara chamar o Duque de York, mas, quando êste chegou, já o Rei estava livre de perigo. «Esta sua vinda causou espanto a muytos, medo a outros e gosto a alguns.»

Lord Shaftesbury preparava-se para proclamar herdeiro do trono o Duque de Monmouth. A vinda inesperada do Duque de York abafou a insurreição latente, e deu-lhe que pensar; só descansou quando o viu tornar-se para a Flandres.

---

(1) D. Francisco de Sousa Holstein, *O Conde de Castel Melhor em Londres*, 1916, 229-230.



Ràpidamente Carlos II melhorou, e não desistiu da estadia em Newmarket, para onde seguiu com a Rainha. A Condessa de Sunderland, ao contar os mexericos palacianos a Henrique Sidney, embaixador na Holanda, diz: «O rei e a rainha — que é agora uma amante, tal é a paixão que seu marido tem por ela — vão ambos para Newmarket a 18 de Setembro, juntamente com toda a côrte» (1).

Pouco depois D. Catarina adoecia com os nervos exaustos, mas quatro meses de doença e de susto constante não eram contudo suficientes para abater a sua coragem e grandeza moral. «Espero não ser ingrata para com aquêlê a quem só devo agradecimentos... Ainda continuo com enfadonhos remédios, e com repetidos acessos de frio e febre dezoito, ou dezasseis horas por dia, que me deixam muito fraca, e com a inclemência do clima não sei se recuperarei a saúde. A respeito do estado dos negocios dêste reino, já o deveis conhecer se vos informam como é devido. Pela minha parte não há nada que me importe mais dizer-vos do que como el-Rei me alivia nos meus negócios particulares de todo o enfado, pelo cuidado que toma em defender e proteger a minha inocência e verdade. Todos os dias mostra mais claramente o seu propósito e boa vontade para comigo, e assim ilude o ódio dos meus inimigos. Durante a minha doença, a estima em que tem a minha segurança e vida foi testemunhada por muitas provas de ternura, pelas quais Deus lhe pague na mesma moeda, que eu nêsse caso delas aproveitarei. Não posso deixar de vos dizer quanto devo à sua benevolência, da qual dá muitas provas todos os dias, quer seja por generosidade, quer por

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 471.

compaixão pela pouca felicidade em que me vê viver» (1), escrevia ela a seu irmão D. Pedro, depois de melhorar.

O outono trouxera consigo o mau tempo, e o mal humorado Parlamento.

Carlos II tentara aliciar Shaftesbury e a oposição, para porem de lado a ideia da exclusão do Duque de York, mas a resposta foi categórica, ou o «Exclusion Bill», ou o divórcio. Em Novembro, o «bill» era de novo proposto, e passava nos Comuns. Na Câmara dos Lords, o Duque de Monmouth lutava em seu favor, mas a incerteza, dentro do próprio partido de Shaftesbury, fêz com que êle fôsse ainda rejeitado. Carlos, ao ver a traição de seu filho dilecto, pactuando com os que queriam dominar a sua vontade, afastou o ingrato de Inglaterra, como castigo.

Visto que a ausência do Duque de York não trouxera a tranqüilidade que se esperava, o Rei anunciou que mandara chamar seu irmão.

Descoroçoado pelo insucesso e pela defecção dalguns partidários, Shaftesbury, voltou-se para o expediente do divórcio. Ofereceu ao Rei abandonar a questão da exclusão, se êle consentisse numa separação. Carlos II fingiu não se insurgir contra a oferta, e Shaftesbury, sem mais delongas, apresentou uma moção na Câmara Alta, dizendo que a única probabilidade de segurança e liberdade, que restava, era a aceitação dum «bill» de divórcio, que, separando o Rei da Rainha D. Catarina, lhe permitisse casar com uma espôsa protestante, e assim deixar a corôa a legítima descendência (2). Mas Carlos II estava decidido a destruir, duma vez para sempre, tais tentativas. Visitou

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 349-350.

(2) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 230-231.



pessoalmente todos os pares do reino, pedindo-lhes que votassem contra a dissolução do seu casamento, e, encontrando nêles generoso apoio, esmagou definitivamente Shaftesbury e o seu crónico «bill».

Não era ainda chegado o momento de D. Catarina se considerar livre dos tentáculos sangrentos da Conspiração papista. O julgamento e execução de Lord Stafford, insuflaria coragem à derradeira maquinação contra a Rainha. Stafford, um dos cinco lords católicos presos na Tôrre de Londres pelas acusações de Tifo Oates, foi julgado pelos seus pares em Westminster Hall, no mês de Dezembro de 1680. As culpas pelas quais era julgado eram as mesmas que acabrunhavam D. Catarina—tentativa de introdução da religião católica em Inglaterra, e de assassinato na pessoa do Rei.

Nenhuma história, por mais brilhante e gloriosa, se pode ufanar de não conter páginas negras de crime e opróbrio. Escondê-las seria tibieza indigna, exproba-las é feito digno duma nação que com grandeza e dignidade tem remido a sua intransigência com o culto da justiça e da liberdade. Nenhum historiador inglês nega que a Conspiração papista, e o julgamento de Lord Stafford sejam uma mácula no passado da Grã-Bretanha.

Durante sete dias um pobre velho, exgotado fisicamente por dois anos de prisão, foi torturado por um tribunal implacável, que antecipadamente o condenava. Sem o deixarem preparar a sua defesa, e mal lhe dando tempo até para realizar a complicada fábrica da acusação, foi julgado, culpado e condenado à morte.

D. Catarina quisera seguir o julgamento de Lord Stafford, e num recinto, especialmente acomodado para isso, presenciou o desenrolar da lamentável tragédia. Igual teria

sido o seu destino, se o pulso firme de Carlos II a não tivesse livrado de comparecer perante um tribunal.

Janet Mackay, diz, com tóda a razão, que foi sem dúvida a facilidade com que Stafford foi condenado, apesar-da inconsistência da acusação, que reavivou a perseguição contra D. Catarina, perseguição que durava havia dois anos.

Em princípios de 1681, um católico irlandês, Eduardo Fitzharris, apaniguado da Duquesa de Portsmouth, retomava o facho da acusação contra D. Catarina.

Vinha êle com uma história antiga. Em 1673, o Padre Parry, confessor do embaixador português, D. Francisco de Melo, dissera-lhe que tendo el-Rei desiludido tódas as esperanças que os católicos depositavam nêle, estes tinham resolvido matá-lo, e se todos os meios falhassem, a Rainha proporcionaria forma de o fazer. Mais tarde esta informação fôra-lhe confirmada por outros testemunhos (1).

Desta vez Carlos II, habituado a lidar com conspirações contínuas, rejeitou o pedido de perdão régio para o denunciante, e inutilizou o ataque, desviando Fitzharris dos debates do Parlamento, e entregando-o à justiça civil como panfletário sedicioso e agitador.

Convocando o Parlamento para Oxford, longe da parcialidade da plebe londrina, o Rei, acompanhado por D. Catarina, saíu de Windsor em Março, para a cerimónia da abertura. No seu trajecto o cortejo real foi saúdado com manifestações de respeito, e em Oxford a Universidade, com profusão de orações congratulatórias desejou-lhes as boas vindas.

Shaftesbury estava disposto a lutar, e demonstrando a disposição que animava os Whigs contra o partido da

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 233.



côrte, os Tories, entrou também em Oxford, com um numeroso séquito dos seus amigos do «Green Ribbon Club».

Logo na primeira reunião parlamentar o negócio do julgamento de Fitzharris foi discutido. A Câmara baixa queria que êle fôsse ouvido perante o Parlamento, mas a Câmara alta opôs-se a êsse desejo. A violência do choque entre os dois partidos fêz surgir o «Exclusion Bill», e as mais tumultuosas discussões. A 28 de Março, Carlos II, sem alarde, vestiu as insígnias reais, e sozinho, sem ninguém o esperar, entrou na Câmara dos Lords, e, assentando-se no trono e cingindo a coroa, convocou a Câmara baixa a comparecer imediatamente. Perante as duas Câmaras reunidas, surpreendidas e espantadas por tão insólita visita, Carlos II, conciso e severo, significou-lhes que debates tão mal iniciados não poderiam acabar em bem, e declarou dissolvido o Parlamento.

Sem uma reacção das Câmaras, aturdidas pela deliberação inesperada, o Rei retirou-se, voltando para Windsor com a Rainha.

O firme propósito de deixar a justiça seguir o seu curso, e a mordaza que estrangulava a eloquência parlamentar, tornaram Carlos senhor da situação.

Os delatores, que pululavam aquecidos pela indulgência do Parlamento, e estimulados pela generosa pensão fornecida a Oates, desapareceram como por encanto. Ninguém estava disposto a ser enforcado só por vocação e amor ao conventículo de Shaftesbury.

Fitzharris foi julgado como culpado de alta traição, e condenado à morte, enredado na armadilha que criminosamente tecera. Apavorado com a ideia do suplício, Fitzharris ofereceu denunciar os que o tinham levado à sua

ignóbil tarefa, se a pena lhe fôsse comutada em prisão perpétua. Ouvido no Conselho, confessou que três magistrados, Bethel, Cornish e Treby, o tinham induzido a inventar novas acusações contra a Rainha, e que Lord Howar de Escrick escrevera o libelo difamatório, pelo qual era condenado.

Carlos II não pedia perdoar, nem sequer comutar a pena do celerado, porque a mínima clemência podia fazer nascer suspeitas de que êle protegia a Rainha, não obstante a considerar culpada — e Fitzharris foi enforcado.

Não se perdeu, porém, a sua confissão; acrescida pelo testemunho de seis irlandeses, peitados por Shaftesbury para acusarem a Rainha e o Duque de York, serviu para encarcerar o maquiavélico lord na Tôrre de Londres, perseguido pelas chufas e imprecações do povo, e para a completa reabilitação de D. Catarina.

Whitehall precisava também ser depurado dos restos da conspiração, e no outono de 1681, Tito Oates foi privado dos seus aposentos e da pensão que usufruía.

A Duquesa de Portsmouth, afastou-se assustada. Comprometida nas intrigas de Shaftesbury fôra obrigada a comparecer como testemunha no julgamento de Fitzharris, e o Rei não se mostrava inclinado a esquecer rapidamente a conivência com os seus adversários. Tentara a Duquesa emendar a mão, oferecendo a sua amizade e apoio ao Duque de York, a trôco de 5.000 libras anuais, mas nada congraçava o seu real amante. Decidiu afastar-se algum tempo, tomando como pretexto que estava doente e só as águas de Bourbon a poderiam curar. Carlos II concordou com a ideia, e aconselhou-as com tal firmeza que a todos pareceu mais uma despedida do que um conselho. A Duquesa partiu para França, queixando-se amargamente de que as 3.000 libras



dadas para as suas despesas de viagem, para pouco chegavam, e dizendo que talvez se visse obrigada a voltar daí a três meses.

Luísa de Keroualle cumpriu a promessa, em Julho regressava a Inglaterra, e Carlos, esquecido do passado, voltava a ser enfeitiçado pelos seus encantos, e a passar os dias na sua companhia.

Mas nem o ciúme, nem o ressentimento podiam já ferir D. Catarina. A amizade e o carinho com que era tratada por seu marido eram a sua ventura e seu amparo. Não importava que o Rei passasse horas nos aposentos da favorita, êle voltava sempre, affectuoso e dedicado, a fazer-lhe companhia.

D. Catarina era feliz, e numa carta para seu irmão, conta-lhe a serenidade da sua existência: «Tenho tudo que me possa dar completa satisfação nesta vida, nem quero pensar que tenho razão para me queixar» (1).

## IX

Tinham morrido ao longe os últimos ecos da tragédia, e a Inglaterra repousava depois da sangrenta bebedeira. Enquanto a Europa ambiciosa combatia nos campos de batalha, a Grã-Bretanha espalhava pelos mares a rêde da sua expansão marítima e colonial. Na América, no Oriente, em África, prosperava o seu comércio, e para a ilha brumosa do norte afluíam as mercadorias e as riquezas dos países longínquos.

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 362.

A actividade económica, estimulada pela contribuição de produtos exóticos, que armazenava ou transformava para depois os revender ao belicoso continente, desenvolvia-se mágicamente. No mar sulcavam os barcos, que, como outrora os dos portugueses, traziam a opulência aos mercadores e aos cofres da nação.

A Inglaterra preparava com tenacidade a sua transformação num colosso mundial, e construía com segurança o monopólio da «City» sôbre tôdas as praças comerciais dos quatro continentes.

A Carlos II deve, em parte, a Grã-Bretanha a sua expansão e grandeza, e ao casamento de D. Catarina a legalidade que lhe permitiu levar com honra o seu pavilhão rubro e azul até às costas da Índia e do Brasil. Se o casamento português não tivesse sancionado a liberdade de comércio aos ingleses, a Inglaterra tê-la-ia conquistado com o seu poder marítimo, mas sofreria a humilhação da história a poder apodar de despojadora duma já ruída mas gloriosa carcassa. Colocando no seu trono uma princesa portuguesa, e obtendo o reconhecimento de Portugal ao seu expansionismo imperial, a trôco de obrigações que cumpriu, realizou a sua ambição com honra e lealdade. Pena foi que se esquecesse de considerar a oferta portuguesa para remir a terra santificada pelo martírio do nosso Infante Santo e de centenas de homens de Portugal, quando fêz ir pelos ares as fortalezas de Tânger, como criança amuada que destroi um brinquedo inútil, para que ninguém mais possua aquilo que ela não pode conservar.

Carlos II dedicara a sua juventude a engrandecer o poder naval inglês, e nos últimos anos do seu reinado dedicou-se a embelezar os seus palácios. Windsor, enriquecido pelo trabalho primoroso dos melhores artistas de então, tornara-se



uma jóia preciosa, resguardada pelo escrínio de verdura dum parque delicioso; e sôbre as ruínas do antigo castelo de Winchester, erigia-se um palácio desenhado por Wren. O Rei fugia cada vez mais de Londres para o campo, onde, com galgos ou falcões, caçava manhãs inteiras, ou então, infatigável viajante, percorria portos e cidades do seu reino. A vida ordenara-se numa harmoniosa intimidade, e a Rainha acostumara-se com prazer ao gôsto de Carlos II pelo exercício e pelas viagens constantes, de palácio para palácio, ou de terra para terra. Quer fôsse para Windsor ou Winchester, D. Catarina acompanhava seu marido, e muitas noites juntos jogavam uma partida de «basset» (1).

A meia idade engrossara-a com o terrível flagelo da gordura, que castiga os corpos peninsulares, mal desaparece a juventude, e nas noites quentes dava passeios a pé com as suas damas, quem sabe se preconizando a cultura física como método de emmagrecimento. A Condessa de Arundel uma noite, pelas onze horas, teve de abandonar os seus convidados e uma ceia reconfortante para tomar parte no passeio higiênico da Rainha, como o seu cargo requeria, maldizendo a intempestiva mania da sua real senhora (2).

Nesta doce tranqüilidade, que nada parecia poder perturbar, rebentou com fragor a notícia dum atentado, desta vez verídico, contra a vida do Rei e do Duque de York. O plano do atentado era atravessar na estrada, por onde Carlos II e seu irmão deviam regressar de Newmarket, defronte de Rye House, uma carroça de feno que, obrigando a parar o Rei e a sua escolta, facilitaria o alvejá-lo a tiro; e, depois de perpetrado o assassinato, proclamar rei

---

(1) Jôgo de cartas veneziano.

(2) João Evelyn, *Diary*, 1908, 324.

o Duque de Monmouth. Um incêndio na casa do Rei, em Newmarket, precipitou a sua vinda para Londres e gorou o projecto. Dêle veio a saber-se pela denúncia dum dos conspiradores, um tal Keeling, e entre as pessoas inculpadas figurava o Duque de Monmouth.

Carlos II, indignado com a conduta de seu filho, a quem por intercessão da Rainha já perdoara os desmandos a que uma enorme vaidade o arrastara, resolveu castigá-lo severamente. Acumulara êsse filho, querido entre todos, traição sôbre traição. O seu nome lia-se entre a complicada trama de tôdas as acusações contra a Rainha, não obstante esta o ter sempre tratado com affecto, e o caso da legitimação conduzido por Shaftesbury merecera pelo menos o assentimento do Duque. Cego por uma ambição desmedida e tresloucado pelos conselhos de maus amigos, sonhava com o trono, e para se elevar até êle, não recuava perante despojar seu pai do poder supremo.

Mas havia alguém cuja bondade estava sempre pronta a proteger, nos momentos difíceis, o lindo e irrequieto filho de Carlos II. D. Catarina interveio, e os seus pedidos salvaram-no de ser castigado como um traidor. O Rei não escondeu a Monmouth que só os rogos da Rainha tinham alcançado o seu perdão, e que só a ela o devia agradecer.

A vida retomou a sua monótoma carreira, só a alegria abafara um pouco as suas notas estridentes na côrte do mais alegre dos reis.

Em Outubro de 1683 chegava a notícia da morte de D. Afonso VI, e Whitehall tomava luto rigoroso pelo pobre louco do Paço de Sintra.

Os Reis envelheciam. D. Catarina dedicava grande parte do seu dia às suas orações, contente por ver que a intransigência antiga tendia a desaparecer, e que à sua



capela afluíam alguns católicos mais audaciosos. À noite, invariavelmente, jogava a sua partida de cartas, que adorava mais pelo divertimento do que pelo lucro. Em volta, de tudo era calmo e moderado; a côrte jogava doidamente, mas na partida da Rainha só pequenas apostas eram consentidas. O grande acontecimento do dia, nos aposentos da Rainha, eram as visitas de Carlos II. Elle vinha sempre duas ou mais vezes, e a sua conversa e as suas histórias tornavam irresistível o encanto da sua visita.

O inverno de 1684 foi de um extraordinário rigor. Um frio intenso gelou o Tamisa, e sôbre elle se realizou um mercado, onde, numa fogueira por cima do gêlo, foi assado um boi. Os Reis interessados por tão curioso espectáculo, passearam por entre as barracas, gozando a azáfama popular.

Carlos II, abatido por tantas traições dos seus alegres companheiros, reformava a sua vida. Vivia simplesmente, acabara com as ceias e os seus excessos, e fechava-se horas seguidas no seu laboratório, absorvido em longas experiências de química, ou passeava com os seus cães, pensativo e taciturno. Todavia, o hábito ainda conduzia os seus passos até junto da Duquesa de Portsmouth, e o seu espírito ainda se comprazia na liberdade sem peias duma conversa galante.

A côrte, porém, adivinhara que a idade marcara inexoravelmente aquêlo corpo devastado pela dissipação, e previdente, acautelava-se cortejando o Duque de York. Muitas vezes, no quarto do Rei, apenas três ou quatro cortesãos, além dos que estavam de serviço, o rodeavam, enquanto na ante-câmara do Duque um sem número de pessoas se acotovelavam pressurosas.

D. Catarina, a quem o tempo só tinha engrandecido o amor pelo homem que era a sua ventura e o seu tormento, revoltava-se contra essa baixeza palaciana.

O aniversário da Rainha, no ano de 1684, foi festejado com um esplendor nunca visto. Êste seria o último aniversário de D. Catarina, no palácio de Whitehall, e o destino mimoseou-a com o mais imponente espectáculo realizado desde a restauração de Carlos II. Um maravilhoso fogo de artifício no Tamisa, defronte do palácio, ardeu num caprichoso deslumbramento. Fortes e castelos vomitavam fogo, as armas de Carlos II e de D. Catarina refulgiam no céu, como ouro cadente, e curiosas peças de fogo, que parecia arderem debaixo de água até subirem à superfície, reben-tavam com grande estrondo. Depois do fogo de artifício, que diziam ter custado 1.500 libras, houve um grande baile em Whitehall, onde a juventude ostentou as mais vistosas galas. Nunca a côrte estivera tão elegante e garrida<sup>(1)</sup>.

No princípio do novo ano de 1685, Carlos II não se sentia bem. Sonolências freqüentes prostravam-no depois das refeições, e uma perna chagada não o deixava dar os seus longos passeios a pé. A robustez da sua constituição fazia-lhe não acreditar na doença e desprezar os conselhos dos médicos. Tratava-se com mèsinhas e infusões, que êle próprio manipulava no seu laboratório.

Um domingo, 1 de Fevereiro, pelo estilo inglês, o Rei parecia mais bem disposto do que habitualmente. Passou a noite com as Duquesas de Portsmouth, Clevelan de Mazarino, na galeria de Whitehall, ouvindo os melodiosos cantares de amor dum jovem cantor francês, num grupo que constituía a retrospectiva dum quarto de século de vida amorosa. Menos interessados com a beleza dos voluptuosos descantes, cêrca de vinte cortesãos do séquito do Rei joga-

---

(1) João Evelyn, *Diary*, 1908, 360.



vam a uma mesa. O tinir do ouro e as exclamações de raiva dos que perdiam misturava-se com a música e as gargalhadas das concubinas reais, criando uma atmosfera de dissolução e perversidade (1).

Não obstante o seu bom humor, o Rei pouco tinha comido durante o dia, queixando-se de falta de apetite. Antes de recolher ao seu quarto ainda se atardou um pouco nos aposentos da Duquesa de Portsmouth, e pediu uma tijela de caldo; mas, achando-o muito forte, bebeu antes uma xícara de chocolate, que um criado da Duquesa lhe trouxera.

Durante a noite, o seu sono foi agitado, e ao levantar-se cedo, na manhã seguinte, todos notaram a sua extraordinária palidez. Passeou pelo quarto como de costume, enquanto se vestia, mas os seus passos eram incertos e esquecia-se constantemente daquilo que dizia, como uma pessoa meio adormecida, de tal forma que teve êle próprio consciência da incerteza com que falava, e explicou que sentia um grande pêso e opressão sôbre o coração e o estômago. Pelas oito horas, assentou-se para se deixar barbear; quando o barbeiro lhe colocava a toalha ao pescoço caíu, com um grito de dor, fulminado por uma apoplexia. O Conde de Aylesbury amparou-o, e imediatamente sugeriu que o Rei devia ser sangrado, correndo depois a prevenir o Duque de York do que se passava.

Ninguém ousava dar ordem para os médicos tocarem na pessoa sagrada do Rei, pois só o Conselho Privado podia dar essa autorização. Mas a fisionomia de Carlos II, contorcida pela dor, a bôca espumante, os olhos revoltados e vítreos, decidiram o Dr. King, que por acaso se encontrava

---

(1) João Evelyn, *Diary*, 1908, 366.

na ante-câmara real. Vendo a urgência do caso, tomou a responsabilidade de sangrar o Rei, e sabendo que, a não ser uma rápida intervenção, nada o podia salvar, abriu-lhe, sem tardar, a veia dum braço com um canivete, porque nem sequer havia tempo para esperar por uma lanceta.

D. Catarina, logo que soube do ataque, correu para junto de Carlos II, numa agonia pungente. A morte ia separá-los, martelava o seu cérebro torturado pelo desgosto, ao ver o vulto inanimado de seu marido. No quarto do Rei tudo era agitação. Ninguém pensara em deitar o seu corpo, insensível e seguro na cadeira onde perdera os sentidos, o braço sangrando abundantemente, os dentes abertos à fôrça. A Rainha assistia, na aparência impassível, às tentativas dos médicos, quando chegaram o Duque e a Duquesa de York. Poucas esperanças havia de salvar o Rei, e a contracção do seu pobre rosto parecia a da agonia. Também nenhuma ilusão podia D. Catarina conservar, seu marido estava moribundo. Se nada podia fazer pela carne que a morte já destruía, restava-lhe ainda o tentar salvar a alma do homem que adorava. Quebrando o mutismo em que a dor a mergulhara, dirigiu-se a sua cunhada: «Minha irmã, suplico-vos para dizer ao Duque, que conhece tão bem como eu os sentimentos del-Rei para com a religião católica, para tentar aproveitar algum momento oportuno». O esforço realizado para proferir estas palavras despedaçou os seus nervos, e o seu organismo não teve energia para dominar a dor. Soluçando com angústia, caiu numa convulsão, tendo de ser levada para fora do quarto do Rei.

Mais uma hora passou antes da Duquesa de York poder dar o recado da Rainha a seu marido. Preocupado com o estado de seu irmão, a nada o Duque atendia, senão a ordenar que os portos ingleses fôsem fechados para que não



chegasse aos ouvidos de Guilherme de Orange e do Duque de Monmouth a trágica notícia, antes da sua proclamação (1). Quando reparou nos sinais de sua mulher, o Duque de York aproximou-se dela e ouviu o que a Rainha pedira que lhe dissesse, respondendo: «Eu sei, e não penso noutra coisa».

Carlos II foi finalmente deitado na sua cama, e depois de vomitórios e purgantes lhe terem sido deitados pela garganta, por volta do meio-dia tornou a si, e as suas primeiras palavras foram a perguntar por sua mulher. D. Catarina estava tão enfraquecida pela intensidade da sua comoção, que não se podia mexer, incapacitada de momento de poder ir para junto do Rei, mesmo ao dizerem-lhe que êste perguntara por ela. Mandou-lhe um recado pedindo desculpa da sua ausência involuntária, e que lhe perdoasse se alguma vez na vida o tinha ofendido. Carlos II, ao receber a mensagem da Rainha, exclamou: «Ai de mim! Pobre mulher! Pedir-me perdão. Eu é que peço o dela, de todo o meu coração» (2).

Logo que as suas fôrças lho consentiram, D. Catarina arrastou-se até o quarto do Rei, mas a sua dor era tanta que não podia articular uma palavra. Em silêncio o seu coração era crucificado pelo sofrimento do seu amor, e as suas preces pediam alívio para tanto penar.

Novos ataques dolorosíssimos acometeram o Rei, e só à fôrça de ventosas e sangrias o reanimavam. Sempre que se tornava consciente, Carlos II falava com ternura a D. Catarina, parecendo querer animá-la com a coragem impertubável com que esperava a morte.

Ao quarto dia dessa lenta agonia, umas ligeiras melho-

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 243.

(2) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 487.

ras encheram de esperanças os que ansiavam pelo seu restabelecimento. A boa nova foi logo conhecida do povo, e na transparente fisionomia popular, que mostrava a mais sincera consternação, brilhou a alegria. Repicaram os sinos e acenderam-se luminárias, mas em breve se apagou essa alegria. O Rei piorara, e o pesar envolveu de novo a cidade no seu manto de tristeza.

O Arcebispo de Cantuária, e os Bispos de Londres, Durham, Bath e Wells, juntavam-se perto do leito de Carlos II, e avisavam-no que era chegada a hora de se preparar para morrer. O Bispo Ken recitou o ofício dos doentes e moribundos, perguntando ao Rei se se arrependia dos seus pecados, e se estava disposto a receber a comunhão. Carlos II respondeu que de todo o coração se arrependia, mas que ainda havia tempo bastante para pensar na comunhão. O seu espírito vencera tôdas as hesitações, era reconfortado com os sacramentos católicos que êle desejava morrer, e não pelo simulacro que lhe ofereciam os sacerdotes da igreja de que êle era o chefe supremo.

D. Catarina, desde o pedido que dirigira à Duquesa de York, nada mais pudera fazer. O quarto cheio de cortesãos, bispos protestantes, conselheiros de Estado, e embaixadores estrangeiros, tornava impossível murmurar uma única palavra que não fôsse ouvida, senão de todos, pelo menos de alguns.

Dia e noite, tôdas as vezes que tornava a si dos desmaios que a debilitavam, a Rainha velava seu marido, e o séquito das suas damas ajudava a viciar o ar do quarto, repleto de desolada multidão.

Pelas cinco horas da tarde, de quinta-feira, o embaixador francês, Marquês de Barillon, deixou o quarto do Rei e dirigiu-se para os aposentos da Duquesa de Portsmouth,



a-fim-de a informar que o fim se aproximava. A Duqueza não escondia a sua máguá, e ao ver o embaixador desabafou a inquietação que sentia, por ver que nada se fizera para dar ao Rei a suprema absolvição da igreja de Roma. Disse ao embaixador que sabia que Carlos II era, no fundo da sua alma, católico, e que rodeado de bispos protestantes, ninguém lhe falava no seu estado desesperado, nem em Deus. Não permitia a decência que ela entrasse no quarto del-Rei, além de que a Rainha ali estava quási sempre. O Duque de York pensava nos seus negócios pessoais, e deixava aos outros o cuidado da consciência do Rei, de que devia occupar-se. Luísa encarregava Barillon de ir ter com o Duque e suplicar-lhe de pensar no que se devia fazer para salvação da alma de Carlos. Êle era senhor de poder afastar do quarto do Rei quem lhe aprouvesse. Não havia tempo a perder, pois a mínima demora podia ser fatal (1).

A-pesar-de servir a igreja reformada, parece-nos que o mais desprezível dos sacerdotes protestantes era mais digno de falar em Deus, do que a Duquesa de Portsmouth. A sua vida fôra uma constante ignomínia e nunca a sua religião a salvara do pecado. Talvez que houvesse sinceridade na sua aflição, e verdadeira crença nos destinos de além-vida, que ensinava o seu credo, mas procurara sempre satisfazer os mais desenfreados desejos mundanos, não vacilando em sacrificar vidas, se tal fôsse necessário, para saciar a sua ambição.

A sua crença religiosa era das tais que só no momento da morte se lembram da cólera divina, e passado o perigo voltam a afundar-se na indignidade. Era ainda a ambição

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 245.

que a devorava. Era a necessidade de ganhar as boas graças do Duque de York que, morto Carlos II, poderia com um pequeno gesto deitar a perder a antiga partidária de Shaftesbury.

Barillon, sabendo quanto ao seu rei agradaria a final reconciliação de Carlos Stuart com a igreja católica, apressou-se a desempenhar a missão. Voltando ao quarto onde agonizava o Rei da Grã-Bretanha, chamou de parte o Duque de York, e pediu para lhe falar em particular, nos aposentos da Rainha, que comunicavam com os de Carlos II, e para onde D. Catarina fôra levada num dos seus constantes desmaios, voltando os médicos a sangrar o seu corpo quasi exausto.

O Duque de York seguiu o corpulento e astucioso Barillon, e pareceu acordar dum estranho torpor, quando o embaixador lhe repetiu a súplica da Duquesa de Portsmouth. «Tem razão» — disse êle — «Não há tempo a perder. Prefiro arriscar tudo a não cumprir o meu dever nesta crise» (1).

As preocupações egoístas da sua próxima aclamação, e o receio de provocar atritos com uma acção directa na conversão de Carlos II, sugeriram ao Duque de York a ideia de que o embaixador francês se podia encarregar de justificar, sob o pretexto duma mensagem secreta de Luiz XIV, a necessidade de despejar o quarto real de todos os presentes. Barillon demonstrou-lhe que tal expediente daria muito que falar, além de que uma tal audiência não autorizava a demora de que precisavam.

Então podia a Rainha exigí-lo, lembrou o Duque,

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 377.



tomando por desculpa o desejo de se despedir em particular do Rei. Mas esta solução também tinha o inconveniente de não ser prolongável à medida do necessário.

Por fim o Duque de York venceu a sua irresolução, e tornou para junto do Rei. Ajoelhando-se perto da cama, mandou afastar um pouco a numerosa assistência. Cêrca de um quarto de hora durou o diálogo secreto entre os dois irmãos, e aos ouvidos atentos de Barillon apenas chegou o murmúrio da seguinte resposta do Rei: «Sim, de todo o meu coração».

O Duque de York levantou-se, dirigiu-se para a câmara de D. Catarina, seguido por Barillon, a quem disse que o Rei consentira que lhe levassem um padre. A dificuldade era agora encontrar um sacerdote para confessar Carlos II. Os da Duquesa de York eram demasiadamente conhecidos do público para servirem, e não havia tempo para ir fora do palácio procurar algum. Então Barillon lembrou-se dos padres da Rainha, que estavam num gabinete, perto do seu quarto. O Conde de Castelo Melhor, sempre dedicado ao serviço de D. Catarina e de Carlos II, e que não saía dos aposentos da Rainha desde que a vira desfalecer sob o pêso da mágua insuportável, foi informado do que se passava. Não o deteve um momento o temor da lei, que condenava à morte todo aquêlê que se tornasse culpado de contribuir nalguma conversão ao catolicismo, mas nenhum padre português falava o inglês. «Se bem que arriscasse a minha cabeça, fa-lo-ia» — exclamou o Conde — «mas sei que nenhum dos padres de Sua magestade fala o inglês» (1).

Com grandeza e abnegação, Castelo Melhor agradecia

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 490.

assim a Carlos II a carta que este escrevera, ainda não havia um ano, pedindo a D. Pedro II a sua repatriação (1).

Lembraram-se ainda do padre inglês do Residente veneziano, mas não havia tempo para o ir buscar — o Rei piorava a todo o instante. Castelo Melhor viu que nada havia a fazer senão recorrer a um padre português, e quando entrou no gabinete onde elles estavam recitando as suas orações, encontrou aí o Padre João Hudleston, que D. Catarina mandara vir de Somerset-House, ao readquirir a consciência, a seguir a um dos seus delíquios.

É natural que a Rainha pensasse no homem a quem seu marido devia a vida, para lhe ministrar os últimos sacramentos. João Hudleston salvara Carlos II depois da batalha de Worcester, escondendo-o na sua casa, e desde a restauração dos Stuarts fôra tratado com o maior carinho. A fúria parlamentar exceptuara-o quando da perseguição e exílio dos padres católicos.

Rapidamente Hudleston foi disfarçado com uma sotaina igual às que usavam os padres protestantes, e um frade português, por intermédio de Castelo Melhor, aconselhou-o em tão difícil transe, enquanto outro frade da Rainha corria a buscar os sacramentos à capela de St. James.

O Duque de York voltava no entretanto para o quarto do Rei, e ajoelhando murmurou a seu irmão que tudo estava pronto. Depois, levantando-se, deu ordem para todos se retirarem, excepto os Condes de Bath e Feversham, dois honestos protestantes incapazes de atraiçoarem a confiança depositada na sua lealdade.

Eram cinco horas da tarde quando o Padre Hudleston entrou por uma porta oculta, guiado pelo fiel Chiffinch.

---

(1) Fernando Palha, *O Conde de Castel Melhor no exílio*, 1883, 158.



À pergunta do sacerdote, se se queria reconciliar com a igreja católica, Carlos II respondeu afirmativamente, e que desejava morrer absolvido de todos os seus pecados, dos quais se arrependia sinceramente. De joelhos, Hudleston ouviu a confissão do seu Rei, e deu-lhe a absolvição, fazendo o moribundo a promessa solene, no caso de se salvar, de declarar públicamente a sua conversão. Em seguida, inquiriu Hudleston se Sua Magestade queria receber a Sagrada Hóstia, e Carlos, com humildade, informou-o de que se o julgasse digno não deixasse de lha ministrar.

Logo que o Padre Bento de Lemos trouxe a Sagrada Eucaristia, que fôra buscar, Hudleston preparou-se para dar a comunhão ao Rei. Carlos II tentou levantar-se na cama para receber o Senhor numa atitude mais respeitosa, mas Hudleston disse-lhe que ficasse deitado, pois Deus, na Sua infinita misericórdia, aceitava a sua intenção. Carlos II comungou e foi ungido com uma profunda contrição, entrando ao morrer, no seio da igreja, que um Rei de Inglaterra banira para a substituir por outra que se acomodasse à sua voluptuosa fantasia.

Três quartos de hora depois de ter penetrado no quarto do Rei, o Padre Hudleston retirava-se pela mesma porta secreta, por onde entrara, e a côrte invadia de novo o quarto onde Carlos II agonizava.

Pela meia-noite, D. Catarina, ganhando fôrças, foi até o leito de seu marido. Caindo de joelhos e soluçando, outra vez suplicou que êle lhe perdoasse tudo em que ela o podia ter ofendido, e Carlos dando-lhe alento com infinita ternura, repetiu-lhe, que ela em nada o tinha ofendido, pelo contrário, êle é que era o culpado de muitas ofensas, e por isso êle é que precisava do seu perdão. A intensidade do desgosto e a vista do pobre rosto torturado pelo sofrimento,

que mal se assemelhava já ao que ela amava com paixão, prostraram-na com tal violência que os médicos não ousaram conservá-la por mais tempo no quarto do Rei. Levada para os seus aposentos, incapaz de se mexer, D. Catarina não voltou a ver em vida seu marido, e só mais uma e última mensagem, foi trocada entre essas duas almas, que a morte separava.

Durante tôda a madrugada o Rei conservou se consciente, falando repetidas vezes com o Duque de York, que de joelhos e chorando lhe beijava a mão.

A agonia era longa e angustiosa, mas corajoso, Carlos II suportava-a com resignação e serenidade, e num derradeiro dito de espírito lastimava o incômodo que causava levando tanto tempo a morrer. Pediu que se aproximassem os seus filhos ilegítimos, que estavam presentes, e a um e um, chamando-os para junto de si pelos seus nomes, abençoou-os, sem se referir ao ausente Duque de Monmouth. Em seguida, rogou ao Duque de York que os protegesse depois da sua morte, assim como a Duquesa de Cleveland e a Duquesa de Portsmouth, e que não deixasse «a pobre Nelly morrer de fome». Entregou as suas chaves ao Duque, agradecendo o ter sido para êle o melhor dos irmãos.

O Bispo Ken, chegando-se ao Rei, solicitou que êle, como chefe da igreja anglicana, abençoasse também o seu povo, representado por todos os que o rodeavam, e Carlos II, esforçando-se por se levantar na cama, deu a sua benção, não obstante ter-se congraçado com a igreja católica horas antes, pedindo perdão aos seus súbditos pelas faltas do seu govêrno.

Pelas seis da manhã, perguntou as horas; depois de lhas dizerem, mandou abrir as cortinas das janelas para poder ver ainda a luz do dia. Pelo quarto difundiu-se a



luz triste duma madrugada de inverno, acentuando a lividez da fisionomia do Rei. Teve fôrças para se lembrar que um dos seus relógios precisava corda nessa manhã, e recomendou que não se esquecessem de lha dar.

Aclarava a manhã, mas os seus movimentos prendiam-se, as dores eram dilacerantes, a respiração entrecortada, e deixou de falar. Os médicos ainda sangraram aquêlo corpo inerte, e levantaram-no nas almofadas, já inconsciente. Pouco antes do meio-dia, Carlos II tinha deixado de viver.

A côrte nada mais tinha a fazer no quarto mortuário, e a chorar saiu acompanhando o novo Rei, em atencioso préstito.

A cerimónia da aclamação de Jaime II decorreu com tranqüilidade, ninguém reagiu contra o direito do novo rei católico, e os arautos percorreram a cidade gritando arraial pelo Rei da Grã-Bretanha, Jaime II.

Maria Beatriz de Modena foi a primeira a apresentar condolências a D. Catarina, e seu marido, logo que o Conselho Privado ultimou as cerimónias da sua aclamação, dirigiu-se para o quarto da Rainha-viúva, numa visita oficial de sentimentos. Seguiram-se os Conselheiros de Estado, e D. Catarina, abatida pelo desgosto, recebia a sentida homenagem duma côrte em que ela deixara de ser a primeira senhora.

Emquanto para Lisboa partiam mensageiros encarregados de proverem às missas por alma de Carlos II, que ela mandava rezar, a Londres chegavam os enviados estrangeiros para apresentarem pêsames em nome dos seus soberanos, pela morte do Rei.

No seu quarto, todo forrado de preto, até o chão e o teto, D. Catarina, deitada na cama, também coberta de

negro, acolhia os enviados. A luz bruxuleante das velas, pois não consentia que a luz do dia entrasse nos seus aposentos, formava um ambiente lúgubre e solene, que ainda mais acentuava as feições pálidas da mulher que nêlo chorava um marido bem amado.

Da sua recordação tinham desaparecido zangas e infidelidades, para conservar apenas a infinita saüdade dum amor atento e carinhoso, e o destino concedera-lhe a suprema ventura de o ver à hora da morte reconciliado com a religião, que apenas três ou quatro dos seus antepassados tinham renegado.

Essa reconciliação, porém, dificultava o cerimonial do entêrro. Jaime II não ousava ordenar que o corpo de seu irmão fôsse enterrado segundo o ritual da igreja católica, facto que revelaria a sua conversão, e também não podia consentir que êle fôsse acompanhado pelo ritual protestante. A dificuldade foi iludida mediante uma cerimónia discreta. O entêrro realizou-se de noite, saindo de Whitehall para a Abadia de Westminster, seguido apenas pelos conselheiros de Estado, os oficiais da Casa Real, e alguns cortesãos, e dirigindo o funeral o Príncipe Jorge da Dinamarca, que casara no ano anterior com a Princesa Ana, filha do então Duque de York.

Inevitavelmente espalhou-se o boato de que Carlos II fôra envenenado. A facção que tentara afastar Jaime II do trono aproveitou-se do entêrro semi-secreto para instigar a opinião pública contra o novo Rei. Murmurava-se que Tessier, bordador del-Rei, recebera ordem, ainda antes da doença de Carlos II, para preparar tapeçarias com as iniciais J. R., em vez das habituais C. R., e que a autópsia fôra incompleta, tendo alguém feito desaparecer as manchas que o cadáver apresentava, quando do primeiro exame médico.



O rumor chegava mesmo a afirmar que o espectro de Carlos II fôra visto numa galeria de Whitehall, todo vestido de negro e com punhos e gola de cassa branca encanudada (1).

Durante cêrca de dois meses, D. Catarina continuou habitando os seus aposentos em Whitehall, tratando-a os Reis com tôda a deferência e affecto. Nos primeiros dias de Abril saía do palácio para ir residir em Somerset-House. A sua primeira visita foi para sua cunhada. De luto rigoroso, e ainda adoentada, foi no seu côche até ao palácio de St. James agradecer à Rainha a sua bondade e as inúmeras visitas com que tinha suavizado a sua dôr. Não se limitou a meras expressões de cortesia o reconhecimento de D. Catarina. Sabendo que a sua recusa de ceder a capela de St. James a Maria Beatriz, quando da chegada desta a Inglaterra, a maguara profundamente, fêz desaparecer êste espinho que envenenara as suas relações, pedindo à Rainha que aceitasse a dádiva da capela, agora que se recolhia a Somerset-House (2).

A vida mudara por completo. Doente e envelhecida, D. Catarina só tinha uma ambição; voltar para Portugal que, como ela dizia, «nós os seus filhos tanto amamos»

Com pertinácia ia preparar o seu regresso à pátria, mas nada a faria deixar a Inglaterra sem prèviamente ter garantido o pagamento da pensão, que pelo tratado de casamento lhe fôra atribuída. Sete anos teria de esperar para tornar a sentir o aroma da terra portuguesa. Paciente como Jacob, sofreu o seu desejo, e não descurou a sua realização.

A subida ao trono de Jaime II abriera uma era de tran-

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 494.

(2) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 254-255.

qüilidade para os católicos, e o reconhecimento oficial da crença religiosa do Rei fizera desaparecer a perseguição protestante. Jaime tentava conciliar as duas correntes religiosas que se tinham entrecrocado com ímpeto e esmagado tantos inocentes na sua fúria sangrenta.

Ao mesmo tempo que Jaime II fazia saber que a cerimónia da coroação seria acompanhada pelo ritual protestante, de que apenas se omitiria a comunhão, o acesso às capelas das Rainhas era concedido a todos que o desejassem. A liberdade de crença tinha idêntica significação e idênticos direitos, para católicos e protestantes.

Sobre dois indivíduos somente, o Duque de Monmouth e Tito Oates, símbolos da intransigência protestante, incidiria a cólera de Jaime II.

Tito Oates, acusado de perjúrio e difamação, foi condenado a prisão perpétua, e a ser açoitado e exposto no pelourinho. Amarrado a uma carroça, de Aldgate a Newgate, e de Newgate a Tyburn, foi fustigado sem piedade, e os seus gritos não comoviam a multidão que tentava esquartejá-lo, furiosa na sua ira, como fôra outrora fervorosa no seu culto pelo artífice da Conspiração Papista. O castigo que devia matá-lo não foi suficiente, e anos depois, Oates foi libertado por Guilherme de Orange, e mimoseado pelo seu generoso protector com uma pensão semanal de dez libras.

Menos feliz foi o Duque de Monmouth. Financiado pela Holanda desembarcou em Lyme, e a sua expedição, para tentar assenhorear-se do trono, terminou no desastre de Sedgemoor.

Até Somerset-House chegou a inquietação pela tentativa de Monmouth. O sobrinho de Turenne, Lord Feversham, nomeado camareiro-mor de D. Catarina, a seguir à morte de Carlos II, foi mandado como chefe das tropas de



Jaime II para sufocar a revolta do bastardo. Derrotado, perseguido, e depois condenado à morte, Monmouth recorreu à bondade da viúva de seu pai para salvar a vida. Era a única pessoa que podia ter compaixão da sua desgraça, dizia êle na carta que lhe escreveu, pedindo que por amor à memória de Carlos II intercedesse junto do Rei, em seu favor.

D. Catarina, que sempre interviêra para desculpar a ingratição do Duque, por quem tinha uma amizade maternal, foi a Whitehall suplicar a Jaime II que se amerceasse do culpado. O Rei ainda condescendeu aos rogos de sua cunhada, a ponto de anuir em receber Monmouth em audiência, o que se recusara fazer até aí, mas mais, não estava disposto a conceder, e o Duque de Monmouth foi executado em Tower Hill.

Em fins de Julho de 1685, o Conde de Castelo Melhor já tinha licença para voltar a Portugal. D. Catarina não precisava dos seus serviços e também acarinhava a ideia de partir; nada, portanto, detinha o Conde em Inglaterra. Castelo Melhor não quisera deixar Londres sem levar consigo uma colecção de livros e curiosidades inglêsas, e João Evelyn, que admirava a sua integridade e o seu carácter, ajudava-o com os seus conselhos judiciosos na escolha dessa colecção (1).

D. Catarina mostrava o aprêço em que tinha a lealdade de Castelo Melhor, agradecendo pessoalmente a D. Pedro II a mercê feita ao Conde, com palavras de sincero elogio pela sua dedicação, e dando a conhecer a seu irmão a consideração em que êle era tido por Jaime II e por tôda a côrte.

---

(1) João Evelyn, *Diary*, 1908, 376.

E por um documento datado de 23 de Setembro de 1685 beneficiou-o com uma pensão de 1.000 libras por dez anos. Um anel com brilhantes, dádiva de D. Catarina, e uma jóia também de brilhantes, dada por Carlos II, foram recordações materiais dadas ao Conde de Castelo Melhor como provas de reconhecimento.

Não era Castelo Melhor um ingrato, e em 1703 instituía um morgado, colocando-o sob a protecção de S.<sup>ta</sup> Catarina, em estimação «da honra que nos fez a Ser.<sup>ma</sup> Raynha da Gran Bretanha Dona Catharina nossa Ama e Senhora» (1).

Desde que seu marido morrera, nunca mais D. Catarina voltara a recuperar a saúde, minada por um desgosto profundo e pelas saúdades. Sangrias e tratamentos complicados eram prescritos pelos seus médicos, e o clima inglês tornara-se insuportável aos seus quarenta e oito anos. A vida de actividade constante, que fôra a sua durante vinte e três anos de matrimónio, tinha sido substituída por uma existência sedentária, alterando o equilíbrio do seu organismo. As águas de Bath, que tomara no outono de 1686, nada lhe tinham feito. Ora se queixava do braço direito estar tomado, não sabendo os médicos se pela gôta, se por uma paralisia, ora se lastimava duma opressão que a não deixava respirar.

Em 13 de Setembro de 1686, escreve a seu irmão D. Pedro II, contando-lhe que havia doze dias estava de cama muito doente com uma dor que tivera, tão forte e tão continuada, que tendo gemido e transpirado três ou quatro horas seguidas sem ter nenhum alívio, chamara um padre, persuadida de que ia morrer; enquanto êle estava à sua

---

(1) Fernando Palha, *O Conde de Castel Melhor no exílio*, 1863, 163-164, 167-168.



cabeceira a dor diminuía, attribuindo D. Catarina o facto a um pouco de azeite, que ainda tinha, da lâmpada de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e que já tivera o mesmo milagroso efeito quando da esquinência que tivera aos três anos de idade (1).

Era necessário fazer exercício, recomendavam-lhe os médicos, e como a viúvez não lhe permitia dançar, voltou-se com aplicação para os seus passeios a pé. Quando se cansava de passear nos jardins de Somerset-House, ou no parque de St. James, metia-se no seu côche, e ao chegar ao campo dava longas caminhadas.

Mas nada a podia curar, pensava ela, senão o sol de Portugal.

Tornara-se imperioso o seu desejo de regressar ao país natal, e escrevia cartas sôbre cartas a seu irmão, pedindo o seu consentimento. Receosa, porém, que o seu pedido não fôsse deferido tão rapidamente como desejava, escondia à côrte inglêsa o seu desígnio, e insistia com D. Pedro, lembrando-lhe que os seus padecimentos eram tão violentos e severos que a sua estadia em Inglaterra, não só pelo clima mas também pelo constrangimento em que vivia, punha em perigo a sua vida, que só o regresso a Portugal podia salvar. «Asseguro a V. A. que o meu desejo não é capricho, mas sim amadurecida resolução», afirmava ela.

D. Catarina sabia bem que os costumes portuguezes não autorisavam a mesma liberdade e independência das mulheres, a que se habituara em Inglaterra, e não queria tomar a deliberação definitiva de partir, sem que a von-

---

(1) As cartas de D. Catarina, que cito, são retraduições das que L. C. Davidson nos dá, existentes no Museu Britânico. Delas me sirvo ressaltando qualquer êrro da tradução, ou da retraduição.

tade de seu irmão lho consentisse. Também o seu orgulho não queria que a ausência dum embaixador de Portugal, que lhe deveria assistir nos seus preparativos, desse que pensar à côrte inglêsa que a sua volta para Portugal, como viúva, fôsse menos agradável do que fôra a sua partida como noiva. Era necessário esperar o assentimento de Lisboa.

D. Pedro, porém, não parecia ter pressa em tomar as providências que D. Catarina lhe pedia. A vinda da Rainha-viúva da Grã-Bretanha para Portugal, não era só um acontecimento de família. A diplomacia tinha de se informar cautelosamente se o ardente desejo de D. Catarina podia ser satisfeito sem alterar a cordialidade das relações entre os dois países, e se o Rei da Inglaterra não se melindraria com a deliberação de sua cunhada. Além de que o Rei de Portugal, não obstante o empenho de tornar a ver sua irmã, tinha um negócio mais importante a tratar, o seu segundo casamento com a Princesa Maria Sofia de Neuburgo.

D. Pedro II enviüvara quatro anos antes, e do seu matrimónio com D. Maria Francisca Isabel de Saboia apenas lhe ficara uma filha, D. Isabel Luísa Josefa. A sucessão ao trono parecia mal assegurada, e o Rei de Portugal tentava, com um segundo casamento, obter um herdeiro varão.

Terminadas as negociações com o Eleitor Palatino do Reno, êste pedira a D. Catarina que persuadissee o Rei de Inglaterra a conceder uma esquadra inglêsa para conduzir a Lisboa a nova Rainha de Portugal, e Jaime II gentilmente acedeu ao pedido, enviando o Duque de Grafton, com uma armada, esperar a noiva de D. Pedro II, a Roterdão.

D. Catarina que tomara a peito o assunto, como sempre fazia com tudo que dissesse respeito a Portugal, viu a opor-



tunidade de poder regressar aproveitando a companhia de D. Maria Sofia. Logo escreveu a seu irmão dizendo-lhe a esperança que tinha de que a oportunidade lhe parecesse a êle tão conveniente como a ela se lhe afigurava, recordando que só dêle esperava alívio para as suas máguas, e perguntando-lhe: «que parte do mundo será mais conveniente para mim do que o meu próprio país, onde tenho um irmão para príncipe e amigo? Se mo negais, vêde em que outra parte posso achar protecção? Flandres e Castela são adversos a Portugal, Holanda é uma república sem religião, França no estado em que sabeis».

Mas D. Pedro não respondeu, e a armada passou sem levar D. Catarina.

Não desistiu por isso da ânsia que a consumia, e cartas suplicantes seguiram-se umas às outras. «Não pode haver consolação para mim ao pensar que as minhas alegrias não têm fundamento, desde que compreendi que não desejais vêr-me, enquanto que eu estou perpétuamente saudosa de vos vêr.»

Enganara-se, pensando que da liberdade que Deus lhe dera poderia resultar alguma coisa de bom — a companhia de seu irmão. Sòzinha, sem o Rei, que Deus haja, e sempre longe dos seus, queixava-se D. Catarina.

Outras vezes, mais animosa, julgava D. Pedro disposto a enviar um embaixador, e com delicadeza pedia que a escolha fôsse mais feliz do que fôra em tempos passados. «Minha esperança está em vós para aliviar a minha dôr, enviando-me um embaixador que possa tratar dos meus e dos vossos negócios, e que me permita comunicar convosco. A respeito do embaixador, eu digo os meus negócios e não sòmente os dêle, porque tenho longa prática dum que já ocupou êsse cargo, e que cuidava da sua propria fama, e

não dos meus interesses. Espero que agora não façais tal escolha, mas no caso dela estar feita, encarregai-o muito especialmente dos meus negócios» (1).

Tanta insistência acabou por convencer D. Pedro II, e D. Catarina obteve o tão desejado consentimento para regressar a Portugal.

Dirigiu-se então a seu cunhado Jaime II, por intermédio do seu confessor, informando-o da tenção em que estava de deixar a Grã-Bretanha, e que, tendo o Rei de Portugal conhecimento da sua intenção, um embaixador seria enviado para ultimar a partida. A inesperada notícia causou sensação na côrte, e um certo descontentamento pelo mistério com que D. Catarina encobrira os seus planos. Jaime II, ofendido pela dissimulação de sua cunhada, e pelo facto dela ter apelado primeiro para o Rei de Portugal, e não para a sua boa-vontade, desinteressou-se ostensivamente do assunto, e apenas oficialmente lhe significou o desgosto de a perder.

Na expectativa de partir de Inglaterra, D. Catarina dedicou-se ao saneamento das suas finanças. Desde que Henrique Hyde, segundo Conde de Clarendon, e filho do seu antigo protector, o Chanceler Hyde, fôra nomeado seu Tesoureiro, em 1679, D. Catarina tivera sempre razão de queixa da forma como as contas e a administração da sua casa eram conduzidas. Ela tinha razão para suspeitar que várias verbas, que legalmente lhe pertenciam, tivessem sido retidas pelo seu Tesoureiro. Espoliada tôda a vida de grande parte dos seus rendimentos, a idade e a velhice tinham-na tornado duma economia parcimoniosa. Em 1681

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 408-409.



o seu rendimento deveria ter sido de 50.000 libras anuais, mas parte era sempre incobrável, e quando muito, recebia 40.000 libras (1). Durante os anos de viúvez economizou com afinco, não só por gosto, mas também por saber que em Portugal apenas poderia contar com a sua fortuna pessoal para manter a sua casa e satisfazer os seus caprichos.

Precisava duma vez para sempre segurar os seus direitos, antes de partir, e garantir o futuro pagamento do que lhe era devido. Lord Clarendon tinha em seu poder 36.000 libras que lhe pertenciam, ela ia tentar reavê-las. Em Janeiro de 1688, aconselhada por Lord Halifax, levou o caso para a justiça. Clarendon solicitou a interferência de seu cunhado Jaime II. O Rei não escondeu a Clarendon que reprovava a conduta da Rainha-viúva levando a questão para um tribunal, e que já falara a êsse respeito com Lord Feversham, tencionando dizer também alguma coisa a D. Catarina, se a ocasião se proporcionasse. Tinha muita pena de não poder interceder na questão, mas não estava disposto a intervir no cumprimento das leis. E Jaime II despedia seu cunhado, dizendo-lhe: «A Rainha-viúva é uma pessoa com quem é difícil tratar» (2).

De facto, não se enganara o Rei na sua opinião. D. Catarina foi tenaz, e o processo desfavorável a Clarendon, que se viu obrigado a restituir o saldo das suas contas.

Finalmente D. Pedro nomeara o Conde de Ponteval para ir buscar D. Catarina, e o velho fidalgo que a acompanhara, havia tantos anos, voltava agora para a conduzir no seu regresso a Portugal.

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 394-395.

(2) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 262-263.

Em fins de Março ainda não se sabia a data da partida do embaixador, de Lisboa.

O Padre Manuel Dias, pessoa em quem D. Catarina muito confiava, e que estava sempre pronto a viajar entre Londres e Lisboa, encarregado de mensagens confidenciais, como sucedera quando da Conspiração Papista, juntava as suas súplicas às da Rainha. Manuel Dias soubera sempre lidar com as complicadas intrigas da côrte de Lisboa, e nunca se enfadara com algumas ajudas de custo que dela recebera. A sua aceitação junto de D. Pedro II era grande, e justificava a liberdade com que se lhe dirigia para advogar a causa de D. Catarina, e para habilidosamente ir preparando o Rei, quanto às intenções e modo de vida que sua irmã tencionava seguir quando vivesse em Portugal.

O desejo de partir, da Rainha, era verdadeiro, escrevia o Padre Dias a D. Pedro II, e obrigava-o a vir importuná-lo informando-o da ansiedade que D. Catarina sentia esperando o embaixador que a devia acompanhar, porque sem haver notícia certa da sua chegada não convinha falar ao Rei de Inglaterra no apresto da armada, e o Secretário do Almirantado (1) dissera-lhe que eram necessários três meses para o fazer.

Depois Manuel Dias vai dizendo que a falta de saúde, e o exercício de que não podia prescindir a Rainha, tornavam obrigatória a escolha duma quinta ou casa de campo afastada de Lisboa, onde ela pudesse andar a pé e tomar ar livremente. Lembrava-se da quinta do Marquês de Marvila, ou alguma outra casa situada nas vizinhanças, por não ser longe de Lisboa, e ter vista do rio. Mas para evitar com-

---

(1) O célebre Samuel Pepys.



prometer D. Catarina nalguma escolha precipitada, que correria o risco de se tornar definitiva, acautelava-se prevenindo D. Pedro de que a Rainha nada podia resolver de longe, e só o faria depois de chegar e ver o que havia.

O Rei de Portugal mostrara-se preocupado com o séquito inglês de sua irmã, e também na sua carta o Padre Dias esclarece o assunto. Afirmava êle que D. Catarina consentira em levar consigo apenas as pessoas que não podia dispensar, como João Arundel seu estribeiro-mor, Ricardo Bellings seu fiel secretário, a Condessa de Fingall sua camareira-mor, todos bons católicos. O resto da comitiva ainda não estava escolhido, porque D. Catarina pensava no transtorno que o futuro lhes poderia reservar (1).

D. Catarina e Manuel Dias conheciam bem a fundo os enredos lisboetas, e pareciam prever o que o embaixador inglês, em Lisboa, escrevia para o Secretário de Estado, contando os projectos que se faziam desde que se tornara conhecido o regresso da Rainha: «Por palavras já despediram todos os criados ingleses, e sou de opinião que aqueles que se conservarem ao seu serviço em breve se aborrecerão dos seus lugares, em especial as senhoras, cujo temperamento difficilmente se acomodará com a etiqueta da côrte portuguesa, além das desconsiderações que todos os dias sofrerão» (2).

Duas notícias agradáveis para D. Catarina sucederam-se com pequeno intervalo: a esperança que havia da Rainha D. Maria Sofia dar um herdeiro ao trono, e a partida de Lisboa do Conde de Pontevel, acompanhado por seu sobrinho, Nuno da Cunha de Ataíde. D. Pedro II satisfizera o

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 411-413.

(2) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 265.

pedido de sua irmã mandando o Conde de Pontevel e recusando ao Marquês de Arronches o privilégio de acompanhar a Rainha, como êste solicitara. A forma como desempenhara a sua missão em 1679 não deixara saúdaes, e D. Pedro sabia bem que sua irmã não o receberia com agrado.

D. Catarina participou ao Rei de Inglaterra a sua próxima partida, e êste dirigiu-se pessoalmente a Chatham para escolher, entre as novas unidades navais, um barco para conduzir sua cunhada.

Porém, em fins de Maio, D. Catarina tinha de protelar a tão desejada viagem. Dores violentas num seio, misteriosamente atacado por uma não menos misteriosa doença, desorientavam o seu médico, o Dr. Mendez, que falava numa junta médica para deliberar o tratamento a seguir.

A viagem tinha de ser adiada, afirmavam os médicos sentenciosos.

E D. Catarina, desolada pelo contratempo, despachou o Padre Manuel Dias com uma carta para D. Pedro II, explicando o motivo que lhe fazia demorar a partida de Inglaterra, e participando que encarregara o mensageiro de ir sustar o Conde de Pontevel, que se encontrava já a cinco dias de Paris. O Padre Dias partiu ao encontro do Conde de Pontevel, e juntos meteram-se a caminho de Lisboa.

A doença que a privava de realizar as suas esperanças prolongou-se dolorosa, mas logo que pôde segurar uma pena escreveu a D. Pedro desabafando o seu desgosto e mortificação. D. Catarina participou também a Jaime II que desistira, de momento, de regressar a Portugal.

A maior parte dos historiadores ingleses atribui a mero capricho a sua mudança de resolução, parecendo ignorar que só a doença motivara a sua versatilidade.



O pessoal da sua casa respirou encantado com a decisão, e Jaime II rejubilou com a inconstância de sua cunhada, que evitava a despesa de aprestar o barco que lhe era destinado.

Nada pode resumir melhor a situação do que as palavras de Janet Mackay: «Eles não tomavam a sério a sua doença, e a decisão de ficar em Inglaterra fêz descer sobre ela tanta reprovação como o seu desejo de partir tinha causado» (1).

A serenidade dos últimos anos, em Inglaterra, tinha sido substituída a pouco e pouco pelo descontentamento crescente dos protestantes. Jaime II prosseguira o plano político do Tratado de Dover, no que respeitava à introdução do catolicismo em Inglaterra, e em três anos de governo imprudente destruíra tudo quanto Carlos II tinha realizado.

A nomeação de católicos para altos cargos no exército e na côrte levantou a opinião do Parlamento, e o Rei, irritado, dissolveu-o. Para tornar bem conhecida a sua orientação, publicou uma Declaração de Indulgência, em que todos, sem distinção de crença, tinham inteira liberdade religiosa.

A igreja anglicana e os Whigs resolveram combater a avassaladora autoridade real. Idêntica atmosfera à que tol-dara os espíritos, quando da Conspiração Papista, espalhou as suas sufocantes difamações sobre todo o reino. A Rainha, depois de quatro anos sem ter filhos, estava novamente de esperanças, e o caprichoso destino podia agora derrubar a expectativa protestante na sucessão duma das filhas do primeiro matrimónio de Jaime II, fazendo nascer um herdeiro

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 268.

católico. Era necessário convencer o povo duma fraude dinástica, mesmo antes da criança nascer. E os boatos insidiosos avolumaram-se de que a Rainha simulava uma gravidez inexistente, para frustrar os herdeiros protestantes, e garantir uma sucessão católica.

Jaime II, obstinado numa resolução cuja gravidade parecia não compreender, e cego pelo orgulho da reivindicação das suas prerrogativas reais, fazia segunda Declaração de Indulgência, ordenando que dois domingos sucessivos ela fôsse lida, do púlpito, em tôdas as igrejas do reino.

Os prelados anglicanos revoltaram-se contra a ordem do Rei, recusando-se a obedecer, e o Primaz Sancroft, Arcebispo de Cantuária, o Bispo de Londres, e mais cinco outros bispos foram encarcerados na Tôrre de Londres.

Emquanto a igreja reformada lastimava a ausência dos seus pastores reclusos no silêncio da Tôrre, a Rainha dava à luz, um mês antes da data esperada.

No dia da Santíssima Trindade, em Junho de 1688, pelas oito horas da manhã, D. Catarina foi chamada para assistir ao parto de sua cunhada. Assentada a poucos passos da cama da Rainha, os seus lábios ciciavam preces ao Senhor pela nova alma que ia nascer, e que representava o engrandecimento da Cristandade, que os Evangelhos continuavam propalando. Só quando terminou a mais dolorosa ventura, que Deus concedeu à mulher como prémio da sua dedicação, e o recém-nascido lhe foi mostrado, se retirou D. Catarina de junto da Rainha Maria Beatriz.

Logo escreveu a D. Pedro participando-lhe que Jaime II a convidara para madrinha do príncipe, e que só desejava que êle, ao receber a notícia, já lhe tivesse enviado uma semelhante. Não teve de esperar muito tempo; em Agôsto nascia um herdeiro ao trono português, e D. Catarina, doida



de alegria, agradecia à misericórdia divina a graça dispensada ao seu bem amado Portugal.

D. Catarina conservava-se afastada da côrte de Whitehall e das intrigas políticas. Com dignidade mantinha a sua pequena côrte em Somerset-House, e as horas que não eram dedicadas às suas devoções, eram gastas nos dois divertimentos de que mais gostava e que a sua viuvez não proibia, a música e o jôgo.

Esquecia-se do tempo escutando os seus músicos, e tôdas as noites jogava «basset», sendo invariavelmente o seu camareiro-mor Lord Feversham, o banqueiro. De vez em quando libertava-se do fardo da realeza acolhendo se à tranqüila companhia das suas freirinhas de Hammersmith. Porém, até ela tinha chegado o rumor da efervescência contra Jaime II, e de-certo não lhe causou espanto ser chamada pelo Rei para declarar, sob juramento, a legitimidade do herdeiro inglês.

Jaime II insensatamente preocupado, mais com as aleivosias contra seu filho, do que com a criminosa conspiração dos protestantes contra êle, queria acabar com o boato que circulava de que a criança não era filho da Rainha. Reuniu em sessão extraordinária o seu Conselho Privado, para atestar o nascimento do Príncipe de Gales. D. Catarina e todos que a êle tinham assistido foram convocados pelo Rei. A Rainha-viúva, com simplicidade, declarou: «O Rei mandou-me chamar para o parto da Rainha. Acorri logo que pude, e nunca mais a deixei até nascer o Príncipe de Gales.» E a assinatura de D. Catarina firmou a sua declaração.

Duas semanas depois, Guilherme de Orange desembarcava em Inglaterra.

O Príncipe de Orange acorria ao chamamento do clero e da nobreza protestante para defender a sua religião e a

liberdade inglêsa, e para colhêr um trono que cobiçava. Jaime II, aconselhado por Lord Sunderland, despresara a advertência e a ajuda de Luiz XIV, não acreditando no perigo, e só ao saber do assentimento que os Estados Gerais tinham dado à planeada invasão de Inglaterra pelo seu genro, verificou que não havia tempo a perder. Apressadamente dispôs-se a combater, dando o comando das suas tropas a Lord Feversham, mas as suas hostes esfarelavam-se pela deserção dos oficiais. Lord Churchill, o mais tarde célebre Duque de Marlborough, o Príncipe Jorge da Dinamarca, e a própria Princesa Ana, filha do Rei, passaram-se para o campo do invasor.

Os partidários de Guilherme de Orange engrossavam todos os dias, e os de Jaime II diminuían, crestados pela popularidade do defensor do protestantismo. Traído e escorraçado por um país de quem nunca se soubera fazer amar, Jaime II, depois de enviar sua mulher e o pequenino Príncipe de Gales para França, fugiu de Londres para se acolher à protecção de Luiz XIV.

Mal foi conhecida a fuga do Rei, tumultos violentos estalaram em Londres, numa sanha irreprimível contra a religião católica e os seus prosélitos. Capelas católicas foram violadas e roubadas, as casas dos embaixadores católicos saqueadas, os padres perseguidos pela plebe desordenada.

D. Catarina voltava a escutar o grito ululante das perseguições religiosas, e a rapidez com que os Stuarts tinham sido expulsos do trono deixara-a desamparada no tórvo cachão, que parecia querer consumir até ao último vestígio os quatro anos de domínio de Jaime II.

A primeira tentativa do Rei para embarcar para França falhara, e Jaime II ainda voltara a Whitehall, liberto, por uma ordem dos seus lords revoltados, das mãos dos pesca-



dores que o tinham aprisionado em Sheerness. Na segura tranqüilidade de Somerset-House, avistou-se com D. Catarina, e possivelmente aconselhou-se com ela, pedindo-lhe que ficasse em Inglaterra para êle não perder contacto com os seus dizimados partidários (1).

Nessa conjuntura o fiel Lord Feversham foi encarregado duma missão de confiança, e partia para Windsor levando uma carta do Rei para o Príncipe de Orange, convocando-o ao palácio de St. James. A resposta foi o aprisionamento de Feversham, e um recado em que Guilherme significava a seu sôgro, que tendo intenção de entrar nesse dia em Londres, seria melhor o Rei retirar-se para evitar dissabores ocasionados pela sua presença. E Jaime II obedeceu, partindo para Rochester numa dolorosa viagem, que Carlos II tentara, com tôda a fôrça da sua inteligência, evitar-lhe.

## X

Nessa mesma tarde o Príncipe de Orange entrava na cidade, e à noite visitava D. Catarina, em Somerset-House. Encontrou-a pensativa e desocupada, e querendo ser amável, informou-se porque razão não jogava nessa noite a sua partida de «basset». D. Catarina respondeu sem rodeios que não tornara a jogar desde a ausência do seu camareiro-mor, que fazia sempre de banqueiro. Guilherme de Orange não era dotado de espírito galante, nem cortês, mas adorava jogar as cartas, e compreendeu a censura da pobre senhora. Com o maior agrado afirmou-lhe que não interromperia por

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 499.

mais tempo os seus divertimentos, e deu ordem para que Feversham fôsse pôsto em liberdade (1).

D. Catarina estava completamente só, protegida apenas pelo respeito devido à integridade do seu carácter, e pela dedicação de alguns leais servidores. Nunca fôra popular, nem sequer querida da nobreza, ou do povo inglês, que atribuíam tôdas as suas «niquices» a um exagerado estrangeirismo, e a sua religião era um pecado que a sua reconhecida virtude não conseguia fazer esquecer. Único membro católico da família real, que ficava a residir em Inglaterra, todos sabiam que a sua simpatia estava com o expropriado Jaime II.

A inimizade de sua sobrinha, agora Rainha da Grã-Bretanha, e as acusações de que Somerset-House se tornara o centro da conspiração para restaurar Jaime II, perseguiriam D. Catarina durante o tempo que ainda viveu em Inglaterra.

Vinte e três anos de matrimónio com o mais habilidoso dos homens, ensinaram-lhe o manejo das situações difíceis; com coragem e tacto inexcedíveis defendeu os seus direitos e as suas imunidades. De início, a sua boa fé fôra enganada pela cortesia de Guilherme de Orange, e escrevera mesmo a seu irmão contando a forma respeitosa como era tratada. Mas D. Pedro desenganara-a, dizendo-lhe que sem dúvida êsse período de bonança se transformaria rapidamente em tempestade, pois era um simulacro dos que representam um duplo papel, e desde que se tinham libertado da sua intervenção por uma attitude respeitosa, tudo quanto por acaso surgisse depois, poderia parecer não ser premeditado. Finalmente, instava o Rei de Portugal com sua irmã para que

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 498.



saísse de Inglaterra; porém, se os seus conselhos e avisos eram sensatos, não dizia uma palavra sequer dos meios que empregaria para lhe facilitar a partida.

Em Fevereiro de 1689 os Príncipes de Orange eram proclamados Reis de Inglaterra, e as leis contra os católicos recommençavam a ser applicadas com todo o rigor. Chegara a tempestade que D. Pedro vaticinara, ainda antes da sua carta chegar às mãos de D. Catarina. A desolação e o horror confrangiam a princesa portuguesa, vendo a morte ceifar amigos e criados, e, revoltada com a inutilidade dos seus apêlos, dizia a seu irmão: «O que eu espero da vossa boa índole e do affecto em que me tendes, é que vos arrependeis tarde demais para me valêr..... Mas o perigo é tão manifesto que todo o mundo se espanta de me ver aqui exposta a êle, e êles bem sabem que só vós me podeis obter socorro» (1).

As medidas applicadas aos rendimentos da Rainha Maria Beatriz, que a-pesar de serem garantidos por um tratado matrimonial, como o seu sancionado pelo Parlamento, e o ver que êles tinham passado na íntegra para os cofres dos novos soberanos inquietavam a poupada D. Catarina quanto à sorte que seria reservada aos seus. A sua dependência moral e material obrigava-a a dobrar o seu orgulho para defender a vida e fazenda, e com quanto muito lhe custasse, D. Catarina visitou oficialmente seus sobrinhos no palácio de Whitehall, reconhecendo-os como Reis de Inglaterra.

No dia 11 de Abril, Maria e Guilherme de Orange eram coroados na Abadia de Westminster, mas D. Catarina não estava presente; a soberba da Rainha Maria conten-

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 425-427.

tara-se com a homenagem recebida, e prescindia duma presença que com o negrume do seu trajar lembrava ao mundo que uma filha traíra o seu pai e o seu Rei. O sangue dos Clarendon não tinha escrúpulos; o sangue dos Stuarts não tinha piedade.

D. Catarina pelo Tratado de Whitehall tinha plena liberdade para deixar a Grã-Bretanha, e segundo êle deveria ser conduzida para onde lhe aprouvesse à custa dos herdeiros ou sucessores de seu marido; mas Guilherme de Orange estava mais interessado em assegurar a posse do trono inglês de que prover a viúva, que herdara de Carlos II, com o navio de que necessitava para se transportar. Por outro lado, a etiqueta diplomática não autorizava a ida dum barco português buscar D. Catarina, nem tão pouco D. Pedro queria insistir com o usurpador, que ainda não reconhecera, para cumprir a sua obrigação. Invariavelmente a política sacrificava o mais fraco — uma mulher saudável e doente.

Visto que não podia regressar ao seu país, D. Catarina lembrou-se da França e da sua acolhedora protecção. Pretextando uma cura nas termas de Bourbon, escreveu a Luiz XIV pedindo autorização para ir para França, e sem ela saber, o seu mensageiro levou também uma missiva duns trinta lords, entre os quais figuravam alguns que tinham sido de comêço muito affectos ao Príncipe de Orange, agradecendo ao Rei de França o acolhimento que dera a Jaime II, e assegurando-lhe a sua fidelidade e serviço (1).

A presença de D. Catarina em Somerset-House garantia um meio de comunicação discreto entre os católicos e o seu Rei exilado. Luiz XIV, a pedido de Jaime II, levantava por isso obstáculos a que D. Catarina deixasse a Inglaterra.

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 277.



A autorização pedida não foi abertamente recusada, mas «alguém com quem sempre se entendera» advertiu-a de França, de que a sua ida ocasionaria grandes despesas, pois era costume daquela coroa receber magnificamente os visitantes de alta estirpe. D. Catarina não queria sobrecarregar ninguém, e desistiu da ideia.

Guilherme de Orange desiludira muitos sinceros protestantes com a usurpação do trono, depois de ter afirmado que apenas defendia a sua fé ameaçada. O descontentamento lavrava mal encoberto, e Guilherme tinha de defender palmo a palmo o terreno que conquistara, e preparar-se para a luta, que Jaime II, ajudado por Luiz XIV, não tardaria a principiar.

A rede apertava-se cada vez mais em volta de Somerset-House. As comunicações com a França estavam quasi interrompidas, e enquanto os franceses interceptavam navios e mercadorias, os ingleses queimavam a correspondência que seguia de França. As dificuldades no mar ameaçavam D. Catarina de não receber notícias de Lisboa, e para que seu irmão estivesse ao facto do que lhe ia sucedendo, escrevia por todos os barcos que partiam, quer fôsem para o Pôrto, Cascais ou Lisboa, ou para outro qualquer pôrto da Europa, na esperança de que algumas cartas fôsem a seu destino.

Em Julho de 1689 os Comuns aprovavam um «bill» contra os católicos, pelo qual os criados católicos da Rainha-viúva eram reduzidos a dezóito, mas a Câmara dos Lords, num assomo de dignidade, recusou-se a sancionar o desejo da Câmara baixa.

A-pesar dêste aspecto favorável, D. Catarina compreendeu que pouca tranqüilidade lhe seria consentida se permanesse em Londres. Resolveu afastar-se para ver se a

esqueciam, e, como a sua saúde continuava sempre delicada, escolheu para refúgio as termas de Islington, a cinco milhas da capital. Na pequena casa dum boticário, que alugara, e que mal chegaria para um trabalhador — como ela dizia — sem confôrto e doente, D. Catarina continuava a escrever ininterruptamente a D. Pedro II, desabafando máguas e receios. Tantos cuidados e inquietações tinham piorado os seus achaques. Diferentes remédios eram prescritos, e uma dieta de leite, que experimentara durante quinze dias, enfraquecera-a perigosamente. O pequeno jardim arborizado, de que o seu refúgio dispunha, era um lenitivo, e passear à sombra das árvores, o único recreio. Acompanhada por uma família de seis ou sete mulheres, e três ou quatro homens, D. Catarina habitava um «palácio» constituído por uma casa, ladeada por outras duas mais pequenas, onde se alojavam os seus criados. Aos domingos e dias santos ia até Londres ouvir missa, «que era tudo quanto nos últimos seis meses se fazia em matéria de religião».

Em fins de Agôsto recebia em Islington uma carta de D. Pedro II, em que êste lhe pedia que assentasse os últimos pormenores da sua partida. Alvoraçada de alegria, assediou Guilherme III para que lhe proporcionasse um navio. Mas nem os pedidos do enviado português, Salvador Taborda, nem os seus, obtiveram do Rei mais do que desculpas e cumprimentos «que não me levarão até Portugal».

Tinha de confessar a inutilidade dos seus esforços, e resignar-se a ficar. Nada lhe restava mais do que «a esperança e o tempo, que tudo descobre, e Deus debaixo de cuja protecção todos nós estamos».

A desilusão tornava-a destemida, e numa expansão enternecedora, desprezando a sua idade e doença, afirmava a seu irmão: «Desde que estivesse em meu poder, eu arris-



caria atravessar os Pirineus no pino do inverno, ou embarcar em barcos cheios de sarampo e febres malignas, mesmo que fôsse certo êles terem de combater uma armada inimiga, se a viessem a encontrar... Se dependesse de mim colocar-me numa prancha e metê-la ao mar, persuadida que ela chegaria a Lisboa, eu aventuraria tudo, tal é o desejo que tenho de me ver lá» (1).

O segundo matrimónio de Carlos II de Espanha com a Princesa Maria Ana de Neuburgo, irmã da Rainha de Portugal, ia embalar por algum tempo o sonho de D. Catarina. À Inglaterra foram pedidos navios para transportarem a princesa para Espanha, e, não obstante a urgência da defesa do país, os Reis tinham consentido em ceder os navios necessários. Nova oportunidade surgia, e D. Catarina tentava alcançar de seu sobrinho um navio para se juntar às embarcações que comboiavam D. Maria Ana.

Guilherme III estava disposto a agradar ao Eleitor Palatino, mas não tinha vontade de sacrificar um barco à teimosa Rainha-viúva; mais uma tentativa gorada azedou os queixumes de D. Catarina.

Em fins de Outubro voltava para Londres, cansada da vida desconfortável de Islington. Dois dias depois de se instalar em Somerset-House, o seu camareiro, Lord Feversham, recebia uma mensagem do Conde de Shrewsbury, em que êste participava que passara ordem de busca ao palácio de Somerset-House, pois em Whitehall tinha havido conhecimento de que na habitação dum dos criados da Rainha-viúva estavam escondidas armas e documentos comprometedores. Em respeito a D. Catarina, o seu camareiro-mor

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 436-437.

era informado da ordem dada, e o Conde de Shrewsbury dizia que não duvidava que Sua Magestade desse o seu consentimento em assunto de tão grande importância. Quando, de outra vez, o palácio de Somerset-House foi rebuscado em procura de dois padres católicos, que a denúncia afirmava estarem lá escondidos, o Conde de Shrewsbury não foi tão deferente, e limitou-se a dar ordem de busca, sem se preocupar se D. Catarina estava ou não disposta a dar o seu consentimento (1).

Em Somerset-House D. Catarina sentia-se numa prisão, rodeada por terra e mar, sem amparo. Deus levara para si seu marido, em ninguém podia confiar; e o irmão, único refrigério que lhe restava, pouco fazia para a libertar do perigo que constantemente a ameaçava.

Os tumultos e as desordens continuavam, e com o pretexto de atacar os católicos, a população roubava quem podia. Por detrás das janelas do seu palácio, D. Catarina escutava com pavor os gritos do povo, que à sua porta clamava «o desejo de queimar o Papa e o Conclave». A essas manifestações se tinha limitado o furor popular, mas se mais além tivesse cusado avançar, nada o teria detido.

O desembarque de Jaime II na Irlanda aumentava o medo que sobressaltava D. Catarina. Com os nervos despedaçados por tanta angústia, implorava a D. Pedro que interviesse junto de Luiz XIV para lhe ser permitido recolher-se num convento, em França, até que os acontecimentos em Inglaterra serenassem.

A carta para D. Pedro II é um crescendo de aflição: «Lembra-vos que somos filhos do mesmo pai e da mesma

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 282-283.



mã, que para minha desgraça estou só num país estrangeiro, inimigo dos católicos; que saí da minha terra, onde era feliz, para ser Rainha, e agora estou prisioneira, não tendo esperanças de refúgio senão em vós, desde que foi Deus servido levar para si o Rei; e desde que o perdi, o Rei seu irmão está desterrado, como todos vêm, e assim fui deixada só comvosco, a quem incumbe fazer o que êles não puderam, não por culpa, mas por desgraça» (1).

Noite e dia maquinava D. Catarina a forma de sair de Inglaterra, obsecada pelo perigo que corria. Ao saber da morte da mulher do Delfim, viu nessa notícia a manifestação da vontade divina para elevar sua sobrinha, D. Isabel Maria Josefa, ao trono de França, e remí-la das suas aflições. Enlevada nesse projecto matrimonial escreveu a seu irmão lembrando-lhe que considerasse a oportunidade de casar sua filha com o príncipe mais poderoso da Europa, pois os talentos e virtudes de D. Isabel Maria a tornavam digna de ser a primeira rainha da Cristandade. D. Catarina, com uma argúcia tôda feita de ingenuidade, tentava seduzir D. Pedro II com as vantagens que tal casamento traria a Portugal e à casa real portuguesa, pensando que, se êle se realizasse, sem custo seria aliviada do seu martírio. Seria uma boa maneira de trocar princesas, dizia ela, «ela vindo daí para França, e a que está aqui regressando a Portugal» (2).

A idade introduzira no espírito da bondosa senhora uma pontinha de egoísmo, e, preocupada com uma ideia fixa, tudo em que pensava convergia para um único fito, voltar para Portugal.

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 451.

(2) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 428.

As vitórias e adesões obtidas por Jaime II na campanha da Irlanda, assustavam Guilherme de Orange, e o aguerrido batalhador da Flandres resolveu ir ali pessoalmente jogar a coroa, pela sorte das armas. Dois dias antes de embarcar em Londres, enviou Lord Nottingham, camareiro-mor de sua mulher, com uma mensagem para D. Catarina, na qual lhe insinuava o desejo que tinha dela deixar, durante o verão, Somerset-House, podendo escolher para habitar, Windsor, Audley End, ou outra qualquer residência real ou particular, contanto que distasse dez ou doze milhas de Londres. Guilherme pedia a D. Catarina que não lho levasse a mal, visto ser para o bem público, e também por não ser por sua causa, mas pelas reuniões que, segundo a voz corrente, se realizavam no seu palácio, onde não seria correcto fazer minuciosas pesquisas, estando ela presente.

A-pesar-da vigilância constante a Somerset-House, Guilherme de Orange continuava a suspeitar que êle era o centro das conspirações católicas, que tudo tentavam para o arrancar do trono e restaurar seu sogro Jaime II, e não queria partir para a Irlanda sem «limpar» o palácio.

D. Catarina, atacada abertamente, respondeu com firmeza e brio a Lord Nottingham. Causava-lhe espanto a mensagem que êle lhe trouxera. Vivia sossegadamente na sua casa, nada motivando a ordem que recebera, visto que o próprio Rei dizia não haver senão boatos que a inculpassem. Era injusto que por tão insignificante motivo, ela tivesse de deixar a única casa que lhe pertencia, em Inglaterra, e que a sua dotação garantia. O Rei era a melhor testemunha do seu desejo de se retirar para Portugal, e se o não fizera não fôra por falta de vontade, mas sim porque o Rei não lhe dispensara navios para o fazer. Por duas vezes lhos prometera, e por duas vezes se escusara, a-pesar-de



ela se acomodar a tudo, e de lhe ter dito que era tal o seu desejo de fazer a viagem, que não necessitava de quaisquer cerimónias. O Rei não quisera que tal acontecesse, e, contudo, privava-a da sua casa, sem lhe dar outra. Era muito triste uma desditosa mulher sòzinha no mundo, desde que perdera o marido, e só tendo um irmão num país muito distante, estar sob a suspeita de conspirar contra o govêrno sem outra prova mais do que as fantasias de todos aqueles a quem apetecesse inventá-las. Pouca segurança podia haver numa nação em que tais coisas aconteciam (1).

D. Catarina, não contente em mostrar a sua indignação pelo procedimento do Rei, a Lord Nottingham, na manhã seguinte mandou Lord Feversham e Lord Halifax representar a Guilherme III a inconsistência das informações que tinham motivado a sua ordem, e pedindo a mercê de lhe consentirem viver em paz.

A impetuosidade da sua defesa fêz vacilar Guilherme III, que não esperava encontrar tanta energia na sofredora viúva de Somerset-House. Nessa mesma noite, o Rei enviava Nottingham, com exagerados cumprimentos, notificar a D. Catarina que retirava a sua ordem. Guilherme III era acirrado na animosidade contra D. Catarina por sua mulher. A Rainha Maria, por uma inexplicável antipatia, nunca suportara sua tia, e sempre fôra para ela áspera e desagradável.

Repugna-nos acreditar que D. Catarina motivasse por qualquer má vontade ou desagrado o ressentimento de sua sobrinha. De índole bondosa, e amiga dedicada da Duquesa de York, não é natural que reservasse para a filha de seus

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 452-453.

cunhados um rancor que não sentia por ninguém. Os filhos naturais de seu marido mereciam-lhe cuidadoso affecto, e alguns mesmo sincera ternura, não obstante serem a prova material da sua infelicidade conjugal. D. Catarina foi atacada, sem piedade, por pessoas a quem estorvava politicamente, mas nunca foi acusada de perseguir alguém com injusta inimizade. Não podemos tão pouco compreender qual a razão que justificaria o desamor de sua sobrinha. Só podemos atribuir ao orgulho e à aridez do coração egoísta da Rainha Maria, a aversão que dedicava a sua tia. A hostilidade com que a ela se refere nas cartas a seu marido, culpam-na da maior parte dos incidentes desagradáveis que compungiam D. Catarina.

Oito dias depois do Rei partir para a Irlanda, a Rainha dava ordem para que em tôdas as igrejas de Inglaterra se rezasse pela vitória das suas armas. Correram os bem informados mexeriqueiros a prevenir a Rainha de que em «Savoy Chapel» se tinham omitido as preces obrigatórias. Era essa capela dependente de Somerset-House e servia para uso dos criados protestantes da Rainha-viúva; qualquer desacato nela praticado seria attribuído à vontade de D. Catarina. A desobediência manifesta ao seu mandado enfureceu a Rainha; sem tardar, o capelão foi preso e levado perante o Conselho Privado para explicar a sua conduta. Acovardado com o aparato da cólera real, o capelão desculpou-se dizendo que apenas executara as ordens do Camareiro-mor da Rainha-viúva, que lhe proíbira recitar a oração com receio de que se o fizesse ela interrompesse o culto protestante em Somerset-House.

Inflamou-se de cólera e ódio a Rainha Maria, e não escondeu ao Conselho Privado o rumo que desejava dar à questão. Ela pensava que depois do que se passara, não



deviam ter mais considerações para com a Rainha-viúva, pois não duvidava que a ordem fôra dada por ela (1).

Lord Feversham salvou D. Catarina de qualquer represália, tomando nobremente a si tôdas as culpas, e afirmando à Rainha que D. Catarina ignorava por completo a ordem que êle dera, pedindo perdão do seu gesto inconsiderado. Feversham, a-pesar-de protestante, foi àsperamente censurado, e a Rainha negou-lhe o seu perdão, porque sendo a ofensa dirigida à pessoa del-Rei, ela não tinha poder para lha perdoar.

Atalhada a questão pela dedicação de Feversham, a Rainha esperava que ao menos D. Catarina lhe apresentasse humildes desculpas. Mas D. Catarina corroborava a afirmação do seu Camareiro-mor, fingindo ignorar o acontecido, e quando visitou sua sobrinha nem ao de leve se referiu ao assunto; a pragmática não autorizava a Rainha a ser a primeira a falar, e a calma ignorância de sua tia privava-a do prazer de a poder atacar em público (2). Êste primeiro ataque fôra repellido com sucesso, porém, nada fazia prever que outro que se lhe seguisse pudesse ser dominado com igual felicidade.

Pouco depois levantaram-se rumores de que D. Catarina estava envolvida numa conspiração para assassinar a Rainha Maria. Nas tabernas e nas hospedarias todos falavam com mal dissimulada ira contra a Rainha-viúva, acreditando piamente na sua culpabilidade. «Só Deus sabe o que lhes virá á cabeça decidir contra mim, e eu careço daquele que me salvou em idêntica ocorrência»; e esta reflexão estimulava a ânsia de partir, fôsse para onde fôsse.

---

(1) A Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, iv, 500.

(2) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 289.

Lembrou-se de Hamburgo, e informou a Rainha Maria da sua tenção. Todavia o tempo era pouco apropriado para fornecer uma escolta, porque a armada francesa ameaçava as costas da Grã-Bretanha, e todos os navios eram necessários para as defenderem. Os ministros ingleses imploraram a Feversham para dissuadir D. Catarina de tal viagem, e esta anuiu aos pedidos persuasivos do seu fiel camareiro. Não desistiu, porém, de sair de Londres, e decidiu ir para Bath. Mas Bath também não convinha à Rainha Maria, pela guarda que era necessário fornecer a sua tia. Por fim, convencida de que tinha de ceder, concordou com uma estadia em Windsor.

D. Catarina, antes de seguir para Windsor, refugiou-se na tranqüilidade de Hammersmith durante uns dias, para acalmar a indignação da última afronta recebida da Rainha de Inglaterra. Mesmo no período tumultuoso da Conspiração Papista a capela de Somerset-House conservara-se intangível, e nunca um dia passara sem nela se adorar a Deus. Agora, antes de partir para Windsor, D. Catarina via-se obrigada a fechar a sua capela, único templo católico que restava em Inglaterra.

«O poder está hoje nas mãos daqueles que me acusaram de conspirar contra o Rei que Deus haja, e que se enfureceram contra a minha capela», amargurada, escrevia D. Catarina a seu irmão. «É verdade que a-pesar-de ter muita coisa contra mim nesse tempo, eu tinha o principal por mim, o Rei que Deus haja, que jurara a si proprio proteger-me enquanto pudesse» (1).

Dois meses se conservou D. Catarina em Windsor, numa

---

(1) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 456.



relativa tranqüilidade, mas numa solidão saudável que favorecia o ambiente de que tanto gostara seu marido. No parque, ou no castelo, que o bom gosto de Carlos II alindara, sentia a viuvez pesar-lhe com redobrada tristeza, e escutava os ruídos do silêncio, parecendo-lhe que nêles ecoava o riso folgazão de Carlos. Sòsinha, doente e envelhecida, e tão distante do seu lindo Portugal!

Em Setembro, voltava para Londres ao ter conhecimento do regresso de Guilherme III. A vitória esmagadora do «monstro holandês» destruía a causa católica e a possibilidade da restauração do seu chefe. Guilherme e Maria estavam senhores absolutos do trono de Inglaterra; quer agradasse ou não a Luiz XIV e a seu primo Jaime II, a Europa reconhecia os novos soberanos ingleses.

D. Catarina voltava para Somerset-House, na esperança de que a vitória alcançada por Guilherme III o tornasse mais tolerante e amistoso para ela, e lhe permitisse aproveitar-se dum momento favorável para renovar o pedido de navios para a transportarem, nem que fôsse apenas na travessia da Mancha. D. Pedro II escrevera-lhe aprovando a ideia, já abandonada, de seguir viagem por Hamburgo, e sugerira-lhe que atravessasse a Alemanha até à Itália, onde encontraria facilmente meio de passar a Lisboa. Tudo lhe parecia melhor, riscos de assaltos e roubos de bandoleiros, que o perigo que corria permanecendo em Inglaterra. Mas êsse projecto de viagem era já história antiga.

Mais um ano tinha de decorrer, monótono, antes de D. Catarina ver realizada a sua ambição. A sua doença agravara-se, e de nada lhe valera regressar tão apressadamente a Londres. Sangrada e medicada com o vigor duma terapêutica incipiente, a sua fraqueza era tamanha, que não podia pensar em viajar.

No fim do ano de 1691, sentindo-se melhor, enviou o Padre Manuel Dias, com uma mensagem secreta para D. Pedro II, insistindo para que êle tomasse uma decisão definitiva, relativamente à sua vinda para Portugal.

A inimizade dos Reis de Inglaterra tinha diminuído desde o momento em que tinham deixado de temer a desforra do partido católico, e Luiz XIV já não se interessava em dificultar a partida da Rainha-viúva de Inglaterra. As lutas nos mares tinham findado, e com segurança os barcos aventuravam-se na sua rota usual. Com o correr do tempo, já só pequenos dissabores sobressaltavam D. Catarina. Os presentes que recebia de doces, chá e vinhos, vindos de Lisboa, eram detidos pela alfândega, e os amigos holandeses de Guilherme III eram recompensados à custa dos seus rendimentos; porém, a sua vida não corria perigo, e o seu dote estava quasi intacto.

Em Janeiro de 1692 o ardente desejo de D. Catarina ia ser satisfeito.

Guilherme III consentia na sua partida, e prometia navios para a conduzirem a Dieppe.

Os preparativos de viagem transformaram Somerset-House numa colmeia atarefada. Um animado bulício dava vida ao palácio, que meses antes estivera mergulhado em silêncio inquietador. Cento e vinte pessoas da casa de D. Catarina seguiam viagem para Portugal, animadas pelo mesmo amor e interêsse, que trinta anos antes levara a comitiva portuguesa a seguir a sua ama para Inglaterra. Se foram mais felizes do que aquela, só elas próprias no-lo poderiam ter dito. Tanto num como noutro caso, a maioria não resistiu a muitos anos de exílio, em terra alheia.

Era uma pequena parte da sua família que D. Catarina levava consigo, lembrada do pedido de seu irmão, de não



guardar mais criados do que os estritamente necessários. O resto da sua casa não sofreria com a sua ausência, determinara D. Catarina, pois dos seus rendimentos dedicava 10.000 libras por ano à manutenção de Somerset-House e do seu pessoal.

As damas principais que acompanhavam D. Catarina eram a Condessa de Fingall e suas filhas, e Lady Tuke. Faziam também parte do séquito, como primeiro gentil-homem, Sandys, e o médico assistente de D. Catarina, o Dr. Street, sete toucadeiras, quatro portuguesas e três inglêsas, e bastantes ingleses, em cargos de menor importância (1).

No dia 30 de Março de 1692 abriram-se de par em par os portões de Somerset-House para darem passagem aos pesados côches que levavam a Rainha-viúva e os seus criados para longa viagem.

Sacudida pelos balanços da sua ruïdosa carruagem, D. Catarina atravessou a cidade que a aclamara, poucas vezes sinceramente. A Tôrre de Londres dava as salvas da praxe, e a longa fila dos côches dirigiu-se para a estrada de Dover, levando uma Rainha de Inglaterra, respeitada por todos, odiada por muitos e amada por poucos.

D. Catarina planeara dar largas à sua devoção refreada pelas proibições inglêsas, passando a Semana Santa em Ruão, onde poderia seguir entre irmãos de crença as práticas da sua religião. Não contara, porém, com as delongas do seu pouco atencioso sobrinho e dos seus ministros. A 5 de Abril já Lord Feversham tinha prontos para partir

---

(1) Ver sôbre o Dr. Street: E. Rosenthal, *Some notes on Dr. Street*, The Historical Association—Lisbon Branch-Annual Report & Review, 1938, 76-77.

de Dover três hiates, em que seriam transportados côches, cavalos, malas, mobília, e mesmo camas, além da Rainha e da sua comitiva. Todavia, só em Maio apareceram os barcos de guerra ingleses, mandados pelo Rei de Inglaterra, para comboiar as embarcações de D. Catarina até Dieppe.

Alguns amigos dedicados deixava D. Catarina em Inglaterra, entre êles os Condes de Chesterfield e de Feversham.

O Conde de Chesterfield abandonara o seu serviço, porque uma antiga ligação com Bárbara Villiers dificultava a inteireza da sua lealdade; porém, a amizade sincera perdurou longos anos entre a Rainha e o escrupuloso Conde.

A estima de D. Catarina por Lord Feversham dera que falar à venenosa má-língua da côrte, que alcunhara o generoso fidalgo de «King-Dowager». Tempo depois da morte de D. Catarina, a princesa Luísa, filha mais nova de Jaime II e Maria Beatriz de Modena, perguntara a sua mãe se havia alguma verdade naquilo que constava a respeito da inclinação da Rainha-viúva de Inglaterra pelo Conde de Feversham, e Maria Beatriz respondera, sem vacilar, que não havia nenhuma (1).

A virtude de Maria Beatriz de Modena e o seu amor pela verdade tornam precioso o seu testemunho, e invalidam para sempre a calúnia posta a circular por maldosos chocalheiros.

Ao partir de Inglaterra, a alma de D. Catarina não albergava rancor, e ela própria nos diz: «A nação que deixo é me indiferente, conforme espero que o tenhais compreendido melhor do que eu tenho sido capaz de o explicar» (2).

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 495.

(2) L. C. Davidson, *Catherine of Bragança*, 1908, 414.



Em Dieppe, D. Catarina era recebida com a cortesia devida a uma Rainha, e o mais cavalheiresco dos Reis mandara um enviado especial desejar-lhe as boas-vindas, e convidá-la a visitar a côrte de Versailles. Escolta de honra, e mudas de cavalos, estavam preparadas para a viagem da Rainha-viúva de Inglaterra, com uma amabilidade e grandeza a que ela não estava acostumada há muitos anos. Ora D. Catarina desejava viajar com tranqüilidade, e as galas do mundo não a seduziam. Aceitou reconhecida a escolta, e rejeitou a magnificência da recepção de Versailles. Com autorização de Luiz XIV, tomou o caminho de Ruão, onde descansou, continuando depois até S. Germain-en-Laye, residência do destronado Jaime II, para visitar seus cunhados. Ao chegar a Pontoise foi recebida pelo pequenino Príncipe de Gales, seu afilhado, que vinha saudá-la em nome de seus pais, e que a acompanhou muito digno e aprumado, ataviado com sumptuoso traje. Durou duas horas a entrevista entre D. Catarina e Maria Beatriz de Modena, que tantas infelizes recordações aproximavam, e que a fatalidade condenara a morrerem longe do país de que eram Rainhas. Jaime II não regressara ainda do infeliz combate de La Hague, e D. Catarina partiu sem ter visto seu cunhado.

Desejava ela viajar sem cerimónias, para evitar despesas e demoras, e, fazendo caminho por S. Dinís, passou ao largo de Paris, em direcção às termas de Bourbon. Cinco dias depois chegava a Moulins, tão cansada pelo trajecto, que apenas teve fôrças para escrever umas linhas a D. Pedro, gabando a cortesia do Rei de França e dos seus vassallos; e encarregava o Enviado português de participar ao Rei de Portugal como decorria a viagem desde a chegada a França, e os projectos que fazia.

Uma longa cura em Bourbon parece tê-la restabelecido, e num passo menos acelerado prosseguiu a fatigante jornada. Em Lião recebia cartas de D. Pedro pedindo que lhe dissesse o caminho que tencionava seguir, a-fim-de poder ter tudo preparado convenientemente. A 23 de Setembro, oito dias depois de sair de Lião escrevia D. Catarina, de Avinhão para Portugal, contando a seu irmão que estava magnificamente alojada no Palácio Papal, donde o Vice-Legado Apostólico se retirara para o colocar à sua disposição. No entretanto, o Padre Manuel Dias corria mundo, célebre portador das mensagens de sua ama. Partira para Madrid a participar ao Enviado português nessa côrte, José de Faria, o itinerário de D. Catarina, na esperança de que êste a viesse receber à fronteira espanhola.

Uma semana se demorou a caravana em Avinhão, partindo em seguida através da França, até Baiona.

A lentidão forçada com que tinha decorrido a viagem não era só motivada pelo mau estado dos caminhos e pelo pêso dos côches. D. Catarina revivia. Podendo dispor da sua pessoa, num lindo país católico, que a recebia reverencioso, atardava-se feliz e satisfeita, gozando um verão e um outono quási portugueses.

Só nos primeiros dias de Novembro entrava em Baiona, recebida com régio aparato pelo Duque de Grammont, que a conduzia cerimoniosamente até Irun, recebendo o Duque de presente, pela sua cortesia, um brilhante avaliado em dez mil «ecus» (1). Em Irun acabava a incerimoniosa digressão, e a rígida etiqueta portuguesa apoderava-se da sua princesa, com a costumada severidade.

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 296-297.



José de Faria aguardava D. Catarina a-fim-de a acompanhar até à fronteira portuguesa, com as carruagens necessárias para o seu numeroso séquito.

Os primeiros aguaceiros batiam as estradas, quando abalaram a 7 de Novembro, em extenso cortejo, pela acidentada Guipuscoa. Logo no primeiro dia que entrara em Espanha D. Catarina sentira a dor no braço e na mão, que já tanto a fizera padecer. E, «ou fôsse disvelo das madrugadas, ou aballo do côche, ou mudança dos ares, ou dos alimentos mais sustanciozos, adocera de hũa erzipella» (1).

D. Pedro II preparara carinhosamente a viagem de sua irmã, por terras de Portugal, para que nenhum confôrto e homenagem se omitissem na recepção que queria dispensar-lhe. Em Outubro de 1692, uma carta régia para a Câmara de Coimbra determinava que D. Catarina fôsse acolhida pela cidade, como se fôra o próprio Rei, e que as ordens do Marquês de Arronches fôssem fielmente cumpridas.

O antigo «respeitoso» embaixador da Inglaterra, o Marquês de Arronches, fôra nomeado para condutor da Rainha, e com luzimento preparara-se para desempenhar a sua missão. Acompanharam-no até à raia seu neto, o Príncipe Senescal de Ligne; D. António de Noronha, Conde de Vila Verde; o Conde da Calheta, D. Afonso de Sousa; D. José de Meneses e seu filho, ao todo uma família composta de «doze Gentis homens, seis pagês, e trinta homens de libré, e a mais gente de mediana, e infima esfera, que serve para

---

(1) Servi-me para narrar a viagem de D. Catarina até Lisboa, da notícia dada por A. M. Simões de Castro, *Inéditos da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, *Arquivo Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, 1909, IX, 93-112.

a administração de huã caza». A notícia da aproximação de D. Catarina fizera partir os fidalgos a tôda a pressa, percorrendo o trajecto entre Lisboa e Almeida, em dezassete dias, «naõ sem muito trabalho das pessoas destruição das bestas, e dinificação das carruagões».

Em Coimbra agregou-se-lhes o Dr. António Mendes, Lente de Prima de Medicina e médico da câmara de D. Pedro II. «Prevenção, que se acreditou utilissima. Não fallo nas suas letras, porque julgo que se a Medecina se perdera no mundo, só elle era capaz de a reproduzir».

Os avisos de José de Faria deram a conhecer a doença de D. Catarina, e como a Rainha não queria ser tratada por nenhum médico espanhol, e não trazia consigo «mais que hum, Boticario graduado ad honorem (que em Inglaterra os Medicos ensinão a praxis ex cathedra, e os Botiarios saõ os Praticantes, com exercicio,» Arronches resolveu pôr-se a caminho, com António Mendes, para acudir à illustre doente.

Em Mata Puelos, lugarejo perdido entre Salamanca e Valladolid, encontraram D. Catarina muito queixosa. António Mendes interveio com a sua ciência, e a doente, desta feita, não foi sangrada copiosamente, mas sim sugada repetidas vezes por vorazes sanguessugas. Ao fim de quinze dias de tratamento, a Rainha melhorava. Preparou-se-lhe uma «camilha para descanso, dentro no côche, e com o melhor modo que foi possível», e a viagem prosseguiu vagarosa, pelo planalto castelhano.

Por onde passava D. Catarina, a cortesia espanhola recebia-a «com toda a cerimonia e demonstrações como a pessoa do Rei, pois tal era a ordem que havia.» D. Nicolau de Varais viera de Madrid para saüdar D. Catarina, e tinha ordem de Sua Magestade Católica para prover a tôdas as



despesas da viagem em Espanha; não o consentiu a Rainha, fazendo-as à sua custa. Em Salamanca, o Marquês de Laguna e o Marquês de la Puebla de Montalvan em Burgos, entregavam cartas gratulatórias, só cedendo a galanteria espanhola o passo à portuguesa em Vale de la Mula, onde se dividem um e outro países.

Na fronteira de Portugal formou o Visconde de Barbacena «o pé de exercito», com a gala das suas fardas vistosas, o tremular garrido dos penachos, e o alegre ondear das bandeiras, com sete peças de campanha ao centro, em aparato marcial.

«Formado o Exercito no modo referido a seis de fundo, passamos com o nosso trem, meia legoa por Castella dentro athe topar Sua Magestade.» O Marquês de Távora, D. António Luiz de Távora, e seu filho o Conde de S. João, tinham-se incorporado, em Almeida, à embaixada do Marquês de Arronches, e era êle agora o primeiro a adiantar-se para beijar a mão a D. Catarina. Seguiram-se os outros fidalgos, e terminada a breve cerimónia, fêz-se a entrada solene em Almeida, pousando a Rainha nas casas de João Dantas da Cunha.

Acorreu o povo das comarcas circunvizinhas para assistir aos festejos, em tão grande número, que correu risco de se esgotarem os alimentos em Almeida; os particulares abriram as suas tulhas, em generosa caridade, para que não faltasse a abastança onde havia tanta alegria.

No primeiro do ano de 1693, partiu D. Catarina, o Marquês condutor, e as suas respectivas comitivas, numa peregrinação que se arrastaria por espaço de vinte dias, antes de atingir Lisboa. Pela Beira-Alta rolaram os pesados côches, por alcantiladas veredas, e suportando as tormentas dum inverno rigoroso. Em Pinhel veio esperar a Rainha

o seu velho professor de inglês, Ricardo Russell, então Bispo de Viseu, «com redicula, ou nenhũa cometiva». Parece não ter gostado muito do prelado inglês o neto do Marquês de Arronches, nosso precioso informador, pois continua dizendo: «Naõ lhe fizeraõ muita festa os seus patricios algum tanto escandalizados do seu proceder, que por naõ acudir com a meadas a hua Irmã sua, que tinha seus bens confiscados por Catholica, se fes herege, que bem se verifica que a necessidade naõ tem ley.»

A segunda alta foi Celorico, passando depois por Gouveia, onde se demoraram um dia para descanso dos animais, estafados pelas íngremes subidas. De Gouveia passaram a Oliveira do Conde e Santa Comba Dão. Aí, hospedou-se a Rainha no solar dos Barões de Santa Comba Dão, e uma lápide, sôbre o portal, e um retrato numa sala, perpetuam a honra concedida pela régia viajante aos possuidores do solar (1).

Pela Vacariça e faldas da serra do Buçaco seguiram caminho, apanhando «dia taõ tormentozo, que foi muito naõ succedesse algũa disgraca com a vezinhança inevitavel dos proximos precipicios.»

A entrada em Coimbra, a 8 de Janeiro, foi solene e aparatosa. O Bispo e o cabido, o Reitor e o corpo docente da Universidade adiantaram-se a cumprimentar D. Catarina, por sob arcos triunfais, erigidos em vistosa decoração e engenho.

A comitiva da Rainha compunha-se de cento e cinco pessoas, e a do Marquês de Arronches de cento e setenta.

---

(1) Ver a transcriçãõ da lápide e do letreiro do retrato de D. Catarina, em: Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, 1922, IV, 217, nota 2.



Todo êste concurso de gente se hospedou na cidade, acolhendo D. Catarina e as cento e cinco pessoas da sua família a hospitalidade do Bispo D. João de Melo, no paço episcopal; e o Marquês de Arronches «aquartelou-se» com seus netos, genro e criados, nas casas de Pedro de Melo, situadas «por baixo da Universidade descendo para a Sé».

«Trazia a S<sup>ra</sup> Rainha tres carroças suas, por cada uma puxavaõ oito cavallos dos que chamam Urcas; além destas vinham doze de estado para se revezarem, a bagagem em seis galeras castelhanas, varias liteiras..... e seges passando a cavalharice de toda a gente e familia de quatrocentas bestas.»

Três dias se demoraram em Coimbra, havendo luminárias tôdas as noites, fogo de artifício, e toiradas tôdas as tardes, folgando muito os ingleses com a novidade do espectáculo. Não pôde D. Catarina gozar devidamente as festas realizadas em sua honra, porque cuidava de melhorar a erisipela que a incomodava, «pois ainda a parte inchada se não habilitava para o equilíbrio do corpo». Gozava, porém, a sua bondade, com o decreto de D. Pedro II, que indultava todos os criminosos sem parte, condenados até três anos de degrêdo; e para que a juventude bendissem a sua passagem por Coimbra, pediu ao Reitor da Universidade que pusesse têrmo às aulas dêsse ano.

Em piedosa romagem visitou a capela da Rainha Santa. «Abriu o Bispo o caixaõ, e perguntando a Sua Magestade se se dava por bem servida que o descobrisse, naõ o quis consentir, e só se contentou com beijar a mão, que tem recostada no peito.»

Saindo de Coimbra seguiram por Condeixa, Pombal, Leiria e Alcobaça, pernoitando ora nos paços episcopais ora nos solares, que agasalhavam a deambulante Rainha e a

sua côrte. Ao passar pelo Convento da Batalha, apeou-se D. Catarina «a botar a agoa benta a seus Avós.» De Alcobaca, passaram às Caldas da Rainha, Alcoentre e Vila Franca. Cortando por Via Longa chegaram à Povia de Stº Adrião, e aí esperaram, num largo, a chegada de D. Pedro II. Depois de longa demora, veio recado que a entrevista entre D. Catarina e seu irmão teria lugar no largo do Lumiar, e o cortejo pôs-se em movimento para o local marcado; mas o recado tinha sido trocado, e ocasionou um pequeno incidente de «trânsito», que retardou o encontro entre os dois irmãos.

D. Pedro II saíra do Paço do Côrte Real, pelas nove horas da manhã, acompanhado por tôda a côrte, a esperar a irmã, de quem se despedira trinta anos antes, a bordo da esquadra que a levava para compartilhar a coroa dum reino há pouco restaurado. O adolescente moreno, desempenado, e de galharda presença, era agora um homem de quarenta e três anos, magestoso, grosso, mas bem proporcionado e de elevada estatura. Também a idade modificara D. Catarina, e não sem espanto se devem ter olhado reconhecendo difficilmente nas suas figuras opadas o aspecto juvenil que a sua mútua recordação guardara.

O recado errado que fôra transmitido, fixando o encontro num ponto diferente daquele em que D. Pedro II esperava topar o côche de D. Catarina, fêz com que a meio da calçada do Lumiar enleassem os dois cortejos régios, «sem ser possível nem adiantar, nem retroceder, com que foi preciso abrir-se um valado, para que passasse o acompanhamento athe chegar o coche de ElRey a emparelhar-se com o da Raynha nesse tal, ou qual largo, que dava de si a calçada estreita.» Alcatifou-se o espaço que mediava entre os dois côches, e D. Pedro II apeou-se, precedido pelo Estri-



beiro-mor Conde de Viana, pelo Camareiro-mor Marquês de Marialva, e pelo Marquês de Alegrete, que o acompanhavam. Chegando-se D. Pedro ao côche de D. Catarina, com grandes demonstrações de agrado lhe significou o prazer que tinha de a ver, e D. Catarina, apeando-se por sua vez, agradeceu reconhecida o affecto del-Rei, seu irmão.

A etiqueta vigilante limitou a uma delicadeza respeitosa as expressões trocadas entre D. Pedro e D. Catarina, pois a severidade do cerimonial costumado entre testas coroadas não tolerava que êles se esquecessem que acima dos laços de família havia a impreterível reverência, devida à estirpe real.

Trocadas as saudações, D. Catarina entrou no côche do Rei, e sentou-se à sua direita, com grave dignidade, e a procissão de carruagens continuou a sua jornada até à Quinta de Alcântara, que tinha sido destinada para a alojar. No Campo Grande esperava o Duque de Cadaval à frente do exército, para receber condignamente a Rainha-viúva de Inglaterra, e para que nada faltasse ao aparato dêsse dia festivo.

No Palácio de Alcântara esperava-a D. Maria Sofia, que a veio receber ao tôpo da escada, cumprimentando-se as duas Rainhas com grandes mostras de contentamento. «Não ouve cea publica a respeito de vir S. Magestade molestada», e os Reis de Portugal retiraram-se para a deixarem descansar.

D. Catarina estava finalmente em Portugal, no meio da sua família portuguesa, e embalada pelo amor reverente do povo. Ia poder viver livre e despreocupada, adorar públicamente o seu Deus, e o horror dos últimos anos, passados em Inglaterra, desvanecia-se como longínquo pesadelo.

Esmerou-se a côrte portuguesa em festejar o regresso de D. Catarina, com solenidades que se prolongaram por vários dias. A pouco e pouco, porém, as festas acabaram, e a vida assentava nos seus moldes habituais. D. Catarina ia encontrar uma amiga dilecta em sua cunhada, a Rainha D. Maria Sofia. O parentesco que as unia e identidade de carácter desenvolveram uma amizade que não era alterada nem por intrigas, nem por invejas. Dedicadamente resolveram abandonar, nas suas freqüentes visitas, a incômoda etiqueta, e «assentaraõ, que não sahiriaõ da casa, em que cada huma se achasse, o que seria reciproco em ambas; e tambem em demonstraçaõ da amisade, e carinho assentaraõ fallaremse por vós» (1).

Mas como nunca a felicidade está no ponto em que nos encontramos, alguns pequenos dissabores apoquentaram D. Catarina, e as saüdades do país, cujas armas esmaltavam o seu braço, por vezes a assaltavam com violência.

Procurava sempre ter notícias de Inglaterra ou dos seus cunhados, Jaime II e Maria de Modena, interessada por uma terra que de longe lhe parecia mais aprazível do que lhe tinha parecido de perto. Se os ingleses tinham alguns defeitos, já lhos tinha perdoado, declarava ao embaixador britânico em Lisboa, Paulo Methuen; e ao receber uma mensagem de sua sobrinha, a Rainha Maria, a sua alegria e contentamento fizeram-lhe proferir palavras de ternura pela antipática Maria Stuart (2).

Não se renegavam com facilidade trinta anos de existência num país estrangeiro; e se D. Catarina, de princípio

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 328.

(2) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 320.



tinha sido renitente em adaptar-se à vida inglesa, tinha acabado por se acomodar inteiramente a ela, com uma inteireza que ignorava. Em Inglaterra tinha «niquices» portuguesas; em Portugal tinha «niquices» inglesas.

O destino parecia persegui-la com uma irónica contradição. Ao chegar noiva, a Inglaterra, o seu trajar à portuguesa acarretara-lhe as mais ásperas censuras; ao chegar viúva, a Portugal, também o seu trajar foi criticado. Os seus fatos, copiados pelas modas audaciosas de Versailles, desagradaram numa côrte onde a fantasia era desprezada, e D. Pedro II mostrou a D. Catarina o desejo de a ver adoptar o vestuário nacional. Todavia, ela não estava disposta a voltar aos guardinfantes e anquinhas da sua juventude, e movida pelos rogos da Rainha e das damas da côrte, que desejavam vestir-se à moda de França, tomou a chefia da insurreiçãõ feminina, pedindo ao Rei que lhes fôsse consentido seguirem a moda que lhes agradava.

D. Pedro, assediado por tão teimoso quão frágil inimigo, teve de condescender à exigência, e logo de França vieram alfaiates para paramentarem as beldades portuguesas (1).

Outras manias, adquiridas em Inglaterra, assustavam a monótona e rotineira vida palaciana, e faziam-lhe temer que o espírito de independência de D. Catarina alterasse, com o seu exemplo, os bons costumes das senhoras de Portugal. Não contente em conservar ao seu serviço, usufruindo bons ordenados, as damas inglesas que trouxera, aconselhava os seus préstimos à Rainha D. Maria Sofia, gravemente enfraquecida por sucessivos desmanchos. E, cúmulo da excentricidade, não parava muito tempo no mesmo sítio, ou no mesmo palácio.

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 503.

Não encontrara ainda a residência que sonhara, tranqüila, espaçosa e arejada, com vista do rio, pouco afastada de Lisboa, mas suficientemente perto do palácio real para poder, sempre que lhe aprouvesse, visitar seus sobrinhos, que adorava, e onde pudesse fazer exercício, uma das suas principais preocupações.

Algum tempo depois de residir no Palácio de Alcântara, a sua saúde alterara-se, e resolveu ir habitar para a quinta do Conde de Redondo, a Santa Marta. Daqui se mudou para o palácio do Conde de Soure, no Bairro Alto, e no ano de 1699 ainda aí habitava, pois o seu testamento, feito talvez na previsão da viagem que ia empreender, é datado 14 de Fevereiro e dessa residência. Nos fins dêsse mesmo mês de Fevereiro partiu para Vila Viçosa, a visitar o solar de sua família, numa romagem saudável e através do país foi recebida festivamente. A primavera alentejana, quente demais para o seu organismo desabitado do calor sufocante, fê-la deixar Vila Viçosa à procura da briza fresca do Tejo. A 4 de Maio, passava em Évora, onde «fez entrada publica; e sendo recebida com magnificas festas, ricos arcos, e com todas as cerimónias devidas à Magestade»; a 8 estava de volta em Lisboa.

Possivelmente nessa época mudou-se para o palácio do Conde de Aveiras, em Belém, existente no local hoje occupado pelo Palácio Presidencial de Belém. A quinta era aprazível e isolada, e a vizinhança do mosteiro dominicano tornava-a uma estadia muito agradável. Todavia, D. Catarina estava cansada de procurar em casas alheias o retiro que idealizara. Resolveu construir casa sua. Depressa comprou a propriedade duma filha do contador-mor, Luiz Pereira de Barros, casada com Plácido Castanheira de Moura, nos Campos da Bemposta. A lenda dum tesouro escondido,



cujo esconderijo estava indicado num anel que se perdera, e a cláusula na escritura de venda, de que se êle fôsse encontrado pertenceria aos primitivos proprietários, inspirou Camilo Castelo Branco, que dela se aproveitou no seu romance *O Demónio do Ouro*.

Quintas e hortas de diversos proprietários foram também compradas por D. Catarina, para engrandecer a área que destinava a jardins e dependências. Da Estefânia até à actual Bemposta, tudo pertencia à Rainha-viúva de Inglaterra.

No próprio ano de 1699 começou a construção do Paço da Bemposta. Sóbrio e grandioso era o palácio que o terramoto de 1775 quási destruiu, e a capela evocativa de Nossa Senhora de Conceição, ampla e rica. Nela acumulou D. Catarina obras de arte preciosas, umas trazidas de Inglaterra, outras existentes em Portugal. Basta lembrar que nessa capela esteve muitas décadas a pintura de Holbein «A Virgem, o Menino e os Santos», de que se orgulha o nosso património artístico, resguardado no Museu de Arte Antiga.

O Palácio da Bemposta, onde se encontra instalada actualmente a Escola do Exército, ainda conserva, sobre duas das suas portas, o escudo de armas bipartido, onde se unem os leopardos ingleses às quinas portuguesas, recordação da sua real fundadora (1).

Emquanto se construía o seu paço, D. Catarina habitou a casa do Conde de Aveiras. A vida portuguesa voltara a

---

(1) Sobre o Paço da Bemposta, e outras residências de D. Catarina, ver: Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, IV, 46-48; Nogueira de Brito, «A Capela do Paço da Bemposta», *Diário de Notícias*, 12/9/1940; E. Rosenthal, *Notes on Catherine of Bragança*, *Historical Association — Lisbon Branch-First Annual Report & Review*, 1937, 14-16.

prendê-la na sua entorpecedora uniformidade, que num hábito indolente transforma as mais vivas actividades. Não era já a côrte duma Rainha-viúva, era uma pequena casa nobre rodeando uma senhora viúva e doente, que habitava uma quinta nos arrabaldes de Lisboa. Aí vivia particularmente e retirada, recebendo de quando em vez algumas visitas, entre as quais a de Paulo Methuen. Só uma vez D. Catarina foi censurada pelo embaixador inglês, que sempre gabava a sua discrição; foi quando chegou a notícia de que Jaime II deixara S. Germain com o Duque de Berwick, e um exército de catorze mil homens, e chegara a Inglaterra chamado pela voz suplicante dalguns dos seus melhores vassallos. A notícia entusiasmou D. Catarina e a sua família inglesa, de tal forma que, não contendo a alegria, deram a conhecer a todos a agradável novidade. E o embaixador queixou-se para Inglaterra da expansão da Rainha (1).

Não obstante as relações amistosas com o enviado dos usurpadores do trono inglês, a lealdade de D. Catarina para com Jaime II foi inquebrável, e ao saber que êle tinha morrido ordenou que a sua casa tomasse luto rigoroso, estendendo essa ordem até Somerset-House e aos criados ali residentes.

Em Abril de 1702 já habitava D. Catarina o seu palácio da Bemposta a-pesar dêste não estar concluído. Da Bemposta, e datada de 2 de Maio, é a carta de affectuosas condolências que enviou à Rainha Ana da Grã-Bretanha.

As principais damas inglesas, aborrecidas pelo longo exílio em terra estranha, tinham-se retirado a pouco e pouco para Inglaterra, e os «largos ordenados», e os cargos que

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 302.



desempenhavam junto de D. Catarina foram distribuídos a senhoras portuguesas da primeira nobreza, tôdas viúvas, como as Condessas da Ericeira, de Pombeiro, e de S. Lourenço, D. Arcângela Maria de Portugal, D. Inês Antónia de Távora e D. Joana de Távora (1).

Apenas alguns criados e criadas inglêsas, em lugares de menos importância, resistiram à concorrência portuguesa.

Perdida sua cunhada D. Maria Sofia, que morrera em Agosto de 1699, afastadas as suas damas inglêsas, D. Catarina só podia contar com a dedicação das suas camaristas portuguesas, e fatalmente, cada dia que passava, pela convivência e pelo coração, se tornava mais marcadamente portuguesa.

Seguira com atenção a atitude de Portugal na questão da sucessão ao trono de Espanha. Primeiro vira com desgosto D. Pedro II inclinar-se para o partido francês, que defendia os direitos de Filipe, Duque de Anjou, neto de Luiz XIV; e depois com satisfação a contra-volta que o ligara à Grande Aliança, constituída pela Áustria, Inglaterra e Holanda, que pretendiam colocar no trono espanhol o Arquiduque Carlos, filho do Imperador de Áustria, Leopoldo I.

D. Catarina favorecia, no seu íntimo, tudo quanto dissesse respeito ao seu país de adopção. Além disso sempre ouvira dizer que só a aliança inglêsa tinha ajudado Portugal a libertar-se do inimigo espanhol, e agora que chegava a ocasião de escolher entre a França e a Inglaterra, o seu coração inclinava-se para a política britânica.

Em Março de 1704 chegava a Lisboa o Arquiduque Carlos, usando já o nome de Carlos III de Espanha, para

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 329.

em Portugal preparar a entrada nos domínios de que se intitulava senhor. D. Catarina adoecera de uma erisipela, pouco depois da sua chegada, mas o desejo de Carlos III de apresentar os seus respeitos à Rainha-viúva de Inglaterra tinha de ser satisfeito, qualquer que fôsse o incómodo da Rainha, e o Duque de Cadaval significou da sua parte ao «Rei Católico», que o esperava no dia e à hora que mais lhe agradasse.

A vida simples e o pessoal restrito do Paço da Bemposta não podiam oferecer o aparato devido a uma entrevista entre o Rei de Espanha e a Rainha-viúva da Grã-Bretanha. O brio nacional exigia que o aliado de Portugal fôsse recebido com a magnificência conveniente, e resolveu-se a dificuldade duma maneira engenhosa. A Secretaria de Estado avisou todos os altos dignitários, officiais da Casa del-Rei, e a nobreza; e D. Catarina tôdas as senhoras, para que comparecessem no seu paço, «com o que esteve numeroso, e luzidissimo o concurso da Corte.»

Quando Carlos III se apeou do côche real, pôsto à sua disposição por D. Pedro II, a côrte desceu a recebê-lo, e entrando com compassado cerimonial, distribui-se por três salas diferentes. Nas duas primeiras ficaram os fidalgos, e na terceira estavam as senhoras, guardada a porta por António Mendes, Porteiro da Câmara da Rainha, «com ordem para não deixar entrar dalli para dentro nenhum Fidalgo.»

Através da sala das senhoras, Carlos III entrou na câmara da Rainha, acompanhado pelo seu aio, o Príncipe de Lichtenstein, que mal lhe chegou uma cadeira de veludo negro «em distancia competente da cama», se retirou para o esperar à porta, pelo lado de fora. Emquanto esperava seu amo, o Príncipe reparou que o Almirante de Castela,



D. João Tomás Henriques, estava à porta da casa de fora, e disse «ao Porteiro João Carneiro, que deixasse entrar o Almirante, ou o deixasse sahir; porém elle observante da ordem, que tinha, respondeo, que Sua Excellencia tinha alli, que fazer, e o Almirante não, que se quizesse sahir o podia fazer, mas que o Almirante não podia entrar; porque aquella casa era reservada às Senhoras, e elle não tinha alli occupaõ.»

D. Catarina recebeu Carlos III com cortesia, assistindo à visita a uma distância respeitosa, a sua dama de serviço, D. Inês Antónia de Távora.

A juventude do pretendente à coroa espanhola desculpa um pequeno deslize, que a pragmática de então notou com severidade: ao dar por terminada a visita levantou-se sem esperar que lhe afastassem a cadeira. Omissão inadmissível por parte dum rei de Espanha!

O dia não tinha sido propício aos estrangeiros, mas a etiqueta portuguesa estava ufana da impecável cerimónia, «tendo-se observado huma singular ordem, e advertencia naquelle Paço, que dava a reconhecer, que era habitaçaõ de huma Rainha taõ prudente, e de tantas virtudes, como foy a Rainha D. Catarina» (1).

A 28 de Maio partiu D. Pedro II para a fronteira, onde Filipe V e um exército de quarenta mil homens, sob o comando do Duque de Berwick, tinham já conquistado Salvaterra, Segura, e Castelo Branco, e preparavam uma manobra para se juntarem no Alentejo às fôrças do Príncipe de Tilly.

D. Pedro II, para se poder entregar por completo às ope-

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 330-332.

rações militares e à guerra na fronteira, resolveu abandonar o governo da nação. Entregou a regência do reino a D. Catarina, confiante no seu talento, e no seu bom senso. E enviando-lhe «um papel» pelo seu confessor o Padre Sebastião de Magalhães, da Companhia de Jesus, nêle lhe recomendava, entre outras cousas, que em todos os assuntos do governo se confiasse aos avisos do Duque de Cadaval, que pela sua experiência e fidelidade à Casa Real merecia absoluta confiança.

Deixava D. Pedro em Lisboa, para assistirem ao Conselho de Estado, além do Duque de Cadaval e seu filho D. Jaime, os Marqueses de Cascais e de Niza, o Inquisidor Geral, D. Fr. José de Lencastre, os Arcebispos de Lisboa e de Braga, os Condes de Val de Reys e de Sarzedas, o Monteiro-mor, Garcia de Melo, D. Francisco de Sousa, o Secretário de Estado, D. António Pereira da Silva, o Bispo de Elvas, D. Tomás de Almeida, e o Secretário Roque Monteiro Paím.

Muitos anos de calúnias e sarcasmos postos a circular por inimigos interessados tinham convencido a côrte inglesa de que a sua Rainha era uma pobre senhora estúpida e ignorante, atacada por insuportável beatério e dançando pavorosamente. D. Catarina ia dar provas, nos últimos dois anos da sua vida, de que se não possuía a argúcia política dum Mazarino, era pelo menos muito mais inteligente do que a tinham julgado os seus vassallos.

Na difícil tarefa da governação conformava-se com o parecer do Conselho de Estado, porém, não recuava quando era necessário assumir uma atitude independente e desasombrada. Para quem era julgada tacanha, agiu com invulgar determinação no conflito entre o Núncio Apostólico, Miguel Ângelo Conti — que mais tarde viria a ser o Papa



Inocência XIII — e a província portugueza da Companhia de Jesus.

Protectora da Companhia, cujos padres a amparavam com os seus conselhos religiosos, e que vira sempre resolutos na defesa da sua fé, indignou-se com a intimação de Monsenhor Conti, que em nome da Santa Sé exigia à Companhia de Jesus a satisfação dos quindénios de algumas igrejas, que lhe pertenciam. Com rapidez notificou ao Núncio «que não entrasse no Paço, nem fosse admittido pelo seu Conferente (1) a tratar negocio algum», concentrando nêle a cólera que sentia pelos ataques vibrados dissimuladamente pelo Vaticano contra os seus protegidos (2).

O inverno antecipara-se nesse ano com chuvas abundantes e torrenciais, interrompendo a actividade militar na fronteira, e D. Pedro II voltou a Lisboa, em 17 de Novembro, doente e desiludido com o rumo pouco favorável que tinham tomado, até então, as hostilidades. Muito antes de partir para a campanha do verão de 1704, já D. Pedro II sofria de sonolências tão fortes e irresistíveis, que nem a gravidade dos negócios, nem a advertência dos seus ministros o impediam de cabecear no Conselho de Estado e no despacho, adormecido por um estranho torpor.

Agravou-se êsse achaque com inflamações de garganta que não o deixavam engolir, e nos primeiros dias de Janeiro de 1705 eram tais as aflições que sentia, que os médicos pensaram que êle não poderia escapar. Depois de sacramentado e ungido, D. Pedro II, a 3 de Janeiro, nomeou de novo D. Catarina, como Regente do Reino.

---

(1) O Duque de Cadaval.

(2) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 577.

D. Catarina, a-pesar-de queixosa e adoentada, não se eximiu ao encargo que seu irmão lhe confiava, e com uma meticulosidade conscienciosa, que observava em todos os seus actos, dedicou-se ao serviço da nação.

Portugal estava em guerra, tudo tinha que estar preparado para guerrear na próxima primavera. Em duas conferências do Conselho de Estado punha em movimento a pesada mole da burocracia nacional, resolvendo assuntos necessários para o início da campanha e para a movimentação das tropas. Ordens definitivas, e sem apêlo, foram dadas para que se intensificasse o recrutamento, se prevenissem cavalos para a tropa montada, se aprovisionassem meios de transporte, e se fizessem reservas de víveres para os homens e forragem para os animais.

A intensidade do apetrechamento militar fazia pensar na actividade guerreira das campanhas da Restauração.

A facção inglêsa rejubilava com a energia de D. Catarina, e o embaixador inglês avisava para Londres que a guerra prosseguia com vigor, pois a Rainha tinha decisão suficiente para fazer com que as suas ordens fôsem cumpridas (1). Não se mostravam tão entusiasmados os partidários da França, a quem o ardor belicoso da Rainha Regente prejudicava.

As animosidades pessoais na côrte, as secretas simpatias dalguns ministros pela causa francesa, a venalidade de muitos servidores da coroa, serviram para os agentes ocultos de Luiz XIV tolherem a acção de D. Catarina.

O Conselho de Estado, presidido pelo Duque de Cadaval, sempre affecto às coisas de França, tornara-se recriminatório,

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 305-306.



e a falta de pontualidade com que eram enviados os subsídios financeiros pelos aliados de Portugal não aumentavam a possibilidade de D. Catarina cumprir cabalmente o que empreendera.

Não obstante as dissensões e a falta de dinheiro, a campanha da primavera, de 1705, tinha sido brilhante e bem sucedida. O Conde das Galveias, governador das armas do Alentejo, conquistara Valença de Alcântara e Albuquerque, duas praças fortes espanholas de grande importância, e o Marquês das Minas, governador das armas da Beira, recuperara Salvaterra ao inimigo.

A grande estiagem e o calor interromperam as vitórias portuguesas, pois o exército retirou-se, esperando tempo mais bonançoso e aprazível para a peleja.

Em Lisboa, D. Catarina não descansava um instante, nem tão pouco os que a contrariavam. Se por um lado obtinha que o embaixador inglês se responsabilizasse pelo pagamento do subsídio em atraso, e se a Holanda, movida pela indignação do seu protesto e coagida pela intervenção da Rainha Ana da Grã-Bretanha, se dispunha a cumprir aquilo a que se obrigara pelo tratado firmado com Portugal, por outro lado as dificuldades com o amuado Conselho de Estado tinham aumentado. Primeiro recusara-se à sujeição das reuniões costumadas; depois insistira para que os oficiais ingleses de igual patente à dos portugueses lhes dessem a precedência.

D. Catarina cedeu a esta mesquinha exigência, julgando a trôco dela serenar os ânimos dos seus conselheiros, mas nada conseguiu senão levantar a susceptibilidade inglesa. O embaixador de Inglaterra apresentou-lhe as suas queixas, dizendo-lhe que a extravagância, a injustiça e a inconveniência de tal resolução só lhe podia ter sido sugerida por aqueles

que desejavam originar uma ruptura entre Portugal e a Inglaterra (1). Mas D. Catarina era teimosa, e desde que tomasse uma resolução, cumpria-a, doesse a quem doesse.

Em Outubro do mesmo ano de 1705, o Marquês das Minas, que substituíra no govêrno das armas do Alentejo o valoroso mas já envelhecido Conde das Galveias, empreendeu uma campanha de outono, indo sitiar Badajoz, acompanhado pelo Conde de Galway, comandante das tropas inglesas. No ataque da praça, a 11 dêsse mês, o Conde de Galway perdeu o braço direito estilhaçado por uma bala de artilharia, tendo de ser levado para Elvas, para ser tratado. Dias depois a praça era socorrida pelo Marechal de Tessé, sem que os portugueses, «ou por casualidade, ou por descuido», os detivessem. O frio e a chuva completaram o fracasso, e a tropa portuguesa levantou o cêrco dirigindo-se para os seus quartéis de inverno.

Pouco depois descansaria também D. Catarina, mas para sempre, dos trabalhos e arrelias da vida. Numa quinta-feira, 31 de Dezembro de 1705, uma cólica violentíssima vitimava a Rainha Regente.

D. Pedro II fôra chamado ao Paço da Bemposta, mas o sofrimento de sua irmã e a sua própria doença, tornaram-lhe insuportável a aproximação da morte. Às nove horas da noite retirava-se para Alcântara, ordenando que o Conselho de Estado ficasse na Bemposta, «para que dispuzesse tudo o que fosse necessario no caso, que morresse a Rainha».

Ao morrer, D. Catarina, ainda dava à Inglaterra uma prova de afeição. Dominando as dores que a vergavam numa agonia de sofrimento, murmurou ao seu médico inglês,

---

(1) Janet Mackay, *Catherine of Braganza*, 1937, 308.



que a amparava, que fôra acusada injustamente de tentar introduzir o catolicismo em Inglaterra, quando nunca tinha desejado outros benefícios para os que professavam a sua crença, além dos que lhe eram consentidos pelo seu tratado de casamento; nunca fôra, tão pouco, defensora dos interesses franceses em Inglaterra; pelo contrário, sentia um grande desgosto ao pensar que o engodo pela França, na côrte de seu irmão, pudesse prejudicar em qualquer coisa a Grã-Bretanha (1).

Pelas dez horas da noite expirava D. Catarina, passando para além das querelas do mundo, serena porque ia enfrentar o Senhor, tranqüila porque sempre cumprira o seu dever para com os dois países que tinham partilhado a sua vida.

Após a sua morte fêz-se a leitura pública do testamento que fizera em Janeiro de 1699. O Secretário de Estado, D. Tomás de Almeida, quebrou os cinco pontos de linha, com os respectivos pingos de lacre, verificando que «nelle não vem vicio de letra, risca, ou enterlinha, mas toda a letra clara, e corrente, e se compoem o dito Testamento de huma folha de papel, escritas tres paginas della»; e com voz compassada e solene as últimas vontades da Infanta de Portugal, Rainha de Inglaterra, foram lidas lentamente.

«Em nome da Santissima Trindade Padre, Filho, e Espirito Santo tres pessoas Distintas, e hum só Deos verdadeiro, e da gloriosa Virgem Maria nossa Senhora, e de todos os Santos da Corte Celestial.

Eu Dona Catharina Raynha da Gram Bretanha pela graça de Deos crendo, como firmemente creyo, em tudo que manda a Santa Madre Igreja Romana, e desejando dispor, e ajustar as couzas de minha consciencia, e estado com o entendimento que

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, IV, 508.

Deos nosso Senhor foy servido dar-me faço meu Testamento, e ultima vontade, pela maneira seguinte.

Primeiramente encomendo minha alma a Deos nosso Senhor que a criou, fiando de sua infinita mizericordia, e bondade me perdoará minhas culpas, e pecados, levando-me a gozar de sua bemaventurança onde o louve por toda a eternidade.

Quando Deos nosso Senhor for servido, levar-me para si, ordeno que meu corpo seja sepultado no Convento de Belém junto ao Principe D. Theodozio meo Irmaõ que Deos tem. E no cazo que seus ossos sejaõ tresladados para o Convento de S. Vicente de fóra desta Cidade, como deixou disposto em seu Testamento ElRey D. Joaõ o iv. meu senhor, e Pay he minha vontade que os meus da mesma sorte se tresladem, e se lhe dê sepultura na Capella môr do dito Convento, e a fórma de meu enterro, e funeraes se regulará pela vontade, e disposiçaõ de meu Testamenteiro.

Junto com este meu Testamento, e como parte delle deixo hum papel assinado por minha mã, em que declaro os sufragios, legados pios, e outras disposiçoens, que ordeno se cumpraõ depois de minha morte.

Instituo por meu universal herdeiro a ElRey D. Pedro II. de Portugal meu muito amado, e prezado Irmaõ. E juntamente lhe pesso seja meu Testamenteiro, e mande executar as minhas disposiçoens, que neste, e quaesquer outros Reynos puderem ter execuçaõ.

E porque muitas dellas se poderaõ comprir nos Reynos de Inglaterra, e seus dominios constituo para este effeito por meus Testamenteiros a Felipe, Conde de Cherterfield do meu Conselho, a Luiz Conde de Teversham meu Camareiro môr, a D. Senhor Estiven Fox Cavaleiro, a D. Ricardo Belingo Cavaleiro, meu Secretario, e a Manoel Dias meu Esmoler, e lhes encarrego o cuidado, e diligencia, que delles conflo na cobrança das dividas, que se me estiverem devendo nos ditos Reynos, e seus dominios ao tempo de meu falecimento; o que tudo espero cumpraõ com igual satisfaçaõ da confiança que faço delles.

Por esta maneira hei por acabado este meu Testamento, o qual quero que valha como tal, ou como codicilo, pela melhor forma que em direito possa ter lugar. E por elle revogo quaesquer outros Testamentos, ou Codicilos por mim feitos, ainda que tenhaõ algumas clauzulas derogatorias geraes, ou especiaes; porque todas hey por revogadas, e por me não lembrarem, deixo de fazer dellas especial mençaõ.



E para firmeza de todo o referido, e conteudo neste Testamento, o qual mandei fazer por Roque Monteiro Paim do Conselho de ElRey meu Irmaõ, e senhor, e seu Secretario, o assino no fim delle de minha propria maõ, acomodando-me ao estilo, e pratica deste Reino, sem embargo de que por o estilo anglicano me assinaria no principio delle, se o fizera no Reyno de Inglaterra. E eu sobredito Roque Monteiro Paim, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario, o escrevi por mandado da dita senhora Dona Catharina Raynha da Gram Bretanha, nesta Corte, e Cidade de Lisboa no Palacio da mesma senhora sito ao Moinho do vento, aos quatorze do mez de Fevereiro de mil e seiscentos e noventa e nove.»

«Catharina R.»

Apenso ao testamento, outro documento que dêle fazia parte, mencionava os sufrágios, os legados, e outras disposições da Rainha.

«Dona Catharina por graça de Deos, Raynha de Gram Bretanha declaro que este he o papel asinado por minha maõ a que me remeto no meu Testamento, e que quero valha como parte delle, dando-se prompta, e inteira execuçaõ aos sufrágios, legados pios, e outras disposicoens, que ordeno se cumpraõ depois da minha morte, pela ordem, e maneira seguinte.

Primeiramente deixo applicados vinte mil cruzados para os gastos dos meus funeraes, e no cazo que o dispendio naõ chegue a igualar esta soma, quero que tudo o que restar della se reparta igualmente pelos Conventos de Religiozos, e Religiozas que há em Villa Viçozza, além do que particularmente deixo a alguns delles.

Mando que nos tres dias que immediatamente se seguirem ao meu falecimento se façã dizer por minha alma todas aquellas missas que puderem celebrarse nos Conventos, e Parochias desta Corte, e que se vaõ continuando nos outros dias seguintes athe se perfazer o numero de des mil Missas, para cuja esmolla determino a quantia de des mil cruzados.

Mando que se dem de esmolla por huma ves ao Convento do Sacramento de Religiozas Dominicanas tres mil cruzados. A caza professa de S. Roque da Companhia de Jesus tres mil cruzados, ao Convento da Madre de Deos de Religiozas Franciscanas da primeira Regra dous mil cruzados. Ao Convento

de S. Francisco de Capuchos da Piedade na mesma Villa mil cruzados. Ao Convento do Bosque assim mesmo de Capuchos da Provincia da Piedade mil cruzados.

Atendendo a que há nesta Corte cinco Communidades, das duas naçoens Ingleza, e Irlandeza, a saber o Convento do Corpo santo de Religiosos Dominicanos Irlandezes. O Convento do Bom successo assim mesmo de Religiozas Dominicanas Irlandezas. O Convento de Santa Brizida de Religiozas Inglezas. O Collegio do Seminario de S. Pedro, e S. Paulo de Inglezes. O Collegio, ou Seminario de S. Patricio de Irlandezes. E que pela rezaõ particular que tem de meus Vassallos devo considerallos. Ordeno que a cada hum dos tres sobreditos Conventos dem dous mil cruzados, e a cada hum dos dous Collegios, ou Seminarios se dem mil cruzados de esmola por huma vez. E quero que os mil cruzados que correspondem a cada hum dos Collegios, ou Seminarios sobreditos se entreguem à ordem dos seus Presidentes, ou Prelados, para que elles livremente os possaõ empregar no que julgarem mais necessario, e util às suas Communidades.

Porque se me representou que os gastos se fazem com as amas das crianças que se expoem nesta Cidade, excedem muito as rendas, e esmolas applicadas para elles, desejando remediar em parte esta falta, mando se dem para este effeito dez mil cruzados, os quaes se ponhaõ a rezaõ de juro para que com os renditos annuaes procedidos desta quantia se acrecente o numero das ditas amas. E para que o dito capital se conserve sempre inteiro, sem que se diminua, ou divirta alguma parte delle, se fará entregar na meza em que se administra esta obra de caridade com assentos, clauzulas, e clarezas necessarias para este fim.

Mando que se faça eleição de seis moças donzellas honradas, e virtuozas que desejem ser Religiozas, e que a cada huma se apliquem dous mil cruzados para dote, com que possaõ tomar estado Religiozo no Convento que melhor lhes parecer, os quais dotes pela parte que tocar ao Convento se lhe entregaraõ com a devida segurança, para que só lhes fiquem no cazo que as donzellas nomeadas cheguem a professar nelles. E socedendo que alguma della morra no anno do noviciado, ou naõ queira continualo athe fazer profissaõ, tudo o que lhe pertencia da esmola determinada para ella, se applicara a outra que de novo se escolhera para o mesmo fim de ser Religioza com effeito. A eleição das sobreditas seis donzellas se poderá commeter, aprovando assim o meu Testamenteiro, ao Padre Prior de S. Domingos desta Cidade, e ao Padre Preposito de S. Roque da Companhia de Jesu.



Mando se dem seiscentos mil reis para o resgate de captivos, que costuma fazer a Religião da Santissima Trindade, os quais quero se empreguem na primeira redempção que fizeram os ditos Religiozos, com condição porèm, que havendo no cativeiro algum menino, ou menina sejaõ os primeiros resgatados, e naõ os havendo precedaõ as mulheres aos homens, para que desta sorte se acuda com o remedio aonde póde ser mayor o perigo, e sempre os resgatados seraõ de nação Portugueza.

Ao Padre que há na caza professa de S. Roque da Companhia de Jesu destinado para aestir às cadeas com nome de Procurador dos prezos, ordeno se entreguem seiscentos mil reis para que elle os dispenda no livramento daquelles prezos, que o estiverem por dividas de valor athe vinte mil reis, assim no limoeyro como no tronco. E quando depois de satisfeitas estas dividas reste alguma couza da sobredita quantia a empregará no socorro, e remedio dos prezos que vir mais necessitados, principalmente daquelles, cujas cauzas estaõ paradas, por lhe faltar dinheiro para o expediente dos seus papeis. E bastará que de conta ao seu Padre Preposito do quando, e como fez esta despeza.

Suposta a exacção com que minha familia, que me servio neste Reyno se lhe pagaraõ sempre todos os seus ordenados: sómente se lhe estará a dever o que tiver vencido desde, o pagamento do ultimo quartel athe o dia da minha morte, e isto mesmo se lhe pagará com a mesma promptidão: e se mandaraõ dar lutos a todos aquelles criados a quem se costuma dar libré. Além disto quero, e mando que por huma só vez se dé mais a cada hum dos meus criados, e criadas a importancia do ordenado que venciaõ em hum anno pela ordem da lista que se segue.

A Thomás Sandis daraõ seiscentos e cincoenta mil reis.	
A Joaõ Keri.	600Ur'
A Joaõ Carneiro Brum	300Ur'
A Francisco da Motta Guilherme	300Ur'
A Andrè Mendes de Almeyda	300Ur'
A Antonio Keri	300Ur'
A Joseph Sandis	300U
A Manoel Dias de Campos	300U
A Francisco Nicolsson	300U
A Natanael Bois	300U
Ao Doutor Joaõ Bernardes	600U
Ao Doutor Diogo Mendes	600U
A . . . . .	. . .
Ao Doutor Roberto Layfut	750U

Ao sangrador Antonio Monteiro	240U
Ao sangrador Francisco Antunes	240U
A Thadeo Kenedim	240U
A Joaõ Marten	240U
A Manoel Cazado	240U
A Joaõ de Aguiar	240U
A Manoel Pereira Borges	240U
Ao Architeto Joaõ Antunes	100U
A Antonio Alvarez	120U
A Domingos Martins	120U
A Francisco Monteiro	90U
A Francisco Ferreira	62U
A Duarte Keni Copeiro	150U
A Francisco Fernandes Lima	150U
A Antonio Francisco	240U
A Miguel Loureyro	240U
A Pedro Fernandes	120U
A Francisco Ferreira	120U
A Francisco Gil	120U
A Daniel Vich	1080U
A Antonio Joaõ	90U
A Miguel Joaõ	90U
A Antonio Martins	60U
A Joaõ Gil	60U
A Antonio Fernandes	60U
A Jorge Hiliard	60U
A Gualter Grè	150U
A Guilherme Berman	150U
A Feliciano Pinto	150U
A Gonçalo Gonçalves	150U
A Agostinho da Cunha	150U
A Antonio de Luborde	150U
A Antonio Queron	150U
A Manoel dos Reys	150U
A Antonio Fernandes	150U
A Joaõ Gomes	150U
A Antonio Gomes	150U
A Henrique Simon	150U
A Paulo Ferreira	130U
A Antonio Rodrigues	130U
A Thomás Mezon	120U
A David Monch	120U
A Joaõ Ribeiro	120U
A Domingos Pinto	120U



A Manoel Lopes	120U
A Joseph Francisco	120U
A Gonçalo Pinheiro	120U
A Francisco da Costa	120U
A Antonio de Oliveira	120U
A Domingos da Sylva, liteireiro do Padre Confessor	62U
A Jacinto Cardozo seu companheiro	62U
A Estevaõ Galhardo Ferrador	110U
A Domingos Vieira	72U
A Joseph Roiz, Azemel	72U
A Gonçalo da Rocha	72U
A Luiz Gonçalves	72U
A Francisco Cazado	72U
A Joseph Roiz o cazeiro	80U
A Manoel Joaõ o Jardineiro	70U
A Manoel Gonçalves, que trata do Pombal	90U
A Ricardo Cothan	180U
A Ignacio Caeyro	72U
A Matheus Caeyro	72U
A Domingos Antonio	58U
A Luiz das Neves Monteiro	80U

## CRIADAS.

A Dona Maria de Quintana se daraõ setecentos e cincoenta mil reis.	
A Dona Luiza Francisca de Vasconcellos	750U
A Dona Francisca Ignacia de Vasconcellos	750U
A Dona Anna Keri	750U
A Dona Izabel Yoache	600U
A Dona Luiza Catharina de Sá	300U
A Dona Benta Maria	300U
A Dona Maria Jacinta	300U
A Dona Maria Catharina de Sandis	300U
A Dona Catharina Keri	300U
A Dona Anna Maria	300U
A Mitis Maria Brain	150U
A Gracia Lopes	180U
A Maria Cthan	120U
A Margarida Thediman	120U
A Maria Greonel	160U
A Luiza do Espirito Santo	45U
A Izabel da Encarnaçaõ	45U
A Catharina da Conceiçaõ	45U

CAPELLA.

Ao Padre Manoel Pereira, se daraõ setecentos e sincoenta mil reis.	
Ao Padre Manoel Dias	750U
Ao Padre Miguel Ferreira	450U
Ao Padre Domingos de Miranda	300U
Ao Padre Ricardo Braim	300U
Ao Padre D. Manoel Mostarda	200U
Ao Padre Joaõ Rodrigues Coelho	200U
Ao Padre Antonio Soares Rua	200U
Ao Padre Manoel Luiz Ribeiro	200U
Ao Padre Joseph Luiz Ribeiro	200U
Ao Padre Balthezar Gomes	200U
Ao Padre Antonio de Oliveira	200U
Ao Padre Joseph Ferreira	200U
Ao Padre D. Antonio Mostarda	200U
Ao Padre Francisco da Costa	200U
Ao Padre Joaõ de Azevedo	200U
A . . . . .	. . .
A . . . . .	. . .
Ao Padre Manoel de Magalhaens	120U
A Thimoteo de Faria	450U
A Jaymes Marten	120U
A Cyriaco Petit	120U
A Joseph de Azevedo	80U
A Felix da Costa	80U
A Francisco Veras Bilherme	80U
A Joaõ Pinto de Miranda	80U
A Francisco de Azevedo	80U
A Dionisio Mostarda	80U
A Jacinto Tavares	80U
Ao Padre Antonio de S. Bernardo Religiozo Loyo	60U
Ao Padre Fr. Joaõ Ribeiro Religiozo do Carmo	60U
Ao Padre Fr. Simaõ de Santa Catharina Religiozo da Graça	60U
A Joseph da Costa o Arpista	60U
A Luiz de Brito, que toca rabecaõ	60U
A Hilario Gomes, que toca viola	60U
A Antonio do Espirito Santo, o Organista	100U
A Miguel de Oliveira	90U

Se alèm dos criados, ou criadas que aqui se nomeaõ mandar receber alguns de novo, quero se entenda tambem com



elles, o que fica disposto da mais familia, de tal sorte que não só se lhes pague o que tiverem vencido desde, o ultimo pagamento; mas também se lhes dê por huma só vez a importancia do ordenado que vencião em cada hum anno.

Declaro porém que se ao tempo de se comprir esta minha disposição forem fallecidos, ou despedidos do meu serviço alguns dos Capellaens, criados, ou criadas que aqui se nomeaõ, quero se dem as mesmas sommas, que lhe correspondiaõ a aquellas pessoas que lhe tiverem sucedido nos seus lugares, e foros. E no cazo, que eu não tenha mandado prover os tais lugares, mas estejaõ totalmente vagos, se destribuireaõ as ditas sommas da mesma maneira que deixo disposto do resto dos vinte mil cruzados applicados para os meus funerais na suposição de que o haja.

A alguns dos meus criados, e criadas por justos respeitos que para isso há, me merecem os concidere com especial atençaõ, pelo que mando, que além do que já ordeney se lhes desse como aos mais da familia, se dem por huma vez ao Padre Domingos de Miranda mil cruzados, a Joaõ Carneiro Brum mil cruzados, a Francisco da Mota Guilherme mil cruzados, a André Mendes de Almeyda mil cruzados, a Dona Luiza Catharina de Sá tres mil cruzados, a Dona Benta Maria tres mil cruzados, a Mariana Jacinta tres mil cruzados, a Luiza do Espirito Santo duzentos mil reis, a Izabel da Encarnaçaõ duzentos mil reis, a Catharina da Conceiçaõ duzentos mil reis.

Finalmente porque o amor, e pontualidade com que estes, e todos outros meus criados, e criadas me serviraõ, saõ devidas todas as demonstraçoens de estimaçaõ, e agradecimento não posso faltarlhes com a que só me resta de pedir com todo o encarecimento a ElRey meu Irmaõ, e senhor os concidere, favoreça, e ampare com aquella particular atençaõ que sempre lhe mereceraõ as do meu affecto.

Antes de sahir de Inglaterra mandey declarar à minha familia, que ficava naquelle Reyno que eu deixava ordenado aos Ministros do meu Conselho, e Thesouraria me remetessem a Portugal em cada hum anno trinta mil libras esterllinas, e que do resto de minhas rendas annuaes, que naquelle tempo importavaõ quarenta e seis mil libras lhe fizessem o pagamento dos seus ordenados. E porque no cazo que por algum incidente não chegassem as ditas minhas rendas a importar mais, que as trinta mil libras, que eu ordenava se me mandassem a Portugal, me desobrigava de lhe aestir por outro meyo; por quanto as trinta mil libras, que por minha ordem se me remetiaõ cada anno a este Reyno vinhaõ a ser precisas para os gastos da minha

caza, e para o pagamento dos criados, que aqui me houvessem de servir. Em consequencia desta minha resolução, e declaração, ordeno se cumpra isto mesmo, e que na forma sobredita se lhe paguem os ordenados que tiverem vencido, quanto der de si o resto, que se achar tem importado as minhas rendas annuaes alè m das trinta mil libras que me vinhaõ a Portugal.

A forma em que quero se disponha assim de tudo aquillo que actualmente está applicado ao ornato, e serviço de minha Capella como do meu toucador de ouro, e das joyas com que me acho de presente constará por hum papel asinado da minha mãõ, que juntamente com as ditas joyas, e tãucador se acharãem hum cofre. Mando se cumpra inteiramente o que ali deixo ordenado.

Mando que todas as Imagens assim de vulto como de pincel, laminas, Reliquias, ornamentos, roupas, e mais alfayas pertencentes ao culto Divino, que se acharem no oratorio privado, guarda roupa, e mais estancias deste meu Palacio, que naõ sejaõ do uzo, e servisso actual da minha Capella, se façãõ entregar ao Padre meu Confessor, e ao Padre Manoel Pereira meu esmoler, para que ambos juntos, ou qualquer delles, se algum for falecido, disponha de tudo na forma que lhes tenho encarregado. E porque tambem lhes declarey a minha vontade acerca do que quero se disponha dos meus papeis, e se apliquem os meus livros, ordeno que da mesma sorte se lhe mandem entregar todos de qualquer genero que sejaõ para que cumpraõ a minha disposiçaõ. E como flo delles o façãõ com toda a exacçaõ, e pontualidade, naõ quero sejaõ obrigados a dar conta de como o cumpriraõ.

Ao cuidado de D. Luiza Francisca de Vasconcellos, e de Dona Francisca Ignacia de Vasconcellos tenho cometido o de tratarem dos meus vestidos, roupas, e mais couzas particulares do meu uzo, e porque pella confiança que faço, e grande satisfacãõ que tenho da fidelidade, e zello com que sempre me serviraõ, estou na certeza de que executaraõ nesta parte tudo o que lhes tenho declarado ser vontade minha, quero, e mando, que a ellas sómente, ou a quem eu ordenar as substitua neste cuidado, e a nenhuma outra pessoa pertença a disposiçaõ das couzas, que estaõ a seu cargo, e que tem debaixo das suas chaves, sem que ninguem lhe tome conta, ou pessa rezaõ do que, ou como dispuzeraõ neste particular.»

«Catharina R.» (1)

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, Provas, IV, 838-847.



D. Catarina deixava uma grande fortuna. Anos de parcimónia tinham acumulado os seus rendimentos, que pontualmente lhe eram mandados de Inglaterra, onde geria os seus interêsses o sempre dedicado Conde de Feversham.

Receosa de esbulhos e atrasos, D. Catarina fizera estabelecer uma carreira mensal de navios entre Portugal e a Grã-Bretanha, para receber regularmente as mesadas que Londres lhe remetia. Dessa fortuna instituía seu universal herdeiro seu irmão, D. Pedro II, a quem nomeava primeiro testamenteiro. Na Grã-Bretanha designava como testamenteiros os Condes de Chesterfield e de Feversham, Sir Ricardo Bellings, Sir Estêvão Fox e o Padre Manuel Dias.

O embaixador inglês em Lisboa assistiu à leitura do testamento, examinando a tradução oficial que dêle fôra feita, e a homologação teve lugar em Londres, a 1 de abril de 1706.

O Conde de Chesterfield foi informado pelo nosso embaixador na côrte de St. James da honra que D. Catarina lhe dispensara; porém, a idade e a gota impossibilitavam-no de desempenhar o cargo que lhe fôra confiado. Escreveu uma carta ao representante português, D. Luiz da Cunha, informando-o de que teria sido para êle o maior prazer da sua vida cumprir a vontade da Rainha, uma das maiores e mais ilustres princesas do mundo, mas a doença e a velhice não lhe permitiam ser seu testamenteiro (1).

Acabada a leitura do testamento de D. Catarina, o Conselho de Estado resolveu a forma do entêrro, prescrevendo que nêle se observasse o ritual reservado a testas coroadas. No domingo, 3 de Janeiro, rezou-se o Ofício de Corpo Pre-

---

(1) A. Strickland, *Lives of the Queens of England*, 1880, IV, 510.

sente, celebrando de pontifical o Bispo de Portalegre, D. António de Saldanha, acolitado pelos Bispos do Algarve, Maranhão, de Bona e de Hiponia, que cantaram os responsos. À tarde realizou-se o funeral, cerimónia a que D. Pedro não assistiu por lho não consentirem os seus achaques. O Príncipe do Brasil e seus irmãos, os Infantes D. Francisco e D. António, estiveram no Paço da Bemposta a deitar água-benta sôbre o corpo de sua Tia, acompanhando-o sempre até êle ser metido na liteira que a levaria à sua última morada.

«Quando houve de começar o enterro», Manuel de Vasconcelos e Sousa, que fazia de Reposteiro-mor, por seu irmão o Conde de Castelo Melhor, tirou o pano que cobria o caixão. Pegaram nêle o Marquês de Marialva, o Conde de Sarzedas, o Conde de Atalaia, o Conde de S. Vicente, o Conde de Vila Verde, o Conde de Alvor, o Conde das Galveias e D. Francisco de Sousa, todos do Conselho de Estado, que o levaram até à liteira.

A caminho de Belém seguiu o préstito fúnebre, pela rua de S. António dos Capuchos, S. José, Anunciada, Rossio e Esperança, dolente e vagaroso por entre filas de sacerdotes e frades de tôdas as ordens do reino. O povo, chorando, juntara se no percurso para avistar pela última vez, avermelhado pelos fogachos dos círios, o vulto da sua princesa.

No adro da Igreja de Santa Maria de Belém tiraram os mesmos Conselheiros de Estado o ataúde da liteira, entregando-o à Irmandade da Misericórdia «conforme se pratica com os dos Reys» (1).

---

(1) António Caitano de Sousa, *História Genealógica*, 1735, VII, 334-336.



Tinham-se acabado as demonstrações de respeito da nobreza de Portugal, tinham-se afastado as lamentações populares, D. Catarina repousava junto de seu irmão, o Príncipe D. Teodósio.

A Côrte tomou luto rigoroso por um ano, suspendeu-se por oito dias o despacho dos tribunais, e o país inteiro pranteou a Rainha que se finara.

Anos decorreram sem que a tranqüilidade da jazida de D. Catarina fôsse perturbada pelos homens, mas em 1855 D. Fernando, regente na menoridade de seu filho D. Pedro v, mandava construir no Convento de S. Vicente de Fora o Panteão da Casa de Bragança, e com os ossos dos outros príncipes brigantinos seguiram os da Rainha-viúva de Inglaterra, trocando o arrendilhado moreno dos Jerónimos pela brancura imponente de S. Vicente.

As obras de restauração e limpeza, realizadas em 1932-1934, puseram ordem no amontoado poeirento de caixões, túmulos e coroas, que ali se aglomeravam. E hoje D. Catarina jaz entre os seus, num gavetão de mármore branco, modesto mas digno, onde se inscreve simplesmente:

R.<sup>NHA</sup> DE INGL.<sup>RA</sup> D. CATHARINA  
1638-1705

Lisboa, Setembro, 1940.

VIRGÍNIA RAU.

## O SEBASTIANISMO

### MÍSTICA DA RESTAURAÇÃO

Quando tiverem por certo  
perdida tôda esperança,  
Portugal terá bonança  
na vinda do Encoberto.

Prophecias de Bandarra, n.º 73.

— *Palavras a modo de entrada.*

O *sebastianismo* nem foi uma seita, nem uma religião, nem tampouco uma doutrina. Faltavam-lhe os preceitos necessários a qualquer construção espiritual ou formação intelectual dessa ordem. Foi apenas o estado de espírito colectivo ou razão da sociedade portuguesa, gerado em momento oportuno e com aproveitamento de circunstâncias propícias.

Por isso, considero inadequadas as designações até hoje em uso por quem se ocupou do assunto. Falar das *Trovas* do sapateiro de Trancoso como «evangelho do sebastianismo», chamar a D. João de Castro, — o da *Paraphrase e concordância de algumas prophecias de Bãdarra, çapateiro de Trancoso*, — o «S. Paulo da religião sebastianista», ou «apóstolo do sebastianismo», como o fêz Lúcio de Azevedo em *A Evolução do Sebastianismo*, (1) parece-me exagero demasiado na apreciação dos factos.

---

(1) J. Lúcio de Azevedo, *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa, 1918, págs. 7, 40 e 41.



Não nasceu das condições políticas do Reino por morte de D. Sebastião. Dêste facto lhe advém o nome, sem dúvida. Já o «sebastianismo» abrange em verdade tôda a vida do Príncipe, desde o momento em que começou a ser a «esperança de um povo». Por tal forma a existência do Rei suggestionou a nação, que é menos de admirar o cepticismo de tantos do que a credulidade persistente de muitos mais, todos quantos se não convenceram da morte dêle em Alcácer-Quibir.

Todavia o «sebastianismo» só o é porque resultou da aplicação de messianismo anterior. Porque D. Sebastião foi tão desejado, e, com felicidade bem comprehensiva de tal causa, recebeu na história o cognome de «Desejado», teve no acatamento geral a prova do milagre pedido ao Céu. Nascido a 20 de Janeiro de 1554, quando por todo o Reino se faziam preces públicas e procissões solenes, puseram-lhe o nome do Santo do dia.

Venerado padroeiro do povo português contra os horrores da peste, da fome e da guerra, S. Sebastião era especialmente o recurso da gente de Lisboa, massacrada pelas pestes e pelos terramotos. Aplicado o nome à criança, considerada, por unanimidade portuguesa, o dom de Deus para salvação do Reino, consagraram o milagre ao Santo, por cujo intermédio visível nascera a contento nacional.

O «sebastianismo» surgiu com a previsão do nascimento de D. Sebastião. Seria insufficiente o motivo, se não houvesse o estado de espírito definido em que a nação reclamava herdeiro varão no trono de D. João III.

Se chamarmos a êsse período, anterior a D. Sebastião, — *prè sebastianismo*, devemos completar o exame do «sebastianismo» com a consideração de um período posterior, — *post-sebastianismo*, a seguir ao desaparecimento do Rei.

Na destrinça dos factos e dos seus valores, poder-se-ia adoptar êste esquema.

- 1 — *Prè-sebastianismo* (anterior ao nascimento do Príncipe);
- 2 — *Sebastianismo* (stricto sensu) núcleo sebástico; Sebastianismo real.
- 3 —  $\left\{ \begin{array}{l} \textit{Sebastianismo profético} \\ \textit{Post-sebastianismo} \end{array} \right. \left\{ \begin{array}{l} a) \text{ durante o período felipino;} \\ b) \text{ na Restauração;} \\ c) \text{ posterior à Restauração.} \end{array} \right.$

Desta forma, é susceptível de se enquadrar o assunto nas gradações ou evolução por que passou.

## I

### O PRÈ-SEBASTIANISMO

#### (BANDARRISMO)

Faço trovas verdadeiras  
E versos mui bem cumpridos,  
Que hão de vir a ser medidos  
Lá nas eras dianteiras.

Prophecias de Bandarra.

Um todo, formado de vários elementos convergentes, desenvolveu o messianismo português, que teve em Gonçalo Anes de Bandarra — o *Bandarra*, sapateiro de Trancoso, o seu poeta-profeta mais popular. Não é de formação exclusivamente portuguesa; não é totalmente cristã; nem inteiramente popular, se bem que no povo se concentrou e dêle ascendeu.

Factos portugueses dão matéria prima a êste movimento de expressão mística. Os desaires da Índia, por ven-



tura já o cansaço da epopeia, as dificuldades em Marrocos e o abandono das praças por D. João III, acumularam-se com os rumores, que nos vinham de Espanha. Turcos e Mouros ameaçavam a consciência da Europa. Dever-se-á



CASTELO DE TRANCOSO

ter em conta êste paralelismo entre as duas nações peninsulares.

Em Portugal como em Espanha, ergueram-se quási ao mesmo tempo os receios da destruição do Reino, e concomitantemente apareceram as profecias de salvação. O *Encubierto* em Espanha, o *Encoberto* em Portugal, eram o desconhecido salvador. As profecias pretendiam interpretar pelas sagradas escrituras os acontecimentos, e anunciar o vingador messiânico.

Frei Prudêncio de Sandoval, na *Historia del Emperador Carlos V* (1), expõe a situação social da Espanha. — «Estavam tam turvas as coisas de Hespanha, tam desatinados os homens, que não parecia senão açoute do Ceu, e que vinha sôbre estes Reinos outra destruição, e acabamento peor do que a que foi em tempo do Rei D. Rodrigo. Criam em agouros, deitavam juízos, e prognósticos ameaçadores de grandes males. Inventaram alguns demónios não sei que profecias, que diziam ser de Santo Isidoro, Arcebispo de Sevilha, outras de Frei João de Rocacelsa, e de um Merlim, e outros Doutores, e de S. João Damasceno, choros ou prantos que chorou Santo Isidoro sôbre a Espanha. E em tôdas elas tantos anúncios maus de calamidades e destruição da Espanha, que atemorizavam as gentes, e andavam pasmados. Vi-os eu, e li-os, e são tantos os desatinos que têm, que não merecem pôr-se aqui, senão espantar-nos de haver tanta facilidade em os homens daquele tempo acreditarem em semelhantes coisas. Particularmente criam os ignorantes em uma, que dizia que havia de reinar em Espanha um que se chamaria Carlos, e que havia de destruir o Reino, e assolar as cidades».

Êste passo de Frei Prudêncio é continuado por matéria profética do tempo, com que se tocam os dois salvadores encobertos. Um príncipe de Portugal seria o Messias de Espanha.

«Porém que um Infante de Portugal o havia de vencer,

---

(1) *Historia de vida y hechos del Emperador Carlos V. Max, Fortissimo. Rey Catholico de España y de las Indias, Islas y tierra firme del Mar Oceano... Por el Maestro Don Fray Prudencio de Sandoval, su Cronista, Obispo de Pamplona... En Pamplona, 1674. T. I, p. 265.*



e lançar fora do Reino, e que o Infante havia de reinar em tôda Espanha: e parece-me que saíu ao contrário» (1).

Temos aí o quadro espanhol: a iminência psicológica da catástrofe com a destruição da monarquia imperial de Carlos v, e as profecias, que misteriosamente armavam o segredo sibilino em volta da salvação e do salvador. Os textos apontados pertenciam a S.<sup>to</sup> Isidoro, a Frei João de Rocacelsa, a S. João Damasceno, a Doutores da Igreja, de mistura com os restos populares das feitiçarias de Merlin.

Já por 1520 aparecem as *Coplas* de Frei Pedro de Frias, que, em rima popular, aludiam com forma profética a textos de S.<sup>to</sup> Isidoro, mixtos de traslados em tradição vulgar de assuntos cavalheirescos, e de interpretações cabalísticas, a par de juízos de inspiração oportuna (2). Nelas havia *un rey que non se descubre*.

Nas *Prophecias* de Rocacelsa figuram animais fantásticos de sugestão apocalíptica, sôbre todos a grifa (3).

Pela primeira metade do século xvi desenvolveu-se a cabalística até vulgarização efectuada por Pico de Mirândola. As interpretações cabalísticas dos Profetas bíblicos espalhavam-se e interessavam número crescente de pessoas. O messianismo fazia que se prognosticasse a data do apa-

(1) O texto, em linguagem castelhana, foi inserto por Lúcio de Azevedo na nota 1 de pág. 21, de *A Evolução do Sebastianismo*, e na versão portuguesa em *O Encoberto*, de Sampaio Bruno, Pôrto 1904, págs. 187-188.

(2) *Prophecias de Santo Isidoro, arcebispo de Sevilha, feitas em verso por frei Pedro de Frias, dirigidas ao Imperador Carlos 5.º*

(3) *Prophecias de hum religioso de São Bento, natural de Aragão, ha mais de cem annos que as fez, e mandou a El-Rei Dom Fernando estando sobre Granada, tresladaram-se da Torre do Tombo, o anno que se perdeu El-Rei Dom Sebastião* (Ms. Cod. n.º 774 da Torre do Tombo, sob o título de *Jardim Ameno*).

recimento do Messias, e surgissem aqui e ali os falsos messias como o da Ístria em 1502, o de Valência em 1530; Isaac Abravanel, judeu português, que se notabilizou pela ciência bíblica, anunciou a vinda do Messias para 1503; o alfaiate Luís Dias, de Setúbal, cristão novo, convenceu «muytos christãos novos a crerem que ho era, e o adorarem e lhe beijarem a mão por Messias», — escrevia em 1542 o Cardeal D. Henrique a Pedro Domenico para Roma (1). Deu brado em 1526 a chegada de David Rubeni a Portugal; precursor do Messias, como se inculcava, muitos o tinham pelo próprio Messias. A «alevantamentos de Messias novos» se referia D. João III em carta ao Pontífice (2).

\* \* \*

Apliquemos a Portugal o caso específico.

D. João III abandonou, por determinação sua, as praças de Marrocos, «com grande sentimento de quantos ponderavão quanto tinhão custado a conquistar, e sustentar, e quão convenientes erão» (D. Manuel de Meneses, na *Chronica... do Príncipe D. Sebastião*). Em 1550, Arzila é arrazada e abandonada.

Frei Bernardo da Cruz, na *Crónica de el-Rei D. Sebastião*, (cap. 3), refere-se ao reflexo político do acontecimento: «mas como el-Rei D. João foi amador da paz, commutando o estrépito da guerra em o repouso do culto divino, e as milicias começaram a afrouxar e ser pouco favorecidas, e elle ter largado aos mouros as fortalezas que os Reis seus antepassados tinham em Africa (as quaes eram Çafim, Aza-

(1) *Corpo Diplomático Portuguez*. T. 5.º, pág. 34.

(2) *Corpo Diplomático Portuguez*. T. 5.º, pág. 338.



mor, Alcacer-Ceguer e Arzilla) e perdido à força das armas o Cabo de Gué, — o que os povos e nobreza estranhavam e murmuravam...»

A falta de sucessão a D. João III excitava a consciência do perigo. Depois da morte prematura do príncipe D. João, o último dos nove filhos do Soberano, a nação esperou ansiosa o nascimento do que foi D. Sebastião. Da leitura dos cronistas e memorialistas da época fica a impressão de que pairavam sobre o Reino ameaças de catástrofe. Havia o receio de grande perigo nacional, «criado pelo rei D. João III», na censura grave de Sampaio Bruno, em *O Encoberto* (1).

«A política, acentuadamente castelhana, da rainha D. Catarina — não obstante alguns panegiristas a considerarem tão dedicada a Portugal, como se fôsse portuguesa! — orientou-se sempre no sentido de casar os filhos com os filhos do imperador. Era o mais alto serviço que podia prestar às ambições do irmão» (2). O irmão era Carlos V.

Guiado pelas acusações gravíssimas de Frei Manuel dos Santos (*Historia Sebastica*), Bento de Sousa (*O Doutor Minerva*) e D. Manuel de Meneses (*Chronica do muito alto, e muito esclarecido Principe D. Sebastião decimo sexto Rey de Portugal*), contra o Monarca, por causa das capitulações do casamento da Infanta D. Maria com o que foi Felipe II de Espanha, as quais reconheceriam a êste Príncipe a sucessão no trono português, à falta de herdeiro pela morte do Príncipe português, D. João, último sobrevivente dos filhos do Rei, Sampaio Bruno perde a linha grave de historiador. O facto desta attitude intelectual, a tanto tempo de

(1) Sampaio Bruno, *O Encoberto*, Pôrto, 1904, pág. 67.

(2) Queiroz Velloso, *D. Sebastião, 1554-1578*, Lisboa, 1935, pág. 6.

distância, ajudará talvez em parte a compreender a invasão dos receios da perda da independência (1).

Estes receios, mais ou menos vagos, transformaram-se em pavor, quando em 1554 o Príncipe D. João morreu. «Na realidade, só o nascimento dum príncipe podia afastar de Portugal o perigo de ser o reino herdado pelo infante D. Carlos de Espanha», confirma Queiroz Velloso.

E, logo a seguir, acrescenta o desmentido cabal às acusações, feitas a D. João III, pela falta impolítica das capitulações: «não há cláusula alguma, estipulando que no caso do soberano português falecer, sem deixar legítimo herdeiro masculino, a sucessão da corôa passaria para a infanta D. Maria e filhos nascidos do matrimónio com o primo» (2).

Cartas anónimas foram espalhadas em Lisboa, até no paço, contra D. João III e a Rainha D. Catarina; acusavam-nos do mal que fizeram em casar a infanta D. Maria com o futuro rei de Espanha (3).

Vindos de Espanha os rumores de perdição, chocavam em Portugal com outros semelhantes, em parte reflexo da irradiação do mesmo foco psicológico, e no resto provenientes do ambiente nacional.

O messianismo é latente na alma dos judeus. Recrudescer em maior grau nos períodos agudos da crise. Onde a influência judaica foi maior, também as convulsões messiânicas haviam de atingir mais profundamente as massas. Os cristãos-novos formavam veículo favorável, colocados pela força da lei, e não pelo critério de fé sincera, entre os irmãos de raça e os cristãos de verdade.

---

(1) Sampaio Bruno, *ob. e lug. cit.*

(2) Queiroz Velloso, *ob. cit.*, p. 16.

(3) Cf. Q. Velloso, *ob. cit.*, p. 18.



O movimento messiânico foi intenso na transição do século xv para o século xvi, em que a Cristandade se convulsionou e perverteu. Havia nas profecias judaicas um rei, que reinava no Oriente, e viria conduzir a nação à terra prometida; os judeus, dispersos no meio das nações adversas, reünir-se-iam então sob o cetro de um só rei, num império soberano.

Verifica-se nos profetas peninsulares a base bíblica, com predomínio de Isaías e Jeremias, ora claramente enunciados, ora reconhecíveis em passos numerosos das trovas proféticas e profetizantes. Exemplos no Bandarra:

E nestes trezentos dias,  
Senhor, que agora contamos,  
Se contam as prophecias  
De Daniel e Geremias.

Muitos podem responder  
E dizer:  
Com que prova o çapateiro  
Fazer isto verdadeiro  
Ou como isto pode ser?  
Logo quero responder  
Sem me deter.  
Se lerdes as prophecias  
De Daniel e Geremias,  
Por Esdras o podeis ver.

Quando as profecias se realizarem, há de nascer um rei, que restabelecerá para todo sempre o reino da justiça e do direito (Isaias, ix, 5 e 6).

Este [rei] tem tanta nobreza,  
Qual eu nunca vi em rei;  
Este guarda bem a lei,  
A Justiça e a Grandeza.

Verifica-se também a personalidade encoberta do salvador das respectivas nações, Portugal ou Espanha, como traslado claríssimo do Messias de Daniel e Isaias às necessidades nacionais.

O rei encoberto, que viria unificar e coordenar o mundo do *Quinto Império*, passou dos profetas hebreus aos profetas cristãos. Ouçamo-lo em profecias do Bandarra:

Os outros reis mui contentes  
De o verem imperador,  
E havido por senhor  
Não por dadas nem presentes.

E de rei único, de raça, fala e religião judaica, o profeta português, passou a inspirar-se cristãmente, — êle não era cristão-novo, <sup>(1)</sup> — e a unidade do Quinto Império será cristianíssima na conversão total a uma só fé e a um Deus só.

Servirão um só Senhor,  
Jesus Christo que nomeio,  
Todos crerão que já veio  
O ungido do Senhor.

O *Encoberto* é a sombra das profecias e o mistério do profeta. Há de vir como o Messias judaico.

Vejo erguer um grão rei,  
Todo bem aventurado,  
E será todo prosperado,  
Que defenderá a grei.

. . . . .

---

(1) A pedido de António Gomes à Mesa da Inquisição de Lisboa, foi despachado, com data de 28 de Outubro de 1687, que se passasse certidão de como Gonçalo Annes Bandarra «não foi prêso por culpas de judaísmo» (Despacho de 29 de Novembro de 1687). Lúcio de Azevedo, *Evolução do Sebastianismo*, nos «Documentos e Apensos», pág. 165-166.



Este sonho, que sonhei,  
 É verdade muito certa,  
 Pois lá da ilha encoberta  
 Vos há de vir este rei.

. . . . .  
 Eu cuido que já vem perto  
 O fim destas prophecias,  
 Passarão trezentos dias  
 Depois de eu ser descoberto.

. . . . .  
 Portugal é nome inteiro,  
 Nome de macho séquer,  
 Os outros reinos mulher,  
 Como ferro sem aseiro.

. . . . .

Sem pretensões de exposição, porque em dois livros, completos no assunto, ela está feita, cabe a sumária menção crítica dos factos, apenas. Os livros foram já citados: o de Sampaio Bruno, *O Encoberto*, e o de Lúcio de Azevedo, *A Evolução do Sebastianismo*.

As *Trovas de Bandarra* personalizaram no pastor aquêlê que há de vir salvar da catástrofe a nação.

Os tempos com crueldade  
 Começar-se-hão a mover;  
 Se me não engana a verdade,  
 Ali perderão seu ser  
 No meio de certa idade.

Virá gozando de paz  
 Aquele pastor valente;  
 Um lobo, que guerra faz,  
 Moverá toda a gente  
 Com uma língua sagaz.

O pastor tomará o cajado sem receio dos lobos, fará destrôço, «que será cousa de espanto». É dester-

rado sem ventura, «a uma larga sepultura — de uma frondosa serra».

O março gado em paz  
Pela ribeira regia,  
Já desgovernado traz,  
Triste, só, sem companhia  
Que o mau conselho faz.

E logo outro pastor  
De pouco gado que achar,  
Será absoluto senhor,  
E será, enquanto durar  
A fortuna e seu rigor.

Será pastor estrangeiro  
O que reja o manso gado,  
Que tão bravo foi primeiro,  
Mas, ai que falta o malhado,  
Que era o principal carneiro.

Depois que por tempo largo  
Este pastor governar,  
A êste rebanho amargo  
Outra vez ha de tornar  
A ter o que tinha a cargo.

Haverá novos signaes  
Da parte d'este pastor,  
Até os mesmos animaes  
Por seu natural senhor  
Darão suspiros e ais.

Tornará a quebrada linha  
No cabo de certa idade,  
A encher-se como pinha,  
E descobrirá a verdade  
Do que encuberto tinha.

. . . . .

O Bandarra morreu em 1545. Em Janeiro de 1554, no dia 20, nasceu D. Sebastião. Desde que no dia 2 o pai



morreu, houve preces no Reino. Na madrugada de 20, há notícia do próximo nascimento do Príncipe, fizeram-se cerimónias na Sé de Lisboa, com procissão para S. Domingos; sob o pálio foi conduzido o braço de S. Sebastião, procedente do saque de Roma no pontificado de Clemente VII, por ocasião do Grande Cisma do Ocidente, e que Carlos V havia dado a D. João III.

D. Sebastião nasceu. Com êle, preparado o seu advento com tão grandes perspectivas, recebido com júbilo imenso, nascia o «sebastianismo» em que se transformou a febre messiânica.

## II

### O SEBASTIANISMO

#### O SEBASTIANISMO REAL

Também a lua correndo,  
Sonhei que a via vir  
Por três vezes a cair,  
E Portugal perecendo.

Trovas de Bandarra.

«Raras vezes, o cognome dado a um rei terá sido mais justificado, do que o epíteto que a história apôs a D. Sebastião. O seu nascimento foi ardentemente desejado pela nação inteira». Assim começa Queiroz Velloso o livro de história, já mencionado, — *D. Sebastião*.

Na verdade, o cognome é representativo do momento português em que o Príncipe nasceu. Ansiedade, tortura espiritual, perspectivas de catástrofe, receios vagos e temores precisos, agitavam a nação. Tudo se decidia com o nascimento de um rapaz, destinado ao trono sem herdeiro.

O *Desejado!* Compreende-se o alívio geral, que o Príncipe, ao nascer, trouxe. Os sustos converteram-se em esperanças.

Os poetas, cristal de rocha de uma época histórica, bem como da luz espiritual de um povo, animaram-no sempre, — «Santo Antoninho, onde te porei? — e estimulavam-no a altos feitos.

Pero Andrade Caminha aplaude e entusiasma a educação do Príncipe, dirigida por Diogo de Teive:

Co'estas lembranças de teu peito dinas,  
Farás que o amemos mais, e qu'elle avante  
De todos os Reis ponha as santas Quinas.

Nas *Regras para a educação de El-Rei D. Sebastião*, que Diogo de Teive redigiu em latim e dirigiu a Francisco de Sá, depois vertidas elegantemente ao português por Francisco de Andrade, cronista-mór do Reino e guarda-mór da Torre do Tombo, lêem-se encómios, incentivos, promessas e esperanças.

Se o tempo antigo teve por ditoso  
Ao magnanimo Achilles, porque teve  
Hum tão alto Escriptor das suas obras,  
Quanto se deve ter por mais ditoso  
Que em verso empregar nos grandes feitos,  
Que do grão Rei Sebastião se esperão,  
Se de Apollo alcançar tanto que possa  
Fazer o Canto igual a tal sujeito.  
Quem não terá 'spirito, e ousadia  
Para se prometter coisas mui grandes  
Do nosso invicto Rei, que por bondade  
Do Summo Eterno Rei foi concedido.

. . . . .

Mas seja isto caminho para a gente  
Infel receber o doce jugo,  
De quem por ella deu seu puro sangue,  
E ao Povo de Deus ser reduzida.



Agora aquelle Rei, que por milagre  
 Nos foi dado, fará com seu esforço,  
 Que os termos da espaçosa larga India  
 Se acabem lá onde o Mundo os seus acaba.  
 A isto ajuntará com gloriosas  
 Vitorias a infel terra Africana,  
 Do nome Lusitano unica imiga.

. . . . .  
 . . . . .

De tôdas as apologias, porém, a mais estrondosa foi a de Camões na dedicatória de *Os Lusíadas*. Na epopeia dos fastos portuguezes, oferecida com pompa a D. Sebastião, o poeta foi na corrente encomiástica do Príncipe esperançoso. Tanto a necessidade épica e «a tuba canora e bellicosa» como o reflexo psicológico da chama ardente na colectividade nacional, influíram no ânimo de Camões e produziram o hino sebastiânico.

Estamos a ver o vulto do poeta no cenário da Serra de Sintra, diante de El-Rei, conforme o imaginou Garrett.

E vós, ó bem nascida segurança  
 Da Lusitania antigua liberdade,  
 E não menos certissima esperança  
 De augmento da pequena Christandade:  
 Vós, ó novo temor da Maura lança,  
 Maravilha fatal da nossa idade,  
 Dada ao mundo por Deos, que todo o mande,  
 Para do mundo a Deos dar parte grande;

. . . . .  
 Vós, que esperamos jugo e vituperio  
 Do torpe Imaelita cavalleiro,  
 Do Turco oriental, e do Gentio,  
 Que inda bebe o licor do sancto rio;  
 . . . . .  
 . . . . .

E em quanto eu estes canto, e a vós não posso,  
Sublime Rei, que não me atrevo a tanto,  
Tomai as rédeas vós do reino vosso.  
Dareis materia a nunca ouvido canto.  
Comecem a sentir o peso grosso  
(Que pelo mundo todo faça espanto)  
De exercitos, e feitos singulares  
De Africa as terras, e do Oriente os mares.

Em vós os olhos tem o Mouro frio,  
Em quem vê seu exicio affigurado;  
Só com vos ver o barbaro Gentio  
Mostra o pescoço ao jugo já inclinado:  
Tethys todo o ceruleo senhorio  
Tem para vós por dote aparelhado;  
Que, affeiçoada ao gesto bello e tenro,  
Deseja de comprar-vos para genro.

Em vós se vem da Olympica morada  
Dos dous Avós as almas cá famosas,  
Huma na paz angelica dourada,  
Outra pelas batalhas sanguinosas;  
Em vós esperam ver-se renovada  
Sua memoria e obras valerosas;  
E lá vos tem lugar no fim da idade,  
No templo da suprema eternidade.

Mas em quanto este tempo passa lento  
De regerdes os povos, que o desejam,  
Dai vós favor ao novo atrevimento,  
Para que estes meus versos vossos sejam;  
E vereis ir cortando o salso argento  
Os vossos Argonautas, porque vejam  
Que são vistos de vós no mar irado;  
E costumai-vos já a ser invocado.

*Os Lusíadas, I, 6 a 18.*

Frei Bernardo da Cruz fêz com simpatia o retrato do Rei. «Era el-Rei homem de boa estatura no corpo, não em demasia; de fortes membros, enxuto, bem disposto, sem defeito algum ou vicio corporal. Era alvo de carnes; os



cabellos da cabeça, e os que lhe começam a pungir da barba, louros. Tinha o rosto grave e severo com o beijo de baixo algum tanto derrubado, cuja composição lhe dava muita graça e formosura. No andar a pé e a cavallo tinha graça, ar e magestade, que bem representava a dignidade real, que n'elle residia. O esforço de animo para grandes feitos e magnificencia para grandes emprezas o faziam estimar em pouco seus Estados, aspirando a grande monarcha, de que se via dignissimo. [...] Viveu D. Sebastião gloriosamente, e... acabou na força da sua florente idade, para gloria da alma e eterna memoria de sua immortal fama» (1).

António Ferreira não ficou atrás do épico. Chamava a D. João III «Grã Rey, Senhor das Casas do Sol ambas» (L.º 1, Carta 1), dirige-se a D. Sebastião, «Grã Rey, por Deos cá dado», e diz-lhe que «vencerá as tardanças da tenra idade» e irá renovando cêdo «dos altos Reys altas lembranças». A Carta «A El Rey D. Sebastião» é apóstrofe heroica.

Rey bemaventurado, em quem parece  
Aquella alta esperanza já comprida  
De quanto o Ceo, e a terra te offerece;

Formosa planta de Deus concedida  
A lágrimas d'amor, e lealdade,  
Só nosso bem, vida da nossa vida:

Em quanto essa innocente, e branda idade  
Por Deos crescendo vay felicemente  
Té o Mundo encher de nova claridade:

Emquanto este teu povo, e o d'Oriente  
Novo accrescentamento por ti esperam  
D'outros Reys, d'outra terra, d'outra gente:

---

(1) Frei B. da Cruz, *Chronica del-Rei D. Sebastião*, cap. 73.

Taes promessas os Ceos de ti nos deram  
No teu tam milagroso nascimento,  
Esprito igual em ti nellas puzeram.

Eu levado d'amor de sancto intento  
(Quem ant'essa brandura temeria?)  
Deter-te com meu verso hum pouco tento.

Despois virá hum tam ditoso dia,  
Que as tuas Reaes Quinas despregadas  
Na multidão de toda a Barbaria,

As victoriosas frotas carregadas  
Das cativas coroas, e bandeiras,  
D'outro sprito mayor sejam cantadas.

Agora ouve, Senhor, as verdadeiras  
Guias, que levam os Reys a essa alta gloria  
Não duras armas só, velas ligeiras.

. . . . .  
. . . . .

*Poemas Lusitanos, Das Cartas, L.º II, Carta I.*

O dôce Diogo Bernardes, o de *O Lima*, foi «moço de toalha» de D. Sebastião. Acompanhou-o a Alcácer-Quibir. Seria o poeta da epopeia de «O Desejado», em voz tão tro-nitroante prometida por Camões. Não fêz o poema épico; em compensação, chorou-o em termos elegíacos, equivalentes às estrofes gloriosas. A «Égloga I — Adónis» — é o epitáfio de um heroi nacional.

SYLVIO

Levou a cruel morte, sem ter pejo,  
Aquelle bello moço, a quem tributo  
Esperavam pagar o Indo e o Tejo.



Que bem na vida já, que rosto enxuto  
De Nimpha, ou de pastor, se pode ver  
Qual ave escusa dor, qual fero bruto?

Morreu contigo, Adonis, o prazer,  
A brandura, o amor, o aviso raro  
De tudo se quiz o Ceo enriquecer.

SERRANO

Oh Adonis, pastor fermoso e caro,  
Comtigo nos crescia erva na serra,  
E das fontes corria cristal claro.

Os fruticos sem trabalho dava a terra,  
Seguro andava o gado nas montanhas,  
Não lhe fazia o lobo cruel guerra.

SYLVIO

Chorae tamanho mal, gentes estranhas,  
Nas frias e nas quentes regiões,  
Chorae perda que fez perdas tamanhas.

Agora, comparemos a obra contemporânea dos vates com as auras levantadas pelo messianismo anterior. Mais verdadeiro ambiente popular comprovam, e logo adiante surtirão o efeito essencial, quando D. Sebastião desaparece em Alcácer-Quibir. É então que o Messias, — o Desejado, — e o Encoberto se fundem numa só entidade.

As profecias e trovas do Bandarra, se tinham voga especial em terras da Beira, nem por isso as cópias e tradições orais deixariam de espalhar-se por todo o Reino. O halo, que cercava o Rei, havia de por fôrça formar-se

com os versos mais inteligíveis e adaptáveis, e êsses andariam de boca em boca. Assim se justifica bem a clara continuidade, que não sofreu suspensão da vida do Rei, e se prolongou, então com tôda a eficácia, após a sua morte.

Vejo erguer um grão rei  
Todo bem aventurado,  
E será todo prosperado  
Que defenderá a grei.

Quem não applicaria o vaticínio a D. Sebastião? O mesmo se dirá destas e outras trovas de qualidade equivalente:

Este rei tão excellente  
De quem tomei minha teima,  
Não é de casta toleima  
Mas de rei primo e parente.  
Vem de mui alta a semente  
De todos quatro costados,  
Todos reis, de primos grados  
De Levante até ao Poente.

Este rei de Deus guardado  
Para limpeza do mundo,  
De tal sorte para tudo  
Que Deus seja verdade,  
Em Portugal exaltado  
Do pequeno grão Senhor,  
Os mais todos com pavor  
Logo o hão de coroar,  
Por imperador se impor  
Depois do creador.

Uma porta se abrirá  
Em um dos reinos africanos,  
Contraria aos arraianos  
Que nunca se cerrará.



E não se estranhe que ligassem a profecias como estas que declaradamente mencionavam «um grão rei, todo bem aventurado»:

Este será o primeiro  
Que porá o seu pendão  
Na cabeça do Dragão  
E derrubá-lo por inteiro.

Aconteceria como hoje; as cantigas já de si, em grande parte, desconexas e inarticuladas, tinham maior ou menor voga, consoante a inteligência ou fácil aplicação delas. Dispersavam-se, e convergiram depois na medida eventual da sugestão viva.

Jerónimo de Mendonça, na *Jornada de Africa*, apresenta as três causas da determinação de El-Rei passar à África.

«A primeira, por ser contra infieis tão vizinhos e tão inimigos; a segunda, por socorrer a um Rei perseguido, posto que infiel, que com tanta humildade lhe pediu remédio; a terceira, por estorvar a vizinhança dos turcos que com Mulei Moluco vieram (alem dos que se podiam esperar pela nova confederação do Grão Turco), fazendo-se senhor do porto de Larache e de algumas coisas que todas resultavam em proveito da Christandade, principalmente dos reinos de Castella...» (Cap. 2.º).

O final do capítulo terceiro da *Chronica del Rei D. Sebastião*, de Frei Bernardo da Cruz, é, em prosa, a vera apologia dos poetas.

«Na verdade, [o Rei] não só era temido dos seus vassallos mas de todos onde chegava a noticia de seu nome e grandeza de animo; porque pelas partes que elle tinha, e os exercicios que usava, parecia todas as forças se lhe renderem, sem esperança de resistencia; e de tal

maneira era sua condição, que uns o julgavam por difficultoso nas ferocidades que mostrava, e outros por bemaventurado nos feitos que promettia. Com esta diversidade de opiniões todos concordavam em o temerem e reverenciarem com um acatamento digno de um grande monarca».

«...acerca do governo do Reino e occupações de seus continuos exercicios corporaes, nunca perdeu o pensamento da guerra de Africa, a qual trazia maginada; antes cada dia a praticava, e gostava d'aquelles que mais lha louvavam e davam esperanças de a poder effectuar» (Cap. 5).

Se uns lhe mostravam os perigos da jornada, «outros, menos considerados no devido e pouco zelosos do bem da republica, por se fazerem gratos a el-Rei por meio de seus intentos e lisonjarias prejudiciaes, lhe promettiam grandes victorias e faziam grandes gabos de suas emprezas; por cujas palavras, por serem conformes à sua opinião e se imprimirem n'elle, como moço e desejoso de gloria, cada vez se encendeia mais em seus começados desejos».

Portugal é nome inteiro,  
Nome de macho sequer,  
Os outros reinos mulher,  
Como ferro sem aseiro.

(Bandarra).

O Sebastianismo — ideia triunfante — com o seu herói, estava formado. Era a mística de África e da vitória da Cristandade, incarnada no chefe, seu realizador messiânico. D. Sebastião — o *Encoberto* — não morreu, voltará.



## III

## SEBASTIANISMO PROFÉTICO

## POST-SEBASTIANISMO

(O ENCOBERTO)

Este sonho, que sonhei,  
É verdade muito certa,  
Pois lá da ilha encoberta  
Vos ha de vir este reino.

Prophecias de Bandarra.

É esta a fase correntemente considerada, quando se fala do Sebastianismo, porque em parte, e a parte mais importante pelos seus efeitos, coincide com o período felipino.

O desastre de Alcácer-Quibir aniquilara num instante as esperanças da nação. A ânsia megalomaniaca de um período de exaltação transformou-se no *de profundis* trágico, tão trágico em luto como na evidência do desastre catastrófico.

Anda nas *Trovas* do sapateiro de Trancoso uma quadra, que bem podia servir na conjuntura para ser interpretada à conta do perigo eminente:

Quando o leão hespanhol  
Vier quási a Portugal,  
Ha de ser o nosso mal  
Querer luzir como o sol.

Do nascimento do Rei, conta Frei Bernardo da Cruz: «Os Principes, e mais senhores que na corte a este tempo estavam, perdida a gravidade de suas pessoas, como homens livres de profunda tristeza e com esperança de saude, correndo sem procissão alguma se foram ao paço saber a cer-

teza da nova, e com notorio alvoroço foram beijar a mão a el-Rey e à Rainha . . . »

E noutro passo: « . . . discorria cada um pelas ruas da cidade a dar novas aos ausentes e mandar cartas e correios por todo o Reino, com que alevantassem os animos cahidos do povo com o contentamento do novo Principe e herdeiro do Reino de Portugal » (cap. 2).

Na anónima *Carta a um Abade da Beira* lê-se ao 51.º Item: « O Cardeal infante estava na sua Alcobaça, orando não sei por quem a 13 de Agosto, quando lhe deram as primeiras novas do desbarato; ainda às cegas e com a possível pressa deu comsigo n'esta cidade, que achou Troia, ardendo n'um grito geral e cheio de lagrimas, ais e suspiros de alma, e a chusma, com perda e dor, toda desatinada » (1).

O curtíssimo panorama psicológico e social da cidade de Lisboa fica expresso.

Então as trovas proféticas do Bandarra dobrariam a finados. Seria possível que o Príncipe desaparecido tivesse morrido? A grande sugestão do Rei, espécie de Arcanjo protector e salvador, era demasiadamente profunda e persistente, para que se extinguisse num repente.

Após a notícia fulminante da derrota, logo se espalhou que o Rei não morrera.

« O que se viu sempre claramente é que nunca alguém disse que vira matar a el-Rei; e não é muito, realmente: pois nenhum homem que ficasse vivo é razão que tal con-

---

(1) António Sérgio fez nova edição desta *Carta* em *Testemunhos historicos — O Desejado*, Lisboa, 1924, págs. 15 a 36. Fôra publicada em 1849 por Lima Felner no *Bibliophilo*, por uma cópia manuscrita que possuia e de que outra existe com variantes na Biblioteca Nacional de Lisboa. O manuscrito apresenta a data de 25 de Dezembro de 1578.



fesse». Assim escreveu Jerónimo de Mendonça na *Jornada de Africa*, do têrço dos aventureiros na hoste real, e cativo da batalha (Cap. 7).



D. SEBASTIÃO

Pintura a óleo em chapa de cobre. Do Museu Etnológico.

Na *Miscellanea*, Leitão de Andrade também faz alusão à crença de D. Sebastião não ter morrido.

«Mas tornando a el-Rei D. Sebastião, o qual muitos cuidaram que escapara da batalha, e que de aborrecido de si mesmo e da vida largara o Reino a seu tio a el-Rei

D. Felipe II de Castella, irmão de sua mãe [...] e se metteria em alguma religião escondido, — principalmente persuadindo se fazia n'isso serviço a Deos, ficando uma columna tanto mais forte com o ajuntamento d'estes Reinos aos de Castella, e com maiores forças para resistir aos turcos e herejes. E diziam não ser isso coisa nova, porquanto já muitos Imperadores e Reis deixaram tudo, e ainda a estranhos, e se recolheram em religião, quanto mais deixa-lo a um tio, e tal» (1).

«Vi o cadaver do rei de Portugal, que levavam n'um caixão, cheio de cal viva para o conservar», — afirmou Vincent Leblanc, em *Les Voyages*. «Verdade é que depois, — continua, — ouvi dizer a alguns portuguezes escravos que era o corpo de um suiço, e que o rei D. Sebastião, tendo sido derribado do seu cavallo, fugira» (2).

Na *Carta a um Abade*, já mencionada, lê-se: «affirmam alguns que el-Rei D. Sebastião é vivo».

D. Sebastião era o Encoberto. Havia de voltar. Não morrera. Aí estava o resultado activo do messianismo de meio século. A catástrofe era nacional. O messianismo estendera-se a tôda a nação. A salvação viria. As profecias cumpriam-se, estavam a realizar-se como tinham sido misteriosamente anunciadas. Agora é que se interpretavam com suposta nitidez.

---

(1) Leitão de Andrade, *Miscellanea do sitio de Nossa Senhora da Luz de Pedrogão Grande, apparecimento da sua sancta imagem, fundação do seu convento e da sé de Lisboa, expugnação d'ella, perda delrei D. Sebastião*, Lisboa, 1669, 7.º Diálogo, final.

(2) *Les Voyages fameux du sieur Vincent Leblanc, marseillois, qu'il a faits depuis l'aage de douze ans iusques à soixante aux quatre parties du monde...* Paris, 1649. O trecho transcrito, pertence à parte alusiva a D. Sebastião, traduzida por Oliveira Martins, e reproduzida por António Sérgio, págs. 59-60.



Escutava-se a voz, já longínqua, do Bandarra.

Quando tiverem por certo  
Perdida toda esperança,  
Portugal terá bonança  
Na vinda do Encoberto.

Vejo vir pelo mar largo,  
Como quem vem para dentro,  
Um homem buscar seu centro  
Depois de um grande lethargo.

Vejo a lua ensanguentada  
Pela virtude do Encoberto,  
Se está longe ou perto  
Assim o diz a toada.

Lá vem por cima do mar  
Um cavallo de madeira,  
Que fará n'uma poeira  
O porco que ha de grunhar.

Parece que estou ouvindo  
N'esse mar a grande tormenta  
Antes que chegue os setenta,  
Caixas, balas, borbórinhos.  
Então é que virá vindo  
O grande pastor geral,  
Acudir a tão grande mal,  
Dando às ovelhas sustento  
E também o sacramento.  
Viva o nosso Portugal.

Poucos tempos passarão  
Segundo as prophecias,  
Em os signaes d'estes dias  
Outros que cedo virão.  
Uma grande attribuição  
Mas depois se verá,  
A volta que tudo dá  
Chegando logo a vencer,  
No mundo todo o poder  
Na egreja ficará.

No *Frei Luís de Sousa*, episódio ligado ao desaparecimento do Rei e à entrada de Manuel de Sousa Coutinho na religião de S. Domingos em 1613, isto é em pleno regime felipino, Almeida Garrett não desprezou o elemento sebastianico dos Portugueses.

«Maria», a filha do tálamo do fidalgo com Dona Madalena de Vilhena, viúva de D. João de Portugal, lembra em muitos caracteres a Ofélia de Shakespeare. D. João de Portugal desaparecera em Alcácer-Quibir; é por seu turno o encoberto «Romeiro», que, passados anos de ausência, regressa a casa, onde encontra outro em seu lugar. Se não é um símbolo propositado, pouco ou mesmo nada explicará o acaso, quando a figura dramática de «Maria» manifesta em seus receios e na confiança infantil de menina histórica o sebastianismo do seu tempo.

É justo satisfazer a curiosidade, e poupar o trabalho a quem tenha seguido até aqui o assunto.

Na cena III do primeiro acto, «Maria» («entrando com umas flores na mão, encontra-se com Telmo, e o faz tornar para a scena»), diz:

— «Bonito! Eu ha mais de meia hora no eirado passeando — e sentada a olhar para o rio a ver as faluas e os bergantis que andam para baixo e para cima — e já aborrecida de esperar... e o senhor Telmo, aqui posto a conversar com a minha mãe, sem se importar de mim! — Que é do romance que me prometteste? não é o da batalha, não é o que diz:

Postos estão, frente a frente,  
Os dois valorosos campos.

é o outro, é o da Ilha encuberta onde está el rei D. Sebastião, que não morreu e que ha de vir um dia de nevoa



muito cerrada... Que elle não morreu; não é assim, minha mãe?»

A mãe consola a menina com palavras de razão e de prudência.

«Minha querida filha, tu dizes coisas! Pois não tens ouvido, a teu tio Frei Jorge e a teu tio Lopo de Sousa, contar tantas vezes como aquillo foi? O povo coitado imagina essas chimeras para se desconsolar na desgraça».

«Maria» não se fica; antes pelo contrário, retorquindo à mãe, acentua o sentimento sebastianista do povo.

« — Voz do povo», voz de Deus, minha senhora mãe: elles que andam tam crentes n'isto, alguma coisa ha de ser. Mas ora o que me dá que pensar é ver que, tirado aqui o meu bom velho Telmo (*chega-se toda para elle, acarinhando-o*) ninguem n'esta casa gosta de ouvir falar em que escapasse o nosso bravo rei, o nosso santo rei D. Sebastião. — Meu pae, que é tam bom portuguez, que não pode sofrer estes castelhanos, e que até às vezes dizem que é demais o que elle faz e o que elle fala... em ouvindo duvidar da morte do meu querido rei D. Sebastião... ninguem tal ha de dizer, mas põe-se logo outro, muda de semblante, fica pensativo e carrancudo: parece que o vinha affrontar, se voltasse, o pobre rei. — Ó minha mãe, pois elle não é por D. Felipe; não é, não?»

Mais adeante, no salão do palácio de D. João de Portugal há três retratos, a que outros fazem guarda de honra; são os de El-rei D. Sebastião, de Camões e do antigo senhor do palácio. Logo na cena 1 do segundo acto, «Maria» interroga Telmo; quer saber quem é o retratado, que está a par de El-Rei e do Épico. Telmo furta-se.

*Maria.* — ... Mas então, vamos, tu não me dizes do retrato? Olha: (*designando o d'El-rei D. Sebastião*) aquelle

do meio, bem sabes se o conhecerei; é o do meu querido e amado rei D. Sebastião. Que majestade! que testa aquella tão austera, mesmo d'um rei moço e sincero ainda, leal, verdadeiro, que tomou ao serio o cargo de reinar, e jurou que hade engrandecer e cobrir de gloria o seu reino! Elle alli está... E pensar que havia de morrer às mãos de mouros, no meio de um deserto, que n'uma hora se havia de apagar toda a ousadia reflectida que está n'aquelles olhos rasgados, no apertar d'aquella bôcca!... Não pode ser, não pode ser. Deus não podia consentir em tal.

*Telmo* — Que Deus te ouvisse, anjo do céu!

*Maria* — Pois não ha prophcias que o dizem? Ha, e eu creio n'ellas...

Depois, ainda na mesma cena, refere-se aos versos de exortação ao Rei, levantados por Camões na dedicatória de *Os Lusíadas*.

«...Não te lembras o que lá diz do nosso rei D. Sebastião?... como havia de elle então morrer? Não morreu...»

A literatura portuguesa reflectiu, como padrão social que é, o espirito colectivo perante a perda da independência. O Sebastianismo converteu-se na mística patriótica da independência, da desforra nacional e do anti-castelhanismo. A reacção contra a monarquia dualista de Felipe II de Espanha e I de Portugal manifestava-se das arruaças e motins à esperança confiada no Encoberto. D. Sebastião não era um Messias prometido, mas uma certeza real, evidente, viva. Não morrera, encobria-se, para vir no momento oportuno.

A inspiração mística sobe do povo às classes cultas. Constitue uma necessidade espiritual. Se é a essência da fôrça de ânimo para uns, baseada na inclinação natural para



o maravilhoso, faculta a outros o fulcro da actividade libertadora da nação.

Fidelino de Figueiredo mostra o poder da formação messiânica na literatura dêste período.

Depois de aludir às *Trovas* de Gonçalo Anes Bandarra, que tiveram larga circulação de cópias manuscritas até correrem impressas posteriormente a 1603, e de referências às suas fontes, diz: — «Fué, sin embargo, la trágica desaparición de don Sebastián en Alkazar-Kibir con las fatales consecuencias que trajo para la nación, lo que hizo personalizar el anhelo mesiánico. El Rey deseado convirtiéndose en centro de la leyenda; después surgieron los charlatanes provocados por la popularización de la creencia; luego una leyenda, la cual se fué intelectualizando hasta remontarse a las clases superiores. El primer profeta fué marcadamente popular, el zapatero Bandarra, pero el segundo es noble y culto y no escribe sus largas disertaciones, harto abonadas de textos y de autoridades, para el pueblo bajo, menos curioso de verdades complicadamente demostradas que de certezas simples. Escribe para los de su clase. Es don Juan de Castro (1551?-1623?), nieto del famoso virrey de la India, su homónimo, quien hizo un género literario de la apologia del mesianismo sebastianista, que cultivó ampliamente. El tercer profeta, Manuel Bocarro Francés, el célebre profesor de matemáticas, le intelectualizó aun más porque fué a buscar a la astrologia nuevos elementos demostrativos. Y como el gobierno castellano anduviese entonces en ardiente litigio con el clero monástico de Portugal, el sebastianismo, que era esencialmente nacionalista, fué agasajado por las órdenes religiosas, que

lo propagaron como arma política para avivar los sentimientos de aversión contra España. Fué su soplo alentador lo que hizo la Restauración de la independencia en 1640» (1).

D. João de Castro chamou a D. Sebastião «capitão general da Conquista do Universo», e «peregrino pelo mundo». A *Paraphrase e Concordancia de algumas prophcias de Bãdarra, çapateiro de Trancoso* (2) contém a condensação definitiva, correcta e aumentada, do profetismo sebastianista, a partir das *Trovas* do Bandarra, adrede interpretadas e interpoladas. Em seguida, escreveu *Novas flores sobre a Paraphrase do Bandarra com algumas retratações do author* (3).

Lúcio de Azevedo, em *A Evolução do Sebastianismo*, referiu-se a outros trabalhos de D. João de Castro, incluídos nas *Obras*, manuscritas, que manuseou na Biblioteca Nacional. Entre elas: *De quinta et ultima monarchia futura* (1597) e *Da quinta e ultima monarchia futura com muitas outras cousas admiraveis dos nossos tempos* (texto em latim e português). Ao *Discurso da vida do sempre bem vindo et apparecido Rey Dom Sebastiam nosso senhor o Encoberto desde o seu nascimento tee o presente* (1602) acrescentou *Ajunta do discurso precedente aos mesmos Estados pelo mesmo Author, em o qual os aduirte de como El Rey de Espanha se ouue com El Rey D. Sebastiam depois que teue em seu poder* (4).

---

(1) Fidelino de Figueiredo, *Historiã de la Literatura Portuguesa*, Trad. do Prof. da Universidade de Valência, Marquês de Lozoya, «Colección Labor», n.ºs 123-124, Barcelona, 1927, págs. 101-103.

(2) D. João de Castro, *Paraphrase...*, 1603; teve edição fac-similada no Pôrto, em 1901.

(3) D. J. de Castro, *Novas flores sobre a Paraphrase*, 1607.

(4) Êste D. Sebastião é o falso D. Sebastião de Veneza, o calabrês Marco Túlio Castizone.



Manuel Bocarro imprimiu a *Anacephaleosis da Monarchia Lusitana* (1624), poema em oitavas, dedicado a Felipe III.

«O Sebastianismo — diz Lúcio de Azevedo, — era elemento utilíssimo para agitar os espíritos; mas para vencer com êle cumpria dar-lhe por objecto uma realidade, e o sebastianismo, desaparecido o rei, verdadeiro ou falso, volveu-se um mito — a ideia da independência contida em uma esperança quimérica.» (1)

Formaram-se lendas: dois mil religiosos, que o Duque de Alba mandou afogar junto da Tôrre de S. Julião da Barra; os sinais junto do túmulo e da estátua de D. Afonso Henriques (1610 e 1632) em Alcobaça; o jovem, que apareceu no Alentejo a anunciar o seu reinado em 1640; os seixos de Sezimbra com a palavra em relêvo, que deixava ler *Duque* [interpretação: Duque de Bragança]. Visionários aumentavam com as suas visões a crença popular: em 1578, o P.<sup>e</sup> Anchieta soube da derrota de Alcácer-Quibir no mesmo dia da batalha, e declarava que o Rei estava salvo; o jesuíta Afonso Rodrigues visionou em Malhorca o regresso de D. Sebastião com uma armada para bater os Mouros; outro jesuíta, o irmão de Pedro de Basto, rezava em Cochim, quando lhe apareceu D. Sebastião, e uma voz anunciou o fim do império espanhol.

A *Vida de Simão Gomes* (2), o «sapateiro santo», gozou de grande voga; floresceu em 1570 na cidade de Lisboa (*sutor divi Rochi, lusitano vocabulo o çapateiro de Sãm Roche*) (3), tinha o dom da profecia, e, por isso, anunciara a perda da independência e o regresso de D. Sebastião.

---

(1) Lúcio de Azevedo, *ob. cit.*, págs. 86-87.

(2) P.<sup>e</sup> Manuel da Veiga, *Vida de Simão Gomes*, 1625.

(3) D. João de Castro, *De quinta et ultima monarchia futura*, texto latino.

Os falsos D. Sebastião animavam a credulidade, em 1584 o «Rei de Penamacor», em 1585 o «Rei da Ericeira»; as reacções espanholas apenas conseguiam com a sua violência



D. João IV

Gravura de Baltazar Moncornet. Do Sr. Dr. Gomes de Carvalho.

acrescentar, a velhas queixas, queixas novas, e revoltar ainda mais a consciência nacional.

As *Trovas* do Bandarra andavam de mão em mão. No dia em que D. João IV foi aclamado, a imagem do poeta popular do messianismo português, transformado no Sebastianismo alentador, esteve em exposição num altar da Sé de Lisboa.



Após a revolta de 1640, subiu a maré nacional (1): ...«y después del triunfo surgió luego una literatura político-mesiánica, en la cual espíritus ilustrados forcejeaban para hacer creer que la restauración era la realización de las profecías y don Juan IV el rey prometidas en ellas. Fueron autores de escritos de ese matiz hombres como don Antonio de Sousa de Macedo (2), el padre Antonio Vieira (3), el padre Juan de Vasconcellos (4), Luis Marinho de Azevedo (5), Pedro de Sousa Pereira (6), Fernando Homem de Figueiredo (7), Nicolás Monteiro (8) y Sebastián de Paiva.» (9)

---

(1) Fidelino de Figueiredo, *ob. cit.*, pág. 102.

(2) A. de Sousa de Macedo, *Lusitania Liberata ab injusta Castellorum dominio, restituta septimo Principe Serenissimo Joanni IV...* Londres, 1645.

(3) P.<sup>o</sup> António Vieira, *Esperanças de Portugal, Quinto Imperio do Mundo, primeira e segunda vida de el-rei D. João o quarto escriptas por Gonçaliannes Bandarra...* in *Obras Inéditas*, 1856, T. 1.

(4) P.<sup>o</sup> João de Vasconcellos, *Restauração de Portugal prodigiosa.*

(5) Luiz Marinho de Azevedo, *El Príncipe Encubierto manifestado...* 1642.

(6) Pedro de Sousa Pereira, *Mayor triunfo da Monarchia Lusitana, em que se prova a visão do Campo de Ourique, que teve, e jurou o grão Rey D. Affonso Henriques com os Tres Estados em Cortes; com que se dá satisfação ao que sobre a mesma visão se pede por Castella em o livro que se imprimio em Anvers anno de 1639 intitulado «Philippus Prudens demonstratus» Author O Doutor João Caramuel, Lisboa, 1649.*

(7) Fernão Homem de Figueiredo (Fr. Manuel Homem), *Resurreição de Portugal e morte fatal de Castella*, Nantes, s. d.

(8) Nicolau Monteiro, *Vox Turturis Portugallia gemens ad Pontificem Summum pro Rege suo ut audiatur justa gemit ac clamat...* Lisboa, 1649.

(9) Sebastião de Paiva, *Tratado da Quinta Monarchia e felicidades de Portugal Prophetizado*, 1641.

\* \* \*

O Bandarra predissera que, antes de acabar a data de 1640, haveria tumultos:

Antes que cessem quarenta  
Esperar-se há grã tormenta.

D. João de Castro afiançara: «Antes da conta de mil e seis çentos espirar, e se passar à de sete çentos: ou, antes de se deixar de contar por mil e seis çentos, e se contar por sete çentos, se ha de erguer grande tormenta: como que neste çentenario que corre se haja ella inda de aleuantar» (1).

As profecias applicavam-se à década de 1640 a 1650, em Bandarra, e a todo o século xvii, em D. João de Castro. Viram-nas realizadas os crédulos, com o movimento de 1637 em Évora. O «Manuelinho» mandava e expedia ordens em nome do *Encoberto*.

Em 1640 corria por tôda a parte que era êsse o último ano do jugo estranho; a carta de S. Bernardo a D. Afonso Henriques, de que são conhecidas cópias, assegurava que o Reino perderia durante sessenta anos a independência (2).

Todos estes factos, emmaranhados uns nos outros, sobrepostos, continuados, mantiveram o espírito popular em permanente hostilidade aos Espanhóis, e na esperança renovada e sempre fresca de reaver a independência.

---

(1) D. João de Castro, *Paraphrase...* pág. 89.

(2) P.<sup>o</sup> João de Vasconcellos, *Restauração...* pág. 69.



O segrêdo da resistência e a rapidez com que o acto libertador do 1.º de Dezembro de 1640 se espalhou por todo Portugal, têm a mais formal explicação no estado de espírito colectivo, preparado e incendiado pela mística nacional do Sebastianismo. A nula resistência ou simples resistência passiva das guarnições espanholas faz supôr que também elas estavam intimamente atingidas pela febre popular.

Na aclamação de D. João IV o braço direito de Cristo no Crucifixo desprende-se e oscila, como a abençoar. Quem hesita? Pois não é a confirmação do Céu? E D. João é o

Encoberto, Declarado,  
Em quem os enigmas param,  
E de santas profecias  
Se vem as soluções claras. (1)

Não se extinguiu o messianismo com a decifração de 1640. A insatisfação, o desassossêgo, as dificuldades, as emergências, levaram a não acabar a esperança no Encoberto, ainda peregrinante e furtivo. Assim o Sebastianismo resistiu como fogo vivaz, embora Portugal tivesse recuperado a sua liberdade (2).

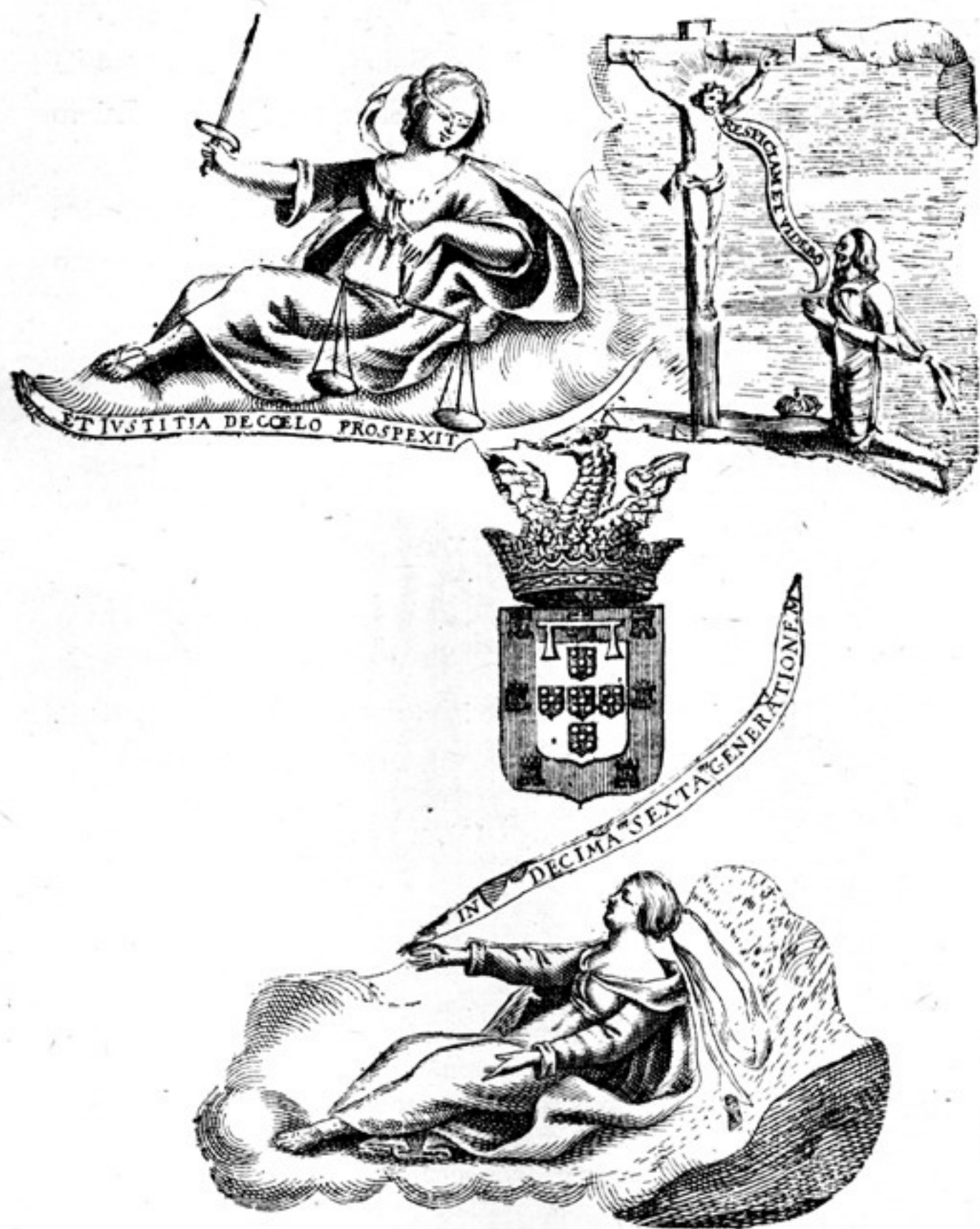
Pedro Vitorino publicou em 1923 *O Sebastianismo na Iconografia Popular* (comunicação à «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»). Entre as espécies icónicas reproduziu uma, deveras curiosa, alusiva à Restauração. Junto de um retrato de D. João IV, formado de dois recortes de estampas sebastianistas, está deitada uma vidente, que anuncia: *in decimam sextam generationem*. Vêem-se as

---

(1) Manuel Thomaz, *União Sacramental*, 1650.

(2) Última fase do «post-sebastianismo» na continuidade messiânica.

armas reais com o dragão brigantino. Em cima da composição, do lado esquerdo, a «Justiça» suspende na mão a



COMPOSIÇÃO POPULAR, SEBASTIÂNICA, ALUSIVA À RESTAURAÇÃO DE 1640

«Grav. obsequiosamente cedida pelo Sr. Dr. Pedro Vitorino, do seu valioso estudo intitulado *O Sebastianismo na iconografia popular*; Pôrto, 1923).



balança, e empunha a espada; legenda: ET IVSTITIA DE COELO PROSPEXIT. Do outro lado, Jesus crucificado promete a D. Afonso Henriques, ajoelhado aos pés da Cruz: RESPICIAM ET VIDEBO (1).

À persistência e evolução do Sebastianismo, depois da Restauração, referem-se largamente Sampaio Bruno e Lúcio de Azevedo (2).

A esta permanência alude Afonso Lopes Vieira nestes versos das *Ilhas de Bruma*, forma poética de um pensamento português:

Cavaleiro do Sonho e do Desejo,  
guarda no santo gral,  
com a nossa Saúdade e o nosso Beijo,  
— o sangue de Portugal...

Sonho de além e de glória,  
ha tanto, ha tanto  
o sonha um Povo inteiro!  
Maravilha e encanto  
da nossa história,  
— ó Manhã de Nevoeiro...

Ó manhã misteriosa  
que alvoreces em nós teu rompente claror,  
teu messiânico alvor,  
manhã de além, alva saudosa,  
— tu és a nossa força que não passa,  
teu sonho em nós revive ao longe e ao perto,  
manhã sem dia, ò manhã de graça  
em que ha de vir o Encoberto...

---

(1) P. Vitorino, *O Sebastianismo na Icon. pop.*, pág. 29, fig. 9.

(2) Sampaio Bruno, *O Encoberto*, págs. 169 e segs.; Lúcio de Azevedo, *A Evolução do Sebast.*, págs. 108 e segs.

Místico Cavaleiro alucinado  
que ao areal arrastou nossa alma em flor  
e jogou a sorrir nosso destino e sorte,  
êle era vivo antes de Desejado,  
êle era vivo em nosso sonho e amor,  
— e nunca o levou a morte...

Êle era vivo e é eterno! Horas ansiadas  
em que eu o sinto, com a Raça, em mim.  
Êle vive nas Ilhas Incantadas  
da nossa alma sem fim...

E, ó maravilha!  
em toda a hora do perigo e do temor,  
o Encoberto volta da sua Ilha,  
e salva-nos, e salva-nos, Senhor!...

E a Esperança imortal,  
surda palpita na manhã rompente!  
Cerra-se névoa alucinadamente,  
Portugal boia no nevoeiro...  
E o Cavaleiro  
do Sonho e do Desejo  
guarda no santo gral,  
com a nossa Saúde e o nosso Beijo,  
— o sangue de Portugal... (1)

A mística da independência deu asas eternas á esperança. Tomou formas diferentes, ora contemplativas, ora heróicas. Num determinado momento, formou, enraizou e consubstanciou-se com aspecto singular; foi o Sebastianismo.

Luís CHAVES

---

(1) Afonso Lopes Vieira, *Ilhas de Bruma*, Coimbra, 1917, págs. 37-39.



## D. FILIPA DE VILHENA E OS CONJURADOS

### I

#### O ÚLTIMO REI DA DINASTIA DE AVIS

Tendo resolvido passar a fazer pessoalmente guerra em África, contra os mouros, D. Sebastião deixou o govêrno do Reino entregue a uma junta de cinco governadores, por o Cardeal D. Henrique ter recusado aceitar a regência que seu sobrinho lhe queria entregar. Os governadores, nomeados em 9 de Junho de 1578, foram: D. Jorge de Almeida, Arcebispo de Lisboa, Pedro de Alcáçova Carneiro, Vedor da Fazenda, Francisco de Sá de Menezes, D. João Mascarenhas e Miguel de Moura. Eram todos pessoas de relêvo na sociedade portugueza de então.

D. Jorge de Almeida foi Arcebispo de Lisboa, Inquisidor Geral e Abade comendatário do mosteiro de Alcobaça, lugar em que succedeu ao Cardeal D. Henrique que, por alvará, o nomeou seu coadjutor e futuro sucessor na administração daquela Real Abadia (1). Faleceu em 20 de Março de 1585, com 54 anos de idade.

---

(1) *Alcobaça Ilustrada* por Fr. Manuel dos Santos, pág. 475.

Pedro de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, Vedor da Fazenda, Conselheiro de Estado del Rei D. Sebastião, e depois de Filipe II, Comendador da Idanha na Ordem de Cristo, ficou conhecido como ministro parcial de Castela, tendo falecido em 18 de Maio de 1593 (1).

Francisco de Sá de Menezes, Conde de Matosinhos, Senhor de Sever, Matosinhos, etc., Alcaide mor do Pôrto, Comendador de Proença na Ordem de Cristo, Comendador e Alcaide mor de Santiago de Cacem, e de Sines, na Ordem de São Tiago, desempenhou o lugar de Camareiro mor do Príncipe D. João, e dos Reis D. Sebastião, D. Henrique e Filipe II, e pertenceu ao Conselho de Estado.

D. João Mascarenhas, Comendador e Alcaide mor de Castelo de Vide, Mordomo mor del Rei D. Henrique e seu Vedor da Fazenda, e do Conselho de Estado, deixou nome de herói de lenda (2), na Índia, onde serviu no posto de Capitão de Diu, cidade que defendeu com singular heroicidade. Varão digno de eterna memória, escreveu dêle D. António Caetano de Sousa, pelo valor, e talento, que faria ainda mais brilhante, se nas adversidades da Pátria não seguira o partido del Rei D. Filipe. Tendo morrido em 7 de Agôsto de 1580, jaz sepultado na vila de Alcácer-do-Sal.

Miguel de Moura serviu D. João III no cargo de Escrivão da Fazenda, D. Sebastião no de Secretário de Estado e Escrivão da Puridade, tendo sido, também, ministro de D. Henrique.

No dia 14 de Junho de 1578 D. Sebastião dirigiu-se à Sé, acompanhado pela Nobreza, para assistir à Missa de Pon-

---

(1) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, etc., por D. António Caetano de Sousa, Tômoo x pág. 181.

(2) Alfredo Pimenta, *Elementos de História de Portugal*, 2.<sup>a</sup> edição pág. 207.



tifical celebrada pelo Prelado ulissiponense, e depois à benção da Bandeira Real que o Alferes mor, D. Luís de Menezes, empunhava. Saindo da cathedral embarcou logo na galé que o levou à África, demorando-se no Tejo dez dias antes da armada partir para Marrocos, só tendo vindo a terra duas vezes, para ouvir Missa na igreja de Santos o-Velho (1)

O Rei, occupado com os preparativos da expedição, deixou desde o dia 15, de superintender pessoalmente no despacho, que começou a ser feito pelos Governadores.

A 4 de Agôsto de 1578 travou-se a batalha de Alcácer-Quibir, onde pereceram D. Sebastião e metade das fôrças do seu comando, que constavam, à saída de Lisboa, de 9.000 portuguezes, 3.000 tudescos, 2.000 espanhóis, 600 italianos, 1.500 cavalos e 30 peças de artilharia.

Começaram a chegar a Portugal as primeiras notícias do desastre da expedição, confirmados, infelizmente, depois, pelo próprio Capitão mor de Armada, D. Diogo de Sousa.

Os Governadores mandaram então a Alcobaça, onde estava a passar a estação calmosa o Cardeal D. Henrique, Comendatário dêsse Mosteiro, o qual gostava de viver ali, pela amenidade e fertilidade da região, o dr. Jorge Serrão, Provincial da Companhia de Jesus, a pedir-lhe que viesse para Lisboa, afim de consolar o povo, e ser resolvido o que se devia fazer no meio da grande confusão que reinava.

D. Henrique partiu immediatamente para a capital, trocando a paz do claustro da abadia cisterciense, pelo boliço duma Côrte alvoraçada, indo ficar, no sábado 16 de Agôsto de 1578, ao mosteiro dos frades loios, situado em Xabregas. Mais tarde passou para os paços do Duque de Bragança,

---

(1) Queiroz Veloso, *D. Sebastião*, pág. 295.

por não ter ânimo de entrar no Paço da Ribeira que, apenas dois meses antes, D. Sebastião havia habitado (1). Chamou os fidalgos que não tinham ido à jornada de Alcácer-Quibir, e mandou reunir o Chanceler mor com os Desembargadores do Paço, a fim de verem o que estatua o Direito no caso de, na vagatura da Coroa, o sucessor mais próximo ter o estado eclesiástico.

Os juristas acordaram em que nem o sacerdócio, nem o capelo de Cardeal incapacitavam D. Henrique de suceder no trono português, visto êle ser filho de D. Manuel I, e estar extinta a sucessão do primogénito do Rei Venturoso. Como, porém, não havia a certeza de D. Sebastião ter ficado morto na batalha, não se podia considerar o Reino vago, devendo, por isso o Cardeal, exercer o mando com o título de Governador e Defensor do Reino, (2) e futuro sucessor do último Rei.

D. Henrique tomou posse dêste cargo em 22 de Agosto de 1578.

Três dias depois chegou de Tanger D. Francisco de Sousa, com cartas de Belchior do Amaral, em que êste dizia ter D. Sebastião sido morto na batalha, e haver êle mesmo enterrado o corpo do Soberano nas casas do alcaide de Alcácer-Quibir.

O Reino encontrava-se, portanto, vago. Quebrados os escudos em 27 de Agosto, o Cardeal D. Henrique foi aclamado Rei no dia seguinte. Depois do juramento prestado

---

(1) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, vol. VIII, págs. 84-85.

(2) António Ferreira de Serpa, *Crónica de El-Rei Dom Sebastião*, único dêste nome e dos Reis de Portugal o 16.º, composta pelo Padre Amador Rebêlo, companheiro do Padre Luís Gonçalves da Câmara e Mestre do dito Rei Dom Sebastião, pág. 287.



de governar os Reinos bem e fielmente, guardar justiça às partes, e conservar os privilégios e liberdades concedidas pelos Reis seus antecessores, um rei de armas deu o brado:

— ouvide, ouvide, ouvide;

e logo D. João Telo, empunhando o estandarte real, aclamou:

— Real, real, real, pelo Sereníssimo Príncipe D. Henrique, Rei de Portugal (1).

D. Henrique era Rei de Portugal.

O seu reinado foi curto, e durante êle a sucessão do trono preocupou imenso o espírito dos portugueses.

A idade de 66 anos, e a abalada saúde do Monarca faziam prever que o seu govêrno seria de pouca duração. Na certeza de vagar a Coroa Portuguesa, diferentes pretendentes apresentaram o direito que possuíam de a ocupar.

O primeiro, e mais poderoso, era Filipe II de Espanha, cujos interêsses D. Pedro Giron, Duque de Ossuna e D. Cristóvão de Moura defendiam.

O Duque de Sabóia, Manuel Felisberto, fazia-se representar por Carlos Alato Rovere; Alberto Rainúncio I Duque de Parma por D. Fernando Farnesio, Bispo de Parma.

A Rainha de França encarregou Urbano de S. Gelásio, Bispo de Comingues, de zelar a sua causa.

O Duque de Bragança era pretendente pela Duquesa D. Catarina, sua mulher.

O Prior do Crato proclamou êle próprio os seus direitos, enquanto pôde, e depois, quando foi obrigado a abandonar a Côrte, encarregou Diogo Botelho e outros, de os proclamar.

---

(1) Fr. Cláudio da Conceição, *Gabinete Histórico*, Tomo II, pág. 378.

O Rei de Castela fundava o seu direito em que era filho da Imperatriz D. Isabel, filha de D. Manuel I.

A Duquesa de Bragança, D. Catarina, mulher do Duque D. João I, lembrava ser filha do Infante D. Duarte, filho de D. Manuel.

O Duque de Saboia fundamentava o seu direito em ser filho da Infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel.

O Príncipe de Parma, Alberto Rainúncio, teve por mãe a Princesa D. Maria, filha mais velha do Infante D. Duarte, irmã, portanto, da Duquesa de Bragança, mas faltava-lhe a nacionalidade portuguesa (1).

D. António, Prior do Crato, baseava a sua pretensão em ser filho do Infante D. Luís, e neto do Rei Venturoso, mas o seu nascimento ilegítimo invalidava a sua candidatura.

A Rainha Catarina de Medicis, mulher de Henrique II de França, dizia-se descendente dum filho de D. Afonso III e da Condessa Matilde, Roberto, Conde de Bolonha, filho que não existiu, tendo, por isso, sido considerada de nulo valor a sua pretensão à Coroa Portuguesa.

O Papa era pretendente pelo facto de o Reino de Portugal ser espólio dum Cardeal, e de D. Afonso Henriques o ter constituído feudatário da Santa Sé.

A Rainha de Inglaterra também apresentou a sua candidatura à Coroa Portuguesa assente em razões de nenhum pêsso.

Os dois pretendentes que atraíram maior número de atenções foram Filipe II de Espanha, e D. Catarina Duquesa de Bragança, primos direitos, ambos netos de D. Manuel,

---

(1) Hipólito Raposo, *Direito e Doutores na Sucessão Filipina*, citado por Eduardo Brazão, *A Restauração*, Relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668, pág. 23.



com vantagem, no entanto, para D. Catarina, porque descendia do Venturoso por linha masculina, era portuguesa e casada com Príncipe português, descendente da Casa Real, condição para reinar, imposta pelas leis do Reino.

Sentindo avizinhar-se o fim da vida, o Cardeal pretendia resolver o árduo problema da sucessão, pelo que mandou citar os pretendentes.

Filipe de Espanha foi citado por Fernão da Silva, Alcaide mor de Silves, Embaixador em Castela; a Duquesa de Bragança, que residia em Vila-Viçosa, por Francisco Serrão, Escrivão da Fazenda del Rei, enquanto o Duque de Bragança também pugnava pelos direitos de sua mulher; D. António Prior do Crato, ao tempo com residência oficial em Abrantes, por Nuno Álvares Coelho, Escrivão da Fazenda; e os restantes pretendentes por outras pessoas. Todos acorreram ao convite, excepto Filipe II, que se julgava com direito incontestável à posse do Reino vizinho do seu.

Não querendo decidir, por si, negócio de tamanha importância, D. Henrique encarregou as Côrtes de elegerem Governadores que escolhessem definitivamente o herdeiro do Trono.

Os Três Estados do Reino, o Eclesiástico, a Nobreza e o Povo, reuniram-se na segunda-feira, 1 de Julho de 1579, nas casas de Martim Afonso de Sousa, a S. Francisco, residência de D. Henrique, depois de ter deixado de habitar nos paços do Duque de Bragança (1), e elegeram 15 dos principais personagens do país, dentre os quais D. Henrique nomearia os cinco Governadores que desejava encarregar dessa delicada missão. A escolha recaiu em D. Jorge de Almeida, Arcebispo de Lisboa, D. João Mascarenhas,

---

(1) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, vol. VIII, pág. 85.

herói de Diu, Francisco de Sá de Menezes, Camareiro mor, Diogo Lopes de Sousa, Senhor de Miranda e Governador da Casa do Cível, e D. João Telo de Menezes, Senhor de Aveiras.

Os nomes dalguns destes portugueses de antanho já atrás foram citados. Apenas sobre Diogo Lopes de Sousa acrescentaremos que foi Senhor de Oliveira do Bairro, Podentes, Germelo, Vouga e Folgosinho, Alcaide mor de Arronches, Comendador de Soure, na Ordem de Cristo, Moço Fidalgo de D. João III, e do seu Conselho, e Governador da Relação do Pôrto. O Cardeal Rei deu-lhe posse da Casa Sousa, que vagara por morte de Manuel de Sousa, falecido com 7 anos de idade, e, por fôrça da Lei Mental, tinha sido reunida à Coroa. O Senhor da Casa de Sousa faleceu em Elvas, no ano de 1580, antes de Filipe II entrar naquela cidade.

As Côrtes apresentaram também ao Monarca uma lista de 24 ministros letrados, para dentre êles D. Henrique escolher 11, que sentenciassem com os Governadores.

O Cardeal não divulgou o nome dos Governadores e letrados a quem competia decidir da sucessão do Reino, assunto que deixou para ser resolvido depois da sua morte.

Durante êste tempo os partidários de Castela, da Duquesa de Bragança e do Prior do Crato procuravam fazer valer os direitos do pretendente que defendiam, trabalhando por tornar, quanto possível, a sua candidatura simpática à Nação.

Grassava a peste em Lisboa e noutros sítios do Reino, pelo que D. Henrique se retirou para Almeirim, reunindo aí os Três Estados em 11 de Janeiro de 1580.

O estado de saúde do Cardeal Rei inspirava cuidado. Em Almeirim recebeu a visita da Duquesa de Bragança, D. Catarina, sua sobrinha, a qual expôs ao Soberano, com tanta evidência, o direito que lhe assistia de ocupar o Trono



de Portugal, quando vagasse, que o Monarca esteve na intenção de a declarar por sua sucessora. Interveio, nesta ocasião, D. Cristóvão de Moura, e D. Henrique mudou de opinião, não proclamando, contudo, o nome do seu sucessor até à morte, que ocorreu naquela vila, a 31 de Janeiro de 1580, no mesmo dia do ano e palácio onde nasceu, sendo a sua morte a sepultura do Reino (1).

O testamento que deixou, datado de Lisboa, em 29 de Maio de 1579, refere-se à questão da sucessão que tanto o preocupou, e interessava o futuro do Reino, nestes termos:

«E porque ao tempo que faço êste Testamento, não tenho descendentes, que diretamente hajam de suceder na Coroa dêstes Reinos, e tendo mandado requerer a meus Sobrinhos, que algum direito podem pretender, e está êste caso de sucessão em justiça, porquanto não declaro aqui agora quem me há de suceder, será quem conforme o direito houver de ser, e esse declaro por meu herdeiro, e Sucessor, salvo se antes da minha morte nomear a pessoa que êste direito tem: e portanto mando a todas as pessoas de qualquer qualidade, estado, e condição, que sejam dêstes meus Reinos, e Senhorios, que logo como fôr nomeada a tal pessoa por mim, ou pelos Juizes para isso deputados, o reconheçam, e lhe dêem homenagem, e vassalagem, que são obrigados, etc.» (2).

Durante o seu curto reinado, D. Henrique teve sempre diante dos olhos o difícil problema da sucessão da Coroa, e o desgosto causado pela perda de África, que a cada momento lhe era avivado pelos que chegavam, vindos da

---

(1) *Portugal Restaurado* pelo Conde da Ericeira, Tômoo I, pág. 15.

(2) *Gabinete Histórico*, Tômoo II, pág. 406.

desastrosa batalha, e com os pedidos de resgate feitos pelos que tinham ficado em poder dos marroquinos.

Deixou, porém, em suspenso o grande problema da Coroa, devido talvez, em parte à inconstância natural, que geralmente lhe é atribuída, a qual o tornava irresoluto no parecer a tomar perante os árduos problemas que se ofereceram à sua consideração (1).

Com a aclamação de D. Henrique ficou temporariamente afastado o perigo de qualquer Príncipe estrangeiro pretender ocupar o Trono português; com a sua morte essa subida tornou-se inevitável.

## II

### O DOMÍNIO FILIPINO

Por morte do Cardeal Rei entraram no exercício das suas funções os cinco Governadores por êle nomeados, dentre os 15 nomes que as Côrtes lhe indicaram. Foram, como já ficou escrito, D. Jorge de Almeida, Arcebispo de Lisboa, D. João Mascarenhas, Francisco de Sá de Menezes, Diogo Lopes de Sousa e D. João Telo de Menezes. Três dêles, com exclusão do Prelado lisbonense e de D. João Telo, dirigiram-se a Aiamonte, e depois a Castro Marim, donde se avista terra espanhola, e aí publicaram sentença a favor do Rei de Castela, dizendo pertencer-lhe a Coroa de Portugal, por ser varão de boa linha, e de maior idade.

Filipe II de Espanha, sem se importar muito com a sentença lavrada em seu favor, foi avançando com fôrças armadas por Portugal, entrando, sem resistência, nas cidades,

---

1) *Alcobaça Ilustrada*, etc., págs. 468 e 475.



onde era recebido com profundo sentimento e tristeza, usando de armas, e violências e outros meios injustos na usurpação do direito à Coroa que pertencia à Duquesa de Bragança (1).

Muitos fidalgos portugueses não aceitaram de boa mente o domínio de Castela. Um dêles foi João de Saldanha, Comendador de S. Martinho de Santarém, Capitão mor das naus da Índia.

Tendo partido para o Oriente em 1576, quando regressou da viagem, um dos Governadores, ou alguém por êle, fez-lhe ofertas para que se inclinasse à parte de Castela. «Respondeu que não era êle homem, a quem a cobiça mudasse o ânimo honrado que herdara de seus Avós: que se era justo o que se lhe pedia, por si se faria e se não, que não manchava a sua lealdade».

No ano de 1579 partiu novamente para a Índia, como Capitão mor de cinco naus. Consta que D. Cristóvão de Moura lhe queria fazer a mercê do título de Marquês de Vila Franca e 6.000 francos de juro, se quando viesse entregasse as naus ao Rei Filipe.

Negou-se a aceitar tais propostas, e só reconheceu o Soberano espanhol como Chefe da Nação Portuguesa, depois de os Estados lhe terem jurado preito e homenagem (2).

A resistência oposta ao domínio filipino pelo pretendente D. António, Prior do Crato, que chegou a ser aclamado em Setúbal, onde mandou cunhar moeda, em Lisboa e em San-

---

(1) Carta de crença dada por D. João IV ao P.<sup>o</sup> Inácio de Mascarenhas, seu sobrinho, que enviou como Embaixador à Catalunha em Dezembro de 1640, em Eduardo Brazão, *A Restauração*, etc. pág. 47.

(2) Conde de Azinhaga, *João de Saldanha de Sousa na Restauração de Portugal*, separata de *A Nobreza na Restauração de Portugal*, Documentação Inédita de seus Feitos, t. 1, pág. 14.

tarém, foi vencida por um exército de 20.000 homens, chefiado pelo Duque de Alba, em Alcântara, junto de Lisboa, no dia 25 de Agosto de 1580.

A fortaleza da Ilha Terceira manteve-se fiel ao Prior do Crato, mas em 17 de Março de 1582, foi tomada pelos castelhanos comandados por D. Álvaro Bazan, Marquês de Santa Cruz.

D. António voltou ainda a Portugal em 1589, com uma armada que conseguiu obter da Rainha Isabel de Inglaterra, em que vieram embarcados 22.000 homens. Tomou Peniche, e entrou na barra de Lisboa no dia 24 de Junho; mas como não tivesse encontrado o apoio que esperava, regressou a Inglaterra.

Portugal teria de estar uns anos unido a Castela, até ao momento em que os Restauradores proclamassem a sua independência de direito, e conseguissem realizá-la de facto. Para isso faltavam ainda 51 anos.

Filipe II, Senhor do Reino de Portugal, convocou em Tomar, para o dia 16 de Abril de 1581, os Três Estados, que o juraram Rei de Portugal.

Por sua vez, Filipe jurou guardar os foros do Reino, divididos em 25 Capítulos, iguais aos que el Rei D. Manuel prometeu dar aos portugueses, quando foi jurado Príncipe de Castela e Aragão (1). Jurou conservar a Coroa de Portugal nas leis, estilos, liberdades, isenções, Casa Real, e officios dela, como tinham usado fazer os Príncipes naturais do Reino. Os officiais serviriam os Reis, estando em Portugal. Os estrangeiros ficavam excluídos de serem providos em Dignidades Eclesiásticas, Governos Civis, Praças, Hábitos,

---

(1) *Portugal Restaurado, etc.*, t. 1, pág. 31.



Comendas militares, jurisdições, rendas, títulos, lugares, senhorios, doações, privilégios, presídios, comércio e trato das conquistas.

Os estrangeiros que tinham servido o país, no tempo dos antigos Reis, podiam continuar a fazê-lo. O Vice-Rei de Portugal seria pessoa real, filho, irmão ou tio do Rei de Espanha.

Junto do Soberano da monarquia dualista haveria um Conselho de Portugal, por onde correriam todos os despachos relativos a Portugal e suas conquistas, que seriam escritos em português.

Os portugueses deviam ser admitidos, com os castelhanos, nos officios da Casa Real.

As Côrtes funcionariam em Portugal, e só dentro do país poderiam ser tratados os assuntos que lhe dissessem respeito. O Soberano não pediria ao Papa bulas para levar terças, nem subsídios da Igreja. Os bens da Coroa, que vagassem, seriam divididos pelos parentes do seu último possuidor, os outros beneméritos, mas não reverteriam nunca para ela. As conquistas de Portugal seriam defendidas, quando fôsse necessário, pelas armas de tôda a Monarquia. Abrir-se-iam os portos secos, ficando os mercadores isentos de pagar direitos. O Rei estaria o maior tempo que lhe fôsse possível em Portugal, onde se criaria o Príncipe, para tomar amor aos portugueses.

No caso de não ser respeitado o que fôra jurado, os Três Estados do Reino poderiam livremente negar sujeição, vassalagem e obediência ao Monarca, sem incorrer no crime de lesa-majestade.

Filipe jurou todo o conteúdo dos Capítulos de Tomar, mas, a-pesar disso, não houve nenhum que não fôsse, mais tarde, transgredido.

Depois de jurado Rei, Filipe dirigiu-se a Lisboa, onde chegou no dia 29 de Junho, e ao regressar a Castela deixou seu sobrinho o Cardeal Alberto, Arquiduque de Áustria, a governar Portugal. Com esta nomeação começava já a faltar ao prometido em Córtes.

Tornado senhor de Portugal, Filipe II procurou captar as boas graças do Duque de Bragança, o seu mais sério contendor na posse do Reino, visto a Duquesa ser a pessoa mais chegada ao último Rei de Portugal, de nacionalidade portuguesa.

Em Tomar agraciou ao Duque de Bragança D. João I, com o Tosão de Ouro. Conferiu a mesma alta distinção ao Duque de Medina Sidónia, embora o de Bragança tivesse precedência sobre todos os outros súbditos da monarquia dualista, visto que o português esteve com el Rei debaixo da cortina, enquanto o lugar do espanhol foi no banco dos Grandes.

Estando em Évora, de regresso para Espanha, Filipe II mandou, por Miguel de Moura, do Conselho de Estado, e Escrivão da Puridade, entregar à Duquesa de Bragança, D. Catarina, uma portaria cheia de distinções e benesses para os membros da Excelentíssima Casa de Bragança. Constava desse diploma que o Duque de Bragança desempenharia o officio de Condestável, o qual, por sua morte passaria ao filho, Duque de Barcelos, e deste para o seu herdeiro e sucessor na Casa. O filho segundo teria um lugar bom em Castela, com 1.000 vizinhos, 4.000 cruzados de renda, e o título de Marquês. O filho terceiro receberia uma comenda castelhana que rendesse 5.000 cruzados. A Casa receberia, para seu desempenho, a quantia de 200.000 cruzados, no espaço de 4 anos. Podia mandar vir da Índia, durante 6 anos, 100 quintais de canela, outro tanto de cravo, e ainda



igual quantidade de noz moscada, tudo livre dos direitos devidos ao Rei. Ao Duque, e seus sucessores, foi confirmado o tratamento de Excelência, que lhe havia dado o Cardeal D. Henrique.

O privilégio que o Duque tinha em vida de não pagar chancelaria, seria extensivo ao Duque de Barcelos, e a seu herdeiro.

Para conciliar ainda mais a boa vontade da Duquesa de Bragança, que viu os seus direitos menosprezados pela intromissão do Rei de Castela, Filipe II anunciou a possibilidade do casamento do Príncipe herdeiro com uma filha sua, e o do Duque de Barcelos com uma Arquiduquesa de Áustria.

Esta combinação não teve efeito futuro, porque o filho mais velho de Filipe II, o Príncipe D. Diogo, morreu em 21 de Novembro de 1582, e o Duque de Bragança, D. Teodósio, casou, por mandado de Filipe III, com D. Ana Velasco, filha do Condestável de Castela.

As combinações estabelecidas desfizeram-se; as promessas firmadas falharam.

Quando, pelo falecimento do IV Duque de Bragança, ocorrido em 22 de Fevereiro de 1583, D. Catarina enviuvou, Filipe II mandou propor, por várias pessoas, o seu casamento com a Duquesa; mas as suas diligências foram vãs. D. Catarina recusou a oferta, proclamando, em resposta, o direito que seu filho tinha à Coroa de Portugal.

O sentimento da independência da Pátria, que contava 5 séculos de existência, no coração dos portugueses, e havia dado provas tão brilhantes no início da nossa nacionalidade e no tempo de D. João I, não se apagou com decisão das Côrtes de Tomar.

A política de Castela, a nosso respeito, consistiu em promover a sua destruição, ou, pelo menos, em abafá-lo,

tolhendo a acção dos que o patenteassem com maior evidência.

No tempo de Filipe II, um dos partidários mais qualificado dos direitos de D. António, Prior do Crato, foi Fr. Heitor Pinto, notável teólogo.

Querendo afastá-lo de Portugal, o Rei de Castela levou-o em sua companhia para Madrid, alegando que lhe seria útil o seu conselho nos negócios mais graves.

Ao chegar à capital espanhola, o notável religioso disse com desassombro:

— El Rei Filipe bem me poderá meter em Castela; mas Castela em mim é impossível.

Há quem aventure que a morte dêste notável religioso, falecido em Espanha, não foi natural (1).

O Cardeal Alberto governou Portugal durante cêrca de 10 anos.

O seu govêrno não lhe grangeou simpatias entre os portuguezes, tendo sido mortos, durante êle, muitos partidários de D. António Prior do Crato (2).

Com 43 anos de reinado, e dezóito de usurpação, Filipe II morreu em 17 de Setembro de 1598, no Mosteiro do Escorial, contando 71 anos de idade.

Durante o seu govêrno entregou Arzila ao Rei de Marrocos, para evitar que êle emprestasse 200.000 cruzados a D. António Prior do Crato. Sucedeu-lhe no trono seu filho Filipe III que contava, à morte do pai, 20 anos de idade.

Filipe III veio a Portugal em 1619, entrando, no dia 10 de Maio, dêsse ano, em Elvas.

---

(1) *Gabinete Histórico*, Tômoo III, pág. 18.

(2) *Id., id.*, pág. 45.



Entre as pessoas que cumprimentaram o Soberano nesta cidade, contaram-se o Duque de Bragança D. Teodósio, e seu filho o Duque de Barcelos, futuro D. João IV. O Chefe da Casa de Bragança chegou «com grande comitiva, precedido de danças e de grandes demonstrações de alegria»<sup>(1)</sup>.

A população gritava:

— Viva o nosso grande Duque.

Das janelas deitavam-lhe flores.

Os espanhóis que acompanhavam Filipe III, observando as manifestações com que D. Teodósio era recebido, idênticas às que tinham sido feitas ao Monarca, notaram-nas com desgosto.

No dia 12 Filipe chegou a Estremoz; no dia 14 a Évora; em 21 a Montemor; a 26 a Almada, e fez a sua entrada pública em Lisboa, no dia 29 de Junho, o mesmo dia em que seu Pai entrou a primeira vez na capital, 38 anos antes.

As festas com que a cidade o recebeu foram magníficas, a ponto de Filipe dizer que só naquele dia entendera que era Rei.

Chegado a Lisboa, o Soberano convocou as Côrtes para o dia 14 de Julho, e no fim delas, querendo distinguir o Duque de Bragança, ordenou-lhe que pedisse alguma coisa. Porém D. Teodósio não quis pedir nada para si, respondendo nestes termos ao Monarca:

— Os Reis de Portugal avós de Vossa Majestade, e meus, deram tão liberalmente mercês à minha Casa, que a desobrigaram de ter que pedir; e assim somente estimaria receber de Vossa Majestade uma assinalada mercê, que é dignar-se de honrar com paternal affecto aos Vassallos Portuguezes, e especialmente aos Grandes do Reino.

---

(1) *Id., id.*, pág. 383.

Filipe III reuniu o Conselho de Estado, a quem expôs que, por causa da guerra com a Alemanha, era obrigado a não se demorar mais tempo em Lisboa, visto ser precisa a sua assistência em Espanha. Com efeito, a 29 de Setembro partiu de Lisboa.

Na sua viagem de regresso passou por Palmela, Salvaterra, Almeirim, Santarém, Golegã, Tomar, Tancos, Ponte-de-Sôr, Alter-do-Chão, Arronches e Campo-Maior, entrando em Badajoz no dia 23 de Outubro. Demorou-se em Portugal 5 meses e 14 dias, e nunca mais cá voltou.

No dia 31 de Março de 1621, contando 43 anos de idade, e vinte e dois e meio de reinado, faleceu. O seu governo foi-nos prejudicial, porque mandou levantar gente portuguesa para combater na Flandres, no intuito de despovoar o Reino, e excluiu da paz com a Holanda as conquistas de Portugal, continuando, a nosso respeito, a política de seu pai, que dizia, era melhor um Príncipe ser senhor dum Reino arruinado, mas seguro, do que florescente e poderoso, mas sujeito a inquietar-se.

### III

#### ANTECEDENTES DA RESTAURAÇÃO

O governo dos Filipes nunca poderia ter sido simpático aos portugueses, que haviam usufruído séculos de independência, e tornou-se, no tempo de Filipe IV verdadeiramente opressivo. As disposições juradas nas Côrtes de Tomar eram consideradas letra morta, e o governo espanhol procurava, com o maior empenho, abafar o sentimento de independência que nunca se tinha extinto, e agora começava a manifestar-se em vários pontos do País.



O govêrno filipino não cumpriu as promessas juradas; excedeu, além disso, os limites do que pode ter o nome de justo; portanto a rebelião tornou-se lícita.

Em 1635 tomou posse da regência de Portugal, D. Margarida de Saboia, Duquesa de Mântua, então já viúva do 3.º Duque, Vicêncio Gonzaga, contra o que fôra estabelecido nas Côrtes de Tomar, pois era prima coirmã de Filipe IV.

O comêço do seu govêrno foi logo assinalado por novos e múltiplos impostos.

Houve tumultos em Évora no ano de 1635. Três anos depois os moradores de Vila-Viçosa começaram a aclamar Rei de Portugal o Duque de Bragança. O Senhor D. João, que estava doente, mandou seu filho, o Duque de Barcelos, D. Teodósio, que então contaria, quanto muito, quatro anos, sair de noite pela vila, a socegar tumulto.

O motim de Évora teve o seu epílogo com a morte, pela fôrca, de alguns implicados, na condenação às galés de outros, e na execução, em efígie, do juiz do povo, Cezinando Rodrigues, e do escrivão João Barradas.

No Algarve, onde o movimento teve repercussão, foram aplicados castigos idênticos.

Êstes levantamentos levaram as autoridades espanholas a instalar uma Junta em Badajoz, e outra em Aiamonte, destinadas a resolver os casos portugueses, com menosprezo dos Tribunais de Portugal. Foram lançados novos impostos, que tornaram, ainda mais insuportável, a já pesada carga tributária que pesava sôbre os bens do País. Os principais portugueses, tanto fidalgos, como eclesiásticos, foram chamados a Madrid.

A França, inimiga então da Espanha, animava os portugueses a recobrem a sua independência, para assim diminuir muito o poderio espanhol.

Era, ao tempo, primeiro ministro de França, o Cardeal de Richelieu, o qual mandou a Portugal o Senhor de Saint-Pé, para sondar o ânimo dos portugueses e, ao mesmo tempo, incitá-los a tornarem a Pátria independente, podendo contar, para isso, com tropas e armadas francesas. Diz-se que o Cardeal escreveu uma carta ao Duque de Bragança, animando-o a cingir a Coroa dos seus Avós, assegurando-lhe o auxílio do Rei de França e de outros Príncipes.

O sentimento de independência dos portugueses cada vez se manifestava mais claramente, pelo que o govêrno de Madrid ia tomando novas medidas a impor em Portugal, a-fim-de lhe tirar os meios de tornar possível a restauração da Monarquia Portuguesa.

Assim, foi ordenado que se fizessem em Lisboa uma leva de cavalaria, sem limite de número, e levadas de homens em tôdas as Províncias do Reino, e nas Ilhas dos Açôres, para sustentar a Espanha na guerra contra a França. O Almirante Tomás de Chaburum tomaria o comando de todos os navios de guerra que se achavam nos portos do Reino. O Duque de Bragança recebeu ordem de levantar mil homens nas suas terras.

Tôdas estas ordens foram cumpridas.

Não contente ainda com isto, o ministério de Madrid, que havia chamado vários portugueses à capital espanhola, informou-os de que el Rei determinava reduzir Portugal a uma Província de Espanha. Esta estranha decisão fundava-a o Monarca, ou o govêrno por êle, em que, por causa da perfídia portuguesa, de que inventaram casos, e segundo a opinião dos seus teólogos e juristas, estava desobrigado do juramento que prestara em Córtes. Desta determinação não era pedido parecer aos Fidalgos portugueses, a quem apenas se perguntava qual a sua opinião quanto ao modo de a executar.



Os Fidalgos, legitimamente admirados com a proposta que lhes era comunicada, responderam não poderem pronunciar-se sobre ela, visto não terem poderes para isso.

Pouco se importando com a resposta dos nobres portugueses, Filipe IV mandou uma grande armada passar o inverno em Lisboa, para pôr em prática o seu projecto. A armada, porém, não chegou ao Tejo, porque foi destruída pelos holandeses, no canal de Inglaterra.

O Duque de Bragança era nomeado Governador Geral das Armas de todo o Reino, por carta de 28 de Janeiro de 1639, competindo-lhe tê-lo prevenido contra o ataque, que se esperava, da armada francesa, havendo suspeita de que o govêrno castelhano tencionava prendê-lo, em alguma das visitas que, no desempenho do seu cargo, teria de fazer às tôrres e navios, e levá-lo a Cadiz. Malograda esta tentativa, Filipe IV ordenou-lhe que o acompanhasse à Catalunha, onde ia pacificar aquela Província, convidando todos os Fidalgos portugueses a fazerem o mesmo.

O Duque de Bragança não obedeceu a esta ordem, porque resolveu ir ocupar o Trono dos seus Maiores.

#### IV

### A RESTAURAÇÃO

Os portugueses não podiam suportar mais tempo o jugo de Castela.

O cabedal da Nação ia para os cofres de Madrid, e as nossas colónias, descobertas e conquistadas à custa de tanto esforço heróico, eram invadidas e tomadas pelos estrangeiros (1).

---

(1) Eduardo Brazão, *A Restauração*, pág. 29.

Alguns Fidalgos mais ousados, reuniram-se para tratar da aclamação do Duque de Bragança, a-fim-de porem cõbro a êstes males.

As suas reuniões foram, primeiramente, na casa de Francisco de Melo, Monteiro mor, em Xabregas.

Mais tarde, o local escolhido para as juntas foi o jardim do Palácio que D. Antão de Almada possuía junto do convento de S. Domingos. Na reunião que ali se efectuou em 12 de Outubro de 1640, estiveram presentes D. Miguel de Almeida, Francisco de Melo, Monteiro mor, Jorge de Melo, seu irmão, Pedro de Mendoça e António de Saldanha. Assistiu também à reunião, chamado por D. Miguel de Almeida, o dr. João Pinto Ribeiro, agente de negócios da Casa de Bragança, homem de talento, cultura jurídica e pessoa de bem, muito obrigado a procurar os interêsses do Duque de Bragança (1).

Os conjurados reuniam-se numa pequena casa de fresco, abobadada, construída no jardim da residência de D. Antão de Almada, junto à muralha fernandina, que o limitava do lado norte, onde, com segurança, podiam combinar o plano da Restauração. Nesse local era difícil serem descobertos de surpresa; mas, mesmo que o fõssem, tinham a retirada garantida por uma porta trazeira, que dava saída para o monte de Santa Ana (2).

---

(1) *Relação dos feitos de Dom Antão Dalmada* escrita em Lisboa pelo Conde de Almada, pág. 32.

*Portugal Restaurado*, t`mo I, pág. 88, citado em *Serviços de António de Saldanha* prestados na Aclamação del Rei D. João IV e na Restauração de Portugal pelo seu Representante João de Saldanha Oliveira e Sousa (Marquês de Rio Maior), separata de *A Nobreza na Restauração de Portugal*, etc., t`mo I, pág. 7.

(2) *Relação dos feitos de Dom Antão Dalmada*, etc., pág. 32.



Ponderados os males de que a Nação sofria, êste bravo punhado de portugueses determinou fazer o que ainda hoje parece temeridade, dado o seu pequeno número: aclamar Rei o Duque de Bragança D. João.

Faltava tornar realidade esta decisão da junta dos fidalgos.

Quando o Duque de Bragança, no desempenho do seu cargo de Governador Geral das Armas de todo o Reino, chegou a Almada, foram visitá-lo todos os Grandes e Senhores portugueses, com o fim de lhe manifestarem o seu intento da restauração da monarquia, e saberem qual a opinião do Duque sôbre êle.

D. António Mascarenhas, dirigindo-se a D. João, disse-lhe que tinha convocado tôda a Nobreza para o dia em que êle houvesse de passar a Lisboa, acrescentando:

— Porque êsse dia há-de ser nosso, faça-o Vossa Excelência alegre (1).

O Duque de Bragança evitou cautelosamente fazer qualquer referência a êste desejo, simulando não perceber o que acabava de ouvir.

D. António Mascarenhas ficou tão sentido com a desinteligência de D. João que, quando mais tarde, êle chegou a Almada, vindo a caminho de Lisboa, onde ia ser coroado, não quis tornar a ir ali esperá-lo com os outros Fidalgos.

A má impressão que o Duque poderia ter deixado nos nobres portugueses, ficou, contudo, desvanecida, com a resposta que deu ao Monteiro mor:

— Que ainda não havia ocasião.

---

(1) *Gabinete Histórico*, tÔmo IV, pág. 11.

Com efeito, não devia o legítimo herdeiro da Coroa Portuguesa responder, de ânimo leve, às propostas dos Fidalgos, muitos dos quais mal conhecia.

Manuel de Faria e Sousa <sup>(1)</sup> diz que D. Miguel de Almeida, D. Antão de Almada e Pedro de Mendoça, foram encarregados pela Nobreza, de falar com o Duque, tendo D. Antão de Almada descrito o estado lastimoso do Reino, que o Conde Duque de Olivares fazia, quanto podia, por perder, não havendo outro asilo para escapar do seu mau desígnio senão o Trono. Para nêle porem o Duque de Bragança o haviam encarregado de lhe oferecer a sua ajuda, com um número considerável de gente de qualidade, que sacrificaria bens e vida por seus interêsses, e para vingar a Nação da tirania dos castelhanos.

Os episódios narrados anteriormente autorizam a pensar que mais alguns Fidalgos, pelo menos D. António Mascarenhas e Francisco de Melo, também falaram com o Duque sôbre a necessidade da Restauração.

Houve ainda um outro Fidalgo que falou em Almada com o Duque de Bragança ácêrca do mesmo assunto. Foi António de Saldanha.

Estando o Duque naquela vila enviou a António de Saldanha, Fidalgo que tinha uma importante fôlha de serviços prestados na Índia, havendo, por isso, recebido em 1635 a comenda de São Salvador de Serrazes, na Ordem de Cristo <sup>(2)</sup>, a seguinte carta:

«Hoje se me oferece resolver certo negócio e porque conferido com Vossa mercê lhe espero resolução mais acer-

---

(1) Citado em *Relação dos feitos de Dom Antão Dalmada, etc.*, pág. 31.

(2) *Serviços de António de Saldanha, etc.*, pág. 28.



tada peço a Vossa mercê me queira fazer mercê de se achar nesta parte quando nisto se não desacomode em alguma coisa advertindo porém Vossa mercê que pareça esta mercê mais casual que pedida. Deus guarde Vossa mercê. Almada três de Julho de seiscentos trinta e nove. O Duque.» (1)

Desta carta colige-se a confiança que D. João de Bragança punha em António de Saldanha, com quem queria tratar um assunto tão importante como era o da Restauração, visto não ter sido outro o objecto da entrevista de Almada, como mais tarde o filho de António de Saldanha revelou, no requerimento que fêz a D. João IV a pedir certas mercês, em satisfação dos serviços prestados por seu pai, nestes termos:

«Estando Vossa Majestade em Almada no ano 1639. Consta pela carta de Vossa Majestade fl. 4 havê-lo Vossa Majestade mandado chamar para comunicar com êle negócios de grande importância, dos quais toma Vossa Majestade por testemunha de quanto o desejou vêr restituído a estes seus Reinos, conhecendo-o Vossa Majestade assim lhe escreveu a dita carta, fiando-lhe assim por ela, como por outras particularidades que lhe foram comunicadas tão grande negócio, pelo zêlo, fidelidade, e experiêcia que de sua pessoa tinha» etc. (2)

Êste trecho de importantíssimo documento inédito publicado no 3.º centenário da Restauração, lança uma nova luz na história dos sucessos que precederam a subida ao Trono de D. João IV, prestando o sr. Marquês de Rio Maior altíssimo serviço à cultura nacional, tornando-o público.

Ao mesmo tempo esclarece a attitude de D. João IV e,

---

(1) *Id.*, pág. 6.

(2) *Serviços de António de Saldanha*, etc., pág. 6.

no dizer do 1.º Marquês de Rio Maior (¹), prova a iniciativa que tomou o Duque de Bragança na feliz Restauração de 1640, (²) e coloca em relêvo eminente, entre os restantes Conjurados, o Aclamador António de Saldanha, constituindo excepção única, e honrosíssima, a remuneração, pelo próprio D. João IV, dos serviços que êle prestou na Restauração, como o sr. Marquês de Rio Maior deixou provado no seu referido trabalho, a pags. 6 e 27, com a publicação duma certidão inédita.

O Duque de Bragança veio de Almada a Lisboa cumprimentar a Duquesa de Mântua. Querendo a Regente, no momento em que se sentava, que a cadeira fôsse recuada um passo, Tomé de Sousa, que foi um dos Restauradores, não o consentiu.

Perante a atitude reservada do Duque de Bragança, os Conjurados chegaram a considerar a hipótese de seu irmão D. Duarte vir ocupar o Trono de Portugal. Mas o Infante estava longe, na Alemanha, e a decisão dos fidalgos não podia sofrer demora. Tornaram a pensar, por isso, no Duque de Bragança.

As negociações prosseguiram. Francisco de Melo, Monteiro mor, que foi um dos mais activos Aclamadores, escreveu, em 1640, ao Marquês de Ferreira e ao Conde de Vimioso, para que representassem ao Duque de Bragança a necessidade de êle cingir a Coroa de Portugal, para livrar o País dos males que o atacavam. Jorge de Melo, irmão do Monteiro mor insistiu, junto do Conde de Vimioso, no mesmo assunto.

---

(¹) António José Luís de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa.

(²) *Serviços de António de Saldanha*, etc., pág. 16.



Foi nesta altura que Filipe IV mandou ao Duque de Bragança ordem, a que já aludimos, de acompanhá-lo na pacificação da Catalunha, que provavelmente seria pretexto para o prender, e convidou os Fidalgos portugueses a seguirem-no. Esta ordem apressou a Restauração. O Duque pôsto na alternativa de obedecer à ordem de Filipe, e ficar prisioneiro, ou de a desacatar, fazendo-se aclamar Rei, escolheu a segunda solução.

Os Conjurados, encarando, porém, a idea de aclamarem o Duque de Bragança, mesmo sem o seu consentimento, mandaram um emissário falar a D. João, escolhendo para êsse efeito Pedro de Mendoça, Alcaide mor e Senhor de Mourão, que se dirigiu primeiro a Évora, onde conferenciou com o Marquês de Ferreira e com o Conde de Vimioso. Êstes fidalgos escreveram ao Duque de Bragança persuadindo-o a aceitar a oferta que lhe era feita, e Pedro de Mendoça foi a Vila-Viçosa, onde encontrou o Duque a caçar na sua Tapada.

Feitos os cumprimentos, Pedro de Mendoça comunicou a D. João o negócio que ali o levava, pedindo-lhe que o não revelasse a seu secretário António Paes Viegas, por desconhecer qual seria a opinião dêle nesta matéria. O Duque respondeu que precisava tempo para meditar em negócio de tanta importância, e que daria uma resposta depois de falar com o secretário, cuja fidelidade encareceu.

Da conferência com o seu empregado resultou determinar-se o Duque a aceitar a Coroa. Antes, porém, de manifestar a Pedro de Mendoça a sua opinião, quis comunicar à Duquesa o que tinha ocorrido. D. Luísa de Gusmão incitou o marido a aceder ao rôgo dos Fidalgos, dizendo que, ainda que a morte fôsse a consequência da Coroa, tinha por mais acertado morrer reinando que acabar servindo;

de mais que todos os vaticínios seguravam a empresa, e assim somente a dilação de se coroar podia ser prejudicial.

Depois destas consultas, o Duque chamou Pedro de Mendoça, para lhe agradecer o trabalho e perigo a que se havia exposto, e ao mesmo tempo comunicar-lhe que estava pronto a aceitar a Coroa de Portugal, para a fazer respeitada de seus inimigos.

Pedro de Mendoça quis beijar-lhe a mão, o que D. João não deixou fazer, dizendo que não faltaria tempo para essa cerimónia.

Estava decidido que Portugal ia ter, novamente, Rei português, nascido no seu território e descendente dos Reis que o tinham fundado e engrandecido.

Para encobrir o móbil da viagem a Vila-Viçosa, Pedro de Mendoça, em vez de regressar a Lisboa, seguiu para Mourão, donde era Alcaide mor. Como, todavia, desejava que, sem demora, os seus companheiros tivessem conhecimento da decisão do Duque de Bragança, mandou, por meio dum correio, a D. Miguel de Almeida estas palavras:

«Que fôra à Tapada; que a caça andava levantada; que se fizeram alguns tiros; que uns se acertaram, e outros se erraram; e que era grande a prudência de João Pinto Ribeiro.» (1)

Êstes dizeres deixaram confuso o destinatário, pelo que não deu conhecimento dêles aos membros da junta. Só quando Pedro de Mendoça regressou a Lisboa, houve nova reunião, em que todos ficaram ao corrente do que se passara, partindo João Pinto Ribeiro para Vila-Viçosa, a-fim-de conferenciar com D. João. O agente de negócios da

---

(1) *Gabinete Histórico*, t.ºmo IV, pág. 18.



Casa de Bragança partiu para o solar do seu senhor, a pretexto de lhe dar conta do andamento de uma demanda, que a Casa Ducal trazia com a Casa de Odemira.

Entretanto, constando quaisquer dêstes factos à Duquesa de Mântua, mandou vigiar todos os passos dos Fidalgos de Lisboa.

Não havia tempo a perder, podendo a demora gorar tôda a patriótica conjura. Por isso o Duque de Bragança mandou dizer aos Conjurados, por João Pinto Ribeiro, que a aclamação fôsse feita primeiro em Lisboa, e não em Évora, como havia sido combinado.

As reüniões dos Fidalgos conjurados passaram a ser nos quartos que o dr. João Pinto Ribeiro ocupava nos Paços do Duque de Bragança, em Lisboa ou nalgum salão dêle (1).

Os futuros aclamadores usavam de todo o cuidado, para não darem nas vistas das autoridades. Os côches e os cavalos que os transportavam, ficavam dispersos por diferentes sítios. Os criados da Casa eram mandados retirar, e a entrada dos Paços estava quási às escuras, para não serem reconhecidas as pessoas que entravam.

João Pinto Ribeiro chegou a Lisboa, vindo de Vila-Viçosa, no Domingo 25 de Novembro de 1640, tendo nesse mesmo dia tido uma reünião com alguns dos Conjurados, dando-lhes parte do que se havia passado (2).

As juntas iam-se efectuando tôdas as noites, não sendo sempre os mesmos Fidalgos que nelas tomaram parte; porque, como o número dêstes crescia, a convocação de reüniões tão freqüentes, e cada vez mais numerosas, podia chamar a

---

(1) *Lisboa Antiga*, vol. VII, pág. 90.

(2) *Id.*, vol. VIII, pág. 9.

atenção pública. Nunca estiveram reunidos mais de 19 Conjurados (1).

Na reunião de 5.<sup>a</sup> feira, 29 de Novembro de 1640, os oito fidalgos que a ela assistiram: D. Miguel de Almeida, D. Antão de Almada, Pedro de Mendoça, Jorge de Melo, D. Gastão Coutinho, D. Álvaro de Abranches, D. Afonso de Menezes e António de Saldanha, por delegação dos outros Conjurados, marcaram «o dia do levantamento contra o usurpador castelhano, com a declaração que dêle se havia de fazer aos mal contentes» (2).

A escolha da data da Restauração foi feita propositivamente num Sábado, por ser dia consagrado a Nossa Senhora (3).

Deu-se conhecimento desta resolução ao Prelado que então regia a Sé de Lisboa, o Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, grande patriota, que recusou, em Madrid, o barrete cardinalício, o qual lhe seria conferido, se apoiasse o projecto de Portugal ser transformado numa Província de Espanha. O Arcebispo, que era amigo íntimo de D. Antão de Almada, (4) quis entrar no número dos Aclamadores, com os seus parentes e o clero que lhe estava subordinado, bem como o Juiz do Povo, Escrivão, Mesteres e alguns membros da Casa dos Vinte e Quatro.

A data marcada para a Restauração foi também comunicada a D. João da Costa, que no dia 1.<sup>o</sup> de Dezembro evitou a morte de alguns ministros, que estavam nos Tribunais, e teve depois acção notável na guerra contra Espa-

---

(1) *Relação dos feitos de Dom Antão Dalmada, etc.*, pág. 32.

(2) *Serviços de António de Saldanha, etc.*, pág. 3.

(3) *Relação dos feitos de Dom Antão de Almada, etc.*, pág. 33.

(4) *Id.*, pág. 31.



nha, ficando resolvido que os Conjurados deviam encontrar-se no Terreiro do Paço, de forma que às 9 horas todos estivessem ali. Formariam quatro grupos. Um atacaria o corpo da guarda, constituído por uma companhia de infantaria castelhana; outro subiria à sala dos Tudescos para desarmar a guarda dos archeiros; outro, das janelas do Paço gritaria Liberdade, e aclamaria Rei de Portugal o Duque de Bragança; outro ficava encarregado de matar o Secretário de Estado Miguel de Vasconcelos, grande inimigo dos portugueses.

O pouco tempo que medeou, da marcação do dia da Restauração à sua execução, foi ocupado em intensos preparativos. Chegou a haver a idea de não ser executado no 1.º de Dezembro o plano, idea que logo foi posta de parte, indo António de Saldanha, ao meio dia de 30 de Novembro, a casa de João Pinto Ribeiro, levar a nova agradável de que, no dia seguinte, se lançariam na facção combinada (1).

João de Saldanha de Sousa, a quem seu tio, António de Saldanha, pusera ao facto do arriscado projecto de aclamar Rei o Duque de Bragança, desempenhou papel importante nesta conjura memorável.

Na noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro, coube-lhe vigiar o Terreiro do Paço, sítio dos mais importantes da cidade, para onde deitava o Paço da Ribeira, habitação da Princesa Regente D. Margarida, bem como as portas de algumas pessoas que, se suspeitava, poderiam ir dar parte à Duquesa, e a Miguel de Vasconcelos, do que ia acontecer. Desempenhou esta missão, no dizer duma certidão manuscrita que chegou até aos nossos dias, com grande

---

(1) *Serviços de António de Saldanha, etc.*, pág. 7.

zêlo e ânimo, como era necessário para tão grande resolução, dando notícia aos Conjurados das informações que ia obtendo. A cidade estava socegada na madrugada do grande dia 1.º de Dezembro de 1640 (¹).

Na 6.ª feira 30 de Novembro todos os Conjurados se confessaram, pedindo a vários religiosos Missas e orações, tendo muitos dentre êles feito testamento (²). A maior parte comungou no dia seguinte. Fortificados com o auxílio divino, os Fidalgos, e mais algumas pessoas de quem precisavam, mas que não estavam no segrêdo da Restauração, apareceram no Terreiro do Paço. Dirigiram-se para êste local por diferentes caminhos, quási todos em liteiras, para não evidenciarem o seu número, nem mostrar as armas que levavam, dividindo-se em quatro grupos, como estava combinado. Ao toque das 9 horas souou a redenção da Pátria.

A guarda castelhana foi dominada por Jorge de Melo, António de Melo de Castro e Estevão da Cunha, com a gente que os seguia.

D. Miguel de Almeida subiu à sala dos Tudescos, e disparou um tiro de pistola, que era o sinal combinado para cada um acudir ao lugar que lhe estava destinado.

O Porteiro mor Luís de Melo, e João de Saldanha de Sousa, tomaram o local onde se encontravam as alabardas dos archeiros, que foram derrubadas por D. Afonso de Menezes, Gaspar de Brito de Freire e Marco António de Azevedo, os quais impediram que os soldados pudessem pegar nelas. Alguns dêstes tentaram vedar a passagem para a porta de Miguel de Vasconcelos, mas a enérgica inter-

---

(1) *João de Saldanha de Sousa, etc.*, pág. 22-23

(2) *Relação dos feitos de Dom Antão Dalmada, etc.*, pág. 35.



venção de Pedro de Mendouça, e Tomé de Sousa, afastou-os daquele lugar.

Luís Godinho Benavente, criado do Duque de Bragança, e outras pessoas que com êle iam, avançaram para uma porta que comunicava com os aposentos da Duquesa de Mântua, tendo nessa ocasião morto um tudesco e ferido outros, pelo que estes se retiraram dali.

D. Miguel de Almeida, venerando ancião, andava gritando pelo Paço, e nas varandas:

— Valorosos portugueses, viva el Rei D. João IV, até agora Duque de Bragança, viva; morram os traidores que nos arrebataram a liberdade.

O grupo encarregado de matar Miguel de Vasconcelos, de que faziam parte D. António Telo, D. João de Sá de Menezes, Camareiro mor del Rei, António Teles, que ficou ferido num braço por uma bala disparada na sala dos Tudescos, o Conde de Atouguia D. Jerónimo de Ataíde, e seu irmão D. Francisco Coutinho, filhos de D. Filipa de Vilhena, D. Álvaro de Abranches, Aires de Saldanha, D. António Álvares da Cunha, João de Saldanha de Sousa, D. Gastão Coutinho, Sancho Dias de Saldanha, João, António e Bartolomeu de Saldanha da Gama, Tristão da Cunha de Ataíde, seus filhos Luís e Nuno da Cunha, e seu genro D. Manuel Childe Rolim <sup>(1)</sup>, avançaram para os aposentos do Secretário, encontrando, nessa ocasião, Francisco Soares de Albergaria, Corregedor do Cível,

---

(1) *Tristão da Cunha de Ataíde, 8.º Senhor de Povolide, Luís da Cunha de Ataíde, 9.º Senhor de Povolide e Nuno da Cunha de Ataíde, Conde de Pontével na Restauração de Portugal pelo seu Representante Dom José da Sylva de Noronha (Conde de Povolide) em A Nobreza na Restauração de Portugal, etc., t.ºmo 1, pág. 117.*

que vinha da Secretaria de Estado. Os conjurados disseram-lhe:

— Viva el Rei D. João;

mas êle, exaltado e puxando da espada, bradou:

— Viva el Rei Filipe de Espanha e de Portugal.

Um tiro de pistola tirou-lhe a vida.

Ao chegarem à Secretaria, acharam ali António Correia, oficial maior dela, que D. António Telo feriu, embora êle se não tivesse defendido.

Aberta, violentamente, a porta do gabinete de despacho, não viram o Secretário, pelo que houve a suposição que, avisado do perigo, tivesse fugido. Uma criada velha indicou, porém, o armário onde estava escondido. D. António Telo, disparou contra êle. Alvejado seguidamente com mais alguns tiros, foi por fim lançado, ainda vivo, dum janela para o Terreiro do Paço.

Um numeroso grupo de Fidalgos, constituído por D. Miguel de Almeida, Fernão Teles de Menezes, D. João da Costa, Tomé de Sousa, Pedro de Mendoça, D. Antão de Almada, D. Luís de Almada, seu filho, D. António Luís de Menezes, D. Rodrigo de Menezes, seu irmão, D. Carlos de Noronha, António de Saldanha, D. António da Costa, D. António de Alcáçova, João Rodrigues de Sá, Martim Afonso de Melo, Francisco de Melo, Luís de Melo, Manuel de Melo, seu filho, Tristão de Mendonça, Luís de Mendonça, D. Francisco de Sousa, o Conde dos Arcos D. Tomás de Noronha (1), D. Francisco de Noronha, D. António Mas-

---

(1) *Dom Tomaz de Noronha III Conde dos Arcos na Restauração de Portugal* pelo seu Representante Dom José Manuel de Noronha e Brito de Menezes de Alarcão (Conde dos Arcos), Separata de *A Nobreza na Restauração de Portugal*, etc., pág 9.



carenhas, D. Fernão Teles de Faro, Rui de Figueiredo de Alarcão, Luís Gomes, seu irmão, Francisco Sampaio (1), Gomes Freire de Andrade, e Gil Vaz Lôbo, foi ao encontro da Duquesa de Mântua que, duma janela, em vão pedia ao povo que a socorresse, e livrasse de tão perigosa situação. Os Fidalgos obrigaram-na a sair da janela. Procurando descer ao Terreiro, também isso lhe impediram de fazer. Então a Duquesa dirigiu-se aos Restauradores, nestes termos:

— Senhores, já estais satisfeitos, e vingados com a morte do Ministro culpado; êle está castigado; não passe adiante o furor, que não deve entrar em corações tão nobres: eu prometo, que el Rei Católico não só perdoe a todos, mas vendo a obediência, com que respeitais o seu serviço, agradeça ver êste Reino livre dos excessos do Secretário (2).

Quando a Duquesa prometeu, que Sua Majestade perdoaria a todos, António de Saldanha respondeu-lhe, que não havia outra Majestade, senão a de el Rei D. João IV, Duque de Bragança.

Como os Conjurados já não acatassem as suas ordens, a Duquesa pediu que lhe dessem 4 Fidalgos para a guardar. Responderam-lhe que não só 4, mas lhe dariam, se quisesse, 400 (3). Não mostrando aquietar-se, D. Carlos de Noronha pediu-lhe que se retirasse porque, de outra maneira, teriam de lhe perder o respeito.

— A mim? Como? replicou a Duquesa.

— Como? senhora, respondeu D. Carlos de Noronha,

---

(1) *Relaçam dos Varões da Casa de São Payo que na felice Aclamaçam del Rey o Senhor Dom João IV e nas mesmas campanhas da Restauração entraram a servir o mesmo Invicto Soberano pelo Conde de São Payo (D. Ant.º) e Manuel de Sampayo da C. Pimentel, pág. 8.*

(2) *Gabinete Histórico, t.ºmo IV, pág. 32.*

(3) *Serviços de António de Saldanha, etc., pág. 8.*

obrigando que Vossa Alteza a que se não quiser entrar por esta porta, saia por aquela janela (1).

D. Margarida reconheceu que seria inútil opor resistência à vontade firme dos Conjurados, e, assustada, foi recolher-se, com suas Damas, ao oratório. D. Antão Vaz de Almada, com algumas pessoas, ficou de guarda à Duquesa, para a terem segura, e evitar que lhe fôsse feito algum desacato (2), enquanto os outros fidalgos saíram para o Terreiro do Paço, a gritar:

— Liberdade, viva el Rei D. João o Quarto (3).

Depois pediram-lhe que assinasse uma ordem para o Governador do Castelo, Tenente de Mestre de Campo General D. Luís del Campo, não fazer qualquer movimento, ao que ela anuiu.

No momento da prisão da Regente surgiu o Arcebispo de Braga, saindo do Tribunal, chegado, havia poucos dias, de Madrid, e muito afeiçoado ao govêrno de Castela. Como quisesse fazer afirmações análogas às da Duquesa, no que respeita à clemência de Filipe IV para com os Restauradores, D. Miguel de Almeida pediu-lhe que se calasse «porque lhe havia custado muito, a noite antecedente, livrá-lo da morte» (4), pelo que se retirou para um dos quartos.

O Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, saiu da Sé, e no terreiro que ficava fronteiro, encontrou o Presidente da Câmara, D. Pedro de Menezes, Conde de Cantanhede, acompanhado por todo o corpo do Senado, e por

---

(1) *Portugal Restaurado*, etc., t. 1, pág. 103.

(2) *Relação dos Feitos de Dom Antão Dalmada*, etc., pág. 35.

(3) *Serviços de António de Saldanha*, etc., pág. 9.

(4) *Portugal Restaurado*, etc., t. 1, pág. 103.



D. Álvaro de Abranches, que empunhava a bandeira da cidade, buscando o Prelado.

Os Desembargadores reunidos na Casa da Suplicação, aprovaram, «com grande vontade e por escrito» (1), o que a Nobreza havia feito, do que se lavrou assento, que foi assinado por todos.

O socêgo que reinava na capital do Reino restaurado era completo ao meio dia, estando abertas as lojas dos mercadores.

Enquanto D. João não chegava de Vila-Viçosa, no mesmo dia 1.º de Dezembro, os Conjurados voltaram ao Paço, e pediram ao Arcebispo de Lisboa que tomasse o govêrno da Nação em nome do novo Rei, «para que se pudesse concluir o intento começado» (2). D. Rodrigo da Cunha aceitou o convite, mas desejou ser ajudado nesse officio pelo Arcebispo de Braga, para livrá-lo dos perigos a que o considerava exposto. O Primaz anuiu ao desejo do seu irmão no Episcopado. O terceiro Governador nomeado foi D. Lourenço de Lima, Visconde de Vila-Nova-da-Cerveira, pessoa dotado «de muitas virtudes, que mereciam geral estimação» (3), e substituiu o Inquisidor Geral D. Francisco de Castro, que primeiro havia sido convidado para desempenhar aquêle lugar. Aos Governadores foram dados por Conselheiros, os Conjurados D. Miguel de Almeida, D. Antão de Almada e Pedro de Mendoça (4).

O Bispo Inquisidor Geral, D. Francisco de Castro, foi ao Paço onde, «os Arcebispos Governadores dêstes Reinos

---

(1) *Serviços de António de Saldanha, etc.*, pág. 8.

(2) *Id.*, pág. 9.

(3) *Portugal Restaurado, etc.*, t.ºmo 1, pág. 105.

(4) *Relação dos feitos de D. Antão Dalmada, etc.*, pág. 36.

por aclamação da Nobreza em ausência do Duque» (1), lhe, deferiram o juramento de obediência e fidelidade ao novo Rei, juramento que também prestaram os mais Presidentes e Tribunais da Côrte.

Um dos primeiros cuidados dos Governadores consistiu em mandar a todos os lugares principais do Reino, aviso do feliz empreendimento do 1.º de Dezembro, e de quanto importava prevenirem-se contra a invasão de Castela.

D. Gastão Coutinho foi abrir as cadeis para dar liberdade aos presos.

Não podiam os Aclamadores, e a população, entregar-se a saborear em paz o feito da Restauração. O perigo espanhol era constante, pois no Castelo estava uma fôrça de 500 mosqueteiros inimigos, e no Tejo encontravam-se fundeados três galeões inimigos, dos quais um dêles, o S. Baltazar, «era notável pela grandeza» (2).

O govêrno militar da cidade ficou a cargo do Coronel António de Saldanha, que os Arcebispos Governadores nomearam comandante do têrço de Henrique Correia da Silva, com poderes de escolher o Sargento mor, dentre os soldados que entendesse, e distribuir tropas como melhor lhe parecesse para o bom desempenho da sua missão.

«Confiam com tão ampla liberdade de acção os Arcebispos Governadores esta missão—a mais importante naquela conjuntura — a António de Saldanha», escreveu o sr. Marquês de Rio Maior, «honra-o sumamente e prova sem dúvida

---

(1) Era por estes têrmos que começavam as Ordens emanadas dos Governadores que regeram o Reino antes de João IV tomar conta do govêrno.

(2) *Serviços de António de Saldanha*, etc., pág. 10.



o bom conceito de que êle gosava pelos seus talentos militares e nunca desmentida lealdade» (1).

António de Saldanha desempenhou cabalmente a missão da defesa da cidade. No mesmo sábado 1.º de Dezembro, o Marquês de la Puebla, assistente ao govêrno da Duquesa de Mântua, e o Mestre de Campo General D. Diogo Cardenas, tentaram entrar no Castelo, para aí organizarem a resistênciã, mas não o conseguiram fazer, tão bem estava guardado exteriormente (2).

João Rodrigues de Sá, D. João da Costa, e outros Fidalgos, embarcaram numa galé e renderam os três navios de guerra espanhóis, que se encontravam surtos no Tejo, e guarnecidos de infantaria.

Os Castelos de Lisboa, e Almada, e as Tôrres de Belém, Cabeça Sêca, Velha, e de Santo António, renderam-se a ordens passadas pela Duquesa de Mântua.

O Castelo de Lisboa, que estava na posse de tropas espanholas, era urgente fôsse tomado. Por isso os Governadores, em ordem datada de 2 de Dezembro de 1640, mandaram ao Coronel António de Saldanha que, com gente do seu Têrço, o sitiasse, de modo que ninguém pudesse entrar e sair dêle (3).

No requerimento, em que o filho dêste Conjurado pede a remuneração dos serviços de seu pai, lê-se como António de Saldanha, em 2 de Dezembro, «foi eleito para sitiar o Castelo de S. Jorge desta cidade com o seu Têrço, fiando-se de seu zêlo e experiênciã facção de tanta importânciã que êle executou rendendo o dito castelo» (4).

---

(1) Id., id.

(2) Id., pág. 11.

(3) *Serviços de António de Saldanha*, etc. pág., 29.

(4) Id. pág., 12.

Neste ponto o importante trabalho do sr. Marquês de Rio Maior, que deu o devido relêvo à acção de D. João IV e de António de Saldanha na Restauração, fazendo uma verdadeira errata à história, corrige também o Conde da Ericeira, que atribuiu a tomada do Castelo de Lisboa a D. Álvaro de Abranches. Êste Aclamador governou-o, mas depois de tomado, até à chegada de D. João IV a Lisboa (1).

Referindo-se à restauração, Fr. Claudio da Conceição escreveu:

«Esta gloriosa acção não tem igual na História: nenhuma Nação ainda se restaurou por semelhantes passos, e por pessoas particulares, e sem socorros de outras Nações; um Reino cercado de seus inimigos, seguro com presídios, e fortalezas, bem se vê esta acção auxiliada por Deus, para ser eternamente aclamada pelos maiores do mundo» (2).

Na 2.<sup>a</sup> feira 3 de Dezembro, chegaram a Vila-Viçosa, Pedro de Mendoça e Jorge de Melo, que iam participar a el Rei a sua aclamação em Lisboa, e beijar-lhe a mão. D. João IV entrava, nessa ocasião, na capela, para ouvir um sermão. O alvoroço, com a chegada dos emissários, foi tamanho, que, não obstante o Monarca mandar que a cerimónia continuasse, terminou logo.

Estavam também em Vila-Viçosa o Marquês de Ferreira e o Conde de Vimioso, que haviam aclamado o Duque de Bragança em Évora, avisados do que tinha acontecido em Lisboa.

Convinha que el Rei viesse para a capital tomar conta do Reino. Meteu-se, por isso, num coche, a caminho de Lisboa, acompanhado pelo Marquês de Ferreira, Conde de

---

(1) Id., id.

(2) *Gabinete Histórico*, t.ºmo IV, págs. 36-37.



Vimioso, Pedro de Mendoça e Jorge de Melo, e por alguns criados montados.

Seis dias depois da sua aclamação chegou a Lisboa, onde entrou ao som das salvas do Castelo, e fortalezas da Cidade, tendo sido muito victoriado em todos os lugares do percurso.

À tarde deu beija-mão aos Tribunais, e à noite, appareceu a Cidade tôda iluminada, ouvindo-se na rua contínuos vivas.

Um Fidalgo castelhano, que assistiu a tôdas estas manifestações espontâneas da alegria popular, exclamou:

— É possível, que se tire um Reino a el Rei Filipe só com luminárias, e vivas, sem mais exército nem poder? Grande sinal, e efeito sem dúvida do braço omnipotente de Deus (1).

Com efeito, em menos de uma hora, e diante dos olhos da Regente, 40 portuguezes, depuseram Filipe iv de Espanha e aclamaram D. João iv (2).

O Senado da Câmara de Lisboa determinou fazer grandes festas pela chegada do Soberano, que lhe participou não querer mais preparações que as da guerra, para defender o Reino.

Com grande aparato teve lugar, no dia 15 de Dezembro, a coroação de D. João iv. No final o Alferes mor Fernão Teles de Menezes desenrolou a bandeira Real, e voltado para o povo, bradou:

— Real, real, real, pelo muito Alto, e muito Poderoso Senhor Rei D. João iv, nosso Senhor.

D. João iv estava na posse da Coroa dos seus maiores.

---

(1) Id., id., pág. 39.

(2) *Alcobaça Ilustrada*, etc. pág. 512.

Todo êste Reino, no dizer dum Cronista, mudou de semblante (1).

Na verdade, como deixou escrito no seu Testamento, o Rei Restaurador havia resolvido restituir-se à Coroa, sem nenhum respeito particular da sua pessoa, mas unicamente para livrar os Reinos que lhe pertenciam, das misérias que lhes via padecer, em estranha sujeição, entendendo que a isso era obrigado em consciência (2).

A acção dos Conjurados tinha sido coroada do melhor êxito, mas os Aclamadores tiveram ainda de lutar, durante longos anos, pela Coroa com que haviam cingido a fronte do VIII Duque de Bragança.

V

D. FILIPA DE VILHENA NA RESTAURAÇÃO

Entre os personagens que a História cita, ligados à feliz revolução de 1640, figura D. Filipa de Vilhena.

Esta nobre senhora, ornada de grandes virtudes, e de heroicidade (3), foi filha, e herdeira, de D. Jerónimo Coutinho, bisneto do 2.º Conde de Marialva, e de D. Luísa de Faro. O pai fêz parte do Conselho de Estado, e desempenhou o lugar de Presidente da Mesa do Desembargo do Paço. Chegou mesmo a ser nomeado Vice-Rei da Índia, mas

---

(1) Id., id.

(2) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, etc., Provas, t.ºmo IV, pág. 767.

(3) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, etc., t.ºmo IX, pág. 460.



não aceitou esta elevada mercê. A mãe, D. Luísa de Faro, era filha única, e herdeira, de D. João de Faro e de D. Margarida de Noronha (1).

D. Jerónimo Coutinho, ilustre pelo sangue, desempenhou com notável prudência os vários lugares que ocupou (2).

O seu jazigo, existente na casa do capítulo do convento de S. Francisco de Lisboa, tinha a seguinte inscrição:

«Esta sepultura mandou fazer D. Jerónimo Coutinho, do Conselho de Estado de S. Magestade, Presidente da Mesa do Desembargo do Paço, e nela descança sua mulher Dona Luísa de Faro, seu pai, e mãe D. Francisco Coutinho e Dona Filipa de Vilhena (3), e seus filhos Dom Francisco Coutinho e Dom João Coutinho. Faleceu a 22 de Julho de 1630 em idade de setenta anos (4), gastos até à última hora em seu serviço (5).

D. Jerónimo Coutinho teve três filhos, que foram D. Francisco Coutinho, D. João Coutinho e Filipa de Vilhena. O primeiro morreu com 15 anos de idade, e o segundo com 9 anos, só sobrevivendo a filha, que ficou herdeira de seus pais (6), e representante dos feitos e sangue ilustre de seus maiores.

A Nobreza, no dizer do sr. dr. António Cabreira (Conde de Lagos), adquiriu, por natureza própria, a função primaz de servir sempre a Pátria com Fé e Desinterêsse, com Zêlo

(1) Id., id., pág. 457-459.

(2) *História Seráfica*, etc., Primeira Parte, etc., por Frei Manoel da Esperança, pág., 246.

(3) Avó paterna e homónima da heroína de 1640.

(4) 75 diz a *História Seráfica*, loc. cit.

(5) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, etc., t. IX, pág. 459.

(6) *História Genealógica da casa Real Portuguesa*, etc., t. IX, pág. 459.

e Galhardia, aumentando-lhe a Fama e o Poderio, a bem da Civilização (1).

Como declarou o P.<sup>o</sup> António Vieira num dos seus notáveis sermões:

«O que não é nobre, pode ser valoroso, o nobre tem obrigação de o ser: e vai muito do que posso por liberdade ao que devo por natureza.» (2)

D. Filipa de Vilhena pertencia à Nobreza da Nação «perfeita casta, progressivamente, apurada pela consangüinidade e pela educação, espécie de Sacerdócio Cívico, Escola de Bravura e Sacrifício» (3).

Investigando a ascendência de D. Filipa de Vilhena, vemos que, por parte do pai, D. Jerónimo Coutinho, descendia dos Coutinhos, família ilustre, cujo progenitor, Garcia Rodrigues, Senhor do Couto Leomil, foi Rico homem do tempo de D. Afonso Henriques. Através da nossa História, os Coutinhos prestaram serviços notáveis à Coroa, tendo desempenhado os ofícios de Marechal, e Meirinho mor do Reino, havendo sido Vasco Fernandes Coutinho, 4.<sup>o</sup> avô de D. Filipa de Vilhena, agraciado com o título de Conde de Marialva.

O apelido Vilhena, que D. Filipa usou, herdou-o de sua avó e homónima D. Filipa de Vilhena, casada com D. Francisco Coutinho, e veio, sempre por linha feminina,

---

(1) *Cinco Heróis da Restauração: Henrique Correia da Silva, Belchior Drago Valente, Luís de Faria Pereira, João da Ponte Cabreira, Simão Correia da Silva, 7.<sup>o</sup> Conde da Castanheira*, pelo seu Representante António Cabreira (Conde de Lagos), Separata de *A Nobreza na Restauração de Portugal*, t. 1, pág. 5.

(2) Sermão da Santa Cruz do P.<sup>o</sup> António Vieira, em *Sermões*, Sexta Parte, pág. 331.

(3) *Cinco Heróis da Restauração*, etc., id.



do 7.º avô da heroína de 1640, D. Henrique Manuel de Vilhena, Conde de Seia e Sintra, neto do Infante D. Manuel, filho de S. Fernando III, Rei de Castela.

Pelo lado materno, entre outros troncos nobilíssimos, descendia da Casa de Bragança, cujo Duque D. Fernando I, foi seu 5.º avô, o qual era neto do Rei D. João I, de Boa Memória; e da família Sousa, antiquíssima estirpe, cuja origem é conhecida até ao tempo dos godos, e onde anda o sangue de D. Afonso III de Portugal.

D. Filipa de Vilhena casou com o representante duma nobre casa portuguesa, D. Luís de Ataíde, 5.º Conde de Atouguia, Senhor das Vilas de Peniche, Sernache, Monforte, Vinhais, Lomba e Paço da Ilha Deserta, e Comendador de Santa Maria de Olivença, na Ordem de Avis.

Êste ilustre Fidalgo, chefe duma família distinta pelo sangue, e pelos feitos, já era, então, viúvo de D. Joana de Távora, filha de Luís Álvares de Távora, Senhor de Mogadouro, e de D. Filipa de Vilhena. O Conde de Atouguia não houvera filhos do primeiro matrimónio. Continuou-lhe o nome, e a Casa, o mais velho dos filhos do seu segundo casamento, que iniciou a carreira das armas tomando parte na Restauração de 1640.

A família com quem D. Filipa de Vilhena se aliou era de linhagem muito antiga. Provinha de Moço Viegas, filho de Egas Moniz, que teve solar na freguesia de S. Pedro de Ataíde, pertencente ao actual concelho de Amarante.

Um dos descendentes de Moço Viegas, Álvaro Gonçalves de Ataíde, Senhor de Monforte, Vinhais e Sernache, Alcaide mor de Coimbra, Governador da Casa do Infante D. Pedro, Aio e tio de D. Afonso V, foi agraciado, por carta de 17 de Dezembro de 1448, com o título de Conde de Atouguia, o senhorio desta Vila, e tóda a jurisdição da mesma.

Entre os Condes de Atouguia, distinguiu-se notavelmente o 3.º, D. Luís de Ataíde, nomeado Vice-Rei da Índia, por D. Sebastião, em 1568, e segunda vez, depois de terminado aquêlê mandato, em 1577. Tinha acompanhado Carlos v na expedição à Alemanha, salvando, no combate de Almis, o estandarte imperial, que o Alferes mor, D. Luís Quezada, ia abandonar, por não poder suportar o pêso da armadura que vestia, e o inimigo o ter atacado com violência.

Antes de partir a primeira vez para a Índia, D. Luís de Ataíde foi recebido, em 12 de Março de 1568, por D. Sebastião, que estava em Almeirim. O Rei recolheu-se a uma câmara onde, de joelhos, escreveu o programa que o futuro Vice-Rei devia executar no remoto Oriente, e que lhe entregou, depois, na audiência. Dizia assim o notável documento:

«Fazei muita cristandade; conquistai tudo quando puderdes; tirai a cobiça dos homens; favorecei os que pelejarem; tendo cuidado da minha fazenda; para tudo isto vos dou o meu poder; se o fizerdes assim, far-vos-ei mercê; se o fizerdes mal, mandar-vos-ei castigar» (1).

O Rei podia confiar no valor do novo Vice-Rei. D. Luís organizou, no Oriente, uma armada, que impôs o nome de Portugal, tanto em terra, como no mar; estendeu as nossas conquistas a Onor e Bracelor, e defendeu o domínio português, contra uma coligação dos potentados indígenas, que o queriam banir definitivamente da Índia. A cidade de Gôa foi atacada por cem mil bárbaros, com dois mil elefantes e

---

(1) *O Rosário*, Ano xxx, Novembro-Dezembro de 1938, n.ºs 300-301, pág. 10.



quási quatrocentas peças de artilharia. Mas êste formidável poder foi batido pelos portuguezes, que fizeram perder ao inimigo oito mil homens, trezentos elefantes e quatro mil cavalos (1). Dêle se pode dizer que foi um dos capitães mais famosos em valor e prudência militar que tiveram êstes Reinos.

Como não tivesse deixado descendência, ficou a Casa de Atouguia a D. Isabel da Silva, neta do 2.º Conde de Atouguia, que casou com Simão Gonçalves da Câmara, 3.º Capitão Donatário do Funchal, descendente, por varonia, de João Gonçalves Zarco, descobridor da Ilha da Madeira. O neto de D. Isabel da Silva, João Gonçalves de Ataíde, foi o 4.º Conde de Atouguia, e pai do 5.º Conde, que casou com D. Filipa de Vilhena (2).

Do casamento de D. Luís de Ataíde com D. Filipa de Vilhena nasceram três filhos e duas filhas.

O primogénito, D. João de Ataíde, morreu de tenra idade.

Os outros dois foram D. Jerónimo de Ataíde, que veio a ser o 6.º Conde de Atouguia, e D. Francisco Coutinho, ambos Conjurados de 1640.

As filhas chamaram-se D. Maria de Ataíde, e D. Luísa Maria de Faro.

D. Maria de Ataíde foi Dama da Rainha D. Luísa de Gusmão.

O P.º António Vieira prègou o sermão nas exéquias celebradas por sua alma, no ano de 1649 (3). Esta Senhora

---

(1) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, etc., t.ºmo III, pág. 585.

(2) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, etc., t.ºmo XII P. I, págs. 18-24.

(3) *Sermões* do P.º António Vieira, Quarta Parte, págs. 434-458.

tinha morrido no dia 22 de Agôsto dêsse ano, contando apenas 24 anos de idade, e os maiores poetas daquele tempo prantearam em diversas obras a sua morte (1).

A morte de D. Maria de Ataíde, no dizer daquele célebre prègador, deixou em soledade o sangue, o amor e a mesma vida, ficando queixosas a idade, a gentileza e a discrição, tendo ela sido ornato do mundo, a quem a gentileza concedeu tanto luzimento para tão breves dias, e tanta representação para tão pouco teatro.

El Rei concedeu licença a D. Filipa de Vilhena, então Aia dos Príncipes, para assistir à morte da filha, permissão que ela não aceitou, para cumprir as obrigações do seu cargo. Citando êste gesto, em que «faltou às dívidas da natureza, para não faltar às obrigações do ofício», Vieira acrescentou:

«Não se lê mais em semelhantes casos, nem das Livias, e das Rutilas, nem das Paulas, e das Melanias, que tanto honraram com seu valor, uma, e outra Roma: a Gentílica e a Cristã. Mas se as Matronas Romanas tiraram às portuguesas o serem as primeiras, grande glória é da nossa Nação, que tirem as Portuguesas às Romanas o serem singulares».

D. Luísa Maria de Faro, a outra filha de D. Filipa de Vilhena, casou com seu primo coirmão João Rodrigues de Sá de Menezes, 3.º Conde de Penaguião, Senhor de Sever, Matosinhos, Paiva, Baltar, Alcaide mor do Porto, Comendador de S. Pedro de Faro, e de Santiago de Cacem, na Ordem de Santiago, Comendador e Alcaide mor de Santiago de Proença, na Ordem de Cristo, Camareiro mor dos Reis D. João IV e D. Afonso VI, do Conselho de Estado, e Embai-

---

(1) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, etc., t.ºmo IX, pág. 460.



xador Extraordinário a Inglaterra, em 1652. Foi um dos quarenta Conjurados de 1640, e, em 1657 tomou parte no assalto a Badajoz, onde se distinguiu pelo seu valor, sendo ferido em combate. No ano seguinte, fêz parte do exército que atacou novamente Badajoz, e retirando as fôrças portuguezas para Elvas, por estar gravemente doente, o Conde Camareiro mor ficou alojado no Mosteiro de S. Francisco, situado fora dos muros daquela Cidade, onde caíu em poder dos castelhanos, comandados por D. Luís Mendes de Haro, que vinham sitiá-la. Levado do mosteiro, morreu no campo, em 1658, e recebeu sepultura em Elvas.

A Condessa, sua viúva, sobreviveu-lhe cêrca de 50 anos, e foi Senhora de grandes virtudes. Muito dada à vida espiritual, era chamada o Oráculo da Côrte, porque a ela recorriam nos casos mais difficultosos, recebendo sempre bom Conselho, suas parentas e amigas. Teve correspondência com as pessoas de maior talento do seu tempo, e veio a falecer, cheia de anos e boas obras, no dia 9 de Julho de 1708, recebendo sepultura na igreja da Madre de Deus (1).

Do seu casamento nasceram seis filhos, três varões e três meninas, uma das quais recebeu o nome, e apelido da avó materna. Chamou-se D. Filipa de Vilhena, e casou, em 31 de Julho de 1664, com D. José de Lencastre, 3.º Conde de Figueiró.

Em 1640 os filhos de D. Filipa de Vilhena, já então viúva, eram ainda novos.

Na madrugada do dia 1.º de Dezembro, D. Filipa de Vilhena, «escondendo debaixo dum sorriso as lágrimas que

---

(1) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, etc., t.ºmo IX, págs. 473-5.

lhe queimavam os olhos» (1), animada por alevantado patriotismo, ajudou a armar seus dois filhos, D. Jerónimo de Ataíde, Conde de Atouguia, e D. Francisco Coutinho, exortando-os a empreenderem a libertação da Pátria do jugo estrangeiro, tornando-se dignos de seus Avós (2).

— Ide meus filhos, lhes disse, extinguir a tirania, e vingar-nos dos nossos inimigos; e estai certos, que se o sucesso não corresponder às nossas esperanças, vossa mãe não há-de sobreviver um só instante à infelicidade de tantas pessoas de bem (3).

D. Filipa de Vilhena, mais nobre do que as mãis espartanas, porque lhe «não ditava êstes preceitos a rigidez da índole afeiçoada por uma educação estoica», mas um «dever mais elevado que o próprio affecto maternal», legou «à posteridade um heroico exemplo» (4).

Pela attitude que tomou, ajudando seus filhos a cingir as armas, e incitando-os a colaborar na expulsão do govêrno espanhol, vê-se que a Condessa de Atouguia estava no conhecimento da conjura.

O segrêdo da aclamação intentada, só tinha sido revelado a pessoas de acrisolado patriotismo, e que detestavam o domínio filipino. Alguns Conjurados não deram parte a suas famílias da acção que iam empreender.

Foi o que succedeu na Casa de Cantanhede, cujo Chefe,

---

(1) *História de Portugal*, etc., escripta segundo o plano de F. Diniz por uma sociedade de homens de letras, vol. v, pág. 290.

(2) *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII* por Luís Augusto Rebêlo da Silva, tómo IV, pág. 156.

(3) *Gabinete Histórico*, tómo IV, pág. 26.

(4) *História de Portugal*, etc., escripta segundo o plano de F. Diniz, etc., vol. v, págs. 290-291.



o Conde dêste título, ocupava, em 1640, o cargo de Presidente da Câmara de Lisboa.

Logo na manhã do 1.º de Dezembro, ao entrar no desempenho das suas funções presidenciais, o Conde de Cantanhede teve conhecimento do triunfo duma conspiração que havia destruído o poderio da Vice-Rainha. Mandou fechar as portas do Tribunal, e foi preciso seus filhos, que eram Conjurados, mas nada lhe haviam dito, contarem-lhe o fim do movimento, para as mandar reabrir. Mas, enquanto o Conde de Cantanhede ignorava o glorioso golpe que os Aclamadores iam dar no poderio de Castela, embora do número dêles fizessem parte dois filhos seus, D. Filipa de Vilhena, mãe também de dois Conjurados, conhecia tudo quanto estava combinado, e se procurava realizar, o que, evidentemente, é circunstância que a distingue entre os seus contemporâneos, e lhe dá jus a figurar no rol das heroínas portuguesas.

A sua figura entrou, mesmo, no domínio da lenda e da fantasia. Almeida Garrett escreveu para o teatro o drama «Filipa de Vilhena», e o nome desta ilustre Senhora é citado sempre que se deseja apontar um exemplo feminino de patriotismo.

O 6.º Conde de Atouguia, D. Jerónimo de Ataíde, filho de D. Filipa de Vilhena, foi Senhor das Vilas de Peniche, Cernache, Monforte, Vinhais, Lomba e Paço da Ilha Deserta, Comendador de Santa Maria de Adaufe, e Vila-Velha-de-Ródam, na Ordem de Cristo, do Conselho de Estado, e Presidente da Junta do Comércio.

Antes de prosseguir, lembraremos que seu irmão, D. Francisco Coutinho, ao qual já nos referimos, faleceu na cidade de Elvas, em 1643, quando servia no exército do Alentejo. O 6.º Conde de Atouguia, foi, no ano de 1649,

nomeado Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes, que governou até 1652, data em que voltou à Côrte, a substituir seu cunhado, o Conde de Penaguião, despachado Embaixador em Inglaterra, no officio de Camareiro mor del Rei.

Dois anos depois succedeu, ao Conde de Castelo Melhor, no lugar de Governador e Capitão General do Brasil, onde «exerceu uma administração modelar, cheia de honestidade e equilíbrio» (1), tendo os moradores da Baía, quando, em 1657, regressou à metrópole, descerrado o seu retrato na Casa do Senado, em homenagem à rectidão do seu govêrno.

Atendendo à sua capacidade e experiência, a Rainha D. Luísa de Gusmão nomeou-o, no ano de 1659, Mestre de Campo General da Província do Alentejo, de cujas armas foi, depois, Governador, cargo que occupou com acêrto, até 1662, ano em que foi nomeado General da Armada.

Casou, a primeira vez, com D. Maria de Castro, sua prima coirmã, e irmã de seu cunhado o Conde Camareiro mor, filha de D. Francisco de Sá de Menezes, 2.º Conde de Penaguião, Camareiro mor del Rei, e de D. Joana de Castro, sua primeira mulher, Dama da Rainha D. Margarida de Áustria, filha de João Gonçalves de Ataíde, 4.º Conde de Atouguia, de cujo casamento nasceu, entre outros filhos, que morreram de tenra idade, D. Manuel Luís de Ataíde, que foi o 7.º Conde de Atouguia.

D. Jerónimo de Ataíde, 6.º Conde de Atouguia, casou, em segundas núpcias, com D. Leonor de Menezes, viúva de D. Fernando Mascarenhas, 1.º Conde de Serém, Marechal

---

(1) Conde de Campo Belo (D. Henrique), *Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil*, pág. 90.



de Portugal, filha herdeira de D. Fernando de Menezes, Comendador de Castelo-Branco, e de D. Joana de Tolêdo, sua mulher, filha de D. Manuel da Câmara, 2.º Conde de Vila-Franca. Dêste matrimónio nasceu D. Luís Peregrino de Ataíde, que foi o 8.º Conde de Atouguia.

D. Jerónimo de Ataíde escreveu um Nobiliário das Famílias dêste Reino, obra em 4 volumes (1).

Faleceu no dia 16 de Agôsto de 1665, e recebeu sepultura no convento de S. Francisco de Xabregas, fundado, em 1455, pela Condessa de Atouguia, D. Guiomar de Castro, mulher do 1.º Conde de Atouguia, cuja capela-mor ficou sendo pertença sua e dos seus descendentes (2). D. Guiomar de Castro foi também bemfeitora do convento de S. Bernardino de Atouguia, Vila, de que os Condes dêste título, eram senhores (3).

No convento de Xabregas repousaram as cinzas de muitos membros da família Atouguia, «esclarecidos todos, e singulares no Mundo por sua nobreza, acções e virtudes».

Os restos mortais da 6.ª Condessa de Atouguia, D. Maria de Castro, filha dos 2.ª Condes de Penaguião, ficaram depositados num túmulo que tinha gravadas estas palavras:

Charissimae uxori  
Moestissimus conjux

que querem dizer:

À caríssima esposa  
O tristíssimo esposo.

(1) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, etc., Aparato, t.º I, págs. CXIII-CXIV, n.º 122.

(2) *História Seráfica*, t.º III, pág. 124.

(3) *Id.*, *id.*, págs. 79 e 81.

O Conde de Atouguia foi pessoa de carácter notavelmente recto.

Regressando do Brasil, onde ocupou com acêrto o alto cargo de Governador daquele antigo domínio português, comprou, à sua custa, umas caixas de açúcar para presentear uns amigos. No testamento que deixou, ordenou a restituição, à Fazenda Real, de umas cadeiras que tinham vindo por engano no navio.

Também deixou determinações sôbre o seu funeral, que quis fôsse feito com a maior simplicidade e pobreza, devendo o corpo ser transportado na tumba dos pobres da Misericórdia, e sepultado na terra, por se achar indigno de entrar morto no templo de Deus vivo. O seu funeral foi, com efeito, muito simples, embora a êle concorresse tôda a Nobreza. Só não teve cumprimento a cláusula, que determinava fôsse o seu corpo lançado à terra, porque recebeu sepultura no carneiro de família <sup>(1)</sup>.

D. Manuel Luís de Ataíde, 7.º Conde de Atouguia, combateu no exército do Alentejo, de 1661 a 1665, servindo algum tempo, ainda sob as ordens de seu pai, nos postos de Capitão de Couraças e Tenente General de Cavalaria. Entrou na batalha do Ameixial, travada em 8 de Junho de 1663, e na de Montes Claros, ferida em 17 de Julho de 1665. Havia casado, em 28 de Fevereiro dêste ano, com D. Victória de Bourbon, filha de D. Tomaz de Noronha e de D. Madalena de Bourbon, 3.ºs Condes dos Arcos, e tomou parte, como voluntário, na batalha de Montes Claros, onde recebeu 5 feridas, de que veio a morrer em 12 de Outubro do mesmo ano; porém, só deixou o campo de batalha quando

---

(1) Id., id., pág. 136.



teve a certeza de que a vitória era dos portugueses. Sobreviveu apenas 2 meses a seu pai.

A varonia do filho de D. Filipa de Vilhena manteve-se até ao 11.º, e último Conde de Atouguia, D. Jerónimo de Ataíde, que morreu justificado, no dia 13 de Janeiro de 1759, na praça de Belém, como implicado no atentado contra o Rei D. José.

A casa de Atouguia é hoje representada pelos Condes da Ribeira Grande, que descendem de uma irmã do penúltimo Conde de Atouguia (1).

A residência dos Condes de Atouguia em 1640, onde D. Filipa de Vilhena armou, e incitou os filhos a defenderem o Reino dos seus inimigos, era situada em local vizinho do Palácio Almada, na rampa que vai do actual Largo de S. Domingos para a Calçada do Garcia (2).

D. Filipa de Vilhena foi Camareira mor da Rainha D. Luísa de Gusmão, com o título de Marquesa de Atouguia, e também Aia do Príncipe D. Afonso e do Infante D. Pedro, que depois reinaram com os nomes de D. Afonso VI e D. Pedro II, e ficaram conhecidos na História pelos cognomes de Vitorioso e Pacífico.

Quando, em 1656, D. João IV foi acometido pela sua última doença, indo o Príncipe e o Infante à sua presença, em sábado 4 de Novembro, para se despedirem do Pai, que morreu dois dias depois, acompanhou-os a Marquesa de Atouguia, sua Aia, a quem o Soberano agradeceu o amor e prudência com que tratava da sua criação, dizendo-lhe, ainda, que escrevesse a seu filho, o Conde de Atouguia,

---

(1) *A última Condessa de Atouguia*, Memórias Autobiográficas, pág. xxv.

(2) Conde de Sabugosa, *Gente d'Algo*, pág. 238.

então Governador do Estado do Brasil, a participar-lhe a grande estimação que fizera sempre do seu procedimento (1).

A Marquesa de Atouguia faleceu no dia 1 de Abril de 1651, e foi enterrada na sepultura de seus pais, na casa do capítulo do convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa (2), e o seu nome merece bem ser recordado na comemoração tri-centenária da Restauração de Portugal, como exemplo de alto patriotismo.

JOSÉ PEDRO DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA

(Conde de Azinhaga)

---

(1) *Portugal Restaurado*, etc., t. 1, p. 898.

(2) *Uma figura da Restauração D. Filipa de Vilhena* Notas Históricas e Genealógicas por Francisco Carlos de Azeredo Pinto de Melo e Leme, p. 29.



## OS SALDANHAS NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

Em 12 de Fevereiro de 1641, D. Pedro Mascarenhas escrevia, de Niebla, ao Marquês de Montalvão, Vice-Rei do Brasil, seu pai, a carta (1) que contém o período seguinte:

«Os cabeças (2) desta Função são os Saldanhas; e dêles o Capitão mor Dom Antão (de Almada) e D. Miguel de Almeida; e os mais a êste tom».

A Função, a que o Mascarenhas se referia na citada missiva, era a prisão dêle próprio, aconselhada a D. João IV por aquêles fidalgos, para o caso de não aderir ao movimento da Restauração o Vice-Rei do Brasil.

Convencido de que o pai abraçaria, como êle mesmo já abraçara, a causa de Filipe IV, e certo de que, nessa hipótese, o Rei brigantino seguiria aquêle conselho, D. Pedro fugiu para Espanha, num bergantim que se fêz de vela para Aiamonte, a 7-2-1641 (3).

Quem seriam os Saldanhas, aos quais o fugitivo hispânico atribuía tão grande influência no ânimo do recém-aclamado Monarca, e papel principalíssimo na defesa de

---

(1) Publicada a págs. 319 e seguintes do vol. 96.º da Revista *O Instituto*.

(2) Na transcrição de documentos antigos, empregamos a ortografia moderna.

(3) *O Instituto*, vol. cit., pág. 322.

Portugal restaurado, contra quem não queria acatar a nova ordem de coisas, que afinal consistia no restabelecimento da antiga?

O *Bazar* (Suplemento literário do jornal *A Voz*) publicou no seu número de 1 de Dezembro de 1939, dedicado à Revolução de 1640, o *Ensaio sobre os actuais representantes dos 40 conjurados da Restauração de 1640*, subscrito por S. O. S.

Entre êsses conjurados, figuram, no referido *Ensaio*, seis Saldanhas, a saber (1):

*António de Saldanha*, Alcaide mor de Vila Real;

*João de Saldanha de Sousa*, Morgado de Barcarena e Azinhaga;

*João de Saldanha da Gama*, Comendador mor de Alcains e Salvaterra;

*António de Saldanha da Gama*, Capitão de cavalos;

*Bartolomeu de Saldanha da Gama*, Cavaleiro de Malta;

*Sancho Dias de Saldanha*, Capitão de cavalos.

Aos seis Saldanhas do *Ensaio*, há a acrescentar:

*Aires de Saldanha de Albuquerque*, Comendador da Sava-cheira e Alencarças, Alcaide mor de Soure.

Os Saldanhas, *cabeças de Função*, seriam os sete que acabamos de mencionar, ou alguns dêles.

Dêsses sete Saldanhas, da sua genealogia, de quanto lidaram para aclamar D. João IV e restaurar Portugal, e de outros Saldanhas que, sem terem sido Conjurados, serviram também nas guerras da Restauração, vamos resumidamente escrever o que sabemos, não sem registar a morte dos que perderam a vida nos campos de batalha.

---

(1) Conservamos a ordem por que o nome dêstes fidalgos foram apresentados no *Ensaio*.



## SUMÁRIO GENEALÓGICO (1)

O Conde D. Sancho Dias de Saldanha houve, da Infanta D. Ximena (filha de D. Froila de Leão), Bernardo del Carpio. Dêste e de sua mulher, Madama Galinda (filha do Conde Alardos), com quem casou em França, procedem os Saldanhas.

O primeiro Saldanha que veio para Portugal foi:

1 — Diogo Lopes de Saldanha, Senhor de Miranda de Castanhar, Embaixador do Rei D. Henrique IV, de Castela, ao Papa Sixto IV. Levado da gratidão, e por fidelidade, seguiu o partido da *Excelente Senhora*, a Princesa Joana, filha do mesmo seu soberano, o qual a declarou, à hora da morte, sua sucessora, em auto que Fernão Lopes de Saldanha, pai do referido Diogo, assinou com muitos outros Senhores.

---

(1) Para a redacção dêste *Sumário*, socorremo-nos das obras seguintes, cujo texto, por vezes, reproduzimos: *Do Sítio da Junqueira* por Mário de Sampaio Ribeiro; *História da Igreja em Portugal* por Fortunato de Almeida; *História de S. Domingos* por Frei Luís de Sousa; *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* por D. António Caetano de Sousa; *Livro de Oiro da Nobreza* por Domingos de Araujo Afonso e Ruy Dique Travassos Valdez; *Nobiliarchia Portuguesa* por António de Villas boas e Sampaio; *O Marquês de Pombal acusado e defendido — II — Desabar de Lendas e Ocaso de Calúnias* pelo autor dêste trabalho; *O Título de Dom* pelo Conde de São Paio (D. António) em *A Descendência dos 1.ºs Marqueses de Pombal* por Luís Moreira de Sá e Costa; *Os seis Condes Saldanhas*, Colecção de Árvores genealógicas organizada em 1839, manuscrito existente no Arquivo da Casa de Rio Maior; *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal* por Albano da Silveira Pinto, continuada pelo Visconde de Sanches de Baena; *Sumário Histórico da Família Saldanha — 1840 —* por José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo Branco, manuscrito existente no mencionado Arquivo familiar; Outros manuscritos do mesmo Arquivo.

Combateu na batalha de Toro, e acompanhou D. Afonso v na sua ida a França, quando o *Africano* ali foi solicitar o auxílio de Luís xi. Também viajou até Roma, com o Conde de Penamacor, a fim de impetrar, do Pontífice, dispensa para o ajustado casamento do Rei português com aquela Princesa, a quem serviu, como secretário.

Faleceu em Santarém, onde fixara residência, mandara construir casa de moradia e fundara jazigo, para si e seus descendentes, na capela mor — que era sua — da igreja conventual de S. Domingos.

Casou com D. Maria de Bobadilha (filha de Toríbio Ruiz de Bobadilha, fidalgo de Guadalaxara), com quem veio para Portugal, e da qual houve quatro filhos:

2 — João de Saldanha, de quem foi 9.º neto, por varonia, e representante, o 8.º *Conde da Ponte*, avô do actual e 9.º Conde do mesmo título, que o representa, mas por linha feminina.

2 — Afonso de Bobadilha, cuja filha única veio a casar com D. Bernardo Manuel, Alcaide mor de Santarém.

2 — Cristóvão de Bobadilha; Capelão e Fidalgo da Casa do Rei D. Manuel i.

2 — António de Saldanha; Comendador de Casevel, na Ordem de Cristo; em 1503, Comandante de três naus da Índia, para cruzar na bôca do Mar Roxo, em companhia de Lopo Soares de Albergaria; em 1505, Capitão de Sofala; em 1512, com outros, companheiro de Afonso de Albuquerque, na tomada do castelo de Benastarim; em 1521, Capitão mor das naus da carreira do Mar Roxo, para onde partiu, sendo esta a 5.ª vez que saíu do Tejo para a Índia.

Não alongaremos êste *Sumário* com a relação dos feitos cometidos por António de Saldanha, e que o Conde de Azinhaga resumiu na sua monografia intitulada: *João de*



*Saldanha de Sousa — Morgado de Barcarena e Azinhaga, Comendador de Santa Maria de Santarém, de Santa Maria de África, e da Torre, na Ordem de Cristo; Fronteiro de Mazagão na Restauração de Portugal, e que faz parte do Tômoo 1 da obra A Nobreza na Restauração de Portugal — Documentação inédita de seus feitos.* Acrescentaremos, apenas, ter ficado eternizado o seu nome na *Aguada de Saldanha*, por êle descoberta; e que, tendo ido sete vezes à Índia, foi o primeiro europeu que, do alto do Monte da Mesa, sobranceiro à actual cidade do Cabo, avistou simultaneamente o Oceano Atlântico e o Índico. Levou nisto a palma a todos os navegadores que o precederam, sendo, por isso, na África do Sul, o mais conhecido e popular dos nossos heróis nacionais.

Teve o posto de General da Armada que, em socorro de Carlos v, mandou o nosso D. João III à empresa de Tunes, na qual acompanhou o infante D. Luís. A-propósito, lembraremos que, na secção *Portugal em Espanha* da inolvidável *Exposição Histórica do Mundo Português*, se admirava a lindíssima tapeçaria que representa a revista de 31 de Março de 1535, passada em Barcelona por Carlos v às tropas expedicionárias, antes delas partirem para a referida empresa. Entre as figuras que avultam no primeiro plano dêsse animado quadro, destaca-se a cavallo, atrás do Infante D. Luís, também montado em formoso ginete, António de Saldanha que empunha o Bastão de comando.

O Rei Piedoso elevou-o a vogal do seu Conselho.

Casou António de Saldanha com D. Joana de Mendonça, filha de Aires de Sousa, Comendador de Alcáçova de Santarém, Alcanhões, Alcanede, e Rio Maior, na Ordem de Aviz, Embaixador de obediência ao Papa Adriano VI, e de D. Violante de Mendonça; e dela houve 12 filhos, a

saber, 9 varões e 3 fêmeas. Dos varões, tiveram descendência:

3 — Diogo	} de quem passamos a tratar.
3 — Aires	
3 — Manuel	
3 — João	

3 — Diogo de Saldanha, primogénito; Comendador de Casevel e, depois de viúvo, dominicano no Convento de Santarém, cuja vida Frei Luís de Sousa relata na sua mencionada *História de S. Domingos*. Casou com D. Inês de Távora, filha de Rui Lourenço de Távora, Capitão de Baçaim, Capitão mor da Armada que D. João III mandou contra o Barbaroxa, Vice-Rei da Índia, Trinchante mor do mesmo Rei e de D. Sebastião, e Senhor de Mogadouro, e de sua mulher D. Joana da Cunha, Dama da Rainha D. Catarina; dela houve, além duma filha que foi freira:

4 — António de Saldanha; Comendador de Casevel. Casou com D. Isabel de Noronha, de quem teve 6 filhos e 4 filhas. Destas, 3 foram freiras; e a mais nova, D. Sebastiana de Noronha, casou com Martim Lopes Lôbo. C. g.

Dos 6 filhos de António de Saldanha e D. Isabel de Noronha, 4 não tiveram sucessão. O primogénito foi:

5 — Diogo de Saldanha de Sande; Comendador de Casevel e Pernes; Capitão mor de Santarém e Tomar; Governador de Santarém em 1633; Governador da Torre de S. Vicente de Belém; sucedeu na casa de seu pai; herdou, por sua mãe, o Morgado da Taipa; herdou mais a casa e vínculo de D. Francisco de Sande. Casou com D. Catarina Pereira da Silva, sua prima, 3.<sup>a</sup> filha



herdeira de D. Manuel Pereira e de D. Maria Tavares. Tiveram, além de 2 filhas que morreram meninas e 3 que foram freiras em Santa Clara de Santarém:

6 — António de Saldanha de Sande, que morreu de menor idade.

6 — Manuel Luís de Saldanha de Sande; sucedeu na casa de seu pai; serviu na guerra; foi procurador às côrtes de 1674. Morreu solteiro, tendo merecido opinião de virtuoso.

6 — José Francisco de Saldanha de Sande. Morreu no sítio de Valença de Alcântara, s. g.

6 — D. Isabel de Noronha, que veio a ser herdeira, e foi mulher de Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, Senhor das Ilhas Desertas. Dêles descendiam os *Condes da Taipa*, cuja representação veio a cair na Casa dos Marquesses das Minas, Condes do Prado.

O filho mais novo de António de Saldanha foi:

5 — Rui Lourenço de Távora; Comendador de Refóios; serviu na Índia, depois de ter feito as armas no Reino. Casou, em Chaul, com D. Mariana Ribeiro, filha de Manuel Ribeiro e de D. Maria Tibéria. Dêle foi 8.º neto legítimo, por varonia, e representante, o 3.º *Conde de Penamacor*, já falecido, hoje representado por seu filho Gastão de Saldanha de Albuquerque e Castro Ribafria.

3 — Aires de Saldanha, 3.º filho varão; Comendador da Savacheira. Dêle foi 6.º neto legítimo, por varonia, e repre-

sentante, o 4.º e último *Conde da Ega*, cuja representação está na descendência de José Maria Stattmiller de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha e de sua mulher D. Ana Júlia de Macedo Soares Serrão, ambos falecidos, havendo-se, porém, perdido a varonia.

Os *Condes da Taipa* também provinham dêste Aires de Saldanha, por linha feminina.

3 — Manuel de Saldanha, 8.º filho varão; serviu na Índia. Casou duas vezes, sem descendência do 1.º casamento, tendo, do 2.º, dois filhos e uma filha, que morreram sem sucessão.

3 — João de Saldanha, 9.º filho varão; Comendador de S. Martinho de Santarém, na Ordem de Cristo. Dêle descendem, por varonia legítima, e são representantes, os *Condes e Marqueses de Rio Maior*.

Em 1839, o 3.º Conde de Rio Maior mandou fazer a já citada colecção de árvores genealógicas intitulada *Os seis Condes Saldanhas*. Êsse *Horto Genealógico* — assim lhe chamou o seu autor — contém a árvore dos Oliveiras, da cidade de Évora, as dos Saldanhas, de Portugal, oriundos de Castela, e a dos Sousas Botelhos, Condes de Vila Real.

O mencionado 3.º Conde de Rio Maior era 18.º Morgado de Oliveira, por linha feminina, e casou com D. Isabel Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, filha dos 1.ºs Condes de Vila Real, o que explica terem sido incluídas, na referida Colecção, a árvore dos Oliveiras e a dos Sousas Botelhos, Condes de Vila Real.

Os seis condes Saldanhas eram:

Os Condes da Ponte e os das Alcáçovas — Saldanhas de Santo Amaro e de Jesus;

Os Condes da Ega — Saldanhas da Junqueira;



Os Condes, depois Marquesses de Rio Maior — Saldanhas do Morgado de Oliveira;

Os Condes de Penamacor — Saldanhas da Índia;

Os Condes da Taipa — Saldanhas de Santarém.

A residência dos Saldanhas Condes da Ponte, era em Lisboa o palácio de Santo Amaro, hoje sede da Companhia Carris de Ferro de Lisboa. Dêste ramo principal dos Saldanhas, de Portugal, provinham, por linha feminina, os Saldanhas cuja moradia na capital era o palácio da Rua da Cruz dos Poiais, a Jesus, e dos quais descendem, também por linha feminina, os Condes das Alcáçovas, que dêles herdaram êsse palácio, ainda hoje propriedade do 4.º e actual Conde dêste título. As duas mencionadas circunstâncias de lugar levariam o genealogista dos *Seis Condes Saldanhas* a designar por *Saldanhas de Santo Amaro e de Jesus* o ramo dos Saldanhas, que tem por chefe o Conde da Ponte, e de que procede, por senhora, o Conde das Alcáçovas.

António de Saldanha, o da Emprêsa de Tunes, recebeu del Rei D. João III, em doação, o sítio da Junqueira, no reguengo de Algés. Por sua morte, êsses bens da Junqueira couberam ao seu 3.º filho, Aires de Saldanha, que os vinculou para sempre em morgado e, segundo se julga, construiu então nêles o grandioso palácio que foi residência dos seus descendentes, até aos últimos e 4.ºs Condes da Ega, e no qual, depois de transformado, se instalou o Arquivo Histórico Colonial. Por terem residido ali muitos anos os Condes da Ega, chamou-lhes *Saldanhas da Junqueira* o mesmo genealógico.

João de Saldanha de Sousa, Conjurado de 1640, casou com D. Inês Antónia de Távora, filha de Luís Francisco de Oliveira e Miranda, Morgado de Oliveira e Vale de Sobra-

dos, etc., da qual houve António de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, que veio a possuir os referidos Morgados, como herdeiro de seu avô materno, por sentença, após longa demanda. Tanto bastou ao citado linhagista para poder denominar, com propriedade, *Saldanhas do Morgado de Oliveira* os Condes, depois Marqueses de Rio Maior, representantes de João de Saldanha de Sousa.

Algumas gerações dos Saldanhas que vieram a ser Condes de Penamacor, viveram e batalharam na Índia, o que induziria aquêl autor a designar pelo título de *Saldanhas da Índia* êsse ramo dos Saldanhas.

Diogo de Saldanha e Sande foi Capitão mor de Santarém e de Tomar, como já referimos. Não é, pois, de estranhar a designação de *Saldanhas de Santarém* dada, no mencionado *Hôrto Genealógico*, aos Condes da Taipa.

Dos sete Saldanhas, Conjurados de 1640, João, António e Bartolomeu de Saldanha da Gama são representados pelo Conde da Ponte; Sancho Dias de Saldanha e Aires de Saldanha de Albuquerque pelo actual representante dos Condes da Ega; e António de Saldanha e João de Saldanha de Sousa pelo autor do presente trabalho.

Neste *Sumário Genealógico*, mais não esboçaremos que a genealogia dos Condes da Ponte, a dos Condes da Ega e a dos Condes e Marqueses de Rio Maior, chefes das Casas a que pertenciam os sete Saldanhas, Conjurados de 1640.

#### CASA DOS CONDES DA PONTE

2 — João de Saldanha, filho primogénito de Diogo Lopes de Saldanha e de D. Maria de Bobadilha; Veador da Rainha D. Maria, mulher del Rei D. Manuel I, e da Imperatriz Isabel, mulher de Carlos V; Embaixador à Côrte de Roma; do Con-



selho del Rei D. João III. Casou com D. Joana de Lima, filha de D. Álvaro de Lima, Monteiro mor del Rei D. Manuel, e de D. Violante Nogueira; e dela houve, além doutros:

3 — Diogo de Saldanha, primogénito. S. g.

3 — António de Saldanha, de quem descendem, por linha feminina, os fidalgos da Casa da Ega.

2 — Luís de Saldanha, herdeiro por morte de seu irmão Diogo, e com quem se continua.

3 — Luís de Saldanha; Comendador de Alcains e Salvaterra, na Ordem de Cristo, e de Paradela, na de Alcântara; Pagem da Imperatriz D. Isabel, mulher do Imperador Carlos v; Gentil homem de boca do mesmo Imperador. Acompanhou o Infante D. Luís a Tunes, e foi muito estimado dos Reis D. João III, D. Sebastião e D. Henrique. Casou com D. Madalena de Almada, filha ilegítima de Rui Fernando de Almada, Embaixador a França, e de Filipa del Canet; e dela teve:

4 — João de Saldanha, com quem se continua.

4 — Jerónimo de Saldanha, que morreu na batalha de Alcácer.

4 — João de Saldanha; Comendador de Alcains e Salvaterra; cativo na batalha de Alcácer. Casou com D. Leonor de Menezes, Dama da Rainha D. Catarina, e filha de D. Rodrigo de Menezes, Alcaide mor de Grândola, e de D. Antónia Tôrres; e dela houve, entre outros:

5 — Luís de Saldanha, primogénito, com quem se continua.

5 — Manuel de Saldanha; Inquisidor; Reitor da Universidade; Bispo de Viseu e de Coimbra.

5 — Luís de Saldanha, «O Tobias»; Comendador de Alcains e Salvaterra; Veador da Rainha D. Luísa de Gusmão. Casou 1.<sup>a</sup> vez com D. Isabel da Silva, filha única de António da Gama, Vedor da Casa do Senhor D. Duarte, e de D. Isabel da Silva; 2.<sup>a</sup> vez com D. Violante de Mendça, viúva de Afonso de Tôrres e filha de Aires de Sousa e Castro, Comendador da Alcáçova de Santarém, e de D. Leonor Manrique, e teve:

Da 1.<sup>a</sup>: 6 — João de Saldanha da Gama, com quem se continua.

6 — António de Saldanha da Gama; Cónego da Sé de Lisboa; Conjurado de 1640; Capitão de Cavalaria nas guerras da Restauração; e, por fim, Religioso da Companhia de Jesus, sob cuja regra missionou na Índia.

6 — Rodrigo de Saldanha da Gama; Chantre da Sé de Lisboa; Sumilher da cortina do Príncipe D. Teodósio.

6 — Manuel de Saldanha da Gama; Capitão de cavalos no Brasil; Capitão de Infantaria e de cavalos em Portugal; Mestre de Campo em Portugal e na Índia.

6 — Bartolomeu de Saldanha da Gama; Conjurado de 1640; morreu Capitão de Infantaria na batalha de Montijo.

6 — Isabel da Silva, mulher de Aires de Saldanha de Albuquerque, Conjurado de 1640, Vice Rei da Índia.

6 — D. Leonor de Menezes; Dama da Rainha D. Luísa de Gusmão.



6 — D. Vicência de Castro; Dama da mesma Senhora; depois, freira em Carnide.

Da 2.<sup>a</sup>: 6 — Aires de Saldanha de Menezes; Comendador de Santo Eusébio de Aguiar da Beira, na Ordem de Cristo. Andou nas guerras da Restauração. Foi Capitão General de Angola, do Algarve e da Madeira; Conselheiro de Guerra e Governador de Setúbal. Casou com D. Luísa Inês de Távora, filha de João de Saldanha de Sousa, Conjurado de 1640, e de D. Inês de Távora. Dêles procedem, por linha feminina, os Condes de Alcaçovas.

6 — Frei Jerónimo; Geral de Alcobaça. Morreu com opinião de virtude.

6 — Frei José; Religioso Menor Reformado; Bispo da Madeira e do Pôrto. Morreu com opinião de santo.

6 — Frei Bernardo; Religioso da Ordem da Santíssima Trindade, de que foi Provincial.

6 — D. Joana Manrique, mulher de Pedro Álvares Cabral. C. g.

6 — João de Saldanha da Gama; Conjurado de 1640; Comendador de Alcains e Salvaterra; Capitão de cavalos na batalha de Montijo. Casou com D. Margarida de Vilhena, filha de António de Saldanha e de D. Joana de Vilhena, e dela houve 4 filhas e 2 filhos varões e, entre êles, primogénito:

7 — Luís de Saldanha da Gama; Comendador de Alcains e Salvaterra; 1.<sup>o</sup> Senhor de Assequins, de juro e herdade; Governador e Capitão General de Mazagão e da Praça de Campo Maior; Conselheiro de Guerra. Casou duas vezes, só tendo descendência do primeiro casamento, que foi com D. Madalena de Mendoça, filha de Francisco de Melo e

Tôrres, 1.º Marquês de Sande e 1.º Conde da Ponte, e de D. Leonor Manrique; dela houve, além doutros, primogénito:

8 — João de Saldanha da Gama; Comendador de Alcains, e Salvaterra; 2.º Senhor de Assequins; Gentil homem da Câmara do Infante D. António; Mestre de Campo; Governador da Ilha da Madeira e Vice-Rei da Índia. Casou com D. Joana Bernarda de Lancastre, filha de Luís César de Menezes, Alferes mor do Reino, e de D. Mariana de Lancastre, e dela houve, além doutros filhos, que não deixaram descendência, os três seguintes:

9 — Luís de Saldanha da Gama, que foi o 4.º Conde da Ponte, por morte de seu cunhado António José de Melo e Tôrres, 3.º Conde da Ponte, ao qual nos referimos adiante. Casou com D. Ana de Menezes, filha dos 2.ºs Condes de S. Tiago, de quem houve:

10 — D. Leonor de Saldanha da Gama, 5.ª Condessa da Ponte. Casou com o seu parente José António de Saldanha Menezes e Sousa, 5.º Conde da Ponte pelo seu casamento. S. g.

9 — Manuel de Saldanha da Gama, com quem se continua.

9 — D. Ana Joaquina de Lancastre, segunda mulher de António José de Melo e Tôrres, 3.º Conde da Ponte, o qual não teve descendência. Êste 3.º Conde da Ponte era neto, por varonia, e representante do 1.º Conde do mesmo título. A Sr.ª D. Ana Joaquina casou, em segundas núpcias, com José Joaquim de Miranda Henriques. C. g.



9 — Manuel de Saldanha da Gama; Senhor do Engenho de Acupe e mais bens na Capitania da Baía (Brasil), de que o deixou herdeiro, sua primeira esposa, com obrigação de usar os apelidos dela; Conselheiro do Ultramar. Casou 1.<sup>a</sup> vez, s. g., com D. Joana Guedes de Brito, viúva de D. João Mascarenhas, filho dos 2.<sup>os</sup> Condes de Coculim, e filha do Coronel António da Silva Pimentel, Senhor do referido Engenho e mais bens, e de D. Isabel de Sousa Guedes de Brito. Casou 2.<sup>a</sup> vez com D. Francisca Joana Josefa da Câmara, viúva de Luís José Corrêa de Sá, filha de Lourenço Gonçalves da Câmara Coutinho, Almotacé mor, e de D. Leonor Josefa de Távora, Dama da Rainha D. Mariana de Áustria, de quem teve, além de duas filhas:

10 — João de Saldanha da Gama, com quem se continua.

10 — António de Saldanha da Gama, 1.<sup>o</sup> Conde de Pôrto Santo, Plenipotenciário ao Congresso de Viena, etc. S. g.

10 — João de Saldanha da Gama Melo Tôrres Guedes de Brito, 6.<sup>o</sup> Conde da Ponte; Senhor de Assequins; Governador e Capitão General da Baía, onde em 1808 hospedou a Família Real. Sucedeu na Casa e título a sua prima co-irmã D. Leonor de Saldanha da Gama, 5.<sup>a</sup> Condessa da Ponte, atrás mencionada. Casou com D. Maria Constança de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos 1.<sup>os</sup> Condes de Rio Maior, e dela houve, além doutros, primogénito:

11 — Manuel de Saldanha da Gama Melo Tôrres Guedes de Brito, 7.<sup>o</sup> Conde da Ponte; Senhor de Assequins, Gentil homem da Câmara del Rei D. João VI; Comendador

da Ordem de Cristo; Governador e Capitão General nomeado para o Pará; Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Casou com D. Ana Joaquina de Castelo Branco, filha dos 1.<sup>os</sup> Marqueses de Belas, e dela houve, além doutros, primogénito:

12 — João de Saldanha da Gama Melo Tôrres Guedes de Brito, 8.<sup>o</sup> Conde da Ponte; representante dos títulos de Marquês de Sande e Conde de Pôrto Santo; Gentil homem e Veador da Casa Real; Par do Reino; Grã Cruz da Ordem de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Vila Viçosa e de várias Ordens estrangeiras. Foi Governador Civil de Lisboa. Casou com D. Maria Teresa de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, Dama honorária das Rainhas D. Maria Pia e D. Amélia, filha dos 1.<sup>os</sup> Condes de Vila Real, e dela houve, além doutros filhos, que não tiveram descendência, e filhas:

13 — D. Teresa de Saldanha da Gama; representante dos títulos dos seus maiores. Casou com seu primo co-irmão João Ferrão de Castelo Branco, Moço Fidalgo com exercício no Paço, Comendador da Ordem de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Vila Viçosa, ambos já falecidos. Tiveram filhos e, entre êles, primogénito dos varões:

14 — Manuel Ferrão de Castelo Branco, 9.<sup>o</sup> Conde da Ponte; representante dos títulos de Marquês de Sande e Conde de Pôrto Santo; Oficial da Armada, de que pediu a demissão após a queda da Monarquia; Ajudante de Campo del Rei D. Manuel II; Comendador da Ordem do Mérito Industrial; Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada; Oficial da de Aviz; condecorado com as Medalhas de ouro, por serviços distintos no Ultramar (com legenda); de prata, de bons serviços; da Campanha contra os Namarrais (1896); da Campanha de Gaza (1897); da Campanha do Barué (1902). Nasceu em 31 de Julho de 1876. Casou com D. Mariana



de Lancastra Araújo, filha dos Viscondes de Barcelinhos, de quem, além de 3 filhas, tem:

15 — Álvaro Ferrão de Castelo Branco, herdeiro dos títulos dos seus maiores. Nasceu em 8 de Junho de 1916.

#### CASA DOS CONDES DA EGA

3 — Aires de Saldanha, filho 3.º de António de Saldanha, o da Aguada, e de D. Joana de Mendonça; Comendador da Savacheira; Governador de Tanger e de Malaca; General de Armada. Foi Vice-Rei da Índia. Casou com D. Joana de Albuquerque, filha de D. Manuel de Moura e de D. Isabel de Albuquerque, e dela teve:

4 — António de Saldanha de Albuquerque, com quem se continua.

4 — Manuel de Saldanha, que faleceu moço, em 1590, na viagem para a Índia com Matias de Albuquerque.

4 — Diogo de Saldanha; Comendador de Vila Ruiva, na Ordem de Cristo. Foi Fronteiro de Tanger. Casou com D. Ana Lôbo, de quem houve:

5 — António de Saldanha; Capitão de Infantaria da Armada. S. g.

5 — Sancho Dias de Saldanha; Conjurado de 1640; Capitão de cavalos no Alentejo. S. g.

5 — D. Margarida de Albuquerque, mulher de Agostinho Manuel, «o Degolado», e, em segundas núpcias, de D. Manuel Rolim, senhor de Azambuja. De ambos os casamentos não houve descendência.

5 — D. Ângela, freira na Anunciada.

5 — D. Antónia } freiras em Santa Clara, de  
5 — D. Guiomar } Lisboa.

5 — D. Isabel, mulher de Simão Gonçalves da Câmara Ataíde, Senhor das Ilhas Desertas. Foram, como já referimos, ascendentes dos Condes da Taipa.

5 — *B* — D. Luísa, mulher de Filipe de Brito Nicote, que veio a ser Vice-Rei do Pegú, com poderes soberanos.

4 — António de Saldanha de Albuquerque; Comendador de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição da Savacheira, e de S. Martinho de Lagares. Chamaram-no «O Cativo», por tê-lo sido 14 anos em Marrocos. Foi Capitão de cavalos e Mestre de Campo de Auxiliares. Morreu na batalha de Montes Claros. Casou com D. Joana de Vilhena, filha de D. António da Costa e de D. Margarida de Vilhena, de quem teve, entre outros:

5 — Aires de Saldanha de Albuquerque, com quem se continua.

5 — Bernardo, que morreu, sendo estudante.

5 — João; Cavaleiro de S. João de Jerusalém.

5 — Margarida, mulher de João de Saldanha da Gama, Conjurado de 1640, de quem atrás tratámos.

5 — Aires de Saldanha de Albuquerque; Conjurado de 1640; Comendador de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição da Savacheira, de S. Martinho de Lagares e de S. Tomé de Alencarças; Alcaide mor de Soure. Morreu na batalha de Montijo. Casou com D. Isabel da Silva, irmã do seu atrás



mencionado cunhado João de Saldanha da Gama, de quem teve:

6 — António Francisco de Saldanha de Albuquerque; Comendador da Savacheira, de Lagares e de Alencarças; Alcaide mor de Soure. S. g.

6 — Luís de Saldanha de Albuquerque <sup>(1)</sup>; sucedeu a seu irmão primogénito, na Casa e nos bens da Coroa e Ordens. Foi Comendador da Savacheira, de Lagares e Alencarças, e Alcaide mor de Soure. Serviu na guerra. S. g.

6 — João de Saldanha de Albuquerque, com quem se continua.

6 — Soror Maria Teresa de Jesus; Religiosa de Carnide e Fundadora do Calvário, do Pôrto.

6 — D. Joana  
6 — D. Madalena } da Silva; freiras na Anunciada.

6 — João de Saldanha de Albuquerque; sucedeu, por morte de seu irmão Luís, na Casa e nos bens da Coroa e Ordens. Foi Comendador da Savacheira, de Lagares e Alencarças; Capitão General da Madeira e de Mazagão; Conselheiro de Guerra; Deputado da Junta dos Três Estados; Presidente do Senado da Câmara; Veador da Rainha D. Mariana de Áustria. Casou com D. Catarina de Noronha, Dama da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia,

---

(1) Este Luís de Saldanha de Albuquerque foi quem construiu a ermida de Nossa Senhora da Soledade, com duas portas para a rua, junto ao palácio dos Saldanhas, na Junqueira, tendo obtido licença do Arcebispo de Lisboa, D. António de Mendonça, para nela se celebrar missa. A respectiva Provisão existe no Cartório da Casa da Anunciada, e tem, por data, 6 de Fevereiro de 1673.

e filha de D. Pedro Coutinho, Senhor de Almourol, e de D. Maria de Noronha; e dela houve, além doutros, primogénito:

7 — Aires de Saldanha de Albuquerque; sucedeu no Morgado da Junqueira, na Casa e nos bens da Coroa e Ordens a seu pai. Foi Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, e Gentil homem da Câmara do Infante D. António. Casou com D. Maria Leonor de Moscoso, filha dos 5.<sup>os</sup> Condes de Santa Cruz, de quem houve, além doutros:

8 — António de Saldanha de Albuquerque, primogénito; sucedeu no Morgado da Junqueira, nos bens da Coroa e Ordens a seu pai. Foi Gentil homem da Câmara do Infante D. Manuel; Deputado da Junta dos Três Estados, e Académico do número da Academia das Ciências de Lisboa. Casou com D. Maria da Porta de Lencastre, Dama da Rainha. S. g.

8 — Manuel de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, com quem se continua.

8 — Manuel de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, 1.<sup>o</sup> Conde da Ega; sucedeu na Casa e nos bens da Coroa e Ordens a seu irmão primogénito. Foi Camarista do Infante D. Manuel, a quem serviu na Alemanha; Governador e Capitão General da Ilha da Madeira; Vice Rei do Estado da Índia. Casou com D. Ana Ludovica de Portugal, de quem houve, além doutros, primogénito:

9 — Aires José Maria de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, 2.<sup>o</sup> Conde da Ega; Alcaide mor de Soure e Guimarães; Comendador da Ordem de Cristo; Deputado da Junta dos Três Estados; Gentil homem da



Câmara da Rainha D. Maria 1; Inspector Geral dos pro-  
 vimentos do Exército; Embaixador a Madrid. Casou 1.<sup>a</sup> vez  
 com D. Maria José do Carmo Xavier de Almada, irmã do  
 1.<sup>o</sup> Conde de Almada; 2.<sup>a</sup> vez com D. Maria Luísa Caro-  
 lina Sofia de Oyenhausem, filha dos Condes de Oyenhausem,  
 a qual, tendo enviuvado, passou a segundas núpcias com o  
 Conde de Strogonoff. Só do 1.<sup>o</sup> matrimónio teve filhos,  
 que foram:

10 — Manuel de Saldanha de Albuquerque Couti-  
 nho Matos e Noronha, 3.<sup>o</sup> Conde da Ega. Faleceu s. g.

10 — Antão José Joaquim de Saldanha de Albu-  
 querque Coutinho Matos e Noronha, 4.<sup>o</sup> Conde da Ega,  
 em sucessão a seu irmão primogénito, o 3.<sup>o</sup> Conde do  
 mesmo título. Foi Veador da Imperatriz Rainha;  
 Comendador da Ordem de Cristo; Alcaide mor de  
 Soure e Guimarães; Oficial de cavalaria. Casou com  
 D. Maria Madalena de Azevedo, filha dos 1.<sup>os</sup> Viscon-  
 des de Rio Sêco e 1.<sup>os</sup> Marqueses de Jundiahy, no Bra-  
 sil. s. g.

10 — D. Violante Maria de Saldanha de Albuquer-  
 que Coutinho Matos e Noronha. Faleceu antes do  
 4.<sup>o</sup> Conde da Ega, seu irmão, tendo casado com Tomás  
 Henrique Stattmiller, súbdito britânico, de quem teve,  
 além doutros, primogénito:

11 — José Maria, com quem se continua.

11 — José Maria Stattmiller de Saldanha de Albuquer-  
 que Coutinho Matos e Noronha; nasceu em 1823 e faleceu  
 em 1869. Por falecimento de seu tio, o 4.<sup>o</sup> Conde, recaiu  
 nêle a representação, da casa e do título dos Condes da

Ega. Foi tenente de cavalaria do Exército. Casou com D. Ana Júlia de Macedo Soares Serrão, de quem houve descendência.

CASA DOS CONDES E MARQUESES DE RIO MAIOR

3 — João de Saldanha, 9.º filho varão de António de Saldanha, «o da Aguada», e de D. Joana de Mendonça; Comendador de S. Martinho de Santarém. Achou-se na Emprêsa de Tânger, e no cêrco da Goleta; serviu com distinção na Índia e foi General de Armada da Costa, e, por duas vezes, das naus da Índia, perdendo-se na viagem de volta, em 1596. Não quis reconhecer D. Filipe II de Espanha, como Rei de Portugal, antes dos Três Estados o jurarem por tal. Casou com D. Maria de Noronha, filha de Fernão Teles de Menezes, 7.º Senhor de Unhão, e de D. Maria de Castro, da qual houve:

4 — Bartolomeu de Saldanha, que se perdeu, com seu pai, no mar.

4 — Fernão de Saldanha, com quem se continua.

4 — Jerónimo de Saldanha, que morreu na Índia.

4 — Francisco de Saldanha, que morreu moço.

4 — António de Saldanha; Conjurado de 1640; Alcaide mor de Vila Real; Comendador de S. Salvador de Serrazes, na Ordem de Cristo, Bispado de Viseu; Capitão mor das Naus da Índia, em 1633. Dêle trataremos adiante. Casou na Índia com D. Mariana de Melo, e dela houve:

5 — João de Saldanha, que morreu menino.



Teve mais, ilegítimos:

5 — D. Luísa }  
5 — D. Maria } freiras nas Donas de Santarém.

5 — António de Saldanha; Comendador de Serrazes; Capitão de Diu, onde morreu, s. g. Administrou o Morgado de Cadafais, que seu pai instituira para êle.

4 — Diogo; carmelita descalço; em Religião, Frei Domingos de S. José.

4 — D. Maria de Noronha, mulher de Álvaro Fernandes de Castro, 3.º Senhor de Fonte Arcada, Paredes, Souto, Freixo e Horta; Comendador da Redinha. C. g.

4 — D. Joana de Mendonça; freira nas Donas de Santarém.

4 — Fernão de Saldanha; Comendador de S. Martinho de Santarém; Governador de Diu; serviu nas Armadas da Costa. Capitão General da Madeira, onde governou e morreu a 10 de Agôsto de 1626. Foi enterrado em S. Domingos de Santarém, para onde seu filho mandou vir suas cinzas. Casou com D. Joana de Noronha, filha herdeira de D. Manuel de Sousa, Comendador de Santa Maria de África, e de D. Leonor Juzarte, Senhora do Morgado de Azinhaga; e dela houve:

5 — João de Saldanha de Sousa, com quem se continua.

5 — António de Saldanha; Capitão de cavalos; serviu de Capitão de Infantaria no Exército de 1643. Foi depois Jesuíta. S. g.

5 — Manuel de Saldanha; Doutor em Cânones; Sumilher da cortina dos Príncipes D. Teodósio e D. Afonso; Cónego da Sé de Lisboa; Bispo de Viseu, onde morreu em 1671. Foi Bispo eleito, não porém confirmado, de Coimbra.

5 — Diogo }  
5 — Tomás } morreram meninos.

5 — D. Leonor Filipa de Noronha; Dama da Rainha D. Luísa de Gusmão. Casou com D. Fernando de Menezes, 2.º Conde da Ericeira. C. g.

5 — D. Maria } de Castro; freiras nas Donas de  
5 — D. Teresa } Santarém.

5 — D. Mariana de Noronha; freira em Santa Clara de Santarém.

5 — João de Saldanha de Sousa; Conjurado de 1640; Senhor dos Morgados de Barcarena e Azinhaga; Comendador de S. Martinho de Santarém, da Torre, e de Santa Maria de África, na Ordem de Cristo; Fronteiro de Mazagão; serviu no Paço a Rainha D. Isabel de Bourbon. Foi autor genealógico. Dêle trataremos adiante. Faleceu nas Caldas da Rainha, a 3 de Julho de 1672, tendo casado, em 1655, com D. Inês Antónia de Oliveira Miranda e Távora, filha de Luís Francisco de Oliveira e Miranda, Morgado de Oliveira e da Patameira, familiar do Santo Ofício, e de D. Luísa de Távora; e dela houve:

6 — Fernão }  
6 — Luís } morreram meninos.  
6 — Manuel }

6 — António de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, com quem se continua.



6 — D. Joana Luísa de Noronha, 2.<sup>a</sup> mulher de Manuel de São Paio Melo e Castro Tôrres Lusignano, 10.<sup>o</sup> Senhor de Vila Flor e de Chacim. C. g.

6 — D. Luísa Inês de Távora; Dama do Paço; mulher de Aires de Saldanha de Menezes. Foram ambos atrás mencionados.

6 — D. Elisa de Lancastre; Religiosa de Santa Teresa.

6 — Jacinto }  
6 — Bernardo } morreram solteiros.

6 — António de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa; sucedeu nas Comendas e Casa de seu pai; foi senhor dos Morgados de Oliveira e Vale de Sobrados; Coronel dos privilegiados da Côrte, e Familiar do Santo Offício. Nasceu em 1658 e morreu em 1 de Abril de 1706. Casou com sua prima D. Luísa Inês de Távora, filha de Diogo de Menezes, Comendador de Valada, e de D. Maria de Oliveira, Morgada da Patameira; e dela houve:

7 — João Pedro de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, com quem se continua.

7 — Diogo de Saldanha, que nasceu em 1689; sucedeu no Morgado de Cadafais, instituído por António de Saldanha, conjurado de 1640 e a quem já nos referimos. Casou com D. Josefa Maria Margarida Pereira, irmã do Desembargador Luís de Abreu. C. g. Representam Diogo de Saldanha, mas por linha feminina, os Condes da Lousã.

7 — João Pedro de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, 14.<sup>o</sup> Morgado de Oliveira; sucedeu nas Comendas,

vínculos e mais Casa de seu pai; do Conselho de Guerra; Presidente do Senado da Câmara; Tenente General da Artilharia do Reino. Nasceu em 1684 e faleceu em 19 de Julho de 1732. Casou 1.<sup>a</sup> vez, s. g., com D. Mariana de Noronha, filha de João de Saldanha de Albuquerque, atrás citado; 2.<sup>a</sup> vez com D. Inês Antónia Domingas Josefa Raimundo da Silva, Dama do Paço, filha de Bernardo de Vasconcelos e Sousa e de D. Maria Madalena de Portugal. Do seu segundo casamento, teve, além doutros, primogénito:

8 — António de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, com quem se continua.

Do 3.<sup>o</sup> e último casamento de João Pedro de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, com D. Maria Antónia Henriques, filha de André Lopes do Lavre, e de D. Briolanja Henriques, e não houve descendência.

8 — António de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa; 15.<sup>o</sup> Morgado de Oliveira; sucessor da Casa e dos bens da Coroa e Ordens, etc. Nasceu a 2 de Dezembro de 1716 e faleceu a 27 de Maio de 1758, tendo casado com sua prima D. Constança de Portugal, filha de D. Luís de Portugal da Gama, e de D. Inácia de Rohan; e dela houve, além doutros, primogénito:

9 — João Vicente de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa; 1.<sup>o</sup> Conde de Rio Maior; 16.<sup>o</sup> Morgado de Oliveira; sucedeu na Casa e nos bens da Coroa e Ordens. Foi Gentil homem da Câmara da Rainha D. Maria I; Presidente do Terreiro Público; Conselheiro de Estado; Grã Cruz da Ordem de Cristo; Familiar do Santo Officio. Nasceu a 22 de Maio de 1746 e faleceu a 26 de Janeiro de 1804, tendo casado na freguesia da Ajuda, a 10 de Setembro de 1769,



com D. Maria Amália de Carvalho e Daun, baptisada, a 17 de Agosto de 1757, na mesma paróquia (1), filha dos 1.ºs Marquesses de Pombal; e dela houve, além doutros:

10 — António de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, com quem se continua.

10 — José Sebastião de Saldanha Oliveira e Daun; 1.º Conde de Alpedrinha, etc.; Senhor de Pancas, pelo seu casamento. Representa os Senhores de Pancas, mas por linha feminina, D. Francisco Maria Martinho de Almeida Manuel de Vilhena, 9.º Conde de Vila Flor e 2.º Conde de Alpedrinha; Engenheiro agrónomo; Cavaleiro de Honra e Devoção da Soberana Militar Ordem de Malta, etc. Nasceu em 5 de Novembro de 1898 e casou, a 15 de Abril de 1925, com D. Maria de Lourdes Corrêa de Sampaio Melo e Castro. C. g.

10 — João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, 1.º Conde, 1.º Marquês e 1.º Duque de Saldanha, de juro e herdade; Marechal do Exército português, etc. Nasceu a 17 de Novembro de 1790, na Casa da Anunciada, residência de seus pais em Lisboa, e faleceu em Londres, a 21 de Novembro de 1876. Casou duas vezes; mas só teve descendência do seu 1.º casamento com Mary Teresa Margareth Horan, Dama das Ordens

---

(1) Algum tempo depois do terramoto de 1755, que arruinou o palácio dos Carvalhos na Rua Formosa, sua residência em Lisboa, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro 1.º Marquês de Pombal, passou a habitar, com sua família, uma casa abarracada, que se edificou na calçada da Ajuda e se foi ampliando; e aí continuou a morar, até que voluntariamente e com autorização da Rainha D. Maria I, se retirou para Pombal, após a morte de D. José I. (Cf. Marquês de Rio Maior, *op cit.*, págs. 25 e seguintes).

de Santa Isabel, de Portugal; e de Maria Luísa, de Espanha. É representante directo, por varonia, do 1.º Duque de Saldanha, o seu bisneto, João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, 3.º Conde, 3.º Marquês e 3.º Duque de Saldanha, 3.º Conde de Almoester, que nasceu a 1 de Abril de 1889 e casou com D. Maria de Lourdes Bruschy. S. g.

10 — António de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa; 2.º Conde de Rio Maior; 17.º Morgado de Oliveira, etc.; Moço Fidalgo com exercício no Paço; Gentil Homem da Câmara del Rei D. João VI; Comissário Real para acompanhar o Senhor Infante D. Miguel nas suas viagens ao Estrangeiro; Embaixador extraordinário ao Brasil, em 1823; Grã Cruz da Ordem de S. Tiago e da de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa; Coronel do Regimento de Milícias de Voluntários Reais de Lisboa Oriental, por êle criado; Sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa. Nasceu a 16 de Novembro de 1776, na Quinta de S. João da Ventosa (Azinhaga), e faleceu em Viena de Áustria, a 3 de Março de 1825, tendo casado com sua prima D. Maria Leonor Ernestina de Carvalho Daun e Lorena, filha dos 3.ºs Marqueses de Pombal, de quem houve, além doutros, primogénito:

11 — João Maria do Santíssimo Sacramento de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa; 3.º Conde de Rio Maior; 18.º Morgado de Oliveira; Senhor dos Morgados de Vale de Sobrados, Barcarena e Azinhaga; Par do Reino em 1826; Oficial de Cavalaria; Ajudante às ordens do Marechal Duque da Terceira durante a campanha de 1833; Grã Cruz da Ordem de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa, e Comendador das de Cristo e de Carlos III, de Espanha. Foi



Governador Civil de Coimbra; Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; e Procurador à Junta Geral do Distrito de Lisboa. Nasceu a 18 de Setembro de 1811 e faleceu a 27 de Agosto de 1872. Casou com D. Isabel Maria dos Prazeres de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, filha dos 1.<sup>os</sup> Condes de Vila Real, de quem teve:

12 — António José Luís de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa; 4.<sup>o</sup> Conde e 1.<sup>o</sup> Marquês de Rio Maior; 19.<sup>o</sup> Morgado de Oliveira; Senhor dos Morgados de Vale de Sobrados, e Azinhaga; Par do Reino, por direito hereditário; Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; Oficial mor da Casa Real, tendo exercido durante muitos anos o Ofício de Mestre Sala; Comendador das Ordens de Cristo e de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Vila Viçosa; Grã Cruz das da Rosa, do Brasil; de Leopoldo, da Bélgica; da Coroa, de Itália; e de S. Gregório Magno, da Santa Sé. Foi Deputado da Nação; Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, durante 18 anos; Vogal do Conselho Superior de Beneficência; Adido honorário à Legação de Portugal em Paris; Sócio efectivo do *Instituto de Coimbra*, e «sobretudo Fidalgo no porte e de honrado procedimento» (1). Nasceu a 8 de Julho de 1836 e faleceu a 4 de Fevereiro de 1891. Casou com D. Maria Isabel da Anunciação de Lemos Roxas Carvalho e Menezes Saint Léger, filha dos 1.<sup>os</sup> Marqueses da Bemposta e Subserra, Dama da Rainha D. Maria Pia. S. g.

---

(1) Albano da Silveira Pinto e Visconde de Sanches de Baena, *ob. cit.*, tomo II, pág. 429.

12 — D. Teresa de Saldanha Oliveira e Sousa; Fundadora da Ordem das Terceiras de S. Domingos em Portugal. Nasceu em 4 de Setembro de 1837 e faleceu em 8 de Janeiro de 1916.

12 — D. José Luís de Saldanha Oliveira e Sousa (1), com quem se continua.

12 — D. José Luís de Saldanha Oliveira e Sousa, representante dos títulos e Casa dos seus maiores, por morte de seu irmão, o 1.º Marquês de Rio Maior; Moço Fidalgo com exercício; Bacharel formado em matemática e filosofia na Universidade de Coimbra, tendo concluído a sua formatura aos 22 anos, com altas classificações; Director da Casa da Moeda e Papel selado, durante muitos anos; Deputado da Nação; Director do Asilo D. Maria Pia; Adido honorário à Legação de Portugal em Madrid; publicista; Sócio efectivo do *Instituto de Coimbra* e de várias agremiações científicas. Nasceu a 31 de Maio de 1839 e faleceu no mesmo dia e mês de 1912. Casou com D. Bárbara Maria Tavares de Proença, também já falecida, filha de Francisco Tavares de Almeida Proença, Doutor em Direito, Par do Reino, Ministro de Estado honorário, Grã Cruz da Ordem de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa, e de sua mulher, D. Maria da Piedade

---

(1) Os descendentes, por varonia, dos grandes do Reino titulados tinham direito ao tratamento de *Dom*, pela Lei de 3-1-1611 e pelas *Ordenações do Reino*. Poucos fidalgos da Casa de Rio Maior quiseram usar dêsse direito. Mas ao filho segundo dos 3.ºs Condes de Rio Maior foi dado muitas vezes o tratamento de *Dom*, em documentos officiais, e no trato social todos lho davam. Por isso lho damos aqui também.



Fevereiro; dela houve três filhas, e dois filhos varões, que são:

13 — João de Saldanha Oliveira e Sousa, que continua.

13 — José Luís de Saldanha Oliveira e Sousa; Moço Fidalgo da Casa Real, com exercício; Engenheiro Agrónomo; Diplomado com o Curso de Bibliotecário Arquivista; publicista. Foi Assistente e Professor do Instituto Superior de Agronomia, e Chefe da Repartição Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas. Nasceu em 28 de Abril de 1881, e casou com D. Maria Ana da Câmara, já falecida. C. g.

13 — João de Saldanha Oliveira e Sousa, 2.º Marquês de Rio Maior; Moço Fidalgo da Casa Real, com exercício; Engenheiro civil de Obras Públicas e Minas; Sócio correspondente do Instituto de Coimbra e do Instituto Arqueológico do Algarve; publicista; autor d'êste trabalho. Nasceu em 1 de Outubro de 1878. Casou com D. Barbara Maria Ferreira, de quem houve, além duma filha que morreu menina:

14 — João António de Saldanha Oliveira e Sousa, com quem se continua.

14 — José Pedro de Saldanha Oliveira e Sousa, 2.º Conde de Azinhaga; Engenheiro Agrónomo; Sócio do Instituto Português de Heráldica; Sócio efectivo do Instituto Arqueológico do Algarve; publicista. Nasceu em 28 de Julho de 1904. Conserva-se solteiro.

14 — Luís de Saldanha Oliveira e Sousa; Engenheiro de Minas pelo Instituto Superior Técnico de

Lisboa; Assistente do mesmo Instituto. Nasceu em 7 de Setembro de 1905. Casou com D. Vera Rosazza Ferraris, de quem tem, além de duas filhas:

15 — João Mário Rosazza Ferraris de Saldanha. Nasceu em 3 de Setembro de 1940.

14 — João António de Saldanha Oliveira e Sousa; 6.º Conde de Rio Maior; Capitão de Artilharia; Engenheiro fabril do Exército; Engenheiro civil pelo Instituto Superior Técnico; Presidente da Câmara Municipal de Oeiras; Cavaleiro da Ordem de Aviz; publicista; condecorado com as Medalhas de comportamento exemplar e bons serviços; foi louvado várias vezes na Ordem do Exército. Nasceu em 31 de Maio de 1901. Casou com D. Luísa Maury de quem tem:

15 — João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa, com quem se continua.

15 — José de Saldanha Oliveira e Sousa, estudante. Nasceu em 14 de Fevereiro de 1932.

15 — Luís Maria de Saldanha Oliveira e Sousa; estudante. Nasceu em 20 de Dezembro de 1934.

15 — João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa; estudante. Nasceu a 23 de Julho de 1930 na Casa da Anunciada.



FOLHA DE SERVIÇOS DOS SALDANHAS  
NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

CASA DOS CONDES DA PONTE  
SALDANHAS DE SANTO AMARO

6 — *António de Saldanha da Gama, Conjurado de 1640*

*Capitão de cavalos*

— Foi um dos 18 fidalgos<sup>(1)</sup> que, na manhã de 1-12-1640, acometeram os aposentos de Miguel de Vasconcelos, no Paço da Ribeira. (Cf. Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, t. 1, págs. 100-101).

— ... «sendo Cónego, renunciou a vida eclesiástica pela militar e se achou na batalha de Montijo<sup>(2)</sup> no ano de 1644: foi Capitão de cavalos, e depois entrou na Religião da Companhia; passou à Índia ... » (D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. 11, pág. 826).

---

(1) Um t. 3.º desse grupo compunham-no Saldanhas, a saber: João de Saldanha da Gama e seus dois irmãos, António e Bartolomeu; Aires de Saldanha e Albuquerque e seu primo coirmão, Sancho Dias de Saldanha; e João de Saldanha de Sousa (Cf. *loc. cit.*).

(2) Nesta batalha, com António de Saldanha da Gama, pelejaram mais quatro Saldanhas, que foram: o Capitão de Infantaria Manuel de Saldanha da Gama, que os espanhóis aprisionaram; o Mestre de Campo Aires de Saldanha de Albuquerque, o Capitão de cavalos João de Saldanha da Gama e o Capitão de Infantaria Bartolomeu de Saldanha, que nela perderam a vida; e o Mestre de Campo João de Saldanha de Sousa.

«...depois de Cónego na Sé de Lisboa, foi Capitão de cavalaria; mas (como) viesse a ser prisioneiro dos Castelhanos, resolveu-se a ser Religioso da Companhia de Jesus e morreu no Japão». (*Os seis Condes Saldanhas*, manuscrito existente no Arquivo da Casa de Rio Maior, cap. II, § 1.º).

6 — *Bartolomeu de Saldanha da Gama, Conjurado de 1640*

— Foi um dos 18 fidalgos que, na manhã de 1-12-1640, acometeram os aposentos de Miguel de Vasconcelos, no Paço da Ribeira. (Cf. Conde da Ericeira, ob., tómo e págs. cit.).

— Foi um dos fidalgos <sup>(1)</sup> que, na referida manhã, invadiram os aposentos que a Duquesa de Mântua ocupava no Paço da Ribeira. (Cf. Manuel Severim de Faria, *Relação do que sucedeu em Portugal e nas mais províncias do Ocidente desde Março do Ano 1640 até Fevereiro de 1641*, em António Ferrão, *A Perda da Independência e a Restauração de 1640 — As Lições da História*, trabalho que faz parte dos *Anais da Sociedade Histórica da Independência de Portugal* — Comissão 1.º de Dezembro de 1640 — pág. 44).

— ... «achou-se na Aclamação do Senhor Rei D. João IV; serviu em Alentejo, e foi morto na batalha de Montijo, sendo Capitão de Infantaria no ano 1644». (D. António Caetano de Sousa, ob., tómo e pág. cit.).

---

(1) Entre estes fidalgos, contava-se outro Saldanha, António, que foi Alcaide mor de Vila Real e de quem tratamos adiante.



6 — *João de Saldanha da Gama, Conjurado de 1640**Capitão de cavalos*

« — foi um dos aclamadores del Rei D. João iv e sendo Capitão de cavalos no exército de Alentejo, foi morto na batalha de Montijo com dezasete feridas em 26 de Maio de 1644». (D. António Caetano de Sousa, ob. cit., tómo v, pág. 358).

— Aclamou el Rei D. João iv em Lisboa. Foi um dos 18 fidalgos que, na manhã de 1-12-1640, acometeram os aposentos de Miguel de Vasconcelos, no Paço da Ribeira. Governou Campo Maior, na ausência de Aires de Saldanha de Albuquerque e, enquanto governava essa praça, fêz prêsa em todo o gado de Vila da Póvoa, em Setembro de 1642. Na campanha de 1643, derrotou duzentos infantés junto da Praça de Albuquerque. Morreu na batalha de Montijo, sendo nela um dos mortos de maior pôsto e qualidade. Era então Capitão de cavalos e «estimado em todo o exército pelo grande valor e heróicas partes de que era dotado». (Conde da Ericeira, ob. e tómo cit., págs. 101, 329, 377 e 469).

7 — *Luís de Saldanha da Gama**Comendador de Alcains e Salvaterra, 1.º Senhor de Assequins*

— «Serviu na Guerra da Aclamação, sendo Capitão de cavalos, e Mestre de Campo de Infantaria, e feita a paz foi Governador, e Capitão General de Mazagão, do Conselho de Guerra, e Governador de Campo Maior; e tendo servido todos êstes postos com reputação e valor, faleceu em 24 de

Setembro de 1721». (D. António Caetano de Sousa, ob. e tómo cit., págs. 360-361).

— «...teve notícia o Capitão de cavalos, Luís de Saldanha da Gama, que assistia em Moura, que os Castelhanos levavam uma prêsa com setenta cavalos. Saiu a buscá-los com igual número, largaram-lhe os Castelhanos a prêsa, e fugiram antes de pelejar: seguiu-os Luís de Saldanha até o logar de Arouche, e vencendo alguma resistêcia, entrou dentro, saqueou as casas dos moradores, e retirou-se sem opposição; e com estas, e semelhantes entradas em utilidade da Cavalaria, se remataram êste ano (1663) os progressos da guerra do Alentejo». (Conde da Ericeira, ob. cit., tómo II, pág. 575).

5 — *Manuel de Saldanha*

*Inquisidor, Reitor da Universidade*

— «Bispo eleito de Viseu e Reitor da Universidade de Coimbra, onde aclamou el Rei D. João IV». (*Os seis Condes Saldanhas*, cap. e § cit.).

— Em 5-12-1640, tendo recebido nesse dia carta dos Arcebispos Governadores do Reino, a participar-lhe a Aclamação de D. João IV em Lisboa e a ordenar-lhe que o aclamasse em Coimbra, chamou a Conselho os Lentes, Deputados e Conselheiros, a Nobreza das Escolas e os Reitores dos Colégios e a todos encarregou de dar graças a Deus pela Restauração, e evitar que houvesse desordens. No dia seguinte, um Vereador a cavallo, acompanhado de estudantes, com a bandeira da Cidade, desfraldada, correu as ruas, a aclamar o Rei português. Quando chegou à Igreja de S. Jerónimo, o Reitor e os Lentes, que ali estavam, res-



ponderam — «Viva! Viva!» às aclamações; e o Prelado com uma palma nas mãos e os outros com ramos, foram à Capela Real, onde se cantou o *Te Deum*. À noite houve festa na Universidade.

O Reitor convocou o Cláustro e nêle aclamou o Rei D. João IV. E, porque fôra nomeado pelo Rei Católico, ao qual não reconhecia já autoridade em Portugal, apresentou a sua demissão, que não lhe aceitaram. Logo ali se elegeram os lentes que haviam de ir beijar a mão de Sua Majestade, em nome da Universidade.

Em 1-1-1641, para festejar a Aclamação, organizou-se soleníssimo préstito de capêlo, que foi da igreja de Santa Cruz à Capela da Universidade, onde houve Vésperas. E resolveu-se que êste préstito comemorativo se fizesse todos os anos. No dia seguinte, o Reitor cantou missa solene, houve sermões, procissão e exposição do Santíssimo. A 3 de Janeiro, em sessão pública solene, o Reitor mandou ler a carta de 24 do mês anterior, que o Rei lhe escrevera para manifestar a sua muita satisfação pelo modo por que fôra aclamado em Coimbra. E as festas continuaram na Lusa Atenas até 8 de Fevereiro seguinte. (*Aplausos Académicos da Universidade de Coimbra a el Rei Nosso Senhor D. João, o IIII*. Ver: Padre Ruela Pombo, 1640 — *Revista Bibliográfica*, págs. 121 e seguintes).

A Manuel de Saldanha escreveu el Rei D. João IV as duas cartas que passamos a transcrever <sup>(1)</sup>, ambas honrosas

---

(1) *Cartas de el Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino* — publicadas e prefaciadas pelo Académico titular fundador (da Academia Portuguesa de História) P. M. Laranjo Coelho, Lisboa, 1940, págs. 198 e 392. O itálico é nosso.

para o destinatário, sendo-o também, e muito, a segunda, para a sua família e particularmente para os do seu apelido:

— «Manuel de Saldanha, Reitor amigo etc. É grande a experiência que tenho do ânimo com que vos dispondes a servir-me em tôdas as ocasiões que se vos oferecem, e assim não é novidade o querer fazer a leva de que vos tenho encarregado pelos rendimentos do Bispado em que vos nomeei. Agradeço-vo-lo muito, mas como se vos tem já remetido o dinheiro necessário não há para que lançar mão desta vossa oferta. Escrita em Lisboa a 5 de Agosto de 647».

— «Manuel de Saldanha amigo. Eu el Rei vos envio muito saudar. Por uma carta que escrevestes a Pedro Vieira entendi o ânimo com que vos oferecieis a ir-me servir a França na embaixada para que tinha nomeado o bispo de Coimbra e as conveniências de meu serviço com que o querieis fazer; *em tôdas as ocasiões dele fazeis isto mesmo e com o mesmo ânimo que é o que depois da minha restituição à corôa destes Reinos fizeram sempre os de vossa família e particularmente os do vosso apelido*, agradeço-vos muito deliberação tão conforme ao que merece a boa vontade que tenho a tôdas vossas cousas; para embaixador de França há dias que nomeei Francisco de Sousa Coutinho que té gora me serviu de embaixador ordinário em Holanda; e por esta razão e porque também desejo ter-vos junto de mim em qualquer ocasião que se ofereça convém que por ora vos acheis no reino. Escrita em Lisboa a 13 de Julho de 1650».



6 — *Manuel de Saldanha da Gama*

*Capitão de cavalos no Brasil, Capitão de Infantaria e de cavalos em Portugal, Mestre de Campo em Portugal e na Índia*

— «Foi Capitão de cavalos no Brasil e Mestre de Campo na Índia» (José Barbosa Canaes de Figueiredo Castelo Branco, ob. cit., pág. 32).

— «Senhor — O capitão de infantaria Manuel de Saldanha, que foi prisioneiro no encontro de Montijo (Maio de 1644), veio de Granada trocado por outro cavalheiro castelhano que aqui estava prisioneiro daquela parte, não dá novas de consideração, só diz o grande apêrto em que estava pôsto êle e os mais que lá ficam, que é grande crueldade o que se tem usado com estes fidalgos passados três anos... Deus guarde a católica pessoa de Vossa Majestade como todos seus vassallos havemos mister. Elvas 4 de Setembro de 1647 — Martim Afonso de Melo». (*Cartas dos Governadores da Província de Alentejo a El Rei D. João IV* — Publicadas e prefaciadas pelo Académico titular fundador (da Academia Portuguesa de História) P. M. Laranjo Coelho, vol. 1, pág. 181).

— «Senhor — Esta semana mandei ao capitão Manuel de Saldanha que com as tropas que assistem em Campo Maior armasse às de Albuquerque, o que executou rompendo-as, e trazendo mal ferido o capitão Dom Francisco Carassas que as governava. Tomaram-se vinte e cinco cavalos; morreram da sua parte um tenente com alguns soldados, e da nossa parte não houve dano algum. Etc.

Elvas 19 de Abril de 1651 — Dom João da Costa». (Cartas e vol. cit., pág. 207).

— «Serviu na guerra e se achou em diversas ocasiões: foi Capitão de cavalos, Mestre de Campo, e Governador de Olivença, que governava no ano de 1657, em que os Castelhanos a sitiaram; e depois de mês e meio de sítio, se rendeu no último (sic) de Maio, em que o culparam; e sendo prêso, foi mandado para a Índia e lá serviu e casou, e dêle não ficou descendência» (D. António Caetano de Sousa, ob. cit., tÔmo XI, pág. 826).

— Estando sitiado em Olivença, que governa, e faltando-lhe munições, principalmente pólvora, Manuel de Saldanha manda aviso ao Conde de S. Lourenço, Governador das Armas da Província de Alentejo, a pedir socorro e, caso lho não possam prestar, lhe façam certos sinais, para ter tempo de preparar melhores condições de capitulação.

Manda, com efeito, o Conde fazer-lhe sinais. O Saldanha, «ainda que lhe sobre valor, como lhe falta experiência e oficiais que o aconselhem», parecendo-lhe quererem êsses sinais dizer que entregue a Praça e serem desculpa bastante de resolver rendê-la, faz ajustar com o inimigo as capitulações da entrega de Olivença. Quando recebe notícia da projectada rendição, a Rainha Regente, D. Luísa de Gusmão, depois de ouvir os Conselheiros de Estado e da Guerra, conformando-se com o parecer dêles, escreve a Manuel de Saldanha, que quebre a capitulação, em cujas cláusulas encontrará pretexto para isso, e assegura-lhe que será socorrido. A carta da viúva de D. João IV é remetida pelo Conde de S. Lourenço, que vai para Jerumenha, donde, por ordem da Regente, irá em auxílio dos sitiados. Mas,



por traição de Manuel da Silva, Ajudante de Cavalaria, a quem o S. Lourenço confiava os avisos que fazia a Manuel de Saldanha, o Duque de S. German, chefe do exército atacante, soube de tudo que se passara no Conselho, e soube-o ao mesmo tempo que o destinatário da carta; «que até este infortúnio teve esta Campanha, por não lhe faltar desgraça alguma, que não padecesse».

Com a carta da Rainha, chegaram ao Governador de Olivença outras, de parentes e amigos seus, que o exortavam a resistir e lhe referiam a péssima impressão causada, no exército português, pelo conhecimento das ajustadas capitulações, tendo sido afrontados os portadores delas, que lho contaram, ao entregar-lhe essas cartas particulares.

Convocados por Manuel de Saldanha, que lhes expõe a situação da Praça: a carência de pólvora, e o perigo de faltar à palavra dada, os Oficiais da guarnição, a nobreza e o clero votam, por maioria, a rendição, para se observar a palavra comprometida, conformando-se êle com êsse voto, e resolvendo entregar Olivença, «com as capitulações ordinárias de sair livre a guarnição paga, com armas e bandeiras, e os moradores com a sua roupa e mantimentos». Nada tinha, pois, de deshonrosa a, aliás lamentável, rendição.

A 30 de Maio de 1657, Manuel de Saldanha recebe em Olivença a guarnição castelhana e sai com 2300 infantes e uma Companhia de cavalos. Chega ao exército; e o Conde de S. Lourenço imediatamente o manda prêso para o Castelo de Vila Viçosa, e ordena que se repartam pelas prisões de diversas praças, outros oficiais. «Brevemente os conduziram todos a Lisboa, e depois de dilatada prisão, foi degredado tôda a vida para a Índia, Manuel de Saldanha. Aos mais foi restituída a liberdade».

«A perda de Olivença, ou por ser grande, ou por ser a primeira, que depois da aclamação se havia experimentado de importância tão grande, foi tão sentida da Rainha, dos Ministros, e de todo o Reino, que ocasionou a deliberação da Rainha universalmente aprovada, que Manuel de Saldanha, depois de ajustar as capitulações, as rompesse, empenhando a palavra Real em haver de ser socorrido, sem reparar nas arriscadas conseqüências de atacar um exército mais poderoso, e fortificado, que podia ganhar a batalha, não lhe rompendo as linhas, preferindo a qualquer perigo a opinião das Armas do Reino, diminuída com a entrega de Olivença». (Conde da Ericeira, ob. cit., t. II, págs. 41-45).

A narrativa do Ericeira, que acima transcrevemos, resumindo-a, e o seu comentário final, integralmente reproduzido, não deixam de justificar o procedimento de Manuel de Saldanha quanto à entrega de Olivença. Por isso, julgamos dever apresentar êsse resumo e a cópia do comentário, para fazer justiça ao valoroso mas infeliz Governador da perdida praça trastagana.

Para a sempre deplorada queda de Olivença contribuiu não pouco a dilação no socorro à praça sitiada. Com efeito, já em 21 de Abril de 1657, o Conde de S. Lourenço escrevia ao Rei D. Afonso VI, ainda menor, a carta <sup>(1)</sup>, que contém o período seguinte, no qual o Conde reconhece a situação quasi desesperada dos sitiados:

— «Tudo parece que está pedindo, *não dilatemos dia*

---

(1) *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El Rei D. João IV e a El Rei D. Afonso VI* — Publicadas e prefaciadas pelo Académico titular fundador (da Academia Portuguesa de História), P. M. Laranjo Coelho. Vol. II, pág. 261. O itálico é nosso.



*nem hora em socorrer Olivença; Vossa Majestade se sirva de mandar com tôda a brevidade marche infantaria, e Cavalaria com que possa ajudar êste exército para o socorro que espero em Deus hei-de fazer aquela praça...*»

CASA DOS CONDES DAS ALCÁÇOVAS  
SALDANHAS DE JESUS

6 — *Aires de Saldanha de Menezes*

*Comendador de Santo Eusébio de Aguiar da Beira*

— Concorreu com outros fidalgos no exército que em 1658 sitiou Badajoz, de 13 de junho a 10 de Outubro, «sem mais ocupação que a de soldados, com a utilidade de darem exemplo com o seu grande valor e qualidade».

— Na batalha de Montes Claros, «os feridos passaram de dois mil; os de maior suposição foram... o Mestre de Campo Aires de Saldanha, que também com louvável valor se não quis retirar, estando tão mal ferido, que ainda depois de curado veio a padecer contínuo embaraço». (Conde da Ericeira, ob. cit., t. II, págs. 91 e 723-734).

— «...serviu na guerra de Alentejo com reputação, e ocupou vários postos; e sendo Capitão de cavalos, se achou na batalha do Ameixial, e na restauração de Évora; e depois sendo Mestre de Campo de um Terço da Infantaria, se achou com êle no sítio, e tomada de Valença de Alcântara; e no ano de 1665 na batalha de Montes Claros, onde com louvável valor, se não quis retirar, estando tão mal ferido, que ainda depois de curado padeceu contínuo embaraço. Celebrada a paz com Castela, foi Governador, e Capitão General da Ilha da Madeira; depois, dos Reinos de Angola, e do

Algarve; e no ano de 1701 Governador das Armas de Setúbal, e ultimamente do Conselho de Guerra». (D. António Caetano de Sousa, ob. e tómo cit., págs. 246-247).

CASA DOS CONDES DA EGA  
SALDANHAS DA JUNQUEIRA

5 — *Aires de Saldanha de Albuquerque, Conjurado de 1640*

*Comendador da Savacheira e de Alencarças, Alcaide mor de Soure*

— «...serviu em Tanger, e foi um dos fidalgos que no ano de 1640 aclamaram ao Senhor Rei D. João IV, a quem serviu na Província de Alentejo, sendo Mestre de Campo de um Terço de Infantaria, com quem se achou em muitas ocasiões de honra, que houve no seu tempo naquela Província, até que foi morto na batalha de Montijo, de 26 de Maio de 1644, tendo conseguido boa reputação pelo seu valor, entendimento, e notícias». D. António Caetano de Sousa, ob. cit., tómo V, pág. 354).

— Foi um dos 18 Fidalgos que, na manhã de 1-12-1640, acometeram os aposentos de Miguel de Vasconcelos, no Paço da Ribeira. (Cf. Conde da Ericeira, ob. cit., tómo I, págs. 100-101).

— Ano de 1640.

Depois dos conjurados aclamarem el-Rei D. João pela cidade de Lisboa, em 1-12-1640, ainda na manhã dêsse dia chegaram alguns dêles «à Casa da Suplicação, e acharam as portas fechadas; pediu Aires de Saldanha aos Desembarçadores que estavam dentro, que as mandassem abrir, segu-



rando-os de todo o prejuízo que podiam temer: abriram êles, e informados da causa do alvoroço aprovaram com grande vontade por escrito a resolução que se havia tomado, firmando-se todos no assento que fizeram; e porque Ministros de justiça correm perigo nas revoluções desta qualidade, segurou-os Aires de Saldanha até suas casas». (Ob., e tómo cit., págs. 104-105).

— Ano de 1641.

No Outono, Martim Afonso de Melo, Governador das Armas de Alentejo, avisado de que os Castelhanos intentavam tomar por traição a praça de Campo Maior, mandou logo para essa praça «o Mestre de Campo Aires de Saldanha com seis Companhias do seu Terço; prevenção que dissuadiu os Castelhanos da empresa. Aires de Saldanha tratou com grande calor da fortificação daquela praça, que ficou governando, e molestava com partidas contínuas os lugares do inimigo vizinhos a ela.» (Ob. e tómo cit., pág. 230).

Pouco tempo depois «continuando no desejo de ocasionar aos moradores dos logares de Castela o mesmo dano que padeciam os de Portugal, manda uma partida de 20 cavalos a Vilar del Rei.» Esta fôrça rebanha 400 rezes do inimigo, que, após várias escaramuças, ficam em poder dos nossos. Nesta campanha de 1641, exercita os seus soldados em encontros com o inimigo, para de bisonhos os tornar aguerridos. (Ob. e tómo cit., págs. 230-231).

No ataque a Valverde, em 28-10-1641, «quando subia a trincheira, caindo-lhe uma grande pedra na cabeça, o obrigou o golpe a perder o sentido; porém tornando depressa em seu acôrdo, continuou valorosamente a primeira resolu-

ção, mostrando-lhe o coração presago que é tal a brevidade da vida, que convém lograr depressa o tempo, que aceleradamente nos leva à morte». (Ob. e tómo cit., pág. 234).

«Poucos dias depois dêste successo derrotou Aires de Saldanha a tropa que assistia em Vilar del Rei» e passou a Elvas. (Ob. e tómo cit., pág. 235).

— Ano de 1642

«Deu princípio aos (progressos que conseguimos na guerra) dêste ano o Mestre de Campo Aires de Saldanha: constou-lhe que alguns Castelhanos de Albuquerque vinham pescar aos Rios Xevora, e Botova, que dividem de Castela o contôrno de Campo Maior, e que continuavam êste divertimento na confiança de haverem crescido as águas dos rios com as do Inverno. Determinou Aires de Saldanha valer-se dêste descuido, mandou ao Capitão André de Albuquerque por Cabo de cem infantes, e cincoenta cavalos, com ordem que atacasse os que pescavam com poucos cavalos, e que destramente deixasse fugir alguns dêles, para que dando rebate em Albuquerque pudesse desbaratar a gente que daquela Praça viesse de socorro. Correspondeu o efeito à disposição; foram atacados por dez cavalos os que pescavam, ficaram prisioneiros sete, os outros se retiraram a Albuquerque, duas léguas distante. Acudiram ao rebate cincoenta cavalos, e outros tantos infantes que fâcilmente foram desbaratados, escapando só do perigo alguns, que não quizeram chegar a êle». (Ob. e tómo cit., pág. 316).

«Aires de Saldanha, ouvindo em Campo Maior o rebate (de terem os Castelhanos atacado o castelo de Ouguela, duas léguas distante de Albuquerque, e uma de Campo Maior)



acudiu logo a êle; mas quando chegou a Ouguela, já os Castelhanos se haviam retirado». (Ob. e tómo cit., pág. 317).

«Martim Afonso de Melo, Governador das Armas do Alentejo, ainda que havia conhecido o falso trato de António Mexia Capitão da Ordenança de Campo Maior, havendo êle pretendido justificar com várias provas a sua inocência, tolerava a comunicação de António Mexia com D. Guilherme de Burgo Irlandês, que governava Albuquerque. Aires de Saldanha, dando-lhe cuidado as muitas evidências que caluniavam António Mexia, determinou apurar o seu procedimento. Costumava êle dissimular as negociações com que enganava ambas as partes, levando com grande utilidade fazendas, que trocava por outras de Castela: êste trato se celebrava em um sítio entre Campo Maior e Albuquerque: e a conferir com António Mexia vinha dissimulado D. Guilherme com duas tropas que mostravam ser segurança das mercadorias. Querendo António Mexia acreditar a sua fidelidade, segurou a Aires de Saldanha entregar-lhe a Dom Guilherme, e as duas tropas. Aires de Saldanha, com permissão de Martim Afonso, aceitou a oferta, e levando António Mexia com atenção, e segurança, marchou ao sítio costumado das conferências com 400 cavalos de Elvas, e Campo Maior, e 500 infantes: porém não aparecendo nem as tropas, nem D. Guilherme, prendeu António Mexia; remeteu-o a Martim Afonso, que mandou a Lisboa, e pagou morrendo no Limoeiro a falsidade do seu procedimento. Aires de Saldanha correu a Campanha de Vilar del Rei, e saíndo duas tropas a embaraçar-lhe a presa, que trazia, as carregou até dentro da Vila, e lhes tomou alguns cavalos». (Ob. e tómo cit., págs. 319-320).

«Nestes dias havia Aires de Saldanha mandado várias vezes a Castela partidas grossas, que se recolheram com muitos cavalos, com que as tropas se engrossavam, animando-se a maiores empresas». (Ob. e tómo cit., pág. 321).

Tomou parte no ataque à Codiceira, lugar entre Albuquerque e Arronches, «duas léguas distante desta Praça. Chegado lá, na manhã de 27 de Abril, dividiu, com o também Mestre de Campo D. João de Sousa, a infantaria e dispô-la para o assalto. Depois, «arrojaram-se todos às trincheiras, que fácilmente levaram», porque a companhia de infantaria e a de cavalaria que presidiavam o lugar, «e os moradores se recolheram para o castelo». Não puderam os nossos tomá-lo; «porque as prevenções não eram proporcionadas à resolução: saqueou-se, e queimou-se o lugar, e as tropas destruíram alguns pisões, e casas do termo, de que a todos os soldados resultou utilidade: ficaram alguns feridos, entre êles o Tenente General de artilharia Paulo Vernol Italiano». (Ob. e tómo cit., pág. 322).

— Ano de 1643.

— No princípio da campanha de 1643, toma parte no ataque às tropas castelhanas de Badajoz que protegiam gado entre Xevora e o Guadiana, sendo-lhe confiada a missão de defender um pôrto de Xevora. (Ob. cit., págs. 376 e 377).

— 10 de Setembro: No ataque à Praça de Valverde, que se renderia ao cabo de três dias de luta, João de Saldanha de Sousa, Aires de Saldanha, e Estácio Pique, com os seus Terços, «ganharam umas ruínas quási iguais às trin-



cheiras (da Praça), donde o inimigo recebia considerável dano. D. João da Costa fêz jogar a artilharia das duas eminências de S. Pedro, e Mártires com pouco efeito; e por esta causa mandou a Olivença buscar dois meios canhões. . . Aires de Saldanha, das ruínas onde assistia, deu princípio a um aproche, em que trabalhavam igualmente com os soldados as pessoas mais principais que andavam no exército. . . Foi de grande utilidade esta empresa (a expugnação de Valverde): porque Valverde era contínua moléstia de Olivença, e dos mais lugares vizinhos; e entrando o exército a campear com bom sucesso, lograva-se o fim para que fôra formado, que era a reputação das Armas, e a diversão de Catalunha, suspendendo os socorros daquela parte o cuidado desta». (Ob. e tómo cit., págs. 380 381).

— 29 de Setembro: Matias de Albuquerque marcha, de Olivença contra Alconchel, que dela dista três léguas, e põe-lhe sítio. Alconchel tinha castelo, presidido por 300 infantes e com meios para resistir a longo cêrco, estando a vila cercada de trincheira, terraplanada a igreja e dispostos os moradores a defenderem-se aí, como em dois baluartes. Contudo a guarnição rende-se no mesmo dia em que o nosso exército ali chega.

No ataque ao castelo, «João de Saldanha e Aires de Saldanha levantaram uma trincheira, pela qual se comunicaram com a Ermida que se havia occupado, e de uma e outra parte se foram ganhando postos, favorecidos os soldados que se melhoravam de terreno das mangas de mão posta, as quais com fogo vivo não davam lugar aos do Castelo a poderem atirar como desejavam», o que muito contribuiu para a vitória das armas portuguezas. (Ob. e tómo cit., págs., 387-389).

— Ano de 1644.

Na campanha dêste ano, que teve por teatro a Província de Alentejo, e que Matias de Albuquerque, Governador das Armas dessa Província, dirigiu, Aires de Saldanha é Mestre de Campo dum dos 9 Terços em que se divide a nossa Infantaria. (Ob. e tómo cit., pág. 461).

26 de Maio: Batalha de Montijo. Nesta batalha famosa, «os mortos de maior pôsto e qualidade foram os Mestres de Campo Dom Nuno Mascarenhas, e Aires de Saldanha, os quais pelejaram largo espaço com valor insigne, e acções dignas de eterna memória». (Conde da Ericeira, ob. e tómo cit., pág. 469).

— «Digo-o Senhor para que Vossa Majestade mande dar muitas graças a Deus, e fazer honras, e mercês, que da Real grandeza de Vossa Majestade se devem esperar, e merecem o General da Artilharia, que procedeu com admiração, e com esta vi fazer tudo ao mestre de Campo Luiz da Silva Teles, que teve grande parte nesta vitória, e os Mestres de Campo João de Saldanha, Francisco Melo, e Martim Ferreira, porque Aires de Saldanha, e Dom Nuno Mascarenhas, deram as vidas, como as expunham cada dia, pela defesa da sua pátria, e serviço de Vossa Majestade...» (Relação da batalha de Montijo por Matias de Albuquerque, datada de 27-5-1644 em *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador em França* — Publicadas e prefaciadas pelo Académico titular fundador (da Academia Portuguesa de História) P. M. Laranjo Coelho — Vol. I, MCMXL, págs. 151-152).



6 — *António Francisco de Saldanha de Albuquerque*

*Comendador da Savacheira e de Alencarças, Alcaide mor de Soure*

— Ano de 1657

— 16 de Maio: «Foi ferido no assalto a Badajoz». (Os seis Condes Saldanhas, cap. II, § 4.º).

— Do malogrado assalto a Badajoz, os feridos que deram mais cuidado foram o Conde de Penaguião, o Mestre de Campo Simão Corrêa da Silva e «António Francisco de Saldanha, herdeiro da casa e valor de seu Pai Aires de Saldanha, com uma bala em uma perna». (Conde da Eriçeira, ob. cit., t. II, pág. 40).

5 — *António de Saldanha*

*Capitão de Infantaria da Armada*

— «Foi à restauração de Pernambuco», em 1654. (José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo Branco. (Ob. cit., pág. 54).

— «Serviu nas Armadas da Costa e de Capitão de Infantaria na que foi a Cadiz no ano de 1636, e com o mesmo p.osto ia para o Brasil na Armada que foi à Restauração de Pernambuco, de que era General o Conde da T.orre D. Fernando Mascarenhas, em que morreu de doença na costa da Guiné. (Caderno F — Da Casa da Junqueira de Saldanhas de Albuquerque. Ms. de 1750, pertencente ao Arquivo da Casa das Alcáçovas).

4 — *António de Saldanha de Albuquerque, «O Cativo»*

*Comendador de N.ª Sr.ª da Conceição da Savacheira  
e de S. Martinho de Lagares*

— «De idade de 14 anos principiou a servir el Rei em África, sendo fronteiro em Tanger com seu Pai, e lá o cativaram os Mouros onde esteve quási quinze em Marrocos, e por se dilatar tanto o resgate por causa de certos negócios da Corôa lhe ficaram chamando o cativo, e depois foi Capitão de Cavalos e Mestre de Campo». (*Ms. cit.*, pertencente ao Arquivo da Casa das Alcaçovas).

— «Na vanguarda do exército (que, a 17-6-1665, saíu de Estremoz, sob o comando do Marquês de Marialva, para socorrer Vila Viçosa, atacada pelas tropas castelhanas do Marquês de Caracena, e que as venceu na famosa batalha de Montes Claros) marchava António de Saldanha, Mestre de Campo de Auxiliares da Comarca de Tomar, com quinhentos infantes de todos os Terços e Auxiliares que levavam ferramentas, para abaterem os valados e facilitarem os passos difficultosos». (Conde da Ericeira, ob. e tómo cit., pág. 702).

— «Na batalha de Montes Claros (no mesmo dia 17) os inimigos «reforçando o combate com mais dois Terços, degolaram parte da (nossa) infantaria solta, com que marchava o Mestre de Campo de Auxiliares António de Saldanha na vanguarda do exército, perdendo êle valorosamente a vida». (Ob. e tómo cit. pág. 716).



6 — *João de Saldanha de Albuquerque*

*Comendador da Savacheira, de Lagares e Alencarças, Capitão General da Madeira e Mazagão*

— Ano de 1667.

— «... depois de ter estudado alguns anos em Coimbra, assentou praça de soldado na Província de Alentejo; foi Capitão de cavalos, e prisioneiro pelos Castelhanos no ano de 1667, e depois Governador e Capitão General da Ilha da Madeira, etc.». (D. António Caetano de Sousa, ob. e tómo cit., págs. 355 e 356).

6 — *Luís de Saldanha de Albuquerque*

*Comendador da Savacheira, de S. Martinho de Lagares e de Alencarças, Alcaide mor de Soure*

— Durante o sítio de Badajoz, pelas tropas portuguesas, que durou 4 meses, desde 13-6-1658 até 11-10-1658, «particularizou-se neste dia (22 de Julho) o Conde Camareiro mor com sinaladas acções dignas de memória e louvor, Luís de Saldanha de Albuquerque, Aires de Sousa e Roque da Costa Barreto». (Conde da Ericeira, ob. e tómo cit., pág. 112).

— Em 14-1-1659, «marcha na frente do exército que acomete a linha d'Elvas». (Ob. e tómo cit., pág. 204).

— «Serviu na guerra, e foi Capitão de Infantaria, e de Cavalos de Couraças; achou se no sítio de Évora em 1663, e em outras ocasiões». (D. António Caetano de Sousa, ob. e tómo cit., pág. 355).

5 — Sancho Dias de Saldanha, Conjurado de 1640

*Capitão de cavalos*

— Foi um dos 18 fidalgos que, na manhã de 1-12-1640, acometeram os aposentos de Miguel de Vasconcelos, no Paço da Ribeira. (Cf. Conde da Ericeira, ob. cit., t. 1, págs. 100-101).

— «...foi por soldado no exército do ano de 1643». (*Ms. cit.*, pertencente ao Arquivo da Casa das Alcaçovas).

— «Senhor — Por estarem vagas as companhias de cavalos couraças que foram a uma de Manuel da Gama e Jorge de Melo e a outra de Gabriel de Lorans. e convir muito que Vossa Majestade se sirva lhe mandar dar Capitães. Nomeio para a de Jorge de Melo aos Capitães de infantaria Sancho Dias de Saldanha, Henrique de Figueiredo e Fernão de Mesquita por ser bem notório os serviços e valor destes sujeitos. Etc. Elvas em 26 de Outubro de 1646 — O Conde de Alegrete». (*Cartas dos Conservadores da provincia do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI* — Publicadas e prefaciadas pelo Académico titular fundador (da Academia Portuguesa de História) P. M. Laranjo Coelho. Lisboa 1940, vol. II, pág. 135).

— «...achou-se na Aclamação del Rei D. João IV, a quem serviu na Provincia de Alentejo, e foi morto, sendo Capitão de cavalos, em um choque com os Castelhanos no ano de 1652». (D. António Caetano de Sousa, ob. cit., t. XII, P. I, págs. 580-581).



CASA DOS CONDES E MARQUESES DE RIO MAIOR  
SALDANHAS DO MORGADO DE OLIVEIRA5 — *António de Saldanha**Capitão de cavalos*

— «serviu na Guerra e foi Capitão de Infantaria, e de cavalos e morreu Religioso da Companhia de Jesus». (D. António Caetano de Sousa, ob. cit., t. v, pág. 370).

Prestou bons e aturados serviços na guerra, como o reconheceu o Mestre de Campo General Joane Mendes de Vasconcelos, que, quando governava as Armas da Província de Alentejo, na ausência do Conde de Alegrete, escreveu a D. João IV as duas cartas (1) seguintes:

— «Senhor — O capitão de cavalos António de Saldanha faz a Vossa Majestade a petição inclusa, e porque é merecedor de Vossa Majestade lhe fazer mercê, por tôdas as razões que alega nela, me parece que devia acompanhá-la com esta carta para que Vossa Majestade tenha entendido que será mui bem empregado neste fidalgo o bom despacho com que Vossa Majestade fôr servido premiá-lo. Nosso Senhor guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como seus vassallos havemos mister. Elvas 7 de Dezembro de 1646 — Joane Mendes de Vasconcelos».

---

(1) *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El Rei D. João IV* — Publicadas e prefaciadas pelo Académico titular fundador (da Academia Portuguesa de História) P. M. Laranjo Coelho. Lisboa, 1940, vol. I, págs. 117 e 215.

— «Senhor — O capitão de cavalos António de Saldanha anda muito mal parado e necessitado de cura para o que me pediu licença: eu lha dei; é fidalgo que tem servido nestas fronteiras de anos a esta parte; representando-me também que neste tempo se lhe não havia nunca dado licença nem êle havia feito ausência; êstes e outros respeitos me obrigaram a conceder-lhe o que me pediu nesta matéria, e tôda a mercê que Vossa Majestade lhe fizer será mui digna de sua grandeza. Deus guarde a Pessôa Real de Vossa Majestade como todos seus vassallos havemos mister. Elvas em 14 de Dezembro de 1647 — Martim Afonso de Melo» (1).

— António de Saldanha obteve a licença pedida, como se conclue da carta seguinte (2):

— «Senhor — Como o tempo está tão entrado em verão convém agora muito mais que a nossa cavalaria, que é o com que se há-de obrar tudo, esteja com officiaes, e principalmente capitães, porque de tôdas as companhias está a mór parte delas sem êles, como é a do capitão . . . , a de António de Saldanha governa outro tenente. Elvas em 29 de Março de 1648 — Martim Afonso de Melo».

António de Saldanha, voltou a servir no exército, como o comunica Martim Afonso de Melo a el Rei D. João IV, na carta seguinte (3):

— «Senhor — Um dia dêstes chegou a esta fronteira de

---

(1) Nomeado Governador das Armas da Província de Alentejo em 1647.

(2) Ob. e vol. cit., págs. 241-242.

(3) Ob. e vol. cit., pág. 260.



Elvas o capitão reformado de cavalos António de Saldanha o qual vem servir nela a Vossa Majestade, e desejo eu muito ver êstes e outros fidalgos mancebos empregados nesta occupação para que Vossa Majestade tenha muitos sujeitos em quem possa prover os postos da guerra; tem assentado praça em uma companhia até que se ofereça occasião de o propor a Vossa Majestade para outra cousa de seu serviço, pareceu-me que corria obrigação de o dizer a Vossa Majestade como o faço por esta. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como todos seus vassallos havemos mister. Elvas em 12 de Maio de 1648 — Martim Afonso de Melo».

4 — *António de Saldanha, Conjurado de 1640*

*Alcaide mor de Vila Real*

— «Foi capitão mor das naus da Índia no ano de 1633, e depois um dos principais que se acharam na Aclamação do Senhor Rei D. João IV no ano de 1640, e General da Armada, que foi a restaurar a Ilha Terceira; e últimamente Governador da Tôrre de Belém». (D. António Caetano de Sousa, ob. e tómo cit., pág. 367).

— Entre os Conjurados que, em 12-10-1640, estiveram reunidos no jardim da casa de D. Antão de Almada, ao Rossio, e aí resolveram enviar Pedro de Mendoça ao Duque de Bragança, para persuadi-lo a aceitar a corôa, contava-se António de Saldanha. (Conde da Ericeira, ob. e tómo cit., pág. 88).

— Ano de 1640.

— 30 de Novembro: Leva a João Pinto Ribeiro a notí-

cia de que os Fidalgos conjurados mantêm o propósito de ser no dia seguinte a Revolução.

— 1 de Dezembro: Sobe, com o seu parente Bartolomeu de Saldanha e outros Fidalgos, aos quartos da Vice-Rainha, Duquesa de Mântua, no Paço da Ribeira, entrando nêles, após breve, mas viva luta. Como a Duquesa lhes dissesse que, se não prosseguissem, Sua Majestade lhes perdoaria, respondeu que «não havia outra Majestade senão a de el Rei D. João IV, Duque de Bragança». Por ordem escrita dos Governadores dêstes Reinos, que a Nobreza aclamou na ausência do Duque de Bragança, a saber, o Arcebispo Primaz e o de Lisboa, assume, como Coronel, com amplos poderes, o comando dum Têrço, para com êle guardar a cidade e evitar distúrbios e desacatos, o que cumpriu, evitando também que o Mestre de Campo General D. Diogo Cardenas, assistente ao govêrno da Vice Rainha, entrasse no Castelo de S. Jorge, a reforçar a sua guarnição castelhana.

— Noite de 1 para 2: Recebe dos mesmos Arcebispos Governadores ordem escrita — que cumpriu — de sitiar o referido Castelo, e poderes — que exerceu — para chamar, quando quizer, tôdas as Companhias de privilegiados.

— 2 de Dezembro: Intima D. Luís del Campo, Governador do dito Castelo a render-se. O Governador capitula.

— 3 de Dezembro: Por ordem escrita dos Arcebispos Governadores, leva sob prisão, para o Castelo de S. Jorge, onde ficam incomunicáveis, os Conselheiros da Fazenda, Tomás Ibio Calderon e Fernando Albia de Castro, e o Mestre de Campo, Mexia Bôca negra.



— De 4 a 6 de Dezembro: Recebe ordens e poderes para assoldadar no exército português os Capitães e soldados das guarnições castelhanas de Lisboa, e legalizar-lhes a sua situação.

— 15 de Dezembro: Na cerimónia da Coroação de D. João iv, presta-lhe preito de homenagem, jurando sôbre os Santos Evangelhos recebê-lo por seu Rei e Senhor verdadeiro e natural.

— 29 de Dezembro: Eleito, por D. João iv, vogal do seu Conselho de Guerra, é nomeado Governador da Tôrre de Belém.

— Ano de 1641.

— 28 de Janeiro: Assina, com outras pessoas principais, o Auto de notificação do Juramento que os Três Estados fizeram a el Rei D. João iv, e do Juramento, preito e homenagem, que os referidos Três Estados fizeram ao Príncipe D. Teodósio.

— 7 de Fevereiro: D. João iv encarrega-o e a Jorge de Melo, de prender, por suspeitas de traição, o Conde de Tarouca (Duarte Luís de Menezes), e D. João Soares de Alarcão, respectivamente Governadores Capitães Generais de Tanger e de Ceuta, embarcados num navio surto no Tejo. Porém o navio sai com êles a barra a tempo de não poderem ser presos.

— 28 de Julho: Cumpre, com Pedro de Mendoça, a missão de prender o Duque de Caminha, envolvido na conspiração de seu pai, o Marquês de Vila Real.

— Ano de 1642.

— 22 de Fevereiro: É elevado, por D. João IV, a Capitão Geral de Mar e Guerra para comandar a expedição enviada pelo Rei aos Açores, devendo-lhe obediência o Capitão da Armada expedicionária, todos nela embarcados, as tropas e os habitantes dos Açores.

— 13 de Março: Recebe, do Rei, poder e jurisdição sobre a administração da justiça e da fazenda nos Açores, e comissão, com amplísimos poderes, para aceitar a rendição da fortaleza de S. Filipe do Monte Brasil, da Cidade de Angra.

— 15 de Março: Parte de Lisboa para os Açores, na Armada expedicionária, composta de 5 caravelas, em que vão 300 infantes, munições e artilharia grossa. Mas, ao aportar em Angra, acha rendida a fortaleza de S. Filipe. Desembarca na cidade, sendo recebido com grande solenidade.

Congraça os Terceirenses, politicamente desavindos. Levanta um Terço. Cunha a moeda, valorizando-a. Forma duas companhias de cavalaria.

— 16 de Agosto (1): Volta para Lisboa, nas referidas 5 caravelas e mais duas navetas, tendo dado cumprimento às ordens recebidas, «deixando a Ilha em paz e socêgo, procedendo sempre nela com grande dispêndio da sua fazenda e aumento da de Sua Majestade, não havendo cobrado sôldo de S. M.<sup>de</sup> nem êle nem criado algum seu, sendo que todos

---

(1) Esta data colhemo-la a pág. 131 do livro *O Castelo de S. João Baptista da Ilha Terceira e a Restauração de 1640*, do sr. Capitão Spinola de Melo.



serviram com grande pontualidade por conta e dispêndio d'êles no que fêz considerável despesa».

— Ano de 1643.

— 3 de Agôsto: Passa a assistir em Elvas, com 9 soldados montados e seis capitães reformados, à sua custa.

— 29 de Agôsto: Carta do Rei, a comunicar-lhe que será Governador da Praça de Elvas, enquanto o exército andar em campanha. Aceita, por patriotismo a comissão, pôsto que haja ocupado postos muito maiores.

— 6 de Setembro: Começa a exercer o Govêrno da Praça de Elvas e o da Província do Alentejo. Na cidade ficaram 2.000 infantes de guarnição. Passa a ter mais três soldados à sua custa. Mantém assim, do seu bôlso, 12 soldados bem montados, armados de cravinas e pistolas, 6 capitães reformados e mais criados seus, com os quais acode aos rebates diurnos e nocturnos, protege muitos combóios, ronda e bate as estradas e descobre o inimigo, quando êle invade o nosso território. Disso o avisam vigias que traz ordinariamente no campo, «em que tudo dispendeu muito da sua fazenda». Assiste pessoalmente nas rondas e vigias da muralha com grande vigilância e cuidado.

— 10 de Setembro: Começa o assédio de Valverde, que, após três dias de resistêcia, se rende aos nossos. Para que os castelhanos, ali sitiados, não pudessem receber socorros, contribuiu António de Saldanha com diversões das tropas sob o seu mando tendo influído, certamente na qualidade de Governador do Alentejo, na marcha das operações.

— 11 de Setembro: Tendo-se queixado ao Rei, da falta de cirurgião para os feridos que dos campos de batalha recolhiam a Elvas, e eram muitos, escreve-lhe D. João IV a comunicar-lhe que vai mandar para ali um cirurgião e dois ajudantes.

— 17 de Setembro: O rei, em carta desta data, entrega ao prudente arbítrio de António de Saldanha a resolução da divergência suscitada entre êle e o Conde de Óbidos, Comandante do Exército do Alentejo que requisitara para operações da campanha soldados da praça de Elvas, não querendo o Governador dela satisfazer a requisição para não a desgarnecer.

— 2 de Outubro: Em carta, o Rei agradece-lhe ter cedido duas mulas do seu coche para transporte de artilharia, por haver falta de solípedes.

— 25 de Outubro: O Rei, em carta, concede-lhe licença para vir tratar de negócios a Lisboa, e escreve: «E à vista vos agradecerei o bem que me servistes nesta ocasião, que é o mesmo que fizestes em tôdas as de meu serviço».

No fim de Outubro, regressa a Lisboa.

— Durante a campanha de 1643 cuidou da defesa de Elvas e mandou constantes notícias, do que ia ocorrendo, ao Rei D. João IV, que lhas agradeceu em cartas que ainda existem.

— 31 de Outubro: O Doutor Vicente de Albuquerque, do Desembargo de Sua Majestade, seu Corregedor com Alçada na cidade de Elvas e sua Comarca e servindo nela de Capitão-mor, atesta que António de Saldanha teve grande



Nome no tempo do seu govêrno da dita praça (de Elvas) assim na guerra como na justiça que a todos fazia com grande igualdade e suma brevidade.

— Ano de 1644.

— 15 de Junho: El Rei, em carta, agradece-lhe os seis cavalos que enviou a servi-lo no exército do Alentejo.

— Em carta, D. João IV recomenda-lhe que, a-fim de descansar, venha quanto antes para Lisboa, onde lhe agradecerá os serviços que lhe fêz. Havendo porém notícias de que o inimigo vem sôbre Elvas, António de Saldanha fica lá para servir o seu Rei e a Pátria, e coopera no malôgro do ataque àquela praça, pelo «bom ânimo, vontade e assistência com que procura acudir à sua obrigação em ocasião tão arriscada e de tanto crédito e reputação para as armas del Rei», que se lhe confessou «muito grato por tão particular serviço».

— Ano de 1645.

Na campanha dêste ano, o Governador da Fortaleza de Belém envia três cavalos montados para o serviço del Rei na Província do Alentejo.

Esta Fôlha de Serviços de António de Saldanha foi extraída dos documentos originaes autênticos, compilados sob o n.º 7 do Maço 10.º de *Immediatos*, do Arquivo da Casa do Rio Maior, transcritos na nossa monografia *Serviços de António de Saldanha prestados na Aclamação del Rei D. João IV e na Restauração de Portugal*, que faz parte do 1.º tomo da obra *A Nobreza da Restauração de Portugal — Documentação inédita de seus feitos*.

5 — *João de Saldanha de Sousa, Conjurado de 1640*

— «...e tendo servido no Paço à Rainha D. Isabel de Bourbon, depois em África, achou-se na Aclamação do Senhor Rei D. João IV. a quem serviu na guerra, em que ocupou vários postos: era Mestre de Campo na batalha de Montijo; nesta, e em outras ocasiões de honra se distinguiu: foi Tenente General de Cavalaria da Província da Beira, que governou, e últimamente Governador das Armas de Setúbal, e Deputado da Junta dos Três Estados». (D. António Caetano de Sousa, ob. cit., tomo XI, pág. 241).

— Foi um dos 18 fidalgos que, na manhã de 1-12-1640, acometeram os aposentos de Miguel de Vasconcelos, no Paço da Ribeira. (Cfr. Conde da Ericeira, ob. e tom. cit., págs. 100-101).

— Ano de 1640.

— Assiste às reuniões dos conjurados, iniciado na conjura por seu Tio António de Saldanha.

— 30 de Novembro: Na noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro vigia o Terreiro do Paço e as portas das casas onde residem pessoas suspeitas de poderem denunciar a projectada revolução.

— 1 de Dezembro: No assalto ao Paço da Ribeira é um dos primeiros a atacar a guarda tudesca, antes de acometer os aposentos de Miguel de Vasconcelos. Na noite de 1 para 2, guarda a porta e a costa do castelo de S. Jorge, com algumas companhias de Infantaria, que lhe confiou



António de Saldanha, para isso; e persiste no desempenho dessa missão até que no dia 2 a guarnição castelhana do Castelo se rende.

— 17 de Fevereiro: Por Alvará desta data, é nomeado Tenente General da Cavalaria da Província da Beira. Nessa Província e na de Trás-os-Montes forma tropas de cavalaria, «armando-as e exercitando-as com grande trabalho e dispêndio de sua fazenda».

— De 11-11-1641 a 15-3-1642: Governa as Armas da Província da Beira, «com grande aceitação de tóda ela, fazendo trabalhos nas fortificações, que êle mesmo, com grande ciência, desenhava». Avisado de que o inimigo planeia atacar Almeida, parte para essa praça e lá permanece, até se desvanecer o perigo.

— Ano de 1642.

— Mês de Março.

— Entrega o Govêrno da Província a Fernão Teles de Meneses. Vai com cem cavalos para a Praça de Alfaiates. Como represália do ataque ao lugar de Forcalhos, ataca, por sua vez, a rica e populosa vila de Cazilhas, que saqueia, e regressa a Alfaiates com prisioneiros e gado que arrebanhou, havendo-se em tóda esta acção com grande valor e prudência.

— Mais tarde, comanda a vanguarda do exército de 2.000 infantes e 200 cavalos no ataque a Valverde, e na tomada de vila e do castelo de Elges. Faz derrubar uma trincheira junto de Valverde que o conta entre os que primeiro a acometem. Recolhe com as fôrças portuguezas a Penamacôr e, poucos dias depois, toma parte na sortida dos

nossos e no desbarato dos castelhanos sitiantes da vila e do castelo recentemente perdidos. No ataque a S. Martinho de Trebejo, a sua cavalaria guarda as estradas e evita a vinda de reforços para a vila, que é tomada e incendiada, tendo morrido 120 castelhanos.

— 5 de Maio: D. João iv agradece-lhe, em carta, os seus serviços, e louva o zêlo e ânimo com que o serviu.

— Comanda a vanguarda do exército português na tomada da Vila de Aldeia do Bispo, importante posição estratégica, e repele os reforços inimigos, que intentam socorrê-la. Na defesa dela morrem 120 castelhanos, sendo aprisionados 120. Alguns dias depois, derrota, no lugar de Galegos, 60 cavaleiros e toma 10 cavalos. Lança fogo a Castelejo.

— 9 de Junho: D. João iv, em carta, diz-lhe, relativamente à tomada da Aldeia do Bispo, e de Castelejo, que entende haver êle procedido bem, nessas acções, com ânimo e zêlo. Em certidão de 4-7-1657, D. Álvaro de Abranches, que pela primeira vez governou a Província da Beira, desde o princípio de 1641 até ao princípio de Março do ano seguinte, atesta que, em todo o tempo dêsse seu govêrno, «procedeu João de Saldanha com grande valor em tudo que o encarregou».

— 18 de Agôsto: Carta régia a mandá-lo para o Alentejo.

— 16 de Novembro: Chega ao Alentejo, e serve na Província transtagana, com 12 criados seus e 4 cavalos à sua custa.



— Ano de 1643.

— Abril: É chamado a Lisboa, para tornar à Beira.

— Pouco depois é novamente mandado para o Alentejo, que os castelhanos ameaçam.

— 16 de Maio: D. João iv, por Patente desta data, nomeia-o Mestre de Campo dum Terço do Alentejo.

— Recruta soldados nas comarcas de Évora e Elvas.

— Mês de Setembro: Saindo o exército a campanha, vai nêle com o seu Terço, que estava aquartelado em Elvas, e toma parte nas operações militares, «gastando muito de sua fazenda com os soldados e camaradas», que alimenta à sua custa.

— 10 de Setembro: Chega o exército a Valverde, praça bem defendida e de importância estratégica; João de Saldanha toma esforçadamente um posição próxima, onde constroe, a peito descoberto, uma trincheira e paralisa, com fogo contínuo de mosquetaria, os contra-ataques do inimigo. Rendendo-se ao cabo de três dias a praça, conduz a Jeromenha os vencidos.

— Durante o ataque a Badajoz, ocupa os postos mais avançados. No Conselho convocado pelo Conde de Óbidos, Governador das Armas da Província de Alentejo, que a resistência oposta pelos castelhanos surpreendeu, opina que se prossiga na acção, cuja responsabilidade lhe não cabe, porque não esteve no Conselho que resolveu desencadeá-la, acrescentando que, se fôr tida por duvidosa a sua opinião, consultem o Rei. Resolvendo o Conde de Óbidos seguir o parecer dos que propõem o abandôno da empresa e sitiarem se logares menos difíceis de tomar, como Alconchel,

Cheles e Vila Nova del Fresno, João de Saldanha protege eficazmente, com a sua cavalaria, a retaguarda do nosso exército, que retira de Badajoz.

— No vitorioso ataque à praça de Alconchel, ocupa uma posição a um tiro de arcabuz do castelo, constroee nela uma trincheira, dá duas avançadas sôbre a muralha, e ali se conserva até à rendição do inimigo.

— Toma rápidamente o arrabalde de Vila Nova del Fresno, defendida por um castelo, 600 infantes, 60 cavalos e alguns paisanos; abre uma trincheira, em cuja construção colabora pessoalmente sob o fôgo da artilharia e da mosquetaria do castelo, subsidiando do seu bôlso os soldados, para que trabalhem com diligência.

— Combate na tomada da vila e castelo de Figueira de Vargas, que contava 400 habitantes, atestando o Conde de Soure, do Conselho de guerra, que, em tôdas estas acções, «foi sempre muito vigilante nas rondas e sentinelas e mais exercícios militares».

— Mês de Novembro: Começa a governar interinamente a praça de Elvas e continua a governá-la até Março de 1644, dando grande incremento às obras de fortificação da cidade, saindo da fortaleza com infantaria e cavalaria, para repelir das cercanias a cavalaria castelhana incursora, que se vê obrigada a retirar.

Em certidão, com data de 30 de Maio de 1645, atestam o Juiz, e os Vereadores e Procuradores da cidade de Elvas, que durante todo o tempo que nela assistiu, quer como Mestre de Campo, quer como Governador das Armas, procedeu sempre «com muita inteireza e limpeza, mostrando grande zêlo no serviço de Sua Majestade, sendo pessoa de grande exemplo».



— Ano de 1644.

— 16 de Maio. O seu Terço é escolhido com outros dois para atacar a praça de Albuquerque. Desiste do intento Matias de Albuquerque; e as tropas, que deviam tomar parte na execução do plano abandonado, marcham contra o rico e populoso lugar de Vilar de Rei e a vila de Amamanete, que conquistam e destroem.

— 26 de Maio: Toma parte importante, como Mestre de Campo, na batalha de Montijo. Investe essa vila pela parte do Jardim do Conde, tomando posição e combatendo até à rendição do inimigo. Depois, com o seu Terço, toma a próxima vila de Puebla, incendiando-a, havendo antes mandado sair os moradores. Tendo devastado o campo dos adversários, as nossas fôrças, ao regressarem a Portugal são atacadas por poderoso exército formado de 7.000 infantes e 2.500 cavalos. Fere-se então a famosa batalha, que dura 8 horas e, nela, João de Saldanha, «sempre atento e valeroso» peleja desde a primeira investida, animando sempre a sua gente e dispondo-a «com grande acôrdo e prática militar». Luta corpo a corpo com um capitão da infantaria contrária e toma-lhe a espada. Após a vitória estrondosa, postos em fuga os castelhanos, quando as nossas fôrças voltam para Portugal, guarda o passo de Xevora, com mil infantes.

Em tôdas estas ocasiões procede «com grande valor, cuidado, e ciência militar» segundo atestado passado pelo Conde de Soure, General de Artilharia do Exército de Alentejo. Elogia sua acção na batalha de Montijo, Matias de Albuquerque, ao relatar essa batalha, como ficou assinalado na Fôlha de serviços de Aires de Saldanha de Albuquerque, Conjurado de 1640.

— 30 de Maio: Escreve-lhe pessoalmente D. João iv a carta seguinte, que dispensa comentários, e em que o itálico é nosso:

«Mestre de Campo João de Saldanha. Eu el Rei vos envio muito saudar. Conforme aos Avisos que tive da derrota que o meu exército deu ao inimigo em vinte e seis do presente, *não fugistes aos perigos que puderam acabar tão valerosos vassallos como os do apelido Saldanha, que perdi naquêle dia, com tanto sentimento meu*, quanto testemunhará a boa vontade com que sempre mandarei fazer mercê a seus filhos e a todas suas cousas. *Agradeço-vos muito o particular serviço que me fizestes em ocasião tão grande como esta foi*, podereis estar certo que assim como não falto no conhecimento do que mereceis, não faltarei em vos fazer todo o favor e mercê que houver lugar. Escrita em Alcântara a trinta de Maio de mil seiscentos quarenta e quatro. — Rei — Para o Mestre de Campo João de Saldanha».

Os valerosos vassallos do apelido Saldanha que morreram na batalha de Montijo, a baterem-se pelo seu Rei e pela Pátria, e cuja perda D. João iv tanto sentiu, foram, como já referimos, o Mestre de Campo Aires de Saldanha, o Capitão de cavalos João de Saldanha da Gama, e o Capitão de Infantaria Bartolomeu de Saldanha, tendo entrado nela, como também registámos, cinco. De todos estes combatentes da batalha de Montijo, fazemos menção, nos logares próprios dêste nosso trabalho.

— 1 de Dezembro: Cerca Elvas o Marquês de Torrecusa. Defende João de Saldanha, com a sua gente, a porta chamada de Évora; guarnece de soldados certo lanço das muralhas e constitue com outros reserva que acuda a pon-



tos previamente determinados, quando seja preciso: dêse lado começam os castelhanos a sofrer revezes. Não descansa nem de dia nem de noite, sempre atento e vigilante.

— 6 de Dezembro: Saindo de Elvas cercada, ocupa o pôsto de S. Paulo e socorre o do Casarão de Santa Luzia. Como é sabido, o inimigo começou a retirar de Elvas na noite de 7 de Dezembro, e, às primeiras horas de 8 de Dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição todo o exército castelhano batia em retirada.

— Ano de 1645.

Mês de Maio: O Conde de Castelo Melhor, agora Governador das Armas da Província de Alentejo, fala a João de Saldanha na conveniência de se tomar Badajoz, e só com êle comunica sôbre êsse projecto.

— 1 de Agôsto: João de Saldanha sai de Elvas, a acompanhar o Conde de Castelo Melhor que vai assaltar de surpresa Badajoz. Compõe-se de 5.500 infantes, 1.200 cavalos e 8 peças de artilharia o exército português atacante. Cabe ao terço de João de Saldanha investir a porta de Santa Marinha, pela qual o grosso das tropas deverá entrar na Praça. Malogra-se a tenção do Castelo Melhor, segundo o qual, teríamos alcançado o êxito apetecido, se a todos os que tomaram parte na emprêsa os houvesse animado o zêlo, o valor e o desejo de ganhar honra que animavam João de Saldanha.

— 5 de Dezembro: Sai com o exército a campanha, gastando nela muito da sua fazenda para manter os camaradas que consigo leva. Por estar avisado o inimigo, as nossas

tropas não chegam a atacar Valença de Alcântara, como tencionavam.

— Tanto em campanha, como dentro de Elvas, em serviço de guarnição, não consente que os seus soldados cometam desmandos ou violências.

— Ano de 1646.

— Doente e sangrado, corre a Vila Viçosa, que os castelhanos, saídos de Badajoz, se propõem atacar. Daí passa a Elvas e opõe-se ao avanço do inimigo, pelejando valentemente. Pede depois licença para se ir curar a Lisboa; mas o Rei, que tenciona recommençar as operações militares no Alentejo, encomenda-lhe que ali continue, dissimulando os seus achaques, por ter na conta de muito importante a sua participação nelas.

— Governando a Província transtagana o Mestre de Campo General Joane Mendes de Vasconcelos, acompanha-o, com o seu Terço, no ataque à vila da Codiceira, e ao seu castelo, que se rende, sendo tudo arrasado, excepto a igreja, procedendo, conforme o testemunhou Joane Mendes de Vasconcelos, «com o valor, satisfação e acêrto com que se houve em tôdas as ocasiões».

— Julgando-se preterido pela nomeação de André de Albuquerque para Capitão General de Artilharia de Alentejo, deixa de servir no exército dessa Província (1).

---

(1) É esta a versão do Conde da Ericeira, segundo o qual a eleição de André de Albuquerque, aliás digno dela, occasionou «arrazoadá queixa nos Mestres de Campo Luiz da Silva, João de Saldanha e D. Sancho Manuel, por serem mais antigos». (Ob. cit., t. II, pág. 581).

Mas a carta do Conde de Alegrete, então Governador das Armas da Província de Alentejo, a el Rei D. João IV, que passamos a trans-



— Ano de 1648.

— Maio a Setembro: Reconduz soldados, faz levadas de infantaria e cavalaria, ajusta auxiliares, forma uma nova companhia de cavalos que manda para a fronteira, e organiza uma reserva de 500 homens, na Comarca de Santarém, com que gasta muito da sua fazenda. Adoece gravemente, sem que a doença lhe diminua o zêlo no serviço do Rei.

— 5 de Julho: Recebe do Rei a faculdade de nomear capitães para as duas companhias de auxiliares que formou, e o Sargento mor da Comarca.

— Em 5 cartas D. João IV agradece-lhe o cuidado e zêlo com que se desempenhou da sua missão na comarca de Santarém.

— Antes de deixar Santarém, manda lançar um bando

---

crever, filia em doença o desejo manifestado pelo Saldanha, de ser substituído no comando do seu Têrço:

— «Senhor — Havendo chegado a esta praça e tratando de dispor os terços que hão-de marchar achei ao Mestre de Campo João de Saldanha no último de sua vida de umas terças malignas, de que quando venha a escapar daqui a muitos tempos não será possível exercitar o cargo e porque não é conveniente ao serviço de Vossa Majestade que o terço saia a campanha sem Mestre de Campo, e João de Saldanha quer e estimará que Vossa Majestade proveja êste seu terço com mestre de campo e se Vossa Majestade ordenasse a Luiz da Silva que viesse a servir com êle nesta ocasião seria muito útil e conveniente ao serviço de Vossa Majestade, ou em sua falta a Dom Francisco de Azevedo, e na dêste a Luiz Gomes de Figueiredo; sôbre tudo mandará Vossa Majestade o que mais fôr servido. Guarde Nosso Senhor muitos anos a alta pessoa de Vossa Majestade para aumento da cristandade como ela há mister. Elvas em 31 de Agosto de 1646 — O Conde de Alegrete». (*Cartas dos Governadores da Província do Alentejo*, cit., vol. cit., pág. 68).

para saber se alguém se queixa dêle ou de qualquer criado seu, para mandar satisfazer o que deva.

— Ano de 1649: Começa a governar Setúbal e a sua comarca nas coisas tocantes à guerra. Só em 1652 lhe é passada a Patente de Governador das Armas de Setúbal. Exerce êste Govêrno durante 5 anos, sem nunca receber, por êle, remuneração. Cabendo-lhe de soldo 100\$000 reis mensais, deixa de receber, ao todo, 6.000\$000 reis, quantia, para o tempo, avultada, que emprega nas fortificações de Setúbal, ampliando e melhorando-as muito, merecendo-lhe também cuidado a fortaleza de Outão. Persuade o povo a contribuir para êsses grandes trabalhos. Faz uma leva de 100 soldados. Colabora com barcos, por êle equipados, nos combates da esquadra portuguesa contra a do Parlamento de Inglaterra, e na protecção às frotas do Brasil. Consegue que os setubalenses aceitem que se contrate o sal dali. Oferece-se para acompanhar e servir, como simples soldado, o Príncipe D. Teodósio que partiu para Elvas. Agradece-lhe o Rei o oferecimento e lho não aceita pela falta que faria em Setúbal. O Govêrno das Armas de Setúbal é a última comissão militar que exerce.

Esta fôlha de serviços de João de Saldanha de Sousa foi extraída da monografia *João de Saldanha de Sousa Morgado de Barcarena e Azinhaga, Comendador de Santa Maria de Santarém, de Santa Maria de África, e da Tôrre, na Ordem de Cristo; Fronteiro de Mazagão — na Restauração de Portugal*, com que o Conde de Azinhaga, seu descendente, colaborou no tómo 1 da obra: *A Nobreza na Restauração de Portugal — Documentação inédita de seus feitos*, sendo baseada essa monografia nos originaes e traslados autênticos (documentos inéditos) compilados sob o n.º 13 no Maço 7.º de *Imediatos*,



pertencente ao Arquivo da Casa de Rio Maior. Na referida monografia, o leitor encontrará desenvolvido o que acabamos de resumir.

CASA DOS CONDES DA TAIPA  
SALDANHAS DE SANTARÉM

5 — *Diogo de Saldanha de Sande*

*Comendador de Casevel e Pernes, Capitão mor  
de Santarém e Tomar*

Tendo prestado bons serviços no recrutamento de tropas, recebeu del Rei D. João IV a carta seguinte:

— «Muito folgo de ouvir o que Tomé de Sousa, vedor de minha Casa, me certificou do particular cuidado com que aí me servistes na ocasião das levas passadas, a que o mandei a essa comarca (de Santarém), que é o mesmo que sempre esperei de vós em seu serviço, de que estou com tôda a satisfação como em tôda a ocasião que se oferecer o entenderéis de mim; e porque de novo resolvi acrescentar nesta campanha o número da gente em forma que se possam alcançar os efeitos dos intentos dela torno a mandar Tomé de Sousa a continuar as levas de infantaria e carruagem, e convirá muito que vós o ajudeis; vos encomendo o mais apertadamente que posso, lhe assistais em tudo muito como costumais fazer e tenho por certo de vós. Escrita em Alcântara a 17 de Julho de 1646». (*Cartas de El Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino*, já cit., pág. 134).

De quanto D. João IV apreciava o zêlo e amor com que Diogo de Saldanha e Sande acudia ao seu real serviço em

tôdas as ocasiões que se lhe ofereciam, é também prova a carta que o mesmo soberano lhe escreveu, de Lisboa, a 12 de Novembro de 1646, e que adiante transcrevemos na fôlha de serviços de Joseph Francisco de Saldanha de Sande.

Na seguinte carta, o Rei Restaurador manifesta a confiança que depositava em Diogo de Saldanha de Sande, e o alto conceito que formava da autoridade que elle gosava:

— «Para Diogo de Saldanha em Santarém.

Fui informado que na eleição que se faz nessa vila de procuradores para as côrtes que determino celebrar com o favor de Deus, na vila de Tomar, a 20 do corrente, foreis um dos eleitos; e posto que vossos achaques poderão ser de algum impedimento à jornada por a distância ser tão breve, e negócio de tanta importância, e vossa pessoa e autoridade muito necessária para o que se tiver de tratar, vos encomendo muito queirais, por me dar contentamento, dispor--vos a fazer a jornada; e porque assim espero o façais mando escrever à Câmara não trate de eleição de outro procurador. Escrita em Lisboa a 15 de Abril de 649». (Ob. cit., pág. 291).

A doença não permitiu que Diogo de Saldanha fôsse a côrtes; assim o entendendo, escreveu o seguinte, em carta à Câmara de Santarém, el Rei D. João IV:

— «Pela resposta que Diogo de Saldanha fêz a minha carta entendi estava totalmente impossibilitado para vir a côrtes: pelo que vos ordeno façais logo eleição de segundo procurador chamando o povo na forma da ordenação. Escrita em Lisboa a 21 de Abril de 649.»

Porém, a doença, que não lhe permitia empreender a relativamente curta viagem de Santarém a Tomar, não arre-



fezia o seu zêlo no serviço do Rei que continuava a confiar nêlo, como se vê da carta régia seguinte:

— «Para Diogo de Saldanha.

Convém muito que nas comarcas de Santarém e Tomar que vos subordinei para escolherdes nelas soldados que havendo ocasião possam socorrer esta cidade se faça pelo menos uma boa companhia de cavalos para servir assim e da mesma maneira e nas ocasiões em que ha-de servir a infantaria referida: encomendo-vos muito particularmente escolhais nestas comarcas pessoas nobres com cabedal para poderem ter e sustentar cavalos que me hajam de servir nas ocasiões que se oferecerem, e do que nisto fôrdes fazendo ireis dando conta ao Marquês de Montalvão, do meu conselho de estado, e mestre de campo geral junto à minha pessoa, a quem informareis dos sujeitos que vos parecerem mais a propósito para que, dando-me conta, escolha dêles capitão a esta companhia, que procurareis tenha maior número de soldados que se puderem juntar. Escrita em Lisboa a 14 de Outubro de 649». (Ob. cit., pág. 330).

#### 6 — *Manuel Luís de Saldanha e Pereira*

*Filho herdeiro de Diogo de Saldanha de Sande, Comendador de Santa Maria de Casevel*

— «...serviu na guerra de Alentejo; viveu em Santarém: foi mui aplicado, e versado nas letras Divinas e humanas, e de uma vida exemplar, e devota; de sorte que adquiriu universal opinião de virtuoso. Morreu no ano de 1686 sem nunca querer casar». (D. António Caetano de Sousa, ob., tómo, P. e pág. cit.).

6 — *Joseph Francisco de Saldanha de Sande*

*Filho de Diogo de Saldanha de Sande, Comendador de Santa Maria de Casevel*

— Ano de 1643.

— «Foi por soldado no primeiro exército que formou el Rei D. João IV contra os castelhanos em 1643». (*Descendência dos Saldanhas em Portugal do primeiro Diogo de Saldanha continuado por seus três filhos, que fizeram Casa do mesmo apelido, até se dividirem nas que existem. Ms pertencente ao Arquivo da Casa das Alcáçovas*).

— Ano de 1646.

— «...servindo na Província de Alentejo, foi morto a 10 de Novembro de 1646 na empresa de Valença de Alcântara». (D. António Caetano de Sousa, ob. cit., t. XII, P. I, pág. 100).

A Diogo de Saldanha de Sande, escreveu el Rei D. João IV a seguinte carta <sup>(1)</sup>, em que lhe dá pêsames pela morte do filho na empresa de Valença de Alcântara:

«Com grande sentimento meu recebi a nova da morte de vosso filho Joseph de Saldanha, tanto pelo que havia merecido em meu serviço como pelo que vos devo a vós no zêlo e amor com que tendes acudido a êle em tôda a ocasião que se ofereceu, podeis estar certo que tudo me há-de ser sempre presente para em tôdas as que houver de vos

---

(1) *Cartas de El-Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino*, publicadas e prefaciadas pelo Académico titular fundador (da Academia Portuguesa da História) P. M. Laranjo Coelho, pág. 152.



fazer mercê mandar se vos faça o que merecem vossos serviços e a boa vontade que vos tenho e a tôdas as vossas cousas. Escrita em Lisboa, a 12 de Novembro de 646».

## RESUMO

Serviram, na Restauração, vinte Saldanhas, que Deus haja, dezassete dos quais pelejaram na guerra, tendo seis dêles morrido em combate, e havendo um perdido a vida, em viagem, quando ia à Restauração de Pernambuco.

JOÃO DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUZA

Marquês de Rio Maior

## NOTA SÔBRE A RESTAURAÇÃO NA ILHA DA MADEIRA

A lembrança do que, de mais digno de menção, ocorreu na Madeira a propósito da Restauração de 1640 pode resumir-se no seguinte, arquivado já no *Elucidário Madeirense* (T. 2.º, pág. 382), publicação, todavia, hoje esgotada; por esta razão se recorda agora novamente.

Em fins de Dezembro de 1640, vindo de Cadiz para as ilhas Canárias, aportou ao Funchal um navio trazendo notícia de *graves acontecimentos passados em Portugal continental*, mas ocultando intencionalmente os pormenores; por ela se ficou sabendo da proclamação do Duque de Bragança, D. João, para Rei de Portugal.

Uma caravela chegou ao Funchal de 8 para 9 de Janeiro de 1641, a qual trouxe cartas do novo Rei português ao Governador e Capitão general desta ilha da Madeira, Luiz de Miranda Henriques, e ao Bispo D. Jerónimo Fernando, comunicando-lhes a queda do domínio espanhol em Portugal e ordenando a proclamação imediata da Independência, e que fôsem prestados *têrmos de vassalagem* pelos funcionários, autoridades e membros do Clero, da Nobreza e dos representantes do Povo, bem como *de fidelidade* ao novo Rei D. João IV, tendo sido esta notícia recebida com júbilo pelo Povo.

O Senado da Câmara, de acôrdo com as principais autoridades, convocou tôda a Nobreza, Clero e Povo para



«magna reunião na Casa da Câmara» no dia 11 de Janeiro de 1641, e, achando-se presentes o Governador, Bispo, Juizes ordinários Luiz Francisco de Oliveira e Diogo Pereira da Silva, e os vereadores João Baptista Accioli e António do Carvalho Esmeraldo, o Procurador do Concelho D. António Dias, os *misteres* Pedro Rodrigues, Simão Lopes, Francisco Gomes e Lourenço Gonçalves, o Capitão do presídio castelhano, D. Tomás Velasques Sarmiento, e os representantes do Clero, Nobreza e Povo, declarou o dito Governador «que tinha carta do muito alto e muito poderoso Senhor Rei D. João IV em que lhe fazia saber a geral conformidade com que estava alevantado por legítimo Rei e Senhor dos seus Reinos de Portugal».

Em seguida, o Bispo apresentou também a carta que havia recebido do novo Rei D. João IV, depois do que toda a assembleia o aclamou por verdadeiro Soberano de Portugal, sendo em seguida lançado nos Livros de Senado um auto desta cerimónia, que foi pela primeira vez publicado no *Heraldo da Madeira* de 1 de Dezembro de 1906.

Na catedral houve um *Te-Deum* solene, e na noite de 11 e seguintes houve em toda a cidade brilhantíssimas iluminações em homenagem à aclamação de D. João IV.

O comandante espanhol do presídio, D. Tomás Velasques Sarmiento, não obstante as numerosas forças de que dispunha na ocasião, «entregou as Fortalezas» e, aceitando quartel «nestas como nas Velas», aguardou tranqüilamente a chegada da embarcação que o conduzisse a Espanha.

A 13 de Janeiro realizou-se a cerimónia do juramento de fidelidade ao novo Rei D. João IV por parte do Clero, Nobreza e Povo, nas salas da Câmara do Funchal; a 25, são chamados os novos membros portugueses para os cargos do Senado, e que até então eram desempenhados pelos espa-

nhois; Pero Catanho é eleito Juiz do Povo; Martim Mendes de Vasconcelos, vereador; Gonçalo de Freitas da Silva, procurador do Concelho; e Pero Roiz Neto, almotacé; por tôda a Ilha da Madeira foi reconhecido D. João iv amigavelmente, e preenchidos todos os cargos públicos por portugueses.

A 26 de Janeiro é chamado ao Senado o mestre (naval?) Francisco Roiz Belo, sendo-lhe intimada a ordem, «sob pena de multa de 200 cruzados e 4 anos de degrêdo» para fora desta Ilha, de aprontar uma caravela dentro de 8 dias para levar ao Reino as cartas escritas pelo Senado a D. João iv.

A 16 de Fevereiro são eleitos o vereador Martim Mendes de Vasconcelos e o *mister* Pedro Roiz como portadores destas cartas e para beijarem na Côrte as mãos do Monarca em nome dos habitantes da Ilha da Madeira; o dito vereador declarou que correriam do seu bôlso as despesas da sua ida à Côrte «pois todos os seus haveres eram poucos para gastar ao serviço de Sua Magestade», saindo a dita caravela em princípios de Março para Lisboa, pois os vereadores João Baptista Accioli e António do Carvalho Esmeraldo deixaram de assistir às sessões camarárias, não obstante o zêlo que haviam revelado; como eram necessárias as suas assinaturas, com as de todos os membros do Senado, foram aquêles dois substituídos.

A 26 de Fevereiro, o Povo e a Câmara reunidos elegeram então para vereadores a António de Aragão de Teive e a Baltazar de Abreu Berenguer, os quais assinaram as ditas cartas em substituição dos dois vereadores substituídos.

A 12 de Abril de 1641, em reunião da Câmara, do Senado e dos representantes do Povo, *por unanimidade* foi resolvido um *donativo voluntário* a favor da despesa da Guerra da Restauração contra Castela, em que declararam



muitos dêles que «além de seus bens ofereciam suas vidas» em defesa de Portugal independente.

A Ilha do Pôrto Santo seguiu o exemplo da Madeira (segundo Rebelo de Betencourt); recebida a notícia a 5 de Fevereiro, os moradores, bloqueados por uma «Esquadra de velas otomanas», saüdaram a Restauração com salvas de artilharia e mosquetaria, pelo que os turcos, amedrontados, abandonaram a Ilha do Pôrto Santo.

A Ilha da Madeira,—a antiga e infeliz Irlanda portuguesa—foi a primeira possessão portuguesa a reconhecer a Restauração da Independência de Portugal, sem derramar uma gota de sangue!

É bom que os continentais o registem e não faltem nunca a esta infeliz Ilha com a humanidade que a sua precária situação não pode dispensar.

#### CAPELA DE N.<sup>A</sup> S.<sup>A</sup> DA ENCARNAÇÃO, DO FUNCHAL

Para *comemorar* a Restauração da Independência de Portugal em 1640, *foi fundada*, cêrca de um quilómetro ao norte do litoral da baía do Funchal, nos subúrbios desta cidade, uma *Capela* da invocação «*de Nossa Senhora da Incarnação*» pelo Cónego da Sé desta cidade *Enrique Calassa de Viveiros* (1589-1662), que fundou o *Convento* desta denominação, ao sul do qual e em seu terreno foi erecta esta Capela, aproveitando-se uma *capela antiga* já ali existente, que foi então melhorada e ampliada, para serviço religioso dêste dito Convento.

Esta fundação foi devida ao cumprimento do *voto* que êste Cónego fizera de fundar uma instituição religiosa em

acção de graças pela recuperação da liberdade política, administrativa e nacional de Portugal fora do jugo espanhol dos Filipes; a *porta* dá para o Ocidente; a *Capela Mor*, para o Oriente.

Esta capela é construída com paredes relativamente grossas, como antigamente se faziam, pequena, podendo medir, quando muito, uns 5 metros de largo por uns 10 a 12 metros de comprido, com soberba vista para sôbre tôda a cidade e Oceano; os ângulos das paredes, reforçados com suportes aparedados como nos Jerónimos e Batalha, exteriormente; e o tecto do altar é de *pedra e cal abobadado*, como antigamente eram feitos, sistema de construção raríssimo nesta ilha, que idêntico existe no tecto da Capela Mor da Sé Catedral do Funchal; hoje, pertence ao *Palácio da Encarnação*, grande e moderno edificio mandado construir no local do antigo Convento (que fôra demolido para êste fim) pelo precedente Bispo do Funchal *D. Manuel Agostinho Barreto*, natural de Lamego (Portugal), e que o Estado republicano de 1910 confiscara ou expropriara para nele ser instalada a *Junta Geral do Distrito do Funchal*, e depois a República do Estado Novo de 1926 mandou entregar ao Bispado do Funchal para uso do *Seminário Episcopal*, para que fôra fundado pelo dito Bispo *D. Manuel Agostinho Barreto*, uso que fazia já antes da expropriação ou confiscação republicana.

Esta capela foi interiormente *desarmada*, e a sua *tela*, de valor artístico, colocada numa igreja diversa, mas que devia de ser restaurada.

O Cónego Enrique Calassa era filho de Bento Martins, da Ilha do Pôrto Santo (que foi Guarda da Ribeira) e de Cecília Calassa, casados na Sé do Funchal a 18 de Agôsto de 1588; êste Cónego Enrique Calassa, possuidor duma



grande quinta e doutros bens no valor total de 12 mil cruzados, converteu tudo neste *Convento*, que êle fundou, e onde gastou mais de 20 mil cruzados.

Em 1658, o Cónego pediu à Rainha Regente licença para os Carmelitas Descalços professarem a Ordem de S.<sup>ta</sup> Teresa de Jesus, em número de 20, bem como os outros que viessem a entrar, e obteve breve pontifical para uma freira de S.<sup>ta</sup> Clara servir de instrutora, e ofereceu o Padroado da Casa ao Rei ou aos Infantes, apenas reservando para si dois lugares de professoras para duas sobrinhas suas e sempre de futuro preenchidos por senhoras da sua família.

Em 1660 já estava construído, com três dormitórios e celas para 30 pessoas, e cercado de muros de pedra e cal e uma só porta com dois ferrolhos; a freira de S.<sup>ta</sup> Clara escolhida para instrutora foi a *madre* Clara de S. Bernardo, que seguiu de S.<sup>ta</sup> Clara para a Encarnação em cortejo processional, em «cadeirinha fechada», a 18 de Abril de 1660.

A 13 de Abril de 1660 foi feita a petição ao Deão e Cabido da Sé do Funchal para a profissão das recolhidas dêste Convento; a 14 de Fevereiro de 1658 foi feita doação pelo fundador o Cónego Enrique Calassa; e um alvará régio, datado de 15 de Novembro de 1659, concede a licença pedida pelo Cónego Calassa; a 13 de Abril de 1660, é dada sentença favorável à fundação e erecção do Recolhimento em Mosteiro Professo; a 10 de Abril de 1660, é dado o Breve Apostólico para a concessão apostólica, passado pelo Papa Inocência 10.<sup>o</sup>; o despacho foi dado a 11 de Abril pelo Deão; o auto de vistoria foi feito nesta data de 11 de Abril; a 11 de Maio de 1662, o Cónego Enrique Calassa fêz seu testamento, em que faz doação de bens para a sustentação dêste Convento, o qual foi aprovado a 12 do dito Maio

de 1662, e aberto a 26 de Maio dêste dito ano; a 15 dêste mesmo Maio de 1662, fêz a disposição dos bens móveis.

O Cónego Calassa gastou 135.720 réis no *Côro do Convento*, e nas cadeiras.

O *Arquivo Histórico da Madeira*, de 1940, no seu opúsculo «A Restauração de Portugal e o Convento da Incarnação» que extratámos, traz a documentação respeitante a êste assunto.

Funchal, 1940.

JOÃO JOSÉ MARIA FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA



## ÍNDICE POR AUTORES

---

	Pág.
CHAVES (Luís) — <i>O Sebastianismo — Mística da Restauração.</i> . . .	331
OLIVEIRA E SOUSA (João de Saldanha) — <i>Os Saldanhas na Restauração de Portugal</i> . . . . .	428
OLIVEIRA E SOUSA (José Pedro de Saldanha) — <i>D. Filipa de Viilhená e os Conjurados</i> . . . . .	372
RAU (Virgínia) — <i>D. Catarina de Bragança — Rainha de Inglaterra</i>	5
RODRIGUES DE OLIVEIRA (João José Maria Francisco) — <i>Nota sobre a Restauração na Ilha da Madeira</i> . . . . .	507

## ÍNDICE POR ARTIGOS

---

	Pág.
<i>Catarina (D.) de Bragança — Rainha de Inglaterra</i> , por VIRGÍNIA RAU . . . . .	5
<i>Filipa (D.) de Vilhena e os Conjurados</i> , por JOSÉ PEDRO DE SAL- DANHA OLIVEIRA E SILVA . . . . .	372
<i>Nota sôbre a Restauração na Ilha da Madeira</i> , por JOÃO JOSÉ MARIA FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA . . . . .	507
<i>Saldanhas (Os) na Restauração de Portugal</i> , por JOÃO DE SALDA- NHA OLIVEIRA E SOUSA . . . . .	428
<i>Sebastianismo (O) — Mística da Restauração</i> , por LUÍS CHAVES . .	331



